

ORGANIZADORES
THIAGO CEDREZ DA SILVA
FERNANDO BEN OLIVEIRA DA SILVA

MOSAICOS ACADÊMICOS

**CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS
PARA A SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

ORGANIZADORES
THIAGO CEDREZ DA SILVA
FERNANDO BEN OLIVEIRA DA SILVA

MOSAICOS ACADÊMICOS

**CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS
PARA A SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**



Porto Alegre
2021

Copyright ©2021 dos organizadores

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à Editora Mundo Acadêmico.



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional
(CC BY-NC-ND 4.0)

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral estão disponíveis em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Expediente:

Capa e diagramação:
Thiago Cedrez da Silva

Editor:
Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial Casalettras

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)
Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)
Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)
Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)
Profª Drª Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)
Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M85 Mosaicos acadêmicos: contribuições científicas para a sociedade contemporânea / Thiago Cedrez da Silva e Fernando Ben Oliveira da Silva (Orgs.)
[Recurso eletrônico] Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2021.

440p.
Bibliografia
ISBN: 978-65-89475-17-0

1. Divulgação científica - 2. Interdisciplinaridade - I. Da Silva, Thiago Cedrez - II. Da Silva, Fernando Ben Oliveira - III. Título

CDU: 302.02

CDD:302



EDITORA MUNDO ACADÊMICO

Um selo da Editora Casalettras

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa
Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103
+55 51 3013-1407 - contato@casalettras.com
www.casalettras.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS PARA A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA Thiago Cedrez da Silva; Fernando Bem de Oliveira Silva	7
BREVE RETROSPECTO DA “PERFORMANCE ART” NO BRASIL Allan Moscon Zamperini; Francisco de Paulo D’Avila Junior; Tais Chaves Prestes.....	16
A MISERÁVEL CONVIVÊNCIA HUMANA NOS PRESÍDIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: A PRECERIZAÇÃO DAS PRISÕES E A CRIMINALIDADE NA SOCIEDADE FLUMINENSE. Alexandre de Almeida Martins	30
O SAGRADO DO RECÔNCAVO E A IMPORTÂNCIA DA LEI ALDIR BLANC PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMONIO AFRO-RELIGIOSO Aloisio Souza Castro Junior.....	41
UMA ANÁLISE, VIA FILOSOFIA, DA CULTURA DO CANCELAMENTO. Arlean Chaves Marinho	52
O CORTIÇO DE ALUÍSIO AZEVEDO, E O CONFRONTO AOS 7 PECADOS CAPITAIS Arlean Chaves Marinho	69
A EMPRESA COLONIZADORA SCHMITT & CIA. E SEU COMPLEXO COLONIAL 1897-1923 Bárbara Tereza Massmann.....	85
CAUIM MODERNO OU ANTROPOFAGIA, DESDE SEMPRE A MESMA INCONSTÂNCIA? Carina Dartora Zonin	96
ESTUPRO MARITAL: DO ABUSO À IDEAÇÃO SUICIDA Carolina dos Santos Saraiva; Daysi Ortiz de Oliveira; Fernando Ben Oliveira da Silva	112
A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO INICIAL: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE PEDAGOGIA DA FACULDADE AGES DE JACOBINA SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade; Mariana Santos Ferreira	122
A INFÂNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA PARA ENTENDER O ABUSO SEXUAL INFANTIL Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade; Karolina da Silva Matos; Nadine Sá Barreto Santos da Silva.....	133
A NOÇÃO DE VALOR LINGUÍSTICO DE SAUSSURE SOB O OLHAR DA TEORIA DO ESCOPO: UMA ANÁLISE DA TRADUÇÃO DE TÍTULOS DE LIVROS AMBIENTADOS PARA O CINEMA Cristina Pasquetti Massutti.....	144
DO ENSINO DE HISTÓRIA A VIVENCIA LOCAL: CULTURAS MEMORÁVEIS DE SIMÃO DIAS Daniell Alves Loiola Santana.....	152
IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO: LEITURA E ESCRITA Daniell Alves Loiola Santana.....	167
A USO DAS TICS NO ENSINO DA QUÍMICA: A COMPLEXIDADE DA TABELA PERIÓDICA Daniell Alves Loiola Santana	176
O TRABALHO DO SUAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS/SE Danielle Alves Loiola Santana.....	187

A IMPORTÂNCIA DA ESTATÍSTICA EM EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA LÓGICA E AGREGADORA	
Delídio Pereira Nery.....	195
WITTGENSTEIN E A CONCEPÇÃO PRAGMÁTICA DO SIGNIFICADO: UM ENSAIO DE FILOSOFIA DA LINGUAGEM CONTEMPORÂNEA	
Denis Andre Bez Bueno.....	205
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DA LITERATURA EM SALA DE AULA	
Esperidião Lopes de Freitas Neto; Gabriel Lucas da Silva Santos; Leonardo da Silva Calejon.....	218
O TERROR CINEMATOGRÁFICO ENQUANTO GÊNERO CRÍTICO SOCIAL	
Esperidião Lopes de Freitas Neto; Gabriel Lucas da Silva Santos; Leonardo da Silva Calejon.....	229
PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ESTATÍSTICA NO ENSINO SUPERIOR	
Fabiana Elayne Barros Damasceno; Keylla Cristina Coelho Lima; Ivesmary Loureiro Ribeiro Magalhães.....	240
ENSAIO TEÓRICO SOBRE TRANSTORNO MENTAL E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA/ESPIRITUAL	
Fernando Ben Oliveira da Silva; Thais Isabelle Teixeira.....	253
TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E ASMA BRONQUICA: SINTOMAS FÍSICOS E MENTAIS EM CORRELAÇÃO	
Fernando Ben Oliveira da Silva; Stela Regina Cabral Silva	265
“É UMA QUESTÃO DE OPORTUNIZAÇÃO”: UMA ANÁLISE SOBRE TRAJETÓRIAS DE VIDAS DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA NA UFPEL	
Flávia Lucimeri Rodrigues de Freitas	277
A HISTÓRIA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ: AS PINTURAS RUPESTRES DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA TOCA DA ROÇA DO ZECA I	
Gabriel Frechiani de Oliveira.....	286
A HISTÓRIA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ: AS PINTURAS RUPESTRES DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA TOCA DOS COQUEIROS	
Gabriel Frechiani de Oliveira.....	301
A HISTÓRIA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ: AS PINTURAS RUPESTRES DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA TOCA DO PITOMBI I.	
Gabriel Frechiani de Oliveira.....	318
O “MACHISMO” NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA OPINIÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA FEMININAS EM PARALELO COM O ESTUDO DA OBRA “A DOMINAÇÃO MASCULINA” DO SOCIÓLOGO PIERRE BOURDIEU.	
Gerson de Jesus Monteiro Junior.....	333
REGIÃO PLATINA: A ORGANIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DE UM ESPAÇO CULTURAL SUPRANACIONAL ARGENTINO-BRASILEIRO-URUGUAIO	
Henrique Pereira Lima.....	345
A NECESSIDADE DO RESGATE DE UM MUNDO COMUM OU DE UMA ATMOSFERA ENRAIZADA EM HANNAH ARENDT E SIMONE WEIL	
Kleys Jesuvina dos Santos.....	359

A BIOGRAFIA EM DEBATE: APONTAMENTOS A PARTIR DO CASO DE CIPRIANO BARATA (1763-1838)

Luiz Carlos Ferraz Manini..... 370

ÁRVORE: UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

Marcel Franco Lopes..... 381

A FORMAÇÃO DO GAÚCHO

Ricardo da Rosa Soares Filho..... 393

O CENÁRIO DAS MICROEMPRESAS DE ARTESANATO NO BRASIL NA PANDEMIA COVID-19: UM NOVO DESAFIO PARA A MULHER COMO GESTORA

Robertha Figueiredo; Carla Fabiana Cazella; Thiago Cedrez da Silva..... 403

EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA: ESTUDO DE CASO DE UMA DISCENTE COM TRANSTORNO DE ANSIEDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Rodrigo da Silva Lucena; Patrícia Dias de Souza..... 420

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS

Yasmim Santos Tavares 431

APRESENTAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS PARA A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Olá! Seja bem-vindo(a) a esta coletânea de artigos intitulada “**MOSAICOS ACADÊMICOS: CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS PARA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**”. Nesta obra, reunimos trinta e cinco artigos em um mosaico de pesquisas de diversas áreas como: História; Psicologia; Educação e Pedagogia; Sociologia; Arqueologia; Arte e Cultura; Literatura; Filosofia; Gestão de Negócios e empreendedorismo; Assistência Social;

Nosso intuito como organizadores desta coletânea foi de apresentar uma obra multifacetária que se proporciona a uma discussão mais ampla sobre diversos assuntos que permeiam o ambiente acadêmico e social. Acreditamos que o nosso objetivo foi cumprido e que você, ao ler esta obra, terá acesso a ricas reflexões sobre diversos assuntos e problemáticas da contemporaneidade.

O primeiro artigo, intitulado “**BREVE RETROSPECTO DA “PERFORMANCE ART” NO BRASIL**” é de autoria dos pesquisadores Allan Moscon Zamperini, Francisco de Paulo D’Avila Junior, Tais Chaves Prestes. Este artigo pretende traçar um breve retrospecto da história da performance art no Brasil, desde as primeiras manifestações até as produções mais contemporâneas. Antes mesmo da performance ser reconhecida como linguagem artística independente, Flávio de Carvalho já desenvolvia performances em solo nacional na década de 50. Para realizar tal pesquisa, ao longo do texto são tangenciadas algumas teorias filosóficas e conceitos da arte contemporânea, em relação às performances mais representativas da história recente do país. Para tal articulação chamamos para o debate RoseLee Goldberg; Jorge Glusberg; Renato Cohen e Maria Beatriz de Medeiros.

Em seguida, Alexandre de Almeida Martins em “**A MISERÁVEL CONVIVÊNCIA HUMANA NOS PRESÍDIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: A PRECERIZAÇÃO DAS PRISÕES E A CRIMINALIDADE NA SOCIEDADE FLUMINENSE**” apresenta uma análise crítica do desenvolvimento sociopolítico da Instituição prisional do Estado do Rio de Janeiro. Propõem-se analisar as prisões pela perspectiva do seu caráter “permeável” enquanto instrumento e resultado da circulação de subculturas criminais. A miserável convivência humana nas prisões traz a questão do estabelecimento da ordem social por um viés repressivo. A crítica a Instituição prisional coopera para a compreensão da criminalidade em diversos aspectos.

“**O SAGRADO DO RECÔNCAVO E A IMPORTÂNCIA DA LEI ALDIR BLANC PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO AFRO-RELIGIOSO**” de autoria de Aloisio Souza Castro Junior, analisa como as comunidades de religiões de matriz africana vêm enfrentando um estado de retrocessos na garantia de direitos historicamente conquistados por seus movimentos. A face do racismo, presente na sociedade brasileira, se fortaleceu enquanto discurso e prática, o que fez crescerem os episódios de violência contra a população de matriz africana. Sendo assim, o artigo busca apresentar o quão benéfico foi a implantação da Lei Aldir para o desenvolvimento de subsídios culturais e pedagógicos direcionados à educação para o combate da intolerância religiosa.

Já em **“UMA ANÁLISE, VIA FILOSOFIA, DA CULTURA DO CANCELAMENTO”**, Arlean Chaves Marinho analisa, via filosofia, as incoerências dessas ações de cancelamentos, que muitas vezes não param apenas no cancelamento do poder de fala do indivíduo, mas, pode virar um linchamento da pessoa, ultrapassando as barreiras da internet, e provocando ataques físicos as pessoas, que em algum momento, foi contra o posicionamento da maioria da bolha discursiva ao qual o indivíduo está inserido.

Posteriormente, Arlean Chaves Marinho em seu texto **“O CORTIÇO DE ALUÍSIO AZEVEDO, E O CONFRONTO AOS 7 PECADOS CAPITAIS”** apresenta uma pesquisa desenvolvida expondo a sutileza de Aluísio Azevedo, ao confrontar de forma cautelosa dentro da sua obra maior, *O Cortiço*, os sete pecados capitais, considerados mortais, pela igreja católica em tradição milenar. Teve como objetivo expor o confronto que Azevedo fez, de forma metaforizada à igreja católica. Foi pesquisado sobre os sete pecados capitais, desde sua origem, pelo monge Evágrio do Ponto, e como Azevedo conseguiu realizar esse embate dentro de sua obra, mostrando apenas a natureza humana, apoiado nas teorias da evolução de Darwin.

A pesquisadora Bárbara Tereza Massmann em **“A EMPRESA COLONIZADORA SCHMITT & CIA. E SEU COMPLEXO COLONIAL 1897 – 1923”** apresenta de forma sintetizada a importância dos movimentos migratórios, assim como o fluxo de pessoas e o desenvolvimento pelo local de destino destes migrantes. Inicialmente será demonstrado os movimentos de imigrações mundiais a partir do século XIX, após será abordada a questão migratória tratando da entrada e permanência dos “colonos alemães” no Estado do Rio Grande do Sul nas chamadas “velhas colônias” e por fim será exposto à migração interna dos colonos no final do século rumo a colônia Alto Jacuhy no norte do Estado Rio-Grandense.

“CAUIM MODERNO OU ANTROPOFAGIA, DESDE SEMPRE A MESMA INCONSTÂNCIA?” é uma pesquisa de Carina Dartora Zonin propõe, desvendar o tanto de primitivismo e de modernidade, que perfazem a subjetividade transitória da nossa brasilidade, ‘a inconstância de uma constância’. Para tanto, na intercambiável incorporação do outro, procuraremos acionar as potencialidades dos ‘modos de ver’, abstraídas pelos estudos de Eduardo Viveiros de Castro, de onde, em sintonia com a recriação do mito tupinambá, em *Meu destino é ser onça*, de Alberto Mussa e com a rapsódia *Macunaíma*, de Mário de Andrade, sobressai — imagem-reflexo — a reversibilidade canibalismo-antropofagia.

Os pesquisadores, Carolina dos Santos Saraiv, Daysi Ortiz de Oliveira e Fernando Ben Oliveira da Silva no seu texto **“ESTUPRO MARITAL: DO ABUSO À IDEAÇÃO SUICIDA”** propõe o debate científico sobre o estupro marital ou conjugal e sua relação com as ideações suicidas, com base em revisão teórica e em uma coleta de dados através de um questionário fechado voltado às mulheres que passaram por este abuso doméstico. Desta forma, proporcionou-se um debate com poucos precedentes sobre o assunto, que serviram como marcos norteadores para pesquisas mais específicas e aprofundadas. Neste sentido, fomentar pesquisas sobre o tema, trará benefícios claros na aquisição do conhecimento bem como na utilização prática para a qualidade de vida das mulheres diretamente afetadas

No artigo **“A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO INICIAL: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE PEDAGOGIA DA FACULDADE AGES DE JACOBINA SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO”** as pesquisadoras Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade e Mariana Santos Ferreira apresentam uma

discussão sobre a importância da formação inicial e continuada dos professores e a sua transformação ao longo de suas experiências, faz refletir sobre as diferentes 'nuances' que fundamentam as relações e práticas pedagógicas na sua graduação, respectivamente em sua atuação profissional como professor e parte do corpo docente de uma instituição.

Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade, Karolina da Silva Matos e Nadine Sá Barreto Santos da Silva na pesquisa **"A INFÂNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA PARA ENTENDER O ABUSO SEXUAL INFANTIL"** trazem um artigo que é um apanhado da trajetória da construção da infância e suas consequências atualmente, visando uma análise dos fatos para entendermos as causas do retardo das leis e de seu cumprimento no Brasil, dissertando também o papel e importância da escola e do professor em meio às problemáticas que surgiram e podem surgir com as mudanças ao longo da história, além de focar nos direitos fundamentais garantidos durante os anos para assegurá-las.

Em **"A NOÇÃO DE VALOR LINGÜÍSTICO DE SAUSSURE SOB O OLHAR DA TEORIA DO ESCOPO: UMA ANÁLISE DA TRADUÇÃO DE TÍTULOS DE LIVROS AMBIENTADOS PARA O CINEMA"** a pesquisadora Cristina Pasquetti Massutti propõe uma reflexão sobre a noção de valor linguístico de Saussure alinhada à teoria do Escopo, de Hans Vermeer e Katharina Reiss, uma teoria da tradução que aborda a ideia que os tradutores é que vão escolher qual tradução funciona melhor em cada situação e público-alvo. Neste trabalho, a metodologia utilizada se dá através de uma pesquisa qualitativa em que será realizada uma análise dos elementos linguísticos do título comparados ao enredo da história para verificar se o título corresponde ao que acontece no decorrer das narrativas. Por fim, a análise de alguns títulos será realizada a partir de quatro obras literárias cujas obras tenham sido traduzidas da Língua Inglesa para a Língua Espanhola e Língua Portuguesa (do Brasil e de Portugal): *Harry Potter e a câmara secreta*, *Harry Potter e o enigma do Príncipe*, *A menina que roubava livros* e *As quatro vidas de um cachorro*.

Daniell Alves Loiola Santana apresenta o artigo **"DO ENSINO DE HISTÓRIA A VIVENCIA LOCAL: CULTURAS MEMORÁVEIS DE SIMÃO DIAS"** onde reflete sobre o ensino de história no ambiente educacional desperta viajar no tempo através das memórias contidas nos livros didáticos. O município de Simão Dias é contemplado com acontecimentos marcantes na sociedade, pois o desenvolvimento do território simãodiense com a imprensa e o teatro foram indispensáveis para comunicação nas feiras livres e nas viagens de trens pela estrada de ferro. Por fim, tem a finalidade em mostrar para população atual a riqueza patrimonial cultural do território, explanando aos alunos a relação dos assuntos contidos no livro didático com a historicidade local baseado na realidade do alunado.

Em seguida, o artigo **"IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO: LEITURA E ESCRITA"** de Daniell Alves Loiola Santana discute sobre o processo de aprendizagem significativa, o trabalho com os objetos e a escrita contribui para o crescimento e evolução da alfabetização. Ao perceber que os alunos são estimulados pelos textos, imagens e objetos ligados aos assuntos do seu cotidiano, entendeu que a língua escrita obtém significado em sua realidade. O educador deve oferecer um ambiente que proporcione sua aprendizagem, como o ato de brincar, dramatizar e simbolizar que são métodos para o desenvolvimento do ensino no ambiente educativo. Assim, o artigo mostra a importância da leitura e escrita no processo de alfabetização, dentro e fora do espaço educativo.

Mais uma vez, o pesquisador Daniell Alves Loiola Santana em **“A USO DAS TICS NO ENSINO DA QUÍMICA: A COMPLEXIDADE DA TABELA PERIÓDICA”** discute como a era da tecnologia é marcada pelo crescimento da informática que geram conflitos de conhecimento entre os educadores, porém proporciona e torna mais acessíveis a tecnologia. É preciso que os professores saibam atuar com as novas mídias tecnológicas, pois o acesso a informação é imprescindível, pois a tecnologia no ambiente educacional surge lentamente, infiltra-se em nosso ambiente escolar. Será elencado no artigo toda historicidade da tecnologia envolvido com a educação numa relação entre o ensino da química e a complexidade da tabela periódica inserida nos livros didáticos no ambiente educativo.

No que lhe concerne, a pesquisadora Danielle Alves Loiola Santana em **“O TRABALHO DO SUAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL — CRAS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS/SE”** reflete sobre o Sistema Único de Assistência Social — SUAS conta com uma abrangente rede de Proteção Social formada por mais de sete mil Centros de Referência da Assistência Social — CRAS, em todo território nacional, que trabalha com a Prevenção da violação de direitos e fortalecimento de vínculos; e mais de dois mil Centros de Referência Especializados da Assistência Social — CREAS, órgão que trabalha com a violação de direitos de diversas categorias de usuários, com o objetivo de garantir os direitos violados.

O autor Delidio Pereira Nery em **“A IMPORTÂNCIA DA ESTATÍSTICA EM EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA LÓGICA E AGREGADORA”** apresenta uma relevante pesquisa em que no processo educacional, a estatística em si, é algo transformador e de cunho informativo. Assim, como já citado, a estatística na educação é algo que possa agregar conhecimentos de fatos e ações positivas e/ou negativas. Nesse sentido, ações de estatísticas, em especial no processo educacional é sem dúvidas um dos meios a se provocar ações qualitativas e quantitativas. Ademais, trabalhar e se falar de estatísticas na educação, é preciso conciliar vários fatores e dissoluções, onde um agregará ao outro, fazendo com que professores, sujeitos alunos e toda comunidade escolar possam participar.

O tema central do presente artigo científico **“WITTGENSTEIN E A CONCEPÇÃO PRAGMÁTICA DO SIGNIFICADO: UM ENSAIO DE FILOSOFIA DA LINGUAGEM CONTEMPORÂNEA”** autoria de Denis Andre Bez Bueno, diz ser a concepção pragmática do significado das expressões linguísticas desenvolvida pelo filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951), e o problema que o delimita é o seguinte: de que modo a concepção wittgensteineana responde ao problema do significado superando objeções a teorias previamente elaboradas? Buscar-se-á responder ao problema de pesquisa supramencionado seguindo os seguintes estágios: apresentar em que consiste o problema filosófico do significado; identificar a teoria proposicional do significado e as principais objeções feitas a ela pelos teorizadores do significado enquanto uso; analisar a perspectiva pragmática de Wittgenstein acerca do significado

Os pesquisadores, Esperidião Lopes de Freitas Neto; Gabriel Lucas da Silva Santos; Leonardo da Silva Calejon em **“APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DA LITERATURA EM SALA DE AULA”** discutem o ensino da literatura de modo significativo na educação formal e básica. A justificativa, se origina com base nas pesquisas educativas que explanam o ensino decorativo e pouco reflexivo do tema. Tem-se como objetivo, portanto, expor como se pode ensinar a literatura de modo que tenha sentido para o aluno, possuindo como objetivos específicos, entender a

literariedade, sua importância e possíveis funções. Para essa pesquisa, foi-se adotado o método qualitativo através de bibliografias teóricas.

Outro artigo de autoria dos pesquisadores, Esperidião Lopes de Freitas Neto; Gabriel Lucas da Silva Santos; Leonardo da Silva Calejon é **“O TERROR CINEMATOGRAFICO ENQUANTO GÊNERO CRÍTICO SOCIAL”**. Este artigo é sobre o terror cinematográfico, analisando seu discurso crítico e social. A justificativa para tal pesquisa, se dá mediante a visão empírica desse gênero, tido apenas como um mecanismo que insere medo no receptor. Partindo dessas premissas, esse estudo possui como objetivo, compreender o discurso presente nesse gênero considerando sua criticidade, tendo enquanto objetivos específicos, conhecer o gênero terror, a sua história e características. Tudo através de uma pesquisa qualitativa, através de bibliografias e de questionário digital.

Fabiana Elayne Barros Damasceno, Keylla Cristina Coelho Lima e Ivesmary Loureiro Ribeiro Magalhães em **“PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ESTATÍSTICA NO ENSINO SUPERIOR”** tratam sobre a relevância e os objetivos para se ensinar e aprender estatística e probabilidade na Educação Superior. A partir dos resultados de pesquisas realizadas na Educação estatística e na Educação Matemática nas últimas décadas, traz considerações sobre os processos de ensino e aprendizagem da estatística no ensino superior. Apresenta recomendações relativas ao currículo de Matemática no que se refere ao estudo da probabilidade e da estatística. Destaca questões relativas à formação inicial e contínua dos professores, ao desenvolvimento profissional e conhecimento profissional dos professores que ensinam matemática na educação superior.

“ENSAIO TEÓRICO SOBRE TRANSTORNO MENTAL E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA/ESPIRITUAL” é a pesquisa de Fernando Ben Oliveira da Silva e Thais Isabelle Teixeira. Segundo os autores, pelo senso comum percebemos o quanto a discussão e análise teórica a respeito do conceito de transtorno mental e espiritualidade se faz necessário. Mas, afinal o que é transtorno mental? Como se relaciona este conceito na perspectiva temporal dos mitos, religiões? É possível existir comorbidade entre o conceito de transtorno mental e aspectos práticos sobre a religião e espiritualidade? Este ensaio busca provocar e instigar o pesquisador ávido por mais debate sobre o assunto a trazer mais conteúdo relevante a este tema.

Por sua vez, Fernando Ben Oliveira da Silva e Stela Regina Cabral Silva apresentam o artigo **“TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E ASMA BRONQUICA: SINTOMAS FÍSICOS E MENTAIS EM CORRELAÇÃO”**. Nesta pesquisa, os autores se debruçam em compreender como os transtornos de ansiedade estão cada vez mais presentes na sociedade moderna e seus sintomas são dos mais diversos, predominando ansiedade e medo não adaptativos. Porém, além destes transtornos também possuem sintomatologia física como dispneia e taquicardia, por exemplo, o que pode acarretar diagnósticos falhos. O objetivo desse estudo é diferenciar as sintomatologias, esclarecer critérios diagnósticos, buscar possíveis causas de equívocos em diagnósticos e elucidar problemas acarretados a isso. Para realização desta foi divulgado um questionário com onze perguntas, onde cem pessoas participaram, destas entrou-se em contato com vinte que preenchem os critérios básicos para a pesquisa. A pesquisa foi feita de modo qualitativa com entrevistas online com tempo de duração em média de uma hora e meia cada. Por fim, os pesquisadores concluem que a anamnese falha e incompleta é a principal causa para

o erro diagnóstico e que as sintomatologias da asma e do transtorno ansioso se diferem claramente se a consulta for completa e atenciosa.

“É UMA QUESTÃO DE OPORTUNIZAÇÃO”: UMA ANÁLISE SOBRE **TRAJETÓRIAS DE VIDAS DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA NA UFPEL**” é título da pesquisa de Flávia Lucimeri Rodrigues de Freitas. O presente estudo faz parte da pesquisa que está sendo desenvolvida no curso de mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e tem por objetivo investigar a história de inclusão de servidores com deficiência na UFPEL no período de 1999 a 2020. Assim, por meio da construção de narrativas, estamos tentando compreender um pouquinho a experiência desses servidores — a partir da infância até a vida adulta e o impacto que o ingresso no serviço público acarretou suas vidas. A metodologia empregada foi a história oral e a análise documental.

Gabriel Frechiani de Oliveira apresenta três textos em sequência. O primeiro é **“A HISTÓRIA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ: AS PINTURAS RUPESTRES DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA TOCA DA ROÇA DO ZECA I”**. O principal objetivo do trabalho é realizar uma classificação dos grafismos rupestres do sítio em questão, no sentido de construir uma análise classificatória das pinturas rupestres.

Em seguida, **“A HISTÓRIA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ: AS PINTURAS RUPESTRES DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA TOCA DOS COQUEIROS”** Gabriel Frechiani de Oliveira, discute sobre as representações rupestres contidas no sítio Toca dos Coqueiros, localizado no Parque Nacional Serra da Capivara, na região sudeste do Piauí, Brasil.

Por último, Gabriel Frechiani de Oliveira reflete sobre **“A HISTÓRIA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ: AS PINTURAS RUPESTRES DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA TOCA DO PITOMBI I.”**. Nesta pesquisa, a metodologia do trabalho consiste em: 1) Pesquisa bibliográfica e documental, através das publicações acerca da temática; 2) Pesquisa de campo, onde foram feitos registros fotográficos do sítio e descrição dos aspectos físicos da arte rupestre; 3) análise do material coletado.

O pesquisador, Gerson de Jesus Monteiro Júnior reflete sobre **“O “MACHISMO” NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA OPINIÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA FEMININAS EM PARALELO COM O ESTUDO DA OBRA “A DOMINAÇÃO MASCULINA” DO SOCIÓLOGO PIERRE BOURDIEU”**. O presente trabalho traz uma análise da obra “a dominação masculina” do sociólogo Pierre Bourdieu, e faz um comparativo entre a Cabília (região onde ocorre o estudo), com as instituições de segurança pública, em relação à diferenciação dos agentes masculinos e femininos, em paralelo foi realizada uma pesquisa de opinião respondida apenas por mulheres que trabalham nas instituições brasileiras de segurança pública, quanto sua perspectiva de desigualdade para com os agentes masculinos, e os resultados demonstram que ainda há muito preconceito e em alguns aspectos fazem analogia à obra em questão.

Henrique Pereira Lima em **“REGIÃO PLATINA: A ORGANIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DE UM ESPAÇO CULTURAL SUPRANACIONAL ARGENTINO-BRASILEIRO-URUGUAIO”** trata sobre como o Prata, expressiva parcela do continente sul-americano, pode ser alcançado a partir de diferentes critérios, os quais comumente oscilam entre unificação e fragmentação do espaço, da

história e da cultura. Nesse sentido, a região platina é apreendida como um espaço supranacional onde, apesar do estabelecimento de diferentes sistemas de desenvolvimento sociocultural por Espanha e Portugal ou pelos atuais Estados argentino, brasileiro e uruguaio, ainda evidencia características que o marcam como um espaço de trabalho e elaboração cultural que ultrapassa os limites das historiografias nacionalistas.

Em **“A NECESSIDADE DO RESGATE DE UM MUNDO COMUM OU DE UMA ATMOSFERA ENRAIZADA EM HANNAH ARENDT E SIMONE WEIL”** sob autoria de Kleys Jesuvina dos Santos versa acerca dos diagnósticos pontuados pelas filósofas Hannah Arendt e Simone Weil a respeito das consequências práticas e devastadoras que teriam sido empreendidas por uma sociedade que se mostrou orientada pelo critério da utilidade e pela aplicação de meios de violência contra a vida da humanidade e do planeta na totalidade. A segunda etapa desta proposta estará pautada na consideração das contribuições das filósofas supracitadas no que diz respeito ao resgate de um mundo comum ou de uma atmosfera que consiga congrega e preservar a vida na Terra.

Luiz Carlos Ferraz Manini em seu texto intitulado **“A BIOGRAFIA EM DEBATE: APONTAMENTOS A PARTIR DO CASO DE CIPRIANO BARATA (1763-1838)”** buscou trazer algumas contribuições para a discussão a respeito do gênero biográfico. Esta forma de se escrever a história, bastante comum até o século XIX, foi deixada de lado pelas análises de forças e estruturas sociais, muito comuns a partir da década de 1930, secundarizando a atuação dos indivíduos na História. A partir da trajetória do médico e jornalista Cipriano Barata, pretende-se discutir como está sendo feita tal retomada nas últimas décadas.

“ÁRVORE: UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA” é a pesquisa de Marcel Franco Lopes. Neste texto o autor entende que a compreensão da historiografia contemporânea tem, como característica principal, sua relação metodológica com a Escola dos Annales. Por essa razão, ela também é conhecida como a Revolução da Historiografia Francesa. Assim os Annales constituem a expansão teórica da História como uma ciência em movimento. Trata-se de uma perspectiva humana, enquanto tal, não se centraliza em uma base temporal, mesmo que, em hipótese alguma, constitua teorias totalizantes.

A chegada do europeu, português e espanhol ao novo mundo, a necessidade de povoar as novas terras, a busca por riquezas, a necessidade de cristianizar o povo que aqui já morava, a busca de trabalhadores escravos entre os índios, a disseminação de gado xucro deixado pelos jesuítas, a necessidade de sobrevivência dos que por aqui vieram buscar, deram origem a este tipo humano do sul do Brasil e países vizinhos que chamamos gaúchos. Este é o artigo intitulado **“A FORMAÇÃO DO GAÚCHO”** sob autoria do pesquisador Ricardo da Rosa Soares Filho.

“O CENÁRIO DAS MICROEMPRESAS DE ARTESANATO NO BRASIL NA PANDEMIA COVID-19: UM NOVO DESAFIO PARA A MULHER COMO GESTORA” foi escrito por Robertha Figueiredo; Carla Fabiana Cazella; Thiago Cedrez da Silva. A presente pesquisa acadêmica visa investigar o cenário das microempresas de artesanatos no Brasil no contexto de pandemia covid-19 a partir da ótica de atuação das mulheres empreendedoras e gestoras. A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho foi uma revisão bibliográfica e a análise de conteúdo qualitativa e quantitativa.

Já Rodrigo da Silva Lucena e Patrícia Dias de Souza apresentam o artigo **“EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA: ESTUDO DE**

CASO DE UMA DISCENTE COM TRANSTORNO DE ANSIEDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA". Este é um estudo de caso sobre uma paciente de nove anos, realizado durante um Estágio Clínico Supervisionado em Psicopedagogia. O objetivo é tentar identificar a possível dificuldade de aprendizagem da estudante, cruzando os dados e informações obtidas, discutir os resultados e realizar os encaminhamentos necessários. Foram utilizados diversos instrumentos, analisados com os métodos qualitativo e quantitativo. Assim, a realização dessa fase prática na clínica, utilizando os conhecimentos teóricos, serve para refletir sobre os métodos de trabalho e as ferramentas psicopedagógicas, a função social, sua ação e a importância na vida das crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem

O último artigo desta coletânea é de autoria de Yasmim Santos Tavares. Em **"A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS"** a autora discute como o Projeto Social é uma proposta humanitária cujo propósito é aperfeiçoar um ou diversos elementos de uma coletividade e/ou corpo social. Estas determinações otimizam os direitos e deveres do cidadão possibilitando a idealização de um futuro melhor. Os projetos sociais são instrumento de trabalho do Assistente Social, fundamental para a criação, elaboração e execução de uma Política Pública voltada para a garantia de direitos do cidadão, sempre objetivando a melhoria da qualidade de vida do público-alvo do projeto social.

Desejamos a todos os leitores(as) uma excelente jornada de estudos e reflexões.

Thiago Cedrez da Silva
Fernando Bem de Oliveira Silva
Organizadores da Obra

BREVE RETROSPECTO DA “PERFORMANCE ART” NO BRASIL

Allan Moscon Zamperini¹
Francisco de Paulo D’Avila Junior²
Tais Chaves Prestes³

Resumo: Este artigo pretende traçar um breve retrospecto da história da performance art no Brasil, desde as primeiras manifestações até as produções mais contemporâneas. Antes mesmo da performance ser reconhecida como linguagem artística independente, Flávio de Carvalho já desenvolvia performances em solo nacional na década de 50. Para realizar tal pesquisa, ao longo do texto são tangenciadas algumas teorias filosóficas e conceitos da arte contemporânea, em relação às performances mais representativas da história recente do país. Para tal articulação chamamos para o debate RoseLee Goldberg; Jorge Glusberg; Renato Cohen e Maria Beatriz de Medeiros.

Palavras-Chave: Performance art; História da arte; Brasil.

Introdução

Este artigo procura trazer um breve apanhado da história da *Performance Art* já em solo brasileiro. Ainda que propriamente estrangeira, a performance veio para o Brasil em meados da década de 50. Porém antes disso, o texto retoma seus primórdios artísticos, trazendo uma pré-história da performance, orientada por Glusberg, do que seriam pistas em potenciais para compreensão que temos em relação a esta linguagem artística hoje. Para tanto, o texto traz passagens que antecedem o período performático consolidado, ressaltando a importância do papel de Filippo Marinetti, precursor do movimento futurista, percorre as vanguardas artísticas como mote de sua fazedura, passando também pela escola Bauhaus. No Brasil, a figura de Flávio de Carvalho aparece como mote das primeiras manifestações performáticas em âmbito nacional, sendo assim o pioneiro.

Inflamados por um sistema político conservador, nas décadas de 60 e 70, a performance no Brasil tem como uns dos principais nomes Lygia Clarck e Hélio Oiticica os quais apuram obras profundamente sensoriais, além de estarem articuladas no esquema obra/espectador, arte/vida. Já nas décadas de 80 e 90 a

¹ Professor de Artes da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Especialista em Informática na Educação pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES/ES). Licenciado em Dança pela Universidade Federal de Pelotas e Estudos Artísticos pela UC (Portugal).

² Professor de Artes da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Mestrando pelo PPG-Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Licenciado em Teatro pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

³ Professora substituta do curso de Dança da Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda em Letras pelo PPG-Letras pela mesma universidade. Líder do projeto de pesquisa Literacôrpo.

linguagem se consolida e os artistas Márcia X e Guto Lacaz extravasam abusando do capital cultural nacional amplamente informatizado e da noção do que é sacro, irônico e banal, ressignificando olhares, sobretudo, os de senso comum.

Nos anos 2000 o artigo aborda o fazer artístico de Bia Medeiros e sua pesquisa acerca do corpo e vídeo, discorrendo sobre a telepresença a qual utiliza a tecnologia como matéria-prima. Além disso, são abordados nomes como Wagner Schwartz e sua obra diretamente inspirada em Lygia Clark *Bichos* (1960) e Maikon K com sua performance, nu dentro de uma bolha, ambos artistas foram denunciados, perseguidos e ameaçados pela mesma internet que é utilizada para divulgar seus trabalhos. Finalmente o texto traz a pandemia do COVID-19 como interferência direta no criar e aborda o Grupo EmpreZa, coletivo que desenvolve ações performáticas e busca trazer reflexões sobre o cotidiano do afastamento social.

Performance Art: primeiras considerações

Embora a *performance art* tenha sido um gênero que emergiu após a década de 60, autores como Jorge Glusberg e Roselee Goldeberg remontam a história dessa linguagem artística para muito antes desta data. Glusberg vai um pouco além, e através de uma pré-história da performance, abarca “os rituais tribais, passando pelos mistérios medievais, e chegando aos espetáculos organizados por Leonardo Da Vinci do século XV, e Giovanni Bernini duzentos anos mais tarde” (Glusberg, p. 12). Glusberg utiliza o termo pré-história, porque todos os movimentos citados possuem apenas alguns pontos de contato com o que viria a ser a linguagem da performance.

Muitas transformações marcaram o século XX no campo das artes, e diversas proposições aconteceram com objetivos de se contrapor aos convencionalismos da arte estabelecida. Roselee Goldberg recorre às Vanguardas Artísticas do começo do século XX para explicar o surgimento da performance, encontrando elementos performáticos nas experimentações dos vanguardistas que, constantemente, a utilizavam como meio pelo qual expressavam suas ideias. De Filippo Marinetti, fundador do movimento futurista, aos trabalhos dos dadaístas, surrealistas, e notoriamente em outras manifestações de vanguarda.

Outro acontecimento vanguardista importante foi a criação da *Bauhaus*, instituição de ensino artístico fundada em 1919 na cidade de Berlim na Alemanha. Numa perspectiva de reconstrução cultural em um país fortemente arrasado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e “ao contrário das provocações rebeldes dos futuristas ou dadaístas, o romântico manifesto da Bauhaus, elaborado por Gropius, apelava a unificação de todas as artes numa <<catedral do socialismo>>” (Goldberg, p. 123). As experiências européias foram amplamente divulgadas nos Estados Unidos, principalmente pelos professores da Bauhaus, que após a deflagração da Segunda Guerra Mundial (1933-1945) precisaram emigrar para este país.

A palavra do francês antigo, *parformance* (fazer, cumprir, concluir), formada pelo prefixo *per* mais *formáre* (formar, dar forma, estabelecer), em seu caráter mais elementar, significa desenvolver uma determinada tarefa, ação, atividade. Essa linguagem vanguardista questionou os valores já estabelecidos na arte, rompeu com as fronteiras dos campos de conhecimento, e propôs outras formas de se produzir e compartilhar a arte. No bojo dessas experimentações, a performance permitia que os

artistas se comunicassem diretamente com o público, e em muitas ocasiões suas ações escandalizavam os espectadores. Devido a sua postura radical:

A performance tornou-se um catalisador na história da arte do século XX; sempre que determinada escola - que se tratasse do cubismo, do minimalismo, ou da arte conceptual - parecia ter chegado a um impasse, os artistas recorriam a performance para destruir categorias e apontar para novas direções. (GOLDBERG, 2012, p. 8)

Não há uma forma correta de se produzir performance, e qualquer temática pode ser objeto de criação. Como um grande guarda-chuva de possibilidades, a ausência de especificidade da performance por diversas vezes a torna algo difícil de ser caracterizada. Uma performance pode acontecer em qualquer ambiente, e geralmente busca provocar reações e reflexões no público. Pode ser acionada apenas uma vez, ou ser repetida sempre que o performer achar necessário. Apesar da performance sempre buscar escapar de rótulos e definições, de acordo com Renato Cohen (2013, P. 28) “a performance é antes de tudo uma expressão cênica: um quadro sendo exibido para uma plateia não caracteriza uma performance; alguém pintando esse quadro, ao vivo, já poderia caracterizá-la”. Soma-se a isto o fato de que:

[...] tanto a nível de conceito quanto a nível de prática, a performance advém de artistas plásticos e não de artistas oriundos do teatro. Para citar alguns exemplos, Andy Warhol, Grupo Fluxus, Allan Kaprow, Claes Oldenburg. No Brasil, Ivald Granatto, Aguillar, Guto Lacaz, etc. (COHEN, 2013, p. 30)

Ainda sobre isto, afirma:

Poderíamos dizer, numa classificação topológica, que a performance se colocaria no limite das artes plásticas e das artes cênicas, sendo uma linguagem híbrida que guarda características da primeira enquanto origem e da segunda enquanto finalidade. (COHEN, 2013, p. 30)

Um dos marcos da performance, aconteceu em Nice no ano de 1962, quando Yves Klein realizou seu famoso trabalho *Salto no Vazio*, a captura fotográfica do exato momento em que ele saltava para a rua de um edifício. Como prática, “a performance passa pela chamada *Body Art*, em que o artista é sujeito e objeto de sua arte (ao invés de pintar, de esculpir algo, ele mesmo se coloca enquanto escultura viva)” (COHEN, 2013, p. 30). Além de lidar com o risco, a performance pode se utilizar da improvisação e da imprevisibilidade, sendo uma de suas principais características o corpo do artista ser o suporte para a criação. Em alguns casos os performers colocam seus corpos em situação extrema. Chris Burden, por exemplo, chegou a se rastejar em um chão coberto de cacos de vidros, foi crucificado em um carro e levou tiros.

O movimento Fluxus, que aconteceu nos Estados Unidos nas décadas de 60 e 70, com artistas de diversas nacionalidades, buscou negar as barreiras dos campos de conhecimentos artísticos. Performances interativas, *happennings*, experiências com vídeo e poesias faziam parte das produções de seus adeptos. Alguns de seus integrantes: Nam June Paik, Emmet Williams, Dick Higgins, Al Hansen, Charlotte Moorman, Yoko Ono e o alemão Joseph Beuys. Além de artistas visuais, o movimento abarcava alguns artistas da música, como John Cage. Rompendo as fronteiras e se contrapondo a utilização da arte como mercadoria, o movimento tornou-se precursor da performance art e da arte conceitual.

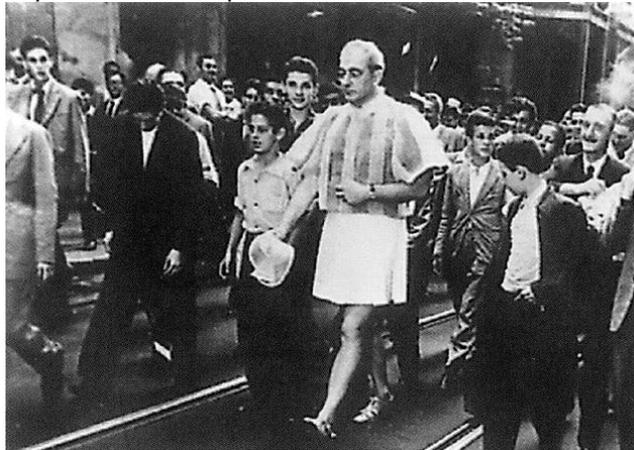
Nas últimas décadas, Marina Abramović vem contribuindo significativamente na popularização da performance art, inclusive, em escala global. Com trabalhos que se iniciaram na década de 70, e em atividade ainda hoje, Marina explora a relação do público e a obra, e também os limites do corpo e da mente. Em *Rhythm 5* deitou-se no meio de uma estrela de fogo; Em *Rhythm 2* agiu sob o efeito de entorpecentes, já em *Rhythm 0* colocou-se à disposição dos espectadores.

Outros artistas importantes no campo da performance: Ulay, Ana Mendieta, Allan Kaprow, Tania Bruguera, Carolee Schneemann, Nan June Paik, Gina Pane, Bruce Nauman, Orlan, só para citar alguns.

Performance no Brasil: primeiras manifestações

No Brasil, antes mesmo da linguagem da performance ser reconhecida e estar presente no circuito das artes, na década de 30, Flávio de Carvalho (1899-1973) já experimentava algumas proposições, como a vez que caminhou contra uma procissão católica vestindo um boné, o que quase resultou em reações violentas (*experiência n. 2*). Já na década de 50, Flávio criou uma série de ações, e a partir disso ele passou a ser considerado o primeiro performer brasileiro. Elementos de cunho radical e provocativo eram encontrados nos trabalhos do artista, como na “*Experiência n. 3*”, de 1956, onde nas ruas de São Paulo, caminhou com uma vestimenta criada por ele mesmo, numa perspectiva tropical (*new look*).

Figura 1: *Experiência n. 3*, apresentando New Look, 1956, São Paulo/BR.



Fonte: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra35706/flavio-de-carvalho-na-rua-com-traje-new-look>. Acesso: 20 set. 2021.

Com estudos em Universidades na França e Inglaterra, se formou em Engenharia Civil, e no Brasil participou de diversos concursos de arquitetura. Com produções em várias áreas, pintor, desenhista, arquiteto, cenógrafo, decorador, escritor, teatrólogo e engenheiro, sempre se destacou e é amplamente reconhecido por projetos inovadores. Contemporâneo dos Modernistas, Flávio se manteve como um nome central da vanguarda brasileira da primeira metade do século XX, muito em função de sua produção multidisciplinar, rompendo de forma objetiva e provocativa as fronteiras ainda muito marcadas entre os campos e linguagens.

É importante considerar, que a performance passou a ser meio de expressão utilizado pelos artistas no Brasil, em meio ao Golpe que instaurou a Ditadura Militar

Brasileira (1964-1985) e todas as suas consequências. O AI-5 foi o quinto de dezessete decretos emitidos pelos militares, e fez a violência imperar, sendo a censura uma das principais consequências. O decreto que durou 10 anos também suspendia quaisquer garantias constitucionais, o que por diversas vezes culminou na tortura como instrumento de Estado. A performance enquanto linguagem por natureza política, foi um importante instrumento de resistência artística no país.

Precusores da performance art foram importantes para a consolidação do gênero no País. Ivald Granato (1949-2016) foi um desses artistas, começou na pintura, mas encontrou na performance um meio de expressão, com tanta vivacidade, como suas pinceladas nos quadros. Uma de suas performances mais importantes foi intitulada de *Mitos Vadios* (1978), que se caracterizou como uma paródia da Bienal Latino-Americana de Artes, feita na Rua Augusta, em São Paulo, com a participação de Hélio Oiticica, Hector Babenco, entre outros.

Entre as décadas de 60 e 70, dois artistas surgiram e se destacaram na expansão dos campos artísticos e visuais: Lygia Clarck e Hélio Oiticica. Lygia Clarck (1920-1988), uma das maiores artistas do século XX, esteve profundamente envolvida com o movimento da performance no Brasil. Suas obras trouxeram a participação dos espectadores como força potente para o objeto de arte. Segundo Rodrigues:

Na década de 1960, ela já participa das peripécias neoconcretistas, com Ferreira Gullar e Hélio Oiticica, entre outras figuras importantes desse movimento. Nos primeiros anos de 1970, ela trabalha na Universidade Sorbonne, em Paris, como professora, e leva seus alunos a experimentarem seus trabalhos sensoriais, que poderíamos muito bem chamar de performances. Esses trabalhos dependiam da execução voluntária dos estudantes, o que fazia deles uma experiência artística em si, e reivindicava a ação ativa dos estudantes para a completude da obra. (RODRIGUES, 2012, p. 161)

Uma das criações mais marcantes de Lygia, e com objetivos de ultrapassar os limites da superfície, a obra *Bichos*, uma série construída a partir de 1960, consistia na construção de esculturas de metal, em partes que se uniam com dobradiças, proporcionando ao público interação com o objeto artístico e uma possibilidade de criar novas formas. Considerada uma neoconcretista, Lygia buscava, para seu público, uma experiência sensorial e interativa.

Na obra do artista Hélio Oiticica (1937-1980) encontramos semelhanças com a obra de Lygia, principalmente na estreita relação entre a obra e o espectador. Hélio foi um artista performático, pintor e escultor e seus trabalhos eram uma busca constante de fundir arte e vida.

Ações como tocar, cheirar, vestir, estavam presentes em suas proposições. Nesse sentido, suas obras eram dependentes de uma ativação, criando um sentido único e estimulando a criatividade e o sensorial no público. Observamos isto na obra *Parangolés* (1964-1979), considerada por ele como antiobras de arte. Os Parangolés, eram trabalhos em que as pessoas se tornavam coautores das obras, e ao vestir tais peças, se tornaram agentes de cores e movimentos no espaço. Podemos observar um exemplo de um Parangolé na imagem abaixo:

Figura 2: *Parangolés*, de Hélio Oiticica. *Incorporo a Revolta* (1968).



Fonte: <https://dasartes.com.br/agenda/cosmocapa-masp/>. Acesso: 20 set. 2021.

É importante ressaltar, que em muitos casos, os registros em fotografia e vídeo das performances de diferentes artistas, deram possibilidades de desdobramentos da performance para outras linguagens, como a fotoperformance e videoperformance. Neste último, no Brasil registramos o pioneirismo da artista Letícia Parente (1930-1991), que é considerada a precursora da videoarte no país. Em sua obra *Marca Registrada* (1975) Letícia costura com uma agulha e linha preta, na planta do pé, as palavras *Made In Brazil*, o que se tornou um marco, debatendo, dentre outras coisas, a temática de pertencimento.

A consolidação do gênero no País- anos 80 e 90

Ainda vivenciando respingos da ditadura militar no país, as décadas de 80 e 90 foram contempladas com inúmeros artistas renomados e inconformados, tais como: Ana Cavalcanti, Aimberê César, Ricardo Basbaum, Ivan Cardoso os quais auxiliaram na constituição da imagem da *Performance Art* no Brasil. Os centros culturais Sesc Pompéia e Centro Cultural São Paulo serviam como palcos, espaços de exposição, instalações e acolhiam todos os outros tipos de manifestações alternativas que não se encaixavam em outras esferas artísticas localizadas no eixo Rio- São Paulo. Por conta da evidência bastante expressiva, estes espaços acabaram influenciando a abertura de tantos outros, revelando assim o triunfo da cena alternativa. “Nesses espaços assiste-se a *performance*, videoclipes e aos grupos de *rock-new wave* tupiniquins (COHEN, 1989, p.32)”, além disso “realizam-se uma série de eventos em que se experimenta de tudo: *body art*, teatro da crueldade, tecnologia, arte terapia, intervenção, criação aleatória, etc. Nessa profusão de trabalhos se incluem experiências que vão da alta criatividade à mediocridade (COHEN, 1989, p.33)”, fato é que a performance estava em voga e devidamente instalada.

Márcia X (1959-2005):

Diante desse contexto, dois nomes foram elencados, a fim de ilustrar o arsenal de criações nacionais que percorreram o país neste período. Seguindo a proposta de

linha do tempo, o primeiro nome listado é o de Márcia X, ela deu início à sua carreira na década de 80, quando conquistou prêmio com a obra *Cozinhar-te*. Apesar da pintura ser grande protagonista nesta década, enquanto artista, ela escolheu a *performance* como linguagem principal da sua necessidade de ironizar a sociedade e questionar-se acerca do papel da arte, as criações se desenvolveram, durante sua trajetória, agregando temáticas diversas, mas principalmente abordando a relação entre sexualidade, gênero, religião e infância imbuídos de sarcasmo, drama e humor. Na figura 3, podemos observar o trabalho intitulado *Pancake*:

Figura 3: Performance *Pancake* (2001). Márcia X.



Fonte: <http://marciax.art.br/mxObra.asp?sMenu=2&sObra=1>. Acesso: 20 set. 2021.

A artista tem uma lista extensa de parcerias criativas, sobretudo de maneira profícua com o artista Alex Hamburger, entre as décadas de 80 e 90. Inclusive, o nome artístico advém de um de seus trabalhos em parceria com o artista supracitado:

Vestida com duas “não roupas”, uma capa preta e uma outra transparente e sem nada por baixo Márcia Pinheiro despiu-se até ficar nua. Na época a reação da estilista homônima dizendo dedicar-se a vestir e não despir pessoas fez com que a artista adotasse Márcia X. Pinheiro e posteriormente Márcia X. (<http://marciax.art.br/>)

Além das performances, realizou trabalhos diversos como intervenções, instalações entre esculturas e videoarte em espaços como bienais, espaços culturais e salões de arte. Há de se perceber certa maturidade no desenvolvimento nas obras da artista: de início estrondosa e gritante, posteriormente densa e inquietante.

Irreverentes, Márcia X e suas obras, rompem possíveis parâmetros do que se entendia por *performance*, principalmente por colocar em cena temas tabus resignificando símbolos. A partir dos anos 90, a artista brinca mesclando objetos infantis com objetos do universo pornô, o tom lúdico utilizado entre os elementos causa estranhamento e incita o desregramento, “Os *Kaminhas Sutrinhas*” (1995) trabalho em que mostra posições diversas entre bonecos sem cabeça em mini-camas estampadas. As brincadeiras ocultas sugeriam o toque erótico que por sua vez, causava uma estética atrevida e desconfortável com a sistematização bem pensada

entre os brinquedos. A Série *Fábrica Fallus* (1992-2004) é um trabalho que se prolonga e também versa sobre um universo erótico, sacro e irônico, fundindo elementos, os quais, socialmente e moralmente encontram-se em posições antagônicas.

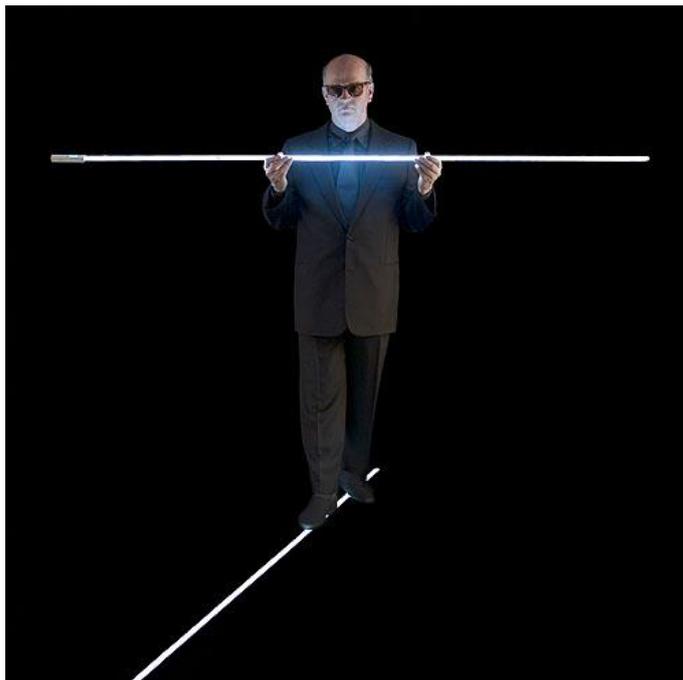
Guto Lacaz:

É importante destacar que nos anos 90 a globalização da arte ganha força em função da infreável informatização, interligando, cada vez mais, linguagens e técnicas para uma arte capaz de percorrer o mundo.

Guto Lacaz teve uma infância de “construir brinquedo para depois brincar”. Este ato ritualístico e processual passou a ser investigado em sua vida adulta quando o artista multifacetado passa a perceber no seu fazer um cunho fortemente dadaísta e começa, a partir daí, utilizar a corrente vanguardista enquanto mote para subsidiar sua arte. O arquiteto, performer, ilustrador e designer define arte como energia. O chamado “professor pardal” das artes plásticas, explora as potencialidades de objetos do cotidiano, os quais, muitas vezes, estão relacionados com o universo do consumo, segundo o próprio artista, ele é o maior colecionador de sua obra.

Em *EletroPerformance* (1984) Guto em parceria com Cristina Mutarelli evidenciam a possibilidade de mesclar diversas mídias como quadros e imagens além da prevalência da presença e da coisa cênica. A sagacidade da proposta performática perpassa por um ponto de vista iconoclasta, crítico e suficientemente clichê. Com jalecos brancos e óculos de proteção, a dupla de artistas interage em uma cena estereotipada que sugere um ambiente bastante científico e criativo. À medida que os artistas manuseiam os aparelhos elétricos dispostos na sala, vemos uma espécie de demonstração debochada de possibilidades de exploração daqueles aparelhos por ambos. A performance multimídia mistura verdadeiras engenhocas iluminadas por luz neon, sons e ruídos musicais operados *à la* John Cage, como podemos observar na figura abaixo:

Figura 4: *Eletroperformance* de Guto Lacaz.



Fonte: <https://edsonkumasaka.wordpress.com/2008/09/11/guto-lacaz-3-performances/>. Acesso: 20 set. 2021.

O tom mágico e lúdico da obra mostra a relação ficcional com o espaço-tempo artístico e, ao mesmo tempo, cotidiano ao utilizar objetos como um aspirador de pó, por exemplo. A obra possui um trabalho empenhado e entranhado com um humor perspicaz. Segundo o pesquisador:

Guto Lacaz centra sua pesquisa no que podemos chamar de uma cenotecnica eletrônica. O espetáculo se enquadra na linha do trabalho formalizado, deliberado. Na Eletroperformance, as cenas (uso dos aparelhos) são rigorosamente ensaiadas e cada efeito é milimetricamente calculado. (COHEN, 2013, p. 82)

Ainda no final da década de noventa o artista apresenta o espetáculo “*Máquinas II*” em que reúne uma saga de anos de investigações e testes laboratoriais. A obra apresenta relações inimagináveis entre objetos em um total de 85 intervenções selecionadas, manipulando expectativas. Brinca com a luz, o silêncio e a plasticidade dos objetos mais uma vez, nessa proposta vemos de vassoura elétrica a um secador de cabelo que passa a virar arma. O artista reconhecido por ter uma de suas primeiras instalações naufragada no lago do Ibirapuera, a exposição flutuante “Auditório para questões delicadas (1989)”, é fã da física e demonstra isso na forma em que lida suas performances e instalações e em *Máquinas II*, não é diferente.

Desta maneira, as obras e intenções dos artistas trazidos aqui se entrecruzam visto que se utilizam de objetos corriqueiros para fazer arte. As relações que emergem do contato com estes objetos além de ressignificar, potencializam a maneira de enxergar determinados itens na cena. A iconoclastia impregnada em ambos fazeres artísticos denota afronta, coragem e uma crítica sócio-antropológica que paira durante as apresentações. Márcia X e Guto Lacaz transitam entre os anos 80 e 90 vigorando arte nos anos 2000.

A Performance no Brasil atual- Anos 2000

A Cambada dos Corpos faz fuleragem mixuruca como forma de vento.

Bia Medeiros

Nas duas primeiras décadas do século XXI, a performance arte no Brasil é pautada por questões que emergiram dos anos anteriores. O caráter multidisciplinar e integrado desta linguagem artística permaneceu nestas últimas décadas e foi marcado principalmente pelas novas mídias que surgiram e que surgem a cada ano.

Se nas primeiras décadas da arte da performance, podemos entendê-la como uma plataforma de superação dos limites do corpo, nas duas primeiras décadas do século XXI, ela caminha para uma espécie de inter-relação entre corpo e vídeo, corpo e imagem, corpo e tela e a virtualização da presença. O corpo virtual, a presença virtualizada, a internet corporificada, enfim, as experiências são promissoras no campo da internet e dos computadores.

Um momento marcante para a performance arte no Brasil no início da primeira década do século XXI, foi o trabalho de Maria Beatriz Medeiros, com a pesquisa sobre a telepresença com seu coletivo Corpos Informáticos:

O grupo de pesquisa Corpos Informáticos formou-se na Universidade de Brasília em 1992 com professores e estudantes em Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual. Participaram do Grupo por vezes músicos, outras, dançarinos. Fomos muitos, somos sempre cerca de 10 artistas. Corpos Informáticos buscava inicialmente pensar que corpo restaria, sobre-viveria, resistiria, re-existiria, (in)surgiria frente às tecnologias. Para tanto, é-foi necessário pensar primeiramente o que é tecnologia, de que tecnologia(s) estamos falando. Considerando-se que a primeira técnica é a linguagem, Corpos Informáticos se propôs a questionar a linguagem envelhecida, domada, adocicada, diria Michel Serres (2005). (DE MEDEIROS, 2017, pg. 33)

O grupo aproximou muito as questões de ressignificação da linguagem, e a tecnologia foi matéria prima para esta pesquisa, partindo do próprio conceito inicial de que a linguagem é uma das primeiras técnicas. A reconfiguração de palavras e termos e a criação de novas denominações nos traz o entendimento de que a performance cria e recria em tempo real diversas maneiras de pensar e estar no mundo. Assim, a linguagem da performance, como o próprio grupo afirma, é aberta, não se traduz em conceitos fechados e está em expansão.

Há também uma pesquisa que envolve o urbano, e que o grupo denomina de “Composição Urbana” ao invés de intervenção urbana. Ou seja, o propósito não é intervir, na perspectiva de se instaurar no local da performance ou *fuleragem*, mas sim de compor ou decompor com os outros agentes e situações encontradas ali no espaço da cidade, do teatro ou da internet.

Figura 5: Performance Kombunda, Corpos Informáticos (2011).



Fonte: <http://corpos.blogspot.com/2011/09/corpos-informaticos-performancem-corpo.html>. Acesso: 16-09-2021.

Ao longo dos anos 2010, muitas questões políticas foram temas para artistas performáticos no Brasil. Um destaque foi a performance *Vôlei na Esplanada no Dia do Golpe* (2016), outro trabalho do grupo Corpos Informáticos. Neste evento, foi possível verificar que a performance pôde questionar a polaridade política que o país estava vivendo, ao formar dois times de performers, um em cada lado do muro criado para separar os manifestantes que estariam acompanhando a votação que decidiu pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff.

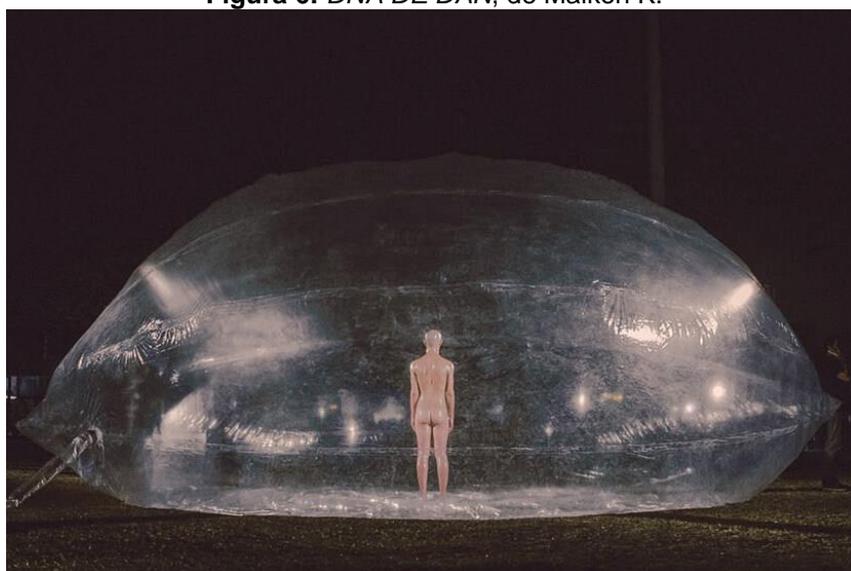
Em 2017, um outro momento significativo e que marca substancialmente as discussões sobre a relação do público com a obra no Brasil, foi o momento em que o performer Wagner Schwartz apresentou a performance *La Bête* no Museu de Arte Moderna (MAM) em São Paulo, SP, na estreia do 35º Panorama de Arte Brasileira. A performance foi inspirada em um trabalho de Lygia Clark, *Bichos* (1960), e que é considerada uma obra viva e das mais significativas da artista. Aqui, o que choca o público não é mais a performance em si, mas o que ela provoca ao gerar um registro em que podemos ver uma criança tocar o corpo nu do artista.

A comoção ou histeria, denominada assim por um magistrado, foi gerada graças as redes sociais, e as imagens colocadas fora de contexto, ou seja, fora do local onde ocorreu a performance, gerou diversas análises e revoltas proferidas por indivíduos que nem sequer estavam no estado de São Paulo. Muitos movimentos e políticos de direita, se colocaram contra o evento artístico e classificaram o artista como pedófilo. Pode-se entender que este capítulo dentro da arte brasileira, é um recorte do que pode ocorrer com o uso da internet no compartilhamento de informações e fake news. A forma como um registro é colocado na rede, sem um trato ou discussão bem construído pode gerar interpretações equivocadas e servirem para pautas, muitas vezes, fora do objetivo inicial e fomentar as discussões de grupos que pregam o conservadorismo e coronelismo. Neste momento, nos pareceu que a

internet foi o “crítico especializado” que conduziu os trabalhos de classificação e conceitualização da obra.

Outra performance, que também ocorreu no ano de 2017, também gerou algo inusitado, sendo o performer e dançarino Maikon K, preso por ter apresentado nu uma performance dentro da programação do evento “Palco Giratório”, em Brasília. No trabalho artístico, chamado *DNA de DAN*, e que já foi apresentado em vários lugares, o artista fica dentro de uma bolha plástica e tem aplicado sobre o corpo sem roupa uma substância que se resseca aos poucos, até formar uma segunda pele. Observamos o trabalho do artista na imagem a seguir:

Figura 6: *DNA DE DAN*, de Maikon K.



Fonte: <https://maikonk.com/dna-of-dan>. Acesso: 20 set. 2021.

O motivo da prisão foi devido a denúncia de que havia um homem nu no espaço urbano. Assim, como na performance de Schwartz, podemos observar que há uma tentativa de criminalizar a arte da performance nestes últimos anos no Brasil, principalmente quando há um crescimento de grupos de direita no cenário político. Esta penalização vem significativamente quando o corpo nu, que ainda é tabu para muitos, é identificado, fomentando assim um processo de limitação na liberdade de expressão.

Por fim e que ainda está em curso, a pandemia de Covid 19 iniciada em dezembro de 2019 e que acomete o mundo ainda em dias atuais, gerou diversos temas e possibilidades de experimentação, embora muitos artistas tenham ficado “paralisados”. Estes tiveram que se reinventar e agora as novas tecnologias não eram mais uma linha de pesquisa, mas sim os suportes principais, sendo a internet a plataforma de realizações e de conexão com o público. Muitos trabalhos e eventos foram realizados no contexto das novas mídias de forma online.

Podemos destacar um dos trabalhos do Grupo EmpreZa, coletivo que desenvolve ações performáticas e que já atua há alguns anos: *Vitral*, uma vídeoperformance, que busca trazer reflexões sobre o cotidiano do afastamento social:

A videoperformance põe em questão uma reflexão diante do nosso cotidiano e de como lidamos com ele inseridos em um contexto de grande vulnerabilidade humana. O ser humano se vê preso e impotente em sua própria vontade de sobrevivência, convivendo simultaneamente com os obstáculos da ansiedade e depressão. O vitral como corpo humano ou como escudo de proteção pode projetar uma nova realidade, mas uma realidade transformada que, infelizmente, não nos preserva e nos desconecta da afetação do mundo exterior. (NAPOLITANO, 2020)

Assim, a história da performance continua sendo escrita, agora dentro de um momento de peste e envolvimento de morte, mas que sempre acontecerá em vida e ação. A presença performática não se dá ao luxo de se abster dos fluxos e fluídos, sendo o sangue um dos motores principais.

Considerações Finais:

A partir dos aspectos analisados, podemos concluir que as obras e artistas abordados no texto encontram-se no patamar da crítica social, cultural, política e econômica, com o intuito de problematizar questões relacionadas às interações entre diferentes registros e pautas inerentes ao Brasil.

A fronteira, em seu sentido geográfico, ideológico e artístico, com toda a sua multiplicidade é fonte de inspiração para estes artistas. Há ainda, a construção de uma estética brasileira a partir da aglomeração e mistura de valores distintos, o que expõe a ideia de que a existência de diversos pensamentos e costumes que formam a cultura atual são o resultado do processo de hibridação que o mundo sofreu e continua a sofrer.

A união de diversas culturas, o engajamento político e ideológico e o questionamento das relações humanas são alguns dos elementos que tornam os trabalhos relacionados a arte da performance únicos e de grande relevância no campo da Arte.

Referências

COHEN, Renato. Performance como linguagem. São Paulo: Perspectiva, 2013.

DE MEDEIROS, Maria Beatriz. Sugestões de conceitos para reflexão sobre a arte contemporânea a partir da teoria e prática do Grupo de Pesquisa Corpos Informáticos. ARJ–Art Research Journal/Revista de Pesquisa em Artes, v. 4, n. 1, p. 33-47, 2017.

GOLDBERG, Roselee. A arte da performance: do futurismo ao presente. Lisboa: Orfeu Negro, 2012.

NAPOLITANO, Thatiana A. “Contaminar e Ser Contaminado: Grupo EmpreZa e a Performance em Tempos de Pandemia”. eRevista Performatus, Inhumas, ano 8, n. 21, jul. 2020. ISSN: 2316-8102.

RODRIGUES, Wallace. A arte vivencial de Adélia Prado e Lygia Clark em contato. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios) - Universiteit Leiden, Países Baixos, 2009.

A MISERÁVEL CONVIVÊNCIA HUMANA NOS PRESÍDIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: A PRECERIZAÇÃO DAS PRISÕES E A CRIMINALIDADE NA SOCIEDADE FLUMINENSE.

Alexandre de Almeida Martins⁴

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise crítica do desenvolvimento sociopolítico da Instituição prisional do Estado do Rio de Janeiro. Considerar através da relação semiótica das prisões, por sua precarização, com a criminalidade na sociedade fluminense. Propõem-se analisar as prisões pela perspectiva do seu caráter “permeável” enquanto instrumento e resultado da circulação de subculturas criminais. A miserável convivência humana nas prisões traz a questão do estabelecimento da ordem social por um viés repressivo. A crítica a Instituição prisional coopera para a compreensão da criminalidade em diversos aspectos.

Palavras-chaves: Instituição prisional. Precarização. Criminalidade.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente a instituição prisional do Estado do Rio de Janeiro, através da perspectiva da relação da vida social intramuros das prisões com a vida vivida nos espaços sociais originários das pessoas em cumprimento de pena de privação de liberdade. Na medida em que consideremos o caráter permeável das prisões do Estado, ou seja, a sua histórica precarização que se resume em confinar sem atuar diretamente no indivíduo. “Desde o começo, a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna ou o hospital, agir com precisão sobre os indivíduos” (FOUCAULT, 2017, p. 216).

A instituição prisional é resultado produzido por sua própria sociedade em sentido amplo, percebidas em suas fases de desenvolvimento sociopolítico. Porém, as prisões não são meras representações de sua sociedade. As suas estereis políticas de atuação sobre o indivíduo, incapazes de proporcionar uma ruptura com os seus papéis sociais e com os sistemas de valores que de alguma forma os mantém e ou os impelem às práticas criminosas. Levanta, também, a questão da política de ressocialização, do quanto o indivíduo será transformado e de qual transformação estamos falando.

Considerando a tese das instituições totais, em contexto as prisões:

Aparentemente, as instituições totais não substituem algo já formado pela sua cultura específica; estamos diante de algo mais limitado do que aculturação ou assimilação. Se ocorre mudança cultural, talvez se refira ao afastamento de algumas oportunidades de comportamento e ao fracasso para acompanhar mudanças sociais recentes no mundo externo (GOFFMAN, 2015, p.23).

⁴ Policial Penal – PPERJ. Graduando em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Graduado em História pela Universidade Iguazu – UNIG. Especialista em Sociologia pela Universidade Cândido Mendes - UCM.

O caráter permeável das prisões do Estado Fluminense estabelece uma relação direta entre os indivíduos internados com seus espaços sociais originários. Essa condição, proposital ou não, produz uma via de mão dupla circunscrita, na qual transitam subculturas criminais. Onde, a instituição prisional é produtora e produto de uma visão de um mundo no sentido de que cada qual ocupa sua posição na estrutura social.

As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, aceitem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas: o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou se não pode <<permitir-se a si mesmo>> implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites (<<isso não é para nós>>) (BOURDIEU, 2007, p. 141).

Não há nenhum interesse em advogar políticas penitenciárias de isolamento completo do indivíduo em cumprimento de pena de privação de liberdade. Muito na contramão disso, compreender a semiose produzida através das interações da vida vivida intramuros com a vida social nos espaços originários das pessoas presas, tem a pretensão em contribuir por uma convivência humanizada nas prisões, e por um enfrentamento a criminalidade mais eficaz e cidadã na sociedade fluminense.

Não existe base para submetê-los ao isolamento; a menos onde aquela circunstância pareça necessária, seja para uma custódia segura, seja para prevenir a contaminação mental que os noviços na arte da desonestidade e da libertinagem, a mãe da desonestidade, estão sujeitos a adquirir dos mestres daquelas artes (BENTHAN, 2020, p. 66).

Observando os condicionantes sociais implícitos e pontuados ao objeto a ser analisado, por uma abordagem empírica pode-se vincular territórios vulneráveis socialmente e sem outras ações de Estado com facções criminosas. A fixação desses grupos em territórios específicos estabelece um mundo social à margem. “quando posso dizer que tanto o tempo (ou a temporalidade) quanto o espaço são invenções sociais” (DA MATTA, 1997, p. 30).

Diante do processo histórico e das fases de desenvolvimento sociopolítico, “a prisão é apenas manifestação paroxística da lógica de exclusão...” (WACQUANT, 2011, p. 106). O Estado do Rio de Janeiro, sobretudo, a Cidade do Rio de Janeiro é historicamente a capital econômica, política e cultural do país. Logo, vive mais intensamente as mudanças sociais e políticas no curso do tempo. Destacando-se por um Estado forte em relação a uma sociedade fraca, desorganizada e sem alguma participação do povo nos principais eventos, como a abolição da escravidão e a proclamação da República. Entre as consequências do processo histórico vivido precipuamente pela Cidade, e ao longo do tempo em quase todo o Estado, está o aumento populacional. Que construiu um feito in loco que interessa a análise do perfil sócio demográfico dos conviventes na Cidade e das pessoas encarceradas nas prisões do Estado do Rio de Janeiro.

Essa população poderia ser comparada às classes perigosas ou potencialmente perigosas de que se falava na primeira metade do século XIX. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, pivetes (a palavra já existia). E, é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja a fama já se espalhava por todo país e cujo o número foi calculado em torno de 20 mil às véspera da República... tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções eram responsáveis por 60% das prisões de pessoas recolhidas à Casa de Detenção (CARVALHO, 2019, p. 18).

Mesmo que por considerações históricas da passagem do século XIX para o XX, o Estado brasileiro patrimonialista e autoritário, ora, empurrado para a “belle époque” diante a lógica burguesa de ordem social com viés repressivo. Baseando-se em um tradicionalismo “cravado” no patronato político do Estado e uma sociedade desorganizada (BRETAS, 2018). Sobressaltadas nas dificuldades em desconstruir uma mentalidade coletiva elitista objetivamente estruturante dos espaços sociais. “O meio ambiente inicial dos atos de fala [...] é neste elemento que se acham submersas todas as formas e aspectos da criação ideológica ininterrupta” (BAKHTIN, 2014, p. 43). Através de violenta repressão objetiva, mas, sobretudo, da legitimação de discursos por grupos dominantes que ocupam o Estado ou valem-se dele.

É devida simplesmente ao fato de que o indivíduo se encontra em presença de uma força que o domina e diante da qual ele se inclina; mas esta força é natural. Ela não deriva de um arranjo convencional que a vontade humana acrescentou inteiramente pronta à realidade; brota das próprias entranhas da realidade; é produto necessário de causas dadas. Desse modo, para fazer com que o indivíduo se submeta a ela de bom grado, não é necessário recorrer a nenhum artifício; basta fazê-lo tomar consciência de seu estado de dependência e de inferioridade naturais – seja através da religião, por meio da qual formula uma representação sensível e simbólica, seja por meio da ciência, por meio da qual formula uma noção adequada e definida (DURKHEIM, 1978, p. 106 – 107).

A Instituição prisional fluminense: em contexto a precarização

Que vai fazer agora o governo? Vai demitir o administrador da Casa de Detenção? Daqui a pouco será obrigado a demitir o cidadão que o substituir, e as coisas continuarão no mesmo pé – porque a causa dos abusos não reside na incapacidade de um funcionário, mas num vício essencial do sistema, num defeito orgânico do aparelho penitenciário. E não há ser a demissão de um administrador que há de consertar o que já nasceu torto e quebrado (BILAC, 1902 apud MAIA et al.(org.), 2009, p. 9).

Nesse “lugar vazio” onde são recolhidas pessoas que, amontoadas ou extremamente amontoadas, são institucionalizadas. E, por esse lugar se debruçam expectativas infundáveis por reformas tão intensamente desejadas, no entanto, são logo seguidas de frustrações. Por uma análise adjacente da instituição prisional em meio à lógica punitiva e do trabalho no emergir do capitalismo:

O cárcere torna-se, assim, o horto botânico, o jardim zoológico bem organizado de todas as “espécies criminosas”. A “peregrinação” neste santuário da realidade burguesa – isto é, neste lugar em que é possível uma observação privilegiada da monstruosidade social – torna-se, por sua vez, uma necessidade “científica” da nova política do controle social. (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 213).

A prisão afeta da forma mais vil a condição humana. Porém, passada a eminência do afeto há um processo de associação dentro da coletividade carcerária. Por questões primárias que vão da sobrevivência em um ambiente hostil, chegando até as mais complexas redes e hierarquias de poder dentro dos grupos criminosos.

Grupos formais e informais são frequentemente constituídos pelas expectativas que lançam sobre seus integrantes. Ao fazê-lo, excluem quem eles presumem não viver segundo tais requisitos. Quando esses hiatos de compreensão se instalam entre grupos, costumam ser preenchidos por suposições estereotípicas. Assim, é possível afirmar que o fato de podermos nos ajustar às condições de atuação no interior do grupo limita nossa liberdade, ao nos impedir de realizar experiências pobremente mapeadas e imprevistas, encontradas para além dos limites do grupo. Tendo sido treinados segundo os meios e significados de nosso agrupamento, tornamo-nos, assim, liberados para praticar nossa liberdade, sob a condição, porém, de ficarmos limitados a ideias e territórios específicos (BAUMAN; MAY, 2010, p. 37).

A precarização da Instituição prisional em seu caráter “permeável”, historicamente e por efeitos imediatos perturbam a aquinhoadada cidadania do país. Na medida em que a porosidade das prisões cristaliza a cumplicidade e, também, em algum ponto mantém e promove, pela lógica repressiva do enfrentamento, a criminalidade no Rio de Janeiro. O fenômeno da criminalidade na sociedade fluminense criou raízes tão profundas que as políticas de segurança pública até hoje não conseguiram alcançá-las. Ainda, que pelo consagrado entendimento onde o Estado deveria agir pela integração das políticas públicas, para que se realize com eficácia plena uma rede de proteção social e segurança pública.

Envolvidas pela “lógica extrajudicial” as instituições prisionais não só não atuam efetivamente sobre o indivíduo como, em um sistema viciado e defeituoso, tornou-se permissiva e entremeada com a criminalidade. Considerando as fases de desenvolvimento sócio histórico e as bases teóricas epistemológicas têm-se revestido a instituição prisional como somente o instrumento mais intenso de perversão de poder e hierarquização social.

Como “a Casa de Detenção era um lugar de encontro privilegiado entre o Estado e a sociedade”⁵. Já dispondo o caráter permeável, explicitada pela demografia carcerária onde os marginalizados e excluídos encontram pela segunda vez com o Estado, a primeira com a polícia. A Instituição prisional é a sentença final de um julgamento por uma “Justiça que nunca existiu”.

⁵CHAZKEL, A. “Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República”. In: MAIA, Clarisse Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). História das Prisões no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017. Volume II, p. 9.

O caráter permeável destina as instituições prisionais do Rio de Janeiro em um papel invertido, pois tanto as prisões quanto determinadas regiões do Estado são ocupadas por grupos criminosos. Não sendo demais dizer dominadas por esses grupos. São várias as regiões que se encontram submetidas ao poder da força bélica e pela dominação através do imperativo de regras de comportamento e convivência ditadas por esses grupos. Já nas prisões há o reconhecimento desses grupos pelo Estado, muito em decorrência da precarização histórica das instituições prisionais. É quase uma espécie de incentivo a esses grupos, a pretexto de controlar as tensões intramuros. Patrocinando notoriedade e, principalmente, ampliando seus poderes na estrutura da criminalidade, dentro e fora das prisões do Estado. Com maior efeito desse entrelaçamento, as instituições de segurança pública reconhecem, atuam sob essa lógica e, em última análise, legitimam esses grupos criminosos.

Para Michel Foucault (2017), a prisão teria como função definir determinados indivíduos como criminosos. Contribuindo desta forma para constituir uma hierarquia de poder dentro da sociedade. Deliberando, assim, qual tipo de crime e criminoso combater em detrimento de reprimir crimes e criminosos pertencentes a grupos detentores de status e poderes na sociedade.

A instituição prisional enquanto instrumento de controle social, todavia, está entre as formas institucionalizadas de administrar conflitos e integra o sistema de justiça do país, inserida nos contextos históricos e políticos. Exposta as ideias e valores vigentes sobre a criminalidade e o ordenamento social.

Durante o período mais duro da Ditadura Militar no Brasil pós-64 entrou em vigor o Decreto-lei nº 898, de 29 de Setembro de 1969, Lei de Segurança Nacional de 1969 (LSN-69). Entre outras, define como crime contra a segurança nacional, a ordem política e social do país, os assaltos a bancos. A universalidade da tipificação do ato criminoso – assaltar bancos. Os assaltantes de bancos comuns e os que militavam na luta armada pela resistência ao regime militar tiveram o mesmo enquadramento punitivo. “A consequência que mais interessa aqui foi aproximar a violência política da violência comum, fazendo com que se modificasse a representação coletiva do crime”⁶.

No entanto, sob o alcance da LSN-69 se estabeleceu uma convivência compulsória entre presos políticos e presos comuns. Na Ilha Grande, Estado do Rio de Janeiro, que serviu de cenário para o que estava por ser criado.

No fim da década de 1970, no presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande, surgiu a Falange Vermelha, embrião dos grupos criminosos atuais. É dessa convivência, entre outros, que se deu o emprego de discursos reivindicatórios com ares de cunho social e político, prolatadas por esses grupos criminosos dentro e fora das prisões. Outras tantas, uma construção folclórica de uma assistência social, também, dentro e fora das prisões do Estado. Quando para nada mais serviriam do que tentar justificar e legitimar suas ações criminosas.

Quando do processo histórico de interiorização da execução da pena, exclusivamente em instituições prisionais, onde no Brasil se deu pelo final da década

⁶DA SILVA, L. A. M. “Violência e ordem social”. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 28.

de 1830. Narrativas jornalísticas e até literaturas do gênero incitavam o público e fizeram habitar no imaginário coletivo as suas construções sobre as prisões.

O assalto a banco é uma modalidade criminosa que, preferencialmente, se realiza em grupo. Não se trata da gênese da organização para o objetivo assalto a bancos. Mas, sim da associação de pessoas para fim de cometimento de crimes, fora e dentro da instituição prisional. Ao passo que a prisão tornou-se espaço institucionalizado de reorganização e organização criminosa e vice-versa.

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos, mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. A atividade do trabalho não requer a presença de outros, mas um ser que trabalhasse em completa solidão não seria humano, e sim um *animal laborans* no sentido mais literal da expressão (ARENT, 2020, p. 27).

A precarização da instituição prisional do Estado do Rio de Janeiro propiciou, intencionalmente ou não, uma relação semiótica com os espaços sociais originários das pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade. De certa monta, definindo espaços e pessoas perigosas, frente a um padrão estético e comportamental acabando por ensejar em políticas públicas discriminatórias de enfrentamento à criminalidade. Ao custo de mantê-las pelo viés exclusivamente repressivo, sem considerar outras as ações de Estado a fim de instituir uma rede de proteção social e enfrentar permanentemente o cerne da criminalidade fluminense.

A miserável convivência humana

“Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer habitar” (HEIDEGGER, 1951 apud CARVALHO, 2019, p. 122).

Os muros da prisão do Estado do Rio de Janeiro são transponíveis quando se trata do externo mundo social com seus sistemas de valores. Sobretudo, deveria não ser, ao menos, no que se refere ao trânsito das subculturas criminais. A precarização das instituições prisionais em seu caráter permeável assume dois aspectos relacionados: o primeiro se baseia na conveniência por parte do Estado, onde, classifica oficialmente o indivíduo e ou grupos alvos circunscritos para a atuação das políticas de segurança. “monopólio da violência simbólica legítima... o Estado, detentor do monopólio na nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem”⁷ (4).

O segundo aspecto trata-se de um circuito ininterrupto em via de mão dupla de subculturas criminosas, independente se provocado ou não pelo Estado, se relaciona diretamente a convivência social no interior da instituição prisional transacionando com os espaços sociais extramuros, também permeados pelas subculturas criminais e pelo imperativo violento dos grupos criminosos. No entanto, esses espaços são correlatos com os espaços sociais originários das pessoas que se encontram cumprindo pena de privação de liberdade, mas não necessariamente os mesmos. Para tanto carece de uma acuidade analítica. Por fim de compreender a miserável convivência humana não tão somente pelos desígnios materiais.

⁷BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Trad. Fernando Tomaz. p. 149.

Os sonhos de um homem doente se distinguem frequentemente por um relevo inusual, pela expressividade e uma excepcional semelhança com a realidade. Às vezes forma-se um quadro monstruoso, mas o clima e todo o processo de toda representação chegam a ser aí tão verossímeis e cheios de detalhes sutis, que surpreendem, mas correspondem artisticamente a toda a plenitude do quadro, que não podem ser inventados na realidade por esse mesmo sonhador... Tais sonhos, doentios sonhos, sempre ficam por muito tempo na memória e produzem forte impressão sobre o organismo perturbado e já excitado do homem (DOSTOIÉVSKI, 2016, p. 61).

O caráter permeável da instituição prisional do Estado permite o transpassar do “status” precipuamente criminoso da pessoa presa, legitimado em seu mundo. “Usamos a palavra “mundo” com relação ao homem e “seu mundo”, ou seja, seu espaço vital, seu campo visual, seu horizonte de formação e de compreensão.”⁸ (5) As características desses “status” estão na perspectiva do que deveria, e do que verdadeiramente se estabelece. Para a Instituição interessa o grau de importância na hierarquia da criminalidade, o poder econômico e político do preso. A ordem de importância depende de uma orquestração inconstante das dinâmicas sociais, das relações de convivência interna e externamente as prisões.

No interior da prisão não há planificação com relação ao preso, muito pelo contrário há uma hierarquização aceita e até estimulada. Quando “deve-se notar que ao suprimir dessa forma as diferenças externamente válidas, a instituição total “mais dura” pode ser a mais democrática.”⁹ O caráter permeável das prisões reproduz intramuros a lógica de exclusão e exploração social, e institui por fomentações a estrutura criminosa da sociedade fluminense.

Nessas condições o Estado torna-se o impulsionador do fenômeno da criminalidade na sociedade fluminense. E, ao ignorar a importância da “impermeabilidade” nas instituições prisionais, em última análise, se envolve em uma trama perniciosa com o crime, a violência e a corrupção institucionalizada através de estreita convivência.

A criminalidade na sociedade fluminense

As vantagens da sociedade devem ser igualmente repartidas entre todos os seus membros. No entanto, entre os homens reunidos, nota-se a tendência contínua de acumular no menor número os privilégios, o poder e a felicidade, para só deixar à maioria miséria e fraqueza. (BECCARIA, 2013, p. 19).

Pobre de quem tem de se haver diretamente com as leis e instituições impessoais do Estado na sua lógica jurídica que “não pode parar” e tem razões que o coração deve desconhecer. Nota-se, pois, que entre nós o Estado é poderoso não como mero instrumento de classe, mas, sobretudo, como área dotada de recursos e leis próprias (DA MATTA, 1997, p. 23).

⁸ CORETH, E. Questões fundamentais de Hermenêutica. São Paulo: Ed. USP, 1973. Trad. Carlos Lopes de Matos. p. 61.

⁹ GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2015. Trad. Dante Moreira Leite. p.106.

A sociedade fluminense contemporânea inscreve-se naquilo que os estudiosos denominam de “modernidade tardia” ou “alta modernidade”. Entre outras, duas são as perspectivas que se relacionam diretamente entre si, e interessa para uma compressão do fenômeno da criminalidade: Um sentido de crise não como suspensão, mas sim um estado de coisas um tanto quanto permanente. No que diz respeito à criminalidade talvez se justifique essa perspectiva no caso específico da sociedade fluminense, pois se instalou, pelo menos, uma permanente sensação de insegurança. Justificada, também, pelas constantes ações de grupos criminosos armados em disputas por domínio de territórios para fins de comercialização de entorpecentes, ou no enfrentamento aos policiais. Sem mencionar outros tipos de crimes violentos. A outra seria o sentido de concorrência ligada à eliminação.

Tornando ainda mais visível uma sociedade extremamente desigual, excludente e violenta, uma “cidade partida”¹⁰.

As margens incriminadas servem de esgoto para onde os eflúidos inevitáveis, mas excessivos e venenosos, da sedução consumista são canalizados, de modo que as pessoas que conseguem permanecer no jogo do consumismo não se preocupem com o estado da própria saúde. Se, contudo, esse for, como sugiro ser, o estímulo primordial da atual exuberância do que o grande criminologista norueguês Nils Christie denominou “a indústria da prisão” (BAUMAN, 1998, p. 57).

Todos os sentidos comprometidos em conceber uma “cidade civilizada” se colocaram em oposição à “cidade do povo”. Construindo ideias e visões “estigmatizantes” fundamentadas por narrativas tecnicistas e higienistas com pretexto de deixar no passado “a cara” miserável da cidade. Sendo o Rio de Janeiro

Capital da República do fim do século XIX a meados do XX, centro político e cultural do país, já seria justificativa mais que suficiente para que as elites brasileiras desejassem a Capital do país à moda europeia. Nem que para isso custasse o “bota abaixo” das moradias populares com atuações da polícia. Por tanto, para compreensão desse processo a luz da teoria do controle social, entre outras, a melhor encontra-se na “combinação de duas abordagens, a produtora de conformidade e a repressora do desvio” (HUDSON, 1997 apud GIDDES; SUTTON, 2016, p. 277).

Conforme o aumento populacional, final do século XIX e início do XX, diante a conjuntura econômica do país e, pelo efeito do processo de transformação da Cidade do Rio de Janeiro à moda europeia levou a poluição pobre desprotegida a migrarem para os morros e subúrbios do Estado. Considerando o processo histórico da relação entre as “favelas” e o Estado por uma periodização traz as marcações temporais em diferentes regimes políticos e períodos pelos quais o país atravessou.

No entanto, antes de tudo vale ressaltar que historicamente a questão da favelização é anterior a “categoria favela”, no Rio de Janeiro. Então, favela revestiu-se do significado de habitações irregulares, insalubres e lugar de criminoso. Como “já em 1900 o Jornal do Brasil proclamava ser aquele um lugar “infestado de vagabundos e criminosos que são sobressaltados das famílias” (8).

¹⁰ VENTURA, Z. Cidade Partida. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Desde então a sociedade fluminense, dentro do contexto nacional e internacional, ampliou sua capacidade de produzir “massas de invisíveis”. Todavia, a intenção aqui é assinalar construções das representações desses espaços sociais através da convivência e interações sociais. Sobretudo, pela miserável convivência humana com a criminalidade fertilizada pela carência material, desamparo estatal e a designação de “não cidade”. Chegando até aos olhares de encanto dos vizinhos próximos geograficamente, mas de tão “longas distâncias” com relação as suas condições socioeconômicas. Entretanto, se voltarmos a essa sociedade serão encontrados “cacos” e “marginalizados” com suas próprias representações de seus tempos e espaços. Que ao passo de uma engenharia social, como um “panóptico” acabado e em obediência a ordem, fixa indivíduos em determinados espaços a cargo desta razão. “Dominação é probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis” (WEBER, 2015, p. 33).

É evidenciada uma relação tensa e estigmatizada entre os conviventes desses espaços, sobretudo aos que sobrepujam as subculturas criminosas. “O indivíduo estigmatizado tem uma tendência a estratificar seus “pares” conforme o grau de visibilidade e imposição de seus estigmas” (GOFFMAN, 1988, p. 117). A universalidade cultural, de comportamentos, de ritos, hábitos e costumes desses espaços sociais, em permanente construção, impede uma perspectiva restritiva quando da pretensão em compreendê-las. Pelas discriminações, o regime cruel da fome, da falta de saúde básica, a “não cidade” deixaram marcas históricas. E, as armas, as drogas, cadáveres “a céu aberto” pairando sobre seus corpos e mentes fizeram da convivência humana uma miserável.

A prisão pode ter tido na boca a sua origem; a relação de ambas exprime a relação entre poder e força. No interior da boca já não resta nenhuma esperança real; ali não se tem mais espaço ou tempo. Em ambos esses aspectos, a prisão é ampliação da boca (CANETTI, 2019, p. 356).

Considerações finais

Esses miseráveis veem reluzir os tesouros do tirano e admiram deslumbrados a radiância de seu poder. Cegados por essa claridade, aproximam-se, sem perceber que se lançam à chama que inevitavelmente os consumirá. (LA BOÉTIE, 2017, p. 77).

A importância da análise crítica das fases de desenvolvimento sociopolítico da instituição prisional do Estado do Rio de Janeiro passa necessariamente pelas considerações dos processos históricos envolvidos. Principalmente, pela relevância e emergência do tema para a sociedade fluminense. A prisão é objeto de estudos especializados, mas desperta grande interesse ao público em geral. Quando o Estado passou a ocultar ao público a execução da pena acabando por incitar o imaginário coletivo, com maior frequência sobre construções míticas, fabulosas e até grotescas. O que não significa negar os desrespeitos à lei e a degradação da condição humana. No entanto, as distorcidas difusões de narrativas, que comprometidas por toda ordem de interesse tornam-se um desserviço a aquilo mesmo que julgam combater.

Não se trata de atribuir seletividade ao tema, pelo contrário, quanto maior a disseminação das discussões aprofundadas aumentam as possibilidades de

deslumbrar mudanças significativas. Porém, são evidenciadas construções de narrativas legitimadoras e a critérios daqueles que pertencem ou são reconhecidos por grupos dominantes. Que em última análise, não contribuem em nada, a não ser para manter a ordem das coisas.

Embora a Instituição prisional fluminense não seja mera representação da sociedade constata-se uma estreita relação entre elas, precipuamente com os espaços sociais denominados “perigosos”, que por muito são os espaços sociais originários das pessoas presas, mas não necessariamente. Através da precarização da prisão em seu caráter permeável, acaba em desfavor ao enfrentamento a criminalidade. Pois, seu caráter permeável deixa transitar, proposital ou não, subculturas criminais em vias de mão dupla. De certo modo interessando ao reconhecimento de criminosos e grupos de criminosos. Mas, o que seria um processo de “rotulação pejorativa” passou a ser uma espécie de exaltação institucionalizada de grupos criminosos. Pelo pretexto de controlar as tensões das precárias prisões do Estado, suscitando atendimento aos interesses políticos e econômicos dessa relação promíscua. Que por sua vez salienta as inócuas políticas de segurança pública, quando da exclusiva repressão policial em determinados espaços, e a indivíduo ou a indivíduos ditos “perigosos”. Deixando a população pobre e desproteja entre a tirania dos grupos criminosos, armados e violentos e um Estado repressor, incapaz e garantidor da ordem das coisas, ou seja, o opressor sendo opressor e o oprimido, oprimido.

A Instituição prisional do Estado do Rio de Janeiro é resultado do processo histórico em desdobramentos das fases de desenvolvimento sociopolítico do país. Nasceu defeituosa, distante das pretensões humanistas talvez por isso permaneça “catatônica”. Corroída por dentro pelas chagas da corrupção. Um Estado “privatizado” por governos lesos e com seus interesses criminosos, incapazes de gerir as instituições e sem o menor zelo para com o bem comum.

Uma sociedade implacável, sedenta por atuar inconvenientemente em uns e em outros, em nós, e entre nós, ainda, destilamos ares de boa gente. Uma hierarquia social sempre pronta a se levantar e dizer onde é nosso lugar. Uma violência oficial e a não oficial em disputa, uma guerra. Sem vencedores, somente vencidos.

A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra a nossa desordem (HOLLANDA, 1995, p. 33).

Referência bibliográfica

- ARENT, H. A Condição Humana. 13ª ed. Rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020. Trad. Roberto Raposo.
- BAKHTIN, M. M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 16ª ed. São Paulo: HECITEC Editora, 2014. Trad. Michel Lahud; Yara Freteschi Vieira.
- BAUMAN, Z. O Mal-Estar da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Trad. Mauro Gama; Cláudia Martinelli Gama.
- BAUMAN, Z.; MAY, T. Aprendendo a Pensar com a Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Trad. Alexandre Werneck.

- BECCARIA, C. Dos Delitos e das Penas. 2ª ed. São Paulo: Edipro, 2015. Trad. Paulo M. Oliveira.
- BENTHAN, J. [et. al.]. O Panóptico. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Trad. Garcia Lopes Louro; M. D. Magno; Tomaz Tadeu.
- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007. Trad. Fernando Tomaz.
- BRETAS, L. M. A Guerra das Ruas, povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889 – 1907). Rio de Janeiro: Gramma, 2018.
- CANETTI, E. Massa e Poder. São Paulo: Cia das Letras, 2019. Trad. Sergio Tellaroli.
- CARVALHO, B. Cidade Porosa, dois séculos de História Cultural do Rio de Janeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019. Trad. Daniel Estil.
- CARVALHO, J. M. de. Os Bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- CORETH, E. Questões Fundamentais de Hermenêutica. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1973. Trad. Carlos Lopes de Matos.
- DA MATTA, R. A Casa & a rua. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DA MATTA, R. Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DURKHEIM, É. As Regras do Método Sociológico. 9ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir, nascimento da prisão. 42ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Trad. Raquel Ramallete.
- GIDDENS, A.; SUTTON, P.W. Conceitos Essenciais da Sociologia. 1ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2016. Trad. Claudia Freire.
- GOFFMAN, E. Estigma, Notas sobre a Manipulação da identidade Deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988. Trad. Márcia Bandeira de Melo L. Nunes.
- GOFFMAN, E. Manicômio, Prisões e Conventos. 9ª ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2015. Trad. Dante Moreira Leite.
- HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- LA BOÉTIE, E. Discurso sobre a Servidão Voluntária. São Paulo: Edipro, 2017. Trad. Evelyn Tesche.
- LIMA, S. R.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de. (orgs.). 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- MAIA, C. N. [et. al.]. História das Prisões no Brasil. v. I e II. 1ª ed. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.
- MELSSI, D.; PAVARINI, M. Cárcere e Fábrica, As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX). 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. Trad. Sérgio Lamarão.
- VALLADARES, L. do P. A Invenção da Favela, do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VENTURA, Z. Cidade Partida. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- WACQUANT, L. As Prisões da Miséria. 2ª ed. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Trad. André Talles.
- WEBER, M. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª ed. Brasília: Editora Unb, 2015. Trad. Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa.

O SAGRADO DO RECÔNCAVO E A IMPORTÂNCIA DA LEI ALDIR BLANC PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMONIO AFRO-RELIGIOSO

Aloisio Souza Castro Junior¹¹

RESUMO: As comunidades de religiões de matriz africana vêm enfrentando um estado de retrocessos na garantia de direitos historicamente conquistados por seus movimentos. A face do racismo, presente na sociedade brasileira, se fortaleceu enquanto discurso e prática, o que fez crescerem os episódios de violência contra a população de matriz africana. Sendo assim, o artigo busca apresentar o quão benéfico foi a implantação da Lei Aldir para o desenvolvimento de subsídios culturais e pedagógicos direcionados à educação para o combate da intolerância religiosa.

Palavras – Chave: Aldir Blanc; Intolerância; Afro-religioso; Recôncavo.

INTRODUÇÃO

As comunidades de religiões de matriz africana vêm enfrentando um estado de retrocessos na garantia dos direitos historicamente conquistados pelos movimentos sociais. A face do racismo, presente na sociedade brasileira, se fortaleceu enquanto discurso e prática, o que fez crescerem os episódios de violência contra a população de matriz africana, desta forma mais importante do que criar leis que barrem estas práticas covardes, se faz necessário criar subsídios que transformem as mentalidades através do conhecimento, consciência e desmitificação.

O objetivo deste trabalho é demonstrar como a Lei Aldir Blanc colaborou para a promoção do combate à intolerância religiosa através do conhecimento e desconstrução de mitos negativos, tendo como propósito a reunião de subsídios que reconheceram os templos de religiões de matriz africana como local de produção de cultura.

Embasado na análise do projeto de salvaguarda da memória cultural sagrada de dez casas sagradas de matriz africana do recôncavo baiano contemplado pela Lei nº 14.017/21, conseguiremos entender a importância da lei emergencial que reconheceu as comunidades tradicionais, de modo pioneiro como produtores de cultura. De acordo com Soares (2020), os terreiros de religião de matriz africana, afro-brasileira e ameríndia são espaços culturais, pois possuem o “Conhecimento Tradicional Associado” (CTA), que é a informação ou prática, individual ou coletiva, de povo indígena ou comunidade tradicional, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético.

O trabalho pauta-se na defesa da democracia, da liberdade e do direito à prática religiosa, constituindo um estudo fundamental e estratégico na produção de respostas ao presente ambiente recrudescido às comunidades tradicionais de matriz africana, e desta forma assegurarmos a defesa e o debate acerca da tradição e da

¹¹ Tecnólogo em Gestão Empresarial. Sambista. Sambólogo. Graduando em Licenciatura em História - UniFCV. Pós-Graduando em Direitos Humanos e Relações Étnico-Sociais – FAVENI. Também desenvolve pesquisas sobre a História do Samba, Relações Étnicas e Educação Antirracista.

cultura das matrizes africanas como espaços de preservação de fé e religiosidade africana e afro-brasileira.

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

CULTURA

Segundo o Dicionário Etimológico (2021), a palavra cultura tem origem no latim, “*culturae*”, que significa “ação de tratar”, “cultivar” ou “cultivar a mente e os conhecimentos”. Originalmente, a palavra “*culturae*” se originou a partir de outro termo latino: “*colere*”, que quer dizer “cultivar as plantas” ou “ato de plantar e desenvolver atividades agrícolas”. À medida que o tempo foi avançando, realizou-se uma analogia entre o cuidado na construção e tratamento do plantio, com o desenvolvimento das capacidades intelectuais e educacionais das pessoas.

O conceito de cultura refere-se às formas de vida dos membros de uma sociedade ou de grupos dentro da sociedade, incluindo todas as formas de arte, com suas linguagens próprias (a literatura, a música, as artes plásticas, etc.), as várias formas de expressão que se manifestam no modo de vestir das pessoas, em seus costumes, em seus padrões de comportamento, os seus rituais religiosos, as suas ideias, crenças e princípios orientadores da vida (como as teorias científicas, as doutrinas religiosas e as ideologias).

A cultura é um vasto campo que abrange tanto as ideias abstratas que traduzem a vida da imaginação e do pensamento, com suas linguagens próprias, quanto os arranjos sociais e os instrumentos que permitem e favorecem a cooperação entre as pessoas nas formas das organizações sociais, possibilitando melhorar nossa habilidade em alcançar o que precisamos e desejamos para nós mesmos. Dessa forma a noção de cultura envolve tanto aspectos “intangíveis” - como valores, crenças, ideias, teorias e normas sociais- quanto aspectos “tangíveis” – como objetos, produtos do trabalho, das artes, da ciência e da tecnologia.

DIVERSIDADE CULTURAL

Por diversidade, de acordo com Gonçalves e Ribeiro (2012, p.07), entende-se uma gama de questões como diferenças de classe, território, cor/raça, etnias, etc., Na tentativa de respeitar a “diferença”, o termo passou a ser usado sem muita precisão, no entanto quando nos direcionamos para a pluralidade cultural brasileira, o conceito de diversidade cultural nos permite perceber que as identidades culturais nacionais não são um conjunto monolítico e único.

Ao contrário, podemos e devemos reconhecer e valorizar as nossas diferenças culturais, como fator para a coexistência harmoniosa das várias formas possíveis de brasilidade. O respeito a eventuais diferenças entre os indivíduos e grupos humanos, deve ser condição principal para a cidadania. A convivência deve ser eficaz tanto nos diálogos como nos intercâmbios expressos através das diversas linguagens e expressões culturais, para a superação da violência e da intolerância entre indivíduos e grupos sociais.

O conceito de Diversidade Cultural é fator fundamental para a construção contemporânea das Políticas Públicas, especialmente nas áreas da Cultura e das

Políticas Sociais. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e os atuais esforços desenvolvidos pela UNESCO, em torno de uma futura Convenção Internacional sobre a proteção e promoção da Diversidade Cultural, evidenciam a centralidade dessas discussões. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e a dimensão cultural é indispensável e estratégica para qualquer projeto de desenvolvimento.

A DIVERSIDADE CULTURAL NO BRASIL

A diversidade cultural é um fenômeno que sempre acompanhou a humanidade. No Brasil, há diversas tradições culturais, algumas mais popularizadas e outras pouco conhecidas. Algumas valorizadas outras pouco respeitadas. É constitutivo das sociedades humanas apresentarem um mecanismo diferenciador, quando o encontro de duas sociedades parece gerar um resultado homogêneo em seu interior surgem diferenças significativas, que marcam as fronteiras entre os grupos sociais.

Por outro lado, sociedades que estão em contato há muito tempo mantêm com zelo os elementos significativos de sua identidade. A diversidade brasileira, não se esgota com as sociedades indígenas e as comunidades quilombolas. Os movimentos negros há muito nos lembram de que a origem da população de afrodescendentes com seus universos culturais, suas formas de resistência, suas sabedorias e construções de conhecimentos, sua visão de mundo, organização, luta etc. acaba por definir um universo de referência específico a esses grupos.

O Brasil tem uma notável diversidade criativa. A diversidade cultural pode ter um papel central no desenvolvimento de projetos culturais no país, especialmente com ênfase nos indígenas e afrodescendentes. Ao tentar enfrentar seu problema mais urgente – a desigualdade social – o país vem descobrindo a forte influência da cultura para a configuração dessa realidade, bem como seu potencial de transformação social do cenário atual. Falta ainda uma abordagem cultural mais profunda com relação aos povos indígenas e aos afrodescendentes. Estes dois grupos de minoria apresentam os piores indicadores sociais do país, mas que apenas nos últimos anos passaram a ser alvo de políticas sociais específicas.

POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

Povos Tradicionais de Matriz Africana, de acordo com SEPPIR (2016) são:

- Povos em luta desde a diáspora e a escravização;
- Povos com cultura de origem identificável cronológica e geograficamente e, cujas trajetórias, incluindo perdas e desaparecimentos tanto quanto resistência e renovação, preservam, inventam e reinventam sua tradição, sua fonte de saber e sua identidade.
- Povos em luta.

Os Povos Tradicionais de Matriz Africana não se constituem em uma unidade homogênea, mas em uma diversidade integradora. Os três grupos em maior número no território brasileiro, segundo SEPPIR (2016) são os povos *bantu*, *fon* e *yorùbá*, não só a partir das divisões dos grupos linguísticos e seus espaços geográficos, mas

também a partir de macro padrões culturais, sociais, rituais, estéticos e plásticos, alimentares e performáticos.

A tradição para os Povos de Matriz Africana, conforme SEPPIR (2016) é entendida não como uma fixação no passado ou a elementos anacrônicos, mas sim como “lugar que se ritualiza a origem e o destino, ou seja, tradição como ritualização da origem de todos”, ressaltando que “nem todos ritualizam” origens e destino.

Segundo Bispo, Bevilacqua e Santos (2010), A tradição transmitida oralmente é tão precisa e tão rigorosa que se pode, com diversas confirmações, reconstituir os grandes acontecimentos dos séculos passados nos mínimos detalhes, especialmente a vida dos grandes impérios ou dos grandes homens que ilustraram a história africana.

A ritualização da origem e do pertencimento dos povos tradicionais de matriz africana acontece nos lugares conhecidos no Brasil como "terreiros" ou "roças", por meio de vivências, de práticas e construções simbólicas. Pensando e vivenciando o presente, essas práticas apontam para o futuro da existência ao mesmo tempo em que, sem cortar o fio histórico e condutor, remetem à ancestralidade e à origem.

TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

Os territórios tradicionais, conhecidos como “quilombo”, “roça” ou “terreiros” são lugares de singularidades arquitetônicas, ou seja, são únicos, autênticos e particulares que estão dentro de um recorte de universo em uma configuração espaço – temporal. Segundo IPAC (2011), nos terreiros de candomblé e nos demais territórios tradicionais, o singular não constitui uma regra, por motivo do universo de pluralidade, de diversidades e de multiplicidades de configurações formais. SEPPIR (2016), ainda explica que os terreiros se constituem espaços de busca do sentido de pertencimento. Embora tenham recebido diferentes denominações a depender da região do país, prevaleceu em todos esses territórios tradicionais de matriz africana, "um conjunto organizado de representações litúrgicas" que tornam esses espaços/terreiros "territórios político/mítico", lugares de resistência, transmissão de conhecimentos e preservação de identidades.

Os terreiros se tornaram ao longo das décadas, lugares privilegiados de manutenção, construção e reconstrução tanto da tradição quanto de sua identidade religiosa, considerando que, no caso dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, o vínculo entre essas duas esferas é intrínseco e indissolúvel. Os territórios tradicionais negros são espaços de alta complexidade, por serem onde se ritualizam origem e destino e onde tomam forma a cultura, as representações e os valores ancestrais. Conforme Bispo, Bevilacqua e Santos (2010), são os tradicionalistas, mestres responsáveis para a transmissão dos conhecimentos que possuem sobre seu povo, na maioria das vezes, eles ainda exercem ofícios ancestrais como a de ferreiro e tecelão.

Os territórios negros são essenciais para a identidade, à preservação da cultura e a resistência do povo negro ao longo da história e são peças-chaves para a elaboração das políticas públicas em âmbito nacional.

CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS

Os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, segundo Soares 2021, estão relacionados à natureza, aos seres vivos e ao meio ambiente, e

fazem parte da prática cotidiana de povos e comunidades, este conhecimento integra o patrimônio cultural brasileiro pertencente aos povos indígenas e as comunidades tradicionais, e outros grupos culturalmente direcionados para esta prática desde que se reconheçam como tal.

Os detentores de conhecimentos tradicionais associados são as pessoas que convencionamos denominar como *griôs* – pessoas de memória espetacular e são capazes de guardar fatos de antigamente até os dias atuais. Soares (2021), ainda explica que esses grupos possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. A música, a dança, a gastronomia, o artesanato, o vestuário, os acessórios, a confecção de instrumentos, somados as pesquisas e as formações, além da difusão de saberes são atuações diretamente ligadas às expressões culturais afro-ameríndias, que o povo de santo, prática no Brasil.

Transmissores de Conhecimento Ancestral de Matriz Africana

- Artesão de paramentos;
- Benzedeira;
- Cantador;
- Construtor de instrumento;
- Contador de histórias;
- Costureira de axé;
- Cozinheira de axé;
- Escultor;
- *Griôs* Integrante de comunidade de axé;
- Liderança de comunidade de axé;
- Mestres;
- Ogã;
- Reparador de instrumento;
- Rezadeiras;
- Tocador;
- Zelador de comunidade de axé.

Espaços Culturais de Transmissão de Conhecimento de Matriz Africana

- Acervos de casas de axé;

- Casas de axé;
- Espaços de alimentação tradicional;
- Espaços de cultivo e preservação de plantas tradicionais;
- Espaços de cultura africana e afro-brasileira;
- Espaços de educação tradicional;
- Espaços de estudo e memória africana e afro-brasileira;
- Quilombos;
- Sedes de coletivos e organizações de cultura africana e afro-brasileira;
- Terreiros.

SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO AFRO-RELIGIOSO

Segundo o IPAC (2011), desde o histórico tombamento do Terreiro da Casa Branca pelo Conselho Consultivo do IPHAN, em Maio de 1984, a salvaguarda do patrimônio afro-brasileiro tornou-se tema de muitas discussões. A partir da promulgação do Decreto Federal nº 3.551/2000 sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial e, mais particularmente, instituiu-se normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural através de diversas medidas de acautelamento (guardar com cautela, resguardar, defender) passaram a ser adotadas.

O patrimônio é uma construção social que tem a ver com atribuição de valor seja um objeto físico, ou seja, uma prática social que recentemente aprendemos que podem ser patrimonializadas, o que o mundo denominou Patrimônio Cultural Imaterial.

O conceito de Patrimônio Cultural Imaterial, de acordo com o IPAC (2011) é estabelecido pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, e explica que o composto de bens de natureza material e imaterial incluiu os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em:

- Saberes, ofícios e modos de fazer;
- Celebrações;
- Formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 2020

A Lei nº 14.017, sancionada pelo presidente da República em 29 de junho de 2020, denominada Lei Aldir Blanc, cujo título decorre de homenagem ao artista brasileiro morto pela covid-19 em maio. Surgiu de uma proposta de caráter emergencial, de autoria da deputada federal Benedita da Silva (PT) com o objetivo de

destinar o dinheiro retido no FNC (Fundo Nacional de Cultura) para o auxílio aos trabalhadores da cultura prejudicados pela pandemia do coronavírus.

Sua criação tem o intuito de financiar ações culturais que garantam uma renda emergencial para trabalhadores da Cultura e manutenção dos espaços culturais brasileiros durante o período de pandemia do Covid-19. O repasse para os estados e municípios, aconteceu mediante apresentação de plano de ação para a distribuição das verbas. A Lei Aldir Blanc, determinou o repasse emergencial de R\$ 3 bilhões ao setor cultural. De acordo com o texto da Lei, o montante financeiro foi dividido pela metade.

- 50% - Estados e o Distrito Federal e os outros;
- 50% - Municípios.

No montante destinado aos municípios, foi recomendada a distribuição de 80% de acordo com o tamanho da população local. O restante, ou seja, 20%, a lei recomendou a distribuição de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A partir do aporte financeiro, as cidades tiveram 60 dias para distribuí-los. Os beneficiados foram os artistas, técnicas/os, produtoras culturais, produtores independentes, pequenas e micro empresas culturais, espaços culturais independentes e comunitários, grupos, comunidades tradicionais e coletivos culturais.

ALDIR BLANC

A Lei de Emergência Cultural nº 14.017/2020 foi batizada como Lei Aldir Blanc em homenagem a um dos mais brilhantes compositores do país. De acordo com Brunet (2016, p.120), Aldir Blanc Mendes, nasceu no Rio de Janeiro em 02 de setembro de 1946 e faleceu no Rio de Janeiro em 04 de maio de 2020, foi um letrista, compositor e cronista carioca, que faleceu por Coronavírus (Covid19) e nos deixou um legado de 50 anos de dedicação à cultura brasileira.

Aldir foi autor de mais de 600 canções, com cerca de 50 parceiros, nomes como: João Bosco, Carlos Lyra, Maurício Tapajós. Sua canção “O bêbado e a equilibrista”, interpretada por Elis Regina, se tornou hino informal sobre o período da anistia e do declínio da ditadura militar, conhecido como Hino da Anistia. Aldir Blanc também atuou como cronista, tendo suas obras publicadas em revistas como O Pasquim e Bundas e nos jornais O Globo, Jornal do Brasil e O Dia.

PATRIMÔNIO SAGRADO DO RECÔNCAVO

Seis anos após o recebimento do título de patrimônio imaterial do Estado da Bahia, que aconteceu em 2014, as dez casas sagradas, localizadas nos municípios de Cachoeira e São Félix, no Recôncavo Baiano, dez terreiros de candomblé se uniram para ser contemplada pelo edital de convocação pública “Salvaguarda Patrimônio Imaterial”, coordenado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Segundo Afirmativa (2021), a contemplação para a realização de cinco ações de salvaguarda dos terreiros patrimonializadas relaciona-se com o fortalecimento de laços e a união das casas sagradas envolvidas no projeto.

Após a publicação do edital em atendimento à execução dos incisos I e III da Lei Aldir Blanc (LAB), em outubro de 2020, os dez terreiros decidiram se unir para pensar, elaborar e executar o projeto “Patrimônio Sagrado do Recôncavo” ao longo dos três primeiros meses do ano de 2021, a construção conjunta acarretou na pontuação mais alta (92,1), entre todas as propostas, com a apresentação do projeto “Patrimônio Sagrado do Recôncavo”. A inédita união dos terreiros se tornou um marco histórico para a salvaguarda do patrimônio sagrado afro-brasileiro.

1. Asepò Eran Opé Olùwa – Viva Deus;
2. Humpame Ayono Huntóloji;
3. Ilê Axé Itaylê;
4. Ilê Axé Ogunjá;
5. Inzo Nkosi Mukumbi Dendezeiro;
6. Ogodô Dey;
7. Aganju Didê – Ici Mimó;
8. Loba’Nekun – Casa de Oração;
9. Loba’Nekun Filho;
10. Raiz de Ayrá;

Para a celebração do fomento, cada zelador e zeladora designou um representante por terreiro, que teve a responsabilidade de acompanhar as diversas reuniões virtuais que foram realizadas para elaboração da proposta, sendo eles:

1. Ramon Trigo Júnior (Asepò Eran Opé Olùwa – Viva Deus);
2. João Vanderlei de Moraes Filho (Humpame Ayono Huntóloji);
3. Edite Marques (Ilê Axé Itaylê);
4. Juliana Costa Santos Dias (Ilê Axé Ogunjá);
5. Cecília Thomas (Inzo Nkosi Mukumbi Dendezeiro);
6. Marisa Mateus (Ogodô Dey);
7. Daniel Santana (Aganju Didê – Ici Mimó);
8. Ana Clara Silva Dias (Loba’Nekun – Casa de Oração);
9. Antônio Leonardo (Loba’Nekun Filho);
10. Tacun Lecy (Raiz de Ayrá).

Além disso, cooperou na formalização dos projetos, um profissional da área cultural, um museólogo, um comunicólogo e um assistente social para coordenar os trâmites administrativos e de documentação. De maneira coletiva, objetiva e autônoma na tomada de decisões os templos proponentes unidos foram

contemplados com o recurso público de R\$ 900 mil, que foram destinados para a realização coletiva de cinco ações prioritárias:

1. **Vídeo-documentário** – produção de série de 10 documentários com o enfoque na história de cada terreiro, contada a partir da ótica dos cânticos e das folhas sagradas usadas no cotidiano de cada casa religiosa. A produção do material audiovisual tem o objetivo de preservar estes dois importantes elementos da liturgia dos candomblés do Recôncavo, destacando a particularidade de cada nação e que revela a tradição passada de geração para geração, sobretudo através da oralidade.
2. **Portal Virtual Interativo** - cada terreiro terá um site próprio, no qual foram armazenadas informações particulares dos seus espaços, a exemplo da história, pessoas, localização, calendário religioso, fotografias, vídeos, contatos, entre outros. O diferencial a ser apresentado pela plataforma será a possibilidade de realizar visitas virtuais pelos espaços físicos de cada casa. No portal estarão disponíveis, também, todos os produtos das outras ações do projeto.
3. **Plano planialtimétrico** - descrição documentada dos espaços arquitetônicos dos terreiros, com dimensões reais, suas matas, seus bosques sagrados, suas fontes e leitos d'água, bem como do perímetro das edificações existentes, tombadas ou não, e até mesmo de áreas invadidas.
4. **Publicação impressa** – o livro, que trará o registro de singularidades do universo simbólico oral-escrito e visual, e, sobretudo, a impressão de informações contributivas à continuidade do saber e salvaguarda de cada uma das áreas sagradas.
5. **Plano de salvaguarda.**

A união dos terreiros se destacou pelo ineditismo e se tornou um marco histórico na biografia dos candomblés da Bahia. Afirmativa (2021) relata que pela primeira vez, 10 terreiros, de nações diferentes (Angola, Jejes e Nagô), se organizaram oficialmente para defender os seus interesses e ter autonomia em processos que têm como objetivo principal promover ações de salvaguarda das suas tradições. O fato tornou-se ainda mais potente ao observar que esses terreiros estão localizados no interior da Bahia, na região do Recôncavo baiano, a 110 quilômetros da capital da Bahia, um lugar que traz na sua identidade cultural as marcas dessa religiosidade, mas que, ao longo do tempo, muito pouco foi divulgado ou publicado sobre as suas trajetórias e as suas personagens em materiais produzidos por antropólogos e etnógrafos, que sempre tiveram o foco mais direcionado para os terreiros de nação Ketu, da cidade de Salvador.

CONSIDERAÇÕES

Criada em meio à pandemia, em 2020, para dar um suporte aos artistas, técnicos, produtores e espaços culturais, que tiveram suas atividades suspensas e/ou canceladas devido ao isolamento social, sendo esta a medida mais efetiva para conter o avanço do vírus Corona, a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (LAB), inédita no

Brasil, foi um fomento à cultura. Nesse cenário distópico, os artistas, os produtores culturais, incluindo os representantes das comunidades tradicionais tiveram que se reinventar e se valer de ferramentas tecnológicas para continuar a mostrar a sua produção.

A intolerância afro-religiosa, uma das faces do racismo estrutural, sempre existiu e sempre vai existir, porém Almeida (2018), explica que pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsável pelo combate ao racismo e aos racistas.

Uma das faces mais cruéis do racismo estrutural se caracteriza como o ato de discriminar, ofender e rechaçar religiões, liturgias e cultos, ou agredir pessoas por conta de suas práticas religiosas e crenças. A intolerância religiosa é uma realidade que assola comunidades em todo o mundo e no Brasil, o problema se relaciona majoritariamente ao racismo.

Desta forma, a intolerância religiosa é praticada, em maior escala, contra os adeptos das religiões de matriz africana que ainda esbarra na questão misógina, pois no Brasil, as religiões fundamentadas nos preceitos africanos são lideradas por mulheres, ou seja, matriarcas, e culturalmente o machismo brasileiro não aceita mulher, especialmente a negra a frente de uma expressão religiosa. Mulher à frente de postos religiosos é algo raro nas demais crenças, enquanto nos terreiros é fato ancestral.

Os povos das comunidades tradicionais são quase invisíveis, e muitas vezes invisibilizados, praticamente não são pensadas políticas públicas para esses povos. Sendo assim, podemos considerar preliminarmente que para trabalhar com comunidades tradicionais é preciso políticas públicas voltadas a essas comunidades, respeitando as demandas e dificuldades, cultura e crenças desses povos, desta maneira a Lei Aldir Blanc de fato foi um marco que colaborou para o fomento e a salvaguarda das comunidades tradicionais, em especial os terreiros e as casas de axé.

A Lei Aldir Blanc possibilitou a construção de estratégia que garantiu aos menos favorecidos o acesso e a democratização dos recursos, fomentou a diversidade estreitando o diálogo com a sociedade, a quem toda política pública se destina. No caso das ações do projeto “Patrimônio Sagrado do Recôncavo” foi possível entender que as ações conjuntas são mais propensas a serem vitoriosas e também possibilitam o atendimento a um número maior de público, além de encorajar os filhos e filhas de santo das casas, a participação de editais públicos através do auto reconhecimento como povos de comunidades tradicionais e produtores culturais.

REFERÊNCIAS

AFIRMATIVA, Revista. **Dez terreiros do Recôncavo Baiano se unem e vencem edital do IPAC**. Disponível em: < <https://revistaafirmativa.com.br/dez-terreiros-do-reconcavo-baiano-se-unem-e-vencem-edital-do-ipac/>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural**. 2018. Grupo Editorial Letramento.

BISPO, Alexandre Araújo; BEVILACQUA, Juliana Ribeiro da Silva; SANTOS, Renata Aparecida dos. **Cultura Afro**. São Paulo: DCL, 2010.

BRUNET, Daniel. **A História do Samba do Trabalhador**. Rio de Janeiro: Sonora Editora, 2016.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO: etimologia e origem das palavras. **Origem da Palavra Cultura**. Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/cultura/>>. Acesso em 10 Jul. 2021.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende; RIBEIRO, Ana Paula Alves. **Diversidade e Sistema de Ensino Brasileiro**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012.

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Povos e Comunidades Tradicionais de matriz Africana – Cartilha**. Brasília: 2016.

SOARES, Bruno. **NEAB auxilia fórum para garantir auxílio para terreiros e casas de matriz afro-ameríndia**. Disponível em: <<https://portal.uern.br/blog/neab-auxilia-forum-para-garantir-auxilio-para-terreiros-e-casas-de-matriz-afro-amerindia/>>.

Acesso em: 29 Jun. 2021.

UMA ANÁLISE, VIA FILOSOFIA, DA CULTURA DO CANCELAMENTO.

Arlean Chaves Marinho¹²

Resumo: Com os debates acalorados que a internet pode nos proporcionar, cada palavra mal interpretada, ou redigida de maneira inadequada, pode te aniquilar de certos debates, principalmente se você for uma figura pública. Este artigo tem como objetivo analisar, via filosofia, as incoerências dessas ações de cancelamentos, que muitas vezes não param apenas no cancelamento do poder de fala do indivíduo, mas, pode virar um linchamento da pessoa, ultrapassando as barreiras da internet, e provocando ataques físicos as pessoas, que em algum momento, foi contra o posicionamento da maioria da bolha discursiva ao qual o indivíduo está inserido.

Palavras-chave: cultura do cancelamento; produção de discursos; microfísica do poder; contextualismo; estoicismo.

Introdução

Com o alcance da internet chegando a cada vez mais pessoas, todas as pessoas se sentem confortáveis para emitir qualquer tipo de opiniões e posicionamentos, e essa produção enorme de discursos, todo o tempo, acaba unindo aqueles que pensam iguais, e gerando bolhas de pensamentos, onde seu grupo deve estar alinhado as mesmas ideias que regem a linha de raciocínio de todos os participantes.

Com essa noção de alinhar pensamentos, adaptaram a cultura do cancelamento para servir como uma espécie de punição para essas bolhas discursivas. A cultura do cancelamento não foi gerada exatamente de pensamentos de grupos individuais, para servir como punição, mas foi adaptada, radicalizada, para punir os menores erros possíveis que pudessem ser cometidos por quaisquer pessoas.

Em primeiro momento deste artigo será feito uma breve análise do surgimento e do extremismo que a cultura do cancelamento chegou, via ótica Foucaultiana, e depois será analisado, com base em um texto da filósofa Julia Annas, o quão nocivo essa cultura poder ser, e por último será usado o estoicismo como possível maneira de lidar, e entender como funciona a lógica da cultura do cancelamento.

1- A Origem da cultura do cancelamento na internet

Os cancelamentos, em geral, podem ser analisados desde a origem das sociedades, pois pessoas sempre foram linchadas, excomungadas, mortas, e apartadas, por pensar diferente, e esse pensar diferente, muitas vezes poderia ser

¹²Arlean Chaves Marinho, licenciado em letras, português e suas literaturas, pela Universidade, Estácio de Sá, Especialista em metodologia do ensino da língua portuguesa, pela faculdade Liberdade (FALIBER) Mestrando em Educação pela, Universidade Federal De Goiás (UFG), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail:arleanchaves@hotmail.com.

apenas um discordar de alguma prática religiosa dominante, em alguma sociedade, ou se negar a cumprir alguma ordem de algum superior. As ditaduras de pensamentos sempre existiram, na idade média, havia ditaduras de pensamentos religiosos(cristão), ditaduras de pensamentos políticos(monarquia), no Brasil colonial, havia ditaduras de raças sobre outras (brancos, sobre negros e índios), e os membros dessas sociedades, não poderiam romper as ideias dominantes.

Muitas vezes, os linchamentos anteriores a internet eram realizados pelos pares, e não por alguma autoridade, como expõe o sociólogo José Martins De Souza¹³, em seus estudos. Porém este artigo quer tratar da maneira moderna de linchamentos; na era da internet, os linchamentos, ganharam uma nomenclatura chamada, cultura do cancelamento.

Tudo começou quando em dezembro de 2013, a diretora de comunicação Justine Sacco, que estava viajando para a África, postou em seu twitter que esperava não pegar Aids (síndrome da imunodeficiência humana adquirida), e ainda finalizou sua postagem, anunciando que estava brincando, e que era branca. Só com isso, já foi mais que suficiente para que antes que a diretora chegasse em solo Africano, ela já tivesse que se retratar, sendo demitida da empresa em que trabalhava, e tendo todas as suas redes sociais deletadas.

A partir desse momento várias outras ondas de linchamentos virtuais foram tomando formas, e se tornando cada vez mais constantes. No início por motivos justos e relevantes, mas, atualmente, qualquer motivo, mesmo uma simples opinião divergente daquilo que seu grupo pensa, já é motivo para cancelamento, o que não para apenas na fase de cancelar, e esquecer, mas vai além, gerando uma onda de perseguições, muito ódio disseminado sobre o cancelado, e muitas vezes desejo de morte da vítima, e de seus familiares, e até agressões físicas.

Claro que deve se combater discursos xenófobos, homofóbicos, racistas, machistas, nazistas e afins, mas, muitas vezes a pessoa foi criada numa sociedade que perpetuava esses conceitos, sem se importar com o poder que essas atitudes causam de fato, nas pessoas que sofrem essas ações. uma análise do contexto que a pessoa se insere, se faz necessária para que o indivíduo possa aprender, e não cometer mais os mesmos erros.

Vamos imaginar uma pessoa que cresceu ouvindo que sua cultura, e seu povo é o melhor do mundo, e que todas as demais culturas, e povos são inferiores, e que essa pessoa saiu um dia do meio em que crescera, e passou a viver com outra cultura, outro povoado, tudo que essa pessoa ver diferente daquilo que ela estava acostumada, ela irá julgar como inferior à sua cultura, imaginemos que esse novo lugar que a pessoa está tem uma população intolerante, sem paciência pra ensinar

¹³ José De Souza Martins, é um sociólogo, e professor emérito da Universidade de São Paulo, trata em seu livro, Linchamentos: a justiça popular no Brasil, de como pessoas, que a maioria das vezes não eram superiores, acabavam participando de linchamentos de outras pessoas, muitos não sabiam o motivo do linchamento, apenas queriam participar de alguma maneira do ato.

que todas as culturas tem seus valores distintos, e que nenhuma é melhor que a outra, e ao invés de tentar convencer o sujeito do seu erro, expulsa ele do povoado.

O sujeito sairá do povoado exatamente como entrou, irá continuar achando que sua cultura de origem é melhor que a do povoado em que ele esteve. É exatamente isso que a internet faz com quem erra, ao invés de tentar ensinar, e tentar ver quem está se expondo, partindo de uma análise mais contextual, age ao contrário, expulsa, apaga, destrói pessoas, sem dar-lhes uma chance de poder aprender, obviamente a pessoa também tem que querer aprender.

A cultura do cancelamento, não é apenas uma tentativa de apagamento das pessoas que pensam diferentes, quando expulsamos do nosso meio pessoas que cometeram algum erro, ou pronunciou alguma coisa que nos desagradou, devemos esquecer essa pessoa, e não querer ter mais por perto, mas, o que a cultura do cancelamento moderna se tornou, foi uma perseguição, um desejo de que o outra desapareça, e não exista mais.

Para o psicanalista, Christian Ingo Lenz Dunker¹⁴, em seu artigo, *quem tem medo do cancelamento?* “A cultura do cancelamento no Brasil é herdeira do muro que eu ergo para tornar invisível aquele que é muito diferente de mim. Esse muro é histórico e precedeu muito a chegada da linguagem digital.” Esse processo de cancelar, da era da internet, é apenas mais uma adaptação da maneira moderna de invisibilizar os que pensam diferentes, para que apenas aqueles que pensam iguais dentro daquele contexto sejam visíveis, tenham seus discursos validados.

Dunker, coloca a cultura do cancelamento como algo vingativo e narcisista, em que projetamos nossos desejos e ideias sobre os outros, e caso a pessoa não compactue com o pensamento que impomos, ela não apenas será excluída, ela também sofrerá perseguições, e vinganças, pois estamos acostumados a querer que o outro responda exatamente da maneira que projetamos, e não estamos acostumados a ser confrontados.

No momento mais recente, o reality show da rede Globo, *Big Brother Brasil*, este ano, nos trouxe alguns exemplos de como funciona perfeitamente a cultura do cancelamento. Utilizaremos dois exemplos, os que mais repercutiram em todas as redes sociais, da rapper Karoline dos Santos Oliveira, mais conhecida como Karol Conká, e da psicóloga Lumena Aleluia, que causaram muitas controvérsias dentro do reality, chegando a ter índices altos de rejeição do público.

A rapper Karol Conká foi acusada pelo público de xenofobia, ao citar em uma conversa com outra participante, dentro do reality, que a maneira como a participante Juliette Freire, se comportava ao falar, pegando nas pessoas, e invadindo a conversa,

¹⁴ Christian Ingo Lenz Dunker é psicanalista e professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). É autor da “Reinvenção da Intimidade” (Ed. Ubu, 2017), e de “Paixão da Ignorância: a Escuta Entre a Psicanálise e Educação” (Ed. Contracorrente, 2020), entre outros.

falando com alto tom de voz, se figurava como falta de educação, mas Karol fez isso, alinhando ao fato de Juliette se comportar assim, por ser nordestina.

Em outro momento a Conká causou alvoroço nas redes sociais, ao ironizar a declaração do participante Lucas Penteado, em que ele falou que Deus era seu melhor amigo. Em outra ocasião ela também pediu para que Lucas saísse da mesa enquanto ela estivesse comendo, e mesmo o ator se desculpando, ela não quis aceitar, pedindo que ele só voltasse a sentar à mesa para almoçar quando ela saísse da mesa. A rapper chegou a ameaçar agredir fisicamente a atriz Carla Diaz.

Todas essas atitudes custaram muito para a rapper, ela perdeu contratos televisivos, perdeu parcerias com marcas, perdeu amizades, a família dela foi atacada, a ponto de o próprio filho da rapper pedir a saída dela do programa. Todos os prejuízos de Conká, custou um montante de até 5 milhões em prejuízos com os contratos perdidos, com os shows cancelados, e com a perda de publicidade nas redes sociais.

A psicóloga Lumena Aleluia, pensando estar fazendo algo que acrescentasse empatia nas pessoas, provocava sentimento opostos, pois o excesso e intensidade da defesa dos seus posicionamentos, a prejudicaram publicamente. As constantes acusações de que a atriz Carla Diaz, se aproveitava das situações por ser branca, não foram bem aceitas pelo público. Mas, o que mais deixou o público mais contrariado com a psicóloga, foi a revolta que ela teve contra o beijo gay, protagonizado por Lucas Penteado, e Gilberto Nogueira, para os internautas pareceu hipocrisia, pois a própria se auto intitulava militante do movimento LGBTQIA+. ¹⁵

As atitudes extremistas da psicóloga, também causaram prejuízos a *ex-reality*, ela foi acusada e denunciada de injúria racial, e sendo a única a não atingir a marca superior a um milhão de seguidores no *Instagram*, em relação aos demais ex participantes do reality, algo que aconteceu com todos, pela exposição e visibilidade que eles tiveram, por estar na maior emissora do país, e dentro de um dos programas de maior audiência da televisão aberto no Brasil.

Nos exemplos expostos, não ficou só na etapa de cancelar, o público queria eliminar as duas de todos os espaços, que antes elas já ocupavam, como as redes sociais, a música, e a televisão, (os dois últimos, espaços que apenas a karol conká ocupavam). O público não queria apenas deixar de ouvir o discurso de ambas, mas queriam também que elas não tivessem mais poder ao discurso, com atitudes de barrar o que elas pudessem produzir nesses espaços após a saída delas do programa.

Karol teve que se afastar das redes sociais por um tempo, e por medo das agressões que pudesse sofrer, teve que refazer sua imagem junto ao público, com o forte apoio da rede Globo, comparecendo a vários programas da emissora para falar sobre sua trajetória durante o programa, e também para divulgar o documentário que

¹⁵ A sigla representa a diversidade de orientação sexual e de gênero: L = Lésbicas; G = Gays; B = Bissexuais; T= Transexuais; Q = Queer; I = Intersexo; A = Assexual. O símbolo *+* é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero, como a pansexualidade, por exemplo.

estava sendo lançado pela emissora sobre a vida e carreira dela, e sobre o processo de regeneração que ela tinha passado após a saída do *reality*.

O que podemos extrair desses exemplos, é que nada foi ensinado, ninguém mais queria ouvir as duas canceladas, o ódio do público se estendeu para os familiares de Karol, que passaram a sofrer as consequências das atitudes das participantes. A punição dos julgadores perversos da cultura do cancelamento, não acaba no cancelado, mas alcança, puni e faz sofrer, todos que estão próximos.

2- A ótica Foucaultiana, e a nocividade dos cancelamentos.

Em seu conjunto de artigos compilados na obra *microfísica do poder*, Michel Foucault, pode nos ajudar a entender os mecanismos sociais da cultura do cancelamento. Foucault via o poder não só nas grandes instituições, como a igreja, o governo, as corporações, mas ele estava principalmente em todos os lugares, transcendendo os indivíduos, como espécies de redes de indivíduos, de saberes e discursos na era da internet.

Um grupo só se mantém coeso, por causa dos seus discursos, por exemplo, um policial, tem que se manter coeso com seu grupo nos discursos contra a liberação da maconha, mesmo havendo um, ou outro policial que faça uso da substância, o discurso que deve imperar, é o de ser contra, caso algum policial se manifeste a favor da liberação da droga, provavelmente ele será cancelado pela grande maioria do seu grupo, e poderá correr sérios riscos de perder seu emprego, e mesmo que ele não faça uso da substância, ele poderá ser visto como um usuário, justamente pela função que exerce, e pela quebra de coerência com o discurso do seu grupo.

A cultura do cancelamento se desenvolve partindo desse princípio, em que indivíduos que estão presos em redes de saberes e discursos, não podem omitir opiniões que contrariem a maioria do seu contexto, mesmo que um, ou outro indivíduo pense contrário, já que nas redes sociais, o que importa é o que você expõe, como não há como ninguém saber o que você pensa, a não ser pela exposição.

Muitos indivíduos preferem não expor suas verdadeiras intenções, para não sofrer consequências desmedidas, de palavras que são interpretadas com uma proporção muito maior do que o indivíduo queria passar. Uma espécie de controle de micro poderes de indivíduos, é feita pelas bolhas que são criadas na internet, cada bolha deve ter sua rede de indivíduos pensando exatamente iguais, qualquer indivíduo que desvirtuar do pensamento geral, deve ser excomungado.

Para Foucault, na *microfísica do poder*, o poder está no discurso (p.90), se um indivíduo faz parte de uma bolha, deve se alinhar ao discurso dominante da bolha. Voltando ao exemplo hipotético acima, o policial deve estar alinhado com toda a sua corporação, pois o poder da polícia está no discurso que eles reverberam contra as drogas, contra a violência, e afins, e se algum policial quebrar esse discurso, ele irá sofrer consequências desastrosas.

Esse controle de discursos gera uma prisão, como cita Foucault em sua outra importante obra, *vigiar e punir*, os discursos das bolhas devem ser vigiados o tempo todo, para que quaisquer sujeitos que forem contra os discursos dominantes, sejam punidos. Na era da internet, a punição se configura em apartar, isolar, se vingar, calar o outro. Os indivíduos portadores dos discursos acabam controlando suas palavras, para não errarem, e sofrerem as consequências.

Na internet, a cultura do cancelamento se tornou tão nociva, que o simples fato de discordar do seu grupo, pode te levar para não fazer mais parte do dele. Dependendo da sua opinião, você pode ser linchado, xingado, muitas vezes ameaçado, demitido, apagado. O único momento que os cancelamentos são válidos, são quando se trata de discursos extremistas, como a defesa do nazismo, a defesa de regimes de governos totalitários, e a defesa de crimes, se não for quaisquer um desses o motivo, o bom senso sempre deve ser usado, mas para essa questão analisaremos mais abaixo com a próxima autora.

Para finalizar este bloco, com a ajuda de Foucault podemos perceber que os cancelamentos são expressões de tiranias, e o pior, na maioria das vezes essa tirania não vem de cima para baixo, mas, vem dos pares, vem daquilo que é exposto, daquilo que é posicionado, do quanto do seu discurso que é construído tolera a divergência. A tolerância ao diferente, ao que muitas vezes não tem conhecimento.

A internet, funciona como um grande tribunal, onde há milhões de juízes, todos aptos a baterem seus martelos, e determinar quem será o condenado da vez. Todos vigiadores, punidores, controladores dos micros-espacos, que funcionam como espécies de controles de discursos, de apontamentos de indivíduos, de agrupamentos de iguais, que acusarão discursos diferentes, e destruirão reputações de pessoas.

3- Julia Annas, e o contextualismo para tratar o cancelamento.

A ética das virtudes, através de Julia Annas nos ajudará nesta parte. em sua obra, *virtude inteligente*, como “a virtude é entendida em parte pela maneira como é aprendida e que é aprendida sempre em um contexto integrado - uma família, cidade, religião e país específicos. Para nos tornarmos virtuosos, precisamos aprender a agir” (p. 52), partindo dessa linha de raciocínio de Annas, podemos concluir que ninguém nasce sabendo respeitar os discursos diferentes, pois todos nascemos em contextos integrados, e na maioria das vezes, crescemos vendo a realidade do outro como inferior, ou errada, apenas por ser diferente da nossa.

Para modificar esse cenário temos que aprender a sermos virtuosos, e isso demanda tempo e ensino, Annas pontua que quando as questões são ensinadas, praticadas elas são levadas sensatamente (p.32). ao contrario de separar pessoas, devemos dar uma oportunidade da pessoas aprender, mas, temos que ter mansidão pra explicar, e paciência para que o outro assimile, o que está sendo explicado.

Annas cita o contexto para nos ajudar a entender que situações demandam atitudes diferentes, (p.32), trazendo essa tese para dentro da cultura do cancelamento, podemos inferir que antes de cancelar, destruir, aniquilar alguém, devemos antes saber o que foi dito, em que contexto o discurso foi proferido, e se o sujeito portador do discurso, pôde nunca ter sido ensinado a não expor o que foi exposto.

Para Annas essa análise contextual, da maneira de agir, e do ensino que se deve ter para poder agir corretamente, está totalmente alinhado com ser virtuoso, nós não podemos exigir por exemplo, que os muçulmanos ache totalmente normal os discursos cristãos, sendo que eles foram criados em outro contexto, totalmente diferente dos ocidentais, e também, não podemos cancelar o mulçumano, sem dar a oportunidade de ensinar para ele, que existem crenças diferentes da dele, e que ele deve respeitar essas crenças.

Tudo bem cada um ter sua crença individual, talvez com o ensino, e com novas oportunidades, os muçulmanos, possam ter discursos mais tolerantes. É justamente isso que torna fundamental o caminho para a virtuosidade que Annas trata. Para Annas, (p.53) a compressão da virtude se dá apenas no contexto que a pessoa foi criada, e isso não se aplica a outros contextos.

Annas cita o quanto estamos presos em nossos contextos, e que como isso pode ser conservador, na cultura do cancelamento da era da internet, estamos o tempo todo atacando, e reprimindo pessoas por não entender os contextos que essas pessoas estão inseridas, e de como nós projetamos os nossos contextos sociais sobre as outras pessoas, e como queremos que essas pessoas digam e pensem apenas o que queremos.

Devemos aceitar as opiniões dos outros, mesmo que sejam divergentes das nossas, e tentar entender o outro, pela ótica deles, e não pela nossa. Annas cita o exemplo de proprietários de escravos, que em uma sociedade escravista, poderiam facilmente serem vistos como generosos, e justos (p.53). Hoje nós temos plena consciência do quão horrível isso é, mas, na sociedade em que os proprietários de escravos estavam inseridos, isso era absolutamente normal.

Onde este artigo pretende chegar é no ponto de que, nem todos os discursos devem ser tolerados, como já foi mencionado anteriormente, mas, que a cultura do cancelamento, da era da internet, está totalmente descabida, despropositada, e nociva, no sentido de não ensinar ninguém a nada, não alisar o contexto das produções dos discursos, e ninguém se dispor a tentar desconstruir pensamentos equivocados, mas, somente aniquilar quem pensa fora da bolha discursiva que se estão inseridos.

Annas expõe que para ser virtuoso, é necessário aprender. ela cita o exemplo que para aprender a ser honesto, pode te fazer ser honesto de maneira diferente daquela que sua família te ensinou, (p.56) mas, para aprender a ser honesto, é necessário que alguém te ensine, sim, Annas acredita que as virtudes são ensinadas, e que leva tempo até que um indivíduo que não conhecia um costume, assimile aquele costume como natural do outro.

Uma pessoa cancelada, nunca poderá aprender a ser virtuoso, pois a concepção de certo, e de honesto que essa pessoa aprendeu, está totalmente ligada ao contexto que ela cresceu. Mesmo que uma pessoa descubra que aquele modelo de honestidade que ela aprendeu, é errado, no contexto familiar desse indivíduo, ele será certo, pois todos pensam assim. (p.56) Annas pontua que essa contextualização de diferentes ambientes, pode nos tornar mais tolerantes, e mais virtuosos.

Imaginemos que um sujeito cresceu ouvindo a vida toda que “lugar de mulher é na cozinha”, e que esse discurso era reproduzido tanto pelo pai, quanto pela mãe desse sujeito, quando ele se ver confrontado pela sociedade, e se ele tiver a oportunidade de ver o quão equivocado é essa visão, se ele estiver apto a reaprender, a se reconstruir, ele mudará, mas, essa oportunidade deve ser dada a ele. Supomos que esse sujeito não foi cancelado, foi ensinado, e volta para a casa dos seus pais, quando ele escutar o mesmo discurso, conseqüentemente ele irá tentar ajudar os pais a ver o equívoco dessas afirmações, e não cancelará seus pais, pois perceberá que eles também estavam contaminados por esse discurso, que provavelmente aprenderam de seus antecessores, a atitude dele deverá ser de ensinar, e não de excluir.

Annas sugere que o ato de aprender as virtudes, não deve ser parado, pois estamos o tempo todo em processo de aprender, “A menos que tenhamos crescido em uma sociedade afetada e com pais perfeitos.” (p.57) Na cultura do cancelamento, não estamos dispostos a entender o outro, pela ótica do outro, pois não estamos dispostos a nos afastar daquilo que aprendemos nos nossos contextos de origem.

Mudar, ouvir, e estar disposto a reconstruir, pode nos causar estranheza, pois reconhecer que nossos pais nos ensinaram de maneira errada, nos tira para fora da nossa bolha. Annas sugere que o ideal é se identificar com aquilo que é justo, e não com aquilo que foi ensinado, mas que isso é um processo bem difícil, e demorado (p.57). devemos ter paciência, e não nos tornamos intolerantes, sempre que ouvimos posições, e falas descabidas.

No exemplo da escravidão exposto anteriormente, demorou séculos para que as pessoas pudessem entender o quão desumano essa prática é. Foi um processo de luta, de ensino, de mostrar para todo um sistema escravocrata que é cruel escravizar pessoas, se as pessoas que fossem contra a escravidão não tivessem lutado, ensinado, e tentado mostrar para os favoráveis que isso é errado, como fez Thomas

Clarkson, citado por Annas (p.61) se eles tivessem cancelado os favoráveis a escravidão, tivessem excluído de suas vidas, não tivessem chamado para o diálogo, tivessem se trancado em bolhas discursivas, o propósito de ser contra a escravidão não faria sentido algum, pois somente quem fosse favorável iria saber que também existem pessoas que pensam iguais, e os que fossem contrários, nunca seriam confrontados.

Seguindo essa linha de raciocínio, talvez até hoje teríamos pessoas sendo escravizadas, por motivos tolos. a cultura do cancelamento, chegou num nível de cancelar pessoas, apenas por opiniões divergentes, atitudes, e posicionamentos que podem ser facilmente revertidos com um simples diálogo. O grande equívoco da cultura do cancelamento, da era da internet, está em excluir pessoas por qualquer motivo.

Annas nos orienta que é uma tolice nós querermos ser anacrônicos, ou tentar encaixar realidades que foram construídas em contextos diferentes, pois uma noção de virtuosidade que se aplica a uma sociedade, não se aplica a outras. (p46) Sendo assim, quando alguém rompe um discurso dominante de uma bolha, essa pessoa deve ser principalmente entendida e analisada, pois padrões de uma sociedade, não são os mesmos em todos os lugares.

Há padrões distintos, e conseqüentemente discursos distintos. Não dá pra cancelar discursos que foram emitidos em épocas diferente da nossa, e nem pra cancelar discursos de pessoas que cresceram em contextos diferentes dos nossos. seria uma grande tolice, por exemplo, cancelar tudo que Aristóteles escreveu, pelo fato de que na Grécia antiga, predominava discursos machistas, porque seria uma grande tolice, fingir que não existe, anular, algo que foge do nosso poder de cancelamento, o melhor seria observar, analisar, já que dialogar com Aristóteles, seria impossível.

Annas mostra que ser virtuoso, está naquilo que a pessoa pensa que é ser virtuoso, mas, de fato, aquilo só serve para aquele contexto, e isso pode ser conservador (p.63) então para Annas devemos aprender a agir virtuosamente de maneira que:

O que emergiu é que ser totalmente virtuoso parece ser um ideal que aspiramos, mas nunca poderemos alcançar. Na melhor das hipóteses, podemos ser virtuosos de uma maneira menos que plena, prejudicada não apenas por nossas próprias deficiências, mas pelo ponto em que as estruturas de nossas sociedades nos impedem de sermos totalmente virtuosos.(ANNAS, 2011 p.64)

Partindo do trecho do texto de Annas, estamos agindo totalmente errados, cancelando pessoas o tempo todo, esperando coerências de discursos, sem ao menos nos perceber também como errantes, e como possíveis alvos de linchamentos virtuais.

Sem dar as devidas oportunidades das pessoas de aprenderem, de treinarem para alcançar a coerência, de mudarem, e de reverem seus discursos, não iremos produzir nada, além de ódio. Annas, expõe que para ser virtuoso, é necessário aspirar, aquilo que não podemos alcançar, e na era virtual, nunca poderemos alcançar virtuosidade, excluindo dos nossos caminhos todos que pensam diferente de nós, muito pelo contrário, estaremos apenas isolando pessoas em bolhas, e controlando discursos para favorecer grupos específicos, especialmente, se um desses grupos for o que mais nos favorece, estaremos caminhando para ditaduras de pensamentos, e discursos.

4 – O Estoicismo e a Cultura do Cancelamento

O estoicismo (doutrina fundada por Zenão de Cício (335-264 a.C.), e desenvolvida por várias gerações de filósofos, que se caracteriza por uma ética em que a imperturbabilidade, a extirpação das paixões e a aceitação resignada do destino são as marcas fundamentais do homem sábio, o único apto a experimentar a verdadeira felicidade) poderá nos ajudar nesta etapa, através do artigo, *O estoicismo oferece um antídoto para a cultura do cancelamento*, publicado por Kai Whiting e Jonathan Church¹⁶, no site, Merion West.

Kai Whiting e Jonathan Church, expõem em seu artigo, que a cultura do cancelamento não está ligada a lados políticos, pois esse comportamento pode ser encontrado tanto na esquerda, quanto na direita. Mas, pode-se notar diferenças nas intenções de cancelar, enquanto à esquerda política, costuma cancelar pessoas por seus discursos que tenham alguma informação equivocada, à direita política costuma cancelar mais pessoas que não fazem parte da sua bolha discursiva.

Whiting e Church, citam que provavelmente os gregos e romanos viam a cultura do cancelamento como uma forma de exílio, pois os antigos, pregavam a democracia dos discursos.

Cancelar cultura, que definimos como um impulso espontâneo e coletivo de turmas da mídia social e / ou guardiães da alta sociedade para banir os

¹⁶ Kai Whiting, é pesquisador e conferencista em sustentabilidade e estoicismo. Jonathan Church é economista, titular da carta constitutiva do CFA e escritor. Ele é autor de Reinventando o racismo: por que a “fragilidade branca” é a maneira errada de pensar sobre a desigualdade racial, bem como do próximo livro Estoicismo e justiça social: virtude em uma era de política de identidade. branca” é a maneira errada de pensar sobre a desigualdade racial, bem como do próximo livro Estoicismo e justiça social: virtude em uma era de política de identidade. branca” é a maneira errada de pensar sobre a desigualdade racial, bem como do próximo livro Estoicismo e justiça social: virtude em uma era de política de identidade.

"indesejáveis" heterodoxos da presença da sociedade educada, dificilmente é novo. Os antigos gregos e romanos, por exemplo, provavelmente teriam visto a cultura de cancelamento como uma forma de exílio. Existem claras semelhanças entre ser colocado na lista negra das redes sociais ou ser escoltado para fora das instalações dos campi universitários e ser expulso de um palanque na praça do mercado e atirado para fora dos portões da cidade. (REVISTA MARION WEST, 2021)

Como podemos notar na citação, há uma idealização de sociedade educada, e se alguém não está enquadrada nessas regras invisíveis que controlam moralmente as pessoas, essas pessoas serão colocadas em uma lista negra na internet, serão separadas, canceladas, o que se assemelha a ser atirado dos portões para fora da cidade.

O estoicismo, com a aceitação do destino, e impertubabilidade, que é o que tornam o homem sábio, a ética eudaimônica de Aristóteles, que está em sua obra, *Ética a Nicomâco*, em que visava a felicidade como finalidade moral, estranhariam esse controle de discurso, e esses cancelamentos descabidos que ocorrem na era da internet, justamente porque quando se cancela uma pessoa, a paz dessa pessoa é invadida, e vida, e os erros delas são expostos, e tanto quem cancela, quanto quem é cancelado, só alimentam maus sentimentos.

Ninguém está imune, ou passa ileso desse controle, todas as palavras na era da internet são super elevadas. As pessoas interpretam como querem argumentos expostos, e quanto mais exposição uma pessoa tem, mais vulnerável a julgamentos ela será, mais cuidado esse sujeito famoso deve ter com as exposições de suas argumentações, e com o que ele está pronunciando, diante de qual público seus argumentos estão sendo expostos.

No seu artigo Whiting e Churc, que a história está repleta de pessoas irracionais de todos os lados da história, e que pessoas mesquinhas, sempre projetam ideias absurdas e descabidas, para que os outros cumpram e obedeçam. Whiting e Churc, citam três desafios para enfrentar e combater à cultura do cancelamento:

Um dos principais desafios que encontramos na vida é adquirir e cultivar a sabedoria para discernir quem é quem. O segundo desafio é como pensar e agir virtuosamente quando confrontado com a possibilidade de ser exilado ou com a oportunidade de detê-lo. O terceiro desafio é a melhor maneira de combater a cultura do cancelamento quando não se está em nenhuma posição, mas a testemunha se tornando uma toxina potente que mata o debate ou o diálogo em vez de enriquecê-lo. (REVISTA MARION WEST, 2021)

O discernimento deve ser usado, como está exposto no excerto acima, mas, para que cheguemos a etapa de discernir alguma coisa, devemos cultivar a sabedoria. Cultivar demanda tempo de quem está cultivando, e para cultivar a sabedoria, devemos conviver com pessoas diferentes, devemos aprender a tolerar os diferentes,

devemos estudar a sabedoria, e esse é o primeiro desafio para que pessoas parem de cancelar outras pessoas, pois só pessoas não sábias cancelam as outras sem motivo.

No segundo desafio, agir virtuosamente, se faz necessário para que possamos ensinar os outros a mudarem seus discursos. Julia Annas, filósofa do movimento da ética das virtudes, como exposto no ponto 3 deste artigo, nos orienta que para agirmos virtuosamente, devemos contextualizar os sujeitos portadores de discursos, e caso haja incoerência em seus discursos, ele deve ser ensinado a mudar, o diálogo se torna a melhor forma de resolver isso, e não o cancelamento.

O terceiro desafio do excerto do artigo, os autores consideram como a melhor forma de combater o cancelamento, que seria ao invés de se enriquecer debates que excomungam o outro, que tomam formas vingativas, os sujeitos agem sabiamente, matando o assunto, e debate, e não enriquecendo ele, não dando força para debates, e diálogos que ao invés de agregar, ajudarão a separar mais pessoas.

O estoicismo, talvez não seja um antídoto óbvio para a tendência cada vez mais observada de pessoas furiosas da mídia social ou ativistas estudantis "acionados" que tentam desplantar pessoas que violaram os limites do discurso "aceitável". O que os estóicos pregavam era justamente o controle das paixões das emoções dos homens, que eles consideravam um vício da alma, e esses vícios podem nos prejudicar na hora de tomar atitudes com serenidade, e discernimento.

Conseqüentemente, os estóicos historicamente se encontram na mira de facções políticas. Isso ocorre porque os estóicos se recusam a sempre ou automaticamente ficar do lado de uma tribo ou de outra, insistindo, em vez disso, na virtude de basear seus julgamentos na conduta e nos argumentos racionais oferecidos por todos os lados. Essa estratégia pode ser o caminho para a virtude, mas está longe de ser agradável, visto que muitas vezes cria mais inimigos do que amigos.

O desejo de agir virtuosamente - e então agir consistentemente de acordo com isso - era o que os antigos estóicos pensavam que levaria uma pessoa a experimentar um estado de florescimento, que eles chamavam de eudaimonia. Este último também pode ser traduzido para o inglês como "vida digna de ser vivida" ou "vida boa", o que de forma alguma garante que o caminho virtuoso seja agradável ou prazeroso.

Na era da internet, a cultura do cancelamento provoca um controle de discursos, para que pessoas controlem o que irão pronunciar, e expor. Esse controle, não promove interação e embate de diferentes, pois muitos preferem manter seu conforto, sua segurança mental, e física, por medo de retaliações pesadas, que possam vir, não só sobre a pessoa que se pronunciou equivocadamente para algum público, mas, pra todos os seus familiares e amigos.

Se a capacidade de sentir conforto e evitar a dor constitui o mantra fundamental de nossa perspectiva filosófica, é compreensível que os indivíduos (e suas panelinhas) façam um grande esforço para remover "indesejáveis" de seus "espaços seguros". Também explica por que existe um incentivo considerável para criar espaços mais seguros e por que as pessoas os guardam com mais zelo do que demonstram em cuidar do conteúdo de seu próprio caráter.

Quando alguém que está inserida em um grupo, fura o discurso predominante da bolha, essa pessoa será removida, pois a confiança que esse indivíduo recebia,

passa a ser observada por todos os participantes dessa bolha discursiva. Anular pessoas que não compactuam com as mesmas ideias do grupo discursivo que fazem parte, faz todo o sentido para os membros do grupo, pois não há porquê ter dentro de uma bolha, uma pessoa que quebra a coerência discursiva daquele lugar.

Não é difícil ver por que as pessoas são tão devastadoramente rápidas em rotular um grupo inteiro, que parecem agir de forma semelhante, com base no fato de que esse grupo também pode causar danos a eles. Na era da internet, isso funciona como um instinto de proteção grupal. rotular pessoas que pensam diferente de mim, como todos iguais, e pertencentes a um mesmo balaio, pode ajudar a proteger meu grupo, de ouvir os argumentos do outro lado, e talvez aceitar o discurso do outro, mesmo que não concorde com ele.

Na cultura do cancelamento das redes sociais, tolerância é uma palavra que não deve existir. Escutar o outro entender que foi um erro cometido, não existe, e mesmo que o errante compareça a público para rever seus erros, para pedir ajuda para que ele possa mudar, provavelmente ninguém irá ouvir, e o sujeito pode sofrer mais ódio, pode ser mais julgado, e ser acusado de estar se desculpando por pura conveniência, para que os ataques parem, e para que o sujeito emissor, tenha sua carreira inabalada.

A lógica hedonista citada no artigo por, Whiting e Churc, nos leva a pensar que o prazer em ter razão, em destruir os diferentes, em acostumar-mos a ouvirmos só o que queremos, provoca um espírito mesquinho, e egoíco. Quando provocamos a dor do outro, quando assistimos os outros sofrendo, e intensificamos o processo de causar mais dores, com mais manifestações de ódio, isso alimenta nosso prazer em ver a dor do outro.

Não é segredo que todos nós sentimos muito prazer quando somos vistos fazendo a coisa certa pelas pessoas que valorizamos. Da mesma forma, todos nós temos um grande incentivo para não nos colocarmos em uma posição em que possamos nos tornar vulneráveis a ataques. A evidência pode nos mostrar que estamos errados; no entanto, se estivermos operando hedonicamente, definitivamente temos interesse em ignorá-lo (a verdade dói).

Embora possamos certamente compreender a lógica por trás da cultura de cancelamento, isso não significa que seja razoável. A ética da virtude estoíca está muito focada em respeitar a verdade, não importa o quão doloroso ou desconfortável possa ser. Para os estoícos, é através da observação, ou seja, o que vemos em vez do que percebemos, que chegamos a compreender o que é virtuoso (corajoso, justo, temperado e prudente) e o que é vicioso (covarde, injusto, ganancioso e imprudente). Sem uma compreensão firme da realidade, é mais provável que sigamos o rebanho, acreditando ingenuamente que nem todos podem estar errados!

Uma maneira de conceituar a virtude é entendê-la como um traço ativo e persistente, uma característica e tendência a ser (pensar e agir) de uma determinada maneira. É também algo que se desenvolve por meio de respostas seletivas e deliberadas a uma dada circunstância ou situação. Por exemplo, se a generosidade é uma virtude, a virtude de uma pessoa será fortalecida ou enfraquecida por suas ações generosas ou mesquinhas, respectivamente.

Nesse sentido, cancelar alguém apenas porque suas ideias nos fazem sentir mal é o oposto do que os estoícos chamam de “vida boa” - precisamente porque nos rouba a oportunidade de construir nosso caráter e esculpi-lo de acordo. É preciso entender

que - na maioria dos casos - cancelar alguém não só distorce a visão da pessoa sobre a realidade, mas também mina ativamente seu bem-estar.

No livro, *Meditações*, Marco Aurélio¹⁷, um importante estoico, avalia, analisa, e questiona a natureza humana, sobre perspectivas críticas. Aurélio entre várias análises, de grandes temas dentro da sua obra, como desapego à materialidade, da sanidade, da justiça, e outros, explanaremos os temas do autocontrole, e das harmonias dos controles das emoções, nesta etapa.

Marco Aurélio, lembra em *Meditações*, que nos aforismos de Epiteto¹⁸, devemos cuidar da razão para que ela nos preserve. A razão nos faz ter um autocontrole, e Marco Aurélio nos instiga a cultivar esse autocontrole, para que possamos com sabedoria controlar nossas emoções, nossos julgamentos, a *ratio*, que vem do latim razão, deve ser estimulada para nos ajudar a lidar com nossos conflitos.

Os aforismos de Aurélio, traz preciosas reflexões, que nos ajuda a entender a cultura do cancelamento, como um surto coletivo, como algo que foge do racional, que se afasta do bom senso. Pois quando usamos a razão, quando estimulamos o autocontrole, tendemos a ser mais maleáveis, e a escutar, analisar, para podermos engendrar nossas visões, a racionalidade vem antes, do julgar, do cancelar.

Marco Aurélio, nos pontua, que para usarmos a racionalidade, devemos ser simples, benevolentes, devemos ter amor à justiça, modéstia, não sermos bajuladores. Esse princípio da simplicidade, pregado por Marco Aurélio, não combina com julgamentos, com ser cheio de si, com achar que os outros não merecem, e nem precisam ser contextualizados, ensinados.

Só conseguimos atingir a capacidade de se ouvir, de ouvir os outros, de sermos simples, de nos aprimorarmos, quando usamos, e praticamos a racionalidade, segundo Aurélio. No livro 2, das *Meditações*, Aurélio, cita nos seus agradecimentos aos seus irmãos, e parentes, que nascemos para colaborar uns com os outros, agir como adversários uns com os outros, é contrário à nossa natureza.

A cultura do cancelamento, da era moderna, promove essa rivalidade, por nos colocarmos como seres que pensamos melhores que os outros, que nossos ideais, são melhores que os dos outros, e quando isso é confrontado, temos que excluir nossos adversários, nessa lógica de cancelamento moderna.

Considerações Finais

Neste artigo tivemos a oportunidade de expor um pouco a origem das ondas de cancelamentos que ocorrem nas redes sociais, e de como a cultura do

¹⁷ Marco Aurélio Antonino foi o último famoso filósofo estoico da antiguidade. Nos últimos 14 anos de sua vida, ele enfrentou uma das piores pragas da história da Europa, ele frequentemente aplica a filosofia estoica aos desafios de lidar com a dor, doença, ansiedade e perda.

¹⁸ Epicteto foi um filósofo grego antigo, que pertenceu à escola filosófica estoica. É considerado um dos principais representantes do estoicismo.

cancelamento surgiu com motivos justos, e como ela foi usada até pra ser contra posicionamentos absurdos, e intoleráveis, mas, podemos notar que essa cultura do cancelamento se tornou cada vez mais fechada, e foi perdendo sua relevância, e se tornando um simples processo de comando, de dominação de discursos.

Utilizamos Michel Foucault, para entender como funciona esse processo de comando, de dominação de discursos, e quão nociva, e perigosa se tornou essa cultura do cancelamento, cancelando não só quem discursava, opinava, se posicionava de maneira absurda, mas, vigiava, e punia qualquer um que se desvirtuasse do controle de discursos das bolhas. Podemos notar que essa cultura do cancelamento se tornou um instrumento opressor via ótica Foucaultiana.

Usamos a ética das virtudes, através da Julia Annas, para elucidar e trazer possíveis respostas para combater a nocividade daquilo que a cultura do cancelamento se tornou. O diálogo, o contextualismo, para a tolerância, e olhar para o outro através da ótica do outro, foram utilizados como argumentos, para combater, essa cultura, que não leva ninguém a lugar nenhum, a não ser para o ódio, para a segregação de pessoas, e para os extremos.

Em último momento, o estoicismo foi usado, como possível forma de tratar o egoísmo dos canceladores, e seus ideais mesquinhos, de reproduzirem sobre os outros, suas perspectivas de vida. Chegando à conclusão de que o melhor é cultivar a razão, para alcançar a boa vida, e só com a eudaimonia (felicidade ou bem-estar) poderemos produzir virtudes, que nos ensinarão a não buscarmos apenas nossos prazeres, e escutaremos apenas o que queremos, ou aceitaremos apenas comportamentos que se parecem com o da maioria das pessoas, que pensam igual a mim.

Na era da internet, para que possamos manter a sanidade mental, e podermos nos expressar sem medo de sermos cancelados, segundo os estoicos, teríamos que pensar nos sofrimentos que os outros sofrerão com a exclusão realizada pela cultura do cancelamento. Mas, para que possamos estar aptos para nos colocarmos no lugar do outro, teríamos que aprender a sermos virtuosos, como cita Julia Annas, e isso demanda tempo, e ensino, e não podemos ficar presos nessas ditaduras discursivas, punitivas, e vingativas, como cita Foucault.

Referências

- ANNAS, Julia. **Intelligent Virtue**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- ARISTÓTELES, **Ética à Nicômaco**. Brasília: Editora UnB, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. **Introdução à História da Filosofia: as escolas helenísticas**. São Paulo. Companhia da Letras. 2010
- DIÓGENES LAÉRCIO. **Vida e doutrina dos Filósofos Ilustres**. 2ª Edição. Editora Unb, Brasília, 2008
- Duhot, Jean-Joel. Epicteto e a sabedoria estoica. Editora Loyola. 1999.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- MARTINS, José de Souza. **Linchamentos, a justiça popular no Brasil**. UNIVESP TV, 2015.
- REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga**. São Paulo, Loyola, 1994
- SANSON, V. F. **Estoicismo e Cristianismo**. Caxias do Sul. Educ. 1988

Material da Internet

BARIFOSE. R. **BBB21: Lumena foi racista contra Carla Diaz?** BBC NEWS. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56162533>> Acesso em 25 de Maio de 2021.

BBB21. Karol expulsa Lucas da mesa e dispara: “Só vai comer quando eu sair”. Metropoles. Disponível em <<https://www.metropoles.com/entretenimento/bbb/bbb21-karol-expulsa-lucas-da-mesa-e-dispara-so-vai-comer-quando-eu-sair>. > Acesso em 21 de maio de 2021.

CASTRO. D. **BBB 21 Lumena se torna a única participante com menos de 1 milhão de seguidores**. Disponível em < <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/bbb/bbb21-lumena-se-torna-unica-participante-com-menos-de-um-milhao-de-seguidores-52403>> Acesso em 25 de maio de 2020.

DUNKER. C. **Quem tem medo do cancelamento?** Revista Gama, 26 de julho de 2020. Disponível em <https://gamarevista.com.br/semana/ta-com-medo/o-medo-da-cultura-do-cancelamento/> Acesso em 01 de abril de 2021.

Executiva pede desculpas por mensagem racista sobre Aids e África. **G1**. São Paulo, 23 de dezembro de 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/12/executiva-pede-desculpas-por-mensagem-racista-sobre-aids-e-africa.html>> Acesso em 08 de março de 2021.

Filho de Karol Conká sofre ataques na internet e pede empatia. Correio Brasiliense. Disponível em < <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2021/02/4905426-filho-de-karol-conka-sofre-ataques-na-internet-e-pede-empatia.html>> Acesso em 21 de maio de 2021.

Gianolla, G. **Karol Conká e a 'educação' nordestina: foi xenofobia?** Revista Abril. Disponível em < <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/karol-conka-e-a-educacao-nordestina-foi-xenofobia/>

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/karol-conka-e-a-educacao-nordestina-foi-xenofobia/>> Acesso em 21 de maio de 2021.

Karol Conká explica 'sumiço' das redes sociais: 'Precisava me afastar um pouco e cuidar de mim'. Gshow. < <https://gshow.globo.com/Famosos/noticia/karol-conka-explica-sumico-das-redes-sociais-precisava-me-afastar-um-pouco-e-cuidar-de-mim.ghtml>> Acesso em 24 de junho de 2021.

Karol Conká zomba de Lucas Penteado após ator dizer que Deus é o seu melhor amigo. O liberal.com. Disponível em <<https://www.oliberal.com/cultura/bbb/conka-zomba-de-lucas-apos-cator-dizer-que-deus-e-o-seu-melhor-amigo-cade-ele-na-hora-da-loucura-1.351052> > Acesso em 21 de maio de 2021.

NATALIE, Rosa. O que é cultura do cancelamento? O que significa nos mundos real e digital?. **Canaltech.** São Paulo, 05 de fevereiro de 2021. Disponível em <<https://canaltech.com.br/comportamento/o-que-e-cultura-do-cancelamento-164153/>> Acesso em 09 de março de 2021.

OLIVEIRA. L.H. A Vida Depois do Tombo: veja a crítica da série sobre Karol Conká na Globoplay. BOLAVIP.< <https://br.bolavip.com/entretenimento/A-Vida-Depois-do-Tombo-critica-da-serie-sobre-Karol-Conka-na-Globoplay-20210428-0109.html> > Acesso em 25 de junho de 2021.

TOP 10: Programas de Maior Audiência. Tv e notícias. Disponível em <<https://tvxnoticias.wordpress.com/2021/04/15/top-10-programas-de-maior-audiencia-05-04-a-11-04-2021-pnt/> > Acesso em 25 de junho de 2021.

Whiting, K. Church, J. **O estoicismo oferece um antídoto para a cultura do cancelamento.** Revista Merion West. Disponível em < <https://merionwest.com/2021/05/14/stoicism-offers-an-antidote-to-cancel-culture/>> Acesso em 20 de maio de 2021.

O CORTIÇO DE ALUÍSIO AZEVEDO, E O CONFRONTO AOS 7 PECADOS CAPITAIS

Arlean Chaves Marinho¹⁹

Resumo: Esta pesquisa foi desenvolvida expondo a sutileza de Aluísio Azevedo, ao confrontar de forma cautelosa dentro da sua obra maior, *O Cortiço*, os sete pecados capitais, considerados mortais, pela igreja católica em tradição milenar. teve como objetivo expor o confronto que Azevedo fez, de forma mais metaforizada à igreja católica. Foi pesquisado sobre os sete pecados capitais, desde sua origem, pelo monge Evágrio do Ponto, e como Azevedo conseguiu realizar esse embate dentro de sua obra, mostrando apenas a natureza humana, apoiado nas teorias da evolução de Darwin.

Palavras-chave: Aluísio Azevedo; Igreja Católica; Sete Pecados; O Cortiço.

Introdução

Gula, avareza, ira, preguiça, soberba, luxúria e inveja, são expostas na obra, *O Cortiço*, como processo de criação das personagens O objetivo deste trabalho é analisar a relação daquilo que é humano, e que a igreja criou métodos para combatê-los ou controlá-los, e que, Aluísio Azevedo trabalha em sua obra. O confronto à igreja acontece diversas vezes, em uma época onde à igreja ainda detinha muito poder na vida da sociedade brasileira.

Esta pesquisa utilizou versículos da bíblia que condenam os sete pecados capitais. Versículos estes que Evágrios do Ponto, pode ter utilizado para compilar esses sete pecados mortais. A cada tópico, há uma introdução dos pecados, com base no texto bíblico, e a metaforização dos personagens do cortiço nesses pecados.

Crescendo junto com o Realismo, e o Parnasianismo, o Naturalismo no Brasil, se torna o extremo do realismo, e age através de Aluísio Azevedo, sem medo de confrontar, mostrando simplesmente a realidade, modo de vida de várias classes num mesmo lugar, mas que não deixa de ser um tremendo confronto aos ensinamentos sagrados da religião.

Influenciado pelo Determinismo de Darwin, e pelas correntes filosóficas da época, *O Cortiço* (1890) é escrito. Azevedo tem uma grande importância, no sentido de abrir novos espaços para as próximas estéticas literárias, se tornarem mais livre em suas produções. Azevedo mostra dentro do cortiço, aquilo que é natural, no entanto, mesmo sendo natural, não pode haver excessos, ou estar fora do padrão da igreja católica, pois pode acarretar consequências mortais.

¹⁹ ARLEAN CHAVES MARINHO – Licenciado em Letras Português e suas literaturas, pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Metodologia do ensino da Língua Portuguesa, pela Faculdade Liberdade, Mestrando em Educação, no programa de pós-graduação, da Universidade Federal De Goiás. Email:arleanchaves@hotmail.com.

1.Literatura e Religião

Esta parte tem a intenção de trazer um breve histórico, entre a Literatura e a Religião no Brasil. A Religião por muito tempo norteou os rumos que a Literatura devia seguir, um exemplo disso, é a escola Literária do Barroco, em que as obras Literárias foram escritas com bastantes dualidades, como céu x inferno, bem x mal, amor x ódio, vida x morte, perdão e culpa, e afins, são percebidas em obras do Bento Teixeira, Manuel Botelho de Oliveira, Gregório de Matos, Antônio Vieira, e outros.

Em todas as escolas literárias que se seguiam após o barroco, ficaram presas a algum ponto da religião. Rodrigo Augusto Fiedler (2019) a literatura e a religião têm uma relação de amizade:

Fica então claro que é uma relação saudável esta que confronta a literatura com a religião e que permanece fazendo-se mister para que se aguice o senso de transcendência, a transposição de temas paradoxais, polêmicos e místicos na literatura contemporânea. (FIEDLER,2019 p.1).

Ele classifica como uma relação saudável, pois ao mesmo tempo que a religião norteava as produções literárias, a Literatura expunha nos seus textos qual era o efeito do impacto da religião nas sociedades. Em especial do cristianismo, que é a religião que mais nos influencia nossa cultura ocidental.

René Descartes (1637) em sua obra, *Discurso sobre o Método*, essa relação já não é tão saudável assim, pois ele começa sua obra citando que deixou de publicar *Traité du Monde* (Tratado do Mundo), por medo de retaliações da Igreja, pois Galileu Galilei havia sido condenado pela inquisição de Roma.

Ao ser informado de que Galileu Galilei havia sido condenado pela inquisição de Roma, por causa de sua obra *Diálogo sobre os dois principais sistemas do mundo*, e que os exemplares impressos haviam sido recolhidos e queimados, Descartes decidiu não publicar seu *Traité du Monde* (Tratado do Mundo) que estava prestes a enviar a um editor (DESCARTES,2017 p.7).

a relação entre Literatura e Religião, muitas vezes foi relação de amor e ódio. Filósofos, sociólogos, escritores, importantes para a história, foram perseguidos, (inclusive Aluísio Azevedo) ameaçados, torturados, e mortos, por publicar aquilo que era contra à Igreja.

Fernando Machado Brum, doutor em Letras pela UFRS, fez uma extensa pesquisa sobre Literatura e Religião, em sua dissertação de mestrado. Abordando as referências da religião na obra de Machado de Assis, dentro de uma escola literária

que pouco deveria ter de influência da religião em suas produções literárias, o realismo, mas que o principal autor, Machado De Assis, fez questão de deixar vários elementos notórios da influência da religião em sua obra.

ele cita que “Machado deu prova de conhecer a fundo a um dos mecanismos presentes na religião-em especial a católica-e fazê-los falar na sua obra.” (BRUMM,2009, p.16.). Aluísio Azevedo, não tem medo de relatar a como a natureza humana funciona, em, *O Cortiço*, mesmo em uma época que a Igreja ainda tinha muito poder sobre a vida das pessoas, ele escreve suas obras sem medo das retaliações que muitos já sofreram no passado, inclusive ele também sofreu, ao escrever, *O Mulato*, as perseguições foram tantas, que teve que mudar de estado.

Os sete pecados capitais foram criados pela igreja como forma de controlar a natureza humana. Ordenando aquilo que podia, e não podia, e na obra, *O Cortiço*, Aluísio parece não querer receber essas ordens, apenas expondo em excesso a cada um dos pecados capitais criados pela Igreja Católica. É importante salientar que os sete pecados não existem na bíblia em nenhuma versão, no entanto, eles foram, e são por séculos os norteadores do que se pode, ou não para alcançar a santidade, e servir ao Deus cristão com retidão.

O documentário do *History Channel*, *Os Sete Pecados Capitais*, cita que em aproximadamente 375 D.C. um monge cristão chamado Evágrios Ponto, teria escrito oito crimes e paixões humanas que seriam para ele como mortal para os seres humanos. O papa Gregório I, transformou o texto avulso numa recomendação oficial da Igreja, reduzindo a lista a sete itens.

Gregório I, uniu vaidade e orgulho, e transformou-os na soberba. Fez uma hierarquização dos pecados de mais grave para menos grave, e institui como regra a ser cumprida, e temida dentro das normas da igreja. Os sete pecados capitais passaram por várias outras análises, e até uma análise mais moderna tratada pelo Papa Bento XVI, que foi divulgada pelo vaticano como, *Os Sete Pecados Capitais* que nós conhecemos atualmente.

A estética do Naturalismo, tem como uma das principais características a teoria do evolucionismo de Charles Darwin. “Sobrevive o mais forte”, a luta pela sobrevivência faz uma “seleção natural e sexual”. No *cortiço*, de Azevedo (1890) há vários embates entre as personagens para garantir sua subsistência, algumas personagens chegando ao extremo de matar uns aos outros, para satisfazer seus desejos, e suas necessidades.

O confronto se dá quando dentro da obra de Azevedo (1890), o carnal, o humano, é considerado em superioridade à alma, ao celeste, a espiritualidade. Em nenhum momento dentro da obra de Azevedo (1890), os personagens deixam de se satisfazer, pensam no espiritual, ou se culpam por ter feito algo que segundo a tradução do cristianismo, é considerado danoso para a vida espiritual.

No Brasil, Azevedo, trilha um caminho importante para a história da Literatura Brasileira. Dentro do naturalismo, ele começa com sua obra, *O Mulato* (1881), que ainda é muito romântica no sentido de ainda está ligada na estética

literária anterior, O Romantismo, mas adentrando e firmando as características, do Naturalismo Brasileiro.

Casa de Pensão (1884), já é uma obra com características mais distante do romantismo brasileiro. O *Cortiço (1890)*, é o auge do Naturalismo na Literatura brasileira. O auge dos excessos, e das valorizações dos prazeres, e dos desejos de dá no naturalismo, na obra, *O cortiço (1890)*. No documentário *SEUHISTORY.COM*, Evágrio disse que comer demais é pecado, porque o excesso de comida embota a mente, justificando um dos motivos para elencar a gula como um dos sete pecados capitais.

A glotonaria é praticada pelas personagens do cortiço, sem medo, ou culpa de está infringindo alguma regra sagrada, e pré-imposta. O sentido da obra de Azevedo, é mostrar o que é humano, sem essa preocupação com os excessos, sem a vigilância de estar corrompendo a espiritualidade.

2. Personagens Metaforizados Nos Sete Pecados Capitais – Soberba

O documentário, *Os Sete Pecados Capitais*, do *History Channel*, descreve a soberba, como o pior dos sete pecados capitais, o início de todos os pecados capitais. A soberba é considerada uma forma exagerada de importância de si mesmo, fazendo uma pessoa sentir que não precisa de Deus. “Os vícios trabalham juntos, subordinados a um vício principal, este o principal de todos é a soberba”. (Dysinger. Father. Os Sete Pecados Capitais-Soberba.2019.)

A soberba é considerada o pior pecado capital, pois foi através dela que Satanás quis ser maior que Deus, atribuindo uma importância maior a si, do que aquela que ele já tinha. No livro de Provérbios cap. 16 parte A, está escrito que a “a soberba precede a ruína” talvez tenha sido essa ruína que causou a expulsão de Satanás do paraíso.

O *Cortiço (1890)* nos traz alguns casos de soberba, dentre os principais está a mulata Rita baiana, e Estela esposa do Miranda. Rita que é uma das personagens que mais se encaixa em todos os pecados que serão citados a seguir. Rita era desejada, e tinha seu amor disputado por dois homens, Jerônimo e Firmo, este último ela sempre amara, era caso antigo, e o outro, ela desenvolveu uma paixão maluca por ele, sem se importar que o mesmo já tinha esposa, a mulata estava se preocupando apenas consigo mesmo, com seus desejos.

Rita se tornou mais atraente que Piedade (que era a esposa de Jerônimo), seduziu, e acabou tomando-o para si, o homem que era da outra. A soberba de Rita era tanta que ela nunca se importou com a filha que Jerônimo tinha com Piedade, chegando a se tornar cruel. Nesse trecho abaixo veremos Rita dançando e seduzindo Jerônimo:

Foi um forrobodó valente. A Rita Baiana essa noite estava de veia para a coisa; estava inspirada! Divina! Nunca dançara com tanta graça e tamanha lubricidade! Também cantou. E cada verso que vinha da sua boca de mulata

era um arrulhar choroso de pomba no cio. E o Firmo, bêbedo de volúpia, enroscava-se todo ao violão; e o violão e ele gemiam com o mesmo gosto, grunhindo, ganindo, miando, com todas as vozes de bichos sensuais, num desespero de luxúria que penetrava até ao tutano com línguas finíssimas de cobra. Jerônimo não pôde conter-se: no momento em que a baiana, ofegante de cansaço, caiu exausta, assentando-se ao lado dele, o português segredou-lhe com a voz estrangulada de paixão: - Meu bem! Se você quiser estar comigo, dou uma perna ao demo! O mulato não ouviu, mas notou o cochicho e ficou, de má cara, a rondar disfarçadamente o rival. O canto e a dança continuavam, todavia, sem afrouxar. Entrou a das Dores. Nenen, mais uma amiga sua, que fora passar o dia com ela, rodavam de mãos nas cadeiras, rebolando em meio de uma volta de palmas cadenciadas, no acompanhamento do ritmo requebrado da música. Quando o marido de Piedade disse um segundo cochicho à Rita, Firmo precisou empregar grande esforço para não ir logo às do cabo. Mas, lá pelo meio do pagode, a baiana caíra na imprudência de derrear-se toda sobre o português e soprar-lhe um segredo, requebrando os olhos. (AZEVEDO. 1890 p.119)

Nesse trecho podemos perceber a soberba de Rita, mesmo estando com o amante de tempos, ainda sim, caprichou na dança para seduzir aquele que estava interessando-a no momento.

Causando uma briga entre os dois, e depois gerando quase a morte de Jerônimo. Mesmo nesse momento da briga, Rita parece não se importa muito com os dois, pois para ela, parece interessante ver os dois ali quase se matando, “O terror arrancava gritos agudos. Estavam já todos assustados, menos a Rita que, a certa distância, via, de braços cruzados, aqueles dois homens a se baterem por causa dela; um ligeiro sorriso encrespava-lhe os lábios.” (AZEVEDO. 1890 p. 120 e121), Rita parece gostar de ver aquela cena, cruza os braços, e até sorri, alimenta assim seu ego, e sua soberba.

A outra metáfora da soberba, é Estela, é uma senhora casada por obrigação da família para poder manter o status social da época, no entanto, ela odeia seu marido, e trai ele com vários caixeiros que vivem a serviço do seu marido. A soberba de Estela é aquela do tipo que não se importa com o outro, no caso mais especificamente, com o marido, pois ela sabe que ele se casou com ela por interesse, e que ela pode fazer o que quiser que ele não irá se separar dela, pois a fortuna dos dois foi construída com o dote da família de Estela.

A soberba de Estela chega a prejudicar até a própria filha, “Estela amava-a menos do que lhe pedia o instinto materno por supô-la filha do marido, e este a detestava porque tinha convicção de não ser seu pai” (AZEVEDO. 1890 p.12). Estela nutria um ódio pelo marido, que alimentava seu orgulho, e afetava a própria filha. No trecho abaixo podemos observar bem como o autor descreve Estela e sua soberba:

Mas a família do Barão surgiu afinal. Zulmira vinha na frente, com um vestido cor de palha justo ao corpo, muito elegante no seu tipo de fluminense pálida e nervosa; logo depois Dona Estela, grave, toda de negro, passo firme e ar severo de quem se orgulha das suas virtudes e do bom cumprimento dos seus deveres. O Miranda acompanhava-as de sobrecasaca, fitinha ao peito,

o colarinho até ao queixo, botas de verniz, chapéu alto e bigode cuidadosamente raspado. Ao darem com João Romão, ele sorriu e Zulmira também; só Dona Estela conservou inalterável a sua fria máscara de mulher que não dá verdadeira importância senão a si mesma. (AZEVEDO. 1890 p.234)

Além de se orgulhar das suas virtudes, ela ainda matinha a sua máscara. As virtudes de Estela, não são virtudes de caráter, como cita a obra, ela não tem virtudes, mas finge ter, e tenta passar para a sociedade da época que tinha. Além de não se importar com ninguém, empurra a filha para um casamento forçado, para continuar mantendo o status social da qual ela também foi forçada um dia a manter.

2.1 Inveja

“A inveja está em perceber algo que o outro tem, ou uma qualidade que outro indivíduo possui, e o ponto principal está em querer para si mesmo, ou querer que o outro não a tenha”. (Dysinger Father. Os Sete Pecados Capitais-Soberba.2019.) A palavra inveja deriva da palavra Invidia, que era uma antiga deusa romana da inveja. É como uma obsessão em ter aquilo que é do outro, a inveja com certeza é um dos pecados que mais incomodam.

Father (2019) cita que alguns pecados como a gula, ou a preguiça é mais fácil para os praticantes admitir, a inveja ninguém admite ter. Na Bíblia no Livro de Gênesis, conta a conhecida história movida pela inveja, José do Egito causava inveja em seus irmãos e por isso foi vendido “Vamos vendê-lo aos ismaelitas. Não tocaremos nele, afinal é nosso irmão, é nosso próprio sangue. E seus irmãos concordaram”. (GÊNESIS.37:27).

Os irmãos de José sentiam inveja por ele ser o preferido do seu pai, e queriam mata-lo, mas decidiram apenas vende-lo. cita “A inveja causa mudança na vida das pessoas, e na maioria das vezes são mudanças ruins, a inveja faz a pessoa ficar cega em busca de seus objetivos, causando mortes e destruição.” (Dysinger Father. Os Sete Pecados Capitais-Soberba.2019.)

O cortiço (1890) temos um caso de Inveja simultânea entre dois personagens, João Romão que tem inveja da classe social e da vida de luxo que Miranda leva, e Miranda que tem inveja da riqueza que Romão construiu durante a vida, se tornando maior que a dele. A confusão entre os dois começa por uma disputa por causa de um quintal a qual Miranda queria comprar de Romão, e que Romão não vendeu, passam a trama toda a se odiar, até que por causa das invejas simultâneas, Romão acaba casando-se com a filha do Miranda.

Romão é um dos personagens centrais da trama de Azevedo. Ele é um personagem sem escrúpulos, sem limites para conseguir seus objetivos, e assim como Rita Baiana irá encaixar em quase todos os pecados deste embate. João Romão passa a vida acumulando riquezas, mas chega uma fase da vida que ele tenta mudar, quer pertencer a uma classe social mais elevada, dinheiro não lhe faltava para isso, essa vontade de ascender a outra classe social, só desperta em Romão quando sente inveja profunda de Miranda, após o vizinho/rival receber um título de barão.

Nunca o tinha visto assim, tão fora de si, tão cheio de repelões; nem parecia aquele mesmo homem inalterável, sempre calmo e metódico. E ninguém seria capaz de acreditar que a causa de tudo isso era o fato de ter sido o Miranda agraciado com o título de Barão. Sim, senhor! aquele taverneiro, na aparência tão humilde e tão miserável; aquele sovina que nunca saíra dos seus tamancos e da sua camisa de riscadinho de Angola; aquele animal que se alimentava pior que os cães, para pôr de parte tudo, tudo, que ganhava ou extorquia; aquele ente atrofiado pela cobiça e que parecia ter abdicado dos seus privilégios e sentimentos de homem; aquele desgraçado, que nunca jamais amara senão o dinheiro, invejava agora o Miranda, invejava-o deveras, com dobrada amargura do que sofrera o marido de Dona Estela, quando, por sua vez, o invejara a ele. (AZEVEDO. 1890 p.110)

Romão, movido pela inveja neste trecho, acaba mudando seu estilo de vida aos poucos, deixando a vida pobre e imunda que vivia, para tentar se igualar a Miranda. Para conseguir seus objetivos, acaba se casando com a filha de Miranda, causando a morte de Bertoleza, que até antes dessa loucura de ascensão social, era sua escrava, e mulher. A inveja fez Romão não pensar em ninguém, apenas no seu objetivo maior.

Já Miranda, que é o outra metaforizarão da inveja que temos na trama, casou-se por obrigação com este, odiava-a, por saber que a mulher não perdia a oportunidade de traí-lo, e tinha uma filha que não tinha certeza ser sua. Mudou-se para o cortiço, para afastar a esposa dos amantes, e sentia inveja de Romão, por não ter que se sujeitar a tudo que ele havia se sujeitado na vida, para ascender à uma classe social.

“Tinha inveja do outro, daquele outro português que fizera fortuna, sem precisar roer nenhum chifre; daquele outro que, para ser mais rico três vezes do que ele, não teve de casar com a filha do patrão ou com a bastarda de algum fazendeiro freguês da casa!”. (AZEVEDO. 1890 p. 21)

Com o desenrolar da trama, esse jogo de invejas acaba se cruzando, e beneficiando os dois. Um com o objetivo da ascensão social, e o outro para manter a riqueza das famílias, e para isso, o primeiro sacrifica a sua fiel companheira, Bertoleza, jogando-a fora como um rato de esgoto. E o segundo, sacrificando a vida e felicidade da própria filha, fazendo-a casar-se por obrigação.

2.2 Ira

“A ira pode ser definida com várias intensidades, existem iras momentâneas, iras que são alimentadas com o tempo, e se tomam um perigoso desejo de vingança, no entanto todas elas não deixam de ser perigosas.” (Dysinger Father. Os Sete Pecados Capitais-Ira.2019.) É irônico a ira ser considerada um dos sete pecados capitais, pois até Deus acaba se irando em vários momentos durante a narrativa da Bíblia. “Até a tua ira contra os homens redundará em teu louvor, e os sobreviventes da tua ira se refrearão.” (SALMOS 76:10).

Os sete pecados capitais foram compilados por um monge, e não está em nenhuma versão da Bíblia. Em alguns versículos da Bíblia, a ira é até aceita, “Quando vocês ficarem irados, não pequem. Apaziguem a sua ira antes que o sol se ponha”. (EFÉSIOS 4:26). Com isso conseguimos ter uma análise de níveis das iras, uma momentânea que se torna apaziguável, e uma outra que gera em nós um desejo de vingança e/ou nós levar ao pecado.

“Evite a ira e rejeite a fúria; não se irrite: isso só leva ao mal.” (SALMOS. 37:8). Com este outro versículo, podemos inferir de que a ira deve ser evitada. Caso persistamos em irarmos, a ira poderá levar ao mal, pois que se ira, acaba fazendo o mal muitas vezes de forma impensada, agindo no impulso que a ira acaba provocando em nós seres humanos.

O cortiço (1890), O exemplo de ira desenfreada acontece entre Firmo e Jeronimo, quando os dois acabam brigando por Rita Baiana. Os dois estão apaixonados pela mulata, e o segundo acaba matando o primeiro, por um desejo de vingança de uma briga mal resolvida entre os dois. No primeiro embate dos dois, Jerônimo levou a pior, foi apunhalado por Firmo:

O brasileiro tinha já recebido pauladas na testa, no pescoço, nos ombros, nos braços, no peito, nos rins e nas pernas. O sangue inundava-o inteiro; ele rugia e arfava, iroso e cansado, investindo ora com os pés, ora com a cabeça, e livrando-se daqui, livrando-se dali, aos pulos e às cambalhotas. A vitória pendia para o lado do português. Os espectadores aclamavam-no já com entusiasmo; mas, de súbito, o capoeira mergulhou, num relance, até as canelas do adversário e surgiu-lhe rente dos pés, grupado nele, rasgando-lhe o ventre com uma navalhada. (AZEVEDO. 1890 p. 121.122)

A ira provocou quase a morte dos dois personagens. Um estava todo ensanguentado e ferido, mas movido pelo sentimento de ira não queria dar-se por vencido, o outro estava disposto a tudo para acabar com o rival, até o momento da navalhada, Firmo foge, e Jerônimo é levado para o hospital ficando dias lá internado, alimentando a sua ira, e planejando a vingança do rival, interessante pensarmos agora como a ira de Jerônimo evoluiu de uma simples raiva momentânea para uma vingança.

A ira de Jerônimo foi alimentada até a sua execução do plano de matar o rival, a ira quando alimentada, só se acalma quando aquilo que está no coração se resolve. A ira de Jerônimo iria se resolve quando ele consegue matar Firmo, e ficar com sua recompensa, Rita. O estágio de ira de Jerônimo estava tão intenso, que ele não esperou se recuperar da navalhada que ganhou de Firmo.

O capoeira, mal tocou com os pés em terra, desferiu um golpe com a cabeça, ao mesmo tempo que a primeira cacetada lhe abria a nuca. Deu um grito e voltou-se cambaleando. Uma nova paulada cantou-lhe nos ombros, e outra em seguida nos rins, e outra nas coxas, outra mais violenta quebrou-lhe a clavícula, enquanto outra logo lhe rachava a testa e outra lhe apanhava a espinha, e outras, cada vez mais rápidas, batiam de novo nos pontos já espancados, até que se converteram numa carga continua de porretadas, a

que o infeliz não resistiu, rolando no chão, a gotejar sangue de todo o corpo” (AZEVEDO. 1890 P. 169)

A descrição de detalhes do trecho acima, nos dá a plena convicção que a ira provoca nos seres humanos um impulso frenético e sem controle. Depois de dias hospitalizado, Jerônimo não conseguiu esquecer a ira que alimentou por Firmo, e quis concretizar sua vingança, matando seu rival, como se mata um inseto, massacrando com pauladas, e satisfazendo seu desejo de vingança.

2.3 Preguiça

A preguiça é vista como um pecado improvável, no entanto, ela não está apenas relacionada ao esforço físico que a pessoa pode fazer, mas também ao achar que tudo que já fez, ou faz já é suficiente. A preguiça não parece um pecado mortal. Kathleen, no documentário, *Os Sete Pecados Capitais*, do canal *SeuHistory.com*, “a preguiça deve ser o mais mortal dos pecados”. Quando o primeiro homem, comete o primeiro pecado, Deus dá a ele o castigo de ganhar o pão de cada dia com seu próprio esforço (GENÊSIS 3:19), e caso haja uma rejeição do homem em relação a isso, significa que está desobedecendo uma ordem de Deus.

“Como o vinagre para os dentes e a fumaça para os olhos, assim é o preguiçoso para aqueles que o enviam.” (PROVÉRBIOS. 10:26). A preguiça acaba afetando todos ao redor do preguiçoso, que se torna uma parasita daqueles que trabalham para sustentá-lo.

Botelho é o personagem que metaforiza a preguiça dentro da obra, *O cortiço*. Amigo da família de Miranda, é uma espécie de conselheiro e advogado da família, mas não perde a oportunidade de se escorar em alguém sempre que precisa. Botelho acoberta as traições de Estela (esposa de Miranda), e é uma espécie de ouvinte das lamúrias da vida de Miranda.

Botelho é um oportunista e parasita da família. Sabe todos os segredos da família, sabe o motivo de Miranda ter se casado com Estela, e sabe das traições de Estela, e por guardar esses segredos, ele sabe que nunca será expulso da família. Dentro da trama, caso ele revele o que sabe, as máscaras da família do Miranda iriam cair.

O preguiçoso sempre dá um jeito de evitar fazer as coisas e tudo o que faz, sempre quer algo em troca, e assim age Botelho. Havia ainda, sob as telhas do negociante, um outro hóspede além do Henrique, o velho Botelho. Este, porém, na qualidade de parasita. (AZEVEDO. 1890 p. 25).

Todo preguiçoso é um aproveitador. Com o desenrolar da trama, Botelho foi ficando amigo de Romão, e sendo o do principal elo entre Romão e a família de Miranda. Com o intuito de poder facilitar que Romão se casasse com a filha de Miranda, Botelho, agia se aproveitando de tudo que aquele momento estava lhe proporcionando, extorquindo tanto Miranda, quanto Romão.

O velho Botelho chegava-se também para o vendeiro, e ainda mais do que o próprio Miranda. O parasita não saía agora depois do almoço para a sua prosa na charutaria, nem voltava à tarde para o jantar, sem deter-se um instante à porta do vizinho ou, pelo menos, sem lhe gritar lá de dentro: “Então, seu João, isso vai ou não vai?...” E tinha sempre uma frase amigável para lhe atirar cá de fora. (AZEVEDO.1890 p. 148)

Botelho vivia das migalhas dos outros. Acomodado com a vida que Miranda e Estela lhe ofereciam, não se preocupava de trabalhar. Depois passou a ser parasita na casa de Romão, por estar intermediando o casamento dele com a filha de Miranda. “Já não era preciso prevenir lá defronte, porque agora o velho parasita comia muitas vezes em casa do vizinho. (AZEVEDO. 1890 p.236)

2.4 Avareza

A avareza é conhecida por vários nomes, como ganância, cobiça, mesquinharia, sovinice, e vários outros. A pessoa avarenta rouba, mata para acumular bens. Bakas S., no documentário, *Sete Pecados Capitais*, do seu canal *SeuHistory.com*, cita que os problemas surgem quando nossas posses nos controlam, ao invés de nós controlarmos elas.

“E disse-lhes: Acautelai-vos e guardai-vos da avareza; porque a vida de qualquer não consiste na abundância do que possui.” (LUCAS 12:15). Este outro versículo a seguir também nos mostra a orientação da bíblia em relação a avareza “Também todas as armas do avarento são más; ele maquina invenções malignas, para destruir os mansos com palavras falsas, mesmo quando o pobre chega a falar retamente.” (Isaías 32:7). O avarento não importa quem irá prejudicar, quem irá morrer, desde que ele saia beneficiado com a situação, nada mais importa.

O *Cortiço*, de Azevedo (1890) tem um dos personagens principais da trama como avarento. João Romão, desde criança ele aprende ser avarento com seu antigo patrão, que já no início do texto parece que ensinou Romão com sua história como ser um bom avarento.

João Romão foi, dos treze aos vinte e cinco anos, empregado de um vendeiro que enriqueceu entre as quatro paredes de uma suja e obscura taverna nos refolhos do bairro do Botafogo; e tanto economizou do pouco que ganhara nessa dúzia de anos, que, ao retirar-se o patrão para a terra, lhe deixou, em pagamento de ordenados vencidos, nem só a venda com o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos em dinheiro. Proprietário e estabelecido por sua conta, o rapaz atirou-se à labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações. Dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de palha. (AZEVEDO A., 2008, pg.7)

No início da obra podemos notar que Romão sempre fora ganancioso, querendo enriquecer a qualquer custo. Colocando sua saúde em risco, se privando de seu bem-estar pessoal, e de conforto que ele podia levar, João Romão se aproxima de Bertoleza, uma escrava, que ele se aproveita dela, prometendo-lhe a alforria, a pobre passa a confiar de olhos fechados em Romão.

Só nesta parte da análise temos dois pontos que é notório observar como funciona uma pessoa gananciosa, a primeira é a capacidade de se abster de qualquer coisa para acumular bens materiais, e a segunda é a de enganar os outros, de se aproveitar daquilo que convém, para favorecer seus próprios objetivos. Bertoleza ajuda Romão na sua ganancia por riquezas, ele começa a desenvolver o cortiço roubando os outros, e se aproveitando de tudo que puder.

Romão enriqueceu rápido. A ganancia dele não tinha limites, depois de construir casinhas roubando dos outros, e de comprar a pedreira, enganar Bertoleza, roubar os próprios clientes, e os moradores do cortiço, ele não parava (AZEVEDO 1890 p. 10) Sua ganancia cegava-o. Não dispunha um tostão para nada além daquilo que fosse lhe favorecer. A pessoa gananciosa faz as outras entrarem dentro do seu jogo, e com Romão não foi diferente, Bertoleza na qualidade de sua escrava, que também servia para ele de mulher, ajudava-o com seus roubos e suas maquiavelices.

A avareza de Romão, tem seu ápice, em um dos episódios que o cortiço pegava fogo. Ele deixa morrer outro morador do cortiço, para roubá-lo, esse outro morador, Libório, também era um avaro, e passou a vida a juntar dinheiro em uma garrafa, para morrer sem nada, e sendo roubado (AZEVEDO. 1890 p.189).

Para Romão se casar com a filha de Miranda, que era seu desejo movido pela inveja que ele tinha Miranda, e pela avareza de ser e ter sempre mais, Romão deve livrar-se daquela que ajudou ele a construir praticamente tudo que ele tinha, Bertoleza. Ele usará um dos golpes mais baixos, com a ajuda de seu agora fiel comparsa, o parasita Botelho.

Romão entregará Bertoleza para seu antigo dono, depois de passar a vida dizendo ter comprado a liberdade dela. Bertoleza tira a própria vida, por perceber o que estava acontecendo. “Bertoleza então, erguendo-se com ímpeto de anta bravia, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo rasgava o ventre de lado a lado.” (AZEVEDO. 1890 p. 238).

2.5 Gula

A gula aparentemente parece um pecado inofensivo, no entanto, ela pode ser mortal, está relacionado ao desejo de comer e beber cada vez mais. A gula pode ser comparada ao excesso, ao exagero. Father (2019) cita que muitas pessoas pensam que a gula está relacionada apenas com a comida, no entanto, acabam se

equivocando, pois, a gula também está relacionada com o exagero da bebida. O que acaba provocando dependência nas pessoas seja por comida, ou por bebida.

“Não estejas entre os bebedores de vinho nem entre os comilões de carne. Porque o bebedor e o comilão caem em pobreza; e a sonolência vestirá de trapos o homem”. (PROVÉRBIOS 23:20-21). O pecado da gula, está ligado ao excesso.

Na obra, *O Cortiço*, o excesso por comida é praticado por Libório. No capítulo VII, da obra, narra uma festa na casa da Rita Baiana, ele comia com medo de que aquela comida acabasse, comia não mais por necessidade fisiológica, mas por também não ter a oportunidade de se fartar sempre, pois era tão avarento que ficou a vida toda acumulando bens, para depois morrer sem nada.

Ele pôs-se logo a devorar, sofregamente, olhando inquieto para os lados, como se temesse que alguém lhe roubasse a comida da boca. Engolia sem mastigar, empurrando os bocados com os dedos, agarrando-se ao prato e escondendo nas algibeiras o que não podia de uma só vez meter para dentro do corpo.” (AZEVEDO, 1890 p. 69)

O Glutão como se tivesse medo de que alguém roube sua comida. come depressa, para poder comer sempre mais, está sempre olhado para ver se vai sobrar mais para ele continuar a comer. “De repente, um pedaço de carne, grande demais para ser ingerido de uma vez, engasgou-o seriamente.” (Aluísio. 1890 p.69), e mesmo se engasgando, o glutão não para de pensar em comida, e nem de ingeri-la.

E notando que ele continuava mais sôfrego por ter perdido um instante: Espere um pouco, lobo! Que diabo! A comida não foge! Há muito aí com que te fartares por uma vez! Com efeito! - Beba água, tio Libório! Aconselhou Augusta. E, boa, foi buscar um copo de água e levou-lhe a boca. O velho bebeu, sem desprezar os olhos do prato. - Arre diabo! Resmungou Porfiro, cuspiendo para o lado. Este é mesmo capaz de comer-nos a todos nós, sem achar espinhas!” (ALUÍSIO, 1890, p. 69-70)

Mesmo sofrendo pelo excesso de comida, Libório, não parava de comer. O Glutão por bebida da trama é, Jerônimo. Jerônimo era português, no entanto, foi abrasileirando-se, acaba por se torna um dependente do álcool. Tem a vida pacata, e depois adere a bebedeira da cachaça dos brasileiros. “Jerônimo apareceu afinal, com um ar triste de vicioso envergonhado que não tem animo de deixar o vício.” (Aluísio. 1890 p.202), O vício de Jerônimo, provocou atrasos a escola da filha, e destruição total da sua vida, dentro da trama de Azevedo.

2.6 Luxúria

A luxúria é considerada pelo senso comum, o pior pecado. A nossa moralidade baseada nos pilares do cristianismo, nos mostra os desejos sexuais como pecaminosos. A luxúria é um termo muito amplo, e pode considerar praticamente tudo que envolva desejos sexuais, desde pensamentos, toque, até a concretização do ato sexual. Na bíblia podemos encontrar diversas advertências a esse pecado, de vários diferentes modos.

“Mas eu digo: Qualquer que olhar para uma mulher e desejá-la, já cometeu adultério com ela no seu coração.” (Mateus 5:28) nesse versículo temos uma advertência a duas formas diferente de luxúria, a primeira é a do pensamento, a bíblia considera o simples ato de pensar com desejo já como o pecado da luxuria, outra é da advertência a concretização do adultério em si.

O *Cortiço*, expõe à luxuria praticada por todos os personagens. Romão vive toda a trama com a escrava Bertoleza, sem serem casados (sexo antes do casamento) fez ela cometer aborto sempre que estava grávida. “Ainda bem que não tinham filhos! Abençoadas drogas que a Bruxa dera à Bertoleza nas duas vezes em que esta se sentiu grávida!” (AZEVEDO. 1890 p.152).

Estela vivia cometendo adultério, Florinda que acabou engravidando por fazer relação sexual antes do casamento, Leocádia que mesmo sendo casada, fornicou com Porfiro durante uma festa na casa de Rita, enquanto o próprio marido dormia, “A Leocádia passara livremente a perna para cima da de Porfiro, que a abraçava, bebendo parati aos cálices.” (Aluísio 1890 p.70).

A verdadeira personificação da luxúria na trama, Leonie, é uma prostituta admirada por todos no cortiço. Leonie sempre andava bem vestida e perfumada, o que não era a realidade das pessoas do cortiço. Leonie visita sempre o cortiço, ela queria que Pombinha, uma moça ainda virgem, e quase com dezoito anos, que não chegou a menstruar, que se torne prostituta como ela.

Leonie, bissexual, tinha desejos pela pombinha. Pombinha já estava noiva, a mãe de Pombinha rezava todos os dias para que ela menstruasse. Isabel sonhava que com o casamento da filha, para que elas pudessem sair daquela vida miserável. Pombinha acaba se tornando prostituta junto com Léonie, a mãe de Pombinha vem a falecer de desgostos, por não querer aquele futuro para a filha (AZEVEDO. 1890 p.129).

A prostituição do cortiço, gera uma espécie de cadeia, como Azevedo cita no trecho abaixo:

Pombinha abria muito a bolsa, principalmente com a mulher de Jerônimo, a cuja filha, sua protegida predileta, votava agora, por sua vez, uma simpatia toda especial, idêntica à que noutra tempo inspirara ela própria à Léonie. A cadeia continuava e continuaria interminavelmente; o cortiço estava preparando uma nova prostituta naquela pobre menina desamparada, que se fazia mulher ao lado de uma infeliz mãe ébria” (AZEVEDO A., 2018, pg. 231)

O trecho acima mostra como o autor trabalhou bem focando nas questões sociais que envolviam a nova preferida das prostitutas Léonie e Pombinha, elas foram comprando a mãe da menina, que já não tinha condições de sustentá-la sozinha, até ir ganhando a própria menina, para transformá-la, numa prostituta.

Considerações Finais

O naturalismo é uma estética Literária que foca nas vontades do ser humano. Aluísio Azevedo, o maior dessa estética literária no Brasil, trabalha com todas as descrições de detalhes essas vontades humanas em suas obras, em especial na obra, *O Cortiço*. Azevedo, sabiamente confrontou a Religião, não só com sua obra maior, mas com toda a sua obra, e mesmo ele vivendo num país, onde a maioria das pessoas são cristã, e principalmente na época de lançamento da obra, ele não teve medo de mostrar o pior dos seres humanos.

Colocando dentro de um cortiço fictício, todos os tipos de personagens que se metaforizam nos sete pecados capitais. todos os personagens, infringem os sete pecados capitais, desafiando à igreja, e mostrando que é natural, não deixando de mostrar que os excessos também são prejudiciais para a convivência social.

O desenvolvimento desta pesquisa nos ajudou a entender como personagens dentro de uma obra, pode ter sentidos que passam invisíveis aos olhos de leitores, que estão apenas buscando o entretenimento com a literatura. Azevedo, nos entregou uma grande obra, que não apenas fixou as bases do Naturalismo brasileiro, mas, mostrou que seres humanos são impulsivos, e corromper mandamentos sagrados, que tenta controlar os impulsos humanos, é natural.

Sendo Azevedo o maior nome do Naturalismo no Brasil, e sua obra, *O Cortiço*, a maior obra do Naturalismo, podemos inferir que o naturalismo também não deixa de ser um confronto com os sete pecados capitais.

Referências

- AZEVEDO, A. **O Cortiço**, São Paulo: Lafonte. 2018.
- AZEVEDO, Aluísio. **Casa de pensão**. 5. Ed., São Paulo: Ática, 1989.
- AZEVEDO, A. **O Mulato**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1998.
- A BÍBLIA**. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008. 1110 p. Velho Testamento e Novo Testamento.
- Daniel-Rops. **História da Igreja De Cristo I: A Igreja dos Apóstolos e dos mártires**. São Paulo: Quadrante, 1988.
- Daniel-Rops. **História da Igreja De Cristo I: A Igreja dos tempos bárbaros**. São Paulo: Quadrante, 1991.
- Daniel-Rops. **História da Igreja De Cristo III: A Igreja das catedrais e das cruzadas**. São Paulo: Quadrante, 1993.

Daniel-Rops. **História da Igreja De Cristo IV: A Igreja da renascença e da reforma (I)**. São Paulo: Quadrante, 1996.

Daniel-Rops. **História da Igreja De Cristo V: A Igreja da renascença e da reforma (II)**. São Paulo: Quadrante, 1999.

Daniel-Rops. **História da Igreja De Cristo VI: A Igreja dos tempos clássicos (I)**. São Paulo: Quadrante, 1999.

Daniel-Rops. **História da Igreja De Cristo VII: A Igreja dos tempos clássicos (II)**. São Paulo: Quadrante, 2001.

Daniel-Rops. **História da Igreja De Cristo VIII: A Igreja das revoluções (I)**. São Paulo: Quadrante, 2003.

Daniel-Rops. **História da Igreja De Cristo IX: A Igreja das revoluções (II)**. São Paulo: Quadrante, 2003.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo horizonte, MG: Editora Itatiaia, 2000, vol. II.

ZILBERMAN, Regina. **"História da Literatura e Identidade Nacional"**. In JOBIM, José Luis(org). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

Material da Internet

CAMPELO, Alvaro. **Recensão de Literatura e Religião**, coord. Isabel Patim [et.al.] Revista da faculdade de ciências humanas e Sociais. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1310/1/275-279_%20FCHS06-5.pdf> Acesso em 29 jul.2019.

Fiedler, Augusto. **Religião e Literatura**. São Paulo, 07.2019. Disponível em <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1280665>> Acesso em 29 jul. 2019.

<http://educacao.globo.com/literatura/assunto/autores/aluisio-azevedo.html>; acesso em 14 de abril de 2016. Acesso em 29. Jul.2019

<http://www.academia.org.br/academicos/aluisio-azevedo>; acesso em 14 de abril de 2016. Acesso em 29. Jul.2019.

CORDEIRO, Thiago. **Inspirada em ideias da Antiguidade, a lista dos erros mais sérios pela Igreja Católica levou séculos de bate-boca para ser compilada**. Disponível em <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-sete-pecados-capitais.phtml>> Acesso em 29. Jul.2019

Tube Brasil Full nº 07. **Os Sete Pecados Capitais- AVAREZA**. 2012.(43:29) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=lqJT8iGdP1E>. Acesso em 11/07/2019.

Tube Brasil Full nº 07. **Os Sete Pecados Capitais- GULA**. 2012.(44:25) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=lqJT8iGdP1E>. Acesso em 10/07/2019.

Tube Brasil Full nº 07. **Os Sete Pecados Capitais- INVEJA**. 2012.(44:24) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=lqJT8iGdP1E>. Acesso em 18/07/2019.

Tube Brasil Full nº 07. **Os Sete Pecados Capitais-IRA**. 2012.(44:26) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=lqJT8iGdP1E>. Acesso em 24/07/2019.

Tube Brasil Full nº 07. Os Sete Pecados Capitais- **LUXÚRIA**. 2012.(44:26) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=lqJT8iGdP1E>. Acesso em 14/07/2019.

Tube Brasil Full nº 07. Os Sete Pecados Capitais- **PREGUIÇA**. 2012.(43:29) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=lqJT8iGdP1E>. Acesso em 22/07/2019.

Tube Brasil Full nº 07. Os Sete Pecados Capitais- **SOBERBA**. 2012.(44:25) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=lqJT8iGdP1E>. Acesso em 19/07/2019.

A EMPRESA COLONIZADORA SCHMITT & CIA. E SEU COMPLEXO COLONIAL 1897-1923

Bárbara Tereza Massmann²⁰

Resumo: Este artigo tem por finalidade apresentar de forma sintetizada a importância dos movimentos migratórios, assim como o fluxo de pessoas e o desenvolvimento pelo local de destino destes migrantes. Inicialmente será demonstrado os movimentos de imigrações mundiais a partir do século XIX, após será abordada a questão migratória tratando da entrada e permanência dos “colonos alemães” no Estado do Rio Grande do Sul nas chamadas “velhas colônias” e por fim será exposto a migração interna dos colonos no final do século rumo a colônia Alto Jacuhy no norte do Estado Rio-Grandense.

Palavras chave: Movimentos migratórios, imigração, colonização, empresa colonizadora.

1. Imigração e os Processos Migratórios

Migrar faz parte da vida da humanidade. Trata-se de um fenômeno complexo, podendo incluir tanto um movimento de população dentro de uma comunidade a uma curta distância, quanto a um movimento transatlântico que pode vir a durar dias ou uma vida inteira. Portanto pode-se dizer que o termo migração é ambíguo e indefinido.

Raison (1986, p. 488) entende a migração como “qualquer deslocação individual ou coletiva de um ponto a outro”. Para o autor, trata-se de um fenômeno variado e multiforme, tendo a mobilidade dos homens como ponto em comum. Em contextos diversos, tem por finalidade a busca de melhores condições de sobrevivência.

No século XIX, a Europa experimentava um grande crescimento econômico e demográfico, refletido numa rápida industrialização e urbanização. Essa transição implicou profundas mudanças no sistema produtivo, como o encarecimento das terras e a conseqüente expulsão do campesinato; a substituição gradativa do trabalhador pelas máquinas, etc. Ao contrário, a América necessitava de mão de obra abundante em terras férteis e baratas.

No início do século XIX, o Brasil representava um dos principais destinos dos excedentes populacionais europeus. O governo imperial durante o período investiu maciçamente em propaganda para atrair trabalhadores estrangeiros, com o intuito de povoar os espaços geográficos, assegurar fronteiras, desenvolver a agricultura e obter soldados (cf. DREHER, 2007). Essa política atendia a interesses e reivindicações de setores específicos: São Paulo queria mão de obra barata para as lavouras de café,

²⁰ Graduada em História, pela Universidade de Passo Fundo (UPF/RS) em 2012. Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário UNINTER em 2019, e Pós-Graduada em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade de Educação São Luís em 2021.

o Rio Grande do Sul buscava trabalhadores dispostos a se estabelecer de forma definitiva, em pequenas propriedades agrícolas, valendo-se do trabalho familiar.

2. Os imigrantes alemães e o movimento migratório no Rio Grande do Sul

A vinda dos imigrantes, principalmente alemães, durante a segunda metade século XIX para o Brasil e, especialmente, para o estado do Rio Grande do Sul, foi impulsionada, conforme Zarth (2002, p. 182) como uma “alternativa para suprir a falta da mão de obra decorrente do fim do tráfico de escravos africanos, numa época em que os cafezais do Sudeste estavam em rápida expansão.” Ainda, segundo o mesmo autor, a “imigração europeia teria sido estimulada com o objetivo de desequilibrar a relação entre negros e brancos, em favor destes últimos”.

No período republicano, os governantes também vislumbravam nos estrangeiros uma possibilidade de oposição ao poder e hegemonia dos pecuaristas latifundiários, com a formação de uma classe de pequenos proprietários, dedicados à produção agrícola diversificada e familiar, barrando a expansão da campanha e neutralizando seu poder de decisão.

Não foi difícil encontrar europeus dispostos a emigrar para a América. Na Alemanha e na Itália, milhões de pequenos camponeses e artesãos se encontravam desempregados em consequência das transformações na agricultura, do aumento populacional e do processo de industrialização, estes encontraram na imigração uma alternativa para escapar da fome e da miséria no qual estavam vivendo.

Conforme dados pesquisados, entre 1890 e 1914 calcula-se que 17 mil alemães teriam chegado ao estado, estima-se que até o ano de 1900 aproximadamente 45 mil colonos alemães teriam se fixado no Rio Grande do Sul, sendo criadas durante este período 142 colônias alemãs (cf. CEM ANOS DE GERMANIDADE, 1999; ROCHE, 1969). O mais importante, efetivamente, não foi a chegada de algumas dezenas de milhares de homens, mas sim sua implantação em terras virgens que exploravam, e a conquista, por seus descendentes de extensões cada vez maior.

A partir de São Leopoldo as colônias alemãs se espalharam primeiro pelas áreas mais próximas, atingindo posteriormente zonas mais distantes, geralmente as colônias, principalmente as primeiras, situavam-se à beira dos rios. Isso tinha uma grande importância estratégica: em uma época em que os caminhos eram muito precários, os rios serviam como “estruturas fluviais” para recebimento de equipamentos e escoamento da produção. No começo a atividade econômica nas colônias era a cultura de subsistência, destaca-se o milho e a criação de porcos, o cultivo do fumo, cana de açúcar, feno, amendoim, arroz. Após esta primeira fase, inicia-se a expansão agrícola, a exportação do excedente e numa última fase a especialização agrícola com vista à comercialização.

Com a criação da Lei de Terras, em 1850 foi cessando o regime de apropriação de áreas de terra via apossamento e instituiu-se a comercialização da terra. Os imigrantes, a partir de então, passaram a pagar pela mesma, com isto limitou-se o acesso, onde abriu-se o mercado de terras para projetos de colonização. “A Lei foi fruto de longos debates dos homens no parlamento e acabou obedecendo uma tese muito em moda na época, segundo o qual devia-se dificultar o acesso à terra como de obrigar os lavradores, os sem terra e os próprios imigrantes a trabalhar para os grandes proprietários” (ZARTH, 2002, p. 76). É válido destacar ainda que a emigração

no Rio Grande do Sul enfrentou diversas orientações administrativas que divergiram conforme a período e a legislação correspondente.

Nas chamadas “colônias velhas” a área colonizada por imigrantes alemães e italianos durante o século XIX, tendo como centro São Leopoldo e Caxias, começa a conviver com um problema muito sério que obrigava providências importantes, tratava-se do excedente populacional, aliado ao esgotamento do solo e a elevação dos preços das terras. Para resolver esse problema foram fundadas diversas colônias no norte e oeste do estado. Na década de 1890, começou um novo movimento migratório rumo às novas colônias.

A migração dos colonos pelas terras do estado era comum, já que eles deixavam para trás seus lotes desgastados pelo uso excessivo e insustentável, em busca de novas terras, este comportamento migratório dos imigrantes é chamado de enxamagem²¹. Incentivados por propagandas de companhias colonizadoras privadas os colonos migram internamente no RS em busca de novas oportunidades para si e para suas famílias.

O novo modelo de colonização, o projeto do Governo Republicano do Rio Grande do Sul, de cunho positivista, consistia na fundação de colônias mistas²² e imigração espontânea, também se destaca a atuação de empreendimentos de colonização particulares e empresas. Define-se aqui como colônia a terra a ser ocupada e cultivada pelos colonos, destinada à atividade agrícola em pequena propriedade. Todavia, nem todo colono era imigrante, mas a maioria dos imigrantes eram colonos. A colonização, portanto, é o ato ou efeito de ocupar a terra e torná-la produtiva. Paulatinamente, os imigrantes passaram a se identificar e a se reconhecer como colonos, e a seus espaços como colônias (cf. GIRON, 1997; SEYFERTH, 2000a; WEBER, 2002).

Nesse contexto, formaram-se no Planalto Rio-grandense os empreendimentos de colonização particulares/empresas as colônias como Selbach, Alto Jacuí, Neu Württemberg, Serro Azul dentre muitas outras. Iniciava-se assim a marcha para o norte e para o oeste, fazendo com que a colonização avançasse até o rio Uruguai. Destaca-se nesta região a colonização por companhias colonizadoras privadas, ou seja, empresas de capital próprio que apresentavam a vantagem de ter seus projetos executados relativamente rápidos, custos adicionais significativos e em alguns casos, adotarem a separação étnica e confessional. Observa-se no Quadro 1 as principais

21 Conforme Roche, a enxamagem humana implicava uma degradação ambiental que comprometeria o sustento das gerações futuras quando não houvesse mais terras para colonizar” (1969, p. 378). O autor ainda divide os processos de enxamagem no Rio Grande do Sul em quatro fases: 1ª fase até 1850 denominada a periferia de São Leopoldo; 2ª fase entre 1850 e 1890: intitulada A marcha para o oeste; 3ª fase a partir de 1890: denominada O salto para o Planalto; 4ª fase desde 1914: intitulada Êxodo do Rio Grande do Sul.

22 A colonização mista tinha por propósito estabelecer diferentes grupos étnicos em uma mesma colônia. Na contramão, vários empreendimentos de colonização particular, de capital nacional ou estrangeiro, fundaram colônias étnicas ou confessionais e em raros casos, de caráter político.

companhias colonizadoras fundadas durante o final do século XIX e início do XX no Norte do Estado.

QUADRO 1: Colonização do Rio Grande do Sul – Colônias de Empresas

Colônia	Município	Empresa	Ano
Não-Me-Toque	Passo Fundo	Schmitt, Opitz	1897
Barra do Colorado	Passo Fundo	Colonizadora	1899
General Osório	Cruz Alta	Colonizadora	1899
Xingu	Palmeiras	Hermann Meyer & Cia	1899
Neu Württemberg	Palmeiras – Cruz Alta	Hermann Meyer & Cia	1899
Boi Preto	Palmeiras	Hermann Meyer & Cia	1899
São Paulo	Soledade	Comp. Predial e Agrícola	1899
Sobradinho	Soledade	Comp. Predial e Agrícola	1899
São Domingos	Guaporé	Doerken & Cia	1899
Rio do Peixe	Erexim	Colonizadora	1911
Guarita	Palmeiras	Hermann Meyer & Cia	1912
Barro	Erexim	Luce, Rosa & Cia	1916
Sarandi	Palmeiras	Kreiser & Cia	1919

Fonte: CEM ANOS DE GERMANIDADES no Rio Grande do Sul 1824-1924, 1999, p. 609-610.

A partir do Quadro 1 é possível observar que a colônia Não-Me-Toque, fundada em 1896, foi o primeiro empreendimento colonial formado na região do Planalto Rio-Grandense. Esta empresa corresponde oficialmente à Colônia Alto Jacuhy (Não-Me-Toque/Tapera) colonizada inicialmente pelos então sócios Albert Schmitt e Fernando Opitz. A produção historiográfica sobre a imigração e colonização alemã no estado é numerosa e variada, contudo, os estudos sobre colonizadores e colônias particulares no Planalto Rio-Grandense ainda são bastante modestos, dificultando análises comparativas ou generalizações. Neste âmbito destacam-se as pesquisas de Isléia Rossler Streit (2003) sobre a colônia particular de Saldanha Marinho, fundada por Evaristo Affonso de Castro²³; e Gladis Helena Wolff (2005), sobre a colônia Barro

²³ Uma colônia de caráter político fundada no município de Passo Fundo, região norte do estado, em 1899, foi Saldanha Marinho. Conforme Isléia Rossler Streit (2003), era seu fundador Evaristo Affonso de Castro, um luso-brasileiro, federalista, abolicionista e maçom, que juntamente com seu sócio Francisco Claro Silva, formou a companhia de terras Sociedade Norte Industrial Castro, Silva e Cia. Como jornalista, escritor, político e líder federalista da República Velha, Castro, ao fundar Saldanha Marinho, pretendia recuperar o poder político na região, com a possibilidade de formar um grupo de resistência ao republicanismo do Planalto, representado pelos coronéis da região.

(Gaurama), fundada pela empresa Luce e Rosa & Cia²⁴ e Rosane Márcia Neumann (2009) sobre a Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, que fundou a colônia Neu-Württemberg²⁵ cada qual com as suas especificidades.

QUADRO 2: Colônias organizadas no Rio Grande do Sul (1824 - 1920)

Tipo de Colônia	Número	%
União	23	12,25
Estado	15	8,02
Particular	187	79,73
Total	225	100,00

Fonte: Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Ano 19, nº 17, jan. a dez. 1974, p.20-23.

A partir do Quadro 2 observamos que em praticamente um século de colonização quase 80% do território gaúcho, a maior parte do Rio Grande do Sul foi colonizada por empresas particulares. Sendo essa a forma de colonização predominante e por partir da iniciativa privada, há que se considerar o foco principal das companhias colonizadoras: o lucro. Waibel (1979, p. 236) reitera que para a companhia colonizadora, enquanto empreendimento particular interessava a venda de “terra de boa qualidade” a “gente de boa qualidade”. No conceito de “gente de boa qualidade”, enquadra-se o imigrante, o estrangeiro, mas não está incluso o caboclo.

3. A Companhia Colonizadora Alto Jacuhy: Schmitt & Cia.

O Alto Jacuí, localizado no Planalto Rio-grandense, fez parte do território missionário espanhol. As reduções jesuíticas de São Joaquim, fundada em 1633, a

²⁴ Um exemplo de colonização mista, tanto no modelo de colonização quanto nos elementos sociais que ocuparam a área, foi a colônia Barro, hoje município de Gaurama, fundada em 1910, no então município de Erechim. Tratava-se, em parte, de uma colônia pública, colonizada pela Comissão de Terras, predominando na ocupação poloneses e outras etnias eslavas; e a outra parte, pelo sistema privado, por meio da Gesellschaft Luce Rosa & Cia. Ltda – empresa criada em 1883, com sede em Porto Alegre –, cujos compradores, na sua maioria, eram de origem italiana, alemã e alguns espanhóis.

²⁵ Caracteriza-se como um empreendimento privado de empresa e capital estrangeiro, sem receber qualquer auxílio governamental, dentro do modelo de imigração espontânea e realocação do excedente populacional da antiga zona colonial, com autonomia suficiente para gerenciar seus negócios a seu modo, dentro dos parâmetros legais – nesse caso, as leis brasileiras e alemãs tendo o consulado dos dois países como intermediários na resolução de problemas. A empresa atuou formalmente entre 1897 e 1932, respectivamente, a compra da primeira gleba de terras com a fundação da colônia e o falecimento de seu idealizador e proprietário Herrmann Meyer, encerrando oficialmente as atividades.

de Santa Tereza, fundada em 1632 e a de Natividade, fundada em 1633 localizavam-se nessa região.

Nas primeiras décadas do século XIX na região do Alto Jacuí viviam “lavradores pobres e coletores de erva-mate (caboclos) que se encontravam dispersos pelas zonas florestais” (RÜCKERT, 1996, p. 28). Na região também se encontravam os luso-brasileiros, grandes proprietários de terras, que viviam da exploração do gado e da erva-mate.

Em 1833, as terras de Passo Fundo (então pertencente ao município de Cruz Alta) “continha em torno de 104 fogões (moradias), sendo a maior parte composta por paulistas da Comarca de Curytiba. Em 1847, o distrito (ou freguesia, como denominado na época) detinha uma população de 1.159 almas” (OLIVEIRA, 1908, p. 12-15). Percebe-se que em torna da metade do século XIX, a população do então distrito de Passo Fundo é bastante diminuta, deduzindo-se que os campos e matas do Alto Jacuí estavam praticamente todos por serem ainda ocupados.

Battistella (1972, p.15) afirma que o Coronel Gervásio Lucas Annes, político renomado de Passo Fundo, teria adquirido da Fazenda Nacional ampla área de terras de mato onde foi implantada, posteriormente a Colônia Alto Jacuhy. No entanto, o documento do Cartório de Registros de Imóveis de Passo Fundo indica que Annes, adquiriu terras entre os rios Colorado, Jacuí e arroio do Herval a Lásaro Oliveira Vargas. Diz o documento:

Nº DE ORDEM: 507 -- DATA: 12 de novembro de 1885. -- CIRCUNSCRIÇÃO: Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Passo Fundo. -- DENOMINAÇÃO: Uma fazenda de criar denominada “Não Me Toque”. -- CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Uma fazenda de criar, com campo, casa, matos e mais benfeitorias, situadas no quarto Distrito deste terreno, confrontando: ao Norte, com terrenos de Antonio Ribeiro de Sant’Anna Vargas e Geremias José Guimarães; ao Leste com terras de José Fidellis Martins e terras devolutas, pelo Arroio denominado Herval e parte com o rio Jacuy; ao Sul, com rio Jacuy; ao Oeste com o Arroio denominado “Colorados”, também com terras dos já ditos Geremias José Guimarães e Antonio Ribeiro de Sant’Anna Vargas. -- O Oficial Interino: F. Prestes. -- ADQUIRINTE: GERVÁSIO LUCAS ANNES e sua mulher, moradores desta vila. -- TRANSMITENTES: Lasaro de Oliveira Vargas e sua mulher Dona Amelia de Quadros Vargas, moradores do quarto Distrito deste Município. -- TÍTULO: Cessão de Direitos e Ações. -- FORMA: Escritura pública de Cessão de Direitos e Ações passada aos 20 dias do mês de junho de 1885, pelo Escrivão de paz do quarto Distrito deste Têrmo Antonio Umbelino de Oliveira, -- VALOR: 8.000\$, digo 8:000:000. -- CONDIÇÕES: Não se obrigam os cedentes a despesas alguma que possa provir da reivindicação do dito imóvel que está em poder de terceiros. AVERBAÇÕES: Nada consta.²⁶

A primeira colônia privada instalada no município de Passo Fundo, no 1º distrito, próxima a sede municipal, foi a Colônia Canfield, fundada por Tomás Canfield, em 1889. Esta, no entanto, não prosperou. A segunda foi a “Colônia Alto Jacuhy”, no 8º distrito, em 1897, pela empresa Colonizadora “Schmitt & Oppitz”, uma das principais companhias colonizadoras que atuou no planalto rio-grandense.

²⁶ **Fonte:** Cartório de registros de Imóveis de Passo Fundo. Registro de poses de imóveis.

As terras onde foi estabelecida parte da “Colônia Alto Jacuhy” passaram a pertencer ao Cel. Gervásio Lucas Annes por compra a Lasaro Oliveira Vargas. Afirma-se que com a República no Brasil, o Partido Republicano Rio-grandense, com apoio dos fazendeiros e chefes políticos na região, constroem a ferrovia “São Paulo – Rio Grande”, realizando assim caminhos para a abertura do mercado de terras no norte do Rio Grande do Sul. Conforme Oliveira (1908, p. 170), com a ascensão do partido Liberal ao poder em junho de 1889, ainda no Império “os Conservadores, tendo por chefe o aludido Gervásio, abraçaram o Partido Republicano, fundando-o no município”. Emerge, pois, o Cel. Gervásio Lucas Annes como chefe político do Partido Republicano Rio-grandense no antigo município de Passo Fundo.

No panorama das novas colônias no Rio grande do Sul, surgiu a *Colônia do Alto Jacuhy*, fundada no ano de 1897. Essa colônia recebeu grande número de imigrantes e descendentes de alemães, e em menor número, de italianos, chegados no final desse mesmo ano. A imigração partia de projetos organizados por empresas particulares; que demarcavam as terras, para posteriormente organizar a ocupação. Os colonos e imigrantes que se dirigiram ao Alto Jacuhy tinham como primeiro objetivo a aquisição de um lote de terra. No total, a colonizadora dispunha de uma área de 329.654.399 metros quadrados.

Conforme especificado na planta da medição foram demarcados 647 lotes coloniais, destinados para venda. A colonização da colônia do Alto Jacuí, desde o princípio, foi mista, recebendo colonos de ascendência alemã e italiana.

FIGURA 1: Mapa Área Territorial Município de Passo Fundo, 1857



A partir da Figura 1 pode-se observar que no 8º Distrito pertencente à Passo Fundo, localizava-se a Colônia Alto Jacuhy composta pelas áreas territoriais de Não-Me-Toque (47) e Tapera (65) sendo que nestas áreas estabeleceu-se no ano de 1897 a principal colônia particular da região no período.

Enquanto o topógrafo Albert Schmitt era a referência para os colonos alemães durante o processo migratório, José Baggio incorporou-se ao trabalho de colonização, promovendo a vinda de imigrantes italianos saídos das colônias da região de Caxias, Garibaldi, Bento Gonçalves que chegaram ao local no ano de 1897, fixando-se nas terras onde hoje está localizado o município de Tapera.

Através de anúncios em jornais e anuários a empresa Schmitt e Cia procurava atrair, prender e absorver a atenção dos leitores com objetivo de conquistar e seduzir novos compradores. Alberto Schmitt responsável do projeto da colonização do Alto Jacuhy, ficou encarregado inicialmente da demarcação dos lotes de terra e posteriormente passou a encarregar-se da fase de propaganda ao qual atraia migrantes para a nova colônia.

Começou Schmitt a escrever cartas aos conhecidos nas antigas colônias e escrever anúncios no jornal Deutsche Post. “Viajando várias vezes a São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Santa Cruz do Sul, Garibaldi e logo não tardaram a chegar os primeiros colonos como Germano Krössin e seu filho Guilherme ao qual passaram a possuir uma pequena venda” (VARGAS, 1980, p. 75). Nos anos seguintes sucederam-se muitos outros imigrantes que se juntariam aqueles que já formavam uma nova geração de moradores.

FIGURA 2: Colônia Alto Jacuhy 1897



Fonte: Arquivo Casa da Cultura Dr. Otto Stahl – Não-Me-Toque

A Figura 2 registra a presença os dois principais fundadores da colônia Alto Jacuhy, o político Gervásio Luccas Annes a esquerda e topografo Albert Schmitt a

direita junto aos primeiros colonos advindos para a sede da colonial em Não-Me-Toque

Os novos colonos interessados nas terras do Alto Jacuhy fizeram com que a região prosperasse. O interesse empreendedor de seus colonizadores que se dedicaram principalmente a cultura de milho, mandioca, batatas, erva-mate, cevada, cana-de-açúcar, fumo, trigo, e principalmente a exportação da madeira, abundante nas matas ricas em espécies nobres e mais tarde disponibilizadas para exportação. O período de migrarem perdurou até aproximadamente meados dos anos 1920 quando Albert Schmitt expandiu posteriormente sua colonização para o estado de Santa Catarina mais especificamente para a região do Contestado.

Conclusão

O artigo teve com pressuposto apresentar de forma sucinta a importância dos movimentos migratórios quer sejam eles globais, nacionais e regionais, tendo como plano central a Colônia Alto Jacuhy assim como seu complexo colonial organizado, realocado e estruturado pelo político Gervásio Luccas Annes e o topógrafo Albert Schmitt responsáveis pelo projeto de colonização da região do Alto Jacuí no Estado do Rio Grande do Sul.

Observa-se que à chegada destes imigrantes foram de fundamental importância para a região, que obteve seu desenvolvimento impulsionado pela estrada de ferro para escoamento de produção e, principalmente, de madeira produto abundante para o comércio que movimentou a economia local.

Referências Bibliográficas:

- BATTISTELLA, V. A história de Tapera, s/n/t, 1972. CEM ANOS DE GERMANIDADES no Rio Grande do Sul 1824-1924. São Leopoldo: Ed. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999.
- CUNHA, Sandra Virgílio Pedroso. Não-Me-Toque no Rastro da História: Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque, 2004.
- DIEGUES JR., Manuel. Imigração, urbanização e industrialização. Rio de Janeiro: CBPE/INEP, 1964.
- DREHER, Martin N. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. Estudos Leopoldenses, v. 31, n. 142.
- GIRON, Loraine Slomp; CORSETTI. As companhias de colonização: a reprodução do sistema colonial. In: DE BONI, Luis A, (Org.). A presença italiana no Brasil. Vol. II. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
- HERÉDIA, Vânia. Leituras e interpretações da imigração italiana no Brasil. In: DREHER, Martin N.; TRAMONTINI, Marcos Justo. Leituras e interpretações da imigração na América Latina: XV Simpósio de História da Imigração e Colonização. São Leopoldo: Oikos, 2007.
- HERÉDIA, Vânia B. M. O mito do imigrante no imaginário da cultura. Métis (UCS), v. 4, p. 233-244, 2005.
- IOTTI, Luiza Horn (org.). Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional n História das Américas. FAUSTO, Boris (org.). Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999.

MACHADO, Ironita A. P. Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul - 1890-1930. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. Vultos da história de Passo Fundo. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1995.

NEUMANN, Rosane Márcia. Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). Porto Alegre, 2009.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Chapecó, n. 10, p. 29-51, 2002.

OLIVERA, Francisco Antonio Xavier, Annaes de Passo Fundo. V. 1. PASSO FUNDO. EdiUPF, 1990.

OLIVEIRA, Francisco Antonio Xavier e. Annes do município de Passo Fundo. Porto Alegre: Carlos Echenique 1908.

RAISON, Jean-Pierr. Migração. In: ROMANO, Ruggiero (ed.). Enciclopédia Einaudi. Região. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986. v. 8

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

RÜCKERT, Aldomar. Tapera: a caminhada de um povo. Tapera: Prefeitura Municipal de Tapera, 1996.

RÜCKERT, Aldomar. A trajetória da terra: ocupação e colonização do Alto-Jacuí, prefeitura (org). Tapera: A caminhada de um povo. Tapera: Sedigraf, 1996.

SEYFERTH, Giralda. Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In.: SEYFERTH, Giralda [et al.]. Mundos em movimento: ensaios sobre migrações. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007. P. 15-44.

STREIT, Isléia Rossler. Coronéis e imigrantes: das lutas pelo poder à conquista do espaço: Saldanha Marinho (1899 a 1930). 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A organização social os imigrantes. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira. 1824-1850. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

TRAMONTINI, Marcos Justo. Diferença como isolamento ou como demarcação de espaço político: os primeiros anos da colonização. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS. v. XXVI, n. 1, jul. 2000.

VARGAS, Álvaro Rocha. Do Caapi ao Carazinho: notas sobre trezentos anos de história: 1631 - 1931. Carazinho: Carazinhense, 1980.

WAIBEL, Leo. Capítulos da geografia tropical e do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WOLFF, Gladis Helena. Ferrovia e colonização: a estação colônia Barro: norte do RS - 1910-1954. 2005.

WOORTMANN, Ellen F. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, UFRGS/IFCH, n. 14, p. 177-204.

ZARTH, Paulo Afonso. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 2002.

CAUIM MODERNO OU ANTROPOFAGIA, DESDE SEMPRE A MESMA INCONSTÂNCIA?

Carina Dartora Zonin²⁷

Resumo: No exercício da alteridade, nascemos. Em plena performance, propomos, neste estudo, desvendar o tanto de primitivismo e de modernidade, que perfazem a subjetividade transitória da nossa brasilidade, ‘a inconstância de uma constância’. Para tanto, na intercambiável incorporação do outro, procuraremos acionar as potencialidades dos ‘modos de ver’, abstraídas pelos estudos de Eduardo Viveiros de Castro, de onde, em sintonia com a recriação do mito tupinambá, em *Meu destino é ser onça*, de Alberto Mussa e com a rapsódia *Macunaíma*, de Mário de Andrade, sobressai – imagem-reflexo - a reversibilidade canibalismo-antropofagia.

Palavras-chave: Inconstância; Mito Tupinambá; Macunaíma; Canibalismo-Antropofagia.

O cauim era o elixir da inconstância.
Eduardo Viveiros de Castro.

- Ei, jardineiro!, um galho ainda deforma a estátua. Tão-Brasil!

No princípio, era o ‘outro’, protótipo do que vem-a-ser, imagem, espelho, reflexo... É mais ou menos assim, pelas veredas da História, que o ‘eu’ vem se (re)compondo, duvidoso, instável, transitório, inconstante. A imagem que contemplo no espelho, mosaico ilusionista, impressionante variação subjetiva, comunhão resplandecente de alteridade - pele, levemente, bronzeada, olhos castanhos esverdeados, cabelos negros e lisos, mais a fundo e te movimentas – viva! - caráter oscilante, ora espírito valente e empreendedor, ora vontade daninha e estúpida de não fazer nada – visão embaçada, escuridão completa -, quem sou eu mesmo? Quem é esse eu que se esconde e se revela outro? – Oh!, ser impalpável, flutuante, arredo, (in)constante...

Aos que transitam mais pelo centro e evitam periferias, os adeptos da *plantation*, mais especificamente, notícias de um tempo lendário, virtuoso na exaltação dos feitos guerreiros de um povo incansável, desbravador, heroico; na figura do índio, genuíno filho da terra, docilidade e selvageria; nos missionários da Companhia de Jesus, nos colonizadores europeus, intocáveis relíquias da tradição, ‘- Gente de mui fino trato’, recompondo os lampejos da memória histórica ao gosto da Independência à moda ocidental. Mais um pouco e bandeiras sobrepõem ao vento insígnias do latifúndio e do urbanismo, deixando à sombra os feitos dos povos mais rudes; em companhia dos ameríndios, o negro, o gaúcho, o sertanejo, ‘empreendedores’ à luz contraventora de Jorge Caldeira (2009), o ‘outro’ que se recompõe e se refaz tão-Brasil, imagem que se reflete no espelho, o ‘eu’ renegado que à luz clandestina de Eduardo Viveiros de Castro (2011) vem à tona – perspectivismo ameríndio, inconstância selvagem -, enfoque que nos interessa ver de perto, neste estudo.

²⁷ Carina Dartora Zonin é Doutora em Literatura Brasileira, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), docente de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS *Campus* Erechim. E-mail: carina.zonin@erechim.ifrs.edu.br

O sujeito, no entanto, é a máxima acionada no fluxo formativo, o ponto chave da equação, mundo selvagem + (des)colonização = (in)dependência. Em outras palavras, ao gosto do pensamento tradicional, o índio, redimido à condição de genuíno e localista, afirma a falta, o nada, o vazio, cuja única saída 'dada' é a de se autoafirmar 'outro' [afirmar o 'eu' do outro], algo que, minimamente, põe em dúvida o papel de 'selvagem', afinal, quem o desempenha, o nativo ou o europeu? Neste ponto, seguramente, as contribuições de Viveiros (2011), em *A inconstância da alma selvagem*, se não definitivas, causam mal-estar, uma incômoda sensação de estarmos em débito com o passado colonial, ou antes, e bem mais complexa, com a identidade do 'ser brasileiro', com a formação (meta)história desse sujeito, sua herança e seu legado, ou ainda, que imagem é essa que se reflete no espelho? Terá vestígios de múltiplas raças ou conservará a pureza absoluta dos brancos? Espelho-espelho-meu, haverá 'outro' tão digno de humanidade quanto 'eu'? Índio-branco-negro-mulato-onça-máquina, olhos fixados na imagem, - imprecisão e fascínio -, afinal, eu sou é homem humano? Para nos ajudar a ver, mais a fundo, a projeção intersubjetiva que ora se interpõe, consideraremos, neste estudo, a reconstituição do mito tupinambá por Alberto Mussa (2009), em *Meu destino é ser onça*, e a rapsódia *Macunaíma*, de Mário de Andrade (2008), tencionando intercambiável, reversível, dialógica a imagem que se projeta.

Para tanto, encarar, do modo viveriano, a imagem duplicada implica ver do ponto de vista do outro, colocá-lo na condição de sujeito (índio-homem, onça-homem, máquina-homem). Atenção!, nesta lógica, não há um sujeito favorito e, sim, será eleito aquele que acender ao ponto de vista. A inversão é a da ordem do 'perspectivismo ameríndio', que "procede segundo o princípio de que *o ponto de vista cria o sujeito* [não o objeto]; será sujeito quem se encontrar ativado ou 'agenciado' pelo ponto de vista" (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 373). E, por incrível que pareça, nesta ótica, "*a condição original comum aos humanos e animais não é a animalidade, mas a humanidade*" (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 355).

Todos nascem humanos e, inevitavelmente, o transitório, o duvidoso, o instável é o intrínseco, o inerente, a essência – abracadabra – alma selvagem – abracadabra – inconstância – abraça...[se o humano é condição da existência, metafisicamente, a vida, querendo dizer, 'vitalidade', não é corpo nem matéria, é antes, um sopro, uma animosidade inacessível à ordem das sociedades, ela é não-civilizada, não-civilizável, por isso, alma selvagem]...dabra – inconstância universal. A alma é chave da equação, é inacessível, suprema e, uma vez, selvagem, para sempre, selvagem: a 'humanidade' é condição e origem, e a 'alma' a sua projeção, logo, o existir para a vida = passaporte para a inconstância. Essa gente [índio-humano], na concepção de Antônio Vieira, "é a mais bruta, a mais ingrata, a mais inconstante, a mais avessa, a mais trabalhosa de ensinar de quantas há no mundo" (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 185). Ora, se o humano é o universal e a alma o seu despertar, ao realçar no índio a máxima inconstância, além do choque natural de perspectivas 'impossíveis'²⁸, o inconsciente ocidental bombeia uma overdose de futuro, afinal, reaproveitando o impasse pelas formulações entusiásticas de Mussa, 'índio, somos todos nós!' Quer

²⁸ Índios *versus* europeus, mas seriam só essas duas? "Não seriam três, ou quatro, ou mil, ou dez mil – 'pontos de vista' que estão ou estiveram aí e que, finalmente, se equivalem entre si, como outras tantas 'alucinações coletivas' ou 'ilusões necessárias' à nossa espécie? Não haveria o que escolher" (VIVEIROS DE CASTRO, 2021a, p. 5).

dizer, imagem refletida no espelho, meu destino é ser...Onça?...Macunaíma? Gangorra disforme, primitivismo-modernidade, a inconstância de uma constância.

([Pausa] - Um respirar mais fundo, e lá vão as últimas formulações de base!)

Em órbita, em um universo mutante, manifestações específicas do fenômeno humano, batizadas pelo equivalente 'cultura', coexistem na e pela 'relação', de onde a 'troca' [não a disputa], a 'alteridade' [não a identidade] afirmam a 'verdade do relativo' [não o relativismo da verdade], que vem a ser 'perspectivismo'. "A *verdade do relativo é a relação*", lembra Deleuze. (VIVEIROS DE CASTRO, 2021a, p. 129). Ser é ser em relação - perspectivismo-relativismo-relacionalismo -, "o que para nós é sangue, para o jaguar é cauim" (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 379). E, ainda, é importante ter em conta que a cultura está para o sujeito 'eu', assim como a 'natureza' está para o impessoal 'ele', a 'não-pessoa' de Benveniste (1991), correspondente ao 'outro' enquanto 'corpo', que é *habitus*, um conjunto de maneiras ou modo de ser, logo, para os ameríndios, o 'corpo' é a diferença [*locus* humano, animal, espiritual], não a 'alma' [comum a todas as espécies]. É a morfologia corporal a origem das perspectivas, é, também, pela ascensão do 'outro' que tomamos ciência da validade e, até mesmo, da própria existência de uma perspectiva.

'Tupi, or not tupi that is the question'. Mitologia ameríndio-antropofágica, de Viveiros a Oswald de Andrade. Um modernismo possível [e urgente e necessário], que nada deve ao modelo romântico-cosmopolita pela retomada do húmus primitivo da antropofagia. Mais um pouco e a célebre filosofia [ora clichê anacrônico] das 'ideias fora do lugar' faz divisa, para recordar [sem acordar] Roberto Schwarz (2000), ponta de lança das indisposições teóricas viverianas. "De um lado, as idéias são sobre o lugar; de outro, propagam-se por devoração, por hibridização" (COCCO, 2020, p. 276). Resta saber, entretanto, qual o lugar do índio na composição de uma suposta 'identidade nacional', de herança colonial escravagista? 'Identidade' em termos de 'alteridade constitutiva do sujeito' - alma selvagem -, transparente em Riobaldo, do *Grande Sertão*, por que não mascarada em Brás Cubas, das *Memórias...*? Afinal, se tudo é uma questão de 'alma', não de armadura, nem de forma composicional, a concepção genuína, metafísica, funcionaria [não só] para resolver o centro aristocrático (Rio de Janeiro, São Paulo), mas para 'desengavetar' e 'ressignificar' o Brasil rotulado de 'regionalismo'. "Nós temos é que desinventar o Brasil' [...] que troca o 'só nós, viva o Brasil' pelo 'tudo é Brasil'" (VIVEIROS DE CASTRO, 2021a, p. 84). Para início de conversa, a ver o alcance e o funcionamento das formulações, nada melhor, que o núcleo duro do primitivismo, através do mito tupinambá, e o núcleo mole da miscigenação, em *Macunaíma*, efervescência de imagens que se refletem no espelho, eu-só-Outro.

1 Índio-onça, muita crença – pouca ciência

No passado primitivo, os índios, nossos ancestrais, adoravam os grandes caraíbas²⁹. O primeiro deles era o Velho, ‘deus da sabedoria’³⁰, que fez o céu e a terra e habitou nela; criou os homens esculpidos em troncos de árvores, e enfrentou, com um fogo devastador, a primeira ‘traição humana’ ou seria ‘inconstância’? O Pajé do Mel, único que lhe foi bom e fiel, ficou a salvo e teve a mulher, como sua companheira, para habitar a terra de pessoas ainda melhores. E tudo era bom, as coisas se faziam sozinhas, o trabalho, tampouco existia, homem e natureza viviam na mais absoluta harmonia; paraíso, perfeição era a própria ‘terra-sem-mal’. Aos poucos, no entanto, o mundo encantado, instável, impreciso, ilusionista, metafisicamente, vem-a-ser ‘alma selvagem’, ‘inconstante’ e, assim, o bom, o belo, o verdadeiro, afinal, retomando Viveiros, “quando se humaniza tudo, tudo se torna muito perigoso” (SZTUTMAN, 2008, p. 97). O Velho é Túibae, a primeira constelação que apareceu no céu.

Com a multiplicação das espécies, escuridão e desengano tomam conta da terra, evidenciando as fronteiras, extremamente, tênues entre humanidade e animalidade. O perspectivismo, para o pensamento viveriano, não é um relativismo, antes um ‘multinaturalismo’, uma vez que todos os seres veem o mundo da mesma maneira, o que muda é o ‘mundo’ que eles veem: categorias e valores giram em torno de um mesmo vértice (alimentação, bebidas, caça, etc.), o que muda é a extensão da representação, o corpo, *locus* da diferença. A questão é saber o que pode ser um sujeito, “a humanidade de fundo torna problemática a humanidade de forma” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 377). É, sobretudo, quando o ‘eu’ reflexivo da cultura (gerador do conceito de alma ou espírito) é capturado por um outro ponto de vista cosmológico dominante, até então o ‘ele’ [a ‘não-pessoa’ de Benveniste], o ‘outro’ enquanto possibilidade de ascensão, que assume a posição de um ‘tu’, implicando a objetivação do eu humano como um ‘tu’ para este ‘outro’. É de um mundo, altamente, transformacional que estamos falando...

Certo dia, indo visitar a aldeia onde moravam seu tio materno e sua mãe, Maíra percebeu um estranho silêncio. Com cuidado, foi se aproximando, de maneira a não ser visto por quem estivesse ali. E viu: seu tio estava morto, sua mãe estava morta, toda a aldeia estava morta. Ao redor dos cadáveres insepultos, havia uma assembléia de pássaros. E Maíra viu: os pássaros se perguntavam se as pessoas estavam mesmo mortas. Uns diziam que sim, outros que não; e todos chegavam perto dos corpos com cautela. Foi quando o Caracará arranhou o rosto do tio, que não se mexeu. O Caracará arrancou os olhos dele, para comer. Foi quando Maíra viu uma coisa impressionante: O Guaricuja, poderosa ave de rapina, pegou dois pedaços de pau, atritou um contra o outro e fez fogo, com que acendeu uma fogueira para cozinhar os olhos arrancados pelo Caracará. Fez isso também com a carne dos defuntos. Maíra se aproximou mais para ver e compreender como ele fazia; mas os pássaros notaram sua presença. E se prepararam para o ataque. Imediatamente, Maíra se fingiu de morto. Os pássaros chegaram, com fome,

²⁹ ‘Caraíba’ ou ‘Karaíba’ era uma espécie de deus mítico, elevado, muitas vezes, à categoria de ‘senhores da fala’, ‘profetas’, ‘santidades’, eram criaturas bonificadas por dons incomuns, dentre os quais, a unânime capacidade de terem acesso à terra-sem-mal, ‘terra prometida’ ou ‘paraíso’, na linguagem cristã. Nas primeiras expedições, por virem flutuando sobre as águas, muitos padres jesuítas foram vistos como uma espécie deles.

³⁰ Neste artigo, optamos por criar, para os deuses míticos, uma espécie de epíteto, pelo realce de seus dons mais característicos.

furiosos, achando que Maíra estivesse vivo, porque tinham percebido o movimento dele. Mas Maíra imitou perfeitamente a imobilidade dos mortos; e começou inclusive a cheirar como se tivesse a carne em decomposição. Os pássaros, então, confiantes, rodearam Maíra, para assá-lo na fogueira. Foi quando Maíra se levantou de súbito, como se estivesse voltando da morte. Houve uma debandada geral, os pássaros bateram as asas, assustados com a ressurreição de Maíra. [...] Maíra, então, roubou o fogo do Guaricuja e passou a entregá-lo aos homens. [...] Foi o uso do fogo, o comer carne cozida, que fez os homens serem diferentes dos animais (MUSSA, 2009, p. 38-39).

O perspectivismo relacional se define 'na' e 'pela' troca de perspectivas, humanidade migratória, o outro em potencial, os pássaros ou Maíra³¹, quem está humano? Para tanto, uma vez que o ponto de vista cria o sujeito, qual é o dominante? Há de se notar a atribuição de 'personitude' aos animais ou seria, simplesmente, o reconhecimento humano próprio entre os de cada espécie? Bem, vamos com calma! O aspecto mais arquitetural, de construção da relação, revela que Maíra, ao ascender ao ponto de vista do outro, é tomado por este, não há estranhamento, ao contrário, há uma admissão e uma escuta das vozes dos pássaros, eles se comunicam, pensam, raciocinam, logo, assumem a humanidade intrínseca (espírito) e não a animalidade aparente (corpo). O que para nós, 'uno' em nosso modo de ver, é um cadáver em decomposição para os pássaros é um suculento churrasco; os objetos são encarnações materiais de um perspectivismo variacional, o que para um é repudiável como alimento, para outro é prato fino. Forçando um pouco mais a interpretação, as mesmas crenças e/ou superstições, que circundam a humanidade ameríndia, influenciam a reação do *humanus-pássaro* ao se deparar com o 'morto-vivo', o temor pela reversão do espírito, das almas que insistem sobre o corpo 'animal' que se come, daí o perigo. Seria 'anhanga'³², o grande tormento? O mundo em devir das metamorfoses e o risco iminente de uma alegoria canibal às avessas, de onde a maldição e não a absolvição do humano vem à tona, o inferno aquático ao invés do efeito 'purificador', que permite o acesso à terra-sem-mal.

Reza a lenda que os seres mutantes, dotados do dom da transubstanciação e livres do perigo da autodestruição pela personificação do outro, são os xamãs, cujo poder de transcender o próprio corpo e de assumir a perspectiva alheia, leva a vantagem de voltar a si e de contar o que viu. São estes emergenciais na dessubjetivação dos corpos animais, na neutralização do humano, essência traidora que institui a 'vingança'. ["Uma verdadeira onça não ataca os homens. Se ataca um homem, então não se trata de uma onça comum, mas de um homem disfarçado de onça, isto é, a onça em seu 'momento' de homem. Porque só os homens matam os homens" (SZTUTMAN, 2008, p. 97)]. De fato, e quem sabe um dos pontos de contato dos modos de ver, cristãos e míticos, atribua ao humano, e não ao restante da criação,

³¹ Maíra, descendente do Pajé do Mel, é o 'deus da civilização', foi ele "[...] quem começou a organizar a vida humana, a ensinar aos homens as coisas que eram boas" (MUSSA, 2009, p. 37). Homens e mulheres aprenderam a cuidar do corpo, a diferenciar plantas comestíveis das não recomendadas, a oferecer presentes ao Curupira como garantia de sobrevivência, a presentear os espíritos dos mortos que habitam as profundezas das águas e provocam tempestades, a lei do incesto, a técnica do fogo, a cozinhar os alimentos, a cortar os cabelos em forma de coroa, espécie de distintivo de seus descendentes.

³² 'Anhanga' é nome das almas dos primeiros homens mortos no incêndio, provocado pelo Velho, que habitam o mundo aquático e subterrâneo, onde não há nenhum prazer, uma espécie de 'inferno aquático', insinuando um paradoxo com o 'fogo divino' que os condenou.

o instinto desleal, pérfido, traiçoeiro, vetor da vingança canibal dos tupinambás, logo, sustentáculo vital, logo, âncora antropofágica, devoradora de ‘gente’:

No canibalismo amazônico, o que se visa é precisamente a incorporação do aspecto subjetivo do inimigo, que é, por isso, hiper-subjetivado, e não sua dessubjetivação, como é o caso dos corpos animais. Como disse, boa parte do trabalho do xamã consiste na transformação dos animais mortos em corpos puramente naturais, desespiritualizados e assim possíveis de serem consumidos sem riscos. Em contraste, o que define os espíritos é, entre outras coisas, o fato de serem supremamente incomestíveis; isso os transforma em comedores por excelência, ou seja, em antropófagos. (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 392-393).

Terreno fértil este das narrativas míticas, e que nos interessa focar mais de perto, neste estudo, pela intuição de estarmos muito próximos do núcleo formativo de um sujeito humano universal, sobretudo, no que vem-a-ser ‘crença’, afinal, em que sentido é válida a afirmativa histórica de que os índios, mesmo crendo, são incrédulos? De que tipo de crença estamos falando mesmo? Ou, ascendendo ao perspectivismo ameríndio, qual o ponto de vista dos índios sobre o ponto de vista da crença? Ou seja, mais precisamente, como eles ‘incorporam’ esse objeto ‘crença’ no mundo de possibilidades que incitam essa conceituação?

Antes de mais nada, lá vão algumas formulações: em torno da constância na inconstância, a ‘crença’ ora opera como um divisor de águas, ora como um catalizador de águas divergentes. Dito de outra forma, enquanto que a ‘alteridade’, que é a profunda necessidade do outro, nega o dogma e/ou a crença, ao menos, aos moldes da fé cristã (temor e sujeição a um Deus *uno* e supremo), a ‘vingança’, ao que tudo indica, é o núcleo duro, quem sabe, o ‘ser índio’, a ‘identidade’ sem paga, inviolável, absoluta; o dogma, a crença, uma vez que no ritual canibal a exigência é ser [o mais possível] um Tupinambá. É o ser da ‘tribo’ o defensável, “a crença da tribo é a crença na Tribo”, salienta Viveiros (2011, p. 220), vingança e honra como vértices antagônicos e articuláveis que bombeiam futuro à existência tupinambá. “A *honra* parece-me aqui marcar o lugar do valor primordial da cultura tupinambá: a captura de alteridade no exterior do *socius* e sua subordinação à lógica social ‘interna’”³³ (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 207). ‘*Sociedade de consumo*’ e ‘*endividamento matrimonial*’, - O índio faz qualquer coisa por um punhado de anzóis e entrega, facilmente, suas filhas e irmãs em casamento aos europeus - *respondendo ao seu impulso centrífugo*. Mimetização de perspectivas, entre exótico e humano, o que pode ser um sujeito? ‘Teologia’ tupi em termos de afinidade relacional, para além da escrita diferenciada [acima], é a condição de passagem de um mundo possível a outro:

Maíra, não era, naquela época, o único a fazer maravilhas. Havia também Sumé³⁴, que tinha, entre muitos poderes, a arte de se transformar em onça

³³ Para além das pontuais divergências de pensamento, entre Viveiros e Florestan Fernandes, interessam, sobretudo, elos que se somam, “as ações de revindita, visando a punição das retaliações praticadas pelos inimigos, assumiam por sua vez o caráter de ‘obrigação sagrada’ para todos os membros das parentelas associadas. A compensação do dom recebido transformava em ‘ponto de honra’ a retribuição da vítima” (FERNANDES, 2006, p. 283-284).

³⁴ Sumé, ‘deus da guerra’, foi quem denunciou a violação da lei do incesto por Suaçu, e quem entregou a arma canibal (ibirapema) a Ajuru para que principiasse a vingança e, assim, “os

e de conversar com os peixes, que vinham até suas mãos sem que ele precisasse pescar. Sumé era inimigo de Maíra, por causa de uma mulher que os dois compartilharam e engravidaram ao mesmo tempo. Mas Maíra não conseguia matar Sumé; nem Sumé conseguia matar Maíra. E seus parentes viviam em paz. Assim, na taba de Nhandutinga, parente de Maíra, veio morar Ajuru, parente de Sumé. Ajuru vinha para servir ao sogro e se casar com Inambu, conforme a lei ensinada por Maíra. Todavia, nem todos faziam as coisas como Maíra ensinava. Certo dia, aproveitando o momento em que Ajuru saía para a caça, Suaçu, irmão de Inambu, subiu sorrateiro na rede da própria irmã, que estava grávida, e violou a lei do incesto estabelecida por Maíra. Inambu, que não reagira, também ficou grávida de Suaçu. Embora a mulher tivesse ficado calada, Ajuru pressentiu alguma coisa de anormal. E foi consultar Sumé, o inimigo de Maíra. Sumé revelou a verdade a Ajuru. Indignado, Ajuru jurou vingança [...] (MUSSA, 2009, p. 41).

Imperativo da guerra é a vingança na sociedade tupinambá, equivalente existencial à ‘religião’, que congrega uma legião de adeptos em torno de um modo de crer; no rito canibal, a multidão de coadjuvantes compartilha da mesma sede de vingança que os protagonistas, quem está para morrer e quem está para matar. Motor e motivo da existência, a vingança fala do ‘tempo’ e institui a ‘memória’, é uma ‘antropofagia dialógica’, uma luta de morte travada ‘na’ e ‘pela’ palavra, prolongamento da memória na dinâmica do futuro, por onde “a morte individual punha-se a serviço da longa vida do corpo social. Daí [...] a estranha dialética da honra e da ofensa: morrer em mãos alheias era uma honra para o guerreiro, mas um insulto à honra de seu grupo, que impunha resposta equivalente” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 234). A honra é pivô da vingança, “penhor do perseverar da sociedade em seu próprio devir” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 234). É um simulacro da crença enquanto valor defensável e inegociável, cara, inclusive, à feição ocidental, mas voltemos ao mito:

Quando chegaram à taba, Ajuru foi entregue à guarda das mulheres. E elas riram dele, dizendo: ‘somos nós que estiramos o pescoço dos pássaros; como você é papagaio, voando fugiria’. E passaram a dançar em volta dele; e o obrigaram a dançar a dança do veado, em homenagem ao espírito de Suaçu. Nhandutinga determinou que Ajuru seria morto por Uiruçu e depois devorado por todos os parentes. A taba esperou ansiosa a execução do prisioneiro. E Inambu, chorando, se despediu do marido. E eles beberam caíum com Ajuru, para se confraternizarem. Na hora aprazada, Uiruçu dançou na frente de Ajuru, mostrando como ia matá-lo. Foi quando surgiu Inambu, trazendo a ibirapema. Ajuru não sentiu medo e injuriou Uiruçu, dizendo que seus parentes viriam vingá-lo. Ajuru levou uma pancada na nuca, tão forte que lhe arrebitou a cabeça. Uiruçu ganhou um novo nome e fez uma incisão no corpo, com um dente de cotia. A carne de Ajuru foi moqueada e comida pelos outros, exceto por Uiruçu. Os dentes viraram colares, os ossos viraram flautas, o crânio foi posto na entrada da taba. Assim é a vingança – o grande ensinamento de Maíra, que permite o acesso à terra-sem-mal. (MUSSA, 2009, p. 43).

homens se dividiram em metades canibais: os parentes de Ajuru passaram a se vingar, matando e comendo os de Suaçu; e os de Suaçu se vingavam de novo, matando e comendo os de Ajuru” (MUSSA, 2009, p. 43).

A ritualização dialógica se transferia ao ‘corpo’ do prisioneiro, uma espécie de ‘alimento sagrado e purificador’³⁵, que prometia a salvação pela ascensão da alma guerreira à terra-sem-mal, além do que ‘as velhas se tornariam moças’, traduzindo o dizer jesuítico de Nóbrega, Jácome, Azpicuelta, como lembra Viveiros (2011). Algo similar à crença na ‘ressureição’ para os católicos, na ‘reencarnação’ para os espíritas, o mal, equiparado à vingança aos olhos ocidentalizantes, é o bem necessário aos tupinambás, o ‘ser’ da tribo, a essência que os caracteriza e singulariza, a sua verdadeira religião se quisermos compreender, ainda uma vez, pela ótica cristã, pensável enquanto dogma, núcleo sólido e irreduzível a outros modos de crer-ser, no entanto, identidade lida em termos de alteridade, “[...] entenda-se, sua *autodeterminação pelo outro*, sua essencial *alteração*” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 263).

Pelo que se vê, a interferência jesuítica, muito provavelmente, significou o aniquilamento e/ou a marginalização do devir subjetivo em torno de sua constância [traição-vingança-canibalismo] pela afirmação do sujeito unânime e absoluto, fadado ao protótipo branco-cristão-aristocrático-capitalista, de onde a troca antropofágica é subvertida pela lei do mais forte; a lógica do Estado, da tradição, do cristianismo pesando contra interferências, substituição, imputação, será possível à ‘autêntica’ fé? Em nome de quê ou de quem mesmo se justificavam as pregações de conversão do gentio? “Lévi-Strauss tem o canibalismo por uma forma instável que se desenha contra um fundo de identificação a outrem, fundo este que seria como a condição geral da vida social” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 263). Visão do paraíso, quem a teve, muito provavelmente, foram os ameríndios, que desejaram o estrangeiro em sua alteridade plena, não os europeus, que mais viram perdição e selvageria na autocontemplação do outro à própria imagem. Diante do espelho reflexivo, Thevet-Pindabuçu, ou melhor, Thevet-Thevet,

[...] Ao que esse senhor régulo me respondeu que com prazer, uma vez curado pelo poder de Tupã, ele se conformaria a todos os artigos que eu lhe propusera, com exceção de um só, que era o de não se vingar de seus inimigos; e que, mesmo se o próprio Tupã lho ordenasse, ele não poderia assentir, e, se por acaso o fizesse, mereceria morrer de vergonha (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 198).

“As angüera dos covardes, daqueles que não vingam seus parentes, dos que não são vingados pelos parentes [...] são arrastadas por anhangá, para o mundo aquático e subterrâneo, onde não há nenhuma espécie de prazer” (MUSSA, 2009, p. 45).’ Índio-onça, muita crença – pouca ciência’, o mundo possível, transformacional, em alta conta; o mundo objetivado, institucionalizado, alheio e desconhecido. O modo de ser dos tupinambás é, também, um modo de crer, irreduzível à devoção inviolável, como queriam os padres; ela, a crença, expande-se por de-vo-ra-ção. Praticável enquanto incompletude existencial, abertura ao outro em sua essencial alteração, antes, diluída em uma filosofia de vida, que condensada em forma de pregação-(de)formação, a crença é não rotulável em termos catequéticos, menos ainda uma verdade absoluta ou uma totalidade social, ela é o próprio Ser da tribo. Situada no

³⁵ A carne do prisioneiro é um signo, no dizer de Lestringant, a partir de Montaigne, ou, como ilustra Viveiros, eram os próprios Tupinambás “que separavam a boca que devora daquela que profere: o matador era o único a não comer a carne do inimigo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 239).

complexo do exocanibalismo guerreiro, a religião tupinambá “projetava uma forma onde o *socius* constituía-se na relação ao outro, onde a incorporação do outro dependia de um sair de si – o exterior estava em processo incessante de interiorização, e o interior não era mais que um movimento para fora” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 220).

No limite desse pensamento relacional – absorção, transmutação, transformação -, não há espaço para um Deus uno e supremo, os descendentes de Maíra e os de Sumé seguem em sua “capacidade de se ver como Outro – ponto de vista que é, talvez, o ângulo ideal de visão de si mesmo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 281). E o efeito dionisíaco quem o provoca são as ‘cauinagens’; bebida processada pela mastigação da matéria-prima por moças virgens, o cauim de milho ou mandioca é estopim da guerra canibal, mais um alibi à perpetuação da memória e a consecutiva formação de uma ‘tradição’, ‘um modo de crer, um modo de ser’. “A vingança como *conatus* vital. A imortalidade era obtida pela vingança, e a busca da imortalidade a produzia” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 234). A catequização dos índios é menos uma salvação espiritual que um massacre cultural, extermínio de um mundo possível pela impossibilidade da crença ou será descrença? “Eis o avesso da inconstância indígena. Pois se os índios mostravam-se admiravelmente constantes em algo, e se de alguma coisa tinham um ‘*sentimento muy sensible, y que les dure*’, era em tudo que dizia respeito à vingança” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 225). A quem faltou sensibilidade, afinal?

2 Máquina-onça, muita crença – ciência e só!

No passado-moderno [perdão pelo paradoxo], era Macunaíma, o *Imperador do Mato-Virgem*, herói da nossa gente, *filho do medo da noite*, herói sem nenhum caráter [Putz!, esquece o pedido]. Imprecisão, mistura, miscigenação é a ordem do jogo, e a existência humana, por condição e princípio, é o palco da encenação. Também não é bem assim, é um ‘quase’ [bem brasileiro, diga-se de passagem] perspectivismo ameríndio, de Viveiros ou Mussa, em chave ‘modernistocêntrica’, é claro. Alegoria de passagem, índio-negro-mulato, quem viu? De costas, a incontornável avenida paulista, o passeio público carioca, sediam o desconhecido. Tão-Brasil!

Há, e faltou o título da sessão, que também é suscetível a mutações – *Máquina-onça, muita crença – pouca ciência* -, sobretudo, se seguíssemos, como na anterior, a lógica do nativo, que tem em alta conta o mundo fantástico, lendário, mitológico, de onde a ‘crença’ é uma das formas gerais do ponto de vista variacional. Não se trata aqui de uma ‘quebra’ de paradigmas, antes de uma sútil, nem tão delicada, mas fina e elegante interferência de perspectivas. Para o mal, sobreposição, não efetivamente, coexistência de ‘modos de ver, modos de ser’, já que o movimento em relação ao ‘outro’ vem entrecortado por um ‘ser-espaço’ indissolúvel, indiferente, apático [quem sabe aqui caberia melhor a tal da amorfia da alma selvagem]; diversidade no centro hegemônico da civilização - por favor!, alguém por aí tem notícias? Seriam as notáveis damas francesas, a máquina a personificar o ‘outro’? Ou fica, incontornável e mal resolvida, a questão, em termos viverianos, do perspectivismo relacional, do tipo pedra no sapato, à histórica problematização da ideia de ‘sujeito’ e de ‘nação’? Para o bem, *Macunaíma* é uma alegoria do Brasil no que ele poderia ter de melhor, a natureza humana; ele [o personagem] é o ‘um’ que é ‘dois’, o ‘eu’ e o ‘outro’, unidade

múltipla, projetando a ideia de um mundo possível – imagem refletida no espelho [regalo ocidental, não esqueçam!] – meu Deus, até quando?

Felicidade marioandradina em relação ao perspectivismo antropofágico, “[...] eu sou tão não-eu, tão os outros que tenho a certeza de ter falado a coisa mais certa de minha vida o dia em que afirmei não sei mais pra quem a minha felicidade é feita de poucadinhos de felicidade alheia” (COELHO FROTA, 2002, p. 125). *Macunaíma*, no centro mimético da representação (São Paulo e Rio de Janeiro), é e não é o Brasil, é uma tentativa de constituição do sujeito nacional, de um nativo-civilizado-mestiço, índio-branco-negro; e não é [e nem pode ser] o centro, antes a sombra ontológica do ‘outro’, estranho e deslocado, que o ponto de vista dominante, o que nos leva a pensar que a feição de brasilidade se deva [começar a] contar pelas extremidades fundacionais e não pelo reduto capitalista, em que ‘dois’ é ‘um’. Desse outro ângulo,

A natureza deixaria de ser uma espécie de máximo *denominador* comum das culturas (máximo que é um mínimo, uma *humanitas mínima*), uma sorte de fundo de semelhança obtido por cancelamento das diferenças a fim de constituir um sujeito constante, um emissor-referente estável dos significados culturais variáveis (como se as diferenças não fossem igualmente naturais!). Ela passaria a ser algo como um mínimo *múltiplo* comum das diferenças – maior que as culturas, não menor que elas -, ou algo como a integral parcial das diferentes configurações relacionais que chamamos ‘culturas’. O ‘mínimo’ é, nesse caso, a multiplicidade comum ao humano – *humanitas multiplex* (VIVEIROS DE CASTRO, 2021a, p. 120-121).

O ideário de felicidade é a mistura macunaímica em termos antropofágicos e, uma vez incompatível com o berço modernistocêntrico, ele é um movimento de abertura em direção ao ‘outro’ e de fechamento sobre si mesmo. *Macunaíma* é o ‘outro’ enquanto personificação de um mundo possível, que está para o universo mitológico das crenças populares, de onde o ‘nativo’ e o ‘natural’ são o ponto de partida, à parte, no entanto, do mundo civilizado, institucional e científico, em que a dúvida [por que não a inconstância?] ignora o conhecimento informal e, com isso, seus sujeitos agenciadores. Ainda, o herói de nossa gente é o protótipo potencial do ‘outro’ deleuziano, quer dizer, do ‘outrem’ que é:

[...] a condição do campo perceptivo: o mundo fora do alcance da percepção atual tem sua possibilidade de existência garantida pela presença virtual de um outrem por quem ele é percebido; o invisível para mim subsiste como real por sua visibilidade para outrem. (VIVEIROS DE CASTRO, 2021a, p. 118).

Assim, é o amuleto sagrado da ‘muiraquitã’, a possibilidade de restituição do ponto de vista do nativo, que ‘vira comida de peixe’, no fundo das águas, pela irresistível atração de *Macunaíma* por *Uiara*, uma ‘lindíssima cunhã’ que o seduz; encantamento do mundo transformacional cobrando o seu preço à mestiçagem. “O etnocentrismo não seria assim o triste privilégio dos ocidentais, mas uma atitude ideológica natural, inerente aos coletivos humanos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 368). Não esqueçam, que do ângulo tradicional, a consciência ‘perdida’, o Imperador do Mato Virgem a substitui por uma de um hispano-americano³⁶ e, nesse

³⁶ *Macunaíma*, antes de ir respirar os ares da civilização, em busca de sua *muiraquitã*, virada pedra preciosa na coleção do gigante Venceslau Pietro Pietra, deixa sua consciência na ilha de Marapatá e, no retorno ao Mato Virgem, quer recuperá-la, só que não a encontra mais. -

ponto, contudo, quem ascende ao ponto de vista é não mais o ‘outro’ em potencial, mas a identidade inegociável do ‘eu’ e, assim, como ponderava Lévi-Strauss, “o privilégio de um humanismo que já nasceu corrompido, por ter ido buscar no amor-próprio seu princípio e seu conceito” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 370). E, antes que tudo vire pedra, o herói de uma perna só, ‘que não é saci, juro!’, sobe ao céu e vira a constelação da Ursa Maior, ainda uma vez, o perspectivismo relativo...

No outro dia Macunaíma depois de brincar cedinho com a linda Iriqui, saiu pra dar uma voltinha. Atravessou o reino encantado da Pedra Bonita em Pernambuco e quando estava chegando na cidade de Santarém topou com uma viada parida. – Essa eu caço! ele fez. E perseguiu a viada. Esta escapuliu fácil mas o herói pôde pegar o filhinho dela que nem não andava quase, se escondeu por detrás duma carapanaúba e cotucando o viadinho fez ele berrar. A viada ficou feito louca, esbugalhou os olhos parou turtuveou e veio vindo veio vindo parou ali mesmo defronte chorando de amor. Então o herói flechou a viada parida. Ela caiu esperneou um bocado e ficou rija estirada no chão. O herói cantou vitória. Chegou perto da viada olhou que mais olhou e deu um grito, desmaiando. Tinha sido uma peça do Anhangá... Não era viada não, era mas a própria mãe tapanhumas que Macunaíma flechara e estava morta ali, toda arranhada com os espinhos das titaras e mandacurus do mato. (ANDRADE, 2008, p. 26-27).

Em um mundo abstrato, em que tudo é possível e não existe um *a priori*, “as aparências enganam porque nunca se pode estar certo sobre qual é o ponto de vista dominante, isto é, que mundo está em vigor quando se interage com outrem. Tudo é perigoso; sobretudo, quando tudo é gente, e nós talvez não sejamos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 397). Capturado pelas lentes ilusionistas do mundo transformacional, Macunaíma, antes mesmo de vir-a-ser Imperador do Mato-Virgem, na São Paulo da mandioca, mata a própria mãe, sinalizando o afastamento do páis-povo de sua cultura de origem, tal como reitera Oswald através do conceito antropofágico do Matriarcado de Pindorama³⁷. Branco-índio-negro, na água encantada do pezão de Sumé³⁸, respectivamente, Macunaíma, Jiguê e Maanape, em um movimento curativo das raízes renegadas ao irmanar as três raças; aqui, definitivamente, e para o bem da multiplicidade, o herói é sem nenhum caráter, inconstante e volúvel, tal como previam os batizados em Cristo ou na água de Sumé, São Tomé, que vem a dar no mesmo, pois se a inconstância é uma constância da equação selvagem, e a alma sua forma reflexiva, é o corpo o lugar da perspectiva diferenciante e acabam-se, assim, os privilégios do ser humano, tudo, afinal, não

Que importa!, coloca qualquer outra que vem dar no mesmo; uma vez passada a civilização, o nativo é o relativo, tanto pode ‘ser’ como não.

³⁷ Para Benedito Nunes, o matriarcado e o patriarcado são “blocos ou hemisférios através dos quais, num movimento dialético em que o primeiro é a tese e o segundo, a antítese, realiza-se, em última instância, o confronto do pré-histórico com o histórico, cuja síntese, reintegrando a vida primitiva na civilização, é a sociedade matriarcal da era da máquina” (NUNES, 2001, p. 29).

³⁸ Para os tupinambás, Sumé, descendente do Pajé do Mel, é Seixu, o Setestrela. As marcas de seus pés ainda podem ser vistas gravadas na pedra, que lhe impulsionou o salto para atingir o céu; de lá, faz crescer a mandioca no início das chuvas e seus descendentes cortam os cabelos em forma de meia-lua (MUSSA, 2009). Para os jesuítas, é São Tomé, o apóstolo da dúvida, designado por Cristo para pregar no Brasil (VIVEIROS DE CASTRO, 2011).

passa de uma máscara intercambiável e “a forma humana é um corpo dentro do corpo, o corpo nu primordial – a ‘alma’ do corpo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 389).

A inconstância da alma é a natureza humana descentralizada, de onde o primitivo não retorna como origem perspectiva e/ou identidade nacional, mas como elemento que vem a compor a órbita variacional das perspectivas planetárias, que sinalizam possibilidades de vida, uma zona intensiva de interferências, de onde o eu-já-é-outro. As várias facetas formais, a roupa do corpo – cristão-capitalista-sincretista -, não modificam nem delimitam a alma, apenas reforçam sua característica intrínseca. Nesse rito antropofágico, no entanto, a essa altura, em que a vingança já não é mais uma prática remediável, nem purifica, tampouco, restitui a honra [se é que lhe cabe alguma cotação], o humano é ainda mais perigoso e as roupas, cada vez mais sofisticadas, dão ares dos requintados salões cariocas, com o casal Palha e Sofia, valseando ao centro, e mais ao canto, o olhar faceiro e apaixonado de Rubião, saboreando, voluptuoso, o prato fino e sutil da inconstância; a fidelidade infiel pela qual não há tradição sem traição, e vice-versa. ‘- Volúvel, arredo, inconstante, o humano universal, é!’

E, assim, de um jeito bem brasuciano, o herói, com sua ‘carinha enjoativa de piá’, é promovido a Imperador [impositor-impostor] do Mato-Virgem, ao render Ci, a Mãe do Mato, aos seus galanteios viris, que põe em relevo o exotismo e a sensualidade do índio brasileiro; símbolo nacional, no entanto, destituído de meios autênticos para alcançar fama e reputação, respondendo a tudo e a todos, ‘- aí, que preguiça!’, é o típico malandro, com vocação de pequeno-burguês.

E a icamiaba caiu sem auxílio nas samambaias da serapilheira. Quando ficou bem imóvel, Macunaíma se aproximou e brincou com a Mãe do Mato. Vieram então muitas jandaias, muitas araras vermelhas [...] saudar Macunaíma, o novo Imperador do Mato Virgem. (ANDRADE, 2008, p. 32).

Uma ascensão desprovida de nexos, vazia de sentido, o episódio é uma espécie de alegoria subversiva da lei do mais forte pela lei do mais astuto, de um ambiente natural de seleção das espécies para um espaço artificial e degradado do reinado patriarcal; máquina-onça, muita crença – ciência e só!

A inteligência do herói estava muito perturbada. Acordou com os berros da bicharada lá embaixo nas ruas, disparando entre as malocas terríveis. E aquele diacho de sagüi-açu que o carregara pro alto do tapiri tamanho em que dormira... Que mundo de bichos! [...] As cunhãs rindo tinham ensinado pra ele que o sagüi-açu não era sagüim não, chamavam elevador e era uma máquina. De-manhãzinha ensinaram que todos aqueles piados berros cuquiadas sopros roncões esturros não eram nada disso não, eram mas clácsons campainhas apitos buzinas e tudo era máquina. As onças pardas não eram onças pardas, se chamavam fordes hupmobiles chevrolés dodges mármons e eram máquinas. [...] e tudo na cidade era só máquina! [...] Então resolveu ir brincar com a Máquina pra ser também imperador dos filhos da mandioca. [...] Macunaíma passou então uma semana sem comer nem brincar só maquinando nas brigas sem vitória dos filhos da mandioca com a Máquina. A Máquina era que matava os homens porém os homens é que mandavam na máquina. [...] De toda essa embrulhada o pensamento dele sacou bem clarinha uma luz: Os homens é que eram máquinas e as máquinas é que eram homens (ANDRADE, 2008, p. 52-54).

De fato, em não se tratando de xamãs, como recomenda Viveiros (2011), o melhor é que as perspectivas se mantenham separadas. Retomando Lévi-Strauss, “a humanidade cessa nas fronteiras do grupo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 368). A rapsódia macunaímica, no entanto, dá o salto experimental e a hibridização vem sobrecarregada da (in)diferença do novo mundo; a alteridade não acontece mediada pela troca de perspectivas, mais, sim, retorcida na predisposição antropofágica do ‘outro’ periférico, que se desloca ao centro e se fragmenta em muitos, igualmente, marginais, respondendo à histórica apatia receptiva do ‘eu’ intransponível. Tanto que o animismo é ainda imputado aos selvagens, proclamado como:

[...] reconhecimento verdadeiro, ou ao menos ‘válido’, da mestiçagem universal entre sujeitos e objetos, humanos e não-humanos, a que nós modernos sempre estivemos cegos, por conta de nosso hábito tolo, para não dizer pecaminoso, de pensar por dicotomias (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 370).

O ‘nós’ e o ‘eles’, a ‘humanidade’ e a ‘animalidade’, a ‘natureza’ e a ‘cultura’, a primeira sempre soberana, aos olhos ocidentais, subordina a segunda à sua própria centralidade. A antropofagia oswaldiana não se completa, assim, pela alteridade ameríndia, é, antes, um servir-se do ‘outro’, não para se reconhecer nele, mas para se reafirmar na própria identidade, subvertendo a multiplicidade pretendida em detrimento de uma dominante. Macunaíma, na condição de ‘outro’ periférico, acende ao ponto de vista do ‘eu’, mistura-se e realça a heterogeneidade, levando a efeito o ‘saque positivo’, previsto no *Manifesto Antropofágico* (2013), e sofrendo, com isso, o insucesso da mestiçagem; ele se entrega, mas não se integra à cidade moderna, que vela a sua passagem, muda, apática, indiferente, assistindo ao desfile carnavalizado³⁹, sem se ater ao conjunto como um elemento, igualmente, alegórico; as diversas manifestações culturais, folclóricas do Brasil que passam em plena avenida, desintegram-se pelas ruas, becos, perdem-se no espaço e encarnam a forma do sujeito possível, o humano universal, não-naturalizado, ainda, para a nossa ‘infelicidade’, como diria o próprio Mário, em termos da identidade nacional. O ocidente civilizado, branco, europeu e vestido é o mínimo múltiplo comum que insiste sobre os diversos Brasis que se dispersam em Macunaíma:

Por isso e para a eterna lembrança destes paulistas, que são a única gente útil do país, e por isso chamados de locomotivas, nos demos ao trabalho de metrificarmos um dístico, em que se encerram os segredos de tanta desgraça: ‘POUCA SAÚDE E MUITA SAÚVA,/ OS MALES DO BRASIL SÃO’. Este dístico é que houvemos por bem escrevermos no livro de Visitantes Ilustres do Instituto Butantã, quando foi da nossa visita a esse estabelecimento famoso na Europa. (ANDRADE, 2008, p. 106-107).

³⁹ A dança folclórica do Bumba-meu-boi, o jogo de truco, os rituais de feitiçaria, as lendas brasileiras, colorem a feição nacional acinzentada, que tem horror à mistura carnavalizada, entre o grotesco e o erudito, a civilização do ‘um’ que é ‘dois’, “Macunaíma ordenou muito tempo muitas coisas assim e tudo o eu de Venceslau Pietro Pietra agüentou pelo corpo de Exu. [...] Lá no palácio da rua Maranhão em São Paulo tinha um corre-corre sem parada. [...] Na macumba continuava o silêncio de horror” (ANDRADE, 2008, p. 82-83). O conceito de ‘carnavalização’, Mikhail Bakhtin (2008), o elaborou a partir de François Rabelais.

O olhar primitivo, não obcecado pela autocontemplação da própria imagem, vê decadência e degradação do humano indissolúvel, uma réplica francesa, diga-se de passagem, no coração desalmado do Brasil. O trocadilho saúde/saúva dispõe dessa fatalidade, à medida que o povo doente, contaminado pelos ideais liberais, deixa as saúvas tomarem conta da vegetação e da natureza brasileiras, renegando a planos descartáveis a própria feição do Brasil rural, sem contar que nisso desagua o próprio ideário do rapsodo,

[Nesse momento um mulato da maior mulataria trepou numa estátua e principiou um discurso entusiasmado explicando pra Macunaíma o que era o dia do Cruzeiro. [...] – Não é não! Meus senhores e minhas senhoras! Aquelas quatro estrelas lá é o Pai do Mutum! Juro que é o Pai do Mutum, minha gente, que pára no campo vasto do céu!... (ANDRADE, 2008, p. 116-117)]

Um tempo homogêneo, em que todos coexistem para além do passado ou do futuro, da divisão de horas separando o trabalho do ócio, dos períodos de apogeu que contrastam com as épocas de decadência. O tempo primordial, ao menos o de Macunaíma, “destruiu as contradições e restabeleceu a justiça, nivelando os momentos de penúria à abundância, a civilização técnica do Sul à cultura agrária e arcaica do Nordeste” (SOUZA, 2003, p. 33). Isto por que é melhor virar comida de peixe que soçobrar em mãos estrangeiras, afinal, ‘não vim ao mundo para se pedra!’

Gangorra disforme, alma selvagem ou até que a morte nos separe!

E tudo começou humano, um dia! Os pássaros, os peixes, as estrelas, enfim, todos os animais e todo o espaço cósmico, na sutil revelação do que pode um ponto de vista, isto, ao menos, enquanto o homem não comer a onça... O revólver Smith-Wesson, o relógio Pathek, e o casal de galinha Legorne, em uma constelação nova, a da Ursa Maior, que é Macunaíma, vagando sozinha, no campo vasto do céu, feito índio-onça-máquina. A propósito, se a inconstância é uma constância da equação selvagem e a alma o seu despertar, então, cuidado!, estamos todos vivendo de ponta-cabeça!

Mais um pouco e até sentimos o desconforto de acharmos que somos os únicos donos do campinho, sem atinarmos na reviravolta que o mundo nos dá. Oh!, pobre pensamento ocidental que tem o hábito de doar espelhos em troca de se ver na imagem refletida. E tudo isso para quê? Para insistirmos na tal da identidade nacional? E, pior, padronizada europeia, como se fosse possível e aconselhável transplantar o novo mundo na cabeça do ‘outro’, índio-cristão-civilizado-branco? As ideias, por isso mesmo, sempre estarão fora do lugar, mas a questão que propomos, neste estudo, é, justamente, retroceder das irrevogáveis teimosias liberais e ficarmos, felizes e bem servidos, com o resto, senão o ‘todo’, uma vez que a tendência clássica é iluminar o centro, não as bases constitutivas, de que nos ocupamos, o primitivismo antropofágico, de Viveiros a Oswald.

A inconstância é, assim, o elemento da diferença naturalizada, a alma [selvagem] de que todo o humano dispõe. O canibalismo, despido da difamação jesuítica, não é o elemento profano, mas um modo de crer, que é o próprio ser da tribo. A religião sem culto, sem ídolo e sem sacerdote dos Tupinambás, enigmática aos olhos missionários, é, sem espanto ou reprovação, mais uma prova viva de um mundo possível, do ‘outro’ indispensável à personificação do sujeito humano

universal. O corpo, enquanto *habitus*, é o modelo pelo qual a alteridade é compreendida em seu próprio devir, homem-máquina-onça. Viver, por isso mesmo, é muito perigoso, uma vez que a condição humana é incerta e dependente do olho do outro. “Os índios estão perfeitamente conscientes de que essa característica de se ver como gente é a coisa mais bem distribuída do mundo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2021a, p. 20). Tudo pode ser, como não ser, humano. É o relativismo indígena que se prolifera na multiplicidade constitutiva da natureza humana devoradora de gente; o ‘eu’ nada mais é que o ‘outro’ do outro, o ‘outro’ personificado. E a natureza, assim, viria a ser “o conjunto de transformações requeridas para se descrever as variações entre as diferentes configurações relacionais conhecidas. Ou, para usarmos ainda uma outra imagem ela se tornaria aqui um puro *limite* [...] limite-tensão, não limite-contorno” (VIVEIROS DE CASTRO, 2021a, p. 121), de onde uma cultura,

[...] não é um sistema de crenças, mas antes – já que deve ser algo – um conjunto de estruturas potenciais da experiência, capaz de suportar conteúdos tradicionais variados e de absorver novos: ela é um dispositivo culturante ou constituinte de processamento de crenças. Mesmo no plano constituído da cultura cultivada, penso que é mais interessante indagarmos das condições que facultam a certas culturas atribuir às crenças alheias um estatuto de complementaridade ou de alternatividade em relação às próprias crenças. (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 209).

Imanência da alma em um mundo por-*vir*, espaço abstrato de divergência entre as diferentes espécies potenciais, o ‘outro’ possível – índio, onça, máquina – e intercambiável – diferença, mistura, mestiçagem. Felizmente, já pode descer do céu e habitar entre nós, Macunaíma, a urso mais maior que já se viu, capaz de disfarçar-se em uma constelação inteira de humanos potenciais, o índio primitivo, o vocacionado burguês Imperador do Mato Virgem, quer dizer, da Mata Virgem, o típico malandro, que mais ‘dandava pra ganhar vintém’ do que se envolvia com os afazeres da tribo, o índio-negro-branco que deixa o interior e vem à cidade cheio de esperanças e se perde pelo caminho, entre um espaço e outro, o nativo-civilizado-mestiço que, até há pouco, perambulava entre as estrelas do céu. – Ei, psiu, já pode descer, vem, anda logo, antes que ‘eu’ me arrependa!

Referências

- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*, o herói sem nenhum caráter. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- ANDRADE, Oswald de. *Manifesto antropófago e Manifesto da poesia pau-brasil*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 3ª. ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009.

COCCO, Giuseppe. *Antropofagias, racismo e ações afirmativas*. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/view/389/362>> Acesso em: 23 jun. 2020.

COELHO FROTA, Lélia (org.). *Carlos e Mário: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade (1924-1945)*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 3ª. ed. São Paulo: Globo, 2006.

MUSSA, Alberto. *Meu destino é ser onça*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

NUNES, Benedito. *A utopia antropofágica, a antropofagia ao alcance de todos*. In: ANDRADE, Oswald de. *Obras completas*. 3ª. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

SZTUTMAN, Renato (Org.). *Eduardo Viveiros de Castro. Entrevistas*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Viveiros de. *O nativo relativo*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v8n1/9643.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2021a.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Viveiros de. *O Anti-Narciso: lugar e função da Antropologia no mundo contemporâneo*. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v44n4/a02.pdf>> Acesso em: 21. jun. 2021b.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ESTUPRO MARITAL: DO ABUSO À IDEIAÇÃO SUICIDA

Carolina dos Santos Saraiva⁴⁰
Daisy Ortiz de Oliveira⁴¹
Fernando Ben Oliveira da Silva⁴²

Resumo: O presente artigo propõe o debate científico sobre o estupro marital ou conjugal e sua relação com as ideações suicidas, com base em revisão teórica e em uma coleta de dados por meio de um questionário fechado voltado às mulheres que passaram por este abuso doméstico. Desta forma, proporcionou-se um debate com poucos precedentes sobre o assunto, que serviram como marcos norteadores para pesquisas mais específicas e aprofundadas. Acredita-se que fomentar pesquisas sobre o tema, trará benefícios claros na aquisição do conhecimento bem como na utilização prática para a qualidade de vida das mulheres diretamente afetadas.

Palavras-chave: Psicologia, abuso sexual, estupro marital, violência doméstica.

1. Introdução

Através da história, as mulheres foram silenciadas e subjugadas sistematicamente, produzindo inquestionável base para todas as evidências de violência doméstica. Desta forma, torna-se indispensável uma produção acadêmica sobre o tema, disponibilizando material sobre o assunto objetivando a diminuição deste mal, considerando que a violência doméstica não se limita ao interesse de segurança pública, mas principalmente no escopo de saúde pública.

Quando uma mulher é silenciada após uma situação de abuso, surge um marco norteador disponibilizado pelo machismo que incide como um sinal para que outras mulheres também sejam silenciadas.

Sabendo disto, como o termo estupro marital ainda é pouco conhecido pelo senso comum, os autores propuseram explicitar o conceito desse e trouxeram à luz a perspectiva das mulheres que sofrem deste tipo de abuso e que se encontram em episódios de ideações suicidas, o qual também foi conceituado no presente texto.

Então, faz-se relevante para a constituição do artigo considerar os casos em que a mulher é vítima de seu cônjuge em um estupro marital e por consequência se vê na eminência de tirar sua própria vida. Partindo dessa perspectiva, faz-se a reflexão: quais são as possibilidades para reduzir os impactos do estupro marital e a incidência de casos de suicídio nesta população?

⁴⁰ Estudante do 4 período de Psicologia PUC-RS.

⁴¹ Psicóloga clínica e pós-graduada em Psicoterapia Sistêmica Cognitivo de Casal e Família.

⁴² Psicólogo clínico e pós-graduando em Saúde Pública.

Para esta pesquisa acadêmica foram utilizados dois métodos, considerando que esse é um estudo de caráter bibliográfico, que segundo Rampazzo (2005) tem por finalidade, colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos de alguma forma. Não há análise de dados não-mensuráveis como: sentimentos, comportamentos passados, entendimentos de razões, significados e motivações de um determinado grupo de indivíduos em relação a um problema específico. Consiste ainda, na etapa inicial de todo trabalho acadêmico, com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir do tema escolhido.

O presente estudo não passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pois possui o objetivo de trazer a apresentação do questionário aplicado de forma on-line, que segundo Gil (1999, p. 128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

2. Conceito de estupro marital

A violência doméstica é caracterizada por um conjunto de comportamentos adotado por um dos membros de um casal, o qual tem como objetivo causar sofrimento ao cônjuge. Dessa forma, o resultado de uma violência conjugal é o abalo da dignidade de quem é violentado, considerando que as agressões podem ser físicas, psicológicas ou sexuais. Além disso, esses ataques podem se manifestar em ações sutis que são mais difíceis de serem detectadas, como na manipulação e na diminuição moral do(a) parceiro(a).

A violência doméstica é todo comportamento que cause sofrimento sejam elas consequências psicológicas, físicas ou sexuais, inclusive quando a mulher sofre algum tipo de constrangimento ou quando é violada a sua liberdade. (PEIXOTO, 2019)

O estupro marital é uma prática demasiadamente comum entre abusadores. O conceito de estupro marital é definido como abuso sexual em um ambiente conjugal. Portanto, é uma violação da dignidade sexual de uma pessoa ao ser submetida pelo(a) parceiro(a) a realizar relações contra sua vontade. Se faz de extrema relevância ter o centro focal desse tema na população feminina, já que essas sofrem mais frequentemente com esse delito, segundo estatísticas.

A mulher não poderá ser obrigada a fazer ou deixar de fazer qualquer ato que seja contra sua vontade, por isso, este ato configura a violação da liberdade e da dignidade sexual, direitos garantidos por lei a todo ser humano (TAFFAREL E CARNIEL, 2020).

Logo, resume-se o entendimento do conceito de estupro marital à prática não-consensual de conjunção carnal forçada iniciada pelo marido. Essa situação é enquadrada como crime, uma vez que contempla os aspectos de violência sexual.

Segundo Taffarel e Carniel (2020) “O fato de o delito ser praticado pelo cônjuge não deixa de tipificar o crime previsto no Art.213 do Código Penal”.

O Artigo 13 do Código Penal abrange todos os crimes que ferem a dignidade sexual. Entre os delitos listados, se encontra o estupro, no qual se enquadra, então, o estupro marital.

O sofrimento de conviver com um parceiro abusivo já é realidade de muitas mulheres, segundo Ferreira (2021) em um artigo publicado na Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade:

Aproximadamente 1 em cada 3 mulheres no mundo (35%) já sofreu violência física e/ou violência sexual por companheiro íntimo [...]. Nas Américas, a OMS estima que 30% das mulheres já tenham sofrido violência física e/ou sexual praticada pelo parceiro e 11% sofreram violência sexual praticada por um agressor desconhecido. (FERREIRA, 2021)

Muitas mulheres que passam pelo estupro conjugal evitam buscar ajuda, com medo de não serem creditadas e validadas. Há certo preconceito por parte da sociedade frente a uma mulher que denuncia o próprio marido ou namorado, acusando-o de um delito grave como o abuso sexual marital. Esse preconceito tem raízes machistas antigas que retrocedem até as primeiras configurações de família. Primordialmente, nas configurações familiares, eram associadas aos seus membros papéis e deveres a serem cumpridos por cada um e assim, desenvolvendo uma estrutura fechada dentro do núcleo da família de origem. Dessa forma, surgiu então o modelo de família patriarcal, a qual consiste em o homem ser considerado “chefe do lar” e o participante principal, enquanto é constituída uma noção generalizada de que sem ele a família não se sustentaria.

O âmbito familiar ainda possui suas raízes no modelo patriarcal, mesmo com a mudança nas configurações familiares, o homem ainda é modelo de chefe do lar, tem o papel principal, merecendo respeito e submissão é o de destaque nas famílias (SOUZA; OLIVEIRA, 2018)

Historicamente, o papel da mulher sempre foi visto como secundário, sendo, conseqüentemente, mais passiva e submissa às decisões do marido, já que eram a ele associados os deveres manuais pesados e a busca por sustento financeiro e alimentício de sua parceira e filhos. Dessarte, os deveres individuais se mantiveram e foi somente com o passar das décadas que as mulheres conquistaram mais reconhecimento por seus trabalhos e batalham até o presente momento para mudarem essa visão fragilizada do perfil feminino. A ascensão do movimento feminista surgiu como grande incentivador do empoderamento feminino. Foi por meio deste que se fortaleceu uma rede de apoio entre as mulheres, sendo um de seus objetivos a tentativa de reduzir os assédios frequentemente sofridos e estimular a vítima a denunciá-los quando sofridos.

Entretanto, ainda existe um medo generalizado entre a população feminina, medo esse que é paralisante e que as detém de realizar a denúncia. O motivo da hesitação é que, frequentemente, quando há tentativa de denúncia, as vítimas acabam sendo invalidadas e desacreditadas. Nesses casos, as pessoas que recebem as denúncias, comumente cometem o erro de desacreditar a versão da situação que lhes foi contada, por vezes distorcendo os fatos para se posicionar a favor do homem.

3. Conceito de ideação suicida

O suicídio é definido como o ato de tirar a própria vida. “No Brasil, cerca de 12 mil pessoas tiram a própria vida por ano” (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO, 2020). Diante disso, faz-se a reflexão sobre o que leva uma pessoa a cometer suicídio, considerando todas as vertentes que compõem o ser humano (causas biológicas, psicológicas ou até mesmo sociais). Normalmente, quando se alcança o momento mais intenso de sofrimento (quando um indivíduo tira a própria vida), é porque já havia uma ideação suicida estruturada em seu sistema. A ideação suicida é o termo utilizado para quando um sujeito fomenta pensamentos e comportamentos que remetam à vontade de cometer suicídio. Segundo Botega (2015, p.64) “o conceito de ideação suicida envolve nuances: desde pensamentos passageiros de que a vida não vale a pena ser vivida até preocupações intensas sobre porque viver ou morrer”.

É entendido que parte das pessoas que sofrem com a ideação do ato suicida não acabam por cometer o ato em si. Entretanto, ainda é de extrema importância que se forem identificados em alguém, esses hábitos e pensamentos não sejam incentivados e reforçados, e sim, sejam validados e tratados com devida importância para que se possa pensar em um encaminhamento psiquiátrico ou psicológico. Quando se fala do surgimento desses comportamentos em um ser humano, pensa-se em transtornos psicológicos, uma vez que os distúrbios podem servir como base para que o sujeito comece a considerar o suicídio. Entretanto, esses comportamentos podem ter origens diversas — tanto biológicas quanto ambientais — e, portanto, ao analisar uma pessoa que esteja considerando tirar a própria vida, é necessário que se faça uma análise detalhada também do seu contexto de vida.

4. Questionário e resultado

Conforme exposto, o atual artigo propõe o debate sobre o estupro marital ou conjugal com base em referências teóricas e tomando como parâmetro de análise inicial o resultado de um questionário produzido na plataforma Google Forms e o disponibilizado na rede social dos pesquisadores.

Percebe-se de imediato certa dificuldade da população feminina para expor a experiência traumática do abuso, levando em conta que o número total de seguidores nas redes sociais dos pesquisadores soma mais de cento e quarenta mil pessoas que informam estar no território brasileiro, todavia, apenas setenta e três pessoas responderam espontaneamente o questionário que por sua vez, registrou as respostas dos participantes envolvidos, sem registrar as identidades dos mesmos.

Segue abaixo as perguntas do questionário e resultado obtido:

Pergunta	Maior resultado
Qual a sua escolaridade?	46,5% - ensino fundamental
Qual a sua idade?	26% até 30 anos 26% até 40 anos
Você tem filhos? Se sim, quantos?	27,4% - 2 filhos
Você trabalha? (Atividade econômica)	50,7% - não
Quanto tempo vive ou viveu com o agressor?	Até 10 anos
O agressor é alcoólatra?	43,8% - sim
O agressor usa drogas ilícitas?	63% - não
O agressor tem transtornos mentais? ⁴³	54,8% - não
Quem realizou o estupro tem passagem pela polícia?	71,2% - não
Você foi ameaçada a silenciar após o estupro?	58,9% - sim
Vocês continuam juntos?	68,5% - não
Quantos anos você tinha quando sofreu o abuso?	12,3% - 23 anos
Você procurou auxílio psicológico/psiquiátrico	72,65% - não

⁴³ "Transtornos mentais são alterações do funcionamento da mente que prejudicam o desempenho da pessoa na vida familiar, social, pessoal, no trabalho, nos estudos, na compreensão de si e dos outros, na possibilidade de autocrítica, na tolerância aos problemas e na possibilidade de ter prazer na vida em geral. Isto significa que os transtornos mentais não deixam nenhum aspecto da condição humana intocado." (AMARAL, 2011)

após ter sofrido o abuso, sendo esse o principal motivador para a busca por ajuda?	
Caso a resposta for "sim" na pergunta anterior, você se sentiu ajudada/acolhida pelas pessoas as quais você pediu ajuda?	64,7% - não
Você percebe que passou a sentir angústia após o abuso?	89% - sim
Você percebe que depois do abuso, ocorreram episódios de ansiedade?	84,9% - sim
Você percebe que depois do abuso, ocorreram episódios de Crise de pânico?	69,9% - sim
Você percebe que depois do abuso, ocorreram episódios de Depressão?	90,4% - sim
Você percebe que depois do abuso, ocorreram episódios de Ideias de suicídio?	67,1% - sim
Você, por este motivo, tentou se suicidar?	64,4% - não
Após o abuso, você precisou tomar algum remédio psiquiátrico?	56,2% - não
Além deste ato, houveram outros estupros maritais na mesma relação?	74% - sim
Você falou para alguém?	58,9% - sim
Você teve apoio familiar?	72,6% - não

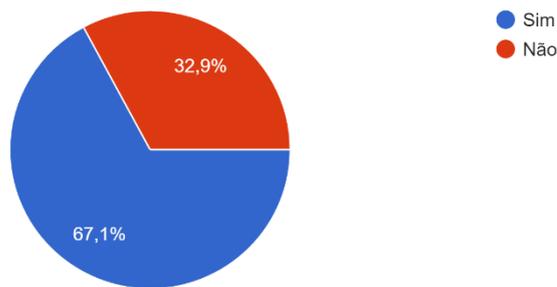
Fonte: Gráfico elaborado pelos autores;

Diante dos resultados expostos, foi possível concluir que o estupro marital pode desencadear certa tendência à ideação suicida, conforme foram reunidos dados indicando aumento da angústia, da ansiedade e da depressão em quem sofreu o delito. Pode-se supor que esse fenômeno acontece partindo do fato de que as vítimas não recebem devido apoio e auxílio após expressarem necessidade de ajuda a terceiros.

Dessa forma, faz-se essencial realçar – em gráficos separados dos demais resultados – a importância de uma análise aprofundada sobre as consequências que o estupro marital pode acarretar e se tem como objetivo utilizar esses gráficos em uma futura pesquisa sobre como o abuso sexual conjugal pode impactar no desenvolvimento de ideias suicidas em suas vítimas.

Você percebe que depois do abuso, ocorreram episódios de Ideias de suicídio?

73 respostas



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores;

5. Considerações finais

Para Damásio de Jesus (2000):

Entendemos que o marido pode ser sujeito ativo do crime de estupro contra a própria esposa. Embora com o casamento surja o direito de manter relacionamento sexual, tal direito não autoriza o marido a forçar a mulher ao ato sexual, empregando contra ela a violência física ou moral que caracteriza o estupro. Não fica a mulher, com o casamento, sujeita aos caprichos do marido em matéria sexual, obrigada a manter relações sexuais quando e onde este quiser. Não perde o direito de dispor de seu corpo, ou seja, o direito de se negar ao ato sexual [...]. Assim, sempre que a mulher não consentir na conjunção carnal e o marido a obrigar ao ato, com violência ou grave ameaça, em princípio caracterizar-se-á o crime de estupro, desde que ela tenha justa causa para a negativa (JESUS, 2000, p.96)

Nesta perspectiva, ao analisar os resultados obtidos, percebe-se que 46,6% das mulheres que sofrem ou já sofreram abuso doméstico declararam ter como base educacional apenas o ensino fundamental. Além disso, visto que 27,4% das mulheres que informaram sofrer abuso doméstico nesta pesquisa declarou ter 2 filhos, é possível questionar se estas mulheres teriam sido sistematicamente pressionadas durante o relacionamento para ficarem em casa e terem como função única criarem os filhos. O que fortaleceria esta hipótese é o fato de 50,7% destas mulheres informarem não ter atividade econômica. Segundo Cerqueira, Moura, Pasinato (2019, p.11) “Outra importante limitação dos modelos econômicos é que se desconsidera o fato de que os abusadores sabotam o acesso à educação, à capacitação profissional e à possibilidade de emprego das parceiras”.

Diante do exposto observa-se que 72,6% das mulheres informaram que não tiveram apoio familiar ao contarem sobre o estupro vivido. A ausência de apoio familiar pode direcionar outro resultado relevante, que mostra que 74% das mulheres que informaram nesta pesquisa que sofrem ou já sofreram abuso marital, declara que houveram outros estupros conjugais além do primeiro relatado. Dessa forma, surge o questionamento, se uma rede de apoio para receber e acolher um relato de uma experiência de agressão tão traumática quanto o estupro marital, não seria uma forma de minimizar os resultados da perspectiva do senso comum que normatiza o ato agressor como uma ação impensada e sem consequências?

Abaixo é disponibilizado mais resultados da pesquisa atual.

89% das mulheres informaram sentir angústia após o estupro.

84,9% das mulheres informaram sentir episódios de ansiedade após o estupro.

69,9% das mulheres informaram que tiveram crise de pânico após o estupro.

90,4% das mulheres informaram que tiveram episódios de depressão após o estupro.

67,1% das mulheres informaram que tiveram ideias de suicídio após o estupro.

35,6% das mulheres informaram que tentaram se matar após o estupro.

A taxa de suicídios a cada 100 mil habitantes aumentou 7% no Brasil, ao contrário do índice mundial, que caiu 9,8%, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2019. Sabendo disso, é importante questionar quantos destes casos foram de mulheres violentadas pelos seus próprios maridos? Qual o papel do poder público nos casos de crise de pânico, ansiedade e depressão que tiveram como gatilhos este tipo de violência?

O silêncio que a estas mulheres foi imposto, seja por solicitação de seus cônjuges ou mesmo por acreditarem não ser entendidas em seus meios de relação interpessoal, foi fator importante para as ideações suicidas. Outra reflexão surge, pensando se os atendimentos públicos estão prontos para receber estas mulheres que foram sufocadas por tanta dor e submissão involuntária para uma subserviência social.

Perante o exposto, faz-se necessário uma investigação mais profunda e específica sobre o tema e cabe escutar qualitativamente estas mulheres que se tornaram vítimas do estupro marital.

6. REFERÊNCIAS

AMARAL, O. L. **Transtornos mentais**. Instituto de Estudos e Orientação da Família. Água Branca SP. 2011. Disponível em <<http://www.inef.com.br/Transtornos.html>>. Acesso em 20 de julho de 2021.

BOTEGA, N. J.: **Crise suicida: avaliação e manejo**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo, PASINATO, Wânia (2019). **Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Rio de Janeiro: Ipea.

FERREIRA, Raquel. **Estupro Marital**. Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 1 de dezembro de 2020. Disponível em <<https://www.sbmfc.org.br/noticias/estupro-marital/>> Acesso em 10 de agosto 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. 3 v. Código penal anotado. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

NASCIMENTO, Laiane Nunes. **Estupro Marital: O Inimigo Silencioso**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – UniRV – Universidade de Rio Verde, Caiapônia – GO, 2015

PEBMED. **Setembro Amarelo: taxa de suicídio aumenta 7% no Brasil em seis anos**. Disponível em <<https://pebmed.com.br/setembro-amarelo-taxa-de-suicidio-aumenta-7-no-brasil-em-seis-anos/>> Acesso em 15 de agosto 2021.

PEIXOTO RIBEIRO, Lorraine. **A Definição de Violência Contra a Mulher e Sua Relação Com Femicídio**. Anápolis, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/8578/1/Monografia%20LORRAINE%20RIBEIRO%20PEIXOTO%2022.11.pdf>>. Acesso em 13 de agosto 2021.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SOUZA, Aisha Isabella de; OLIVEIRA, César Gratão de. **O estupro marital na vertente dos deveres conjugais**. Disponível em <<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/1167/1/AISHA%20ISABELLA%20DE%20SOUZA.pdf>> Acesso em 13 de agosto de 2021.

SOUZA, Franciele Rocha de. **Estupro marital: conjunção carnal forçada**. [S. l.], 05/2019. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/73778/estupro-maritalconjuncao-carnal-forcada>> Acesso em: 05 de agosto de 2021.

TAFFAREL, Júlia. C e CARNIEL, Nayane. Estupro Marital, **Anuário Pesquisa e Extensão UNOESC São Miguel do Oeste**, 2020. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/327185583.pdf>> Acesso em 16 de agosto de 2021.

TEIXEIRA, Elora Rafaela Fernandes; CORTEZ, Marianna Celina Gomes; NETO, Plínio Fernandes de Oliveira e VARELA, Priscila Cristina Barros. **Estupro Conjugal: reflexões sob a égide Constitucional. 2004.** Disponível em: <<http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/viewFile/99/11>>. Acesso em 17 de agosto de 2021.

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO INICIAL: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE PEDAGOGIA DA FACULDADE AGES DE JACOBINA SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade⁴⁴

Mariana Santos Ferreira⁴⁵

Resumo: A importância da formação inicial e continuada dos professores e a sua transformação ao longo de suas experiências, faz refletir sobre as diferentes nuances que fundamentam as relações e práticas pedagógicas na sua graduação, respectivamente em sua atuação profissional como professor e parte do corpo docente de uma instituição. Desse modo, o trabalho com casos reais que apresentem situações do cotidiano escolar é fundamental, tendo o real como aspecto essencial no processo formativo do futuro professor, podemos mencionar o estágio obrigatório como mais um aspecto relevante nesta vivência que circunda este processo formativo.

Formação de Professores

Nóvoa (2009), em sua obra *Para uma formação de professores construída dentro da profissão*, aborda questões relativas à formação de professores distanciada da realidade que irão vivenciar na atuação profissional, neste sentido, é defendida a ideia que na formação de professores é preciso trabalhar com estratégias que elucidem o contexto real.

Quando tratamos do estágio obrigatório especificamente na formação de professores pedagogos, é de suma importância validar o estágio enquanto instrumento de pesquisa e vivência pedagógica necessários para uma formação comprometida com a realidade que o professor irá vivenciar quando estiver em atuação.

O estágio sempre foi identificado como a parte prática dos cursos de formação de profissionais em geral, em contraposição à teoria. Não é raro ouvir-se dos alunos que concluem seus cursos se referirem a estes como 'teóricos', que a profissão se aprende 'na prática', que certos professores e disciplinas são por demais 'teóricos'. Que 'na prática a teoria é outra'. No cerne dessa afirmação popular, está a constatação, no caso da formação de professores, de que o curso nem fundamenta teoricamente a atuação do futuro profissional nem toma a prática como referência para a fundamentação teórica. Ou seja, carece de teoria e de prática. (BRABO et al 2012, p.133)

De acordo com o enunciado fica perceptível a dicotomia entre teoria e prática presente nos discursos, neste sentido é fundamental a compreensão das práxis enquanto aspecto singular dentro desta relação, visto que, a práxis pedagógica

⁴⁴ Possui Graduação em História pelo UniAGES, Graduação em Pedagogia pela Unicesumar, Especialização em Ensino de História-UCAM, Educação Infantil e Psicopedagogia, Coordenação Pedagógica e Libras - UNIBF. Atualmente é Mestranda em Políticas Públicas pela FLACSO.

⁴⁵ Possui curso Técnico em Meio Ambiente pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA). Especialização em Empreendedorismo, Departamento Pessoal, Recursos Humanos, Contabilidade e Preparação de Currículo Atualmente - ITINERANTE é Graduada em Pedagogia pela Faculdade AGES de Jacobina.

incorpora as questões da teoria e da prática, consolidando uma atuação completa e que atenta para fatos específicos da ação pedagógica no processo educativo, conseqüentemente, no processo de ensino e aprendizagem.

Reichmann (2015), diz que o estágio obrigatório é um elemento que estabelece uma relação entre formação e a construção dos saberes. No curso de pedagogia o estágio é dividido em observação e ação no contexto escolar, a observação acontece através de diálogos e visualização de como o docente atua, quais são suas dificuldades e as metodologias utilizadas, a partir da observação é elaborado o projeto de intervenção em que o estagiário desenvolve atividades colocando em prática o seu conhecimento adquirido na graduação.

Ademais, o estágio se torna substancial visto que deve propiciar o mapeamento da realidade, observação participante e intervenção, na pedagogia esses são aspectos indispensáveis para compreensão do universo que circunda a escola e da realidade dos sujeitos que fazem parte deste contexto. As aulas de campo mostram os desafios que os futuros educadores enfrentarão na sua atuação, buscando metodologias que favoreçam o ensino de qualidade, utilizando a prática diante das teorias estudadas.

Outrossim, para compreensão do aluno enquanto sujeito ativo e participante do processo de ensino aprendizagem, essas trocas são necessárias para o desenvolvimento de competências e habilidades indispensáveis à profissão

Torna-se cada vez mais evidente a necessidade da articulação de conteúdo específicos das disciplinas nos cursos de formação docente com os conteúdos pedagógicos a fim de dar significado à docência para que o professor seja capaz de interagir com os demais agentes educacionais, tornando a prática com seus alunos ponto de superação de uma posição passiva – social para uma posição ativa – consciente, transformadora da sociedade. Os períodos de estágio supervisionado possibilitam essa articulação propiciando atividades complementares de ensino e aprendizagem aos futuros professores por meio da vivência de situações reais de trabalho em diferentes contextos com acompanhamento de um professor orientador. (Barbosa; Amaral, 2009, p.08)

O professor orientador mediará os alunos para que as atividades complementares sejam realizadas e as possíveis dificuldades sejam sanadas. Desenvolvendo com os alunos uma aprendizagem significativa diante de uma prática docente.

O professor orientador acompanhará o acadêmico em suas práticas de estágio, por meio de orientações coletivas e individuais, na própria Instituição de Ensino Superior, para relatos e esclarecimentos de dúvidas ou supervisão da prática de estágio na instituição selecionada pelo acadêmico. Esse acompanhamento será pré-programado e definido pela instituição, de acordo com a necessidade e disponibilidade do professor de estágio. Ao desenvolver a prática do estágio, o acadêmico do curso de Pedagogia terá a oportunidade de observar as diversas posturas e posicionamentos de professores que atuam em diferentes escolas, turmas e faixas etárias e, desse modo, poderá então adquirir subsídios que o auxiliem em sua prática futura. (BONASSINA et al, 2015, p.09)

Neste sentido, Silva (2013), aborda que: “A realização do estágio é muito significativa na formação dos alunos, ela dá complemento necessário para que não

se formem pedagogos com visões estereotipadas ou idealizadas sobre o exercício da prática educacional, [...] (p.06).

Justamente por isso, o estágio precisa ser pensado dentro de uma lógica que propicie a vivência e o contato com os campos de atuação do pedagogo especificamente no âmbito escolar, vivencia-se um contexto cada vez mais fluido conforme assevera Bauman (2001), e a educação precisa estar atenta a essa fluidez e adequa-se a esse novo cenário, sobretudo quando se trata da formação de professores que irão atuar neste contexto.

Com relação a formação de professores tratando em uma perspectiva específica e bem delimitada.

- a) os cursos de Pedagogia têm uma característica fragmentária e um conjunto disciplina bastante disperso. Enquanto neles quase não se encontram disciplinas referentes aos conteúdos que devem ser ensinados na escola básica, nas demais licenciaturas prevalecem os conhecimentos da área disciplinar em detrimento dos conhecimentos pedagógicos propriamente ditos.
- b) são poucos os cursos que promovem aprofundamento da formação na educação infantil.
- c) os estágios, obrigatórios nas licenciaturas, constam das propostas curriculares sem planejamento e vinculação clara com os sistemas escolares e sem explicitar as suas formas de supervisão.
- d) somem-se a essas características, a constatação, segundo os próprios licenciados, de que os cursos são dados em grande parte à base de apostilas, resumos e cópias de trechos ou capítulos de livros, ficando evidente um certo grau de precariedade nos conhecimentos oferecidos. (GATTI, 2009, p.11)

O panorama apresentado retrata a realidade brasileira no que tange a formação docente, ainda de acordo com a autora existem limitações latentes quando se trata de formação de professores no Brasil, sobretudo quando se fala em uma formação que esteja verdadeiramente preocupada com a qualidade das licenciaturas em diferentes áreas.

Quando a autora apresenta a fragilidade dos estágios supervisionados no que tange a própria organização logística, pedagógica e de supervisão fica ainda mais perceptível quão prejudicial esse aspecto se apresenta na formação de professores que em tese necessitam de todas essas vivências alinhadas à realidade das instituições para desenvolver habilidades e competências necessárias para sua prática.

Outra questão importante é da relação do professor regente com os estagiários, ele deve estar ciente das trocas de experiências, mediando o seu conhecimento, através de diálogos construir um sistema de cooperação.

Deve se ter como ponto de partida a discussão coletiva de um trabalho que comece com a realidade do aluno e desta forma o estagiário percebe que a coletividade implica partilha, reflexão, comprometimento, interatividade, formação permanente, colegialidade, realidade social, inclusão e ascensão social, tudo o que buscamos nessa sociedade da qual fazemos parte. (SCALABRIN; MOLINARI, 2013, p.03-04)

O registro do estágio é de suma importância na formação do profissional, essa vivência será relatada tanto na escrita como no conhecimento adquirido, esta prática trará benefícios na atuação.

O registro escrito, tanto das vivências pessoais como das práticas profissionais, é essencial para que cada um adquira uma maior consciência de seu trabalho e da sua identidade como professor. (NÓVOA, 2009, P.182).

Nesta linha, Veiga (2008), defende que a formação de professores deve ser entendida como um processo inacabado, visto que, a profissão requer essa postura de atualização e estudo constante, justamente por isso essa noção deve ficar clara desde o início do processo formativo.

Ainda de acordo com a autora, os professores devem ser preparados para lidar com o incerto, com os desafios e demandas emergentes, essa percepção consolida uma maior capacidade de resiliência. Tardif; Lessard (2005), traz uma visão de estágio como uma experiência individual e social. Logo, o estagiário terá vivência no mundo profissional colocando a teoria em prática, quando o aluno é inserido em um ambiente escolar ele estará trabalhando suas dificuldades, lidando com novas situações principalmente por estarem no lugar do professor.

Acreditamos que o primeiro passo para que se possa exercitar a prática reflexiva docente é justamente a formação do professor neste aspecto. Faz-se necessário promover mudanças e reorganizações nos programas de formação, partindo da reflexão sobre qual o tipo de professor que se deseja formar. Essas mudanças e adaptações precisam auxiliar o professor na consciência da fundamentação de suas ações. (BARBOSA; AMARAL, 2009, p.07)

Com base na citação acima percebemos a importância da realização de atividades práticas no campo, porque, mostra o educando como será a sua profissão, com um olhar de mudanças e estratégias pensadas para a sua atuação. Além disso, é preciso pensar a estruturação do professor dentro de uma lógica de colabo atividade, esse aspecto contribui de forma direta para a formação da identidade profissional, formação esta que será contínua.

A ênfase abordada nesta pesquisa é de mostrar a relevância do estágio na formação de professores, que é abordado desde a construção da sua identidade profissional até a sua atuação, fazendo a junção da teoria e prática. Percebemos neste pequeno trecho encontrado no texto de Diniz (2015, p.93 apud Bardin 2010), que cita a percepção deste autor “O estágio é um momento em que se desperta para a realidade, muito embora em poucas horas não se perceba o quanto essa experiência contribui para a prática pedagógica do docente”. Fica evidente que essa experiência é de grande relevância na formação do pedagogo, a prática de estágio possibilita a interação com um profissional atuante.

A aula de campo é importante porque coloca o educando para reproduzir toda a teoria que foi apresentada no seu percurso de aprendizagem. O aluno não consegue construir seu conhecimento apenas com teóricos, é necessário haver uma construção de habilidades e estratégias de ensino.

“O estagiário não consegue se profissionalizar apenas com a teoria. A prática pedagógica é incentivada e iniciada a partir do estágio. Através dele os futuros docentes conseguirão adquirir experiência de supervisionar uma sala de aula, conhecer a realidade da prática de um professor e adquirir conhecimentos e métodos que possam nortear sua futura ação pedagógica”. (E8).

“O estágio é importante porque abre os olhos para compreender de fato, como é a docência, pois a teoria muitas vezes é diferente”. (E9).

“O estágio é importante porque ajuda a fazer um parâmetro da teoria com a prática”. (E10). “É através do estágio que relacionamos e vivenciamos a teoria e podemos descobrir a nossa profissionalização docente”. (E11).

“Durante o estágio é possível exercitar modelos de aula, adequando a teoria com a vivência da sala de aula, criando ações dentro da formação do educador”. (E12).

(DINIZ, 2015, p.93).

O estágio obrigatório não deve ser visto como uma obrigação a ser cumprida, mas como uma oportunidade de compreender a realidade educacional, muitos estudantes acabam se sentindo obrigados, pois a maioria trabalha em outras áreas, sem ser a área da educação.

Nesta situação os alunos têm que conciliar o trabalho com as atividades complementares, quando as instituições de ensino aceitam os estagiários adentrarem eles estão realizando uma troca de conhecimentos e serviços, algumas escolas realizam um convênio com as faculdades para facilitar os trâmites da documentação. Alguns professores não aceitam o estagiário, dificultando esse processo.

Através da educação que ocorre a transformação social, neste sentido que identificamos a importância do estágio na formação de professores, o aluno desenvolverá conhecimento da sua área de atuação. Neste sentido Scalabrin; Molinari (2013), aborda que: “desenvolver habilidades, hábitos e atitudes relacionados ao exercício da docência e criar condições para que os estagiários atuem com maior segurança e visão crítica em seu espaço de trabalho.”

Para que sejam assegurados, notamos que existem Leis que asseguram as atividades de campo, entre o estagiário, instituição de ensino e a empresa que receberá o estudante.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Brasil, 2008), estabelece a normatização do estágio dos estudantes, discorrendo sobre o obrigatório e o não obrigatório (Art. 2º). De acordo com a lei, o estágio é um “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. No que diz respeito aos envolvidos nesse processo, a lei evidencia a articulação entre ensino e campo de trabalho para a realização do estágio, ressaltando a participação das instituições concedentes (campo do estágio), visto que este é um “compromisso formalizado entre o estagiário, a instituição de ensino e a empresa com base em um plano de atividade que materializa a extensão ao ambiente de trabalho do projeto pedagógico desenvolvido nas disciplinas do currículo escolar”. É importante salientar que essa lei traz, nos Arts. 2º e 16, o termo de compromisso entre a instituição de formação profissional e a instituição concedente do estágio, garantindo, assim, a realização deste, pois estabelece as atividades a serem desenvolvidas pelo aluno estagiário. (SILVA; GASPAS, 2018, P.207)

Mediante a normalização o estudante estará apto para realizar o seu processo de prática. Com a observação será identificada a relação entre professor e aluno, como ocorre a construção do planejamento das atividades, qual o tempo adequado para a realização das tarefas, como os discentes se comportam com os comandos solicitados pelo mestre. Outro fator importante é a forma de avaliação, como o professor avalia os seus alunos.

A metodologia também influenciará na hora da elaboração do projeto de intervenção, em que o aluno desenvolverá atividades de acordo com a carga horária prevista. O acadêmico precisa dialogar com a professora regente da turma, assim, o estagiário poderá desenvolver suas atividades pedagógicas, que sejam de forma significativa, como jogos, pinturas e brincadeiras que fornecem a autoestima das crianças, desfrutando da sua criatividade.

O estágio supervisionado traz para o estudante uma aprendizagem significativa, pois ele aprende na prática, ficam marcados os momentos vivenciados no cotidiano escolar, gerando sentimentos, afeto e conhecimento.

Além disso, o aprendizado é muito mais eficiente quando é obtido através da experiência; na prática o conhecimento é assimilado com muito mais eficácia, tanto é que se torna muito mais comum ao estagiário lembrar-se de atividades durante o percurso do seu estágio do que das atividades que realizou em sala de aula enquanto aluno. Na efetiva prática de sala de aula o estagiário tem a possibilidade de entender vários conceitos que lhe foram ensinados apenas na teoria. Por isso, o estudante deve perceber no estágio uma oportunidade única e realizá-lo com determinação, comprometimento e responsabilidade. Seria apenas um desgaste caso não houvesse interesse em aprender e preparar-se para a futura profissão. (SCALABRIN; MOLINARI, 2013, P.02)

O curso de pedagogia é uma área de humanas, que trabalha com a coletividade, tendo como principal objetivo formar a identidade dos indivíduos. Portanto na prática pedagógica o estágio obrigatório se torna um reconhecimento profissional e um autoconhecimento da profissão.

“É um instrumento que pode fazer a diferença para aqueles que estão entrando no campo do trabalho ligado à educação e que têm a capacidade de transformar a lamentável realidade da educação no nosso país que está longe de ser satisfatória.” (SCALABRIN; MOLINARI, p.05, 2013). Como percebemos, o estágio torna-se fundamental na formação do profissional da educação, havendo uma relação entre a prática e a teoria.

No cotidiano das escolas, as dificuldades vivenciadas pelos docentes estão presentes na sua profissão, nas estruturas inadequadas, falta de recursos, lidar com o trabalho em equipe, salas de aulas com excesso de alunos, entre outros fatores que representam a realidade dos professores brasileiros.

Deste modo, faz com que os aprendizes expressem suas opiniões sobre a sua profissão, se identificando ou não com as práticas docentes e todo o contexto relacionado com a sua atuação. Neste momento que o estudante se vê professor, gestor ou coordenador a depender da sua escolha e qual área se identificou diante da prática vivenciada na escola.

O estágio proporciona aos graduandos uma experiência única conhecendo a diversidade existente na sala de aula. Marques et al (2018), relata: “o estudante de licenciatura vai vivenciar os desafios que irá enfrentar em sua profissão, conhecendo a realidade das escolas públicas, e principalmente conhecer a diversidade de uma sala de aula, com pessoas e comportamentos diferentes (p.03).

Mediante essa informação as autoras dizem que “é um aprendizado que oferece ao licenciando a oportunidade de exercer funções específicas de sua profissão, na qual o mesmo precisa estar preparado para enfrentar os desafios da

docência” (p.02). Perante esses dados fica claro a transcendência do estágio na área da educação.

O conhecimento será adquirido de forma em que a aprendizagem é significativa, quando realizamos uma atividade prática surgem várias dúvidas e argumentos que suprem a necessidade de informações, mesmo a carga horária sendo satisfatória o ensino e a produção de materiais serão benéficos na formação dos indivíduos.

Metodologia

Essa investigação contou com questionário construído na plataforma Google Forms, enviados aos estudantes de Pedagogia da Faculdade AGES de Jacobina, contando com 11 respondentes, que apresentaram suas percepções sobre a perspectiva do estágio obrigatório dentro do processo formativo dos estudantes.

A escolha dos estudantes foi aleatória e os critérios foram de acessibilidade e disponibilidade para responder ao questionário online, uma vez que a investigação seguiu os protocolos de segurança e as recomendações do isolamento social, sendo cumpridas as determinações legais.

No contexto, todos os contatos e o preenchimento dos questionários foram realizados de forma remota, por meio WhatsApp e do Google Forms, redes sociais todo o material coletado será utilizado apenas com o propósito da pesquisa e nenhum dos estudantes terão qualquer tipo de gastos financeiros com a pesquisa.

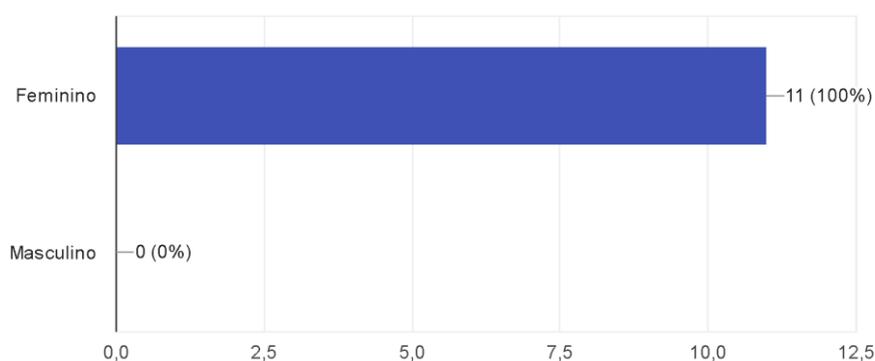
Assim foram retratadas as seguintes perguntas:

Na sua percepção qual a relevância do estágio para sua formação? Quais as habilidades que você acredita ter desenvolvido nos estágios? Na sua visão qual a importância do estágio obrigatório na sua formação? Pode nos dar um exemplo de um momento marcante, seja positivo ou negativo, de suas experiências vivenciadas no estágio obrigatório.

Resultados

Ao analisar os dados verificou-se que todos os respondentes da pesquisa eram do gênero feminino, como podemos atestar nos dados a seguir:

Gênero
11 respostas



Fonte: (do próprio autor)

De acordo com os dados levantados fica perceptível que a feminização do magistério, sobretudo quando se trata do curso de Pedagogia conforme assevera Telles (2013), reverbera de forma direta em um número bem maior de mulheres na realização deste curso, conseqüentemente no exercício da profissão.

Com relação a relevância do estágio obrigatório para profissão é notório um consenso no que tange a relevância do estágio para formação das estudantes, visto que todas atestaram que o estágio é um aspecto muito importante, conforme observamos no gráfico abaixo.

Na sua percepção qual a relevância do estágio para sua formação

11 respostas



Fonte: (do próprio autor)

Quando se trata da compreensão acerca de quais as habilidades os estudantes acreditam ter desenvolvido nos estágios obrigatório, foi possível obter respostas como:

Maior compreensão do espaço escolar e suas dificuldades.
A consolidação do conteúdo com a realidade;
Prática de atuação
Lidar com a realidade, ser mais afetivo, sensível e observador.
Acredito que foi o domínio do ambiente que eu estava inserido. Outras habilidades foram a sensibilidade, o olhar para o outro, ouvir e conhecer o aluno, prestar atenção em suas dificuldades para ajudar a superá-la.

Fonte: (do próprio autor)

De acordo com o enunciado, fica perceptível uma compreensão pautada na necessidade de vivência em campo, o momento do estágio obrigatório é relatado como fundamental na percepção do contexto escolar especificamente, através da vivência prática. De acordo com Corte (2015):

“O estágio supervisionado é considerado o momento em que as teorias aprendidas pelos acadêmicos são aliadas à prática bem como o momento em que o futuro profissional experimenta e atua efetivamente em seu campo de formação.” (p.01).

No que tange aos exemplos de momentos marcantes vivenciados no estágio sejam eles positivos ou negativos, obtivemos os relatos descritos abaixo:

Só tive um estágio prático, mas ter o retorno dos professores com quem conversamos sobre nosso projeto foi muito bom, pois puderam contribuir com suas vivências e contribuíram positivamente.
Momentos marcantes foram vários. Ver uma criança chorando por está com fome, assim como uma instituição de caridade que estagiei onde aparentemente a coordenadora geral desviava dinheiro e colocava água do rio escura para as crianças beberem tendo vários galões de água mineral no depósito para quando chegasse alguém para ajudar mostrar sempre miséria foi algo que me deixou perplexa.
Saber lidar com as crianças, fazer com que elas prestem atenção no conteúdo ou desenvolver alguma atividade que seja proposta, fiquei perdida de como lidar com a situação.
O estágio sociedade, todos os momentos foram marcantes, porém o último dia em campo foi especial.
No estágio social, houve uns momentos que os idosos não queriam participar das atividades que preparamos. Isso foi muito ruim.
No encerramento do estágio, em homenagem às crianças coloquei um vídeo com fotos dos momentos em que realizamos atividades, eles a princípio relutaram, mas quando viram que os atores eram eles, seus olhos brilhavam de alegria, falavam os nomes dos colegas que apareciam nas imagens e cantavam a música escolhida para o vídeo. Que por coincidência era a música que eles mais gostavam.

Fonte: (do próprio autor)

As atividades de estágio também podem ser consideradas como uma fonte de pesquisa visto que é a partir da percepção da realidade que se busca aprofundamento nas teorias para aplicabilidade prática no contexto real, as respostas acima retratam vivências que escancaram a realidade educacional brasileira a partir da percepção das participantes é possível compreender de forma factível a legitimidade do estágio como algo extremamente relevante.

Conclusão

Podemos concluir que o estágio obrigatório é um elemento fundamental no processo formativo dos futuros professores, tratando especificamente do curso de Pedagogia foi perceptível a partir do levantamento de dados realizado compreender a percepção das alunas acerca deste processo específico da graduação.

O estágio enquanto aspecto relevante na vida acadêmica dos futuros professores (as), precisa estar vinculado a pesquisa e a experimentação das práticas que se dá através da vivência prática nos campos de estágio que terão sua ênfase direcionada pelo projeto de curso das instituições de ensino superior.

Outrossim, é preciso pensar um estágio cada vez mais vinculado com a realidade que circunda o universo em que o aluno irá atuar, esse tipo de vivência consolida habilidades e competências necessárias para futura atuação profissional, uma formação distante do contexto prático torna-se extremamente obsoleta em um contexto que as informações se tornam cada vez mais fluidas, e estando a escola vinculada a sociedade é necessário acompanhar essa fluidez em seus processos pedagógicos.

Desse modo, pensar o estágio obrigatório na formação de estudantes de pedagogia a partir do levantamento de dados e escuta destes estudantes, torna-se substancial para ampliação da visão no que tange ao contexto formativo dos professores e professoras, sobretudo pelos relatos e vivências compartilhadas ao longo desta construção.

Referências:

- BAUMAN, Zigmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BARBOSA, Angela Maria; AMARAL, Telma. A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO. Congresso Nacional de Educação- EDUCERE, 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2049_1600.pdf >Acesso em 08 de maio
- BONASSINA, Ana Lucia Berno; BANAS, Julia Cristina Bazani; HÜBLER, Sonia Maria Packer. A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO SOB O OLHAR CRÍTICO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA. Congresso Nacional de Educação- EDUCERE, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18841_10180.pdf Acesso em 08 de maio.
- CORTE, Anelise C. Dalla; Lemke, Cibele K. O estágio supervisionado e sua importância para a formação docente frente aos novos desafios de ensinar, V Seminário Internacional sobre profissionalização docente – SIPO- Cátedra UNESCO.PUC PR 26 a 29-10-2015.
- DINIZ, Adriana Valéria Santos. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO:SABERES E FAZERES, LIMITES E CONTRIBUIÇÕES. XVIII ENDIPE,2015. Disponível em : https://www.ufmt.br/endiipe2016/downloads/233_10424_37300.pdf Acesso em em 08 de maio.
- MARQUES, Ângela Maria; MARTINS, Taiane Batista; MARTINS, Marcele Tayane da Silva. A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NOS ANOS INICIAIS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: UMA PESQUISA REALIZADA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS. Congresso Nacional V CONEDU, 2018. Disponível em :

http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA1_ID8279_03092018161418.pdf < Acesso dia 13 de Maio >

NÓVOA, Antônio. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. In: _____. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009. p. 25-46.

Formação da pedagoga e do pedagogo: pressupostos e perspectivas / Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, Ana Paula Cordeiro, Simone Ghedini Costa Milanez (org.). – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

REICHMANN, C. L. Letras e letramentos: a escrita situada, identidade e trabalho docente no estágio supervisionado. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

SILVA, Haíla Ivanilda; GASPAR, Mônica. Estágio supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de Licenciatura em Pedagogia, p.209, Brasília, 2018. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-205.pdf> > Acesso em 07 de maio

SILVA, Izabela Teodoro. A experiência do estágio na Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental: primeiros apontamentos. 4ªed. Vol. 1, Jul-dez. 2013. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope> > Acesso em 22 de julho de 2020.

SCALABRIN, Izabel Cristina; MOLINARI, Adriana Maria Corder. A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NAS LICENCIATURAS, 2013.

Disponível em: http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_estagio.pdf < Acesso dia 12 de maio >

GATTI, Bernadete A. & BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Professores do Brasil: impasses e desafios, UNESCO, 2009.

VEIGA, Ilma Passos A. Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas: Papirus, 2008.

TARDIF, Maurício; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

TELLES, Antônia Marlene Vilaca; SILVA, João Carlos da. Universidade Estadual de Maringá 12 a 14 de junho de 2013.

A INFÂNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA PARA ENTENDER O ABUSO SEXUAL INFANTIL

Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade⁴⁶

Karolina da Silva Matos⁴⁷

Nadine Sá Barreto Santos da Silva⁴⁸

Resumo: Este artigo é um apanhado da trajetória da construção da infância e suas consequências nos dias atuais, visando uma análise dos fatos para entendermos as causas do retardo das leis e de seu cumprimento no Brasil, dissertando também o papel e importância da escola e do professor em meio às problemáticas que surgiram e podem surgir com as mudanças ao longo da história, além de focar nos direitos fundamentais que foram garantidos durante os anos para assegurá-las. Como embasamento teórico contamos com Áries (1986), Digiácomo (2017), Caniço e Cardoso (2015), dentre outros, buscando também um aparato legal.

Palavras-chave: abuso sexual infantil, construção da infância, o papel do professor.

INTRODUÇÃO

É do conhecimento de muitos que a Educação Infantil é a base da aprendizagem do sujeito, porém, para entendermos o hoje é necessário ressaltar que o conceito de criança e a infância em si aos longos dos anos foram sendo vistos com outros olhos, dessa forma se faz necessário entendermos quais foram essas mudanças e como isso mudou positivamente a vida dos mesmos em sua grande maioria.

Segundo a lei LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 no Art. 2º “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” (BRASIL, 1990, n.p).

Estudos mostram que o abuso infantil em sua maior parcela ocorre por parte de familiares ou conhecidos, isso por que as crianças não possuem uma vida social muito ativa, seu ciclo de convívio é sua casa e a escola. Muitas vezes por falta de consciência sexual, de uma orientação e de um estudo sobre sexualidade em suas escolas, muitas terminam sem conhecer as limitações do corpo, não sabem a funcionalidade de cada órgão, etc.

Alguns chegam na adolescência sem saber que camisinha não serve apenas para prevenir gravidez, e sim Infecções Sexualmente Transmitidas, as ISTs,

⁴⁶ Possui Graduação em História pelo UniAGES, Graduação em Pedagogia pela Unicesumar, Especialização em Ensino de História-UCAM, Educação Infantil e Psicopedagogia, Coordenação Pedagógica e Libras - UNIBF. Atualmente é Mestranda em Políticas Públicas pela FLACSO.

⁴⁷ Graduada em pedagogia pela Faculdade Ages de Jacobina.

⁴⁸ Graduanda em pedagogia pela Faculdade Ages de Jacobina, pós-graduada em Administração Escolar e Orientação Educacional pela Unilatus

desconhecem a existência de anticoncepcionais, não possuem acesso a absorventes devido suas condições financeiras.

Segundo o Ministério da Mulher, da família e dos direitos humanos (2020) “dos 159 mil registros feitos pelo Disque Direitos Humanos ao longo de 2019, 86,8 mil são de violações de direitos de crianças ou adolescentes, um aumento de quase 14% em relação a 2018. ” (BRASIL, 2020). O Brasil possui um porte para país de primeiro mundo, porém com o descaso dos governantes e falta de investimento na saúde e na educação, a perspectiva de crescimento muda drasticamente, não é atoa que os dados mostram um número elevado de crianças que sofrem diariamente com abuso, com falta de informações e proteção de quem, segundo a Constituição Federal deveria proteger.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Art. 277 da Constituição Federal, 1988, n.p).

Em porte destas informações, vemos a necessidade de se trabalhar o tema em sala de aula, visto que na maioria das casas, as crianças não recebem o mínimo de informações para se proteger contra agressões sexuais que ocorrem na infância. a professora precisa trabalhar o tema conforme as habilidades de cada faixa etária previstas na Base Nacional Comum Curricular, trabalhar identidade, ciclo familiar, o que pode e o que não pode ser feito, tudo com afetividade para que a criança se sinta à vontade para se abrir e informar o acontecido em casa.

Durante os primeiros anos de vida, a criança deve, para além de despertar os sentidos, desenvolver a sua linguagem para depois aprender a ler e escrever. Com o tempo, a criança passa a ser educada na escola onde adquire os conhecimentos que a sociedade considera imprescindíveis para a formação das pessoas. (BRASIL, 2018, n.p).

Esta professora depois precisa tomar medidas de denúncia visando o bem estar desta criança, contar o caso a direção da escola, recorrendo ao apoio da assistência social, do CRAS, CREAS, os pais da criança precisam ter conhecimento da situação caso seja um outro familiar, para que eles denunciem a situação, caso se recusem, a escola tem esse papel de denunciar os abusos nos quais os alunos esteja passando, além disto, precisa sugerir aos responsáveis que a criança faça um acompanhamento psicológico, mediado pela escola ou não, visando reparar as sequelas mentais do abuso.

Assim, também se faz necessário pontuarmos que de acordo com o dicionário Aurélio, infância é a fase que é definida como ser humano de pouca idade, e é o período de crescimento até a adolescência já para Phillipe Áries (1986) a infância é a diferença da ideia de adulto e criança e com esse pensamento as escolas começaram a adotar uma nova postura diante delas, separando da sociedade dos adultos, questionarmos sobre o percurso sócio-histórico da criança é voltamos a idade média.

Logo quando as crianças entraram nesse processo de aprendizagem escolar, foi pensado apenas em um lugar onde as crianças ficariam enquanto seus pais não poderiam estar presentes, e assim com o passar do tempo ele começou a ganhar estrutura e a pensar de uma forma diferente.

Ou seja, foi repensado a forma como as crianças estavam sendo levadas e começaram a trabalhar com elas a ideia de desenvolvimento para uma sociedade como todo.

A infância é muito particular, ou seja, assim como as outras fases da vida ela é ligada a culturas, as transformações sociais, localidade entre outros e pela sociedade está sempre em constante mudança as crianças também acompanham esse processo conforme os dias e anos se passam, comparando a infância de antes com a contemporânea é notório a mudança até mesmo de como as crianças eram tratadas, vistas apenas como um “mini adulto” e que hoje possuem direitos que lhe asseguram a todo momento.

A INFÂNCIA

No século XII, Phillipe Ariès (1986) no capítulo *A descoberta da infância*, nos mostra que a arte desconhecia a infância e não representava as crianças em suas obras, quando se começou a fazer alusão aos pequenos no século XIII, eram feitas reproduções dos adultos em escala menor, não havia o traçado da fisionomia infantil.

Isso só acontecia por conta da fragilidade na sobrevivência de grande parte das crianças nascidas na época, por conta disto não se dava atenção aos infantes, pois, não era garantia a continuidade de suas vidas, logo, não se valorizava essa parte da vida e não era merecida a recordação depois de adultos, as que não sobreviviam não eram dignas de lembranças, isso durou até o século XIX.

No capítulo *Do Despudor à inocência*, Ariès mostra o processo de valorização da existência das crianças e o enquadramento de suas funções na família e na sociedade, foi um processo de disciplina da burguesia no século XVIII, reorganizando os conceitos morais relacionados a infância, onde presenciavam nudez e sexo, já que se acreditava que elas eram indiferentes a sexualidade.

Com a mudança vinda por parte dos moralistas da época foi possível uma mudança nas escolas e no comportamento das crianças, foi adicionado o conceito de pecado às atitudes relacionadas a sexualidade, como a masturbação masculina, houve uma restrição nas leituras para não despertar o interesse dos pequenos aos assuntos da carne.

Desde a publicação do ECA, a definição de infância foi modificada e passou a ser respeitada após punições para o descumprimento da lei, como aos que promovem trabalho infantil, violam a inocência e promovem a prostituição infantil.

Como o Artigo 244 do Código Civil Brasileiro de 1990.

Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2o desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: Pena – reclusão de quatro a dez anos e multa, além da perda de bens e valores utilizados na prática

criminosa em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime, ressalvado o direito de terceiro de boa-fé. § 1o Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo. § 2o Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. (BRASIL, 1990).

A CONSTRUÇÃO DE LEIS PARA A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA

Tudo isso nos mostra o processo de construção do conceito de infância trazido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (2017) no final do século XIX, estabelecido na Constituição Federal com a Lei nº8.069/1990, visando garantir os direitos fundamentais como saúde, educação, moradia, lazer, esporte, cultura, respeito, dignidade, liberdade, convivência familiar e comunitária e a profissionalização. O Estado deve garantir que passem a ser tratados como sujeitos de direitos. Porém o Estado não se responsabiliza sozinho, é preciso que a sociedade e a família se mobilizem no cuidado com as crianças. A denúncia deve ser feita em casos de abuso, no caso vemos que houve colaboração da vítima em contar para sua professora e a partir dali ela tomou as providências necessárias conforme o ECA (2018) recomenda aos profissionais da educação, saúde e a família, prevendo multas de dois a vinte salários mínimos para a ocultação.

Ao falarmos de políticas públicas na educação infantil que são criadas como objetivo garantir a educação para todos podemos citar que hoje existem vários documentos de grande importância para assegurar às crianças, alguns deles como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil) e DCNEI (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil) onde cada um deles tem o seu objetivo específico. A BNCC ele traz competências nas quais as crianças precisam absorver durante a vida escolar.

Já a RCNEI é um documento que tem como objetivo auxiliar o professor na educação infantil e o DCNEI é a orientação para o planejamento curricular do sistema de ensino e das escolas, elas sempre são analisadas antes de ser definida. Sabemos que as creches e as pré-escolas são direitos tanto das crianças como dos pais também, pois são instituições nas quais são essenciais e não somente para passar tempo como foram colocadas a anos atrás.

Levando-se em conta do que foi observado percebe-se que a infância contemporânea principalmente as que vivem em ambientes urbanos está cada vez mais esquecendo o brincar ao ar livre e de pés no chão, o contato com outras crianças

fora do ambiente escolar está sendo cada vez menor, sendo substituídos por eletrônicos, tecnologias nas quais estão evoluindo a cada dia.

No entanto em uma visão particular a cada dia elas se tornam mais autônomas e ativas. Partindo para outro lado existem outras, que trabalham para a sobrevivência perdendo assim uma fase na qual é base para o desenvolvimento até mesmo de sua personalidade.

ABUSO SEXUAL E SUAS IMPLICAÇÕES

O abuso sexual infantil é um tema importante e que causa muitos problemas na infância que geram consequências para a vida adulta das vítimas. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2017) a violência é uma questão física, emocional envolvendo maus-tratos e abuso sexual, onde uma em cada cinco meninas e um em cada treze meninos são vítimas de abuso sexual.

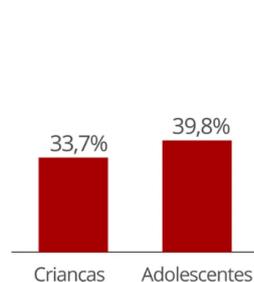
A OMS mostra também que os casos de abuso e violência contra menores em sua grande maioria são cometidos por pais, familiares e conhecidos da criança, pessoas que deveriam protegê-la. Abaixo podemos ver os gráficos que revelaram o perfil das vítimas e dos agressores.

Raio-x da violência sexual

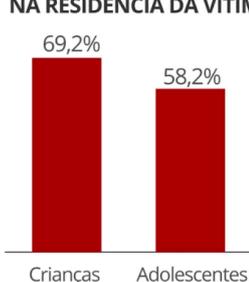
Dados são de 2011 a 2017 envolvendo crianças e adolescentes

(Fonte: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/maioria-dos-casos-de-v>>

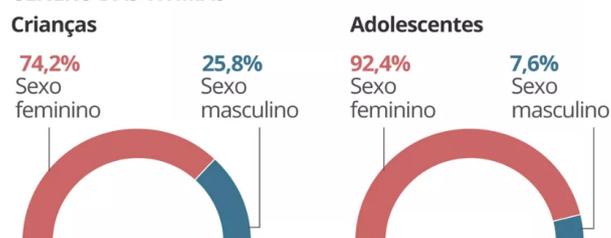
CASOS QUE SE REPETEM



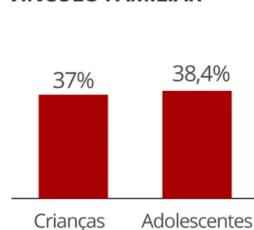
CASOS QUE ACONTECEM NA RESIDÊNCIA DA VÍTIMA



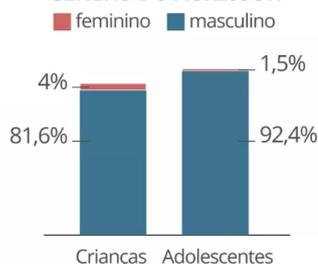
GÊNERO DAS VÍTIMAS



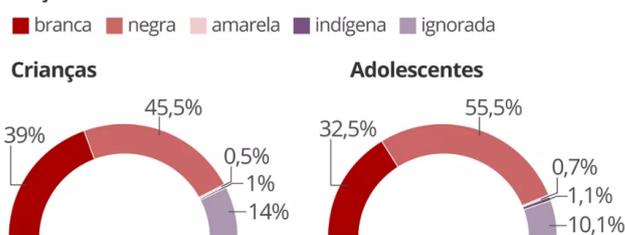
AGRESSOR TEM VÍNCULO FAMILIAR



GÊNERO DO AGRESSOR



RAÇA DAS VÍTIMAS



Fonte: Ministério da Saúde

Infográfico elaborado em: 26/06/2018



Disponível em: [sexual-contra-criancas-e-adolescentes-ocorre-em-casa-notificacao-aumentou-83.ghtml](#)> acessado em 4 de Setembro de 2021).

A denúncia, segundo Cardoso e Caniço (2015) têm três fases, a primeira fase é quando a criança ainda está insegura e sozinha, com dúvidas se o que está acontecendo é errado ou não e se é culpada por isso. A segunda fase é quando ela conta à alguém após avaliar toda a circunstância e a pessoa a quem contar, 47% dos casos as crianças contam aos seus amigos e irmãos, 43% aos pais e 10% à outros adultos, pessoas que ela acredita que irão protegê-la. Por último, na terceira fase cabe averiguar qual o nível de abuso e onde está ocorrendo.

No Guia Escolar Santos e Ippolito (2011) nos mostram informações, como os direitos das crianças e deveres de seus responsáveis previstos no Código Penal Brasileiro, no ECA e na Constituição Federal de 1988, em que a família, o Estado e a sociedade devem garantir uma vida de qualidade e oportunidades, previsto em lei a punição severa, a negligência, abuso sexual, exploração infanto-juvenil e maus-tratos, caracterizado como crimes hediondos.

As consequências desses atos criminosos, para as vítimas afetam a saúde com sequelas físicas como Infecções Sexualmente Transmissíveis e uma possível gestação problemática podendo haver morte do feto e da mãe, o mau desenvolvimento da aprendizagem, acabam tendo uma visão muito diferente do mundo e dos relacionamentos.

Sofrem muito de culpa, baixa estima, problemas com a sexualidade, dificuldade em construir relações afetivas duradouras na vida adulta, dificuldades no desenvolvimento de sexualidade saudável, tendem a evitar relacionamento sexual por traumas que bloqueiam o desejo, tendem a sexualizar os relacionamentos sociais, forçando comportamentos para se sentir aceitas, levando a trocas de parceiros. Muitas crianças e adolescentes se sentem errados, inferiores, levando a automutilação e imposição nos relacionamentos e grupos sociais.

Os casos mais frequentes de violência sexual até a adolescência são decorrentes de incesto, ou seja, quando o agressor tem ou mantém algum grau de parentesco com a vítima, determinando muito mais grave lesão psicológica do que na agressão sofrida por estranhos. (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005, p. 03).

A criança ou adolescente pode adquirir dificuldade crônica de confiar nas pessoas, afinal, foi enganado pelas pessoas que deveriam amar e garantir sua proteção, levando a transtornos de ansiedade.

O PAPEL DA ESCOLA

A escola hoje, possui um papel fundamental na educação não só acadêmica, mas como seres humanos reflexivos e autônomos, e com as novas reorganizações familiares as crianças ficaram deslocadas nos ensinamentos morais e sociais, ela passou a ser responsável por esses ensinamentos, com isto cabe também a educação sexual, segundo Quintal (2012) 95% dos pais entrevistados por ela apoiam

a introdução da Educação Sexual nas escolas, a maioria com formação acadêmica e mulheres.

Eles entendem que é preciso orientar as crianças, mas os mesmos não sabem como e quando fazer em casa, e sendo estabelecido como uma componente curricular, haveria toda uma separação por séries dos assuntos que devem ser abordados conforme a faixa etária dos alunos, abordando a Saúde Sexual (IST's, Abuso Sexual, Contracepção), o Desenvolvimento Humano (Puberdade, Reprodução), as Competências Pessoais (Vocabulário, Tomada de decisões sexuais), as Relações (Competências emocionais e relacionais, Vários tipos de família), a Sociedade e Cultura (Gênero e diversidade) e o Comportamento Sexual (Prazer e satisfação sexual, Abstinência).

Com isso as crianças já saberiam como lidar com o próprio corpo e como agir em situações de abuso sexual. Esta seria uma atitude que visa a prevenção contra o crime, as atitudes para serem tomadas após o crime, segundo Santos e Ippolito (2011) é o encaminhamento imediato de crianças e adolescentes aos serviços médicos, psicológicos e jurídico-sociais, assim como a punição ao agressor, fazendo com que haja prevenção das consequências futuras na vida das vítimas, sendo menos danosas e, sendo assim, com o criminoso preso ocorra redução dos índices de abuso sexual, pois não haverá futuras vítimas por parte do mesmo.

Na formação acadêmica, o professor entra em contato com os métodos, as metodologias de ensino, tendências pedagógicas, autores, filósofos, sociólogos, leis que contemplam tanto o professor quanto o aluno, conhecem os direitos e os deveres. Com tanto conhecimento adquirido, nossos profissionais deveriam estar mais preparados, tanto na gestão escolar quanto em sala de aula. Preparados psicologicamente e emocionalmente, com um nível de sensibilidade apurado, para notar comportamentos e ausências, buscando ser real motivo.

O educador pode e deve informar à seus alunos o direitos e deveres deles, munindo-os contra qualquer tipo de agressão, como maus tratos, assédio, trabalho infantil e abusos sexuais. Informar seus deveres também é importante, pois a partir da informação até o mau comportamento pode mudar.

O professor conhecendo seu aluno, consegue diferenciar seu comportamento e identificar um possível problema, seja em sala de aula ou em casa, na maioria das vezes, a professora será a primeira a notar algo e precisará sondar esta criança para obter mais informações, em casos de abusos sexuais, o profissional da educação deverá fazer a denúncia imediata para que a escola tome medidas junto ao Conselho Tutelar.

Em primeira análise, cabe frisar que a noção de tempo e espaço dentro da história pode ter diversos significados, porém são ligados a ideia de fases, passados ou até mesmo momentos históricos, o espaço vem ligado as civilizações e a forma de relação que os seres humanos têm uns com os outros, ou seja o tempo é subdividido entre o cronológico e histórico, onde segundo Glória Solé(2015) o cronológico é representado através de início e fim onde pode ser em um grande espaço de tempo ou não já o histórico é ligado a natureza onde esse tempo é ligado em vivências sociais/humanas. Quando tentamos entender essa noção de tempo e espaço na

história buscando trazer a fixação do conteúdo é necessário que o docente entenda a realidade do aluno, devemos pensar como abordar os conteúdos no qual façam conexão com o que eles vivem hoje.

O tempo tem uma forte ligação histórica na qual se subdividem, dessa forma ter o diálogo do ensino com o conhecimento histórico faz com que isso ganhe importância na vida do estudante, promovendo atividades nas quais possam valorizar o envolvimento e autonomia em querer aprender. O tempo pode ser aprendido até mesmo por vivências pessoais nas quais os alunos trazem para a sala de aula abordando questões do crescimento até o envelhecimento ou tudo aquilo que passou por uma mudança na sociedade/grupo além também de mostrar que pode ser uma construção de uma localidade e etc. (BRASIL,1997,PCN História).

Exemplos esses onde o professor pode utilizar para abrir questões sobre essa relação de espaço e tempo e seus agentes sociais. A construção do conhecimento histórico faz com que o aluno não só compreenda a relevância do estudo histórico como também passe a compreender a si mesma, entendendo que o tempo e espaço é uma junção de tudo aquilo que somos, estamos aprendendo ou vivenciamos diariamente.

A gestão escolar junto com o professor precisa visar um ensino inovador e diferenciado em cada aula, isso poderá provocar entusiasmo e curiosidade em seus alunos, citar algumas metodologias que podem ser aplicadas não é dificultoso, como por exemplo o trabalho em equipe, levantamento de debates de imagens, visita a museus ou casas históricas. Ao levar algo inovador para sala de aula podem surgir resistência dos alunos, mas com o professor sabendo levar esses impasses durante a aula vai perceber que aprendizagem se tornou significativa e divertida.

O Parâmetro Curricular Nacional (PCN) de História aborda que o saber histórico e as tradições estão interligadas com as vivências sociais dos alunos e professores e que a escolha metodológica deve ser feita através da realidade fazendo uma relação com o passado para que assim possa ter essa conexão e facilitar a aprendizagem.

A escola tem um papel fundamental na formação de seres pensantes e capazes, mas para isso é necessário que ela diminua a distância impessoal com seus alunos, seus educadores façam visitas às casas, promova eventos com a comunidade, amplie o alcance de informações importantes como o trabalho infantil, desigualdades sociais, sexualidade e abusos. Porém a escola não trabalha sozinha, precisa do apoio e investimento do governo, que atualmente coloca a educação em descrédito, além do desinteresse do governo é preciso uma mudança do sistema escolar, da maneira que age com os alunos, alunos não são apenas números, precisam ser respeitados, suas individualidades e suas vivências precisam ser ouvidas.

Temos também a falta de interesse dos pais em suas vidas acadêmicas. Assim, é de suma importância o professor levar para seus alunos a curiosidade e o entusiasmo em aprender sobre o que já se passou, levando atividades que saia da zona de conforto, e fazendo a todo momento a reflexão que o passado isso interfere diretamente no que fazemos, pensamos e vivemos atualmente, dessa forma a

disciplina poderá ganhar sentido, fazendo com que os alunos possam ter um poder de relação sobre o passado e o presente ainda maior, além de saber que o presente, daqui a alguns minutos vira passado e eles estão dentro dessa construção.

CASOS DURANTE A COVID-19

Com a divulgação de um novo vírus letal no mundo, medidas foram propostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para que a propagação do vírus fosse evitada, dentre estas medidas, está de isolamento social, em que escolas e outros estabelecimentos públicos e privados foram fechados, isto auxiliou bastante e fez com que o coronavírus tivesse um avanço menor, porém este isolamento acarretou no aumento de um problemas social, o aumento de casos de abuso sexual infantil. Em uma entrevista para a BBC News (2020), a doutora em Direito Luciana Temer, presidente do Instituto Liberta, que é uma instituição criada para combater o abuso sexual infantil em diferentes frentes, afirma que:

Dados do Ministério da Saúde dizem que mais de 70% dos casos de abuso infantil acontecem dentro da residência. O professor é um adulto que pode perceber esse tipo de situação, seja por uma marca física, por uma mudança no comportamento ou até mesmo por uma denúncia da criança. Sem ele, hoje essas vítimas estão impossibilitadas de se encontrar com alguém fora do ambiente familiar. (TEMER, 2020, p.15)

Na escola, a criança irá aprender com o professor quais são as situações em que ocorrem abuso, e isso faz com que a criança se atente ao que ocorre em casa, porém com a quarentena muitas crianças não tiveram oportunidade de contar seus casos para um adulto em que confiasse, como a professora. “Precisamos fazer o Brasil falar disso com indignação. Essas situações se naturalizaram porque somos um país machista e o corpo feminino e infantil não são respeitados”. (TEMER, 2020, p.25).

CANAIS DE DENÚNCIA

O Disque 100 é um número de emergência, tem o aplicativo dos Direitos Humanos e o site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, são gratuitos e funcionam 24 horas por dia, inclusive em feriados e nos finais de semana. Estes canais funcionam como meios de fazer valer o direito da criança e do adolescente à proteção, cuidado e atenção, pois atendem também graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes e possibilitando o flagrante. Por isso é de extrema importância a ajuda da população, se atentando aos casos próximos de você. A denúncia pode ser feita também no CREAS da sua cidade.

CONCLUSÃO

Esse artigo proporcionou um estudo aprofundado sobre o abuso sexual infantil, trazendo suas causas e consequências além de abordar um pouco da historia das crianças e outros pontos de grande relevancia. As possíveis soluções são por parte do governo a conscientização sobre o tema e informações sobre como e onde devem ser feitas as denúncias. Por parte da escola, ensinar os alunos o que é o abuso, os professores devem se mostrar receptivos, atenciosos e preparados para observar

mudança nos comportamentos de seus alunos e estarem prontos para as medidas que devem ser tomadas a partir do conhecimento da situação. A família deve acompanhar de perto o desenvolvimento de seus pequenos, são responsáveis pelo seu bem-estar físico e psicológico. As crianças e os adolescentes são responsabilidades de todos, e somente um trabalho em conjunto e sem omissões este problema irá se resolver, que é um problema tão frequente em nosso país. O abuso sexual infantil é um tema que a muito vem sendo estudado e mesmo hoje com tanta visibilidade, há pessoas que desconhecem as instituições de denúncia e de reparação deste problema. A escola deve assumir o papel de instrutora, deve ensinar o que é abuso sexual, informar às suas crianças meios de denunciá-lo e dar suporte pedagógico e psicológico as vítimas identificadas através da equipe multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

- ARIES, Phiiippe. O sentimento da infância. In: ARIES, Phiiippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. - Rio de Janeiro: **Guanabara**, p. 29-156, 1986.
- Art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90, 2018. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10581985/artigo-245-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>> Acessado em 08 de Novembro.
- BRASIL. Código Civil. Brasília, 13 de julho de 1990. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.html> Acessado em set. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria-do-mmfdh#:~:text=O%20Disque%20Direitos%20Humanos%20%2D%20Disque,de%20violeta%C3%A7%C3%B5es%20de%20direitos%20humanos.&text=Para%20receber%20atendimento%20ou%20fazer,o%20n%C3%BAmero%2061%2099656%2D5008.> Acessado em set. 2021.
- CANIÇO, H. P.; CARDOSO, D. C. I. L. *Abuso Sexual Infantil*, 2015. Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/33713/1/Abuso%20Sexual%20Infantil%2c%20FMUC%2c%202016%2c%20Diana%20Cardoso.pdf>> Acessado em 05 de Novembro.
- DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildéara Amorim. *Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado*. 7ª Edição. Curitiba: **Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente**, p. 3-6, 2017.
- FEDERAL, Governo. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal, v. 8, 1990. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>> Acessado em set. 2021.
- OPAS/OMS *apresenta estratégia para acabar com violência contra crianças e adolescentes*. Disponível em <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5499:opas-oms-apresenta-estrategia-para-acabar-com-violencia-contra-criancas-e-adolescentes&Itemid=820> Acessado em 06 de Novembro.

Parâmetros curriculares nacionais : **história**, geografia / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI EP. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. J Pediatr (Rio J). 2005;81(5 Supl):S197- S204. Disponível em <<http://www.jped.com.br/conteudo/05-81-S197/port.pdf>> Acessado em set. 2021.

QUINTAL, M. *A comunicação entre pais e filhos: Perspectivas parentais sobre educação sexual*, 2012. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6887/1/ulfpie040134_tm.pdf> Acessado em 05 de Novembro.

SANTOS, B. R. dos; IPPOLITO, R. *Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Seropédica, RJ: EDUR, 2011. Disponível em <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf> > Acessado em 08 de Novembro.

SOLÉ. Glória. A compreensão do tempo e do tempo histórico pelas crianças: um estudo de caso com alunos portugueses do 1º. CEB.Diálogos (Maringá. Online), v. 19, n.1, p. 143-179.2015

Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 494 p.

TEMER, Luciana. Isolamento dificulta denúncias de abuso infantil e deve levar a alta de casos. [Entrevista concedida a] Felipe Souza. BBC São Paulo. 20 de maio de 2020. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52735898> > Acessado em set. 2021.

A NOÇÃO DE VALOR LINGUÍSTICO DE SAUSSURE SOB O OLHAR DA TEORIA DO ESCOPO: UMA ANÁLISE DA TRADUÇÃO DE TÍTULOS DE LIVROS AMBIENTADOS PARA O CINEMA

Cristina Pasquetti Massutti⁴⁹

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão sobre a noção de valor linguístico de Saussure alinhada à teoria do Escopo, de Hans Vermeer e Katharina Reiss, uma teoria da tradução que aborda a ideia de que os tradutores escolhem qual tradução funciona melhor em cada situação e público-alvo. A metodologia utilizada se dá através de uma pesquisa qualitativa em que será realizada uma análise dos elementos linguísticos do título comparados ao enredo da história para verificar se o título corresponde ao que acontece no decorrer das narrativas. A análise de alguns títulos será realizada a partir de quatro obras literárias cujas obras tenham sido traduzidas da Língua Inglesa para a Língua Espanhola e Língua Portuguesa (do Brasil e de Portugal): *Harry Potter e a câmara secreta*, *Harry Potter e o enigma do Príncipe*, *A menina que roubava livros* e *As quatro vidas de um cachorro*.

Palavras-chave: Harry Potter. A menina que roubava livros. As quatro vidas de um cachorro. Teoria do Escopo. Valor linguístico de Saussure.

1 INTRODUÇÃO

Quase que diariamente, a indústria literária se prepara para o lançamento de um livro. Alguns são de autores que estão iniciando no ramo, outros são de nomes já são nacionalmente ou internacionalmente conhecidos. Muitos desses livros que aparecem nas prateleiras das livrarias físicas ou *on-line* têm histórias cuja indústria cinematográfica manifesta interesse para que sejam, posteriormente, transformados em filmes de sucesso. Nesse caso, é importante destacar que muitas dessas produções literárias ambientadas para o cinema são internacionais cujos títulos das obras necessitam serem traduzidos para a Língua Portuguesa.

E, diante de uma variedade tão grande de histórias, de que forma é possível chamar a atenção de um leitor de Língua Portuguesa para que ele leia uma determinada obra que foi traduzida para seu idioma, sabendo da quantidade de títulos disponíveis para tal é tão diversificada? Traduzindo literalmente o título, isto é, encontrando uma palavra que traga o mesmo valor linguístico de uma língua para outra ou escolhendo um outro título que soe melhor do que o título original? E esse título será embasado em elementos história da obra ou não?

Pensando nisso é que entendemos que o título da obra tem uma participação importante para que o leitor se interesse por aquela determinada história, além da parte gráfica da capa e contracapa e do enredo. Diante dessas questões apresentada no parágrafo anterior, este artigo se propõe a responder a essas perguntas, através

⁴⁹ Mestra em Letras e Cultura (UCS). Especialista em Orientação Educacional (AUPEX), licenciada em Letras – Inglês (UCS) e História (Uniasselvi). Atualmente é acadêmica da licenciatura em Letras – Espanhol (UCS) e da licenciatura em Geografia (UCS).

de uma análise sobre os títulos desses livros tanto no seu idioma original quanto na sua tradução.

Neste estudo foram escolhidos livros adaptados para o cinema e que ganharam fama, principalmente, no continente Americano e na Europa Ocidental nas últimas décadas, nos seguintes idiomas: Inglês britânico, americano e australiano, Espanhol da Espanha e Português de Portugal, e que tivessem sido traduzidos para o Português brasileiro.

Como embasamento teórico deste estudo, foram escolhidas a Teoria do Escopo, de Hams Veermer e Katharina Reiss, e a noção de *valor linguístico* de Ferdinand de Saussure. Cabe salientar que também serão vistos alguns conceitos sobre a Teoria da Equivalência Natural para complementar este trabalho.

A metodologia que pretendemos aplicar é uma pesquisa qualitativa pela qual observamos o fenômeno da tradução e comparamos o título da história original e traduzido. Em seguida, fazemos a compreensão dos elementos que foram utilizados para que se chegasse aquele resultado a partir dos enredos das obras.

O artigo está organizado da seguinte maneira: primeiramente, aborda a noção de *valor linguístico*, de Ferdinand de Saussure; em seguida são apresentadas a Teoria do Escopo e a Teoria da Equivalência Natural e, por fim, é feita a análise dos títulos dos livros selecionados. Espera-se que este trabalho venha a contribuir para uma reflexão, principalmente dos leitores que conhecem mais de um idioma, a fim de que possam observar se os títulos originais (em seus respectivos idiomas) escondem mais pistas sobre o que trata a história do que nas versões traduzidas.

2 O VALOR LINGUÍSTICO E A TRADUÇÃO

Conceituar tradução não é uma tarefa muito fácil. Qualquer pessoa leiga na área poderia definir que a tradução é quando se faz a passagem de uma palavra de uma língua para outra, mas não é exatamente assim, pois o ato de traduzir carrega consigo questões culturais e questões referentes aos significados de duas línguas. Para nos ajudar a entender um pouco mais sobre isso, traremos o conceito de Pym (2017, p.20) sobre a tradução: “Traduzir seria, portanto, entendida como um processo de atualização e elaboração de constantes, em vez de algum tipo de deslocamento físico entre culturas”.

Para Saussure (2012), quando se fala no valor das palavras, é muito mais do que representar uma ideia e sim um sentido. Cada uma delas, segundo ele, é composta por um significante e um significado, sendo o primeiro, uma imagem acústica e o segundo, um conteúdo. Saussure (2012, p.162) também dizia que para que houvesse a existência de um valor, era necessário ter dois fatores: “[...] uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra coisa cujo valor resta determinar” e “[...] por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa”.

Mas, o que é, então, o valor? Para Saussure (2012, p.165), significava “as relações e diferenças com outros termos da língua”. Para complementar a ideia de valor, Saussure (2012, p.164) ainda dizia que “a característica mais exata é ser o que os outros não são”. Ele não acreditava que cada palavra pudesse ter um sinônimo ou uma palavra que correspondesse exatamente a ela em uma outra língua (um conjunto de signos). O que ele defendia, era, na verdade, que cada palavra carregava um valor e que em cada língua poderiam haver palavras que pudessem representar aquele

determinado valor, mas não que fosse possível fazer uma correspondência exata usando uma palavra.

Vamos, agora, comparar o conceito de tradução Pym e o conceito de valor de Saussure (2012). Como este afirma que as palavras não teriam um sinônimo propriamente dito ou uma equivalência em si, podemos notar que a ideia de Pym também remete ao mesmo conceito de valor, uma vez que aquele usa a ideia de tradução como a elaboração de constantes, sendo “constantes” algo que pode mudar a qualquer momento. Ele ainda fala sobre a ideia de que não há um deslocamento físico, isto é, não há uma palavra específica que possa ser sempre usada para tudo. Pym (2017, p. 18) ainda complementa dizendo “Traduzir seria, então, um conjunto de processos que conduziriam à passagem (de textos, da língua, da cultura) e um lado para outro.” Vemos aqui que ele também atribui a questão da cultura e não só do texto e da língua para fazer o processo de tradução.

Neste artigo, compararemos, dentro da tradução, duas teorias: a da equivalência natural, isto é, uma teoria que tem como base a tradução de palavra por palavra, e a teoria do escopo, que conecta uns viés cultural, partindo da escolha das palavras pensando no seu público-alvo, que serão abordadas nos dois próximos tópicos, para que possamos fazer uma melhor compreensão das análises dos títulos de livros no próximo capítulo.

3 A TEORIA DA EQUIVALÊNCIA NATURAL X A TEORIA DO ESCOPO

Há muitas teorias que defendem a maneira na qual os tradutores fazem seus trabalhos de tradução. Uma das mais conhecidas são as teorias da equivalência. Pym (2017) explica que o conceito de equivalência é utilizado quando o texto original (para ele, chamado texto de partida) encontrará uma tradução de mesmo valor (texto de chegada), ganhando, portanto, a ideia de equivalência natural.

Ele ainda explica que muitos autores que pertencem a teoria da equivalência natural defendem que o conceito de valor (de Saussure) pode estar ligado de uma língua para outra através de duas maneiras: como uma forma, por exemplo, se você tiver um “x” número de palavras no texto de partida e conseguir escrever esse mesmo número de palavras no texto de chegada; e como função, ou seja, de entender a cultura de um local em relação à outro e fazer uma tradução corresponde à cultura do texto de chegada. Ele cita o exemplo de “sexta-feira, 13” do inglês, o qual para o espanhol, por uma questão cultural, deveria ser traduzido para “terça-feira, 13” pois o dia do azar para os países de cultura espanhola não é na sexta-feira e sim na terça-feira. A ideia da função aqui, seria representada para encontrar uma maneira de que o texto de partida fizesse sentido para os que lessem o texto de chegada em países de língua espanhola. Os principais autores que trabalharam na linha da equivalência foram Malblanc em 1944/1963, Vinay e Darbelnet, que usaram o termo em 1958; depois deles, Vázquez-Ayora em 1977 e Malone, em 1988.

Enquanto isso, Saussure e os linguistas que seguiram os estudos dele após a sua morte e que acabaram desenvolvendo o viés da Linguística conhecida por estruturalismo, passaram a negar a ideia da equivalência, dizendo que ela não seria possível. O exemplo utilizado por Saussure quanto à ideia do valor em relação à ideia de um signo (palavra) é o exemplo do jogo de xadrez em que o rei pode se movimentar para todos os lados do tabuleiros atribuindo valor de movimento como se fosse qualquer outra peça do jogo de xadrez, ou seja, o rei não teria outro nome no jogo;

seria sempre o rei, apenas com valores diferentes para se movimentar para todos os lados.

Já a teoria do Escopo (*Skopos Theory*), trabalha com o processo diferente da ideia da equivalência, sem chegar a descartá-la, apenas considerar como uma opção. Para Pym (2017, p.97) a ideia é a de que “o tradutor deveria realizar a sua tarefa a fim de alcançar o Escopo, o propósito comunicativo da tradução, em vez de simplesmente espelhar o texto de partida” ou, em outras palavras, que o texto tivesse uma função ao ser traduzido daquela determinada forma e não de outra. Essa teoria possui dois autores de base: Hans Vermeer e Katharina Reiss, ambos linguistas alemães e estudiosos da área da tradução, dentro de uma abordagem funcionalista.

O trabalho dessa teoria iniciou com Reiss a partir das ideias de Bühler, na qual mencionaremos nos próximos parágrafos. Ela escreveu a teoria do Escopo em coautoria com Vermeer. O trabalho dos dois culminou no livro *Grundlegung Einer Allgemeinen Translationstheorie* em 1984. A teoria deles levava em consideração os seguintes fatores: as convenções de uma cultura para outra, as atitudes que são individuais, as diferentes realidades, as tradições e os sistemas de valores formados tanto de pessoa para pessoa quanto de uma cultura para outra. Eles defendiam que o tipo de tradução aplicada dependeria do Escopo, isto é, do propósito da tradução. Para os autores da teoria do Escopo, qualquer decisão tradutória ultrapassa a ideia do que vai ser ou não transferido para outra língua.

Pensa-se, também, na estratégia que vai ser utilizada, podendo-se avaliar uma determinada situação de tradução para verificar qual a intenção que ela vai ter. A importância dessa teoria se dá pois ela é a primeira teoria de tradução funcionalista que sai da ideia de tradução fiel e tradução livre, pois são os tradutores que vão escolher qual tradução funciona melhor em cada situação, podendo ser fiéis ao texto original ou podendo, ainda, apagar, trocar, acrescentar informações, dependendo da cultura do público-alvo.

Para Chuchel (2002) a cultura seria associada a uma ideia de identidade. Segundo ele, ela depende uma série de processos que se dão de forma inconsciente, permitindo que uma pessoa se encontre em um determinado sistema social. A cultura, ao mesmo tempo que consegue identificar um determinado grupo, também consegue o distinguir de outros. Por isso que, quando se fala em teorias de tradução, isto é, na ideia de tradução que o tradutor acredita ser a melhor para o ato de traduzir, pode ou não estar entranhado com questões culturais, isto é, os termos escolhidos numa tradução podem ser mais importantes para uma cultura de um determinado país do que não ser para outro.

Reiss e Vermeer dividem a teoria da tradução deles em duas categorias: significado e comportamento. O do significado parte do princípio de que algumas circunstâncias nem sempre são levadas em consideração quando o tradutor escolhe as palavras para realizar uma determinada tradução. Já a do comportamento lida justamente com as expectativas e com a aceitabilidade daquela escolha de tradução entendida como “equivalente” (mesmo não sendo) na língua a qual o texto vai ser traduzido.

De acordo com Reiss e Vermeer (2014, p.29), o tradutor precisa lidar com três problemas, diante do uso dessa teoria:

- (1) o texto de origem como um idioma de origem;
- (2) o significado, que permanece o mesmo;
- (3) o texto de destino como um idioma de destino

forma de texto. Isso significa que o significado do texto de origem (idioma) é idêntico ao significado de o texto de destino (idioma).⁵⁰

Vimos, nessa citação, que os autores preocupam-se mais com a ideia de manter o *sentido* das ideias e não com a escolha de palavras como era feito na teoria da equivalência natural, ou seja, se compararmos às ideias de Saussure, poderíamos dizer que Reiss e Vermeer teriam ideias semelhantes ao que Saussure atribuía ao conceito de *valor* das palavras.

Dentro de seus estudos, Reiss ainda atribuía ao texto funções representacionais, expressivas e/ou apelativas de Karl Bühler, mas sempre voltando a teoria do Escopo dizendo que o alvo é no texto-fonte (ou texto de partida para Pym (2014)). Já o coautor da teoria, Vermeer, possuía outra visão dentro da própria teoria do Escopo: a escolha das palavras partiria da cultura de cada uma das línguas envolvidas. Para Getzler (2009, p. 101) disse que Vermeer costumava afirmar que a regra do Escopo seria “traduzir/ interpretar/ falar/ escrever de uma maneira que possibilite ao seu texto/sua tradução funcionar na situação na qual é usado e com as pessoas que querem usá-lo, e exatamente do modo que querem que funcione”.

De qualquer forma, os funcionalistas acabam trazendo para a sua teoria algum aspecto cultural. Segundo Getzler (2009, p. 103):

Por razões práticas [...] o Skopos não se localiza no texto-fonte nem no texto-alvo da cultura; ele é, antes, negociado entre o cliente e o tradutor, com referência tanto ao texto-fonte quanto ao público receptor [...] Ela se adapta muito bem à tradução de textos comerciais - anúncios publicitários, brochuras, descrições de produtos e itens de marketing.⁵¹

E é a partir do que menciona Getzler que vamos convidar o leitor a fazer uma reflexão sobre a análise dos títulos de livros que foram escolhidos com o critério de já terem se tornado adaptações para o cinema para verificar se a teoria do Escopo está presente nestas traduções ou se o tipo de tradução utilizada foi a da equivalência natural, ou seja, de palavra por palavra.

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a análise dos títulos de livros é através de uma pesquisa qualitativa. De acordo com Stake (2011, p. 46) esse tipo de pesquisa “é a investigação que depende muito da definição e da redefinição dos observadores sobre os significados daquilo que veem e ouvem”, isto é, trata-se Os passos que determinaram a análise que apresentaremos no capítulo seguinte foram: (i) identificar livros que foram adaptados para o cinema; (ii) escolher obras que fizeram partes de séries e obras que não tiveram continuidade; (iii) realizar a leitura das obras em Língua Portuguesa e Língua Inglesa ou Língua Espanhola; (iv) buscar elementos do enredo que auxiliassem o leitor a identificar os elementos linguísticos que foram usados para

⁵⁰ According to this model, the translator deals with three factors: (1) the source text as a source language text form, (2) the meaning, which remains the same, and (3) the target text as a target language text form. This means that the meaning of the source (language) text is identical to the meaning of the target (language) text. (tradução nossa).

⁵¹ Tradução de Marcos Malvezzi.

compor o título tanto em seu idioma original quanto em suas traduções e (v) verificar se o título corresponde ou não ao que é tratado no decorrer dos capítulos da história.

5 ANÁLISE DE TÍTULOS DE LIVROS

Neste capítulo vamos mostrar alguns exemplos de livros famosos que foram adaptados para o cinema. Para que o leitor possa acompanhar a análise, julgamos necessário retomarmos os enredos das histórias e verificarmos quais dos elementos foram levados para formar o título da obra.

4.1 *Harry Potter* e a Câmara Secreta

Harry Potter. Esta saga, que foi traduzida para mais de 67 países e que seduziu crianças e adultos com suas histórias de magia, é composta por sete livros que foram escritos pela britânica J.K. Rowling entre os anos de 1998 e 2007 e foi adaptada para o cinema a partir do ano de 2001. O enredo se passa na Inglaterra e conta a história de um menino britânico chamado *Harry Potter*, que descobre, aos 11 anos, possuir poderes mágicos, quando, então, é levado para o castelo da Escola de Magia e Bruxaria de *Hogwarts* para ser treinado e conhecer um mundo paralelo àquele que vivia como um menino comum, sem magia. Lá ele conhece os novos colegas, entre eles, *Ronald Weasley* e *Hermione Granger*. Juntos, passam sete anos estudando, aprimorando o uso da magia e lutando contra as forças das trevas. Cada livro corresponde a um ano de estudo de *Harry* em *Hogwarts* e mostra o seu crescimento físico e emocional ao longo dos anos. Vamos, agora, analisar o título de dois volumes: “*Harry Potter* e a câmara secreta” e “*Harry Potter* e o enigma do príncipe”.

Iniciaremos a nossa análise na tradução do título do segundo volume da saga, “*Harry Potter* e a câmara secreta”, a partir do inglês britânico (que é o idioma original) para o Português do Brasil, para o espanhol da Espanha e para o português de Portugal. Na figura a seguir, é possível verificar a capa das quatro edições, uma em língua inglesa, “*Harry Potter and the chamber of secrets*”; outra traduzida para a língua portuguesa do Brasil, “*Harry Potter* e a câmara secreta”, que é muito similar ao título da língua espanhola “*Harry Potter y la cámara secreta*” e, para finalizar, o último título desta primeira análise, que é o da língua portuguesa de Portugal, “*Harry Potter e a câmara dos segredos*”.



Figura 1 - *Harry Potter* e a câmara secreta

Assim como no primeiro volume, enredo deste segundo livro também acontece na Escola de Magia e Bruxaria de *Hogwarts* e representa o segundo ano escolar de

Harry e de seus amigos. Porém, os problemas já começam quando Harry não consegue permissão para voltar à Hogwarts e seu amigo Rony acaba roubando o carro voador da família para resgatá-lo. Mas o ponto principal nessa história acontece quando o trio de amigos se depara com um mistério: muitas pessoas estão sendo encontradas petrificadas nos corredores da instituição de ensino e ninguém consegue descobrir o que os faz ficarem assim. Outro momento muito importante é quando os amigos encontram a entrada para uma câmara nos porões do castelo, local habitado por um basilisco, uma serpente gigante cujo olhar era fatal para quem o encarasse e petrificante para quem visualizasse apenas o reflexo do animal.

Como se pôde ver na figura 1, a única tradução do título um pouco mais divergente do original e das demais traduções, é a tradução para o português de Portugal. Assim, temos duas traduções para o título do livro: “câmara dos segredos” (no português de Portugal) e “câmara secreta” (no português do Brasil e no espanhol). Poderíamos nos perguntar: por que há essa diferença no enfoque que ora é dado para “os segredos”, ora para “câmara”? Para tentar responder a essa questão, buscamos a noção de valor linguístico, de Saussure, a partir do qual pode-se observar que os tradutores envolvidos nessas três traduções escolheram enfatizar duas situações diferentes.

Em *câmara dos segredos*, o tradutor preocupou-se em informar ao leitor a existência de uma câmara na história que possuía muitos segredos, convidando o leitor a ler os capítulos e descobrir quais seriam esses supostos segredos no decorrer do livro. Já em “câmara secreta” os tradutores do português brasileiro e do espanhol enfatizaram apenas a existência de uma câmara desconhecida do trio da história até o ano anterior, isto é, ela não havia sido mencionada como uma parte relevante da Escola para que os alunos do primeiro ano, agora no segundo, tomassem conhecimento dela no primeiro livro. Em relação ao enredo da história, os títulos traduzidos apresentados não dificultam a vida do leitor, apenas o conduz a prestar mais atenção a alguns fatos que se sucedem na história em detrimento a outros.

4.2 *Harry Potter* e o enigma do príncipe

Um segundo exemplo de títulos vindo desta mesma saga é sobre o sexto livro do bruxinho. A seguir, temos a capa com o nome original, em língua inglesa britânica, “*Harry Potter and the half-blood prince*”; o nome traduzido para a língua portuguesa do Brasil, “*Harry Potter e o enigma do príncipe*”, que é muito similar ao título da língua espanhola “*Harry Potter y el misterio del príncipe*”, e temos o último título desta segunda situação de análise que é o da língua portuguesa de Portugal, “*Harry Potter e o príncipe misterioso*”.

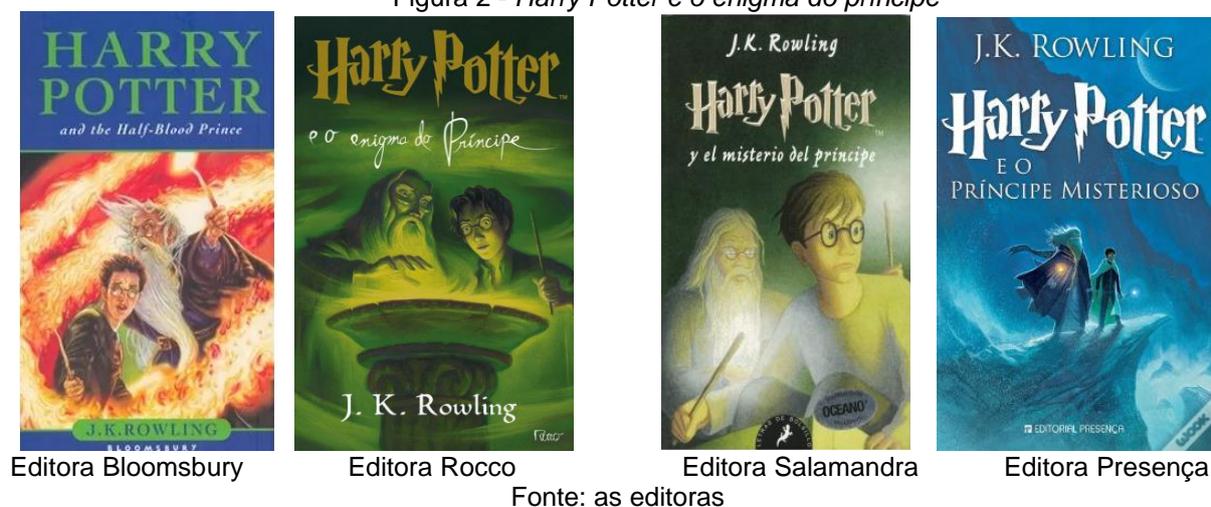
Uma situação importante a ser comentada sobre o mundo dos bruxos de J.K. Rowling é que eles podem ser de duas categorias. A primeira é denominada “sangue-puro”, quando o pai e mãe são bruxos e pertencem à famílias bruxas, e a segunda é denominada “sangue-ruim”, em que o pai e/ou a mãe tenha origem trouxa, ou seja, não tenha uma família com poderes mágicos ou que não seja capaz de fazer magias.

Então, o termo *half-blood* nos remete a pensar que *half* em português significa “metade” e *blood* significa sangue, não pode ser traduzida pela teoria da equivalência como “metade-sangue” ou “meio-sangue”. O valor da expressão encontra-se em imaginar ou deduzir, a partir do contexto, que seja um príncipe que tenha um dos pais trouxas. Quando a autora do livro, intitula o livro com uma característica do príncipe

“metade-sangue” ou “meio-sangue” percebe-se que esse fator se tornou muito significativo para ela ao informar ao leitor sobre a condição da família do príncipe, para facilitar a descoberta do verdadeiro nome do dono do livro didático de poções.

Porém, os tradutores tiveram olhares diferenciados a respeito da tradução dessa expressão. O termo *half-blood* foi ignorado nas duas traduções de língua portuguesa, do Brasil e de Portugal, além da tradução para a língua espanhola. Na época do lançamento do livro no Brasil, em 2005, muitos sites especializados sobre a série publicavam notícias sobre a dificuldade dos tradutores em encontrar um termo que fizesse jus ao título original. O valor de *half-blood prince* foi substituído por um “enigma” do príncipe no português brasileiro, e por um “mistério” do príncipe no espanhol.

Figura 2 - *Harry Potter e o enigma do príncipe*



Os termos escolhidos nesses dois casos carregam valores muito diferentes para a história. A expressão “enigma” nos remete a algo que precisa ser decifrado. A pessoa só pode decifrar alguma coisa se tiver um enigma e a história não nos traz nenhum enigma propriamente dito para ser decifrado.

Já expressão “*el misterio del príncipe*”, literalmente, traduzido para o português brasileiro como “o mistério do príncipe”, conduz ao leitor acreditar que o príncipe, que não se sabe quem é, carrega consigo um mistério, por isso seria intitulado o “mistério do príncipe”. Assim, esse título espanhol torna-se ambíguo porque o mistério, além dessa interpretação, pode-se entender que seja sim a respeito de quem seria o dono do título de príncipe.

O mais próximo do que acontece no decorrer das páginas do livro foi o título do português de Portugal “e o príncipe misterioso” que remete ao leitor a ideia de que há um príncipe cuja identidade é desconhecida. De qualquer forma, nenhuma das três traduções analisadas carrega o valor do título original, proposto por Rowling. O fato de *half-blood* não ter sido traduzido não compromete o enredo, mas dificulta a vida do leitor para descobrir sobre qual é a ideia da história a partir de seu título.

4.3 A menina que roubava livros

Adaptada para o cinema em 2013, “A menina que roubava livros” conta a história de uma moça chamada *Liesel Meminger* que foi viver aos cuidados de *Hans* e *Ros Hubrmann*, na Alemanha nazista, após a morte da mãe. O primeiro livro que *Liesel* roubou foi “O manual do cozeiro” cujo qual o rapaz que enterrara seu irmão deixara cair e, desde então, ela não parou mais, sem deixar de aprender, ao mesmo tempo, muitas lições com todas as pessoas a sua volta, seja na escola ou em sua nova casa.

Figura 3 - A menina que roubava livros



Fonte: as editoras

Vimos, anteriormente, as imagens de quatro capas do livro “A menina que roubava livros”, cujo primeiro título está em língua inglesa australiana, “*The book thief*”; seguido do nome traduzido para a língua portuguesa do Brasil, “*A menina que roubava livros*”; em língua espanhola “*La ladrona de libros*”; e por fim, na língua portuguesa de Portugal, “*A rapariga que roubava livros*”. Na edição em inglês, *thief* é uma palavra neutra, que não apresenta um gênero, pode ser tanto masculino quanto feminino, portanto, só com a leitura de história é que é possível averiguar se é uma ladra ou um ladrão. Em compensação, o mistério já é solucionado com a palavra “*ladrona*”, no espanhol, e é ainda mais detalhado com “*a menina que roubava*” em português brasileiro e “*a rapariga que roubava*” - em português de Portugal. O termo “rapariga” é usado em Portugal com o mesmo valor de “moça” para o Brasil. Infelizmente (ou felizmente) fica na imaginação do leitor entender se Lisi era, de fato uma menina ou uma adolescente.

Com esse exemplo de “*A menina que roubava livros*”, é possível perceber que cada tradutor tentou, de alguma forma, mostrar a ideia de *valor* proposta do Saussure - neste caso - de que alguém estava roubando livros - sendo que, alguns desses tradutores optaram por seguir a ideia da teoria do Escopo, dando ênfase em alguns aspectos em detrimento de outros. Por exemplo, uma menina foi escolhida para dar vida à Liesel e não uma moça mais velha.

Apesar do filme ser classificado para maiores de 16 anos, muitos professores utilizam-no em sala de aula para ambientar os alunos de 14 anos (idade média dos alunos do último ano do Ensino Fundamental) sobre o nazismo pois a história trata de uma menina, o que nos remete à uma falsa ideia de ser um filme mais infantil, atraindo um número maior de pessoas para assisti-lo ou lê-lo, do que se fosse traduzido a partir

da equivalência natural a partir do inglês, em que o resultado ficaria próximo de “A ladra de livros”, o mesmo, talvez, não acontecesse se a tradução do título fosse pela linha da equivalência natural.

4.1 As quatro vidas de um cachorro

Nesta quarta e última história que escolhemos para análise vamos verificar os títulos do livro “As quatro vidas de um cachorro”. O livro conta a história de um cão que relata ao leitor suas reencarnações. Originalmente, ele teria sido um cão de rua. Na segunda, ele era *Bailey*, um cão da raça *Golden Retriever*. Em sua terceira vida, ele nasce uma fêmea de Pastor Alemão e ganha o nome de *Ellie* e em sua quarta vida ele é um Labrador. A cada novo nascimento, ele vai acumulando experiências de sua vida anterior até descobrir qual é o seu verdadeiro propósito: reencontrar o seu primeiro dono.

A seguir, vamos analisar as capas com os títulos dessa história. O original é em língua inglesa norte-americana, chamado “*A Dog's Purpose*”. Já em língua portuguesa temos “*As quatro vidas de um cachorro*”, seguido pelo título português “*Juntos para Sempre*” e em espanhol “*La razón de estar contigo*”.

Figura 4 - As quatro vidas de um cachorro



Fonte: as editoras

Pela teoria da equivalência natural, o título em inglês teria ganhado uma tradução mais literal que seria “O propósito de um cachorro”, que seria mais em uma linha mais filosófica ou até remeter a uma ideia de um documentário de “Quais os motivos para se ter um cachorro?”. Mas, pela teoria do Escopo, os tradutores do português brasileiro optaram por “As quatro vidas de um cachorro”, que se tornou um título longo, mas mais simples. Arrisca-se dizer que, a partir do título, o leitor pode já ter uma ideia de que a história terá quatro partes, mesmo assim, esse leitor não ganha mais nenhuma pista sobre o enredo da história.

Já no título em espanhol, o leitor perde a informação de que a história será dividida em quatro partes e ganha o título “*La razón de estar contigo*”, abrindo espaço para uma ambiguidade: quem diz esta frase que é o título é o dono do cão ou o cão? Porque não há mais informações a respeito de quem vai contar a história para o leitor, se é um ser humano ou um animal. O mesmo acontece com o título do português de Portugal “*Juntos para sempre*”, que, novamente, não deixa claro que vai ser o protagonista da história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foi possível conhecer um pouco a respeito das teorias de tradução da equivalência natural e da teoria do Escopo e demonstrar como esta última pode se alinhar às ideias de valor presentes de teoria de Saussure. Quando iniciamos este trabalho lançamos os seguintes questionamentos: de que forma é possível chamar a atenção de um leitor de Língua Portuguesa para que ele leia uma determinada obra que foi traduzida para seu idioma, sabendo da quantidade de títulos disponíveis para tal é tão diversificada? Traduzindo literalmente o título, isto é, encontrando uma palavra que traga o mesmo valor linguístico de uma língua para outra ou escolhendo um outro título que soe melhor do que o título original?

Concluimos que é através das escolhas das palavras que remetam o valor linguístico que o tradutor tem a intenção de passar, pois, de acordo com a teoria do Escopo, são esses profissionais que tem a liberdade de criar tradução mais adequada para cada público-alvo. Eles não descartam a teoria da equivalência natural, ou seja, a tradução de palavra por palavra, mas seus focos encontram-se em passar ao leitor uma noção de valor, ou seja, dar um sentido para a escolha daquele conjunto de palavras, sejam elas equivalentes ou não.

Por aqui, passamos por uma câmara secreta, seguido de um enigma deixado por um príncipe para uma menina que roubava livros e um cachorro que tinha quatro vidas. No primeiro caso, *Harry Potter e a câmara secreta*, a tradução foi literal do inglês para o português brasileiro, enquanto que o português de Portugal não realizou a mesma tradução do brasileiro, o que não impediu de que o título tivesse conexão com a história, mas não com a mesma intensidade que o título original. No segundo caso, *Harry Potter e o enigma do príncipe*, nenhuma das traduções foi literal à de língua inglesa, mas, igualmente ao primeiro caso, cada tradutor usou expressões que julgava ser mais adequado para cada país sem deixar que o leitor compreendesse que que haveria um príncipe em meio à história.

No terceiro caso, foi possível observar que o idioma original, em Língua Inglesa, não consegue transmitir a ideia se a personagem é feminina ou masculina visto que o substantivo *thief* pode ser usado em ambos os gêneros. Porém, as traduções já conseguiram esclarecer isso ao leitor, tanto pela escolha do léxico quanto pela escolha das imagens que nos remetem à personagem principal da história.

No último caso, *As quatro vidas de um cachorro*, na versão da língua Portuguesa brasileira, foi a único título que conseguiu demonstrar que na história o cão passaria por várias vidas, enquanto que nos demais títulos, prevaleceram ideias mais reflexivas cujo sentido só será realmente apreciado ao término da leitura. Queremos destacar, também, que nas capas dessa última obra analisada, nenhuma editora escolheu repetir a mesma raça ou cor do cachorro da capa original. Deixamos como sugestão para futuros trabalhos, que sejam analisadas a parte semiótica das capas para verificar se elas têm alguma conexão com as traduções dos títulos.

Gostaríamos de salientar que pelo escopo do artigo, não foi possível fazer uma análise sobre os títulos de livros que não foram traduzidos, ou seja, casos de quando o livro chegou em um outro país sem receber uma tradução para a língua local. Por que isso aconteceria? Deixamos essa pergunta como uma dica para os pesquisadores e leitores pensarem a respeito. Esperamos, assim, ter contribuído, de alguma forma, para ampliar os horizontes através desse maravilhoso mundo da

linguagem. Cada tradutor é como um novo escritor de uma história que já existe, e fica nas mãos dele a mensagem que gostaria de passar para o seu leitor e assim poder chamar a sua atenção para a obra.

REFERÊNCIAS

- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Traduzido por: Viviane Ribeiro. 2.ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002. Tradução de: *La notion de culture dans les sciences sociales*.
- GENTZLER, Edwin. **Teorias Contemporâneas da Tradução**. Traduzido por Marcos Malvezzi. 2ª ed. São Paulo: Madras, 2009. Tradução de: *Contemporary Theories of Translation*.
- PYM, Antony. **Explorando teorias de tradução**. Traduzido por: Rodrigo Borges de Faveri, Claudia Borges de Faveri e Juliana Steil. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. Tradução de: *Exploring translation theories*.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Traduzido por: Antonio Chelini, Jose Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28.ed. São Paulo: Pensamento - Cultrix, 2012. Tradução de: *Cours de Linguistique Générale*.
- STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Traduzido por: Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011. Tradução de: *Qualitative Research: studying How Things Work*.
- REISS, K.; VERMEER, H.J. **Towards a General Theory of Translational Action: Skopos Theory Explained**. New York: Routledge, 2014.

DO ENSINO DE HISTÓRIA A VIVENCIA LOCAL: CULTURAS MEMORÁVEIS DE SIMÃO DIAS

Daniell Alves Loiola Santana⁵²

Resumo: O ensino de história no ambiente educacional desperta viajar no tempo através das memórias contidas nos livros didáticos. O município de Simão Dias é contemplado com acontecimentos marcantes na sociedade, pois o desenvolvimento do território simãodiense com a imprensa e o teatro foram indispensáveis para comunicação nas feiras livres e nas viagens de trens pela estrada de ferro. O artigo tem a finalidade em mostrar para população atual a riqueza patrimonial cultural do território, explanando aos alunos a relação dos assuntos contidos no livro didático com a historicidade local baseado na realidade do alunado.

Palavras-chave: Simão Dias. Imprensa. Teatro. Ferrovia.

INTRODUÇÃO

A relação entre o ensino de história e o conhecimento traz uma importância significativa da área na formação do educando. O estudo de história tem um papel importante na sociedade que contempla as pesquisas históricas e a reflexão do passado e presente através dos acontecimentos pelos nossos antepassados.

A relação entre o cotidiano e história de vida dos educandos possibilita uma contextualização das vivências individuais a uma história coletiva. Em algumas produções didáticas estão introduzindo a “História do Cotidiano” como instrumento didático de ensino. É importante ressaltar que os Parâmetros Curriculares Nacionais de História, designam alternativas que favoreçam a compreensão do estudo da memória como construção da informação e do conhecimento histórico pelo alunado.

Para Gaddis (2003), “o estabelecimento da identidade requer o reconhecimento de nossa relativa insignificância no grande esquema das coisas”. Nesse sentido, o significado das relações na humanidade é a maturidade do próprio valor utilizado pela consciência histórica.

A disciplina de História tem a finalidade de fornecer ao estudante uma percepção estimável que facilite a compreensão nas diferentes nações, culturas e pessoas; além de trabalhar com a perspectiva da história do cotidiano sendo mais acessível as crianças e adolescentes no Ensino Fundamental.

De acordo com Bittencourt (apud SILVA, s/d), a História do Cotidiano é bastante útil no espaço educativo, serve de suporte para considerar o papel dos agentes sociais ideais para transformações históricas, levando em consideração a atuação dos sujeitos no tempo e espaço histórico. O cotidiano tem relevância inusitada, pois coloca o homem no centro dos acontecimento histórico, como aponta Agnes Heller:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos da sua individualidade, de sua

⁵² Graduado em História pela Uniube e em Química pela UniAGES. Especialista em Metodologia no Ensino de História e Geografia pela UniREDENTOR. Especialista em Educação no Campo pela FAVENI. Atualmente é Professor de História e Artes. E-mail: daniell.als10@hotmail.com.

personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. (HELLER, 2008, p.17)

De acordo com Duarte (1993), com base em Heller, “*as atividades cotidianas do individuo refere-se ao conjunto de atividades que caracterizam a representação de cada individuo com sua vida cotidiana*”. O cotidiano não pode ser entendido como algo isolado, pois os aspectos cotidianos e não cotidianos são interpretados numa realidade social com temas da vida articulados pelos agentes históricos. São temas envolvidos nas relações culturais, economicas, sociais e políticas em cada época e sociedade sendo exposto nos livros didaticos e explanados pelos professores de história.

De acordo com o PCN:

Os estudos de história local conduzem aos estudantes de diferentes modos de viver no presente em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta dos estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivencias coletivas sem julgar grupos sociais. Classificando-os como mais evoluídos ou atrasados. (BRASIL / MEC / SEF, pág. 52).

O trabalho com a História Local e o ensino da história facilita a aprendizagem do aluno, pois os assuntos abordados no espaço educativo são evidenciados quando são trabalhados no real do alunado proporcionando uma gama de conhecimento dos acontecimentos do passado no presente. O metodo de pesquisa, a coleta de dados a partir das leitruas e interpretações das fontes escritas e orais foram importantes para a história cultural do município. Foram utilizados questionamentos qualitativos para composição das informações no artigo.

A escolha do tema tem a finalidade em mostrar os assuntos de história expostos na sala de aula com a historicidade do município em que o aluno está inserido. O artigo tem o objetivo em expor ao aluno que a história do surgimento da cidade é muito importante, bem como os assuntos contidos no material didático, podendo fazer um elo para serem trabalhados juntos no ambiente educacional.

CIDADE DE SIMÃO DIAS

O território de Simão Dias foi uma povoação de índios tapuias fugitivos das expedições colonizadoras do Governador do Norte, Luís de Brito e Almeida na época da invasão holandesa em 1600. Esses índios se intalaram nas matas do Rio Caiçá vivendo na base economica da pesca, caça e agricultura. Seu relevo acidentado devido ao conjunto de serras, com clima variado e vegetação seca proporcionou o povoamento da população indígena na região.

Com a invasão holandesa em Sergipe, o baiano proprietário de gado Braz Rabelo ordenou ao vaqueiro Simão Dias que escondesse o gado nas terras das matas a beira do Rio Caiçá. Desse episódio surgiu a figura do vaqueiro sendo responsável

pela condução do gado das terras de Itabaiana até a antiga povoação que ficava as margens do Rio Caiçá proporcionando a criação da antiga vendola até a instalação das primeiras cidades.

É interessante explicar que a cidade de Simão Dias em 12 de junho de 1890, pelo decreto do Presidente do Estado Felisberto Freire elegeu o território de Simão Dias de vila para cidade devido a ter algumas características fundamentais para tal acontecimento, sendo um comércio próspero, uma estrada de ferro que ligava a referida vila a Aracaju (capital) e por ter uma comarca recém criada que hospedou a corte imperial na época.

HISTÓRIA DA IMPRENSA EM SIMÃO DIAS

É notório que na época remota, as notícias eram enviadas por carta, pois a comunicação chegava demoradamente nas residências das povoações e vilas. O jornal foi muito importante para comunicação, afim de proporcionar as notícias e acontecimentos para a população.

Em 1832, surgiu o primeiro jornal sergipano, proporcionando a Vila de Estância a primazia de ter sido o berço da imprensa de Sergipe, com a referida fundação ali, o *Recompilador*⁵³ Sergipano, pelo Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira. Nessa época, o território de Simão Dias ainda engatinhava em categoria de povoação de Lagarto, longe, de pensar em fundar um jornal próprio.

Depois de cinquenta anos após a fundação do “*Recompilador*”, e trinta e sete anos depois de conquistar sua emancipação política, na povoação de Simão Dias surgiu o primeiro jornal chamado “*A IDÉIA*”, ainda pequeno semanário⁵⁴, sendo editado em oficinas⁵⁵ próprias, situadas no caminho do Tanque Velho, tirado em rama⁵⁶ de 20x12. O pequeno jornal teve como fundador e redator principal Manuel Júlio da Silva, sendo uma figura importante no cenário jornalístico. O funcionamento do jornal, funcionou mais de quatro anos, com dificuldades que podemos avaliar nos dias atuais.

Não encontramos com precisão, o tempo da existência e nem a datação de seu aparecimento, sendo que o único exemplar encontrado em arquivos da Biblioteca Pública do Estado, data em 19 de abril de 1889, apenas ser “Ano IV e nº 295”. Para Déda, (2008):

Pela data, número e ano, verificamos no cabeçalho do exemplar um apreço, sabe-se que a publicação semanal foi ininterrupta, durante mais de quatro anos, o que demonstra muita força de vontade e desprendimento do seu dirigente. Pela redação do editorial e noticiário desse exemplar, que vem

53 Ato de fazer resumo.

54 Fatos diários que são divulgados durante a semana.

55 Local de uma atividade labora, principalmente manual ou artesanal, tal como a que se desenvolve para fabricar algo.

56 Folha, folhagem, conjunto de folhas.

desafiando a ação do tempo, nota-se que, já aquela época, Simão Dias possuía promissor nível intelectual. (DÉDA, 2008, p. 97).

A edição em apreço registra acontecimento importante na Vila, com muito sentimento e tristeza, o falecimento do chefe político, membro da tradicional família de Simão Dias, o Major Manuel de Carvalho Carregosa. O jornal “A IDÉIA”, nº 295, foi dedicado inteiramente as homenagens póstumas ao Major Manuel Carregosa, senhor do engenho “Mercador” e chefe do Partido Liberal neste município. Era bisneto do casal doador do patrimônio de Santana, e fundador da Capela, que na atualidade é a Matriz Santana. O Major era pai do falecido Cel. Pedro Freire de Carvalho, ex-Presidente do Estado, e avô materno do Desembargador Gervásio de Carvalho Prata, e tio-avô do saudoso jurista Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto.

Depois de um longo intervalo do jornal “A IDÉIA”, número 295, vem a surgir outro semanário que por sua vez abordou notícias e informações da sociedade simão-diense e seus acontecimentos. Em 1912, surgiu “O SIMÃO-DIENSE”, semanário noticiário, literário e independente sob fundação por Quinto Monte Santo, em oficinas próprias, que circulavam aos domingos. O jornal combatido “O Simão-diense” assumi a defesa da denominação “Simão Dias”, pois rebatia em suas colunas a vigorosa campanha Pró-Anápolis, manifestada pelo Padre D. João de Matos. Até o ano de 1916, “O Simão-diense” circulava, mas desapareceu com a morte do seu fundador, diretor e proprietário Quinto Monte Santo.

Em 1917, surge o jornal “A LUTA”, semanário noticiário literário, em oficinas próprias que circulava aos domingos. Teve como fundador e diretor o jornalista Emílio Rocha. Durante 20 anos gastou toda suas energias e seu patrimônio, com lealdade a opinião pública local. O primeiro jardim público em Simão Dias foi construído por iniciativa de “A LUTA” com a contribuição de particulares.

O jornal “A LUTA”, abordava em sua coluna especial o registro de contribuições e donativos em editoriais, estimulando o público para a conclusão da grande obra, como por exemplo, a construção do Hospital Bom-Jesus. Ainda por iniciativa do referido jornal, foram fundadas escolas noturnas para meninos pobres. O jornal circulou até 1937 quando o diretor e proprietário mudou a residência para o Rio de Janeiro.

Em 1921, surge em circulação o jornal “O Progresso”, um órgão independente, literário e noticiário sendo dirigido pelo jornalista Umberto Freire de Carvalho. O jornal circulava aos domingos, com curta duração. Tinha a finalidade e iniciativa de homenagear o saudoso Cel. Francisco Antônio de Loiola, principalmente, na inauguração do retrato do antigo político em um dos salões da Prefeitura Local.

Em 1926, surge o jornal “O Oráculo”, semanário independente, literário e noticiário, impresso em oficinas próprias, sendo do proprietário Arivaldo Prata com direção de Daniel Silva. O jornal circulava aos domingos e teve curta duração.

Em 1927, surge o jornal “O Sergipe”, semanário noticioso, literário e político, com impressões em oficinas próprias. Teve como fundador e proprietário o saudoso farmacêutico João de Deus Teixeira, de origem maranhense, residiu aqui por alguns anos, militando na polícia local. O jornal “O Sergipe” era bem visto pela sociedade, pois obtinha uma linguagem contundente em relação aos adversários políticos, era bem impresso em rama de 42x26. O referido jornal teve pouca duração.

Em 1946 foi fundado pelo saudoso proprietário e diretor Carvalho Déda, o jornal “A SEMANA”, com oficinas próprias e tamanho em rama de 49x33, que circulava aos sábados. O jornal literário, noticioso, com aparência informativa de caráter democrático. Há mais de treze anos que o jornal se mantém, semanalmente, cuja coluna política de fundo tinha uma linguagem humorística, sob a epígrafe “Política ... Em Pequenas Doses”. Durante muitos anos, o jornal manteve uma linguagem satírica, com caricaturas alusivas a fatos políticos locais, estaduais e federais, sob o título “A Piada da Semana”, com legenda e caricatura adequada, cujos clichês eram esculpido em madeira, à mão, nas próprias oficinas. Em alguns anos a caricatura saía impressa em três cores, executado por um processo inventado pelo caricaturista. O jornal manteve-se sem criar nenhum incidente.

HISTÓRIA DO TEATRO EM SIMÃO DIAS

O teatro como forma artística de representação, teve sua época brilhante em Simão Dias, entre os anos de 1896 a 1920, com influência, ricamente, para elevação intelectual da cidade. Os primeiros palcos eram armados no Mercado Municipal com improvisações cênicas levados a cena, por grandes artistas amadores simão-diense, encenando os mais famosos dramas da época.

Os espetáculos teatrais eram encenados com alegoria e alegria, ressaltando o pensamento artístico simão-diense. A cada ensaio da peça, a cobrança por determinação e comprometimento era o segredo das belíssimas apresentações, além de ter os críticos de calçadas que contribuía com seus comentários, servindo para o aperfeiçoamento das representações.

Em época de festividades da Padroeira, até a inauguração do cinema encerravam-se, quase obrigatoriamente, com a encenação, de um drama a cunho religioso, pois as peças sacras eram constantemente apresentadas nos espetáculos, deixando o Mercado superlotado.

As primeiras representações teatrais na povoação de Simão Dias, obteve o incentivo e orientação dos cantores sacros e musicistas como Capitão Licínio Guimarães e José Maria, residentes de Riachão do Dantas, mas que passavam as temporadas na pequena povoação vendendo livros evangélicos. Outros artistas participaram do teatro simão-diense como Sérgio Brandão, Adolfo Santana, Porfírio Alves da Anunciação, Manuel Brandão, Domingos Carcará e Roldão Rocha.

Em 1906, foi fundado um grêmio recreativo voltado para o teatro, com finalidade de melhorar bastante as representações dramáticas, sobretudo pela participação do elemento feminino nas peças teatrais. Segundo Déda, (2008):

Até os papéis femininos eram interpretados por rapazes, que, de ordinário, “sujavam” as peças, quando procuravam imitar a voz feminina. Alguns usavam bigodes, que procuravam esconder com a mão, durante a cena, o que prejudicava o jogo das mímicas. (DÉDA, 2008, p. 128).

Com a fundação do grêmio teatral, as moças da sociedade local passaram a participar do elenco; destacando-se, as senhoritas Brasilica Oliveira e Otília Loiola, filha de Otaviana Loiola e neta de Cel. Loiola.

De acordo com Déda, (2008):

Sérgio Brandão tornou-se expoente do amadorismo local, como exímio ensaiador. Adolfo Santana destacou-se como excelente “ponto”. O Capitão Porfírio Alves da Anunciação era aplaudido no papel de cômico. Roldão Rocha era o “galã” ovacionado pela platéia. Das novas gerações preparadas por Sérgio Brandão, destacaram-se os amadores João Evangelista das Silva, conhecido por Joãosinho de Delmira; o José Guimarães Macedo, conhecido como o popular Zeca Macedo; Josias Montalvão e seu irmão Rafael Montalvão Filho, o “Rafaelzinho”, aplaudido “galã”; o Jonatas de Matos Barreto, Alfredo Oliveira, Aurora Brasil. Outros moços e moças da sociedade tomaram parte em memoráveis festivais dramáticos, realizados no Mercado Municipal. (DÉDA, 2008, p. 128).

Até os meados dos anos de 1920, o teatro de animadores era alegre e muito prestigiado em Simão Dias. Nessa época, apareceu um conjunto de profissionais dirigida pelo espanhol Rovira. Com sua experiência teatral, ficou na cidade dando-lhe suporte e técnica aos amadores que estavam na povoação.

Depois da belíssima atuação de Rovira, apareceu uma linda artista de origem italiana, D. Irene, uma experiente bailarina, egressa do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, que veio participar do grupo dos artistas da terra, assim melhorando o elenco com grandiosas aulas.

Com o surgimento do cinema em Simão Dias, o teatro dos amadores começou a entrar em declínio, pois era uma novidade para toda população. Segundo Déda, (2008):

Os aparelhos cinematográficos aqui chegados, e que ofuscaram as representações de palco, eram primitivos, movidos à mão e luz de carbureto. Filmes velhos, estragados, partiam-se constantemente durante as projeções. Mesmo assim, superaram o teatro de amadores. Outras modalidades de espetáculos atraíam, na época, a sociedade local. Os teatrinhos de fantoches, os primeiros cassimicôcos, velhos “cosmoramas”, eram muito apreciados na localidade. (DÉDA, 2008, p. 128 - 129).

Outros importantes espetáculos circenses foram grandiosos em Simão Dias. O primeiro deles foi o famoso circo de João Sergipano que oferecia, repetidamente, alegres e encantadoras temporadas para o público simão-diense. Com o pavilhão armado na praça da Matriz e os espetáculos anunciados pela meninada, percorreram as ruas puxando um cavalo montado por bode acrobata, além de diferentes atrativos que o circo disponibilizava.

Nesse mesmo segmento, outro circo fez história na cidade, sendo o Circo de Bruno, pois ganhou muita fama em seu picadeiro, do célebre palhaço “Nozinho” ou “Dantinhas”, sergipano, natural de Riachão do Dantas, que foi considerado o melhor palhaço do Norte do território brasileiro. Todavia, o teatro de amadores, desempenhou um papel importante para história da cidade, influenciando na educação, nos costumes, no crescimento da cultura e do civismo da população simão-diense, foi completamente banido ao esquecimento.

Um fato pitoresco e de saber grotesco, que o patrimônio cultural oral guardou do velho teatro de amadores, deve-se ser registrado na memória da população. De acordo com Déda, (2008):

Conta-se que, para uma daquelas representações. Fora distribuído ao armador Porfírio Alves da Anunciação, velho cômico, um papel sério, num drama de enredo passional. Havia uma cena rápida, e de efeito sensacional, em que um personagem austero, representado por Porfírio Alves, abatia o seu rival com um tiro de revólver. O tiro seria precedido desta expressão: “vai morrer, miserável?”, e o outro cairia “fulminando”. Mas o tiro falhou e a “vítima” continuou de pé, perplexa. Porfírio improvisou um remendo, visando salvar a peça. Foi rápido. Atirou o revólver no tablado, deu um soco no outro, e exclamou patético: - agora vais morrer como Zé Colêtte! A plateia prorrompeu numa estrondosa gargalhada. Era conhecido de todos o rumoroso caso da morte de Zé Colêtte, que abalara profundamente a cidade. O advogado Manuel das Dores Bombinho entrara em séria desavença com o seu colega José Leopoldinho da Silveira Colêtte, vulgo Zé Colêtte. Num encontro entre os mesmos, dentro do próprio “fórum”, Bombinho deu um soco no seu desafeto, causando-lhe morte imediata. Passaria despercebido o “fiasco” não conhecessem todos triste caso que inspirou o Porfírio Alves o burlesco remendo. (DÉDA, 2008, p. 129 - 130).

O teatro em Simão Dias teve seu esplendor, sua magnitude positiva e sua exuberância nos espetáculos apresentados, pois atraía um crescente e fiel público. Pessoas que saíam de suas casas para prestigiar aqueles artistas da terra abençoada por Deus. Ao longo do tempo, a cultura da bela cidade era muito rica, dinâmica e atrativa, mas foi se perdendo nas ruínas do tempo.

Na atualidade, alguns grupos teatrais tentam resgatar a cultura simão-diense que foi esquecida pelo público, principalmente, pelo investimento dos governantes. Grupos de teatro como “Grupo de Jovens” que representou durante 30 anos a maior peça teatral da humanidade “Paixão de Cristo”, o grupo teatral “Velho Chico”, o grupo teatral “Art Facto”, o grupo teatral “Gruta” tentam dar continuidade ao trabalho do teatro que tem a missão de levar a arte para o público, fortalecendo o papel da educação baseado na representatividade artística.

A ESTRADA DE FERRO EM SIMÃO DIAS

Há muitos anos, os simão-dienses sonhavam com uma estrada de ferro no intuito de desenvolver o comércio dos seus produtos. O Cel. José Zacarias de Carvalho, político de muito prestígio, iniciava uma campanha em sentido de ter em sua terra, o referido melhoramento. O valoroso sertanejo, não descansava, contestando, lutando tanto na Tribuna da Assembleia Provincial como na imprensa pela construção da estrada de ferro.

Na mesma época, outro o comerciante arrojado, progressista e sergipano Eugênio José de Lima, naturalizado em Campo do Brito e residente em Laranjeiras, planejava os primeiros passos de uma estrada de ferro que ligava as áreas de produção da Província. Diante da impossibilidade da realização do grande plano que

o comerciante Eugenio José de Lima sonhava, o mesmo contentou-se com a construção de uma via férrea que ligava Laranjeiras a Simão Dias.

Antes mesmo de ser a Freguesia de Simão Dias elevada à categoria de vila, já havia a preocupação, tanto dos simão-dienses como do Governo da Província, de uma via de acesso entre a “Capela de Simão Dias” e a cidade de Laranjeiras. Todavia, Simão Dias por ser o maior centro de produção da Província, e Laranjeiras por ser o porto de escoamento dessa produção. Nessa perspectiva, de acordo com a Resolução nº 237, de 15 de março de 1849⁵⁷, criou a estrada real e de comércio entre as duas localidades.

Outra Lei reforça a construção da estrada real, através da Lei nº 265, de 26 de março de 1850, a Resolução acima foi revogada por outra Resolução nº 513, de 22 de junho de 1858-58, sendo autorizado pelo Governo da Província a abertura da estrada que liga Simão Dias a outras localidades.

A ideia e o sonho do comerciante, contaria com o apoio do Cel. José Zacarias de Carvalho, pois encontrava na ideia Eugênio de Lima, a solução para o problema da sua terra, sendo Laranjeiras o porto tradicional para o escoamento da produção econômica de Simão Dias. Nessa perspectiva, pela Resolução nº 831, de 28 de abril de 1868⁵⁹, voltou a preocupação pela estrada Simão Dias a Laranjeiras. Em meados

57 Resolução nº 237, de 15 e março de 1849:

Art. 1º - Fica criada uma estrada real, e de comércio da cidade de Laranjeiras para a Capela de Simão Dias, com as seguintes direções:

& 1º - Principiará na cidade de Laranjeiras, e daí seguirá pela mesma estrada ora existente, até o sítio Arêa – Branca, na encruzilhada que segue para o engenho Cumbe.

& 2º - Da encruzilhada, de que trata o antecedente, seguirá pela mesma estrada até a extremidade da – Serra Grande – do lado do norte, e daí até a vila da Itabaiana, tornando aquelas direções que mais convenientes foram para o transito de carros.

& 3º - Da vila de Itabaiana seguirá a estrada, sempre em linha reta, até o sítio – Lagoa Seca -, daí até o Vasabarris, desde até a Mata da Carahiba, e desta até a Capela de Simão Dias.

Art. 2º - O Presidente da Província fica autorizado a contratar a abertura dessa estrada até a quantia de dois contos de réis com qualquer cidadão, que mais vantagens oferecer aos cofres Provinciais.

58 Resolução nº 513, de 22 de junho de 1858:

Art. 1º - O Governo da Província fica autorizado a despender a quantia precisa com a abertura de uma estrada, que facilite as vias de comunicação desta capital com a vila de Simão Dias, e pontos intermédios.

Art. 2º - A mesma estrada será feita por meio de arrematação ou contrato.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

59 Resolução nº 831, de 28 de abril de 1868:

dos anos 70, mais precisamente, no dia 8 de janeiro de 1873, a pequena povoação dava um passo à frente, devido a celebração do contrato entre Governo Provincial e o comerciante Eugênio José de Lima, obtendo o privilégio por cinquenta anos, da estrada de ferro de Laranjeiras a Simão Dias, passando por Itabaiana.

De acordo com a Resolução nº 1.002, de 2 de abril de 1875, foi aprovado o dito contrato, com novas alterações. O artigo 2º desta Resolução, prevalece o privilégio concedido para a construção de uma via férrea da capital Aracaju para Laranjeiras, assim, o contratante construía uma só estrada que desse acesso a referida Capital até a vila de Simão Dias, passando pelos atuais municípios de Socorro, Laranjeiras e Itabaiana.

Mas os desejos da população simão-diense foram sendo adiadas, e o Cel. José Zacarias de Carvalho, inconformado, insofrido, agitou o problema. No dia 23 de abril de 1881, o sertanejo publicou em “Jornal de Sergipe”, um belo artigo de sua autoria, denominado “Estrada de Ferro Central”, fazendo reviver o assunto, incendiando a discussão sobre a construção.

Com muita vontade e esperança, os desejos dos simão-dienses seriam realizados num futuro mais próximo. De acordo com o Decreto nº 4360, de maio de 1890, que criou a Comarca de Simão Dias, o Presidente Estadual justifica o ato, afirmando uma possível solução para o problema.

Com base na Lei nº 129, de 2 de abril de 1895, o Presidente do Estado autoriza a emissão de apólices e, conseqüentemente, emprestar a Companhia de Estradas de Ferro do Norte, com sede no território carioca, no Rio de Janeiro, em ocorrência das despesas da construção da estrada de ferro, ligando a capital Aracaju a povoação Simão Dias. Com o morte do Cel. José Zacarias de Carvalho, em 1896, o sonho declinou. Mas a ideia estava viva na esperança e nos corações do povo simão-diense.

Em 7 de setembro de 1905, na Assembleia Legislativa, o assunto da estrada de ferro foi comentado pelo Presidente Josino Menezes, contendo informações sobre a obra. Segundo DÉDA, (2008):

Pus à disposição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, a quantia de 220:000\$000 (duzentos e vinte contos de réis), por aquele Ministério julgada suficiente para os estudos da estrada de ferro Timbó a Propriá, com um ramal para Simão Dias, grande aspiração de todos os tempos dos sergipanos. A História dessa junta e patriótica aspiração, sempre postergada por incidentes e causas múltiplas, eu vos fiz demoradamente na mensagem do ano passado, mostrando desse modo empenho dos que tem responsabilidades, atualmente, pelos destinos políticos e administrativos de Sergipe, em dotar esta terra com os melhoramentos que se mostram mais urgentemente necessários ao seu progresso. (DÉDA, 2008, p. 132).

Art. 1º - O Presidente da Província fica autorizado a despende a quantia de dois contos de réis com os melhoramentos da estrada de Simão Dias para Laranjeiras, na passagem do Vasa-Barris, onde existem duas ladeiras, que tornam quase incomunicável o trânsito público.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

60 Que a mesma vila, em futuro próximo, muito mais progredirá por ser o ponto terminal da estrada de ferro que partirá desta Capital.

Os desejos dos simão-dienses não apagou, pois outro líder substituiu o lugar de José Zacarias de Carvalho, proporcionando outra discussão na Câmara Federal, sob a liderança do Deputado Francisco Leite Neto, sergipano e político com maior base eleitoral em Simão Dias, sendo casado com a sobrinha de José Zacarias de Carvalho.

Mais tarde o deputado tornou-se Senador e assim conseguiu com muita habilidade, em defender os interesses e necessidades da terrinha Simão Dias, uma aprovação da ementa para construção da estrada de ferro, assim, dispondo a ligação de Simão Dias a estrada de ferro, na estação de Salgado. No ano de 1946, o Presidente Republicano Marechal Eurico Gaspar Dutra, sanciona a verba de Cr\$ 1.500.000, para ser aplicada em 1947, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, para construir a estrada de ferro com ligação entre “Salgado – Lagarto – Simão Dias – Paripiranga – Estância”.

A prosperidade e o desenvolvimento da obra progrediu, indo além de Paripiranga, de acordo com a demanda da Cachoeira de Paulo Afonso, os leitos, as obras de arte e a estação de Lagarto, entre outros, foram construídos. Mas, novos planejamentos fizeram parar a obra, o plano foi condenado, pois consideravam a via férrea (estrada de ferro) em plena construção classificada como inadequada aos interesses do país ou região.

A construção da estrada de ferro em Simão Dias é um assunto superado nos dias atuais, restando apenas em memórias históricas, os esforços e lutas de José Zacarias de Carvalho e Francisco Leite Neto, sobrando apenas pontilhões, bueiros e trilhos que foram cobertos pela vegetação.

CONCLUSÃO

A valorização da memória dos sujeitos históricos é importante para construções das histórias que surgem diariamente perante ao ensino da História Local com as vozes sociais transformadoras.

O ensino da História no ambiente educativo tem como função a formação da cidadania podendo obter a criticidade dos alunos em suas realidade, através dos assuntos, conteúdos e conceitos debatidos pelo alunado dentro e fora da sala de aula proporcionado pelo elo entre o passado e o presente nos acontecimentos históricos, culturais e memoráveis.

Nos livros de história os acontecimentos culturais, patrimoniais e memoráveis torna significativo para o desenvolvimento da cidade. A vivência que os alunos estudam nos livros didáticos podem ser expostos através da historicidade de um país, estado ou município.

No território simãodiense a cultura material e imaterial está esquecida pela população, pois as gestões passadas e atuais não tem a preocupação de resgatar a história da cidade. Contudo, os professores de história promovem em suas aulas um verdadeiro enriquecimento de memórias e conhecimentos que muitos alunos não tinham; além de elaborar projetos riquíssimos com o objetivo de mostrar a relação entre os assuntos contidos no material didático com a realidade municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. Editora Cortez: São Paulo, 2009.

BRASIL/MEC/SEF. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, 1997.

DÉDA, Carvalho. *Simão Dias: Fragmentos de sua História*. Aracaju: Livraria Regina. 1966.

DUARTE, Newton. *A Individualidade Para Si – Contribuição e uma Teoria Histórico-Social da Formação do Indivíduo*. Campinas, Autores Associados, 1993.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História. Como os Historiadores Mapeiam o Passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra 2008.

SOUZA, Marcelo Domingos de. *História de Simão Dias. Outra versão*, 2018.

Disponível em: <https://outraversao.blog.br/>. Acesso em 16/07/2020.

IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO: LEITURA E ESCRITA

Daniell Alves Loiola Santana⁶¹

Resumo: No processo de aprendizagem significativa, o trabalho com os objetos e a escrita contribui para o crescimento e evolução da alfabetização. Ao perceber que os alunos são estimulados pelos textos, imagens e objetos ligados aos assuntos do seu cotidiano, entendeu-se que a língua escrita obtém significado em sua realidade. O educador deve oferecer um ambiente que proporcione sua aprendizagem, como o ato de brincar, dramatizar e simbolizar que são métodos para o desenvolvimento do ensino no ambiente educativo. O artigo mostra a importância da leitura e escrita no processo de alfabetização, dentro e fora do espaço educativo.

Palavras-chave: Escola. Leitura. Escrita. Alfabetização.

INTRODUÇÃO

Ao perceberem que os alunos são estimulados pelos portadores de textos ligados aos assuntos do seu cotidiano entendeu-se que a língua escrita obtém significado em sua realidade. Independente do método utilizado, o educador deve oferecer um ambiente adequado às necessidades e interesses do educando para que obtenha uma aprendizagem significativa. Muitos dos atos educativos como, o ato das brincadeiras, dramatização e simbolização são importantes para o crescimento da alfabetização que devem ter estímulos diante dos ciclos de aprendizagem, pois as crianças obtêm a liberdade para o ato brincar, expressar, dramatizar e estudar, proporcionando um crescimento mais saudável.

O educador deve utilizar o livro didático em suas atividades escolares no momento da execução da aula, sendo que todos os alunos devem ter acesso ao material escolar (livro), promovendo um diálogo coletivo entre os educadores. Para Manguel (2004, p.18).

É evidente e necessário utilizar a leitura como uma das fontes de conhecimentos adquiridos ao longo do tempo no intuito de contribuir para o conhecimento do hábito de ler desde as séries iniciais. Nesse sentido, o impacto da leitura na realidade do aluno pode despertar a curiosidade de conhecer o mundo através dos livros podendo obter uma extensão positiva do crescimento na formação do processo ensino-aprendizagem.

O aluno pode adquirir o estímulo da leitura e escrita com as atividades que os educadores aplicam no ambiente educativo, sendo atividades e exercícios provocantes, estimulantes e que tenha muita relação com o cotidiano do mesmo. Na literatura pedagógica, é muito discutido que os assuntos contidos no livro didático nas séries iniciais devem estar em harmonia com a realidade do aluno proporcionando uma aprendizagem positiva, natural e idealizadora de processos de alfabetização que utilizou a vivência do alunado como método educativo inovador.

⁶¹ Graduado em História pela Uniube e em Química pela UniAGES. Especialista em Metodologia no Ensino de História e Geografia pela UniREDENTOR. Especialista em Educação no Campo pela FAVENI. Atualmente é Professor de História e Artes. E-mail: daniell.als10@hotmail.com.

Segundo Coelho, (2000):

Estamos com aqueles que dizem: Sim. A literatura, e em especial a infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola. [...] É ao livro, à palavra escrita, que atribuímos a maior responsabilidade na formação de consciência de mundo das crianças e dos jovens. (COELHO, 2000, p. 15).

O hábito da leitura despertar no alunado a chances de conhecer o mundo sem sair de casa, utilizando a memória através do mundo imaginário. Enriquece o conhecimento do indivíduo gerando um vocabulário longo, rico e preciso em seu cotidiano; além de ter a motivação da escrita qualitativa e quantitativa. Quanto mais o aluno pratica a escrita e a leitura, o mesmo pode adquirir mais conhecimento linguístico e gramatical.

Nesse sentido, o aluno pode tráfegar em diferentes caminhos e tempos através da leitura, podendo ter o encontro entre o imaginário; além de obter o elo do conhecido e desconhecido do passo ao presente com base nas leituras e escritas praticadas.

O tema proposto tem a importância de formar excelentes leitores, iniciando nas séries iniciais e introduzindo no cotidiano das crianças, proporcionando a diversidade do conhecimento para o crescimento educacional, social e familiar. O método do trabalho, a coleta de dados foi adquirida a partir das leituras escritas que são importantes para o processo de alfabetização através da leitura e escrita. Foram utilizados questionamentos qualitativos como base das informações no artigo.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS NA ALFABETIZAÇÃO

A leitura está no cotidiano das pessoas há muito tempo atrás. Surgiu como símbolo na Antiguidade sendo interpretadas pelo homem, e vem se renovando dia após dia. Fischer (2006) ressalta que:

A leitura em sua forma verdadeira surgiu quando se começou a interpretar um sinal pelo seu valor sonoro isoladamente em um sistema padronizado de sinais limitados. [...] A leitura deixava de ser uma transferência um a um (objeto para palavra), para se tornar uma sequência lógica de sons que recriasse uma linguagem natural humana. Em vez de lerem imagens, lia-se, desse modo, a linguagem. (FISCHER, 2016, p. 15).

Com base nas definições de Leffa (1996):

A leitura é basicamente um processo de representação. Como esse processo envolve o sentido da visão, ler é, na sua essência, olhar para uma coisa e ver outra. A leitura não se dá por acesso direto à realidade, mas por intermediação de outros elementos da realidade. Nessa triangulação da leitura o elemento intermediário funciona como um espelho; mostra um segmento do mundo que normalmente nada tem a ver com sua própria consistência física. Ler é, portanto, reconhecer o mundo através de espelhos. Como esses espelhos oferecem imagens fragmentadas do mundo, a verdadeira leitura só é possível quando se tem um conhecimento prévio desse mundo. (LEFFA, 1996, p. 10).

O método de conhecimento da linguagem escrita, não se forma num caminho claro e previsível que as crianças inevitavelmente vão atravessar. Tantos retrocessos e avanços tornam consequências do crescimento da língua escrita de cada indivíduo.

De acordo com Vygotsky (1998), “os gestos tem o significado de uma escrita no ar. É uma maneira de simbolizar atos, ações, sentimentos e objetos dentro do imaginário”. “O gesto é o signo visual inicial que contém a escrita da criança, assim como uma semente contém um carvalho” (VYGOTSKY, 1998, p.141). As ações de dramatização executadas durante o período das séries iniciais são exercidos na atividade escrita sendo observados os sinais que constituem a escrita, e os signos que torna meros sinais gestuais e escritos que foram definidos.

Vygotsky (1998), indica que o desenho como forma de execução da linguagem escrita no primeiro estágio, simboliza que os rabiscos são os primeiros desenhos das crianças, que podem ser percebidos como sinais e ensaios no ato de simbolizar a linguagem falada. Os desenhos são avaliados como uma etapa preliminar no crescimento da língua escrita.

Para Vygotsky (1998), no momento em que as crianças desenhavam objetos complexos, é percebidos qualidades gerais dos componentes. O modo que a criança executa os rabiscos e desenhos indicam o modo em que entendem a representação da linguagem escrita.

O segundo momento da atividade que une sinais e a língua escrita é a dos jogos. Nessas ocasiões, os professores aplicam diversos objetos com seus significados para que os alunos executem os sinais como forma de representação. O brinquedo é o material simbólico das crianças que pode ser entendido como um complexo de “fala”. A brincadeira do faz-de-conta, muitas vezes é considerada por Vygotsky (1998), como uma contribuição do crescimento da língua escrita, pois na brincadeira, um objeto tem a função de um signo.

“Assim como no brinquedo, também no desenho o significado surge, inicialmente, como um simbolismo de primeira ordem. Como já dissemos, os primeiros desenhos surgem como resultados de gestos manuais (gestos de mãos adequadamente equipadas com lápis); e o gesto, como vimos, constitui a primeira representação do significado. É somente mais tarde que, independente, a representação gráfica começa a designar algum objeto. A natureza dessa relação é que aos rabiscos já feitos no papel dá-se um nome apropriado”. (VYGOTSKY, 1998, p.146).

Vygotsky acredita que existe uma etapa crítica na passagem do rabisco simples e a utilização das grafias como representativos sinais ou significados de uma finalidade. A criança passa a conceder através do desenho um significado, adquirindo como um objeto em si, mas não como símbolo representado.

Para Vygotsky a primeira etapa demonstrada pela execução dos símbolos da segunda etapa compreendida na criação dos sinais escritos metafórico proporcionado pelos símbolos falados. Para a criança alcançar a segunda etapa, é preciso descobrir que além do desenho feito, tem uma linguagem falada.

O sigilo do ensino da língua escrita é planejar e classificar adequadamente essa alteração natural, pois ao ser antigida, a criança passa a exercer domínio sendo o princípio da linguagem escrita. Todavia, torna-se considerável, trabalhar

pedagogicamente as especificidades da língua escrita das crianças, mostrando os contrastes entre as letras e números, os espaços e as palavras nas pequenas frases.

O ensino da linguagem escrita partir da modalidade de ensino pré-escolar, segundo Vygotsky (1998), as crianças mais novas são aptas a descobrir a função da escrita. Entre 3 a 6 anos de idade, a criança já tem domínio dos signos e um aumento na perceptividade e na memória. O ensino preparado com a leitura e escrita torna-se necessário as crianças, pois o professor tem a missão, como mediador na aprendizagem significativa.

Todavia, “ensinar às crianças a linguagem escrita, e não apenas a escrita das letras”. (VYGOTSKY, 1998, p157). Que o conhecimento e aprendizagem seja descoberto com a utilização do brinquedo proporcionando a leitura, escrita e a fala.

O PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO NA ESCOLA

Na aprendizagem significativa, o processo de alfabetizar, segue etapas em que o objetivo do ensino seja igualitário a todos. Segundo Lemle (2003), na fase inicial a criança deverá fortalecer a compreensão dos sons podendo ser apresentado graficamente; além de ter a percepção visual e conseguir diferir as letras do alfabeto. Ainda conseguem afirmar que o alunado tem capacidade de leitura e escrita sendo fundamental para obter a capacidade da percepção dos sons da fala aplicados para expressar as palavras e distingui-las, sem saber isolar na corrente linguísticas. Lemle (2003), também aborda que será essencial para o aluno absorver a ideia do entendimento da palavra que é essencial numa mensagem linguística.

Segundo Saraiva (2001), a gestão escolar toma a responsabilidade em promover o ensino-aprendizagem através do processo de alfabetização com o aperfeiçoamento da leitura.

A leitura é a prática do método pedagógico de qualquer área do conhecimento, pois em todas as disciplinas escolares é utilizado o processo de leitura e escrita nas aulas ministradas durante o ano letivo.

De acordo com Colomer e Camps (2002), quando refere-se a leitura, parece simples como realmente é, cabendo ao professor mostrar aos alunos na proximidade utilizando a variedade de atividades em suas aulas.

O ato de ler é organizar os pensamentos e informações de um texto. Quando é realizado a leitura, é utilizado duas fontes informativas sendo a visual e a não-visual. A fonte informativa visual é a parte escrita do texto enquanto que a fonte informativa não-visual corresponde aos conhecimentos que o leitor já traz consigo.

Para o crescimento positivo do processo de alfabetização é necessário a compreensão do professor com a missão de mediar a relação entre o conteúdo, o aluno e o diálogo proporcionando o elo entre educador e educando.

Segundo Carvalho (2002), a leitura da aprendizagem significativa torna eficiente quando o público traz a informação através das convenções, realidades, características, tipos de estrutura textual. A imensa diferença de textos que os alunos apresentam desde cedo, nem sempre são entendidas pelos leitores. Trabalhar a estrutura da linguagem escrita pode ajudar a formar bons leitores e escritores. Quando tem o contato com a literatura infantil e experiências positivas no processo de alfabetização propõe resultados satisfatórios aos alunos em sua vida acadêmica.

Segundo Carvalho (2002):

Aprender a ler como se a leitura fosse um ato mecânico, separado da compreensão, é um desastre que acontece todos os dias. Estudar palavras soltas, sílabas isoladas, ler textos idiotas e repetir sem fim exercícios de cópia, resulta em desinteresse e rejeição em relação à escrita. (CARVALHO, 2002, p.20).

Ao entrar na instituição de ensino, os alunos traz uma bagagem de informações e conhecimentos. Já visualizaram coisas escritas em cartazes, placas, revistas, jornais, embalagens, entre outros, mas conseqüentemente sabe que aquela escrita tem um tipo de significado, embora não as compreendam.

Segundo Carvalho (2002), de acordo com a classe social de cada indivíduo, as experiências da leitura e escrita são variadas. Em diferentes famílias, a leitura e escrita é um hábito cotidiano, enquanto que em classes sociais mais pobres, a leitura e escrita são difíceis, com motivos que podemos perceber na atualidade, como por exemplo, que não sabem ler, ou porque as condições de trabalho não exigia a escrita. Assim, as motivações das pessoas são divergentes, e a instituição de ensino se engana em firmar que a leitura e escrita é igual para todos.

Em algumas pesquisas dos autores na era contemporânea, tem o pensamento que a alfabetização demonstrada através da leitura e escrita tem a funcionalidade no presente, e não apenas no futuro incerto e distante. Pois o indivíduo deve ter a motivação para se esforçar com os estudos para obter a aprendizagem que exige. O educador deve despertar ao alunado a compreensão da representatividade da fala através da escrita, baseado no crescimento da alfabetização significativa para todos os educandos.

O educador pode levar para os alunos a motivação na descoberta das coisas escritas. Num passeio escolar, por exemplo, pode tentar fazer a leitura do que está escrito nas placas, cartazes, da fachada da escola, avisos, no número das salas e no prédio escolar. Na parte externa, o educador pode pedir aos alunos que observe alguma coisa escrita e depois debater em sala de aula, perguntando o que estava escrito, se era números ou letras, em que local estava escrito, e assim despertar a imaginação no sentido das palavras escritas que encontraram nas ruas.

Para facilitar a aprendizagem da leitura, o professor pode mostrar ao aluno que o ato de ler, faz parte do ambiente escolar.

De acordo com Anjos (2012):

(...) uma vez que a leitura é abordada como uma forma de situar o indivíduo no corpo social, despertando neste a consciência de seu papel na sociedade enquanto ser participativo e crítico diante da realidade que o cerca. Nesse contexto, a leitura poderá facilitar o processo de alfabetização, utilizando para isso, variados espaços e recursos, facilitando a expansão de atividades e promovendo o engajamento dos educandos nesse processo. (ANJOS, 2012, p. 01).

Nesse sentido, a leitura não passa a ser importante no ambiente educativo, mas passa a ser também importante na vida adulta, através dela poderá aprimorar seu vocabulário com o hábito de ler e escrever. Anjos (2012) ainda complementa que:

(...) suscita-se a importância da leitura no processo de alfabetização, uma vez que é nas séries iniciais que do ensino fundamental que se introduz o educando no mundo da leitura. É durante a alfabetização que os educandos aprendem a ler e a escrever, tendo essas habilidades trabalhadas e consolidadas ao longo da vida escolar. (ANJOS, 2012, p. 01).

Contudo, com tantos projetos didáticos e pedagógicos relacionados a leitura que nos dias atuais, que não é considerado mais como desagradável. Atualmente, a leitura passa por diferentes maneiras, sendo cada vez mais notada e realizada no ambiente educativo.

Segundo Pereira (2014):

A leitura feita pelo professor alcançou o "horário nobre" em muitas salas de aula e hoje não é mais vista como uma atividade sem grande importância, que é realizada se sobrar um tempinho no final do dia, ou ainda para que seja feita outra atividade com base nela. A leitura está se tornando uma atividade central da aula, ocorre diariamente e, com isso, os professores tem mostrado aos alunos sua importância. As crianças podem conhecer diversos gêneros textuais, escritores e suas obras, valorizar diferentes estilos e apreciar textos de qualidade, previamente selecionados pelo professor, que compartilha com elas os critérios de sua escolha. (PEREIRA, 2014, p. 01).

Com o auxílio dos educandos, podem ser procurados nas escritas em placas de praças e ruas, letreiros de ônibus, placas de veículos, rótulos de uso comum, alimentos, produtos de limpeza, nos remédios, frases nos pára-choques de veículos, e etc. Os alunos traz de casa, materiais diferentes para serem trabalhados no espaço educacional como rótulos, jornais, embalagens, entre outros. Os materiais devem estar visíveis a todos, facilitando a comparação dos produtos, pois os comentários do alunado será de extrema importância. Consequentemente poderão ter perguntas exploratórias a respeito do material proporcionando uma aprendizagem coletiva.

As atividades sugeridas exploram informações do alunado que absorveram em seu dia a dia, que certamente irão ajudar a explorar as diversas utilidades da escrita nas aulas. Além dos alunos descobrirem a diferença entre números e letras existindo uma grande diversidade nas letras (maiúscula, minúscula, cursivas, de imprensa, etc.)

LEITURA E ESCRITA COMO ESTÍMULO NAS ATIVIDADES EXPLORATÓRIAS

A fase da alfabetização proporcionado pela leitura e escrita só é um dos momentos propícios para formação do aluno, pois a criança inicia o contato com diferentes gêneros textuais que traz benefícios para o alunado quando as atividades são relacionadas com seu cotidiano.

Segundo Soares (2008) diz:

É função e obrigação da escola dar amplo irrestrito acesso ao mundo da leitura, e isto inclui a leitura informativa, mas também literária; a leitura para fins pragmáticos, mas também a leitura de fruição; a leitura que situações da vida real exigem, mas também a leitura que nos permite escapar por alguns momentos da vida real. (SOARES, 2008, p. 33).

O ato de ler, não deve ser visto como obrigação que o aluno tem a realizar, mas como um processo de transmissão de conhecimentos no ambiente educativo. Sendo aplicada com encantamento e prazer, o alunado vai ter a curiosidade em aprender mais. Deve ter cuidado no modo de aplicabilidade da leitura; sendo uma tarefa, castigo ou obrigação que proporcionará um desencanto pelo aluno. O segredo é o educador oferecer ao alunado um bom material didático capaz de despertar o desejo da leitura.

Os livros didáticos propícios para a leitura devem conter histórias que o alunado possa se identificar, tornando aquele texto inserido no livro como sua lembrança na realidade; em outras palavras, a história que está sendo lida deve estar comparada a realidade do aluno.

Para Foucambert (1994) alerta que:

Ler significa ser questionado pelo mundo e por si mesmo, significa que certas respostas podem ser encontradas na escrita, significa ter acesso a escrita, significa construir uma resposta que integra parte das novas informações ao que já se é. (FOUCAMBERT, 1994, p. 5).

Todavia, para que o alunado domine a leitura e escrita deve ter capacidades adquiridas no processo de alfabetização e letramento, pois ao saber escrever e ler proporciona a inclusão da capacidade de utilizar a variação linguística dos gêneros textuais que o aluno venha a produzir. O ato de ler é importante para que o aluno adquira a capacidade de escrever.

A constante prática de ler textos diferentes oferece ao aluno a liberdade da escolha do texto que pode estar se indentificando com o mesmo. É necessário ter a percepção de que não se trata de decodificar a letra ou palavra, mas de compreender a leitura executada.

Quando o professor leva a leitura para o ambiente educativo possibilita a aprendizagem, tendo o papel em construir junto com o alunado, seu próprio conhecimento. O educador pode fazer o planejamento da leitura livre e assim fará um momento coletivo em que o professor e aluno dividam a mesma leitura. Portanto, o planejar as atividades e momentos possibilitam a praxidade da leitura, despertando a curiosidade dos pequenos. Para que possa acontecer a formação deste processo, é preciso que o educador utilize novas práticas de leitura, como por exemplo, leitura em gibis, em jornais, poesia, parlendas, música, entre outros.

A leitura quando é compartilhada com bons textos, proporciona o encorajamento de ler tornando o hábito prazeroso para o alunado. Além disso, a criança dentro do espaço educativo precisa estar cercada de recursos pedagógicos e tecnológicos para estimularem a praxidade da leitura com a diversidade de livros e cartazes proporcionando o conhecimento com novidades, e assim tenha o início da construção da linguagem das ideias, de sentimentos, de valores e da oralidade que ajudam na formação pessoal do alunado (MACHADO, 2013).

Segundo Machado (2013, p.18) a escolha dos textos, frases e palavras são suportes impressos ou em tela utilizados no ambiente educativo. Quando o educador alfabetizador seleciona diferentes textos influenciando o aprendizado positivamente da leitura, torna interessante para o alunado.

Quando citamos a prática da leitura e escrita, não podemos esquecer do ambiente importante e enriquecedor do conhecimento que é a biblioteca. Para ter uma boa biblioteca, precisa obter a diversidade de livros e outros materiais acessíveis para

as crianças; além de obter um ambiente arejado, organizado e atraente para o público inserido. A leitura compartilhada pode ser inserida na biblioteca, pois os livros manipulados pelo alunado pode ser levado para outro ambiente e ser realizada o processo de leitura com a família.

Transmitir aos alunos diferentes informações contidas nos textos, com certeza é o incentivo a leitura e a escrita na fase inicial da alfabetização. Fontes materiais como cartas, listas, poesias, histórias, bilhetes, entre outros, consegue exibir ao alunado uma grandeza de letras que provocam curiosidade do mundo da educação.

O trabalho pedagógico utilizando materiais como contas de luz, de água ou de telefone, além de dinheiro ou cheques traz uma gama de informações novas ao aluno. Trabalhar com documentos pessoais (carteira de trabalho, de identidade, título de eleitor) é um ótimo suporte pedagógico para o alunado saber da escrita e leitura, pois são instrumentos do cotidiano das pessoas próximas do educando.

Algumas atividades devem ser observadas nos aspectos formais dos textos, como a escrita do texto (escritos à mão, à máquina ou impresso); os tipos de letras que aparece; os textos entremeados com fotos, figuras e ilustrações; os textos que contem números ou letras, e etc.

Outro ponto importante a ser executado é a diferença entre letras e números. Algumas crianças se confundem em letras e números, como o uso do algarismo, na grafia das palavras como se fosse letras.

Para auxiliar os alunos a cruzar com as dificuldades naturais do método de alfabetização, o educador deve trabalhar essas diferenças em vários contextos.

Segundo Carvalho (2002), quando trabalha o nome do aluno é de extrema importância devido a auto estima especial que o nome apresenta, além de despertar o interesse em aprender a “desenhar” a assinatura descobrindo coisas novas, observando a sua escrita e a escrita dos seus colegas.

Interessante o professor desenvolver uma concepção pedagógica ao trabalhar a escrita do nome como instrumento de alfabetização envolvendo atividades lúdicas, de leitura e de escrita, bem preparados e estruturados para o educando iniciarem algumas diferenciações como: nomes com poucas e muitas letras; nome mais longos e mais curtos; a altura das pessoas não tem relação com o seu nome; os alunos da turma podem ter seus nomes agrupados em conjuntos iniciado e finalizado com a mesma letra, entre outros.

CONCLUSÃO

O sucesso do processo de alfabetização é a colheita dos bons frutos em seu processo, é importante tornar cada período em fase de fantasias, realizações e alegrias. Os educandos desenvolvem linguagens escritas sem ter complicação, e muitas vezes o educador censura e limita-se em desenvolver as etapas fundamentais para a evolução da alfabetização.

É importante desenvolver a capacidade do simbolismo pedagógico, deixando os alunos brincar e fazer o faz-de-conta fantasiando sua imaginação no processo de aprendizagem. As atividades que permite o desenho livre devem ser muito valorizada, pois se tornam os primeiros registros da representatividade da fala e escrita que os alunos aprendem no espaço escolar e são apresentados aos professores.

Segundo Carvalho (2005), “compreender o que foi lido, tirar proveito da leitura, seja em termos de informação ou de prazer (ou ainda de ambos)”. A aprendizagem e ensino das relações entre as letras e sons são de extrema importância, mas devem ser seguidas com leveza sem muita rigidez.

Atualmente é muito discutido o ato da leitura nos ambientes educativos, ter o entendimento que ensinar a ler é o processo lento e desafiadores para os professores, pois muitas vezes a interpretação do leitor em relação ao texto é extremamente desconhecidas devido a alguns fatores que atrapalham a compreensão da leitura. Mas com prática e dedicação, a leitura pode ser prazerosa e relaxante proporcionando uma gama de conhecimento e informação podendo ser dentro e fora do ambiente educativo.

A leitura praticada pelas crianças tem um diferencial em sua aplicabilidade, pois os desenhos e as brincadeiras podem servir como auxílio para o desenvolvimento e crescimento escolar do alunado. Quando o professor utiliza a leitura e escrita de forma dinâmica em sala de aula, despertar o interesse do aluno, tornando o hábito da leitura importante no processo de ensino-aprendizagem.

Nos dias atuais, a tecnologia tem um impacto na leitura; pois o hábito de ler tornou-se em segundo plano devido a facilidade de encontrar tudo pronto nas mídias tecnológicas. Mas, ainda tem um bom público que gosta e pratica a leitura, apreciando e viajando nas belíssimas histórias contidas nos livros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Luciana Moreira dos; BARBOSA, Aline; FERREIRA, Francine Veloso. *A importância da leitura no processo de alfabetização e o uso da biblioteca como espaço de construção do encanto pelo ato de ler*. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/3.40.pdf. Acesso em 17 de setembro de 2021.

CARVALHO, Marlene. *Guia prático do alfabetizador*. São Paulo, SP: Ática, 2002.

_____, *Alfabetizador e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

COLOMER, T; CAMPS, A. *Ensinar a Ler, Ensinar a Compreender*. 1. ed. Porto Alegre: Armed, 2002

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: teoria, análise e didática*. São Paulo. Moderna, 2000.

FISCHER, Roger Steven. *História da Leitura*. São Paulo - SP: Editora Unesp, 2006.

FOUCAMBERT, Jean. Trad. MAGNE, Bruno Charles. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

LEFFA, Wilson J. *-Aspectos da leitura*: editora: Sagra: DC Luzzatto, Porto Alegre 1ª ed. 1996.

LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador*. São Paulo, SP: Ática, 2003.

MACHADO, Maria Zélia Versiani. *Algumas reflexões sobre formação de leitores*. In: Na ponta do lápis. São Paulo. Ano IX, n. 22, ago. 2013. Disponível em: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/images/stories/publico/material/NPL22.pdf>>.

Acesso em: 17 de setembro 2021.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura, Título original: A history of reading Tradução: Pedro Maia soares* Companhia das Letras 2004.

SOARES, Magda B. *Ler, verbo transitivo*. In: PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia (orgs.). *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Ceale Autentica, 2008.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

A USO DAS TICS NO ENSINO DA QUÍMICA: A COMPLEXIDADE DA TABELA PERIÓDICA

Daniell Alves Loiola Santana⁶²

Resumo: A era da tecnologia é marcada pelo crescimento da informática que geram conflitos de conhecimento entre os educadores, porém proporciona e torna mais acessíveis a tecnologia. É preciso que os professores saibam atuar com as novas mídias tecnológicas, pois o acesso a informação é imprescindível, pois a tecnologia no ambiente educacional surge lentamente, infiltra-se em nosso ambiente escolar. Será elencado no artigo toda historicidade da tecnologia envolvido com a educação numa relação entre o ensino da química e a complexidade da tabela periódica inserida nos livros didáticos no ambiente educativo.

Palavras-chave: Ensino. Tecnologia. Tabela periódica.

INTRODUÇÃO

As Tics (Tecnologia de Informação e Comunicação) é uma expressão que se refere ao papel da comunicação (seja por fios, cabos, ou sem fios), na moderna tecnologia de informação. Entende-se que Tics consistem de todos os meios técnicos usados para tratar da informação e auxiliar na comunicação, o que inclui a hardware de computadores, rede, telemóveis, bem como todo software necessário. Em outras palavras Tic consistem em TI, bem como quaisquer formas de transmissão de informações e correspondem a todas tecnologias que interferem e mediam os processos informacionais e comunicativos dos seres.

São utilizados em diversas maneiras e em vários ramos de atividades, podendo se destacar nas indústrias, no comércio, no setor de investimento, e na educação. Pode-se dizer que a principal responsável pelo crescimento e potencialização da utilização das Tics em diversos campos foi a popularização da internet.

As possibilidades tecnológicas surgiram como uma alternativa da era moderna, facilitando a educação da inclusão digital, como uma inserção de computadores nas escolas, e aperfeiçoando com o uso da tecnologia pelos alunos, o acesso a informação e a realização de múltiplas tarefas em todas as dimensões da vida humana, além de capacitar os professores por meio da criação de redes e comunidades virtuais.

O aumento constante do uso dos aparelhos nas salas de aulas é visto facilmente, em algumas instituições de ensino, pois, hoje quase todo aluno possui aparelhos tecnológicos em mãos no qual faz o uso no dia a dia. O professor cada vez mais depara com as novas tecnologias no cotidiano sendo uma ferrameta rápida e interativa que desperta a atenção do alunado.

Segundo Cardoso e Colinvoux (2000), é notório que para atingir um melhor entendimento em qualquer assunto das disciplinas exatas, principalmente, a química

⁶² Graduado em História pela Uniube e em Química pela UniAGES. Especialista em Metodologia no Ensino de História e Geografia pela UniREDENTOR. Especialista em Educação no Campo pela FAVENI. Atualmente é Professor de História e Artes. E-mail: daniell.als10@hotmail.com.

não basta fórmulas e cálculos, mas métodos pedagógicos e tecnológicos que facilitem a compreensão dos alunos nas disciplinas. De acordo com o citado, entende-se que conhecimentos do cotidiano possibilitam uma melhor aprendizagem através da relação entre conteúdo disciplinar com a realidade local.

O educador pode utilizar novas práticas pedagógicas usando as Tics como recurso pedagógico no ambiente educativo, como por exemplo, a utilização da tecnologia. Com o uso das ferramentas tecnológicas, o professor pode amenizar as dificuldades dos estudantes em relação a compreensão da tabela periódica.

O intuito do trabalho é utilizar as Tics como método tecnológico para despertar o interesse do alunado, nos conteúdos passados em sala de aula, sendo possível através da estimulação. Isso cabe ao professor buscar métodos despertadores de aprendizagem, do conhecimento, do questionamento, e assim, auxiliá-lo em sala de aula.

O trabalho têm caráter bibliográfico, pois foi analisado alguns livros adotados no ensino médio, com o intuito de observar como o tema estava sendo empregado. A escolha do tema deve-se ao fato de ser um assunto muito discutido atualmente devido a sua importância para a sociedade. A mesma também natureza qualitativa e exploratória.

A pesquisa é qualitativa pois trata de um método investigativo no qual é explicado pelo autor Giordan (1999), a natureza qualitativa da pesquisa é aquela em que o pesquisador se preocupa com os aspectos do cotidiano e que não podem ser quantificados, pois deve estar em discussão a compreensão e explicação da dinâmica das relações na sociedade.

No âmbito exploratório a mesma se destaca no quesito em que consiste uma caracterização do problema não solucionado diretamente, mas traçando estratégias para resolver o mesmo. Segundo Gil confirma “que as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (2002, p.43).

TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

Considera-se que o computador é uma ferramenta que auxilia no progresso de estudantes, que apresenta dificuldades no processo de ensino aprendizagem no meio educativo. detectar no alunado alguma dificuldade na aprendizagem de extrema facilidade para o educador, portanto, percebe-se que o aluno sentir-se satisfeito ou não com a aula, sendo algo que o educador tem capacidade de detectar no cotidiano.

O uso dos meios tecnológicos no meio educativo veio para ficar, pois tanto o aluno e professor sentem-se travados pelo medo ou por não saber usar, deixando de experimentar os novos meios tecnológicos. Por estar na era da tecnologia, a interatividade deve ser muito explorada, pondo em vista que a informática no ambiente de ensino deve ser usado corretamente, trazendo benefícios para educação.

A necessidade da interatividade consta em um fenômeno das sociedades de informações e manifesta-se nos meios tecnológicos e sociais. Todavia não trata-se simplesmente de modismo, de argumento para venda, ou de dominação maquinária sobre o ser humano. Todavia, não há como ignorar tais evidências, tendo seu lugar assegurado na expressão múltipla da realidade, mas em entender o complexo em conjunto através da emergência da nova modalidade na comunicação, de modo a

simplificação, a não redução das manifestações diversas ou apenas a um ponto de vista.

Segundo Silva (2000):

Interatividade é a disponibilização consciente de um mais comunicacional de modo expressivamente complexo, ao mesmo tempo atentando para as interações existentes e promovendo mais e melhores interações – seja entre usuário e tecnologias digitais ou análogas, seja nas relações “presenciais” ou “virtuais” entre seus seres humanos”. (SILVA, 2000, p.20).

A informática nos dias atuais torna-se necessário no mundo em que vivemos, pois as instituições de ensino tem a missão do preparo do indivíduo com a vida, com a responsabilidade de não fechar os olhos para o real. Diante do real que se passa com a tecnologia avançada ao meio educacional enfrenta alguns obstáculos, porém com possibilidades de resultados positivos, bastando querer se inserir neste contexto e enfrentando o novo.

Os diversos saberes que são vivenciados pelos professores e alunos vem a confrontar com os saberes sistematizados ou seja conhecimentos dialogados nos ambientes de ensino sendo diferentes dos conhecimentos reais do cotidiano. Mas, esses dois tipos de conhecimentos podem ser trabalhados juntos no espaço educativo.

Por meio no manuseamento não linear do conhecimento, do estabelecimento da ligação entre elas, da utilização das redes de comunicação e dos recursos midiáticos, a função dos meios tecnológicos computacionais promove a aquisição das informações, o crescimento de heterogêneos modos de representar e de compreender o pensamento.

De acordo com Litwin (1997):

(...) o computador atua como ferramenta que possibilita a realização de novas tarefas e novas operações que não poderiam ter sido realizadas sem ele, o que equivale a propor que a tecnologia pode se transformar em ferramentas para pensar (LITWIN, 1997, p. 114).

Cysneiros (1997), afirma que as funções dos computadores não forem exploradas no meio educacional, não obterão novidades, além das cores, das bonitas letras entre outros aspectos que pode distrair os espectadores, mas não ganham qualitativamente a exposição. Os meios tecnológicos possibilitam a representação e testam as hipóteses a partir das ideias, que levam a criar um mundo simbólico e abstrato, e introduzindo as heterogêneas formas de interação entre as pessoas.

Nos novos tipos de relacionamentos além de ser envolvida a racionalidade técnico-operatória e técnico-formal, obtém a ampliação da compreensão da postura sócio afetivo no qual tornam claros os fatores pedagógicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos e epistemológicos envolvidas nas relações.

Para valente (1993), as mídias tecnológicas podem ser utilizadas como máquina ou ferramenta de ensino. Como máquina de ensinar destaca-se algumas categorias como tutorias, exercício e prática (drill-and-practice), realidade virtual,

jogos e simulações no qual obtém aspectos de ensino voltado para o tradicionalismo. Como ferramenta destaca-se algumas categorias baseado no construtivismo como processador de texto, software de autoria, planilhas eletrônicas, construtores de gráficos, bancos de dados, linguagem de jogos, hipertextos, controladores de processos (Experiências Assistidas por Computador – EAC), produção de música por computador como comunicador – Telemática (Internet/BBS).

Na parceria entre o setor educacional e a comunidade, explora e constrói conhecimentos segundo as necessidades de seu crescimento, a partir da dinâmica de articularidade em que as instituições educacionais assumem a função de promotor do ensino-aprendizagem.

Tarja (1998) vem a sugerir uma nova renomeação que pode ser definida como o uso do computador para os fins pedagógicos ou sociais. “O que se percebe é que nas escolas, as quais se utilizam apenas da abordagem pedagógica, os alunos são muito inseguros quando ao manuseio do computador e dos softwares de gerenciamento” (TARJA, 1998, p.35).

Assim, não se questiona mais a utilização do computador em educação, também não se deve adotar como uma única visão para as dificuldades educacionais. “A utilização apenas como enfoque social, ocorre em situação em que os alunos não conseguem relacionar as ferramentas tecnológicas aprendidas com suas atividades cotidianas” (TARJA, 1998, p.35).

Drucker (1993, p. 153), afirma que a tecnologia está engolindo as escolas; também enfatiza a importância de “repensar o papel e a função da educação escolar – seu foco, sua finalidade, seus valores... A tecnologia será importante, mas principalmente por que irá nos forçar a fazer coisas novas, e não porque irá permitir que façamos melhor as coisas velhas”.

O aprendizado de um novo referencial educacional envolve mudança de mentalidade (...). Mudança de valores, concepções, ideias e, conseqüentemente, de atitudes, não é um ato mecânico. É um processo reflexivo, depurativo, de reconstrução, que implica em transformação, e transformar significa conhecer.

A aplicabilidade tecnológica de informação nas diferentes partes da atividade humana levou a invenção de cursos técnicos e superiores e mesmo de cursos livres, com função de preparo profissional para ações da área.

O computador tem o funcionamento como uma máquina de ensinamento otimizado enquanto o software vem a ser o mesmo tipo, como por exemplo, tutorial, exercício-e-prática, jogos educacionais ou algumas simulações. Estabelecem-se categorias, prosseguimentos ou escolhas a serem abraçados pelo alunado. O educador torna-se uma testemunha do acontecimento de conquista e exploração do software pelo alunado.

Atualmente, muito se discute acerca do ensino tradicional, pois os alunos alegam que os professores falam muito em teoria e não relacionam com a prática, principalmente no ensino da química, não tornando a aula significativa. Se tratando da química e física, ciência que é estudada nas escolas públicas o professor pode até achar a aula expositiva o caminho mais apropriado para aprendizagem do aluno, porém a todo instante ela não é eficiente. De fato não existe dar aula sem utilizar a exposição, porém, o tradicionalismo atual não gera muitos frutos.

Visto que, é necessário que o professor não aborde em suas aulas explicações consideradas prontas para seus alunos, deve, no entanto, está sempre problematizando, principalmente no ensino de experimentos, pois é fundamental

importância que os alunos sintam-se curiosos em buscar a resposta através das práticas, buscando sempre uma compreensão mais crítica.

Diante da realidade educacional na atualidade, percebe-se que o ensino de química é percebido pelo alunado como algo difícil de ser compreendido, pois o currículo de química é muito extenso e conteudista no qual privilegia a memorização de conteúdos, fórmulas, símbolos, regras e cálculos intermináveis. Além disso, o aluno tem bastante dificuldade de assimilar os conceitos estudados em sala de aula apresentando mero distanciamento em relação aos conceitos do cotidiano.

AS TICS COMO FERRAMENTA DE ESTUDO E COMPREENSÃO DA TABELA PERIÓDICA

Para Maldaner (2007) os alunos chegam na instituição de ensino com explicações próprias do seu cotidiano sendo sustentadas por conceitos e produzidas com interações sociais internalizadas.

Nas aulas de química é extremamente difícil explicar assuntos que não pode ser visualizado na prática. Como acontece nas demais disciplinas exatas, a falta de compreensão e internalização do estudante é muito visível proporcionando consequências como por exemplo, a ausência na resolução das atividades, a falta de interesse na aula, o desinteresse no aprendizado e no gosto pelos estudos, entre outros, sendo motivos que atrapalham os alunos em sua vida estudantil.

Um dos assuntos que os estudantes tem muita dificuldade é a compreensão da tabela periódica, no qual apresenta complexidade de acordo com a teorização explícita nos livros didáticos. Antes do professor explicar sobre a referida tabela, o mesmo deve explanar sobre a história da química desde sua importância até a estrutura da matéria para depois iniciar o estudo da tabela periódica.

Essa relação entre a historicidade da química até a transformação da matéria-prima em elemento químico pode ser relacionado como os acontecimentos do cotidiano como por exemplo, o flúor que é encontrado na pasta de dente. Relacionando o assunto com o cotidiano do alunado pode diminuir um dos problemas enfrentados em sala de aula, sendo a falta de compreensão do aluno nos assuntos de química.

Desde o início da humanidade houve a utilização da matéria-prima para a transformação dos objetos. Na pré-história o primeiro recurso foi a pedra podendo ser laca ou polida na fabricação de artefatos variados. Esses artefatos como ferramenta de utilização eram machados, martelos, entre outros; sendo utilizados nas atividades da caça e pesca por grupos nômades. Com o passar do tempo, outros metais foram sendo descobertos como o ferro, o ouro e prata em uso no processo de fundição dos metais pelos povos mesopotâmicos.

No início da civilização grega alguns filósofos observavam a natureza e começaram a se questionar sobre a composição da matéria, passando a obter diferentes visões sobre o átomo. Durante a história da humanidade, muitas contribuições serviram para a construção de ideias sobre a química. Provavelmente, foram os estudiosos gregos, os primeiros que buscavam compreender a contribuição e o comportamento da matéria. Tales de Mileto e outros pensadores que vieram depois dele também eram cientistas, eram filósofos, mas buscavam explicações com base lógica para o que estava ao seu redor.

Dentre muitos pensadores importantes para o estudo da química, pode-se citar Leucipo com a ideia de que tudo que existe no mundo seria composto por partículas fundamentais indivisíveis e compactas. Demócrito compartilhou a mesma ideia que Leucipo, mas acrescentou em sua teoria que as partículas são átomos imutáveis e infinitas, com substâncias constituídas por partículas indivisíveis em forma e tamanho que determina qualidades de diversas substâncias. Segundo a ideia de Demócrito pode-se exemplificar a barra de ferro, pois se você corta em duas partes e depois em mais partes chegará a um ponto em que não divide mais.

Outro filósofo importante foi Empédocles que trouxe a ideia que os átomos podem ser agrupados em quatro classes distintas e usados desde o início dos tempos até os dias atuais, sendo o fogo, água, terra e ar. Outro importante filósofo foi Aristóteles que acrescenta em sua teoria que os átomos obtêm propriedade ou qualidades diferentes sendo o quente, o frio, o seco e o úmido; além de que cada tipo de átomo é dotado por duas qualidades, como por exemplo, o fogo que é quente e seco.

No estudo da química vem a observar desde a Antiguidade na era grega as hipóteses que os filósofos questionavam diante dos acontecimentos da natureza proporcionando o mistério entre o mito e a ciência. A partir dos experimentos do modelo atômico de John Dalton em sua teoria atômica com três princípios em relação a proporção em massas.

Para Sabino (2020), a teoria de Dalton (1766-1844) é abordado que as substâncias eram formadas por partículas de átomos iguais ou diferentes entre si, são divididas entre substâncias simples e compostas. As substâncias simples são formadas por átomos do mesmo elemento químico como, O_2 ou O_3 . As substâncias compostas são formadas por átomos de elementos químicos diferentes como o gás carbônico (CO_2).

O atomista Niels Bohr (1885-1962), foi um estudioso muito influente no século XX. Seu primeiro trabalho importante foi a determinação da tensão superficial da água. Em 1911 terminou seu doutorado, no qual passou a se interessar pelos trabalhos de Max Planck. Em 1902, resolveu aprofundar os estudos do modelo de Rutherford, que culminou com a publicação em 1913, de um artigo sobre a constituição de átomos e moléculas. Iniciou a pesquisar sobre o átomo de hidrogênio, por ser um átomo mais simples, postulando alguns pressupostos.

Dentre os postulados de Bohr, é descrito o modelo atômico a partir dos elétrons representado por níveis de energia K, L, M, N, O, P e Q; com energia quantizada ou seja, energia calculada. Para a energia ser absorvida ou liberada vai depender da eletrosfera e do núcleo, sendo que a energia absorvida é quando um elétron recebe energia e se desloca para a camada mais externa, enquanto que a energia liberada é quando um elétron passa da camada externa para mais interna perdendo energia devido a estar próximo ao núcleo. Esse modelo é usado para explicar as cores dos fogos de artifício com diferentes níveis de energia.

O modelo de Bohr não explicava, por que certas camadas apresentavam um número máximo de elétrons maior que outras camadas. Para explicar essa dúvida, o químico Linus Carl Pauling propôs que os níveis de energia fossem subdivididos em níveis menores, os chamados subníveis, sendo representados pelas letras (s, p, d, f). A tabela periódica é composta por grupos ou famílias nas colunas verticais sendo numerada de 1 a 18, e por períodos nas linhas horizontais sendo numerada de 1 a 7

conforme a recomendação da IUPAC (União Internacional de Química Pura e Aplicada) no final da década de 1980.

Diante da complexidade dos alunos na compreensão da tabela periódica, uma maneira de trazer o conteúdo da química para a realidade do alunado é a abordagem contextualizada junto com os exemplos do cotidiano para alcançar uma aprendizagem significativa. Na perspectiva de Ausebel (2000), a aprendizagem significativa vem a ocorrer quando o aprendizado se conecta com algo já aprendido. Caso esses conceitos não tenham relação ocorrerá apenas a aprendizagem mecânica (PRASS, 2002). Nesse sentido, o alunado apenas vem a memorizar o conceito, que será depois esquecido, pois o conteúdo não há relação com concepções formadas no cérebro.

O processo de aprendizagem deve ser capaz de obter estimulação, fascínio e a curiosidade dos alunos, não limitando se, apenas na transmissão do conhecimento ou seja um ensino tradicional. O educador deve buscar novas alternativas que possam ser utilizadas como instrumento facilitador do conhecimento visando desmitificar a química através da sua relação com o cotidiano.

A química é uma ciência que vem a contribuir sistematicamente com os avanços da tecnologia e da sociedade para analisar e explicar diversos fenômenos na utilização com técnicas em benefício do próprio ser humano. Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação do Estado do Paraná “o conhecimento químico assim como todos os saberes não é algo pronto, acabado e inquestionável; mas está em constante transformação” (PARANÁ, 2008, p.51)

Conhecimento este que vai se transformando a cada nova descoberta, isto é, se encaixando no que já existe e transforma-se em um conceito moderno. Todavia, esse conhecimento depende do que o mesmo será usado, ou seja, a maneira como será repassado para o aluno, algo provocativo, curioso e interessante mesmo tempo, para que ele saia em busca de respostas para suas perguntas.

Como facilitar a compreensão do conhecimento químico pelo alunado o educador deve fazer a relação do conteúdo estudado com o cotidiano de maneira que o aprendizado do discente seja favorecido. Chassot (2006, p.37) relata que “a ciência é uma das mais extraordinárias criações do homem, que lhe confere, ao mesmo tempo, poder e satisfação intelectual, até pela estética que suas explicações lhe proporcionem”.

Como já é bastante discutido o uso da contextualização no ensino, considerando a mesma como o método com objetivo de melhoria no processo de ensino aprendizagem, pois esta relação cotidiano-conteúdo proporciona trabalhar com algo da realidade do discente para que a partir daí estimule a aprendizagem. Ao trabalhar como temas mais cotidianos percebe-se que os alunos sentem se mais estimulados para estudar principalmente química, já que a mesma é considerada uma disciplina com complexidade e sem serventia por parte de muitos alunos.

O ensino da Química contextualizada vem sendo defendida por muitos autores com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Esse método de ensino vem a construir alunos críticos, investigados, interativos na sociedade, permitindo aos mesmos serem capazes de exibir sua própria autonomia por meio das dificuldades existentes no cotidiano.

A contextualização tem como caminho em ensinar de maneira inovadora um assunto que é tratado por vários escritores, trazendo-o o cotidiano do aluno com capacidade de criar novos conceitos ou de refazer de diferente maneira a abordagem teórica de assuntos existentes a nossa realidade. É muito complicado contextualizar um

tema em sala de aula sem ter as informações necessárias do conteúdo, os docentes muitas vezes se embaraçam em colocar o tema contextualizado, ou muitos professores somente utiliza exemplos sem contextualizar.

Os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN's) propõem a contextualização dos assuntos trabalhados no ambiente escolar como uma assimilação do mundo físico com os conteúdos aplicados, fazendo com que os alunos possam ser idealizados de suas próprias opiniões, sempre sendo instruídos a não perderem a base principal, ou seja, o tema discutido.

Os PCN's tem como objetivo "o conhecimento químico não deve ser entendido como um conjunto de conhecimento isolados, prontos e acabados" (BRASIL, 2006). Diante disso percebe-se que para ter uma qualidade na educação e uma significativa aprendizagem não devemos aplicar o conteúdo imposto no livro didático que tem como base, as leis e formas; mas utilizar o conteúdo aplicado na realidade do alunado.

É perceptível que a tecnologia a cada dia está mais presente na sociedade construindo novas questões para criar e o aprimorar novos materiais por parte das ciências. Atualmente a química, tem ocupado lugar relevante na pesquisa de novos materiais, pois procura responder as demandas existentes, usando suas teorias sobre a constituição da matéria, bem como seu entendimento sobre os elementos químicos.

Logo entende-se que cabe ao profissional traçar meios que contribuam com o ensino aprendizagem. Fonseca (2012, p.37) diz que:

Como principal agente articulador do processo de ensino e aprendizagem, o professor deve criar as condições necessárias para ativar a inteligência dos alunos. É importante que, de modo particular, o professor investigasse quais seriam os motivos e as reais expectativas dos alunos em relação à disciplina de Química. (FONSECA, 2012, p. 37).

Por meio da discussão no trabalho é perceptível que o professor antes de lecionar qualquer disciplina tem que conhecer a turma, tornar válido e importante, além de investigar as dificuldades que os alunos possam ter, por meio da avaliação diagnóstica. Assim, o educador fará um trabalho positivo no processo de ensino aprendizagem, no qual sanará as dúvidas e anseios dos alunos.

Segundo Fonseca (2012) ao realizar metodologias na prática pedagógica o docente propõe uma aprendizagem significativa. Ou seja, com o uso da experimentação, o ensino torna-se mais atraente, pois ao visualizar vem a permitir uma melhor compreensão dos fenômenos e relação do conteúdo no cotidiano. Desse modo, entende-se que o professor deve buscar sempre novos meios de motivações para que o aluno tenha seu melhor aprendizado.

Ao analisar os livros didáticos no ensino médio foi observado que os autores já traz uma abordagem riquíssima de detalhes e informações. O livro da coleção Química: meio ambiente, cidadania e tecnologia que tem como autora Martha Reis é um dos clássicos do ensino médio, mas o mesmo como próprio nome já diz procura relacionar os conteúdos a fim de motivar o aprendizado por parte dos discentes. Neste livro, o tema central é a tabela periódica sendo trabalhado alguns textos que pode relacionar o tema ao conteúdo.

O livro Química geral- volume 1, que tem como autor Ricardo Feltre, vem abordando o estudo da tabela periódica em que traz algumas imagens na qual representa de forma sucinta. Por meio dele é possível fazer vários questionamentos,

bem como despertar a imaginação do discente para que o mesmo desperte o interesse para aprender o conteúdo em questão.

Já o livro Química geral: ensino médio, que tem como autores Carlos Ciscato, Luis Pereira, Emiliano Chemello e Patrícia Proti; vem abordando uma linguagem oral e complexa com ausência de exemplos do cotidiano, pois os autores em sua discussão teórica traz uma contextualização difícil, principalmente, para o alunado da escola pública.

E por último, o livro Química geral: ensino médio, que tem como autora Gabriela Sabino; traz uma abordagem da tabela periódica bem mais atual com algumas imagens e textos relacionando a química com outras disciplinas; além do material ter a riqueza de imagens, textos e atividades, pequenos experimentos, fazendo relação de cada conteúdo com questões de vestibular.

Os livros analisados foram escolhidos devido ao fato de serem bastante utilizados nas turmas do ensino médio, pois existe uma diferenciação entre cada livro e a forma de utilização do professor em cada turma que leciona. Contudo, a contextualização do livro didático e a inserção da tecnologia torna importante na atualidade, pois o alunado quando observa que o livro didático contém além do contexto, inúmeras imagens, experimentos caseiros simples, jogos didáticos sobre cada assunto, como por exemplo, o quimgame, vem tornar a aula mais atrativa, interessante e atraente.

Percebe-se que um dos maiores problemas educacionais no cotidiano é o desinteresse estudantil devido a persistência do método tradicional, ou seja, não apresentam estratégias ou dinamismo que venha a atrair o corpo discente. Por meio da atualidade que o ensino enfrenta, as instituições de ensino representada pelos professores, tem o papel de oferecer ao estudante um ensino motivador, atraente, dinâmico e inovador utilizado a contextualização abordada no livro com a utilização de novos métodos pedagógicos e tecnológicos como, a apresentação de slide, o uso de jogos, uso de mapa conceitual, o uso de blogger, entre outros.

Com a aplicação desses novos métodos pedagógicos e tecnológicos vem a proporcionar ao aluno a visualização do contexto para que o discente consiga sair do abstrato e alcançar o concreto. Isto é, só reproduzindo o que está realmente é importante, já a partir do momento que compreende o que foi explicado no dia a dia ou por meio da visualização de uma imagem, do vídeo e etc; o mesmo absorver bem mais a aprendizagem.

Diante da discussão, é perceptível que o uso da tecnologia nas aula de química proporciona um resultado positivo, quando é trabalhado com responsabilidade e disciplina. Os conteúdos de química que são abordados nos livros discutidos no texto trazem uma abordagem complexa para realidade do alunado, porém o educador pode utilizar a contextualização do conteúdo com o dia a dia e aplicando outros métodos tecnológicos já citados despertando e provocando o alunado.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos com este trabalho pode se observar como a utilização das mídias tecnológicas no espaço educacional proporciona curiosidade ao aluno. Pois, foi notório através da análise dos livros que o tabela periódica obtém sua complexidade inserido na literatura. Como o problema diagnosticado de muitos alunos não buscarem a estudar química na escola ou por motivos já citados no trabalho, é

perceptível que o uso de tema nas aulas de química proporciona uma aprendizagem significativa com um maior empenho dos alunos a respeito de buscar o conhecimento.

Diante disso, foi discutido por meio da literatura a problematização da complexidade da tabela periódica nas aulas de química sendo utilizadas as mídias tecnológicas, pois por meio dos dados discutidos percebeu-se que a mesma é de grande valia para aprendizagem.

Compreende-se que o presente trabalho tinha o sentido em analisar a compreensão e importância dos recursos tecnológicos no ambiente de ensino, desenvolvendo métodos e formas a partir da aplicabilidade das Tics na educação com o uso dos elementos da tabela periódica no cotidiano e analisar os livros didáticos mais utilizados no ensino médio.

Ao analisar os livros didáticos foi percebido que os mesmos trazem o tema com riqueza de detalhes no qual proporcionam uma aprendizagem mais significativa como é defendida por Ausebel (2000). Contudo, entende-se que o trabalho com o tema gerador é usado como suporte motivador para que os discentes venham a buscar o conhecimento. Pois a pesquisa mostrou que a utilização das Tics como recurso tecnológico nas aulas de química proporciona um rendimento significativo através da compreensão do conteúdo pelos discentes.

Percebe-se que a proposta de tema gerador a complexidade da tabela periódica com a exposição dos elementos químicos, foi importante para ser discutido na literatura devido a ser algo de bastante utilizado, porém pouco discutido em sala de aula, mas os mesmos tinham uma propriedade para discuti-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSEBEL, D. P. *A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausebel*. São Paulo: Moraes, 2000.

BRASIL – *Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias* / Secretaria de Educação Básica: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, p. 135, 2006. (Orientações curriculares para o ensino médio; v.2, p.63, 2006).

CARDOSO, E. P.; COLINVAUX D. *Explorando a motivação para estudar química*. São Paulo. Química Nova, pág. 401 – 404, 2000.

CHASSOT, Attico. *Alfabetização científica: questões e desafios para a educação*. Ijuí: ED. Unijuí, 4. Ed, 2006.

CISCATO, Carlos Alberto Mattoso; PEREIRA, Luis Fernando; CHEMELLO, Emiliano; PRIOTI, Patrícia Barrientos. *Química: ensino médio*. 1 ed – São Paulo: Moderna, 2016.

CYSNEIROS, P. G. *Assimilação da Informática na Educação pela Escola Pública*. Recife: UFG, 1997.

DRUCKER, P. F. *Post-Capitalism Society*. New York, Harper Collins, 1993. Traduzido para o português como Sociedade Pós-Capitalista.

FELTRE, Ricardo. *Química volume 1: química geral*. 6ª edição. São Paulo: Moderna, 2004.

FONSECA, Martha Reis Marques da. *Química: meio ambiente, cidadania e tecnologia*. 1ª edição, São paulo: FTD, 2010. (Coleção química, meio ambiente, cidadania, tecnologia; v.3).

FONSECA, Martha Reis Marques da. *Química no cotidiano*. São Paulo: Ática, 2012.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GIORDAN, M. *O papel da experimentação no ensino de ciências*. Química Nova na Escola, n. 10, p 43-49, 1999.

LITWIN, Edith. (org) *Tecnologia educacional: política, histórias e propostas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MALDANER, O. A. *A formação inicial e continuada de professores de Química*. Juí: Ed. Unijuí, 2003.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes Curriculares de Química para a Educação Básica*. Curitiba: SEED, 2008.

PRASS, A. R. *Teoria das representações sociais*. Disponível em: <https://scrinialibis.com/> Acesso em 07/09/2021. , 2002.

SABINO, Gabriela Ildo. *Química: ensino médio*. 1ª série, Curitiba: Positivo, 2010.

SILVA, Marco. *Sala de Aula Interativa*. Rio de Janeiro, 2000.

TAJRA, S. F. *Informática na Educação: professor na atualidade*. São Paulo, Érica, 1998.

VALENTE, J. A. (org) *Computadores e conhecimento: repensando a educação*. Campinas, UNICAMP, 1993.

O TRABALHO DO SUAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS/SE

Danielle Alves Loiola Santana⁶³

RESUMO: O Sistema Único de Assistência Social – SUAS conta com uma abrangente rede de Proteção Social formada por mais de sete mil Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, em todo território nacional, que trabalha com a Prevenção da violação de direitos e fortalecimento de vínculos; e mais de dois mil Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, órgão que trabalha com a violação de direitos dos diversos tipos de usuários, com o objetivo de garantir os direitos violados.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores (as). Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

INTRODUÇÃO

Esse estudo estende-se sobre “O Trabalho do SUAS no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS no Município de Simão Dias/SE” que notadamente repercute a gestão dos trabalhadores do SUAS e realiza um estudo pesquisado sobre o trabalho desenvolvido pelo Município de Simão Dias - SE, especificamente dentro do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. A escolha deve-se ao fato de ter atuado como Coordenadora do órgão e desejar explanar essa realidade e/ou o cotidiano dos trabalhadores.

Nessa tese, é importante esclarecer se os trabalhadores do SUAS possui mecanismos necessários para desenvolver suas atribuições? O município disponibiliza capacitações para os profissionais se qualificarem? A equipe de trabalhadores do SUAS no CRAS é composta de acordo com o Porte do município? O município incentiva o profissional no desenvolvimento das suas atribuições? Qual a importância do CRAS no município?

Sendo assim, essa tese tem como objetivo geral: Compreender o papel dos trabalhadores do SUAS, desafios encontrados no cotidiano, e os avanços da Política de Assistência Social, para os trabalhadores do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS do Município de Simão Dias/SE. E objetivos específicos: Informar o trabalho desenvolvido no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS; Apresentar as atribuições dos trabalhadores do SUAS no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; Apresentar os desafios enfrentados pelos trabalhadores do SUAS, nos CRAS.

No entanto, esse trabalho é de grande relevância para a sociedade, para demais profissionais que atuam na Política Pública de Assistência Social, e estudantes da

⁶³ Especialista em Administração do SUAS-Sistema Único de Assistência Social (FAVENI). Graduada em Serviço Social (UNIT).

área, uma vez que, trata-se de uma temática relacionada ao trabalho público voltado para a garantia de direitos, e prevenção de riscos e/ou violências.

É importante destacar que a oferta de serviços aos usuários da Política de Assistência Social, devem ser ofertados com qualidade, a oferta contaria, acarretará problemas futuros, uma vez que, a população necessita desse atendimento qualificado para solucionar os problemas enfrentados por elas, na maioria das vezes as famílias atendidas pelos CRAS, são usuários com alguma vulnerabilidade que precisa de intervenção dos trabalhadores dos SUAS. A forma de contratação desses profissionais pode acarretar pontos positivos ou negativos na execução das suas atribuições. Identifica-se que na relação entre teoria e prática profissional, a Gestão do Trabalho no SUAS, deixa a desejar, observa-se a admissão de trabalhadores por intermédio de contratos por Tempo Determinado e/ou Cargos de Comissionado (CC) gerando uma interrupção no trabalho desse profissional, pois ele será substituído por outro profissional, sendo que seu trabalho pode ser ou não continuado, já que cada trabalhador tem uma maneira de desenvolver suas atribuições, podendo assim, gerar um prejuízo para os usuários acompanhados pelo anterior profissional. O trabalhador que no ato da execução das suas atribuições, estava se capacitando leva em sua companhia todo o conhecimento adquirido e assim torna fragilizado as ações e atividades desenvolvidas no órgão que trabalhava, por esses fatores, os gestores precisam entender a suma importância do servidor público está em constante aprendizado, desenvolver esforços para capacitar e motivar esse novo membro que irá compor esse quadro de funcionários seja ele técnico ou coordenador de sua pasta.

Por esses fatores, é importante destacar que, os profissionais precisam exercer a Política de Assistência com qualidade, mesmo tendo os vínculos empregatícios supracitados, é necessário organizar as suas atribuições de maneira que o outro consiga acompanhar o seu raciocínio e dar continuidade ao atendimento aos usuários acompanhado pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, sem esquecer do aspecto de grande relevância que é a constante qualificação.

A metodologia utilizada nesse estudo foi a pesquisa bibliográfica, subsidiada pelos seguintes subtópicos: Resgate Histórico da Política de Assistência Social da Gênese do Serviço Social no Brasil até os dias atuais; Gestão do Trabalho no SUAS: Mecanismo de Contratação e Capacitação dos Trabalhadores; Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Portanto este trabalho busca uma reflexão sobre o tema em questão e sob o olhar de autores que tratam de assuntos direcionados a Política de Assistência Social. Diante o exposto, uma das alternativas para o desenvolvimento do trabalho do SUAS com qualidade, é a educação permanente, por meio de capacitações e cursos de qualificação, a fim de propiciar a qualificação dos trabalhadores, gestores e conselheiros da área, de forma sistemática, sustentável, continuada, nacionalizada, participativa e descentralizada, oportunizando ao aprimoramento da prestação dos serviços socioassistenciais.

RESGATE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA GÊNESE NO BRASIL ATÉ OS DIAS ATUAIS

O Serviço Social surge para responder as expressões da Questão Social. A articulação entre o Estado, a Igreja e o Mercado responde as expressões da questão

social (instrumento de trabalho do Assistente Social). O Serviço Social surgiu em forma de caridade, e por muito tempo perpetuou com ações assistenciais, promovidas por “Damas de Caridade” por meio da Igreja Católica que atendia aqueles considerados pela sociedade, como seres desqualificados, desajustados, pobres humanos, esses eram meras pessoas que necessitava de ajuda e não de seus direitos naquela época. Posto isto, surgem às instituições de cunho assistencialista por exemplo: a Associação das Senhoras Brasileiras em 1920; a Confederação Católica de 1922 que mais tarde se voltaria Ação Católica; Juventude Independente Católica, Juventude Universitária Católica e Juventude Feminina Católica.

Neste movimento existiu um avanço na história da Assistência Social Brasileira, tinha com estimativa romper com correntes comuns inspirado pela sociedade norte-americana, e também com os laços que unificavam as ações da assistência social com a predisposições católica, de acordo com Neto:

A Conceituação permitiu ao Serviço Social se aproximar do aspecto crítico das ciências sociais (inclusive com o marxismo); o pluralismo profissional, ou seja, a influência de diversas fontes do conhecimento; e principalmente, a reivindicação da categoria pelo poder de planejar e pesquisas as políticas sociais e não apenas executá-las. Isso trouxe nova imagem ao Serviço Social, que estava trilhando o caminho como profissão intelectual (NETO, 1995, p. 58).

Desta forma surgem nas demandas para o Serviço Social que passa a alcançar a Política de Assistência Social sobre óticas dos trabalhadores no contexto da luta de classes, movimenta-se, na década de 80 a Assistência Social sai da redondeza da caridade e entra na esfera dos direitos sociais contida no artigo 203 da Constituição Federal de 1988, que traz o seguinte texto:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, Constituição Federal, 1988, p. 123).

Desde esse momento a Assistência Social passa a constituir o tripé da Seguridade Social em grupo com as Políticas de Saúde e Previdência com a característica de Política Pública tipificando um progresso para a profissão e os serviços desta pasta. Em 7 de Dezembro de 1993 surgiu a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) com suas definições e objetivos, trata-se de assegurar e garantir a sociedade as imposições básicas e os direitos dos cidadãos e o dever do Estado, com intuito de garantir o atendimento as necessidades básicas para quem dela necessite, desejando o enfrentamento da pobreza e trabalhar a vulnerabilidade social que inúmeras famílias vivenciam em seu cotidiano. O SUAS refaz os serviços, programas, projetos e privilégios relativos à assistência social considerando os habitantes que dela carecem, garante Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta complexidade, tendo a herança a e base no território, ou seja, o espaço social onde seus usuários encontram-se. Dentre as legislações que encaminham as ações desta Política, traz-se a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de

Assistência Social (PNAS) de 2004, as Normas Operacionais Básicas (NOBS) SUAS de 2005 e 2012 e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) promulgada em 2006.

Nesta conjuntura e considerando os objetivos do presente aprendizado a que se resgatar os eixos estruturantes do SUAS, especificamente o que toca a política de Recurso Humanos, pois este estudo fica sobre a política de recursos humanos no intuito de aproximar-se a Gestão do Trabalho no SUAS, tendo como base os mecanismos de admissão desses profissionais com ênfase ao método de concurso público posto pela NOB-RH SUAS e relevo sobre os mecanismos de capacitação continuada, percebendo essa como primordial à qualificação das equipes, em consequência, à qualidade dos serviços postos à acomodação dos usuários.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social. É um lugar público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. Desde do adequado conhecimento do território, o CRAS proporciona a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita a entrada da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais. Entendendo o território, a equipe do CRAS pode apoiar ações comunitárias, através de palestras, campanhas e eventos, atuando próximo à comunidade no levantamento de soluções para o fortalecimento de vínculos familiar. E tem como objetivo precaver a ocorrência de situações de vulnerabilidade e/ou riscos sociais nos territórios dos usuários, por intermédio de desenvolvimento de capacidade e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da extensão do acesso aos direitos de cidadania. A Assistência Social é para todos que dela necessite, como também para famílias e indivíduos em situação de desproteção, pessoas com deficiência, idosos, crianças, pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros. E tem a seguir os serviços ofertado para toda a população, tais como:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) consiste no trabalho social continuado de caráter proativo, preventivo e protetivo. É cedido nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), uma vez que é um dos principais elementos a Proteção Social Básica do SUAS. Com finalidade de materializar o seu propósito, são realizados encontros com um conjunto de eixo familiares representados, de preferência, pelos seus responsáveis. Sob a conduta dos técnicos da equipe técnica do CRAS e previamente planejados, organizados e com metas de reduzido prazo a serem atingidas, são carregadas de reflexões sobre conteúdos voltados a situações vivenciadas e interesses comuns dos participantes. As oficinas com famílias proporcionam a problematização e reflexão crítica das situações vividas em seu território, além de questões muitas vezes ocasionada, naturalizadas e individualizadas. Elas possibilitam o entendimento de que os problemas vivenciados especialmente, ou por uma família, são problemas que atingem outros indivíduos e

outras famílias considerando, desta forma, nas experiências relatadas alternativas para sua confrontação. Pretendem, ainda, contextualizar situações de vulnerabilidade e risco e propiciar a reflexão sobre direitos sociais, proporcionando uma nova compreensão e interação com a realidade vivida, negando-se a conjuntura de passividade, além de conceder processos de mudança e de desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, prevenindo a ocorrência de situações de risco social (Orientações Técnicas sobre o PAIF, Vol. 02, p. 24, 2012). Não é possível preordenar matérias a serem desenvolvidas nas oficinas do PAIF, pois a escolha deve ser feita para representar as demandas locais.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

É mais um serviço pertencente à Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social; deve ser desenvolvido a partir de **ações preventivas e proativas**, no significado de complementar o trabalho realizado no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). A partir de atividades realizadas com grupos, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem como base principal o desenvolvimento do sentimento de pertença e de identidade, além de estimular a socialização e a convivência comunitária e a promoção de competência. Os grupos podem ser organizados conforme faixas etárias, da seguinte forma: Crianças até 6 anos; Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; Adolescentes de 15 a 17 anos; Jovens de 18 a 29 anos; Adultos de 30 a 59 anos e Pessoas Idosas. No CRAS, os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais como: **Carteirinha do Idoso** A carteira do Idoso é o instrumento de comprovação para o acesso ao benefício estabelecido pelo artigo 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso. A carteira deve ser gerada apenas para pessoas idosas que não tem como comprovar renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos. É reservado sempre duas vagas gratuitas para idosos que adquiriu essa carteirinha, com 50% no mínimo de desconto essa carteira é válida por dois anos sendo renovada ao idoso solicitar esse benefício no CRAS de sua cidade. **Passê Livre** é um programa do governo federal que vem garantir as pessoas carentes com deficiência a gratuidade no transporte coletivo interestadual, o usuário se dirige até o CRAS e solicita o formulário para que dois médicos, sendo um especializado na área e outro pode ser um clínico geral ambos necessita preencher o formulário, após isso o usuário leva essa documentação ao CRAS para que o técnico envie pelos correios para avaliação em Brasília, sendo concedido chega a confirmação pelos correios na residência da família. **Segunda via da Certidão de Nascimento Casamento ou Atestado de Óbito** o usuário que encontra-se em situação de vulnerabilidade social inscritas no cadastro único e se não estiver, passara por uma triagem com a Assistente Social, quando é identificado a necessidade é enviado para o cartório uma solicitação da segunda via, o usuário preenche um declaração de hipossuficiência financeira declarando que o mesmo encontra-se sem renda, previsto na Lei nº 7.115/83 essa documentação é encaminhada para o referido cartório com o prazo de entrega em até 30 dias. **Benefício Prestação Continuada – BPC** é direito garantido pela Constituição Federal de 1998, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei n 8.742/93 e pelas Leis n 12.435/201 e n 12.470/201, que alteram dispositivos da LOAS; e pelos Decretos n 6. 214/207, n 6.564/208 e n 7.617/201, assegura 1 salário mínimo mensal ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, a pessoa

com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprove não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. Ambos os casos, é necessário que a renda mensal bruta familiar per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. **BPC na Escola, ID Jovem** é a identidade Jovem, mais conhecida como ID Jovem é um documento que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em lazer eventos artístico-culturais, esportivo e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual são reservadas por viagem, duas vagas gratuitas em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação de serviço convencional de transporte interestadual de passageiros, conforme disposto no Decreto 8.537/2015, fica garantidos pelo Estatuto de Juventude – Lei n 12.852/2013 mais de milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos que terão maior acesso aos seus direitos. **Cartão de Estacionamento (Pessoa com deficiência e pessoa idosa)** trata-se de uma Autorização Especial para o estacionamento de veículos conduzidos por idosos, pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida ou que os transportem em estacionamentos públicos e particulares de uso coletivo, em vagas especiais devidamente sinalizadas para este fim, nas vagas especiais, em área de estacionamento Área Azul, além do Cartão Idoso o usuário deverá utilizar também a folha Área azul. A Lei Federal n 10.741 que estabelece a obrigatoriedade de se destinar 5% das vagas para uso exclusivo de maiores de 60 anos, a Resolução Federal 303 de 2008 determina a adoção do cartão de estacionamento de idoso. **Concessão de Benefícios Eventuais** estão previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social LOAS e oferecidos pelos municípios e Distrito Federal aos cidadãos e às suas famílias que não têm condições de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações adversas ou que fragilize a manutenção do cidadão e sua família. Os Benefícios Eventuais são um tipo de proteção social que se caracteriza por sua oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades. São garantidos no âmbito do SUAS de acordo com a redação da LOAS, em vigor desde 2011. **Programa de Promoção ao mundo do trabalho - Acessuas Trabalho** é uma iniciativa da Política Nacional de Assistência Social para promover o acesso de seus usuários a oportunidades no mundo do trabalho, por meio de ações integradas e articuladas voltadas para a garantia dos direitos e cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade social, o objetivo geral é orientar e qualificar através das estratégias metodológicas, sendo elas mobilização social, sensibilização de usuários, oficinas, rodas de conversa, palestras, metodologias que proporcione troca de conhecimentos acerca do mundo do trabalho, orientar os usuários da política nacional de assistência social sobre questões afetas ao mundo ao trabalho, promover atividades que possibilitem aos usuários reconhecer suas potencialidades, com o intuito de viabilizar o acesso dos usuários atendidos a direitos e serviços, como também, acompanhar a trajetória do usuário no mundo do trabalho. O público alvo toda a população urbana e/ou rural em situação de vulnerabilidade e risco social, com idade de 14 a 59 anos, tem prioridade para a participação os usuários de serviços, projetos e programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais.

A Composição da equipe de referência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS na Proteção Social Básica para a prestação de serviços e realização das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios: **Pequeno Porte I:** Até

2.500 famílias referenciadas; 2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo; 2 técnicos de nível médio. **Pequeno Porte II:** Até 3.500 famílias referenciadas; 3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo; 3 técnicos nível médio. **Médio, Grande, MetrÓpole e DF:** A cada 5.000 famílias referenciadas; 4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS; 4 técnicos de nível médio. As equipes de referência para os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS devem expor sempre com um coordenador (a), necessitando o mesmo, independentemente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dou como concluído meu estudo refletindo que não se tem o convencimento de aprendizagem pelo processo de gestão dos trabalhadores do SUAS como algo pronto e acabado. Ao contrário, sabe-se que esse deve ser um instante onde se desencadeia uma série de outros interrogatórios que a meu ver são motivos para o aprofundamento e execução dessa gestão que se faz importante para o desenvolvimento na execução da Política de Assistência Social no município. Independentemente da limitada produção ao tema abordado para a realização desse trabalho, foi possível identificar vários pontos positivos desse processo, bem como, uma realidade a qual está inserida os trabalhadores do SUAS, foi possível ainda identificar que a gestão tem muito a aprender, com relação a garantir aos trabalhadores os direitos trabalhistas, capacitações como principal ferramenta para aperfeiçoamento exercendo um melhor caminho para um trabalho eficiente e eficaz, considera-se importante priorizar principalmente o concurso público e tendo clareza no cargo e atribuições dentro do trabalho a ser desenvolvido pelo funcionário para que não haja um desgaste físico e psicológico do trabalhador.

Contudo, percebe-se que ainda são inúmeras as dificuldades enfrentadas dificuldades que estão engendradas, por exemplo, nos métodos de composição de equipe de trabalho, inseridas em um contexto social complexo marcado pela luta de classes. Nesse item aponta-se como extremamente aguda e desigualdade existente entre a oferta de capacitações aos de nível superior e aos de níveis fundamental e médio. Entendem-se que é primordial as ações de capacitações dispensadas a eles, com o aperfeiçoamento os técnicos tendem-se a aprimorar seus conhecimentos para cada de mais uma forma de encaminhar e/ou solucionar os problemas vivenciados pelo usuários do SUAS.

Ao pesquisar as questões expostas à tona pelos sujeitos do meu estudo pode-se identificar o quanto esta temática é pouco explorada e implementada no município estudado, é notável que ao longo dessa pesquisa é perceptível que por mais que haja avanço na gestão ainda à vulnerabilidade enquanto entender e exercer a política de Assistência, sobretudo quando se fala em valorizar os trabalhadores, conforme a NOB onde diz que priorizar o concurso público para que não haja modificações nas equipes, tendo como bloqueio em dá sequência aos trabalhos anteriores, ficando fragilizado assim os trabalhos desenvolvidos para os usuários que necessitam de atendimentos, por entender que cada técnico tem a sua própria forma de trabalhar.

É de grande relevância destacar que enquanto o gestor (a), secretário (a), assessores da pasta e todos os que trabalham na secretaria de assistência social e nos órgãos não priorizar a NOB-RH/SUAS, NOB SUAS/2012, com objetivo de entender e cumpri-las, as questões dificilmente o município estudado avançará, e os trabalhos não serão eficientes e eficaz na vida de usuários que dela necessita, é necessário que principalmente o cargo de secretário (a) da assistência seja no mínimo uma pessoa graduada na área de Assistência Social, para que a compreensão do que se pretendem planejar e executar ao longo do mandato, seja eficaz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. São Paulo, Atlas S.A, 9. ed. 996.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS**. Aprovadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução n 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada. BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Conselho Nacional de Assistência Social**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, MDS: 2009.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre PAIF – Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. Volume 2. Brasília, MDS: 2012.

BRASIL. **REDE SUAS**. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/carteira-do-idoso/>>, Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/relocrys/bpc/indice.htm>>, Acesso em: 04 jan. 2021.

BRASIL, **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**. <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia/beneficios-eventuais>>, Acesso em: 08 jan. 2021.

A IMPORTÂNCIA DA ESTATÍSTICA EM EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA LÓGICA E AGREGADORA

Delidio Pereira Nery⁶⁴

RESUMO: Dentro do processo educacional, a estatística em si, é algo transformador e de cunho informativo. Assim, como já citado, a estatística na educação é algo que possa agregar conhecimentos de fatos e ações positivas e ou negativas. Nesse sentido, ações de estatísticas, em especial dentro do processo educacional é sem dúvidas um dos meios a se provocar ações qualitativas e quantitativas. Ademais, trabalhar e se falar de estatísticas na educação, é preciso conciliar vários fatores e dissoluções, onde um agregará ao outro, fazendo com que professores, sujeitos alunos e toda comunidade escolar possam participar.

Palavras-chave: Educação - Ensino Aprendizagem - sujeitos alunos – estatística – qualidade.

INTRODUÇÃO

O trabalho de estatística na educação é necessário para fins de aferir, localizar e sucessivamente buscar entender, formas e soluções para as mesmas. Nesse sentido, ações de estatísticas, em especial dentro do processo educacional é sem dúvidas um dos meios a se provocar ações qualitativas e quantitativas que busquem soluções e norteiem rumos a seguir para o bom andamento da instituição educação como um todo. Independente de cada resultado dos trabalhos estatísticos, ações agregadoras devem surgir, seja para sequenciar o que outrora fora aferido e ou para redimir e buscar meios para melhoras dos pontos negativos obtido dentro dos estudos estatísticos apresentado como um todo e por todos.

Assim, as estatísticas são correntes de métodos para a análise de resultados obtidos por tal procedimento, onde logo após, segue se, firmemente em busca da construção de resultados e desconstrução dos dados negativos demonstrados por uma ação estatística, em especial dentro do processo da educação, que ao partirem para solucionar tais problemas obtidos, novas ações positivas apareceram.

Segundo Toledo (1985, p.13) a utilização da estatística é:

Cada vez mais acentuada em qualquer atividade profissional da vida moderna. Nos seus mais diversificados ramos de atuação, as pessoas estão frequentemente expostas à Estatística, utilizando-a com maior ou menor intensidade. Isto se deve às múltiplas aplicações que o método estatístico proporciona àqueles que dele necessitam.

64 Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Leonardo da Vinci. Pós-graduado em História e Cultura do Brasil. Educação Especial e Inclusiva. Gestão Escolar. Graduado em História e Geografia pela Universidade Católica Claretiano. Professor do Estado de Goiás.

Veja, que Toledo explica que dentro das exposições das estatísticas, medidas múltiplas deverão ocorrer para o bem comum da instituição, hora avaliada e apresentada dentro dos quadros estatísticos. Diga se de passagem, as ações de estatísticas podem e devem ser usadas em todos os ramos e ou áreas do conhecimento humano, com a finalidade de outorgar meios solucionáveis de todos os tipos de situações problemas, sobrepondo, ações eficazes para todos os resultados encontrados.

1 – ESTATÍSTICA EM EDUCAÇÃO.

Em se tratando das ações em decorrência dentro das diversas situações educacionais, a estatística em si, é algo transformador e de cunho informativo. Assim, como já citado, a estatística na educação é algo que possa agregar conhecimentos de fatos e ações positivas e ou negativas. Contudo, é necessário ressaltar que, com os dados em mãos, portas podem ser abertas no sentido de resolução concomitantemente as ações de cunho a se resolverem toda e qualquer problematização com meios e ações qualitativas e quantitativas. “A Estatística deixou de ser a simples catalogação de dados numéricos coletivos e se tornou o estudo de como chegar a conclusões sobre o todo, partindo da observação e análise de partes desse todo”. (CRESPO, 1995, p. 11).

Outrossim, o ponto mais importante das estatísticas, é sem dúvida alguma, o lograr êxito na condução da construção de soluções dentro de cada dado encontrado em cada estatística, focando assim, o trabalhar em cima de cada dado, com a finalidade de conclusões de cada situação. Como destaca CRESPO (1995, p. 13); “o aspecto essencial da Estatística é o de proporcionar métodos inferenciais, que permitam conclusões que transcendam os dados obtidos inicialmente”. Veja que, o intuito de cada estatística é buscar meios de solucionar cada problema que aparecer dentro das várias situações “pesquisadas” com o intuito de melhoras e sequencias favoráveis em prol do conjunto da obra como um todo.

Ademais, dentro do processo ensino aprendizagem educacional, as estatísticas são, sem dúvidas, de total importância e celeridade no quesito resolução de situações problemas, que por sinal, revelará mais praticidade no já citado, conjunto das obras em solucionar o melhor para todos os envolvidos.

A Estatística está interessada nos métodos científicos para coleta, organização, resumo, apresentação e análise de dados, bem como na obtenção de conclusões válidas e na tomada de decisões razoáveis baseadas em tais análises. (SPIEGEL, 1975, p. 1).

Visto isso, o papel de quem recebe algum desses dados estatísticos, deve ser o de buscar meios que cuide e gere situações de nortear a busca de resultados obtidos para serem resultados resolvidos em prol de determinada instituição hora caracterizado como espaço ordenador e carente de soluções para o bem comum de

os seus entes participantes. Freire (2003, p. 30) afirma que “quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções”. Neste sentido, é que compreendemos a realidade através de dados estatísticos e sucessivamente, partimos para o desenvolver resoluções dos dados revelados.

Em se falando das estatísticas dentro do processo educacional, é importante destacar, que as mesmas devam ser trabalhadas até em salas de aulas junto aos sujeitos alunos, que por sinal, cumpriria as várias citações do grande mestre Paulo Freire, que conota uma educação liberadora com seus entes críticos e conhecedores de todas as situações, problemas e ou não. Dito isto, os próprios paramentos de currículos de nossa nação, destaca com êxito, que;

É fundamental ainda que ao ler e interpretar gráficos, os alunos se habituem a observar alguns aspectos que lhe permitam confiar ou não nos resultados apresentados [...]. Costuma ser frequente nos resumos estatísticos a manipulação de dados, que são apresentados em gráficos inadequados, o que leva a erros de julgamento. Esses erros podem ser evitados, se os alunos forem habituados a identificar as informações que foram levantadas, bem como informações complementares, a comprovar erros que são cometidos ao recolher dados, a verificar informações para chegar a uma conclusão. (BRASIL, 1998, p. 136).

Assim, os próprios sujeitos alunos poderão conhecer todos os tipos de dados e ao mesmo tempo, serem sujeitos estatísticos, com levantamento de seus próprios dados e situações problemas ou não. Evidente que, tudo de suma acompanhamento com cada docente, com a finalidade de aprendizagem e conhecimento. Finalmente, teremos sujeitos que conheceram de perto como buscar as várias formas de se conhecer e estudar dados, ainda de serem e terem a compreensão crítica com formas de pensar, engajar e sucessivamente provocar nos mesmos, meios de terem participações ativas em todas ações que envolve, não só o processo educacional, mas todas as possíveis em todos os setores sociais de uma cidade, estado, nação e mundo a fora. Assim teremos cidadãos que contribuíram com bem de todos ao seu redor.

Para que a educação, tanto como prática como pesquisa, seja crítica, ela deve estar a par dos problemas sociais, das desigualdades. [...] deve tentar fazer da educação uma força social progressivamente ativa. [...] Para ser crítica a educação deve reagir às contradições sociais. (SKOVSMOSE, 2001, p.101).

Dito isto, sobrepomos o mérito que se deseja alcançar, ou seja; professores regentes com participação ativa e eficaz junto aos sujeitos alunos, no sentido serem participantes do processo do grande processo de aprendizagem junto as várias provocações criadoras de possibilidades, situações e resoluções.

Uma das formas que seria porta de entrada para esse trabalho estatístico junto aos sujeitos alunos, é junto ao componente de matemática, que por sinal, estatística tem tudo a ver com seus métodos e ações curricular. Nisto sabemos que desde de Heródoto, quando quis conferir a população do Egito, utilizou, acredito que pela primeira vez, ações de estatísticas matemáticas. LOPES (2008 p. 62) coloca que “A utilização desta metodologia permite ao aluno a construção de noções e conceitos matemáticos como ferramentas para resolver problemas. Além, de que junto ao componente curricular dos números “matemática”, os sujeitos alunos passaram e serão provocados a serem colaboradores de boa parte de formação cidadã, como observamos em BRASIL, (1998, p. 26);

Falar em formação básica para a cidadania significa refletir sobre as condições humanas de sobrevivência, sobre a inserção das pessoas no mundo do trabalho, das relações sociais e da cultura sobre o desenvolvimento da crítica e do posicionamento diante das questões sociais.

Entender os números, os quadros, as estatísticas em si, é algo social e de compreensão do que se passa e ou tem atuação com a finalidade de certos acontecimentos, em especial os sociais de uma sociedade. Nisto, devemos compreender que ao ser ensinado a função e ao mesmo tempo, compreender as várias situações matemáticas numéricas de uma pesquisa e ou estatística dentro da sociedade, colocará sujeitos alunos mais ativo, críticos e conhecedor de todas as relações sociais existentes.

Dessa forma, faz-se necessário que a escola proporcione ao estudante, desde os primeiros anos da escola básica, a formação de conceitos que o auxiliem no exercício de sua cidadania. Entendemos que cidadania também seja a capacidade de atuação reflexiva, ponderada e crítica de um indivíduo em seu grupo social. (LOPES, 2008, p. 60).

Diante das palavras de Lopes, entendemos o grande papel participativo em que todos os cidadãos e neste caso, sujeitos alunos, para a compreensão de tudo ao seu redor, sem ser manipulado e ou gerido por ninguém, que os mesmos não aprovem.

Contudo, é preciso ações e mais políticas públicas que apoiem toda e qualquer ação dentro do processo educacional. É lamentável, se formos para os números condizentes e estatísticos das ações e situações de comparação do Brasil, para com outros países, em muitos casos, nações até mais pobres que a nossa, e com números que os favoreça. Veja que, em 2019, o país, ocupava uma média 60ª colocação ou mais nos quesitos leitura (português), matemática e ciências, dentre

nossas escolas da rede pública brasileira. Com boas melhoras, entre as elitizadas particulares que ficam em média na 5ª colocação. Veja:

Divulgados no quarto trimestre de 2019, os resultados não são muito animadores para o Brasil: entre 58º e 60º lugar em leitura, entre 66º e 68º em ciências e entre 72º e 74º em matemática. A variação existe por conta margem de erro adotada pela pesquisa. [...] A nota de escolas particulares de elite do Brasil colocaria o país na 5ª posição do ranking mundial de leitura do PISA. Já o resultado isolado de escolas públicas estaria 60 posições abaixo, na 65ª entre 79 países. (LYCEUM, 2019).

Neste sentido, é notório a grande falta de investimento de políticas públicas dentro do processo educacional. Políticas estas que vão de encontro com as necessidades obtidas em dados como as estatísticas de cada localidade e outras ações a mais. É preciso termos um país que seja o protagonista e não o coadjuvante, de uma prática que por sinal é a mais benéfica em uma sociedade, a educação. É preciso uma educação de qualidade, com profissionais valorizados, amparados e acreditados. É preciso amparo legal e verdadeiro para alunos e comunidade escolar como um todo. É preciso mais escolas e automaticamente boas estruturas em todos os rincões do Brasil e muito mais a se apresentar. Só assim teremos números favoráveis em dados mundiais.

O Estado deve investir na educação de base. O ensino pré-escolar tem papel importantíssimo durante a vida estudantil e acadêmica do aluno. Dessa forma, é preciso investir na potencialização do aprendizado desde os primeiros anos escolares, para que o estudante esteja apto a receber novos conhecimentos e, ainda, consiga absorver melhor os conteúdos visualizados nos próximos períodos. (LYCEUM, 2019).

Investimentos e comprometimentos de todos! Lógico que não se pode culpar somente o Estado, mas sim fazer nossa parte. Ensinar desde cedo ações problematizadas e seus rumos de convivência e soluções. Mas que é necessárias ações agregadoras públicas no sentido educacional do país, isto é notório e essencial para o bom andamento e crescimento números estatísticos com qualidade e quantidade.

Enfim, é preciso se atentar de verdade em todos os dados estatísticos coloquiais, de tantas esferas educacionais existentes em nosso país, como já citado em todo o texto e ao mesmo tempo, esperar que tanto MEC quanto outras autarquias possam de verdade notar a necessidade de se atentar para a realidade e se ter ações em prol do bom desempenho na qualidade de verdade, de todas as instituições educacionais do país. Daí se vê tantas ações fantasiosas com números que nem são tão bons assim e já se alegram como se fosse números que podem oferecer disputa dentro do patamar internacional, como já vimos.

É preciso temos em nosso país o compromisso de aproveitar todas a pessoas, em especial colocando as, como protagonistas de suas próprias vidas com futuro, certos de conquistas. Nisso teremos uma nação com mais igualdade, mais clareza e mais empatia para com o próximo. Para isso é necessário como já citado e destacado, investimentos em políticas públicas que subsidiem uma educação de qualidade, com mais aproveitamento humano e sem desleixos para com a causa, que por sinal é mais que nobre e eficaz para os próprios sujeitos, quanto para toda uma sociedade que anseia de apoio social e intelectual.

Segundo os mais variados dados, nosso país tem grande desperdícios de gentes, e não é de se assustar quando escrevemos isso, mas de entristecer a todos, confira o que diz;

Hoje nós desperdiçamos nossa gente. Veja só: 3,7 milhões de bebês nasceram em 1995. Destes, 540 mil chegaram à faculdade na idade certa. Em 1999, foram 3,6 milhões de bebês e apenas 240 mil concluíram o Ensino Médio com aprendizagem adequada em Matemática. É menos de 7%. Um resultado que se repete e mostra que não estamos preparando nossas crianças e jovens para os desafios futuros. (LEMANN, 2019).

É mais que lamentável quando nos deparamos com notícias como esta, citada por Lemann, que por sinal, nos arremetem a fatos verdadeiros. Basta olharmos para o nosso lado, sem nem mesmo precisar irmos além de nossos locais de trabalhos e vivência. Nisso demonstra que precisamos estarmos atentos as nossas próprias ações, e não ficar só a mercê de governos e Estados. Ainda que sabemos, que toda forma estrutural, em especial de investimentos, deva vir dos próprios. Mas avenge no que diz respeito a fazer ao menos um pouquinho do que está sobre nossos alcances. Como LEMANN, (2019), destaca que todos nós, somos enormes, complexos e plurais. “E nossos problemas também. Por isso, precisamos ter pessoas prontas para ajudar o país a avançar. Pessoas preparadas e comprometidas com seu desenvolvimento”.

Ademais, trabalhar e se falar de estatísticas na educação, é preciso conciliar vários fatores e dissoluções, onde um agregará ao outro, fazendo com que professores, sujeitos alunos e toda comunidade escolar possam participar ativamente desse conceito numérico que denota situações e pode provocar soluções em conjunto. Por isso a necessidade agregadora com participação ativa de docentes e discentes com um mesmo objetivo comum. O em maior e melhor para todos dentro do processo educacional e sucessivamente, na vida social complementar.

É bem verdade que o professor tem sua postura pedagógica, o seu estilo de ensinar, assim como o aluno tem seu próprio jeito de aprender, isto é, de desenvolver seu comportamento cognitivo. Se o professor é criativo em sua

ação pedagógica, supõe-se que ele criará meios de estimular o desenvolvimento da criatividade de seus alunos. (RESENDE, 2009, p. 218).

No entanto, é como em qualquer instituição as questões lógicas e ou aderentes ao mercado de trabalho, que sucessivamente traz consigo ações interpretativas e contundentes junto ao processo educacional. Ademais, é mais que notório que toda e qualquer ações em prol de busca de conhecimentos, clareza e lógica, deve fazer parte do processo ensino aprendizagem que busca qualidade. A estatística, o raciocínio lógico e qualquer outra ação efetiva que possa agregar no sistema educacional de sujeitos alunos e ou comunidade escolar como um todo, faz a diferença e compactua para o bom andamento qualitativo e quantitativo de onde se é elaborado e executado.

Sabedores em que vivemos em mundo moderno, competitivo e cheio de grandes acontecimentos, é preciso de forma geral, estamos prontos e ao mesmo tempo na defensiva de tudo que poderemos encontrar vida a dentro. Se formos olhar para o campo do mercado de trabalho, é notório que se valera da vaga, aquele em que produzem mais confiança e determinação em prol do almejado, nessa hora, é mais que essencial a vislumbração e ao mesmo tempo, características de quem tem mais a oferecer. Com raciocínio saldável e sólido, teremos convicção do oferecido e ao mesmo tempo, contemplado como forma de interpretação, do que se espera do que se almeja a determinado foco. Ou seja, como mencionamos algo em busca no mercado de trabalho. É importante demonstrar que ao interessar por determinado cargo, é importante demonstrar dentro do pensamento e raciocínio lógico, que se tem conhecimento do que se busca e ao mesmo tempo, que tem determinação de se aprender mais sobre tal foco. Assim; conhecer, aprender, “[...] saber, não só se os fatos são verdadeiros, mas especialmente, entender porque são verdadeiros ou não” (MATHEUS; CANDIDO, 2013, p. 8).

Se ignorarmos as necessidades e os incentivos que são eficazes para colocá-la em ação, nunca seremos capazes de entender seu avanço de um estágio do desenvolvimento para outro, porque todo avanço está conectado com uma mudança acentuada nas motivações, tendências e incentivos (VYGOTSKY, 1991, p. 105).

Vejamos que, com a influência das estatísticas educacionais e do raciocínio lógico, nossas ações e situações deverão serem e terem desempenhos lógicos de grandes alcances e sucessivamente, conquistas em diversas situações da nossa vida! Para (Abar, 2011, p. 01), o aprendizado da lógica auxilia os estudantes no raciocínio, na compreensão de conceitos básicos, na verificação formal de programas e melhor os prepara para o entendimento do conteúdo de tópicos mais avançados. Outrossim, o autor, deixa transparecer que dentro dos estudos do raciocínio lógico, farão com que seus participantes e sucessivamente aprendizes, serão sujeitos com habilidades de

criticidade, no que diz respeito a opiniões, inferências e argumentos, dando sentido ao pensamento.

No entanto, é de suma importância desenvolver o raciocínio lógico desde os primeiros dias do processo ensino aprendizagem dos sujeitos alunos. Veja, que para (Piaget, 1975, p. 17), “o conhecimento evolui progressivamente, por meio de estruturas de raciocínio que substituem umas às outras, através de estágios”. Assim, todo e qualquer forma de conhecimento tem evolução progressiva, e demanda tempo e ação. Assim sendo, é importante o trabalho dessas ações junto e desde a educação infantil.

Dito isto, as transformações que tanto sonhamos e lutamos, se conquista de forma a abranger sucintamente o que aprendemos, ensinamos e ao mesmo tempo provocamos dentro das esferas sociais, a começar pela escola, nos discentes, comunidade escolar, até chegar em todos. Só assim, poderemos ver o mundo transformados por aqueles que ensinamos e aprendemos ao mesmo tempo. Colocando os, como protagonistas de ações que mudarão para sempre a vida de todos! Ou seja, o verdadeiro papel docente é promover, atentar se, e juntos, trabalharem na construção de uma educação construtiva com dados, estatísticas, estratégias e lógicas construtivistas em prol de sujeitos alunos e toda comunidade escolar, como um todo. Nisto se terá a verdadeira rede de relações e resultados esperados dentro do sistema educacional de qualidade e quantidade. Só assim teremos a verdadeira transformação dentro do projeto ensino aprendizagem com resultados eficazes em busca de resultados transformadores para toda uma sociedade, ou de nada adianta termos números, cronogramas, estatísticas e outras tantas ações, se não lutarmos por trabalharmos em consonância de construção de formação de homens e mulheres para serem e fazerem a diferença. Veja, segundo Pimenta;

Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos (PIMENTA, 1996, p. 76).

Considerações finais

As questões de estatísticas dentro do processo educação são sem dúvidas, fatores primordiais dentro do conceito informativo e ao mesmo tempo transformador. Diga se de passagem, quando se tem resultados, ainda que não da maneira que queremos, podemos tomar atitudes e ao mesmo tempo, buscar meios que possam mudar os mesmos. Neste sentido, o papel informativo das estatísticas é para redimir as questões problemas e ou aperfeiçoar as questões de bom galardão.

Por outro lado e por situação positiva, é no sentido de se colocar em pauta todos os dados obtidos em mesa e buscar soluções para tais, como já citado no texto,

podendo apresentar aos próprios sujeitos alunos a chamadas estatísticas com conotação de busca de conhecimentos, problematização existentes e busca de soluções para com ambos, que enriquecerá na construção de seus saberes, a cognitiva de que existem problemas, mas que também se pode buscar meios de redimir os mesmos. Assim teremos cidadãos com mais entendimento, criticidade e morosidade no que diz respeito a tantas formas de negativismo e positividade em todas as esperas de uma sociedade. Conhecer a realidade em sua volta, em sua cidade, estado e nação faram de professores, alunos e sociedade em geral com mais conhecimentos e lucidez no que diz respeito as vivências e formas de lutas por dias melhores. Assim sendo, teremos pessoas comprometidas com as causas do oprimido e também dos que não são. Como ressalta o grande mestre FREIRE, (2011, p. 111);

Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas este compromisso, porque é amoroso, é dialógico. [...] Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo.

Ademais, trabalhar e se falar de estatísticas na educação, é preciso conciliar vários fatores e dissoluções, onde um agregará ao outro, fazendo com que professores, sujeitos alunos e toda comunidade escolar possam participar ativamente desse conceito numérico, ou seja, o papel informativo das estatísticas é para redimir as questões problemas e ou aperfeiçoa lós de forma agregadora como um todo. Enfim, é preciso raciocinar, ter lógica e sequencia junto as estatísticas como complemento de um ensino de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ABAR, Celina A. A. P. **Noções de Lógica Matemática**. PUCSP, 2011, p. 01. Disponível em: www.pucsp.br/~logica/. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 136.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 26.
- CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 11.
- _____. **Estatística fácil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 13.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50^a. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, p. 111.
- LEMANN, Fundação. **Hoje desperdiçamos nossa gente no Brasil**. Notícias, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3AP13tb>>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- LYCEUM, Redação. **Pisa – Ranking de educação mundial**: Blog Lyceum, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/36xJErb>>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- LOPES, Celi E. **O Ensino da Estatística e da Probabilidade na Educação Básica e a Formação dos Professores**. Caderno Cedes. Campinas, vol. 28, n.74, p. 72, jan./abr. 2008.
- PIAGET, Jean. **Gênese das estruturas lógicas elementares**. Rio de Janeiro: Forense. 1975, p. 17.
- PIMENTA, S. G. **Formação de professores – saberes da docência e identidade do professor**. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v.22, n.2, p.72-89, jul./dez. 1996.
- RESENDE, L. P. **A formação docente e a sala de aula como espaço de criatividade**. Anuário da Produção Acadêmica Docente. Vol. III, n.4, 2009. São Paulo: Anhanguera Educacional S.A., p. 218.
- SPIEGEL, Murray Ralph. **Estatística**: resumo da teoria, 875 problemas resolvidos, 619 problemas propostos. Tradução de Pedro Cosentino. ed. rev. por Carlos José Pereira de Lucena. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975, p. 01.
- SKOSVMOSE, O. **Educação Matemática Crítica**: a questão da democracia. Campinas: Papirus, 2001, p. 101.
- TOLEDO, Luciano Geraldo; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística Básica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1985, p. 13.

WITTGENSTEIN E A CONCEPÇÃO PRAGMÁTICA DO SIGNIFICADO: UM ENSAIO DE FILOSOFIA DA LINGUAGEM CONTEMPORÂNEA

Denis Andre Bez Bueno⁶⁵

RESUMO: O tema central do presente artigo científico é a concepção pragmática do significado das expressões linguísticas desenvolvida pelo filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951), e o problema que o delimita é o seguinte: de que modo a concepção wittgensteineana responde ao problema do significado superando objeções a teorias previamente elaboradas? Buscar-se-á responder ao problema de pesquisa supramencionado seguindo os seguintes estágios: apresentar em que consiste o problema filosófico do significado; identificar a teoria proposicional do significado e as principais objeções feitas a ela pelos teorizadores do significado enquanto uso; analisar a perspectiva pragmática de Wittgenstein acerca do significado.

Palavras-chave: Filosofia da Linguagem. Significado. Wittgenstein. Concepção Pragmática.

INTRODUÇÃO

Ao nos depararmos com as áreas de estudo da Linguística, é comum encontrarmos, entre várias outras disciplinas, a Semântica e a Pragmática. Enquanto a primeira é definida como aquela que “preocupa-se em determinar o significado intrínseco das palavras e sentenças e estuda a relação entre as formas linguísticas e as coisas no mundo” (GOMES, 2012, p. 38), a segunda é definida como aquela que se ocupa de “[...] o que se faz com a linguagem, em que circunstâncias e com que finalidade” (GOMES, 2012, p. 38), levando em consideração elementos como o contexto no qual uma expressão linguística é proferida.

As definições supracitadas nos permitem adentrar na temática que subsome o problema de pesquisa do presente artigo, haja vista que consiste numa incursão entre Semântica e Pragmática fundamentada no pensamento do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein. E uma vez que o questionamento sobre como as palavras podem significar objetos exteriores à nossa mente ou mesmo veicular nossas ideias e conceitos é recorrente na história da filosofia (MARQUES; CARPINTERO, 2012, p. 283), é possível dizer que a temática do artigo é, ao mesmo tempo, da alçada da Filosofia, particularmente da Filosofia da Linguagem.

A temática abordada se justifica pelo fato de consistir num assunto recorrente e atual nas reflexões acerca dos fenômenos linguísticos e, todavia, sem um consenso no tocante às respostas configuradas para resolver o problema do significado, uma vez que, desde a concepção de Santo Agostinho (354-430) das palavras como símbolos ou signos que representam coisas externas para a mente, passando por

⁶⁵ Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, graduado em Filosofia pela mesma universidade, graduado em Letras e em História pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER).

René Descartes (1596-1650) e sua perspectiva do uso da linguagem como fator determinante para distinguir os seres humanos dos animais e das máquinas (MARQUES; CARPINTERO, 2012, p. 283), até o cenário da filosofia contemporânea, onde vários pensadores edificam numerosas teorias semânticas, por vezes radicalmente opostas, o problema acerca do significado das expressões linguísticas permanece atual e desafiador àqueles que se debruçam em sua investigação.

O PROBLEMA DO SIGNIFICADO

Os teóricos que se dedicam em investigações no âmbito da Filosofia da Linguagem se caracterizam fundamentalmente por empenhar-se no estudo da linguagem natural, a saber, não ao estudo de línguas particulares, como o castelhano, o inglês ou o português, nem de aspectos fonéticos ou morfológicos associados a elas – o que é da alçada de outras disciplinas da Linguística –, mas ao estudo filosófico das características gerais da linguagem e da nossa capacidade de proficiência linguística enquanto seres humanos. Esse empreendimento é consideravelmente recorrente na história da filosofia, uma vez que numerosos filósofos se questionaram sobre como as palavras podem significar objetos exteriores à nossa mente, ou sobre o modo como as palavras podem veicular as nossas ideias e conceitos⁶⁶ (SOAMES, 2010, pp. 3-12).

Nossa temática repousa precisamente sobre aquilo que filósofos contemporâneos da linguagem denominam fatos do significado, e das contribuições que o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein fornece para a resposta à ocorrência desses mesmos fatos. Antes de prosseguirmos, faz-se oportuno, portanto, definirmos com mais acuidade o que pretendemos dizer com a expressão “fatos do significado”.

A despeito de reconhecermos a existência de uma acirrada e complexa discussão acerca daquilo que se denomina *fato* ou *estado de coisas* na literatura filosófica contemporânea, e por conseguinte da existência de teorizações mais conservadoras que impõem restrições sobre o que pode ser considerado um *estado de coisas* genuíno e os ulteriores desdobramentos dessas mesmas teorizações e de suas respectivas objeções⁶⁷, o que não nos seria possível explorar dada a nossa delimitação temática, assumimos aqui a noção liberal e bastante habitual de *fato* ou

⁶⁶Ainda, sobre essa questão Carpinteiro afirma: “Ainda que reconheçamos que a investigação do desenvolvimento da linguagem é de incumbência da ciência, isto é, de disciplinas como a paleontologia, a neurologia, entre outras, é imprescindível atestar que a ciência ocupa-se de algo de que temos um conhecimento intuitivo prévio – a linguagem natural. A filosofia da linguagem, por sua vez, dedica-se em tornar explícito o nosso conhecimento implícito da linguagem. Sendo assim, as condições de verdade corretas de usos particulares de frases, o valor cognitivo de distintos tipos de frases, os atos que podemos desempenhar por meio da linguagem e os diferentes níveis de significado que podemos comunicar mediante o uso de frases com um significado convencionalmente estabelecido são alguns dos questionamentos mais intervenientes nessa área de investigação” (MARQUES; CARPINTERO, 2012, p. 284-285).

⁶⁷Ver, por exemplo, Armstrong (1997) sobre a discussão se todos os modos teoricamente admissíveis de formação de estados de coisas moleculares a partir de estados de coisas atômicos são susceptíveis de gerar estados de coisas genuínos ou conservadores, e se todas as propriedades ou relações servem para formar estados de coisas genuínos ou conservadores.

estado de coisas como combinação de uma propriedade ou relação com uma entidade particular⁶⁸ (BRANQUINHO; MURCHO; GOMES, 2005, p. 273).

Considere-se a frase “Sócrates bebeu a cicuta”. Chamemo-la F1. Suponhamos que S – sendo S um agente linguístico qualquer – profere F1 perante uma audiência A. Nesta situação, ocorre um fenômeno de produção e de compreensão de significado. Dito de outro modo, S expressa uma sequência de sons dotada de significado e A compreende essa mesma sequência de sons. Recorrendo à noção liberal e bastante habitual de *fato* ou *estado de coisas* supramencionada, podemos detectar a existência de três *fatos* ou *estados de coisas* na situação supracitada, a saber: a frase F1 – particular – detém a propriedade de ser dotada de significado; S – particular – detém a propriedade de proferir F1; A – particular ou conjunto de particulares – detém (ou detêm) a propriedade de compreender F1. A esse conjunto de *estados de coisas*, denominamos *fatos do significado*.

Existem, ainda, outros *fatos do significado*, como palavras ou frases – particulares – que detém a propriedade de serem polissêmicas ou ambíguas, como “manga” e “Maria é livre”, e outros como alguns objetos físicos – particulares – deterem a propriedade de serem significadores; expressões distintas – particulares – poderem ter os mesmos significados; uma única expressão – particular – poder ter mais de um significado; o significado de uma expressão pode estar contido no significado de outra expressão (LYCAN, 2008, p. 65).

O que podemos concluir é que certos ruídos ou marcas ou sequências de ruídos ou de marcas são dotados de significado, que seres humanos a todo momento produzem-nos e apreendem-nos de forma extremamente espontânea e praticamente sem dispendir esforço. Considere-se, por exemplo, as expressões linguísticas que foram usadas até agora para a contextualização desse trabalho, ou mesmo o processo de aprendizagem de outro idioma, o qual tem uma característica surpreendente, haja vista que muito daquilo que inicialmente se apresenta apenas como sons e marcas desprovidas de significado, depois de certo tempo de estudo é assimilado com naturalidade. Ademais, quando nos tornamos mais proficientes, ousamos dizer que muito do que expressamos no idioma novo é intraduzível, ou seja, afirmamos que nossa relação com o que significamos em certo idioma é distinta de outro (SOAMES, 2010, pp. 3-12)⁶⁹.

Algumas das perguntas que emergem no âmbito de tal investigação são as seguintes: 1) o que é isso em virtude do que uma sequência de marcas ou ruídos é dotada de significado? 2) o que é isso em virtude do que uma sequência de marcas ou ruídos significa o que distintamente significa? 3) como é possível que os seres humanos produzam e compreendam sequências de marcas ou ruídos dotadas de significado, fazendo-o sem qualquer esforço considerável? (DAVIES, 2006, p. 28).

⁶⁸Na terminologia técnica filosófica, um particular é uma entidade única contrastando com qualidades ou universais ou com agregados de coisas. Os particulares exemplificam propriedades, mas não podem ser propriedades de seja o que for (ex: Denis Andre Bez Bueno); propriedades são as características que os particulares exemplificam (ex: ser formado em Filosofia). São universais, assim como as relações (BLACKBURN, 1997, pp. 290.395). A combinação do particular *Denis Andre Bez Bueno* com a propriedade *ser formado em Filosofia* produz um estado de coisas.

⁶⁹ Para um maior aprofundamento da temática em questão, ver Davies (2006), Lycan (2008) Marques; Carpintero (2012), Morris (2007).

Para compreendermos melhor o que está em questão nas perguntas 1, 2 e 3 do parágrafo acima, façamos o exercício proposto por Willian Lycan em seu livro *Philosophy of Language: a Contemporary Introduction*, onde ele apresenta o seguinte texto:

Não há muitas pessoas que saibam que, em 1931, Adolf Hitler foi aos EUA, visitou vários pontos de interesse, teve um caso amoroso com uma senhora de nome Maxine, fez ingestão de uma planta (o que o fez ter alucinações com hordas de rãs e sapos que calçavam botinhas vermelhas e cantavam), infiltrou-se numa fábrica de munições perto de Detroit, encontrou-se secretamente com o vice-presidente Curtis para tratar de futuros compromissos comerciais relativos às peles de foca e inventou o abridor de latas elétrico⁷⁰ (LYCAN, 2008, p. 26).

Ao refletir sobre a leitura do parágrafo acima, Lycan de maneira engenhosa nos chama a atenção para algo marcante: “há uma boa razão para não haver muitas pessoas que saibam de tudo isso: nenhuma dessas coisas é verdade” (LYCAN, 2008, p. 27). Entretanto, o que há de notável é que agora mesmo, à medida em que lia o parágrafo do livro de Lycan, “você o compreendeu, independentemente de estar disposto a aceitá-lo ou não, e fê-lo sem qualquer esforço consciente” (LYCAN, 2008, p. 27). Assim, notamos que o parágrafo de Lycan exemplifica as perguntas 1, 2 e 3 supracitadas, já que mesmo contendo um conteúdo completamente inédito, porém falso, é pertinente reconhecer que: 1) todas as sequências de marcas ou ruídos do parágrafo acima são dotadas de significado; 2) uma sequência de palavras tem um significado distinto do significado de outra; 3) conseguimos compreender as frases do parágrafo acima sem esforço, e, se desejarmos ainda, podemos produzir comentários igualmente espontâneos sobre tal parágrafo. É nesse sentido que os fenômenos referidos por esses três pontos, entre outros, são chamados de fatos do significado.

As principais vertentes teóricas configuradas no âmbito da filosofia da linguagem contemporânea para responder de que modo esses fatos ocorrem são a

⁷⁰ Tradução livre. Todas as demais traduções contidas neste texto serão de caráter livre. No original, em inglês: “Not many people know that, in 1931, Adolf Hitler made a visit to the United States, in the course of which he did some sightseeing, had a brief affair with a lady named Maxine in Keokuk, Iowa, tried peyote (which caused him to hallucinate hordes of frogs and toads wearing little boots and singing the Horst Wessel Lied), infiltrated a munitions plant near Detroit, met secretly with Vice-President Curtis regarding sealskin futures, and invented the electric can opener. There is a good reason why not many people know all that: none of it is true. But the remarkable thing is that just now, as you read through my opening sentence—let us call it sentence (1)—you understood it perfectly, whether or not you were ready to accept it, and you did so without the slightest conscious efforts”.

teoria referencial⁷¹, a teoria ideacional⁷², a teoria proposicional, a teoria verificacionista⁷³, a teoria dos valores de verdade⁷⁴ e a teoria do uso.

Em vista de nosso escopo temático, centrado na proposta de Wittgenstein que se subsume na conjuntura das Teorias do Uso, nos preocuparemos, doravante, em explicitar os aspectos medulares dessas mesmas teorias. Como a proposta pragmática wittgensteineana se desmembra, no final das contas, como um *naturalismo linguístico*, a saber, a concepção de que os elementos semânticos são configurados no âmbito das práticas linguísticas naturais onde ocorre o uso concreto das expressões, afugentando qualquer compromisso com elementos supranaturais como entidades abstratas, faz-se oportuno iniciar nosso itinerário com a exposição de uma teoria eminentemente abstrata acerca do significado, a Teoria Proposicional, que por sua vez também é alvo de críticas de Wittgenstein na obra *Investigações filosóficas*, que, como já afirmamos, se constitui na referência elementar aos teorizadores do uso.

A TEORIA PROPOSICIONAL DO SIGNIFICADO

A ideia proeminente nesta vertente é de que as expressões linguísticas detêm seu significado por conta de entidades abstratas com as quais elas mantêm uma relação de expressão, a saber, as proposições. Há que se ter a cautela para não confundir proposições com ideias, no sentido de imagens mentais subjetivas, ao passo em que:

Como ideias, esses itens abstratos são “linguisticamente independentes” visto que eles não são apanhados por qualquer linguagem natural particular. Mas ao contrário de ideias, eles são também independentes das pessoas. Entidades mentais dependem das mentes nas quais elas estão inseridas; um estado mental tem que ser o estado mental de alguém, o estado de alguma mente de uma pessoa particular em um tempo particular. Proposições são inteiramente gerais e, se você quiser, eternas. (Russell tinha pouco a mais a dizer sobre a sua natureza; seu colega G. E. Moore foi mais claro e foi mais adiante, ou pelo menos mais decidido. Frege tinha previamente construído uma elegante Teoria Proposicional, mas parece ter sustentado que não há nada para compreender acerca do que é uma proposição, mas compreender

71A ideia proeminente nesta vertente é de que as expressões linguísticas detêm seu significado em virtude de referirem ou denotarem elementos da realidade (ex: palavras denotam objetos particulares e frases denotam estados de coisas).

72A ideia proeminente nesta vertente é de que as expressões linguísticas detêm seu significado por meio da correspondência a uma ideia, isto é, a uma imagem mental subjetiva do agente linguístico. Numa versão mais promissora, se apresenta a teoria de Paul Grice (1913-1988), que defende que o significado de uma expressão linguística reside num estado mental intencional do locutor que deve ser compreendido pelo ouvinte.

73A ideia proeminente nesta vertente é de que as expressões linguísticas possuem significado se e somente se possuem uma consequência verificável.

74A ideia proeminente nesta vertente é de que as únicas frases que possuem significado são aquelas que possuem valor de verdade.

o papel desempenhado por proposições em teorias)7576 (LYCAN, 2008, p. 68).

A proposta do teorizador proposicional, além de constituir uma teoria acerca do significado, compromete-o com uma suposição metafísica, a saber, um realismo acerca da existência de entidades abstratas totalmente independentes dos seres humanos e de suas práticas linguísticas comuns⁷⁷. Em vista das restrições impostas pelo nosso escopo temático, nos limitaremos às implicações dessa teoria para a discussão relacionada aos fatos do significado. Faz-se oportuno apresentarmos explicitamente em que consiste a concepção proposicional acerca do significado das frases (LYCAN, 2008, p. 69):

- i. Uma frase F é dotada de significado em virtude de expressar uma proposição particular P.
- ii. As frases F1 e F2 são sinônimas se e somente se F1 e F2 expressam a mesma proposição particular P, podendo F1 e F2 serem expressões linguísticas distintas de uma mesma linguagem natural ou expressões correspondentes de linguagens naturais diferentes.
- iii. Uma frase F é ambígua se e somente se existem pelo menos duas proposições distintas P1 e P2, e a frase singular F mantém uma relação de expressão com ambas P1 e P2.
- iv. No caso de disputas meramente verbais, as partes não discordam sobre qualquer proposição P, havendo apenas um uso de diferentes formas de palavras para expressar a mesma proposição P.

Assim, por exemplo, as frases “Sócrates foi um filósofo grego”, “*Socrates was a greek philosopher*” e “*Sócrates été um philosophe grecque*” detêm o mesmo significado, a saber, a proposição que elas exprimem que Sócrates foi um filósofo grego. Por sua vez, a frase “o vendedor disse ao cliente que seu preço estava incorreto” é uma frase ambígua, haja vista expressar duas proposições distintas – o vendedor disse ao cliente que o seu próprio preço estava incorreto (P1) e o vendedor disse ao cliente que o preço do cliente estava incorreto (P2). Se queimássemos esse livro, bem como todos os livros que contêm frases particulares do tipo “Sócrates foi um filósofo grego”, a proposição que Sócrates foi um filósofo grego subsistiria, assim como no caso de ninguém proferir frases particulares do tipo “Sócrates foi um filósofo grego”.

75 Like ideas, these abstract items are “language-independent” in that they are not tied to any particular natural language. But unlike ideas, they are also people-independent. Mental entities depend upon the minds in which they inhere; a mental state has to be somebody’s mental state, a state of some particular person’s mind at a particular time. Propositions are entirely general and, if you like, eternal. (Russell himself had little further to say about their nature; his colleague G. E. Moore was clearer and more forthcoming, or at least more forthright. Frege had previously constructed quite an elegant Proposition Theory, but seems to have held that there is nothing to understanding what a proposition is but understanding the role played by “propositions” in the theory.)

⁷⁶Para uma melhor exposição acerca das perspectivas sobre proposições correspondentes aos filósofos supracitados, o que, por razões metodológicas, não temos condições de analisar exhaustivamente no enredo de nosso trabalho, ver Russell (1956) e Frege (1956).

⁷⁷Para uma melhor exposição acerca desse debate, bem como do debate acerca da existência de conjuntos, números e outras entidades abstratas, ver Loux (2006).

O que é intrigante e se constitui no alvo proeminente de críticas à Teoria Proposicional é o fato de que consideradas como entidades, as proposições não estão localizadas em nenhum lugar no espaço. Por conseguinte, elas não podem ser criadas nem destruídas, são eternas, isto é, existiam muito antes de qualquer ser vivo, mesmo que seus *conteúdos* tenham conexão com estados de coisas humanos altamente específicos – como Denis está em casa cheio de soberba e arrogância pensando que os homens da marinha americana nunca seriam páreos para sua habilidade de matar nazistas na Segunda Guerra Mundial –, e existirão muito tempo depois que a última criatura sensível tiver morrido.

Existem várias objeções que o teorizador proposicional enfrenta, formulando, conseqüentemente, respostas a essas objeções. Tendo em conta nosso objetivo de pesquisa, nos limitaremos a examinar as objeções oriundas das perspectivas do significado concebido como o uso das expressões.

Em síntese, as objeções dos teorizadores do uso estão nucleadas no fato de que, independentemente do que seja o significado, ele desempenha um papel dinâmico na sociedade humana. Nesse sentido, uma série de comportamentos são produtos explícitos de certas palavras proferidas que significam o que elas *fazem*, o que nos induz a inferir que o significado, seja o que for, deve ter, em algum nível, poderes causais. Proposições, por sua vez, são entidades inteiramente abstratas, e por conseguinte não possuem poderes causais. Elas situam-se inteiramente fora do tempo e do espaço, sem qualquer poder causal. Assim, é difícil conceber de que modo elas poderiam figurar no comportamento linguístico humano ou poderiam, de alguma maneira, auxiliar a explicar o papel social dinâmico do significado, parecendo, no final das contas, consistirem em postulações implausíveis (LYCAN, 2008, p. 73).

O substrato, portanto, da Teoria Proposicional trata as frases e outros itens linguísticos como entidades abstratas inertes cuja estrutura pode ser estudada como por meio de um microscópio. É precisamente isso que se encontra sob o crivo da crítica wittgensteiniana em alguns aforismos da obra *Investigações filosóficas*, onde tece exemplos para argumentar contra uma acepção eminentemente abstrata do significado das expressões linguísticas. Cabe-nos, então, explorar com acuidade de que maneira se elaboram os aspectos centrais da crítica do filósofo austríaco, e compreender, portanto, em que sentido conduzimos “[...] as palavras do seu emprego metafísico de volta ao seu emprego cotidiano” (WITTGENSTEIN, 2014, § 116).

A CONCEPÇÃO WITTGENSTEINEANA

Na esteira de Lycan (2008, p. 76), é oportuno reconhecer que Wittgenstein argumenta que palavras e frases são como peças de jogos, usadas para fazer movimentos em práticas sociais convencionais governadas por regras. Por esse motivo, sua perspectiva pode ser caracterizada como uma ideia sociocomportamental do significado. Ou seja, saber o significado da expressão é em grande parte saber como usar ou empregar a expressão de maneira apropriada em contextos conversacionais (WITTGENSTEIN, 2014, § 40-44), e por esse motivo “dissipa-se a névoa quando estudamos os fenômenos da linguagem em espécies primitivas de seu emprego, nos quais se pode ter uma visão de conjunto da finalidade e do funcionamento das palavras (WITTGENSTEIN, 2014, § 5).

De antemão, destacamos que estamos analisando apenas uma *perspectiva wittgensteiniana*, e a chamaremos assim a fim de evitar designá-la como uma Teoria de Wittgenstein ou uma Doutrina de Wittgenstein. Nossas razões para tomar tal atitude não são de modo algum arbitrarias, uma vez que seguimos recomendação sugerida pelo próprio filósofo no parágrafo 43 das *Investigações filosóficas*, onde lemos: “Numa grande classe de casos — mas não em todos — nos quais usamos a palavra ‘significado’, esta pode ser definida assim: o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem”, ao passo em que assevera, ulteriormente: “[...] o significado de um nome se explica, muitas vezes, ao se apontar para o seu portador”⁷⁸ (WITTGENSTEIN, 2014, § 43).

Considerando o aforismo do filósofo austríaco, percebemos a relevância semântica da expressão “mas não em todos”, além de ser-nos possível notificar que ele não propõe a generalização universal de que “o significado de uma palavra é o uso na linguagem”, Wittgenstein opunha-se à teorização sistemática em filosofia. Sobre essa questão, Morris (2007, p. 293) declara.

As investigações filosóficas não estão organizadas sistematicamente: não tem capítulos e nenhuma sequência simples de pensamento; é ainda contestado se contém argumentos. Grande parte dela tem a forma de uma conversa de sondagem do autor consigo mesmo: Wittgenstein levanta uma preocupação - muitas vezes em prol de uma abordagem mais tradicional da filosofia - responde a ela, responde à resposta, e assim por diante. Muitas vezes, não está claro qual das coisas que são ditas representam a própria visão de Wittgenstein, e quais representam pontos de vista que Wittgenstein pensa que precisam ser enfrentados⁷⁹.

Porquanto se afirmássemos tal universalização, provavelmente seus leitores mais atentos imediatamente manifestariam suas objeções. Assim, ao fazermos qualquer aproximação entre as teorias do uso e a perspectiva de Wittgenstein, devemos ter em mente que não é apropriado atribuir qualquer teoria ao próprio Wittgenstein. Faz-se oportuno, então, darmos prosseguimento à explanação da perspectiva do autor das *Investigações filosóficas*.

Na esteira do que já afirmamos, para Wittgenstein, a linguagem é, fundamentalmente, algo que as pessoas *fazem*, e *fazem* de um modo profundamente convencional (MORRIS, 2007, p. 292). Ele apresenta um diálogo entre um pedreiro e o seu ajudante para exemplificar sua concepção, onde o primeiro profere ordens como “tábua”, “lajota”, “tijolo” e o segundo, ao ouvi-las, traz os objetos para ele (WITTGENSTEIN, 2014, § 19). Procura esclarecer que o significado não ocorre devido

⁷⁸ Aqui se faz evidente a rejeição de Wittgenstein a qualquer teorização, uma vez que, tendo refutado a concepção ostensiva ou referencial da linguagem (§ 1-4.40), admite que, em alguns casos, o significado consiste na relação de referência com um objeto extralinguístico, a saber, o portador de um nome.

⁷⁹ No original: “*The Philosophical Investigations is not organized systematically: it has no chapters and no simple sequence of thought; it is even disputed whether it contains arguments. Much of it has the form of a probing conversation of the author with himself: Wittgenstein raises a worry – often on behalf of a more traditional approach to philosophy – responds to it, responds to the response, and so on. It’s often not clear which of the things which are said represent Wittgenstein’s own view, and which represent views which Wittgenstein thinks need to be undermined. In this respect, the text asks to be read more like a literary work than a scientific treatise*”.

unicamente às palavras, mas aos participantes, aos objetos e a outros elementos contextuais. Assim, vejamos de maneira mais detalhada como o filósofo austríaco recorre a certos conceitos que explicam melhor todos os aspectos descritos acima, tais como *jogos de linguagem (sprachspiele)*, *formas de vida (lebensform)*, *uso/função e regras*, e como esses conceitos se articulam e formam um reticulado indissociável, o qual é relevante como pressuposto às Teorias do Uso.

Primeiramente, a palavra *uso (gebrauch)* não deve ser entendida nem no sentido de um uso arbitrário, não mediado por regras, nem no sentido mais comum de uso como a mera ação de proferir corretamente a expressão. Wittgenstein, por vezes, usa a expressão *modo de uso (gebrauchsweise)*, o que sugere que aquilo que ele efetivamente entende por *uso* de uma expressão é a maneira ou o modo como ela é usada dentro de regras. Esse modo de uso é determinado ou fixado pelo que Wittgenstein chamou de regras da gramática, as regras semanticamente relevantes da linguagem⁸⁰.

Não obstante, como sabemos, uma mesma expressão pode ser usada de vários modos, com diferentes variações semânticas correspondentes a esses modos de uso. Uma pergunta natural, portanto, seria: o que condiciona a maneira como, em certa ocasião, usamos uma certa expressão? Vejamos, por exemplo, a palavra “tijolo” trazida no exemplo dos construtores. Como sabemos, naquele exemplo a palavra estava sendo usada pelo pedreiro como uma ordem a seu ajudante, para que este o fornecesse os tijolos que precisava para construir uma estrutura física. Todavia, pensemos na situação hipotética em que um dos autores deste livro faz um bolo e o leva para seus amigos, distribuindo um pedaço para cada um. Assim, quando um dos amigos dá uma mordida em seu respectivo pedaço de bolo, profere a seguinte frase: “Esse bolo está um tijolo”. A seguir, todos começam a rir e alguns dizem algo como: “Realmente, este bolo está bem duro e pesado”. Outros, ainda, poderão dizer: “Costumo não reclamar sobre os alimentos. Considero isso deselegante”. Como percebemos, a expressão “tijolo” é usada no sentido de um objeto para construir paredes, e no sentido de características negativas quanto à degustação ou mesmo à textura de um bolo, ou ainda em outras mais.

80 No decurso do texto, não fazemos menção à perspectiva correspondente à primeira fase de Wittgenstein, quando em sua obra *Tractatus Logico-Philosophicus* ele afirma, grosso modo, que os fatos do significado descritos anteriormente são explicados devido a uma identidade de conteúdo (correspondência) ou, em outras palavras, um isomorfismo estrutural entre linguagem e mundo, a saber, uma relação pictórica-afigurante, que é a condição para que os elementos da figuração possam ser considerados como mantendo correspondência biunívoca com os elementos do mundo real que eles devem representar, a relação entre os conteúdos de uma frase hipotética e estados de coisas no mundo verificável. Contudo, em sua segunda fase, quando elabora a obra *Investigações Filosóficas*, ele sugere que a concepção pictórica ou verificacionista não é suficiente para dar conta de muito daquilo que entendemos por significado, tendo em vista que declaramos frases que não têm relação direta entre linguagem e mundo descrevendo estados de coisas verificáveis, como ocorre com a ordem “Denis, corrija o meu trabalho!”. Como percebemos, essa frase tem um sentido muito específico, não-redutível a um procedimento verificacional entre estados de coisas e conteúdo frásico, mas mesmo assim podemos compreendê-la. Por esse motivo, a nova concepção de significado não precisa ser concebida como excluindo de todo a concepção verificacionista, ou seja, excluindo como um todo a proposta da primeira fase do pensamento wittgensteiniano. Referir as coisas e estados de coisas no mundo por meio da linguagem também é um dos múltiplos usos que fazemos dela. O que está sendo proposto é que podemos manter o critério verificável e de correspondência como um dos possíveis usos da linguagem (COSTA, 2011, p. 85).

Para respondermos a essa questão, é pertinente recorrermos a outro conceito fundamental: o de *jogos de linguagem* (*sprachspiele*). Para o Wittgenstein das *Investigações filosóficas*, nossa linguagem é divisível em um infinito número de sublinguagens, regiões, e por que não dizer domínios mais ou menos específicos da linguagem natural e técnica. Pensemos, por exemplo, na diferença entre a linguagem que utilizamos na universidade e aquela que usamos quando falamos com nossos familiares, ou ainda, nas expressões de diferentes regiões do Brasil. Todas essas incontáveis sublinguagens podem ser consideradas jogos de linguagem, sendo que “[...] tais jogos de linguagem podem em geral ser concebidos como sistemas localizados de regras lógico-gramaticais determinadoras dos usos das expressões que neles incorrem” (COSTA, 2011), e são apreendidos a todo momento desde nossa infância. Sobre isso, Wittgenstein (2014, § 7) assevera:

Também podemos conceber que todo o processo do uso de palavras em (2) seja um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem a sua língua natal. A estes jogos quero chamar jogos de linguagem e falarei por vezes de uma linguagem primitiva como sendo um jogo de linguagem.

Articulado ao conceito de jogos de linguagem, emerge aquele que o filósofo austríaco denominou *forma de vida* (*lebensform*). A esse respeito, afirma que “[...] representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida”, que “a expressão “jogo de linguagem” deve salientar aqui que falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida”, e complementa: “[...] as palavras só adquirem significado no fluxo da vida; o signo, considerado separadamente de suas aplicações, parece morto, sendo no uso que ele ganha seu sopro vital” (WITTGENSTEIN, 2014, § 19.23). Assim, os jogos de linguagem são fundamentalmente praticados no contexto social em que os falantes vivem, ou seja, numa forma de vida, em detrimento de elementos de natureza abstrata como as proposições, ao que se faz convincente a orientação de Wittgenstein (2014, § 66) de que ao invés de *pensar*, é necessário *olhar* se há algo em comum nos jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 2014, § 66)⁸¹, uma vez que:

Ora, se esses jogos são parte integrante de uma forma de vida, que é na verdade uma prática humana, logo se percebe que ele está sujeito a mudanças, assim como toda prática que nos envolve como seres humanos. Além disso, como enfatizei logo acima, por ser constituído por regras que norteiam o modo como os jogamos, os jogos de linguagem podem, ao longo dos anos, terem suas regras modificadas, ou até mesmo esquecidas (RUY, p. 9).

⁸¹ É pertinente destacar, ainda, que Wittgenstein utiliza *forma de vida* para enfatizar um entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem. O termo *jogo de linguagem* pretende destacar que falar uma língua é parte de uma atividade ou *forma de vida*, enquanto esses jogos estão relacionados a atividades não linguísticas e precisam ser compreendidos dentro desse *contexto*. Em suma, uma *forma de vida* é uma formação cultural ou social ou a totalidade das atividades comunitárias onde estão imersos nossos *jogos de linguagem* (GLOCK, 1998, pp. 173-174). Por conseguinte, ao *olharmos* para os diferentes *jogos de linguagem*, percebemos algumas semelhanças entre eles, a saber, aquelas que o filósofo denomina “semelhanças familiares”, ou uma rede de elementos articulados que se sobrepõem uns aos outros e se entrecruzam (WITTGENSTEIN, 2014, § 66-67).

Ainda sobre o conceito de regra, emerge a analogia de Wittgenstein com jogos como o xadrez⁸², onde o essencial repousa sobre a maneira segundo a qual as peças são movimentadas de acordo com suas funções na conjuntura do jogo, as quais são apreendidas mediante a assimilação das regras, porquanto:

Analisar o significado das palavras consiste em situá-las nos jogos em que são empregadas e observar o uso que os participantes fazem dela em determinado jogo. Em outros termos, analisar o significado das palavras consiste em mapearmos as regras segundo as quais jogam e realizam lances lícitos nesses jogos. Assim como no jogo de xadrez onde o importante não são as figuras das peças, mas a maneira como funciona o jogo, também na linguagem o que parece ser importante para Wittgenstein nas Investigações, são as funções que as palavras podem exercer nos diversos jogos de linguagem. As regras estabelecem-nos como e para que podemos usá-las e em que circunstâncias isso pode ser feito (RUY, p. 9).

Desse modo, como percebemos por meio dos conceitos introduzidos e articulados, nossas expressões adquirem diferentes funções e usos de acordo com o contexto ou com a forma de vida na qual elas são empregadas, modificando-se, eventualmente, o que se quer dizer com elas. Essa ideia pode ficar ainda mais clara se considerarmos as estratégias metafóricas às quais Wittgenstein (2014, § 11-12.18) recorre, relacionando a linguagem com ferramentas, com as alavancas no interior de uma locomotiva e com uma cidade antiga. Nestes aforismos, ele afirma:

Pense nas ferramentas dentro de uma caixa de ferramentas [...] encontram-se aí um martelo, um alicate, uma serra, uma chave de fenda, um metro [...]. Assim como são diferentes as funções desses objetos, são diferentes as funções das palavras. [...] Do mesmo modo, quando olhamos dentro da cabine do maquinista de uma locomotiva: ali se encontram alavancas que mais ou menos se parecem. [...] Mas uma é a alavanca de uma manivela que pode ser deslocada continuamente [...]; uma outra é a alavanca de um computador que tem apenas duas posições de funcionamento [...] uma terceira é o cabo de uma alavanca de freio: quando mais forte se puxa, tanto mais forte se freia; uma quarta é a alavanca de uma bomba: ela só opera quando é movimentada para lá e para cá. [...] A nossa linguagem pode ser vista como uma cidade antiga: um labirinto de travessas e largos, casas antigas e modernas e casas com reconstruções de diversas épocas; tudo isto rodeado de uma multiplicidade de novos bairros periféricos com ruas regulares e as casas todas uniformizadas [...].

Arriscamos proceder com uma tentativa hermenêutica. No tocante às ferramentas e às alavancas da locomotiva, o filósofo intenta dizer que elas só adquirem para nós um “significado” se soubermos para que servem, se soubermos como usá-las ou como operá-las, e embora suas formas sejam semelhantes, as suas funções podem ser muito diversas, sendo que uma mesma ferramenta pode ser usada de diferentes maneiras, de acordo com as circunstâncias. Com relação à cidade antiga, pretende equiparar a linguagem a um labirinto de caminhos com suas numerosas e divergentes possibilidades, havendo eventuais reconfigurações e reestabelecimentos conforme se avança na exploração da pluralidade de caminhos que ela pressupõe, posto que:

82A esse respeito, ver, § 31.

Há *inúmeras* de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego do que denominamos “signos”, “palavras”, “frases”. E essa variedade não é algo fixo, dado de uma vez por todas; mas, podemos dizer, novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem surgem, outros envelhecem e são esquecidos (WITTGENSTEIN, 2014, § 23).

É possível assimilar, assim, a exortação de Ruy (p. 9) de que “[...]os jogos de linguagem podem, ao longo dos anos, ter suas regras modificadas, ou até mesmo esquecidas”.

Desse modo, podemos ir adiante e perceber a relevância de Wittgenstein para qualquer teorizador do uso, dado que sua explicação abarca todos os fatos do significado presentes nas perguntas 1, 2 e 3 apresentadas no tópico O Problema do Significado, a saber: 1) o que é isso em virtude do que uma sequência de marcas ou ruídos é dotada de significado? 2) o que é isso em virtude do que uma sequência de marcas ou ruídos significa o que distintamente significa? 3) como é possível que os seres humanos produzam e compreendam sequências de marcas ou ruídos dotadas de significado, fazendo-o sem qualquer esforço considerável?

Em algumas ocasiões, como no aforismo 134, o filósofo austríaco chega a cunhar a expressão “proposição”⁸³. Mas dado o contexto temático, estamos justificados a acreditar que ele não sugere o comprometimento com um realismo acerca da existência de entidades abstratas em virtude das quais as expressões linguísticas detêm seu significado, empregando a expressão numa acepção eminentemente minimalista⁸⁴, haja vista que:

Olhemos com atenção a proposição: “As coisas estão assim e assim” – como posso dizer que esta é a forma geral da proposição? – Antes de tudo, esta é uma proposição *por si mesma*, uma frase em português, porque tem sujeito e predicado. Mas como se emprega esta proposição – a saber, na nossa linguagem cotidiana? Pois só posso tê-la tirado *daí* (WITTGENSTEIN, 2014, § 134).

Em síntese, podemos inferir que as expressões linguísticas se desmembram em práticas comunicativas concretas regidas por regras em contextos ou formas de vida, uma vez que “[...] ‘seguir a regra’ é uma prática” (WITTGENSTEIN, 2014, § 202), e que “certo e errado é o que os homens *dizem*; e os homens estão concordes na *linguagem*. Isto não é uma concordância de opiniões, mas da forma de vida (WITTGENSTEIN, 2014, § 241).

CONCLUSÃO

Foi-nos possível evidenciar que a proposta pragmática de Wittgenstein acerca dos fatos do significado se desvela realmente como uma resposta satisfatória para o

⁸³Ver, por exemplo, § 79, § 98, § 99, § 108, § 395, § 396, § 486.

⁸⁴Uma teoria minimalista – ou uma acepção, como no caso supramencionado – de um termo ou de um conceito rejeita a ideia de que estes constituam um objeto substancial para uma teoria. Por exemplo, uma teoria minimalista sobre a verdade sustenta que não há qualquer problema geral a respeito do que torna verdadeiras as proposições ou as frases (BLACKBURN, 1997, p. 251).

problema de pesquisa do artigo, uma vez que, desenvolvendo e articulando conceitos centrais como *uso*, *jogos de linguagem* e *formas de vida*, o filósofo configura uma concepção semântica que equipara o significado à pragmática, isto é, ao modo como as expressões linguísticas são empregadas em contextos e práticas conversacionais concretas, objetando a qualquer concepção abstrata do significado como é o caso da Teoria Proposicional e elaborando uma perspectiva inaudita que certamente tem seu legado na Filosofia da Linguagem.

Ainda que não seja possível dar uma resposta definitiva e sacramentada para o problema do significado das expressões linguísticas, haja vista que é característica intrínseca dos problemas filosóficos serem problemas não consensuais, é possível dizer que a proposta de Wittgenstein emerge como uma resposta ousada, satisfatória e inovadora ao problema em questão, uma vez que o filósofo supera objeções a teorias previamente elaboradas e articula conceitos originais no intuito de explicar a ocorrência de fatores surpreendentemente naturais e espontâneos como a produção e a compreensão de sequências de sons ou marcas dotadas de significado.

REFERÊNCIAS

- BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. Trad. Desidério Murcho *et al.*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson Gonçalves (Org.). *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- COSTA, Cláudio. *Filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- DAVIES, Martin. Foundational Issues in The Philosophy of Language. In: *The Blackwell Guide to the Philosophy of Language*. Nova York: Blackwell, 2006, p.19-40.
- GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- GOMES, Maria Lúcia de Castro. *Metodologia do ensino de língua portuguesa*. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- LYCAN, William. *Philosophy of language: a contemporary introduction*. New York: Routledge, 2008.
- MARQUES, Teresa; CARPINTERO, Manuel Garcia. Filosofia da linguagem. In: GALVÃO, Pedro. *Filosofia: uma introdução por disciplinas*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- MORRIS, Michael. *An introduction to the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- RUY, Mateus Cazelato. *O conceito de jogos de linguagem nas Investigações filosóficas de Wittgenstein*. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/MateusCRuy.pdf>. Acessado em: 5 de agosto de 2021.
- SOAMES, Scott. *Philosophy of Language*. Princeton, Nova York: Princeton University Press, 2010.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. Marcos Montagnoli. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2014.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DA LITERATURA EM SALA DE AULA

Esperidião Lopes de Freitas Neto⁸⁵
Gabriel Lucas da Silva Santos⁸⁶
Leonardo da Silva Calejon⁸⁷

Resumo: Neste artigo, será discutido o ensino da literatura de modo significativo na educação formal e básica. A justificativa, se origina com base nas pesquisas educativas que explanam o ensino decorativo e pouco reflexivo do tema. Tem-se como objetivo geral portanto, expor como se pode ensinar a literatura de modo que tenha sentido para o aluno, possuindo como objetivos específicos, entender a literariedade, sua importância e possíveis funções. Para essa pesquisa, foi-se adotado o método qualitativo por meio de bibliografias teóricas.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Ensino. Aprendizagem.

1.0 INTRODUÇÃO

No ano de 1549/século XVI, a igreja católica na Europa se encontrava em conflito com o protestantismo liderado por Martinho Lutero, momento de contenda denominado de “Reforma”, pois os protestantes exigiam mudanças na igreja. Contudo, Portugal já havia descoberto o Brasil desde 1500/século VX pela expedição sob comando de Pedro Álvares Cabral, tendo poder administrativo sobre as terras brasileiras e cultural acerca dos nativos de forma impositiva, a igreja tendo conhecimento desse fato, organiza a “Companhia de Jesus,” uma organização missionária católica, para partir até as terras brasileiras com o intuito de catequizar o grupo étnico encontrado no país, assim ganhariam mais fiéis, se fortificariam e a “Contrarreforma” em oposição as ideias de Lutero seria mais bem sucedida (GONÇALVES, 2012). Nesse contexto, chega ao Brasil o primeiro currículo educacional denominado de “Ratio Studiorum”, contendo concepções e práticas pedagógicas para serem aplicadas, priorizando o ensino tradicional, vendo o aluno como receptor de conteúdos, o professor tido como centro do processo, com ausência de diálogo e um ensino descontextualizado com a realidade dos alunos.

Mediante essas premissas, o ensino de literatura iniciado em 1982 no Colégio Pedro II, sob a disciplina de “História da Literatura “ (SOUZA, 2018, p. 4), não compreende ainda uma visão pedagógica ativa e significativa, não só pelo fato das teorias da educação moderna ainda estarem em desenvolvimento na época, como também pelo fato de que o ensino sistemático ainda não era muito valorizado no país, se refletindo ainda nos dias atuais, embora a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) demonstre oposição a isso. Partindo dessas premissas, a literatura na

85 Esperidião Lopes de Freitas Neto – licenciado em letras/português pela Faculdade AGES.

86 Gabriel Lucas da Silva Santos – licenciado em geografia na UNINTER e em letras/português através da Faculdade AGES – especialista em direito ambiental e sustentabilidade na Faculdade FAEL.

87 Leonardo da Silva Calejon – licenciado em letras/português por meio da Faculdade AGES.

educação formal se caracteriza por abranger pouca participação do alunado, com enfoque conceitual e histórico, leituras sem aprofundamento dialógico, além de atividades repetitivas que não fornecem sentido do aprender literário (ARANA; KLEBIS, 2015).

Com base nesses pressupostos, a presente pesquisa tem como objetivo geral, estabelecer orientações pedagógicas sobre como ensinar literatura em sala de aula, possuindo enquanto objetivos específicos fornecer subsídios para entender a literatura, sua importância e funcionalidade. Para tanto, empregou-se uma metodologia qualitativa, por lhe dar com um tema e discussão inexato, sob procedimento bibliográfico afim de fundamentar teoricamente as análises. Espera-se com essa produção, contribuir para um ensino de literatura ativo e significativo na sociedade brasileira, permitindo os discentes compreenderem a literariedade enquanto elemento estético, cultural, cotidianos e crítico.

2.0 DESENVOLVIMENTO

2.1 Conceituando a literatura

No mundo globalizado, cada localidade possui semelhanças e diferenças em comparação a outras, seja no aspecto político, econômico ou cultural, e a literatura consequentemente está inserida nesse contexto, pois a linguagem segundo Bakhtin (1979) é reflexo desses elementos, e as obras literárias a possuem com suma riqueza.

Com isso a palavra literatura não apresenta uma definição única, variando seu significado conforme a sociedade, contudo existe na literatura elementos específicos que formam o texto literário, sendo: Linguagem incomum, não seguindo a gramática em toda a sua escrita. Personagens, sendo os agentes da história. Ficção, cuja a fantasia e a verossimilhança se entrecruzam na história (CULLER, 1999).

É tentador desistir e concluir que a literatura é o que quer uma dada sociedade trata como literatura – um conjunto de textos que os árbitros culturais reconhecem como pertencentes à literatura. Essa conclusão é completamente insatisfatória é claro. Ela simplesmente desloca ao invés de resolver a questão: em vez de perguntar “o que é literatura?”, precisamos perguntar “o que faz com que nós (ou alguma outra sociedade) tratemos algo como literatura?” (CULLER, 1999, p.29).

É notório portanto, que a definição de literatura no Brasil pode ser completamente diferente da conceituação de outros países. Para a educação básica, o Ministério da Educação (MEC, 2006, p. 50) por meio das orientações curriculares de linguagens, códigos e suas tecnologias, a define de acordo com o dicionário Aurélio como “Arte de compor ou escrever trabalhos artísticos em prosa ou verso”. Mas salientando, sua configuração conceitual é uma variante.

2.2 Funções da literariedade

Dentre as funções que a literatura agrega, Candido (1970) pontua duas. A primeira referente a de formar um ser crítico, capaz de perceber as relações e injustiças sociais. Na composição “Os Assassinos do Cartão-Postal” de Patterson e Marklung como exemplificação, vemos tal nível crítico, pautando os julgamentos feitos com base nas aparências, em que diz que os serial killers apresentam boa aparência para seduzir as vítimas, e não o contrário como alguns pensam, nos levando a pensar sobre os pré-julgamentos conforme a aparência do outro.

A segunda é a capacidade que ela tem de humanizar o sujeito, pois concebe sensibilidade humana ao vermos um personagem sofrendo devido as problemáticas que ele enfrenta enquanto ser, denunciando a falta de limites da maldade humana e a ausência de empatia. É notório a aplicabilidade dessa função na escrita literária no escrito de King, onde expõe os sofrimentos que Carrie passa na sua vida por conta do bullying escolar e do assassinato de seu namorado, a deixando irada aponto de concretizar uma chacina no evento de sua formatura no colégio, sem contar o que passa com o fanatismo religioso de sua mãe. O terror é o reflexo da humanidade, e a literatura busca através dos gêneros literários como o terror, nos chocar e relembrar que somos humanos, racionais e sociais.

Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso. De instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante (CANDIDO, 1970, p. 175).

Se tratando das funcionalidades concebidas pelo MEC (2006), os aspectos teóricos de criticidade social e de fomento a humanização propostos por Candido, são amplamente citados ao longo das orientações curriculares de linguagens. Todavia os aspectos metodológicos para que tais funções sejam difundidas nas instituições de ensino, requerem um modelo de ensino não tradicional, como a própria Base Nacional Curricular Comum (Doravante BNCC) em essência defende.

2.3 História da literatura no Brasil

Conhecendo o conceito da literatura assim como suas funções, com base no arcabouço teórico empregado nas discussões anteriores, é importante frisar como se formou a literatura no Brasil, afim de ajudar nas posteriores propostas de ensino que estão inseridas nessa pesquisa.

No Brasil, a literatura tem sua origem através da carta redigida por Pero Vaz de Caminha, que descrevia as riquezas, características e costumes dos povos que habitavam esse "novo mundo". É nesse contexto de período de descobrimento que se desenvolveu o Quinhentismo. Essa escola literária, possui um caráter informacional acerca das terras encontradas pelos portugueses, bem como representa todas as manifestações literárias desenvolvidas no país durante esse contexto. O Quinhentismo também foi utilizado com o intuito de catequizar os índios, por conta disso, muitos dos principais autores desse período, eram jesuítas. Um dos

principais estudiosos desse momento, trata-se do jesuíta José de Anchieta (1534-1597).

As principais características do Quinhentismo são: crônicas de viagem, textos de caráter informativo e descritivo sobre o Brasil e os povos que habitavam o país, linguagem simples, utilização de adjetivos. Com isso, se teve início ao desenvolvimento das escolas literárias no Brasil, nesse momento trata-se de um período colonial, que é estendido entre outros dois movimentos literários.

Após esse movimento literário, surge no Brasil por volta do início do século XVII o Barroco, que tinha o intuito de representar o divino. Dessa forma, foi utilizado pelos jesuítas para catequizar os indígenas, como também para conscientizar as pessoas sobre os ensinamentos de Deus. Além disso, existe nessa escola literária, a dualidade existente entre o homem e a sua tentativa de salvação através da crença em Deus, por essa razão, é constante o uso de figuras de linguagem, como: Antítese, paradoxos, hipérboles e hipérbatos. Com isso, o barroco se ramifica e pode ser, cultista, utilizando de palavras rebuscadas, bem como metáforas complexas. Outra ramificação desse movimento literário, diz respeito ao seu aspecto concepista, no qual a uma argumentação elaborada com a utilização de paradoxos, tons persuasivos e uso da lógica e da retórica.

É durante esse período que surge um dos grandes poetas desse movimento literário, o Gregório de Matos (1636-1696), conhecido como "boca do inferno", pois tinha a característica de satirizar desafetos de sua vida pessoal e das questões políticas, sendo este um dos motivos que o levaram a ser deportado para a Angola. (BOSI, 1975). Muito se deve pelo modo que criticava a cidade de Salvador, assim como a igreja católica, até mesmo padres e freiras, utilizando muitas vezes palavras de baixo calão.

Com a passagem do barroco, começou a desenvolver-se no país uma literatura voltada para os aspectos bucólicos do "eu-lírico", sendo esta uma das principais características do Arcadismo, que apresenta a abordagem do natural e do simples, adotando esquemas rítmicos mais graciosos (BOSI, 1975). Sendo assim, se tem maior ênfase na vida do campo, destacando os costumes da vida rural. Nesse movimento literário, tem a utilização do termo em latim, "carpe diem", que se significa: aproveitar a vida, através dessa concepção, o pastor convive com sua amada sob a perspectiva de aproveitar a vida, visto que a mesma é efêmera. Além desse termo, existem outras palavras em latim comumente vistas no Arcadismo, como: "Inutilia trincar" – cortar o inútil, que trata-se de uma referência ao Barroco, tendo em vista que os poetas dessa escola literária valorizam a simplicidade, tendo em vista que o apego aos bens materiais pode gerar infelicidade: "Fugere urbem" – fugir da cidade, que pauta-se na questão do pastor abandonar a vida agitada dos centros urbanos para viver na zona rural: "Locus amoenus" – que se refere a uma valorização da ambientação bucólica: "Aurea mediocritas" – características de desapego a vida material, pois nesse estado o ser humano não é inteiramente feliz, no entanto, poderia haver realizações espirituais.

O Arcadismo também apresenta influências dos ideais iluministas, além de se ter uma visão antropocêntrica, bem como abordagens de temáticas greco-latinas, sendo constante o uso da poesia helenística e figuras mitológicas do imaginário grego. Um dos principais autores desse movimento, é Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), que possuía o pseudônimo de Glauceste Saturnino, reproduziu em suas obras, as

concepções do Arcadismo no que se refere a simplicidade, ao bucolismo e a vida pastoril.

O Romantismo no Brasil, representa um momento no qual o país convive com a sua independência de Portugal, dando início a era nacional das escolas literárias. Nesse sentido, o ideal de nação independente se estendeu a outras áreas, entre elas, encontra-se a literária na qual apenas exportava os padrões europeus, desde as temáticas até as formas de composição (FERREIRA, 2012). Dessa forma, o Romantismo se originou em terras brasileiras a partir do ano de 1836, através do poeta Gonçalves Dias (1823-1864), por meio desse autor inicia-se a primeira fase desse movimento literário no Brasil, seus poemas apresentavam elementos nacionalistas, e indianistas, que utilizava a figura do índio como herói nacional. Elementos estes que são desenvolvidos para construir uma identidade nacional.

Gonçalves Dias foi o primeiro a descrever o indígena com preceitos heróicos, se desvencilhando dos padrões europeus (FERREIRA, 2012). Fator também abordado por José de Alencar (1829-1877), que através de sua obra "O Guarany" (1857), foi um dos responsáveis por consolidar a percepção indianista, bem como o movimento romântico no país. Desta forma, o Romantismo no Brasil possuiu uma segunda fase, iniciada em 1853 se perpetuando até 1869, conhecida como "utrarromântica", ou geração "mal do século", continha premissas dualistas, pessimistas e descrente do patriotismo (FERREIRA, 2012).

O Brasil ainda viveu uma terceira fase dessa escola literária, que ficou conhecida como "geração condoreira". Nesse período, ainda se tem a busca pela identidade nacional, dando ênfase também para a identidade negra, em virtude disso, a questão do abolicionismo se torna uma das principais características desse período romântico, e que foi amplamente discutida por Castro Alves (1847-1871), conhecido como "poeta dos escravos". Além disso, se tem a presença do erotismo, da abordagem acerca do pecado, e a discussão sobre a realidade social.

Outro importante movimento literário do Brasil, foi o Realismo, que teve papel imprescindível para repensar o modo de elaboração da literatura no país, atribuindo um teor voltado para as denúncias sociais. Sob essa ótica, o Realismo representa uma tomada de posição diante da realidade social, possuindo características mais próximas e críticas do real, incorporando personagens desse contexto central de discussão (PELLEGRINI, 2014). Em virtude desses fatores, se opõem a visão que o Romantismo possui acerca da vida e das questões sociais.

Isto posto, o realismo conseguiu traduzir de forma efetiva os embates das questões sociais, atribuindo maior visibilidade a grupos que anteriormente não eram visualizados, como: Os negros, pobres e as mulheres. Ou seja, os grupos marginalizados obtiveram maior representação (PELLEGRINI, 2014).

Esse movimento literário surge no Brasil a fim de criticar a burguesia, como também a monarquia. Para assim, tratar de forma direta e mais próxima da realidade, os problemas da sociedade da época. Encontra-se num momento de abolição dos escravos, e da posterior chegada dos imigrantes e de avanços na tecnologia. Um dos maiores representantes desse período, é Machado de Assis (1839-1908), considerado um dos principais autores do país.

O Naturalismo se desenvolveu no Brasil num período de mudanças significativas para a existência do povo, como o fim da guerra do Paraguai, o pensamento de um país republicano começa a ser debatido, através da fundação do Clube Republicano e do jornal "A república", além disso se tem o lançamento do manifesto republicano

(SODRÉ, 1965). Essa escola literária visa retratar de forma objetiva e mais real possível as questões sociais do país. Com isso, as relações humanas e o próprio indivíduo são retratados de forma realista, considerando a sexualidade como um fator determinante para a sua constituição, discutindo também sobre os problemas inerentes ao ser humano. Esse movimento obteve grande influência do escritor Émile Zola (1840-1902). A obra de Aluísio de Azevedo (1857-1913), "O Mulato" (1881), é considerada o marco inicial do movimento naturalista no país.

Em contraposição a esse movimento surge o Parnasianismo, que apresentava oposição ao Romantismo, sendo inteiramente formal e que valoriza a arte pela arte (PEIXOTO, 2010). Dessa forma, esse movimento literário se posiciona de modo desconexo aos problemas sociais do país. Não havendo também lirismo, pois se tem maior preocupação com a descrição e o caráter estético do poema.

Se consolidou no Brasil durante um período de forte influência da França, consecutivamente tinha o ideal de nos equiparmos a Paris. À vista disso, tinha-se nesse século uma valorização da ciência, da filosofia e do ideal positivista (PEIXOTO, 2010). Desta feita, as principais características do Parnasianismo remetem a preocupação com a língua, forma e as técnicas de versificação. Não se tem espaço para abordar sobre as emoções (PEIXOTO, 2010). Em virtude disso, nota-se uma linguagem rebuscada nos poemas desse movimento, utilizando de uma linguagem que não é acessível por muitos cidadãos brasileiros nesse período. Alguns dos principais autores dessa escola literária, são Alberto de Oliveira, que é considerado o primeiro poeta parnasiano, e Olavo Bilac, que compôs a letra do hino nacional.

O Simbolismo foi outro movimento literário presente no Brasil, surgiu no século XIX e possuía características de oposição ao Realismo e Naturalismo. Os autores dessa escola literária, não seguiam à premissa da perfeição dos versos, por essa razão ficou conhecido como "decadentismo", além disso, nota-se que os escritores desse movimento valorizavam os aspectos espirituais, também havia questões do inconsciente e subconsciente, presença de musicalidade e misticismo, ademais era comum a utilização de figuras de linguagens, como a sinestesia, aliteração e a assonância. Os primeiros registros desse estilo literário, remetem a publicação dos poemas "Missal/Broquéis", em 1893, do autor Cruz e Sousa (1861-1898).

Após esse movimento, o Brasil começa a viver a fase Pré-modernista, que foi um período de transição para o Modernismo. Nesse período, já se tinha novidades que seriam exploradas mais tarde pelos modernistas. Sendo assim, começava-se a ter rupturas em relação ao método antigo de fazer literatura, além de começar a estudar mais a fundo acerca do país, a fim de obter mais conhecimentos sobre a realidade do país. Observa-se também, o repúdio à mera importação de escolas literárias, como também à premissa do resgate às raízes brasileiras, construção de uma ideia de nação e identidade nacional. Por conseguinte, é perceptível modificações estéticas, com a presença de elementos coloquiais da linguagem, rapidez no ritmo do texto literário, textos mais curtos, ênfase do leitor nos textos, estabelecendo uma proximidade entre o escritor e o leitor, como também já aparecem características marcantes do modernismo, a exemplo do regionalismo, estrangeirismo, gírias, expressões populares e neologismos (ARAÚJO, 2012).

Nesse estilo literário, se tem a presença de grandes autores da literatura nacional, como Euclides da Cunha (1866-1909), Graça Aranha (1868-1931), dentre outros.

Assim, a primeira fase do movimento modernista foi responsável por inserir o Modernismo no Brasil, baseado na perspectiva de resgate da literatura ao contexto

social, na busca pela brasilidade e resgate das raízes nacionais, pondo a figura do indígena como herói nacional e que não é submisso ao colonizador. Nesse sentido, se tem uma ruptura com as ideias parnasianistas, para assim dar início a uma literatura desvincilhada de padrões estéticos, possuindo versos brancos e livres. Por isso, nesse movimento literário, utiliza-se termos que são comuns à classe média, dando voz à malandragem, ao sincretismo religioso e a fala popular (FUMANERI; KAVISKI, 2014). Esse movimento foi fortemente influenciado pelas vanguardas europeias, pois pensava-se que elas deveriam ser utilizadas para criar uma arte genuinamente brasileira.

Em virtude disso, a semana de arte moderna, realizada em 1922 foi responsável por colocar em prática esses ideais, e a partir dela o Modernismo foi oficialmente inserido no Brasil. Sendo encabeçada por Oswald de Andrade (1890-1954), Mário de Andrade (1893-1945), Anita Malfatti (1889-1964), além de outros nomes.

Posteriormente a essa revolução feita na arte e consolidação do Modernismo no Brasil, desenvolveu-se no país a segunda fase do Modernismo, caracterizada pela coleta dos frutos obtidos em sua primeira fase, no entanto tinham uma visão diferente acerca da arte, sendo assim, pensavam numa recomposição de valores, buscando uma nova configuração estética. Dessa forma, usufruíram dos preceitos estéticos da semana de arte moderna, porém ainda estavam a procura de novos significados para o Modernismo (COUTINHO, 2001). Tal fase é marcada pelo regionalismo, possibilitando que a produção literária saísse um pouco mais dos grandes centros urbanos, dando voz às questões sociais de diferentes regiões do Brasil. Se tem a presença de grandes nomes da literatura, como Graciliano Ramos (1892-1953), e a sua obra "Vidas Secas" (1938).

A terceira fase do movimento modernista, inicia-se em 1945, o Brasil vivia um período de redemocratização, como também, nesse ano o mundo convive com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 à 1945). Nessa fase, se tem um resgate do academicismo, pois os autores valorizavam à métrica e à rima, além de influências parnasianistas e simbolistas. Esse período caracteriza-se por possuir uma abordagem mais humana, com ênfase nos aspectos psicológicos e subjetivos. Assim sendo, trata-se de uma poesia intimista. Os principais autores dessa fase, são: Clarice Lispector (1920-1977), Guimarães Rosa (1908-1967), além de outros autores.

Atualmente, é possível afirmar que o Brasil convive com um período pós-modernista no que tange a arte, visto que não se tem mais hierarquizações sobre o fazer literário, bem como a arte contemporânea é híbrida e eclética. Assim como, é fortemente influenciada pelos avanços tecnológicos, que fazem com que se tenha uma urgência em tratar dos problemas sociais, tendo em vista que se tem novas problemáticas.

2.4 Cânone e o best-seller

Para Calvino (1981), a literatura clássica (cânone) é aquela em que deixou aspectos linguísticos, culturais e sociais nas produções textuais posteriores e na sociedade. Todavia muitos ao terem acesso a essas obras, não conseguem estabelecer relação com compleições do presente, sendo válido o seguinte pensamento.

Resta o fato de que ler os clássicos parece estar em contradição com nosso ritmo de vida, que não conhece os tempos longos, o respiro do otium humanista; e também em contradição com o ecletismo da nossa cultura, que jamais saberia redigir um catálogo do classicismo que nos interessa (CALVINO, 1982, p. 12).

Esse é um dos impasses para se trabalhar o cânone em sala de aula, os alunos não conseguem relacionar o material canônico ao seu contexto, tornando o ensino desprazeroso. Isso se dá, pois as obras têm sua abordagem restrita ao contexto histórico de sua produção e a crítica literária de modo puramente técnico.

A visão de cânone que se tem na contemporaneidade é muito voltada para obras literárias do passado, as quais geralmente datam da Antiguidade Clássica ao século XX, devido a um movimento comum de preservar e estudar cientificamente a produção cultural, artística e literária do passado (OLIVEIRA, 2018, p. 664).

Se tratando do best-seller, as obras que fazem parte desse arcabouço literário se caracterizam por uma linguagem mais acessível, pela representação do cotidiano de vida social de modo atual e elementos mais modernos na ficção, além de grande vendagem.

A linguagem mais facilitada, mais próxima do contemporâneo bem como os enredos e personagens que provocam identificação são os elementos que mais colaboram para que o best-seller apresente uma prática de leitura tranquila, confortável sem muito enfrentamento linguístico e histórico, devido ao fato de o texto estar dialogando diretamente com as vivências do leitor (OLIVEIRA, 2018, p. 665).

Devido essas premissas, os best-seller ganharam destaque entre os leitores, principalmente entre o público estudantil da rede básica de ensino, ganhando espaço nas prateleiras das lojas e editoras, movimentando a economia, incentivando a leitura e fazendo parte do contexto dos alunos. Porém, infelizmente a elite intelectual do país critica o avanço dos best-seller, não compreendendo que por meio deles os discentes podem evoluir para leituras complexas e terem outra perspectiva sobre o cânone.

(...) o que é discutível e questionável é o fato de que, reclama-se de um país em que não se lê, mas quando uma minoria procura a leitura de algo é estigmatizada porque não lê o que a elite ou os grandes críticos literários ou, ainda, a academia, dizem ser boas leituras. Vê-se com clareza que as leituras não são selecionadas pela população média baixa do país, ou muito menos voltada para elas, afinal, se um analfabeto, que está começando a aprender, iniciar suas leituras por livros ou autores que a escola indica, a exemplo, Machado de Assis, ele provavelmente não conseguirá prosseguir na leitura, não só pela densidade das obras, como pela linguagem. O mesmo vale para um adolescente, que ainda em processo de formação, tanto intelectual, quanto identitário sofre para compreender a escrita arcaica dos livros. Desta forma, os best-sellers entram como mediadores, melhores soluções. Além de se voltarem para a atualidade, tratando geralmente de temas que estão presentes na vivência deste adolescente (e isso já gera certa identificação com as obras; e não que alguns clássicos não tratem desses temas atuais, mas entra em jogo a questão da linguagem novamente), temos ainda, uma linguagem mais simples e

sendo um livro mais acessível economicamente (ANDRADE, 2016, p. 12-13).

Os best-sellers e os cânones, podem ser trabalhados juntos, sendo o best-seller um mediador para as leituras clássicas, facilitando o letramento literário. Para tanto, cabe ao professor realizar esse equilíbrio, abrir espaço para diálogos sobre as obras e abarcar os gostos do alunado.

2.5 Literatura na sala de aula

É sabido que a abordagem do ensino de literatura nas escolas públicas do Brasil, é abordada de forma superficial e mecânica, que não proporciona aulas significativas acerca dessa temática. Por essa razão, essa ciência é deixada de lado, obtendo a intenção apenas de passar trabalhos para a obtenção de notas sobre um determinado autor e escola literária, com isso o discente tem a possibilidade de pesquisar sobre uma determinada obra e momento da literatura nacional de forma vaga, para atender apenas um pequeno momento de curiosidade, ou seja, o aluno não é instigado a ler e conhecer os aspectos da literatura de seu país.

Tais metodologias envolvendo pouca profundidade são uma herança da desvalorização histórica que a literatura enfrenta, baseada numa perspectiva básica a respeito do texto literário no qual ele apenas tem a função de suprir expectativas com a ficção. Esse fator se agrava com o advento da tecnologia, refletindo num ensino cada vez mais mecânico (GOMES, 2010). Sendo assim, nos ambientes escolares não há debates sobre as múltiplas funções literárias, fazendo com que os educandos tenham poucos conhecimentos sobre o texto literário.

Nesse ponto de vista, deve-se abordar sobre a literatura na sala de aula, para que o educando se torne um ser pensante, questionador e um cidadão crítico. Tendo em vista que, com o auxílio das obras literárias, somos capazes de ampliar os nossos conhecimentos de mundo, analisando criticamente a sociedade na qual estamos inseridos (COSSON, 2009). Pois atualmente, se têm novas formas de apresentar os cânones literários e os best-sellers, como as adaptações para o cinema, televisão e histórias em quadrinhos.

Por conseguinte, a apresentação da literatura canônica pode ser feita de forma que agregue as ferramentas tecnológicas, tendo em vista que atualmente a parte majoritária da população está em constante contato com a tecnologia, sobretudo os jovens. Desse modo, se desprender da única visualização do livro é importante para proporcionar aulas dinâmicas, que valorizem a criatividade dos discentes e os instiguem a ler tais obras. Através disso, plataformas como o Google Drive, Padlet, Pixton, Prezi e muitos outros, podem ser utilizados para a promoção de aulas prazerosas e instigadoras (SARAIVA; ALLES, MÜGGE, 2017).

A fim de esmiuçar essas plataformas, como o Padlet, possibilitará a criação de quadros virtuais de forma criativa, com isso é possível abordar sobre as características de um determinado livro ou escola literária de modo criativo; O Pixton, permite a criação de histórias em quadrinhos, desta feita, os professores podem possibilitar uma gama de atividades a serem desenvolvidas, uma delas é a de que os discentes criem suas histórias, ou o professor pode apresentar um cânone nacional de forma lúdica; Já o Prezi, possibilita apresentações em vídeo de forma criativa, com isso as diferentes discussões acerca da literatura podem ganhar uma roupagem alinhada às premissas criativas e distantes do tradicionalismo.

Partindo desses pressupostos, é de suma importância que o ensino de literatura nas escolas tenha uma abordagem lúdica, que instigue os educandos a lerem os clássicos nacionais, assim como se tornem leitores de outras formas de textos literários. A fim de formar cidadãos críticos, leitores, que conheçam e valorizem a leitura nacional, bem como desenvolverem características empáticas.

3.0 METODOLOGIA

Para concluir essa pesquisa, usou-se o saber científico para esta produção, pois trabalha com dados comprovados (LAKATOS; MARCONI, 2003), e o ato educativo assim como as pesquisas educacionais não são sistematizadas com base no senso comum. Porém cabe ressaltar, que o conhecimento científico tem diversos encaminhamentos metodológicos para prosseguir, ou seja, diversas maneiras de ser praticado, sendo os principais deles: Quantitativo, baseia-se em valores numéricos. Qualitativa, prioriza a sensação e percepção sobre o objeto pesquisado. Descritiva, visa descrever de forma minuciosa a coleta de dados e os resultados obtidos. Bibliográfica, muito comum em especial na educação formal, aplica-se pelo uso e leitura de produções bibliográficas, como artigos científicos e livros (SEVERINO, 2007). E por fim a de campo, em que o pesquisador vai de encontro presencial ao objeto de estudo. Mas qual o método ideal usado nessa pesquisa?

A escolha do método deve ser cautelosa e pensada segundo os objetivos da pesquisa, pois o método irá contribuir conforme o tipo de pesquisa. Mediante esses pressupostos, o método optado foi o qualitativo sob procedimento bibliográfico, pois forneceu uma conjuntura teórica para debater, conhecer e refletir conceitos sobre práxis pedagógica, estudos sociais, históricos e culturais dos temas da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos com base nessa discussão, que é indispensável admitir que a literatura assume desde suas origens, teor crítico e reflexivo, ela não provém do nada, mesmo com aspectos do imaginário e da ficção, temos ali uma realidade, que será compreendida com a contribuição dos conhecimentos semânticos, pragmáticos, estilísticos e conceituais da própria literatura.

Mas para que essas funções sejam trabalhadas com os educandos, é preciso uma metodologia ativa e significativa como os cientistas da educação e teóricos da literatura defendem, a partir do diálogo, teorizações, interpretações e uso do próprio texto, embora tenhamos outros materiais de auxílio pedagógico.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. M. O. O pré-modernismo: a luta entre passadistas, modernos e modernistas no campo artístico brasileiro. **Pensares em revista**. n. 01, p. 117-134, 2012.
- ARANA, AR.DE.A. KLEBIS, A.B.C.O. LITERATURA NA SALA DE AULA: A LEITURA DE OBRAS LITERÁRIAS NA FASE ESCOLAR. XII **EDUCERE**, 2015.
- ANDRADE, E.D. DE. L. **PRECONCEITO LITERÁRIO: A RECEPÇÃO DOS LIVROS BEST-SELLERS E CLÁSSICOS PARA OS NOVOS LEITORES**. 2016. 97 f. TCC (Graduação em L. Em Letras) - UFPB - João Pessoa, 2016.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 2ª ed. São Paulo, Cultrix, 1975.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). Marxismo e filosofia da linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. Prefácio Roman Jakobson. Apresentação Marina Yaguello. São Paulo: Hucitec, 1979.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1981.

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária: uma introdução**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

COMPAGNON, Antoine. **LITERATURA PARA QUÊ?**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2009.

FERREIRA, J. F. V. Romantismo: a formação da literatura brasileira. **Revista Vozes dos vales da UFVJM**: publicações acadêmicas. n. 02, 2012.

FUMANERI, Maria Luisa; KAVISKI, Everton. **Literatura brasileira: uma perspectiva histórica**. InterSaberes, 2014.

GOMES, I. Sobre “por que” e “como” ensinar literatura. **Nau Literária: crítica e teoria de literaturas**. v. 06, n. 02, 2010.

MEC. **ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO**: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, F. C. **O ensino de literatura na perspectiva dos gêneros literários: uma proposta de trabalho**. Tese (Doutor em Literatura e Cultura - Linha de pesquisa Literatura e Ensino). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 216, 2010.

OLIVEIRA, Iara de. **CLÁSSICO E BEST-SELLER: RECEPÇÃO E PERCEPÇÃO DO JOVEM LEITOR**. Congresso Internacional, **ABRALIC**, 2018.

PELLEGRINI, T. Moda importada: introdução do Realismo no Brasil. **Itinerários**. n. 39, p. 117-138, 2014.

PEIXOTO, S. A. O Parnasianismo no Brasil: variações sobre um mesmo tema. **O eixo e a roda**. v. 19, n. 02, 2010.

SOUZA, Aline dos Santos. **O ENSINO DE LITERATURA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES**. 2018. 9 f. TCC (Graduação em Letras) - UNB - Brasília, 2018.

SODRÉ, Nelson. O Naturalismo no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.

SARAIVA, J; ALLES, S; MÜGGE, E. A tecnologia aliada à leitura de textos literários. **Informática na educação básica: teoria e prática**. v. 20, n. 04, 2017.

SEVERINO, A.T. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**. São Paulo: Cortez, 2007.

O TERROR CINEMATOGRAFICO ENQUANTO GÊNERO CRÍTICO SOCIAL

Esperidião Lopes de Freitas Neto⁸⁸

Gabriel Lucas da Silva Santos⁸⁹

Leonardo da Silva Calejon⁹⁰

Resumo: Este artigo visa abordar sobre o terror cinematográfico, analisando seu discurso crítico e social. A justificativa para tal pesquisa, se dá mediante a visão empírica desse gênero, sendo tido apenas como um mecanismo que insere medo no receptor. Partindo dessas premissas, esse estudo possui como objetivo geral, compreender o discurso presente nesse gênero considerando sua criticidade, tendo enquanto objetivos específicos, conhecer o gênero terror, a sua história e características. Tudo por meio de uma pesquisa qualitativa, através de bibliografias e de questionário digital.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero terror. Cinema. Discurso. Educação.

1.0 INTRODUÇÃO

O cinema enquanto materialidade visual, possui vastas formas de representatividade dos gêneros de comunicação, entre eles o terror. Todavia esse gênero refletido nas telas dos cinemas, nem sempre consegue emitir a mensagem almejada ao telespectador, pois para isso é preciso a compreensão da análise do discurso, o que falta em parte nas escolas brasileiras de modo ativo e significativo. O terror como postula Freire (2016), não está restrito puramente ao medo, suspense, violência, tortura e mortes, mas conectado a uma realidade incluída socialmente, todavia para explorar o discurso do citado gênero, é preciso o conhecer juntamente com as teorias da análise discursiva, pois conforme Brandão (1994), a linguagem é um organismo vivo nas relações sociais, por meio dela o indivíduo pode conceber o contexto de modo crítico e histórico, tendo conhecimento sobre o poder exercido sob ele.

Essa pesquisa, portanto, detém como objetivo geral compreender o discurso do gênero terror cinematográfico, enquanto que do modo específico, objetiva entender sua formação e suas compleições, empregando métodos de análise qualitativo por meio de estudos bibliográficos de artigos, livros assim como sites e dados analíticos, tendo como base um questionário virtual, onde questiona aspectos do terror para o público.

Diante dessas preposições, espera-se que essa pesquisa ajude para a desmistificação desse gênero enquanto mecanismo gerador de pavor unicamente,

88 Esperidião Lopes de Freitas Neto – licenciado em letras – português pela Faculdade Ages.

89 Gabriel Lucas da Silva Santos – licenciado em geografia por meio da UNINTER e em letras – português através da Faculdade Ages – especialista em direito ambiental e sustentabilidade na FAEL.

90 Leonardo da Silva Calejon – licenciado em letras – português através da Faculdade Ages.

para que assim o telespectador possa concretizar a análise discursiva do pautado gênero. Com isso, irá explorar uma realidade trazida por meio do cinema sob intermédio do macabro, suspense e arte.

2.0 DESENVOLVIMENTO

2.1 Surgimento do terror no cinema

O surgimento do terror cinematográfico, remonta ao final do século XIX e início do século XX. Tal gênero fílmico, foi fortemente influenciado pela literatura fantástica, assim como nas obras literárias de terror. A narrativa fantástica, tem como características principais, a aliança e oposição existente entre o real e o sobrenatural. Com isso, se estabelecem nas obras a ambiguidade, bem como a incerteza no que tange as manifestações de acontecimentos estranhos, insólitos, mágicos e extraordinários (CAMARANI, 2014).

A literatura fantástica possui três gêneros semelhantes, o fantástico, estranho e o maravilhoso. Mediante a isso, nos encontramos diante da essência do fantástico, ao nos depararmos com um mundo normal, sem a presença de criaturas sobrenaturais, mas que por algum motivo ficamos diante de uma situação que desafia a normalidade desse mundo. Com isso, formulou-se duas hipóteses: Talvez esse acontecimento seja fruto de nossa imaginação, por meio de uma ilusão dos nossos sentidos, ou esse incidente faz parte de nossa realidade.

Por conseguinte, o gênero fantástico se estabelece com base nessas incertezas, sendo esta, uma condição para a existência desse gênero (KHALIL apud TODOROV, 2013). Através dessa premissa, pode-se afirmar que essa pode ser uma das maiores relações da literatura fantástica e do gênero do terror no cinema, visto que esses questionamentos estão presentes nessas películas. Ademais, o expressionismo alemão também influenciou na produção desses filmes durante esse período, encabeçando as películas hollywoodianas, em longas-metragens de maior sucesso no Universal Studios.

O expressionismo alemão, promoveu uma ruptura com a realidade, utilizando da "mise-en-scène". Através disso, a expressividade humana era ampliada, bem como os cenários se tornavam componentes de suma importância para as cenas, dando a impressão de que eles atuavam juntamente com os atores, dessa forma, funcionavam como um ser vivo. Sendo assim, o corpo do ator passou a ser visto como um aspecto visual predominante (FREIRE apud BORDWELL, 2016).

O "Gabinete do Dr. Caligari" (1919), representa o maior filme desse movimento. Por meio dele, foi definido um padrão a ser seguido pelas próximas produções, tanto no horror, quanto em outros gêneros do cinema. Tal preceito foi discutido quando o filme foi lançado nos Estados Unidos, visto que a partir do longa, foi possível analisar a indústria cinematográfica do país na época (HUMPHREYS, 2017). Sua influência foi o objeto balizador para a formação do gênero do terror cinematográfico, nesse sentido, juntamente com o expressionismo alemão foi estabelecido como essa categoria de filmes iria se desenvolver.

A vista disso, não seria possível discutir acerca da origem do terror sem abordar sobre Georges Méliès (1861-1938), considerado o pai dos filmes desse gênero. Tornou-se pioneiro com o lançamento de seu filme intitulado "Le manoir du Diable" (1896). Além de cineasta, também foi ilusionista, ator, cenógrafo, figurinista

e fabricante de brinquedos. Entre os anos de 1897 e 1913, produziu uma grande variedade de curtas-metragens, possuindo a intenção de assustar o público, utilizando para isso, efeitos especiais fantasmagóricos e criaturas monstruosas (MELO, 2010).

Destarte, o Universal Studios foi responsável por consolidar e moldar a forma de produzir filmes do gênero de terror no cinema, através de adaptações de personagens monstruosos da literatura de horror. Assim, foram lançados os longas: “O Fantasma da Ópera” (1925), de Rupert Julian; “Frankenstein” (1931), de James Whale; “Drácula” (1931), de Todd Browning e Karl Freund. Nesses dois últimos, os atores Bela Lugosi e Boris Karloff se consolidaram nos filmes de terror. Seguidamente, foram lançadas outras produções de sucesso como: O Homem Invisível (1933), que contou com a direção de James Whale (1889-1957); além disso, o estúdio também produziu outros longas originais, como: A Múmia (1932), dirigido por Karl Freund (1890-1969), O Lobisomem de Londres (1935), com a direção de Stuart Walker (1955). Através do sucesso desses filmes, o estúdio realizou ao longo dos anos, diversas sequências dessas produções de sucesso, bem como realizou alguns crossovers entre seus personagens.

O contexto de lançamento dessas películas se interliga ao final da década de 1920, período em que os Estados Unidos conviviam com os graves problemas decorrentes da Grande Depressão de 1929. Sendo assim, essa expressão artística foi utilizada de modo que pudesse fazer com que as pessoas esquecessem dos problemas sociais, com isso as tramas possuíam características aventurescas, que representassem uma luz no fim do túnel. Apesar dos filmes de terror possuírem monstros em suas narrativas, os estúdios lançavam essas produções com a mesma finalidade.

Nota-se que entre as décadas de 1930 e 1940, esse estúdio norte-americano, apresentou ao grande público nas salas de cinema, uma abordagem sobre esses personagens literários, que se tornaram bastante influentes até nos tempos atuais (MELO, 2010). Foi a partir desses filmes que o gênero do terror cinematográfico se consolidou, fazendo com que essas películas estabelecessem uma memória ficcional, que seria representada em outros longas.

Nos anos de 1950, entre os avanços tecnológicos, que possibilitaram uma certa evolução para a produção de novos longas, tinha-se o contexto de Guerra Fria envolvendo os Estados Unidos e a União Soviética. Em virtude disso, os filmes de terror passaram a se desvencilhar de suas características anteriores, por essa razão, os monstros dessa época eram insetos gigantes ou invasores de outros planetas. Essas criaturas, representavam o desconforto dos americanos a esse contexto social, bem como faziam uma analogia ao fato da União Soviética representar uma ameaça a segurança nacional (MELO, 2010). A análise desse período torna-se importante para a compreensão de como as produções de terror se desenvolveram ao longo dos anos, estabelecendo relações com o momento social dessa década.

A geração de 1950 dos filmes de terror, foi responsável por apresentar também um personagem que se tornou ícone da indústria cinematográfica, como “Godzilla”. Primeiramente com a sua versão japonesa, lançada em 1954, dirigida por Ishiro Honda. Logo depois com a sua versão americana, de 1956, sendo um projeto com a direção de Ishiro Honda (1911-1993) e Terry O. Morse (1906-1984).

Durante a década de 1980, o gênero do terror cinematográfico passa por renovações, a efeito disso, os longas ganharam uma nova roupagem. Por isso, é comum que as produções desse gênero, nessa época possuam características mais cômicas, utilizando de ambientes sobrenaturais e serial killers. Esse período, foi responsável por imortalizar dois dos grandes personagens do horror, e consequentemente do universo cinematográfico, Freddy Krueger e Jason Voorhees, dos filmes: “Sexta-feira 13” (1980) e “A Hora do Pesadelo” (1984).

Percebe-se que o terror no cinema passou por diferentes momentos e seus longas-metragens estão umbilicalmente ligados a esses momentos, sejam em relação a seu contexto social ou de técnicas de produção. Por meio desses contextos, surgiram diferentes personagens responsáveis por consolidar o gênero do horror, demonstrando a força e relevância dessa tipologia cinematográfica.

Nota-se, portanto, que cada subgênero possui objetivos e formas de representação do macabro de modo distinto, porém ambos enfatizam um teor crítico, tendo uns heteróclitos discursos. No questionário entretanto, 50% dos entrevistados disseram não conseguir identificar esses interdiscursos críticos e sociais nos subgêneros, se atentando aos filmes nas cenas de explicitude e pânico, mas não captando as mensagens contextuais das filmagens no que tange ao social.

2. 2 Funções e objetivos do gênero terror no cinema

Esse gênero em sua materialidade cinematográfica, busca de acordo com Nogueira (2010), permitir o telespectador sentir prazer com o sofrimento ou repulsa as práticas de desumanização, além de desenvolver senso crítico com base nos aspectos macabros. Cada reação do público, será oriunda de como os elementos do filme irão se relacionar com as características pessoais e psicológicas de cada sujeito, fruto de sua formação humana e das compleições sociais, históricas, culturais e ideológicas que formam seu contexto de vida.

Se o filme de terror procura sempre provocar alguma espécie de efeito emocional nefasto no espectador, a tipologia desses efeitos pode ser bastante diversa: o medo, o terror, a repulsa, o choque, o horror, a abjeção. Nos seus mais característicos e mais extremos momentos, estes efeitos e estas experiências emocionais podem revelar-se quase insuportáveis e levar a diversas manifestações radicais: fugir com o olhar, sentir náuseas, gritar estridentemente, suar compulsivamente ou mesmo abandonar a sala de cinema são algumas das reações possíveis (NOGUEIRA, 2010, p. 36).

Com isso, o terror a grosso modo, agrega tipologias variadas em sua conjuntura, bem como funções e objetivos. Mas ambas sob direcionamento do sobrenatural, violência e espanto para alcançar seus objetivos de reflexão pessoal e social, contribuindo para que os seres humanos compreendam as limitações humanas e até onde sua maldade pode ir. Partindo dessas premissas, é infundável concordar com respostas contidas no questionário, em que as pessoas a serem questionadas sobre as funcionalidades do terror, postular que unicamente é gerar medo e ojeriza

(...) importa destacar dois outros aspectos importantes do filme de terror. Por um lado, a centralidade narrativa e dramática da vítima, com a qual o espectador é convidado a identificar-se, muitas vezes através da assumpção

do seu ponto de vista. É nessas circunstâncias que o espectador partilha com a vítima o seu maior medo. Por outro lado, a tendência de muitos filmes para a apresentação explícita e muitas vezes exagerada dos efeitos físicos e psíquicos dessa mesma violência sobre as vítimas. Este é um traço distintivo do filme gore e que, mais do que o terror ou o medo, tende a criar no espectador a repulsa ou o horror. Em todo o caso, como referimos inicialmente, trata-se de um género cuja lógica efectiva e afectiva assenta, em qualquer circunstância e grau, na experiência negativa, mas distante, do espectador através da penúria ou atrocidade vividas pela vítima (NOGUEIRA, 2010, p. 38).

Uma grande sequência que retrata essas funcionalidades e objetivos, é “Doce Vingança”, tendo seu primeiro filme em 2010, estruturado pelos diretores Steven R. Monroe (1964) e R.D. Braunstein. Em seu enredo, os casos de estupro e a impunidade com quem pratica tal ação, ganha lócus, demonstrando suas consequências para as mulheres e como a injustiça influencia as vítimas a realizarem justiça com as próprias mãos.

2.3 Subgêneros do terror cinematográfico

Como se foi explanado antes, o terror possui vários objetivos, contextos e histórias, recebendo em sua essência, influência artística direta da literatura. Partindo dessas premissas, desencadeou-se inúmeras formas de fazer terror nos cinemas, assim como na escrita literária, cada forma com características próprias, sendo esses modelos denominados de subgêneros, são eles: Psicológico, body/biológico, gore, slasher, trash, natural, gótico, found footage e cyber.

(...) a indústria cinematográfica resgatou da literatura o conceito de gênero. Algumas temáticas, que posteriormente tornar-se-iam gêneros, também foram incorporadas pelo cinema, como o Western, o melodrama e o Horror. Ainda que não existisse como um gênero definido na literatura, seus elementos se espalhavam por religiões, mitologias (particularmente nos folclore Greco-Romano, Nórdico e do Leste Europeu), fábulas e ciclos literários (renascença, romance gótico, etc.). Não à toa, durante muito tempo o cinema de horror utilizou a literatura como principal fonte de matéria prima, adaptando para as telas obras como Frankenstein (1910, 1931), Drácula (1922, 1931), O Corcunda de Notre Dame (1923, 1939), O Fantasma da Ópera (1925, 1943) e diversos outros. De fato, levando em consideração o período entre 1886 e 1911 (época do nascimento do Cinema), foram publicados O Médico e o Monstro (Robert Louis Stevenson), O Retrato de Dorian Grey (Oscar Wilde), O Rei Amarelo (Robert Chambers), O Homem Invisível e Guerra dos Mundos (H.G. Wells), Dracula (Bram Stoker), A Volta do Parafuso (Henry James), O Cão dos Baskervilles (Sir Arthur Conan Doyle) e O Fantasma da Ópera (Gaston Lerou). (FREIRE, 2016, p. 43).

Originado em 1930, o terror psicológico como o nome diz, busca conturbar a mente humana, afetando a sensibilidade, emoção e o pânico. Dentro dessa conjuntura, os personagens desses filmes ganham destaque não por despertar o medo e a reflexão com uso de material físico de tortura, mas com o material psicológico. Segundo Silva (2011, p. 96) portanto, o terror psicológico trás o medo a partir de um choque de percepção mental. Um dos filmes que pode ser citado para esse gênero, é “O Bebê de Rosemary”, que sob direção de Roman Polansk (1933), teve seu lançamento em 1968 nos Estados Unidos, nesse filme, a personagem

Rosemary passa a questionar sua própria saúde mental devido os fenômenos que ocorre em sua vida, durante a sua gravidez e mudança de moradia.

O terror body/biológico, ao contrário do psicológico, foca não na imaterialidade, mas no material, todavia os efeitos mentais gerados no espectador são extremamente levados em conta. Nele prevalece a metamorfose física e à violência corporal com mutilação. Seu início oficial se dá em 1975 no Canadá mediante a produção “Calafrios” de David Cronenberg (1943), ele se destaca pois consegue trazer aspectos do terror psicológico.

(...) o autor canadense explorou diversas possibilidades de um mesmo tema, a transformação do corpo físico, alheio à vontade do indivíduo, e o efeito dessa experiência na psique de sua vítima (ou transformações físicas subordinadas a transtornos da mente, que, para Cronenberg, atua mais como um órgão que entidade distinta); o monstro é substituído pelo “horror do corpo humano” (FREIRE 2016, p. 64 apud DERRY, 2009).

Esse subgênero se tornou muito popular com as produções envolvendo zumbis, exagerando na desfiguração física do ser humano, alguns se associando ao terror natural, um subgênero que será pautado posteriormente.

Já o subgênero gore, surge oficialmente no ano de 1960, com base no teatro francês Grand Guignol, o cinema foi o incorporando nos filmes de terror. Nesse subgênero segundo Freire (2016), prevalece à violência e o sangue, realizando exposições de cadáveres e partes de corpos. O primeiro filme referente a esse subgênero foi “O Banquete de Sangue”, produzido por Herschell Gordon Lewis (1926-2016) em 1963, já na contemporaneidade, nomes como “Jogos Mortais” de Kevin Greutert (1965). Freire (2016) salienta inclusive, que o gore somou aspectos do gênero pornô, dando origem ao subgênero gótico.

Em 1960, nasce um subgênero novo, que retrata a criminalidade e à violência na sociedade a partir de alguém que busca matança ou vingança, é o subgênero slasher, tendo como lançamento inicial “A Tortura do Medo” de Michael Powell (1905-1990). Foi um grande sucesso na década de lançamento, mas acabou perdendo espaço a partir de 1990, com isso os cineastas buscaram novos elementos para fomentar seu sucesso (FREIRE, 2011).

Em 1996, após muitas seqüências e fracassos, Wes Craven ressuscitou o subgênero com o filme Pânico, que não só gerou nova franquia (quatro filmes e uma série de TV), como iniciou um novo ciclo do slasher, e várias outras séries de filmes, entre eles Eu Sei o Que Vocês Fizeram no Verão Passado (I Know What You Did Last Summer, Jim Gillespie, 1997), Lenda Urbana (Urban Legend, Jamie Blanks, 1998) e Premonição (Final Destination, James Wong, 2000). (FREIRE, 2011).

Como é citado, o filme “Pânico” retoma o teor slasher, todavia ele incrementa sátira e humor, sem perder a sua seriedade, além de tudo, suas sequências possuem protagonistas que integraram do primeiro ao quarto filme, gerando ar de curiosidade no público, sobre o que aconteceria com esses personagens e se iriam continuar em próximas sequências.

Se tratando do subgênero trasher, ele conceitua as produções do terror com baixo orçamento, tendo uma conjuntura básica e clichê, os aspectos do terror ao invés de darem medo, geram humor.

Normalmente, como resultado de má direção, erros, falta de talento, um filme passa a apresentar tons surreais, levando uma estória recheada de clichês a novas fronteiras — você assiste aquilo balançando a cabeça, totalmente excitado, absolutamente incapaz de adivinhar para onde o filme irá em seguida, ou qual será a próxima fala delirante a ser ouvida. Desde que não seja nada daquilo que vemos normalmente por aí. (FREIRE, 2016, p. 28 apud HENENLOTTER apud SCONCE, 1995, p.385).

A sequência “Sharknado” de Anthony C. Ferrante pode exemplificar bem esse contexto, pois o motivo em si da dispersão dos tubarões, bem como seu comportamento biológico e instintivo, fogem de qualquer explicação lógica e do real, com frases humoradas e situações que embora tenham violência e derramamento de sangue, agregam risos.

Tratando-se do terror natural, esse subgênero utiliza elementos da natureza para despertar o medo, usando animais, plantas e fenômenos naturais, expondo uma relação não antropocêntrica sobre meio ambiente e sociedade (FREIRE, 2016 apud GREGERSDOTTER, 2015). O filme “Godzilla”, se classifica nessa vertente do terror, pois apresenta o animal como superior ao ser humano em aspectos, além disso, trata da ideia de que nem tudo os homens são capazes de conter no espaço natural.

Assim como a Noite e o Mar, a natureza sempre habitou entre os medos da humanidade por não a compreender totalmente e não ser capaz de controlá-la (DELUMEAU, 1978). Nada mais natural então que o cinema de horror tenha se apropriado de animais, plantas e ecossistemas para explorar tais temores (FREIRE, 2016, p. 119).

Com base nessa produção, outros filmes surgiram com o tema: “Tubarão” (1975), “Terror Veio do Espaço” (1982) e O “Ataque de Víboras” (2008). Cada um se diferenciando não só por enredo, personagens e demais aspectos de produção, mas com um “vilão” natural distinto.

O terror gótico já tem o seu conceito originado da literatura, sendo filmes que materializam o medo por meio do desconhecido, tendo desfiguração física, teor sexual, maldições e o sobrenatural (MARTONI, 2011). Um grande marco do gênero foi “Frankenstein” em 1931, sob a direção de James Whale (1889-1957).

No found footage, tem uma produção sumamente distinta de todos os outros subgêneros, ele absorve elementos de todos os demais, mas sua transmissão é por uma câmera única de modo geral, sendo o responsável pela filmagem, participante ativo do processo (NOGUEIRA, 2010). O marco desse subgênero foi inicialmente com documentários em 1922, mas que a partir de 1968 acabou se adaptando ao modelo de filmes (FREIRE, 2016). Pode-se citar como exemplo, “A Bruxa de Blair”, organizado pelos diretores Eduardo Sánchez e Daniel Myrick, o lançando em 1999.

Utilizando todos os expedientes possíveis para conseguir capturar a atenção dos espectadores (contando inclusive com uma campanha de marketing online extremamente bem sucedida, numa época em que a internet ainda engatinhava em muitos países) e apontou os caminhos para outras produções. O apelo do formato ainda era tratado como circunstancial, tanto que a sequência *Bruxa de Blair 2 - O Livro das Sombras* abandona a estética documental (FREIRE, 2016, p. 66).

Por fim tem-se o terror Cyber, nele a história se dá por meio das tecnologias, se nos outros subgêneros as criaturas sobrenaturais possuíam pessoas, locais e objetos, nessa versão adentra em aparelhos e sistemas tecnológicos, enquanto que serial Killers usufruem desses materiais para atrair e obter vítimas. É um gênero novo, com poucas produções, um dos primeiros filmes desse modelo cinematográfico, foi "Os Outros" no ano de 2001, possuindo Alejandro Amenábar (1972) como diretor.

2.4 A análise do discurso, ideologia e poder no terror cinematográfico

Segundo Possenti (2009), o discurso na concepção dos que valorizam a linguagem em escrito e oral como Maingneau, é a materialidade da comunicação do sujeito e do que se oculta em sua mente, além de ser a explanação cotextual do espaço que o indivíduo está inserido e dos fenômenos que nesse ambiente ocorre, enquanto que para os que o definem de maneira agramatical como Foucault e Bakhtin, ele por si só existe sem o material linguístico, abrangendo a história passada e atual, se adentrando no ser humano pela memória e experiência de vida. Esses conceitos estão diretamente ligados ao de ideologia e poder.

Existem inúmeras formas de conceituar ideologia, porém um conceito muito abrangente sobre esse termo, é a definição proposta pelo filósofo Althusser, em que define a ideologia como uma forma na qual os seres humanos agem, fruto de condições sistematizadas e impostas pelos dominadores (BRANDÃO, 1994 apud ALTHUSSER, 1970), mediante a isso, os filmes de terror podem ser bons exemplos dessas dinâmicas. Já o poder na óptica filosófica de viés foucaultiana, é a execução da ideologia (FOUCAULT, 1999), logo se no terror existe ideologia, conseqüentemente a poder.

É possível dizer, portanto, que o cinema atual se adentra no discurso oral, pois não se lê textos ou imagens para o compreender, mas prioriza filmagens, falas e efeitos sonoros. Todavia, o que se é visto no cinema é baseado em um contexto sócio-histórico, cultural e ideológico como se foi debatido anteriormente, sendo ele um discurso, tendo os diretores de filmes objetivos e intencionalidades, mas é preciso conhecer a análise do discurso para descodificar os códigos linguísticos cinematográficos, para não se limitar a uma inquirição superficial, para tal, teóricos como Bakhtin, Foucault, Bourdieu, Charaudeau e Fairclough podem contribuir.

Como dito antes, nos filmes tem-se o uso de mensagens, Bakhtin as chama de enunciado, sendo sua aplicação a enunciação, termo também de Bakhtin que se refere ao ato de produção do código linguístico. Para ele a linguagem não é algo monólogo como Saussure trabalhou, mas é viva, composta não só de construções fonéticas/fonológicas e morfossintáticas, mas de interações, sendo rica de fatores extralinguísticos (DIAS et al, 2011).

(...) a verdadeira substância da língua (...) não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas (...) mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1979, p. 109).

Com base nisso ele propõe à teoria do dialogismo, concebendo à ideia de que o emissor e o receptor ao se comunicarem, não estão apenas trocando

mensagens, mas relações sociointerativas também (BAKHTIN, VOLOSHINOV, 1979). Ou seja, nos filmes de terror antes de o assistir, tem-se que ter em mente que nele está contido uma interatividade comunicativa social, sendo a linguagem empregada não uma opção aleatória, seja ela explícita ou implícita. Esse pensamento é semelhante à teoria do mercado simbólico de Bourdieu, em que vê na comunicação funções sociais (POSSENTI, 2009). Portanto os personagens podem mentir, falar verdade ou omitir fatos no decorrer da história, pois relações sociais estão na linguagem.

Já para Foucault, as falas são reflexos de dominação e da ideologia (POSSENTI, 2009), o terror demonstra tal relação, a partir do momento em que as vítimas pedem que não a façam mal, está deixando evidente que existe ali um poder, é o exemplo do filme “Violência Gratuita” sob direção de Michael Haneke, tanto na versão de 1977 como no remake em 2007, em que a família que se encontra em cárcere privado, implora que Peter e Pou os deixe em paz, contudo na concepção desses dois serials killers, eles não devem os deixar livres e parar as torturas físicas associado as psicológicas, pois na sua concepção ideológica não importa se o outro sofre, o que deve ser prezado é as suas vontades. Nesse arcabouço, tem a aplicabilidade do contrato de comunicação, tese defendida por Charaudeau, de que de modo inconsciente, os sujeitos sabem até que nível podem usar certas palavras (POSSENTI, 2009), a família do citado filme mais uma vez exemplifica tal ideia, limitando as palavras de ofensas, pois sabem que tais termos os podem prejudicar. De acordo com esses princípios, deve-se ter ciência de que os filmes de terror abordarão essas compleições entre dominadores e dominados, devido ao poder e à ideologia presente nos que executam o horror.

Adentrando em Fairclough, encontra-se à teoria da constituição discursiva, nela o pensador propõe que o discurso se origina a partir da cultura enraizada, formando as práticas sociais, assim como tal práxis pode construir um discurso (POSSENTI, 2009). Essa construção é aplicada no terror cinematográfico, tendo a linguagem dos personagens adequações contextuais, com base na sua cultura e situacionalidade, por isso é comum a citação de termos desconhecidos, bem como locais, em específico os reais.

Partindo dessas análises, é notório levar em consideração que os elementos contextuais inseridos nas produções do horror por meio de filmes, são fundamentais para entender as mensagens discursivas neles presentes.

3.0 METODOLOGIA

Este trabalho possui uma abordagem qualitativa, no qual foi elaborado de forma on-line alguns questionários acerca do gênero do terror no cinema. As perguntas tiveram o objetivo de compreender como as pessoas analisam os filmes de terror, tendo em vista a crítica social presente nesse gênero, que consequentemente envolve o caráter discursivo dessas produções, assim como a sua função e o que se destaca nessas películas para esses indivíduos. Por essa razão, entende-se a importância da abordagem qualitativa, pois com ela torna-se possível mapear a compreensão que esses cidadãos possuem desse gênero fílmico.

Após esse processo, obtivemos maior compreensão sobre como desenvolver os tópicos anteriormente definidos, para assim realizar uma análise crítica com base nos dados levantados. Sob essa ótica, o procedimento utilizado neste artigo desempenhou grande relevância para podermos chegar as posteriores respostas.

A metodologia qualitativa caracteriza-se por possuir uma abordagem exploratória, utilizada quando o pesquisador tem o objetivo de se familiarizar com algum conceito, ou fenômeno, como também estabelecer prioridades para pesquisas futuras. Além disso, é possível utilizar da metodologia qualitativa quando se tem o interesse em compreender os motivos que levam a um comportamento ou fato (RAMALHO, 2012). Nesse sentido, a utilização do procedimento qualitativo teve o caráter de estabelecimento de prioridades para o desenvolvimento dessa pesquisa, visto que a partir das conclusões obtidas, os focos do referido trabalho tornaram-se mais claros.

Dessa forma, para realizar essa coleta de dados, formulou-se um questionário na plataforma do Google Forms. Em seguida, foi encaminhado para as redes sociais, afim de que quem tivesse o interesse em responder aos questionamentos. Sendo assim, foram levantadas as seguintes perguntas:

- 1 - Qual a função desse gênero para você?
- 2 - O que mais lhe chama atenção nos filmes desse gênero?
- 3 - Identifica teor crítico e social neles?
- 4 - Caso a resposta tenha sido sim, quais seriam?

Observa-se que com o auxílio da metodologia qualitativa aplicada neste estudo, foi possível centralizar as discussões do artigo com base nesses questionamentos e suas respostas, permitindo que fosse possível discutir sobre a importância e as complexas práticas discursivas presentes no gênero do terror cinematográfico.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o terror cinematográfico enquanto gênero, agrega na sua conjuntura artística, não apenas espantosidade, tensão e o sobrenatural, mas um discurso crítico em relação a fatos pessoais e sociais das relações humanas. Nele é refletido as injustiças sociais, construções históricas e ideológicas, tendo sobretudo a explanação da maldade e fragilidade humana.

Todavia nem todos conseguem visualizar tais dinâmicas, com base nas respostas do questionário. Porém, os estudos teóricos da análise do discurso, podem contribuir para aguçar uma leitura mais crítica sobre esse gênero e em vários outros.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 1994.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. Prefácio Roman Jakobson. Apresentação Marina Yaguello. São Paulo: Hucitec, 1979.

CAMARANI, Ana Luiza. **A Literatura fantástica: caminhos teóricos**. 1ª ed, São Paulo, Cultura Acadêmica, 2014.

DIAS, Eliana et al. GÊNEROS TEXTUAIS E(OU) GÊNEROS DISCURSIVOS: UMA QUESTÃO DE NOMENCLATURA? **Interações**. NO. 19, PP. 142-155, 2011.

FREIRE, R. D. **Construindo o medo: faces do horror na obra de Carpenter, Craven e Cronenberg**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 157. 2016.

HUMPHREYS, Juliana Porto Chacon. O Surgimento das Imagens Cinematográficas de Horror: influências e implicações no gênero. In: ALCAR 2017 - **XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA**, 11, 2017, Universidade Presbiteriana Mackenzie SP. O Surgimento das Imagens Cinematográficas de Horror: Influências e Implicações no Gênero. São Paulo: Alcar, 2017, p. 01-14.

MARTONI, Alex. A ESTÉTICA GÓTICA NA LITERATURA E NO CINEMA. **XII Congresso Internacional da ABRALIC**, 7, 2011.

MELO, M. B. M. **Zé do caixão: personagem de horror**. Tese (Doutor em Comunicação Social) - UESP - Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, p. 179. 2010.

NOGUEIRA, Luís. **Gêneros Cinematográficos**. Covilhã: LabCom Books, 2010.

POSSENTI, Sírio. **QUESTÕES PARA ANALISTAS DO DISCURSO**. São Paulo: Parábola, 2009.

RAMALHO, D. **Conceitos e procedimentos de validação da pesquisa qualitativa e sua utilização na pesquisa de mercado**. Monografia (Especialista em Pesquisa de Mercado Aplicada em Comunicações) - Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 57. 2012.

SILVA, O.M.DA. **O suplício na espera dilatada: a construção do gênero suspense no cinema**. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral) – USP. São Paulo, 2011.

SANTOS, Ruth dos. Os Subgêneros do Terror: as formas que reinventaram e conceituaram o gênero. Disponível em:
<https://indispensavel.com/index.php/2019/10/15/os-subgeneros-do-terror-as-formas-que-reinventaram-e-conceituaram-o-genero/#:~:text=O%20g%C3%AAnero%20Slasher%20surgiu%20em,usam%20um%20m%C3%A1scara%20ou%20fantasia>. Acesso em: 11/11/2020

KHALIL, M. M. G. A literatura fantástica: gênero ou modo? Terra roxa e outras terras: **revista de estudos literários**. v. 26, 2013.

PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ESTATÍSTICA NO ENSINO SUPERIOR

Fabiana Elayne Barros Damasceno⁹¹
Keylla Cristina Coelho Lima⁹²
Ivesmary Loureiro Ribeiro Magalhães⁹³

RESUMO: Este artigo trata sobre a relevância e os objetivos para se ensinar e aprender estatística e probabilidade na Educação Superior. A partir dos resultados de pesquisas realizadas na Educação estatística e na Educação Matemática nas últimas décadas, traz considerações sobre os processos de ensino e aprendizagem da estatística no ensino superior. Apresenta recomendações relativas ao currículo de Matemática no que se refere ao estudo da probabilidade e da estatística. Destaca questões relativas à formação inicial e contínua dos professores, ao desenvolvimento profissional e conhecimento profissional dos professores que ensinam matemática na educação superior.

Palavras-chave: Educação Superior; Matemática; Estatística; Formação de Professores.

1 INTRODUÇÃO:

Observa-se que nos cursos superiores existe uma disciplina voltada para o ensino da estatística, porém esta disciplina apresenta-se como um entrave para os estudantes de nível superior, principalmente para os estudantes da área de ciências humanas. Isso se deve, há alguns problemas encontrados desde o ensino básico, considerando que o estudo de conceitos estatísticos e probabilísticos é essencial a formação do discente. Assim, para desenvolver um trabalho pedagógico que viabilize a educação estatística de nossos estudantes, existem desafios com os quais os professores desta disciplina têm se confrontado.

Parece-nos essencial à formação de nossos alunos o desenvolvimento de atividades estatísticas que partam sempre de uma problematização, pois assim como os conceitos matemáticos, os estatísticos também devem estar inseridos em situações vinculadas ao cotidiano deles. Assim sendo, esse estudo os auxiliará na realização de seus trabalhos futuros em diferentes ramos da atividade humana e contribuirá para sua cultura geral (LOPES, 1998).

91 Mestranda do PROFEPT-IFMA (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica)

92 Mestranda do PROFEPT-IFMA (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica)

93 Mestranda do PROFEPT-IFMA (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica)

Sendo assim o tema é importante, pois possibilita os alunos o confronto com problemas variados do mundo real, possibilitando a eles escolher as suas próprias estratégias para solucioná-los. Assim, acredita-se ser necessário que os professores os incentivem a socializarem suas diferentes soluções aprendendo a ouvir críticas, a valorizar seus próprios trabalhos e os dos outros.

Considera-se que o trabalho com estatística e probabilidade torna-se relevante ao possibilitar ao estudante desenvolver a capacidade de coletar, organizar, interpretar e comparar dados para obter e fundamentar conclusões, que é a grande base do desempenho de uma atitude científica. Esses temas são essenciais na educação para a cidadania, uma vez que possibilitam o desenvolvimento de uma análise crítica sob diferentes aspectos científicos, tecnológicos e/ou sociais. O estudo de conceitos estatísticos e probabilísticos é essencial à formação da estudante, tendo em vista que, diariamente, cada indivíduo recebe grande quantidade de informações e, com frequência, utiliza técnicas estatísticas para correlacionar dados e, a partir destes tirar conclusões.

Além disso, outras áreas do conhecimento, como Biologia, Física, Química, Geografia, entre outras, fazem uso, constantemente, da linguagem estatística, o que torna o ensino da estatística um instrumento de operacionalização, de integração entre diversas disciplinas e mesmo entre diferentes temas dentro da própria Matemática.

Diante disto, o objetivo deste artigo tem como proposta curricular, procurar justificar a importância e a relevância da disciplina estatística diante do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido no ensino superior, pontuando o que os discentes devem conhecer e os procedimentos que os professores devem desenvolver para uma aprendizagem significativa.

Sob esta visão percebe-se que se incluir esta disciplina apenas como tópico a mais a ser estudado, em um ou outro ano de escolaridade da educação básica, enfatizando apenas a parte da estatística descritiva, seus cálculos e fórmulas não levam os estudantes ao desenvolvimento do pensamento estatístico e do pensamento probabilístico, que envolve desde uma estratégia de resolução de problemas, até uma análise dos resultados obtidos.

Para desenvolver um trabalho pedagógico que viabilize a educação estatística no ensino superior, há desafios com os quais os professores que ensinam esta disciplina têm se confrontado. Diante disto, pergunta-se: Quais as metodologias empregadas pelos professores nas IES que favorecer a aprendizagem dos discentes na disciplina estatística?

Desta forma, o objetivo primário do estudo consiste em avaliar o processo de ensino-aprendizagem da estatística no ensino superior.

Com relação a taxionomia, o artigo em questão se trata de uma pesquisa explicativa, pois busca uma relação de causa e efeito entre o estudo da estatística e a qualidade do ensino. E com relação aos meios a pesquisa é bibliográfica, pois o artigo será desenvolvido através de estudos e análises de literaturas, artigos, periódicos, livros, entre outros.

Visando o aprofundamento do estudo, o trabalho será desmembrado nas seguintes atividades: promover uma discussão sobre a inserção da estatística e da probabilidade no ensino superior; Ler e interpretar situações problemas fazendo uso de estratégias desenvolvendo formas de raciocínio lógico; Analisar as diversas literaturas pertinentes ao ensino superior, bem como as bibliografias relativas ao ensino da estatística.

É desenvolvendo estes objetivos que os estudantes começarão a entender a natureza e os processos envolvidos em uma investigação estatística, fazendo considerações que interfiram no modelo de um plano para a coleta de dados. Isso inclui reconhecer como, quando e por que ferramentas estatísticas existentes podem ser usadas para auxiliar um processo investigativo. É preciso se familiarizar com as fases específicas de um questionamento estatístico, o que inclui formular uma pergunta, planejar um estudo, coletar, organizar e analisar dados, interpretar descobertas e discutir conclusões, implicações de descobertas, assuntos para um estudo posterior.

2 O ENSINO DA ESTATÍSTICA E O DOCENTE

As propostas curriculares de matemática têm procurado justificar a importância e a relevância do tema na formação dos estudantes, pontuando o que eles devem conhecer e os procedimentos que devem desenvolver para uma aprendizagem significativa. No ensino da matemática há um compromisso de não só ensinar o domínio dos números, mas também a organização de dados, leitura de gráficos e análises estatísticas principalmente no ensino superior.

Sob esta visão, percebemos que se incluirmos a estatística apenas como um tópico a mais a ser estudado, em um ou outro ano de escolaridade e do ensino superior, seus cálculos e fórmulas não levarão o estudante ao desenvolvimento do pensamento estatístico e do pensamento probabilístico, que envolvem desde uma estratégia de resolução de problemas, até uma análise sobre os resultados obtidos. Parece-nos essencial à formação de nossos alunos o desenvolvimento de atividades estatísticas que partam sempre de uma problematização, pois assim como os conceitos matemáticos, os estatísticos também devem estar inseridos em situações vinculadas ao cotidiano deles.

Acreditamos que é necessário desenvolver uma prática pedagógica na qual sejam propostas situações em que os estudantes realizem atividades, as quais considerem seus contextos e possam observar e construir os eventos possíveis, por meio de experimentação concreta, de coleta e de organização de dados. A aprendizagem da estatística só complementar a formação dos alunos se for significativa, se considerar situações familiares a eles, que sejam contextualizadas, investigadas e analisadas.

Para isso, acreditamos ser necessária uma visão curricular para a Matemática que seja diferente da linear. A linearidade tem predominado nos currículos dessa disciplina, sempre justificando que, para ensinar um conteúdo, é preciso antes trabalhar seu antecedente.

Segundo D'Ambrosio (1998), esse é o mito da linearidade, que implica uma prática educativa desinteressada e desinteressante, desinspirada, desnecessária, acrítica e, na maioria das vezes, equivocada. O ensino da estatística talvez possa auxiliar na ruptura dessa prática linear, considerando que os conceitos a serem trabalhados podem ser extraídos de problemáticas diversas, sem se prenderem a um determinado ano da escolaridade. O repensar do papel do professor no processo de ensinar e de aprender tem estado na pauta nacional de educação e tem sido foco central de algumas políticas públicas. No entanto, ainda não se podem perceber resultados significativos no que se refere à formação estatística dos alunos que têm finalizado o ensino superior.

D'Ambrósio (1996) nos leva a refletir que educação é um ato político e se algum professor julga que sua ação é politicamente neutra, não entendeu nada de sua profissão. Sem dúvida, o processo educacional é inerentemente político e nós, professores, constantemente tomamos decisões e assumimos ações que expressam o quanto não somos politicamente neutros. Assim, um primeiro desafio refere-se a nossa opção em incluir ou excluir alguns assuntos do currículo de nossa disciplina. Nessa ação estamos efetivando nossa posição política, quando legitimamos certas crenças e deslegitimamos outras. Um segundo desafio enfrentado pelo professor é estabelecer uma relação com o aluno, na qual este se perceba produtor de conhecimento e co-responsável pelo seu processo de aprendizagem, assumindo o compromisso de socializar com seus pares suas compreensões e dificuldades, trabalhando assim colaborativamente.

As transformações sociais, econômicas e políticas pelas quais passa a sociedade têm solicitado um novo modelo de ensino, trazendo um repensar para aqueles que exercem a função docente.

D'Ambrosio (1998, p. 49), afirma que:

"Faz-se necessário um outro professor, formado de outra maneira e com a capacidade de renovar seus conhecimentos como parte integrante de sua preparação profissional. Além disso, um professor conscientizado de que seu papel tem sua ação bem mais ampliada é certamente mais empolgante do que um mero transmissor de informações na função de professor. Tal alerta aponta para que se tenha um olhar cuidadoso em relação à formação de professores, pois já podemos considerar consenso que os cursos de reciclagem e treinamento são um modelo fracassado, uma vez que não envolvem o profissional em processos de reflexão sobre sua prática."

O conhecimento profissional do professor tem natureza transdisciplinar, complexa e interliga os componentes empíricos da didática. Ele é passível de múltiplas concepções e procedimentos, que se ampliam significativamente para os professores do ensino superior, os quais são considerados polivalentes por terem várias áreas de conhecimento como foco de trabalho.

Segundo Marcelo Garcia (1999, p. 84), o termo "conhecimento" pode referir-se às áreas do saber pedagógico, do saber-fazer e do saber por que, uma vez que isso

significa os conhecimentos teóricos e conceptuais, os esquemas práticos de ensino e a justificação da prática. Assim, podem-se elencar quatro componentes para o conhecimento profissional dos professores: o conhecimento do conteúdo, o psicopedagógico, o didático do conteúdo e o do contexto.

A partir das argumentações desses teóricos, acreditamos que, então, os professores precisam possuir conhecimentos sobre a matéria que ensinam, conheçam o conteúdo em profundidade, sendo capazes de organizá-lo mentalmente, de forma a estabelecer inúmeras inter-relações, relacionem esse conteúdo ao ensino e à aprendizagem, em um processo de interação com os alunos, considerando o desenvolvimento cognitivo dos mesmos e, também, dominem o contexto, tendo clareza do local em que ensinam e a quem ensinam.

Assim, o elemento central do conhecimento profissional do professor é, sem dúvida, o didático do conteúdo, porém não é o suficiente. Faz-se necessária uma combinação adequada entre o conhecimento sobre o conteúdo matemático a ser ensinado e o conhecimento pedagógico e didático de como ensiná-lo.

O conhecimento didático do conteúdo é uma síntese entre os conteúdos a ensinar e os modos de fazê-lo, incluindo formas de representação das ideias, analogias importantes, ilustrações e exemplos próximos ao contexto. Está incorporada a esse conhecimento a habilidade em representar e formular o conteúdo conceitual e/ou procedimental, tornando-o compreensível aos alunos, gerando a compreensão do que torna a aprendizagem um conceito mais ou menos difícil e de suas respectivas concepções.

O professor, na sua atividade profissional diária, defronta-se com múltiplas situações para as quais não encontra respostas preestabelecidas. Para fazer-lhes face, tem de pôr em movimento um conhecimento que envolve elementos com origens diversas – incluindo acadêmicas e experiências –, bem como aspectos de foro pessoal e contextual. Em seu desempenho profissional, o docente não só precisa mobilizar teorias e técnicas, mas também suas concepções, sentimentos e seu saber fazer (LOPES, 2003).

É por isso que cada vez mais se identifica o conhecimento do professor como prático, pois integra conhecimento teórico de referência e experiencial. É pessoal, porque é construído pelo próprio docente, inserido nos vários contextos de sua atuação profissional.

Um profissional da Educação, que conceba o ensino como uma mera transmissão de conceitos já elaborados e construídos, que considere que a aprendizagem restringe-se apenas ao envolvimento e à capacidade do aluno, talvez não leve em conta os componentes do conhecimento profissional como necessidades.

A atuação docente dependerá de sua sensibilidade para com o processo de desenvolvimento dos alunos, de suas interpretações do contexto no qual atua e de seu autoconhecimento pessoal e profissional. Talvez essas características possam ser desencadeadoras do desenvolvimento profissional.

O desenvolvimento profissional é um processo que salienta os aspectos que o professor pode desenvolver em função de suas potencialidades. Ocorre com base em um certo autodidatismo, em que ele procura, decide, projeta e executa um plano de formação. É nessa busca que melhora seu conhecimento, suas competências e/ou atitudes (LOPES, 2003).

Segundo Marcelo García (1999), o desenvolvimento profissional é muito mais que proporcionar um serviço a um professor ou a um grupo de professores. Inclui também a dinâmica organizacional da escola, como o clima, a estrutura de autoridade, as normas que definem as relações entre o pessoal, a natureza das comunicações em uma escola ou em um distrito, os papéis e responsabilidades daqueles que pertencem à organização.

Um desenvolvimento autônomo ocorre por iniciativa do próprio professor, pode ter a reflexão como estratégia, pode centrar-se no apoio profissional mútuo entre colegas e/ou coordenação. Pode ocorrer através da inovação curricular e/ou de cursos de formação e também por meio da investigação, quando a imagem do professor relaciona-se ao movimento de investigação-ação.

Poderíamos dizer, então, que a profissão docente requer dinamismo, um cidadão ativo e comprometido. O desenvolvimento desse profissional, conforme considerações anteriores, precisará ser analisado nos aspectos referentes à ação, à reflexão, à autonomia e à colaboração.

O desenvolvimento profissional do professor de matemática acontece em um contínuo movimento de dentro para fora e tende a considerar a teoria e a prática de forma interligada, não privilegiando uma em detrimento da outra (PONTE, 1998).

Dessa forma, devemos considerar os aspectos cognitivo e afetivo do professor, ao envolvê-lo em projetos, cursos, encontros. É necessário valorizar suas experiências, seus saberes que incluem crenças, concepções, valores e expectativas, além dos conhecimentos práticos e teóricos construídos pelo docente desde seu curso de formação inicial. Nesse sentido, Hargreaves (1998, p. 185) considera que:

(...) “o desenvolvimento profissional destaca a combinação de processos formais e informais. O professor não é um objeto distante mas torna-se o sujeito do processo de aprendizagem. É dada atenção ao conhecimento e aos aspectos cognitivos, porém, também às questões afetivas e de relacionamento. O objetivo não é a “normalização”, mas a promoção da individualidade de cada professor.”

Nossa experiência, como formadora de professores que ensinam matemática e como professora, faz-nos refletir sobre as questões da complexidade educativa na qual estamos inseridos e a respeito do que seria essa individualidade nos diferentes contextos em que atuamos. Muitas vezes, desconsideramos essa problemática, ao analisarmos a atuação docente, e somos levados a reduzi-la a uma série de variáveis emergentes e à aplicação de algumas técnicas, métodos e procedimentos.

O processo de desenvolvimento profissional e de mudança dependerá principalmente do próprio professor, do quanto sua insatisfação frente a seus

conhecimentos e/ou práticas de ensino atuais o inquieta e também de sua vontade e empenho em desenvolvê-los e aprimorá-los.

Embora a experiência possa ser um fator fundamental para o desenvolvimento profissional do professor, nem sempre é suficiente para responder às questões da prática, pois a construção de soluções para muitos desses problemas requer contribuição teórica. Ao longo do exercício de sua profissão, o docente necessitará aprofundar e ampliar conhecimentos de conteúdos conceituais e didáticos, adequar-se ao movimento próprio da evolução humana, revendo o currículo que prioriza em sua ação, sua relação com os alunos e a clareza sobre o contexto no qual atua.

Em nossa sociedade atual, a instituição escolar não tem conseguido acompanhar as alterações sociais e tecnológicas ocorridas mundialmente, e cabe ao professor intervir sistematicamente na reversão dessa situação, ao promover interações sociais que gerem processos reflexivos entre os estudantes e que estes também contribuam na reestruturação dos espaços pedagógicos.

Ao pensarmos sobre a formação de um profissional que exerce seu ofício nesse contexto, precisamos refletir a respeito da aprendizagem do professor. Parece-nos importante um processo de formação profissional que se centre no contínuo hábito da reflexão, provocando o desenvolvimento profissional dos professores, que deixará de ser visto como a organização de cursos com objetivo de suprir dúvidas, dificuldades e/ou lacunas da formação inicial e passará a relacionar-se à criação de dispositivos e contextos que levam o docente a investir em sua carreira.

3 ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE UMA NECESSIDADE NO ENSINO SUPERIOR

O desenvolvimento da estatística e da probabilidade, nas escolas básicas, tem sido alvo de pesquisas em algumas partes do mundo, e muitos pesquisadores publicam trabalhos a respeito, procurando justificar a relevância do assunto. De acordo com Shaughnessy (1992), a pesquisa em estocástica tem sido verdadeiramente interdisciplinar. Educadores matemáticos e estatísticos contribuíram amplamente, nos últimos dez anos, e o estágio de pesquisa apresenta-se demais eclético para que seja possível uma síntese. A partir dos resultados dessas pesquisas, apresentaremos considerações e/ou recomendações sobre o ensino e a aprendizagem da estatística.

No início dos anos de 1980, Mendoza e Swift (1981) destacaram que estatística e probabilidade deveriam ser ensinadas para que todos os indivíduos pudessem dominar conhecimentos básicos de estatística e probabilidade para atuarem na sociedade. Atualmente, as propostas curriculares de matemática, em todo mundo, dedicam atenção especial a esses temas, enfatizando que o estudo dos mesmos é imprescindível para que as pessoas possam analisar índices de custo de

vida, realizar sondagens, escolher amostras e tomar decisões em várias situações do cotidiano.

A competência nesses assuntos permite aos alunos uma sólida base para desenvolverem estudos futuros e atuarem em áreas científicas como a biologia e as ciências sociais. Além disso, ao considerarmos o mundo em rápida mudança como o que estamos vivendo, é imprescindível o conhecimento da probabilidade de ocorrência de acontecimentos para agilizarmos a tomada de decisão e fazermos previsões.

Não basta ao cidadão entender as porcentagens expostas em índices estatísticos, como o crescimento populacional, taxas de inflação, desemprego. É preciso analisar/relacionar criticamente os dados apresentados, questionando/ponderando até mesmo sua veracidade. Assim como não é suficiente ao aluno desenvolver a capacidade de organizar e representar uma coleção de dados, faz-se necessário interpretar e comparar esses dados para tirar conclusões.

No mundo das informações no qual estamos inseridos, torna-se cada vez mais “precoce” o acesso do cidadão a questões sociais e econômicas em que tabelas e gráficos sintetizam levantamentos; índices são comparados e analisados para defender ideias.

Para que o ensino da estatística e da probabilidade contribua para a efetivação desse fato, é importante que se possibilite aos alunos o confronto com problemas variados do mundo real e que tenham possibilidades de escolherem suas próprias estratégias para solucioná-los. Acreditamos ser necessário que nós, professores, os incentivemos a socializarem suas diferenciadas soluções, aprendendo a ouvir críticas, a valorizar seus próprios trabalhos e os dos outros. Nesse contexto, o ensino da estatística no ensino superior pode ser de grande contribuição, tendo em vista sua natureza problematizadora que viabiliza o enriquecimento do processo reflexivo.

Dessa forma, defendemos que os conceitos probabilísticos e estatísticos devam ser trabalhados desde os anos iniciais da educação básica até o último período do ensino superior para não privar o estudante de um entendimento mais amplo dos problemas ocorrentes em sua realidade social.

Não é possível esperarmos que nosso aluno chegue ao ensino superior para iniciarmos conteúdos essenciais para o desenvolvimento de sua visão de mundo. É preciso que a escola proporcione a ele instrumentos de conhecimento que lhe possibilitem uma reflexão sobre as constantes mudanças sociais e o prepare para o exercício pleno da cidadania.

Nesse sentido, D’Ambrósio (1996, p. 87) nos aponta: “A educação para cidadania, que é um dos grandes objetivos da educação de hoje, exige uma ‘apreciação’ do conhecimento moderno, impregnado de ciência e tecnologia”.

Assim, consideramos que o trabalho com estatística e probabilidade na graduação torna-se relevante ao possibilitar ao estudante desenvolver a capacidade de coletar, organizar, interpretar e comparar dados para obter e fundamentar

conclusões, que é a grande base do desempenho de uma atitude científica. Esses temas são essenciais na educação para a cidadania, uma vez que possibilitam o desenvolvimento de uma análise crítica sob diferentes aspectos científicos, tecnológicos e/ou sociais.

Diante disso, uma educação estatística crítica requer do professor uma atitude de respeito aos saberes que o estudante traz à escola, que foram adquiridos por sua vida em sociedade. Em nosso modo de entender, seria necessária a discussão de temas, como a poluição dos rios e mares, os baixos níveis do bem-estar das populações, o abandono da saúde pública, entre outros; questões que estão em manchetes de jornais diários e revistas e em reportagens de televisão. Trabalhando a análise dessas questões que estão sempre envolvidas em índices, tabelas, gráficos etc., podemos viabilizar a formação de cidadãos críticos, éticos e reflexivos.

Dessa forma, estatística e probabilidade, em sala de aula, poderiam ser temas explorados por meio da matematização, entendendo, segundo a definição de Skovsmove (1994), que matematizar significa, em princípio, formular, criticar e desenvolver modos de compreensão. Para que esse processo se efetive é necessário que tanto alunos quanto professores estejam no domínio da situação de aprendizagem, elaborando e solucionando problematizações.

A resolução de problemas, que é o princípio norteador da aprendizagem da matemática, pode possibilitar o desenvolvimento do trabalho com estatística e probabilidade em sala de aula, pois da mesma forma que a matemática, a estatística também se desenvolveu através da resolução de problemas de ordem prática na história da humanidade.

Assim, é preciso entender que problema não é um exercício de aplicação de conceitos recém-trabalhados, mas o desenvolvimento de uma situação que envolve interpretação e estabelecimento de uma estratégia para a resolução. Pozo (1998) considera que trabalhar problema em matemática significa colocar em ações certas capacidades de inferência e de raciocínio geral.

Acreditamos que não faz sentido trabalharmos atividades envolvendo conceitos estatísticos e probabilísticos que não estejam vinculados a uma problemática. Propor coleta de dados desvinculada de uma situação-problema não levará à possibilidade de uma análise real. Construir gráficos e tabelas desvinculados de um contexto ou relacionados a situações muito distantes do aluno pode estimular a elaboração de um pensamento, mas não garante o desenvolvimento de sua criticidade.

Mais uma vez, ressaltamos que o ensino da estatística deve propiciar aos estudantes situações que lhe permitam a superação do determinismo em favor da aleatoriedade. É necessário trabalharmos dentro do currículo de Matemática com situações que envolvam as ideias de acaso e de aleatório, pois, do contrário, reduziremos o ensino desta ao verdadeiro e falso de suas proposições. Bernardes (1987, p. 13) afirma que: “Se o ensino de Matemática se deve ocupar mais de uma forma de pensar do que de uma forma de escrever fórmulas ou numerais, se o ensino da Matemática se deve ocupar mais da tomada consciente de decisões do que do estrito cálculo, então a teoria das probabilidades é fundamental”.

O desenvolvimento do pensamento probabilístico e estatístico, sem dúvida, pode efetivar as potencialidades formativas da disciplina de Matemática. O ensino da matemática tem como tradição a exatidão, o determinismo e o cálculo, opondo-se à exploração de situações que envolvam aproximação, aleatoriedade e estimação, as quais podem limitar a visão matemática que o aluno poderá desenvolver, dificultando suas possibilidades de estabelecimento de estratégias para a resolução de problemas diversificados que lhe surgirão ao longo de sua vida.

Godino et al. (1987) apontam uma razão do tipo social para defender a educação da intuição probabilística na escola básica, que é tornar os alunos conscientes da natureza probabilística de distintos jogos de azar (loterias, máquinas caça-níqueis, bingos etc.), jogos que são magníficos negócios para aqueles que os promovem e um risco desproporcional de perder dinheiro para aqueles que apostam. Os autores questionam se é racional um homem ou uma mulher expor seus bens a uma casualidade tão pouco favorável para si.

Dessa forma, talvez o trabalho crítico e reflexivo com a estatística possa levar o estudante a repensar seu modo de ver a vida, o que contribuirá para a formação de um cidadão mais liberto das armadilhas do consumo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que um dos principais impedimentos ao ensino efetivo de probabilidade e estatística na educação superior refira-se à formação dos professores que ensinam matemática nesses níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Ao visualizarmos um ensino e uma aprendizagem de estocástica envolvendo a construção de modelos de fenômenos físicos, desenvolvimento e uso de estratégias de simulação e a comparação e avaliação de problemáticas diversas, precisamos considerar que essa abordagem também seja efetiva na formação dos professores. A partir dessa visão, o ensinar estatística e probabilidade tornam-se sinônimo de ensinar a resolução de problemas.

Um dos aspectos importantes na formação estatística durante a educação básica refere-se à capacidade em perceber a existência da variação, à necessidade de descrever populações, a partir de coleta de dados, e à necessidade de reduzir dados primitivos, percebendo tendências e características através de sínteses e apresentação de dados. Conforme os estudantes forem progredindo em lidar com investigações estatísticas, seria importante que eles entendessem a necessidade de estudar amostras, em vez de populações, e fazer inferências de amostras para populações.

É importante que os estudantes comecem a entender a natureza e os processos envolvidos em uma investigação estatística, fazendo considerações que interfiram no modelo de um plano para a coleta de dados. Isso inclui reconhecer como, quando e por que ferramentas estatísticas existentes podem ser usadas para auxiliar um processo investigativo. É preciso se familiarizar com as fases específicas de um questionamento estatístico, o que inclui formular uma pergunta, planejar um estudo,

coletar, organizar e analisar dados, interpretar descobertas e discutir conclusões, implicações de descobertas, assuntos para um estudo posterior.

Os estudantes precisam aprimorar as habilidades usadas no processo de investigações estatísticas: sendo capazes de organizar dados, computar índices necessários (mediana, média, intervalo de confiança), ou construir e representar tabelas convenientes, gráficos, plots e diagramas, feitos à mão ou com auxílio da tecnologia.

É preciso possibilitar um entendimento intuitivo e formal das principais idéias matemáticas que estão implícitas em representações estatísticas, procedimentos ou conceitos. Isso inclui entender a relação entre síntese estatística, representações gráficas, e os dados primitivos nos quais eles estiverem baseados.

Ao estudar probabilidade e chance, os alunos precisam entender conceitos e palavras relacionadas à chance, incerteza e aleatoriedade, que aparecem nas nossas vidas diariamente, particularmente na mídia. Outras ideias importantes incluem a compreensão de que probabilidade é uma medida de incerteza, que modelos são úteis para simular eventos para estimar probabilidades e que, algumas vezes, as nossas intuições são incorretas e podem nos levar à conclusão errada no que se refere à probabilidade e eventos de chance.

Ao conduzir uma investigação estatística, os estudantes aprendem a interpretar resultados e a estar cientes sobre as tendências possíveis ou limitações nas generalizações que podem ser obtidas dos dados.

Ao conduzir este processo, os estudantes precisam aprender como interpretar resultados de uma investigação estatística e colocar questões críticas e reflexivas sobre argumentações que se referem aos dados ou sínteses estatísticas.

Para que uma pessoa seja educada estatisticamente, ela deverá ser capaz de comunicar efetivamente as discussões sobre os resultados de investigações estatísticas, críticas estatísticas ou argumentos probabilísticos que clamam estar baseados em alguma informação. Isso envolve ser capaz de usar apropriadamente terminologia estatística e probabilística, viabilizando resultados de uma forma convincente, e de construir argumentos racionais baseados em informações e observações (Lopes, 2004). Conforme os estudantes adquiram maior conhecimento estatístico, eles poderão também ser capazes de questionar a validade das interpretações de dados e das representações gráficas de outras pessoas, bem como as generalizações feitas com base em um único estudo ou uma pequena amostra.

A formação dos professores, atualmente, não incorpora um trabalho sistemático sobre estocástica, dificultando a possibilidade desses profissionais desenvolverem um trabalho significativo com essa temática nas salas de aula da educação básica.

A probabilidade proporciona um modo de medir a incerteza e de mostrar aos estudantes como matematizar, como aplicar a matemática para resolver problemas reais. Para isso, recomenda-se um ensino das noções probabilísticas a

partir de uma metodologia heurística e ativa, por meio da proposição de problemas concretos e da realização de experimentos reais ou simulados.

Assim é importante que ensinemos aos nossos estudantes da escola básica o caráter específico da lógica probabilística, a forma de distinguir graus de incerteza e de comparar suas previsões e extrapolações particulares como o que realmente sucede.

Acreditamos que o ensino e a aprendizagem que abordem o pensamento estatístico e o probabilístico, desde a educação infantil, possibilitarão a formação de um aluno com maiores possibilidades no exercício de sua cidadania, com maior poder de análise e criticidade diante de dados e índices.

Diante disso, a formação do educador matemático que atua ou atuará na educação básica deve prever um processo de ensino e aprendizagem de conteúdos que ocorra através da resolução de problemas, simulações e experimentos, os quais permitam ao profissional construir conhecimentos, à medida que estabelecer relações com informações adquiridas e com o domínio de diferentes linguagens e formas de expressão. Consideramos que a amplitude do conceito seja mais importante que o conceito formal para o trabalho docente.

No entanto, o que nos parece imprescindível é que esses profissionais tenham a possibilidade de participar de uma formação com as características defendidas por este estudo, adquirindo um conhecimento profissional que lhes dê autonomia para definir por que, quando e como se deve incluir estocástica em suas aulas.

O docente precisa apresentar pelo menos um nível de abstração superior, no que diz respeito ao conteúdo que trabalhará, pois somente dessa forma conseguirá estabelecer conexões com outras áreas e/ou com o próprio conhecimento matemático e estatístico.

O conhecimento profissional didático deverá incorporar o domínio de conceitos, representações, procedimentos, resolução de problemas, habilidades de exploração e investigação. Necessita que o docente tenha boa relação com a matemática, gosto e disponibilidade para se envolver em preparação das aulas, para refletir sobre os redirecionamentos no decorrer das aulas e durante momentos de formação e trabalho colaborativo.

Urge o desenvolvimento de projetos de formação inicial e contínua de professores que abordem o trabalho com a estocástica nas aulas de matemática da educação básica.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, O. Para uma abordagem do conceito de probabilidade. *Educação & Matemática*, Lisboa, n. 3, 1987.

D'AMBROSIO, U. *Educação matemática: da teoria à prática*. Campinas: Papyrus, 1996.

D'AMBROSIO, U. *Etnomatemática*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

GODINO, J.D.; BATANERO, C.; CAÑIZARES, M.J. *Azar y probabilidad*. Madrid: Síntesis, 1987.

HARGREAVES, A. *Os professores em tempos de mudanças*. Alfragide: McGraw-Hill, 1998.

LOPES, C.A.E. *O conhecimento profissional dos professores e suas relações com estatística e probabilidade na educação infantil*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LOPES, C.A.E. *A probabilidade e a estatística no ensino fundamental: uma análise curricular*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MARCELO GARCÍA, C. *Formação de professores: para uma mudança educativa*. Lisboa: Porto, 1999.

MENDOZA, L.P.; SWIFT, J. Why teach statistics and probability: a rationale. In: SHULTE, A.P.; SMART, J.R. (Ed.). *Teaching statistics and probability*. Reston: Yearbook National Council of Teachers of Mathematics, 1981. p. 90-100

PONTE, J.P. Da formação ao desenvolvimento profissional. In: ACTAS do PROFMAT. Lisboa: APM, 1998. p. 27-44.

POZO, J.I. (Org.). *A solução de problemas: aprender a resolver, resolver para aprender*. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SHAUGHNESSY, J.M. Research in probability and statistics: reflections and directions. In: GROUWS, D.A. (Ed.). *Handbook of research on mathematics teaching and learning*. New York: MacMillan, 1992. p. 465-494.

SKOVSMOSE, O. *Towards a philosophy of critical mathematical education*. Dordrecht: Kluwer, 1994. (Mathematics education library, v. 15).

ENSAIO TEÓRICO SOBRE TRANSTORNO MENTAL E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA/ESPIRITUAL

Fernando Ben Oliveira da Silva⁹⁴
Thais Isabelle Teixeira⁹⁵

Resumo: Pelo senso comum percebemos o quanto a discussão e análise teórica a respeito do conceito de transtorno mental e espiritualidade se faz necessário. Mas, afinal o que é transtorno mental? Como se relaciona este conceito na perspectiva temporal dos mitos, religiões? É possível existir comorbidade entre o conceito de transtorno mental e aspectos práticos sobre a religião e espiritualidade? Este ensaio busca provocar e instigar o pesquisador ávido por mais debate sobre o assunto a trazer mais conteúdo relevante a este tema.

Palavras-chave: Transtorno mental, Religião, Espiritualidade.

1. introdução

O recorte teórico deste ensaio propõe avaliar a pergunta: Qual a relação do conceito de transtorno mental e a prática de crenças religiosas que implicam em aparentes fenômenos que em sua análise menos profunda, podem ser confundidos com sintomas clássicos de alguns transtornos mentais?

Se por um lado o olhar se volta apenas à doença, abstraímos o conjunto de elementos que compõem cada caso e sua singularidade. Por outro, se retiramos a perspectiva técnica adquirida até o momento sobre as doenças, deixamos a sociedade na boia dos mitos que tanto povoaram o imaginário coletivo.

Mas, o que pode então transitar entre um conceito e outro? Mas, qual é a perspectiva conceitual de mito, religião ou espiritualidade? Existe um conceito único sobre transtorno mental?

Para tanto, coube-nos organizar de forma modesta, elementos para compor este discurso inicial. Corroborando teorias e provocando o intelecto científico da(o) leitora(o) para novas e mais complexas pesquisas.

Segue abaixo nosso esforço neste diálogo inicial em nossas leituras e pesquisas preliminares sobre o assunto.

2. Breve conceito de Transtorno Mental

Com a profusão do material disponibilizado na internet, por tantos meios seja do senso comum ou científico, cabe-nos a organização do conceito científico sobre

⁹⁴ Psicólogo Clínico e pós-graduando em Saúde Pública

⁹⁵ Estudante do quinto semestre em Pedagogia pela UniGranRio.

transtorno mental. Osvaldo Lopes do Amaral nos traz uma perspectiva clara sobre o tema:

Transtornos mentais são alterações do funcionamento da mente que prejudicam o desempenho da pessoa na vida familiar, social, pessoal, no trabalho, nos estudos, na compreensão de si e dos outros, na possibilidade de autocrítica, na tolerância aos problemas e na possibilidade de ter prazer na vida em geral. Isto significa que os transtornos mentais não deixam nenhum aspecto da condição humana intocado. (AMARAL, 2011).

No contexto generalista disponibilizado por Amaral (2011) no recorte que trouxemos, abstrai-se alguns aspectos importantes que fazem parte deste conceito. Como os fatores genéticos, ambientais, estímulos ansiogênicos ou estressantes, entre outros, que podem ser percebidos na perspectiva do mesmo autor em:

Os transtornos mentais, em geral resultam da soma de muitos fatores, tais como: - Alterações no funcionamento do cérebro; - Fatores genéticos; - Fatores da própria personalidade do indivíduo; - Condições de educação; - Ação de um grande número de estresses; - Agressões de ordem física e psicológica; - Perdas, decepções, frustrações e sofrimentos físicos e psíquicos que perturbam o equilíbrio emocional. (AMARAL, 2011)

Sendo assim, o autor propõe a fonte de transtornos mentais entre outros fatores na demanda de questões que abalem a rotina, que perturbem o roteiro de circunstâncias normativas promovidas na perspectiva de realidade de cada indivíduo. Ou seja, não se trata apenas de fatores da percepção individual, mas do contexto individual diante de estímulos coletivos. Fatores individuais diante de respostas ou estímulos advindos da subjetividade individual que, por sua vez, sofre os mesmos estímulos do coletivo, sob a demanda de uma realidade provocada pela cultura, crença, objetivos centrais ambientais, entre outros.

Historicamente podemos constatar esta perspectiva de transtorno mental, especificamente no contexto da esquizofrenia, no registro de Palmeira, Gerardes e Bezerra em:

A esquizofrenia foi inicialmente descrita como doença no final do século XIX pelo psiquiatra alemão Emil Kraepelin. Na época, os pacientes esquizofrênicos eram mantidos em instituições psiquiátricas por longos anos, muitos passavam o resto de suas vidas nos hospitais por não existir um tratamento efetivo a doença. Kraepelin chamou a esquizofrenia inicialmente de demência precoce, pelo fato de acometer pessoas jovens, a maioria na adolescência ou no início da vida adulta, e evoluir cronicamente e com degeneração do comportamento. (PALMEIRA; GERALDES; BEZERRA, 2013 p. 49).

Observemos que a maneira que os cientistas foram tratando as pessoas acometidas de transtorno mental foi mudando no rompimento do contexto religioso para a independência da perspectiva científica sobre os fatos observados. Haja vista, a esquizofrenia, que é um tipo de transtorno mental grave, foi observada como doença e não mais como uma ação diabólica ou de efeito de um contexto religioso. Permitiu aos médicos em época, a busca de soluções, sendo precárias ou não, para disponibilizar solução para esta demanda. Uma demanda médica, científica e não religiosa.

Os mesmos autores no recorte abaixo, podem ratificar o parágrafo acima.

A esquizofrenia é uma das principais doenças mentais e está presente em 1% da população mundial, ocorrendo na mesma proporção em qualquer país do mundo, independente das variações étnicas, ambientais, socioeconômicas e culturais. Outro dado interessante é que a esquizofrenia mantém a mesma prevalência ao longo da história, independente de guerras, catástrofes, epidemias, etc. embora os fatores ambientais não sejam desprezíveis no processo de adoecimento, nenhum deles isoladamente aparece como principal ou determinante. A esquizofrenia é uma doença biológica e, como tal, envolve alterações cerebrais, tanto no nível celular como no químico, acometendo diferentes funções do psiquismo. É errado, portanto, atribuir-se à esquizofrenia causas ou explicações puramente psicológicas, como resultado de traumas, de frustrações, ou do estresse. A causa da esquizofrenia é multifatorial, ou seja, engloba fatores genéticos e ambientais (PALMEIRA; GERALDES; BEZERRA, 2013 p. 51).

O transtorno mental tem origem e especificidades diversas, onde seu conceito é atravessado por vários fatores e fontes teóricas. Porém, nossa atenção para o discurso neste artigo se retém ao fato que se trata em uma alteração de comportamento e perspectiva de si e do meio que são dissonantes do contexto externo e sua proposição de normatividade. E que não é oriundo e nem tratáveis em contexto religioso ou espiritual.

3. Mito, religião e espiritualidade na perspectiva temporal

Através do tempo, observou-se em relatos de contexto bem antigo, a necessidade de apoio narrativo com a utilização dos Mitos. Que em grego quer dizer “conto” e que propunha atribuir aos deuses, monstros ou entidades sobrenaturais a realização daquilo que não podia-se explicar com a pura observação.

Note-se que em épocas antigas, não havia os mesmos equipamentos de observação, medição e análise que temos hoje. E além da tentativa de elaborar uma solução nestas narrativas do inexplicável até o momento, também se havia a

necessidade de controle e subjugação. Pois, um Deus vingativo exerce influência de medo muito maior que as argumentações dos líderes vigentes.

No contexto do termo espiritualidade, atribui-se como um conjunto de convicções de natureza não palpável, não percebível materialmente. Nota-se também uma perspectiva de significado tanto à vida, como as experiências vividas por cada indivíduo e sociedade que estes estejam vinculados. Contudo, não há um limite específico de crença ou prática, assim como ocorre nas religiões.

Para trazer um conceito mais claro sobre religião, haja vista, a quantidade excessiva disponibilizada hoje em dia, trazemos uma perspectiva de Carl Gustav Jung.

Religião é – como diz o vocábulo latino religere – uma acurada e conscienciosa observação daquilo que Rudolf Otto acuradamente chamou de “numinoso”, isto é, uma existência ou um efeito dinâmico não causados por um ato arbitrário. Pelo contrário, o efeito se apodera e domina o sujeito humano, mais sua vítima do que seu criador. Qualquer que seja a sua causa, o numinoso constitui uma condição do sujeito, e é independente de sua vontade (JUNG, 1938/1990, p. 09).

Se faz importante trazer um exemplo de como os mitos e religiões antigas se confundiam. Para esta finalidade trazemos o registro de Gaarder:

Você certamente já ouviu falar em Thor e seu martelo. Antes de o cristianismo chegar à Noruega, os habitantes daqui acreditavam que Thor cruzavam os céus em uma carruagem puxada por dois bodes. A palavra “trovão” – “torden” em norueguês – quer dizer exatamente “o ruído de Thor”. Em sueco, trovão é “aska”, referindo-se a “jornada dos deuses” pelo céu. [...] Quando troveja e relampeja, geralmente também chove, um fenômeno vital para os camponeses da era dos vikings. Por isso Thor passou a ser adorado como deus da fertilidade. A resposta mitológica para a origem da chuva era o agitação do martelo de Thor. Quando chovia as sementes brotavam e plantação crescia na lavoura. (GAARDER, 2012, p. 24).

Ou seja, contra deuses e forças sobrenaturais, nada o indivíduo comum podia fazer. A não ser aceitar sua condição subserviente, imposta pelo regime e liderança vigente. Nota-se também, que mesmo havendo uma percepção genuína por parte de alguma pessoa e que não pudesse ser explicado pela fonte de saber dos cidadãos que propunham o contexto de realidade daquela sociedade, fatalmente seria tido como alguém à margem da sociedade. Hoje, teria a terminologia de louco, antes de influenciado por algum deus mal ou mesmo um desobediente que deveria ser punido.

Os mitos, as religiões e a espiritualidade, pedem mais estudos e observações no que se refere ao estudo dos transtornos mentais. Mas, deixamos a espiritualidade

como único elemento dos três citados como ainda visto de forma mais ampla e com possibilidades reais de terapêutica. Pelo menos, quando atribuídos no recorte de dominação e subjugação, excluindo claro, qualquer temática de perspectiva pessoal sobre o que é mito ou religião.

Para confirmar as pontuações realizadas a respeito da perspectiva da origem das coisas, o que se confundia com mitos, Nietzsche registra:

[...] em primeiro lugar, porque essa proposição enuncia algo sobre a origem das coisas; em segundo lugar, porque faz sem imagem e fabulação; e enfim, em terceiro lugar, porque nela, embora apenas em estado de crisálida, está contido o pensamento: “Tudo é um.” A razão citada em primeiro lugar deixa Tales ainda em comunidade com os religiosos e supersticiosos, a segunda o tira dessa sociedade e no-lo mostra como investigador da natureza, mas, em virtude da terceira, Tales se torna o primeiro filósofo grego. Se tivesse dito: “Da água provém a terra”, teríamos apenas uma hipótese científica, falsa, mas dificilmente refutável. Mas ele foi além do científico. Ao expor essa representação de unidade através da hipótese da água, Tales não superou o estágio inferior das noções físicas da época, mas, no máximo saltou sobre ele (NIETZSCHE, 1996, p. 43-44).

Para a crítica feita acima sobre os mitos e religiões, trago este recorte de Cassirer para contraponto e análise:

[...] a verdade religiosa é sobrenatural e suprarracional; mas não “irracional”. Só pela razão não podemos penetrar nos mistérios da fé; entretanto, estes mistérios não contradizem, mas complementam e aprimoram a razão. (CASSIRER, 1977, p.21)

Observa-se que o contexto compulsório pela busca de respostas além da razão e mesmo não aceitando as descobertas científicas, podem promover ao indivíduo que registre uma super excitação de algumas informações provocando inclusive o indício de casos onde o indivíduo demonstre a existência de delírios persecutórios.

Porém, se a religião, mito ou espiritualidade propunha uma válvula de escape, retirando-se qualquer viés de possibilidade falsa ou verdadeira, neste ponto em específico, demonstra-se agora na perspectiva contemporânea, o alívio da tensão que comumente provoca a busca das pessoas por ajuda médica, psicológica.

4. Hipótese diagnóstica

Diante de uma explanação breve sobre o conceito de Transtorno mental, trazida neste artigo, da perspectiva do conceito de mito, religião e espiritualidade. Cabe uma apresentação do conceito de hipótese diagnóstica.

A hipótese diagnóstica não encerra o olhar do médico ao paciente, pelo contrário, é um caminho, um olhar, um norte para se buscar o devido alívio para o

sofrimento sentido pelo paciente. Sendo assim, exige-se que a hipótese diagnóstica seja uma sugestão de diagnóstico com base no resultado de informações clínicas e com o suporte devido do resultado dos exames complementares.

É de suma importância entender a relação de hipótese diagnóstica e singularidade, pois cada paciente é um ser único, singular, assim como suas demandas. Neste aspecto, trazemos o registro de Czeresnia (2003):

Buscar dar conta da singularidade é estabelecer novas relações entre qualquer conhecimento construído por meio de conceitos e modelos e o acontecimento singular que se pretende explicar. Enfatiza-se aqui a necessidade de redimensionar os limites da ciência, revalorizando e ampliando a interação com outras formas legítimas de apreensão da realidade. (CZERESNIA, 2003,p. 44)

Além da psicologia sobre a hipótese diagnóstica, mesmo antes de Freud, vemos no século XIX, a articulação para a nascente da psiquiatria neste âmbito. Segundo Ramos (2010):

Quando olhamos, em retrospecto, para o que foi a medicina mental francesa em meados do século XIX, e para o papel que esta desempenhou no cenário cultural da época, é impossível não nos depararmos com a figura grandiosa de Jean-Pierre Falret. Indubitavelmente, Falret foi um desses "gigantes" descritos por Isaac Newton, em cujos ombros nos apoiamos para poder enxergar mais longe. Praticamente todos os alicerces da psiquiatria clássica, que somente encontrarão sua plenitude no período de domínio da escola psiquiátrica germânica, que se seguirá à morte de Falret, podem ser encontrados, já bastante elaborados, na obra monumental desse autor. Lá está o conceito da clínica como exercício fundamentalmente dialético; lá está a exigência do equilíbrio entre observação, teoria e prática; lá está a necessidade de se valorizar as entrelinhas, o contexto, o não dito; lá está a valorização da história, do processo, da temporalidade evolutiva, como o fio de Ariadne capaz de orientar o diagnóstico e a direção do tratamento; enfim, lá está a percepção profunda e aguda de que a psicopatologia é, antes de tudo, o trabalho singular de um sujeito desafiado por uma alteridade que o atravessa e o invade. (RAMOS, 2010, p. 297)

Outra ação importante foi a abolição do chamado diagnóstico dimensional, conforme aponta Russo e Venâncio (2006). Onde não havia fronteiras nitidamente demarcadas entre os diversos quadros. O olhar da singularidade de cada paciente exigia mais observação, clareza, objetividade, sem perder a perspectiva única de cada um e seu contexto social.

Isso se explica devido à forma como os sintomas eram concebidos: sendo expressões polimórficas de processos subjacentes (que ocorriam sob a superfície) – o mesmo sintoma, ou um determinado conjunto de sintomas, poderia, em casos diferentes, estar referidos a mecanismos diferentes. O inverso também podia ocorrer: sintomas diferentes eram referidos a um mesmo mecanismo subjacente. Os opositores desta visão “dimensional” argumentavam que a falta de critérios objetivos para determinar as fronteiras entre as categorias diagnósticas levava a uma baixa confiabilidade do diagnóstico. (RUSSO E VENÂNCIO, 2006, p. 466)

Mesmo assim, há de se considerar as variações novas. Os casos que não permeiam na base dos diagnósticos já conhecidos e catalogados. Neste aspecto, Neto amplia nosso debate:

Quando alguma manifestação difere do padrão clínico conhecido, uma decisão sobre se a manifestação é meramente uma variação clínica ou se ela invalida o diagnóstico deve ser feita pelo médico. Esse dilema é mais provável de ser encontrado quando o médico tem pouca experiência pregressa com a hipótese diagnóstica. Em todas essas situações, uma revisão detalhada das manifestações clínicas pode auxiliar a decidir se um achado clínico em particular é consistente com a hipótese ou a invalida definitivamente. (NETO, 1998, p.308)

A hipótese diagnóstica no transtorno mental merece atenção, seja na anamnese, na coleta de informações pela observação livre, na comparação do resultado dos exames específicos. A fim de não se enclausurar um indivíduo em uma perspectiva diagnóstica que pode lhe comprometer a vida social e profissional.

Atribuindo ainda o contexto de crença, esta hipótese diagnóstica pode dar novos traços no contexto do que se entende o caso nesta relação de doença/paciente.

5. Fator religioso/espiritual e a perspectiva da relação patológica ou terapêutica

O fator religioso e/ou espiritual pode ser um elemento positivo no tratamento e contribuir para um olhar mais amplo na hipótese diagnóstica? Bof nos esclarece:

A função principal da religião, melhor, da espiritualidade é nos religar a todas as coisas e à Fonte donde promana todo o ser, Deus. Esse é o propósito básico de seu grandioso livro *Mysterium Coniunctionis* (Mistério da Conjunção) que Jung considerava seu opus magnum. Pois nele se trata de realizar a coniunctio, traduzindo, a conjunção do ser humano integral com o mundus unus, o mundo unificado, o mundo do primeiro dia criação quando tudo era um e não havia ainda nenhuma divisão e diferenciação. Espiritualidade significa vivenciar esta situação na medida em que é permanentemente buscada, mesmo que não se deixe apreender e se desloque sempre um passo a frente (BOF, 2007, p. 1).

E sem esquecer do conceito mítico esclarecido anteriormente neste artigo, podemos trazer esta passagem do folclore brasileiro, registrado no site⁹⁶ que fala da lenda da Vitória Régia:

“Em uma aldeia indígena, havia uma linda jovem, a guerreira Naiá, que sonhava com a Lua e mal podia esperar o dia em que o deus iria chamá-la. A jovem era apaixonada pela Lua. Essa paixão virou obsessão no momento em que Naiá não queria mais comer nem beber nada, só admirar a Lua. Numa noite em que o luar estava muito bonito, a moça chegou à beira de um lago, viu a Lua refletida no meio das águas e acreditou que o deus havia descido do céu para se banhar ali. Assim, a moça se atirou no lago em direção à imagem da Lua. Quando percebeu que aquilo fora uma ilusão, tentou voltar, porém não conseguiu e morreu afogada. Comovido pela situação, o deus Lua resolveu transformar a jovem em uma estrela diferente de todas as outras: uma estrela das águas – vitória-régia. Por esse motivo, as flores perfumadas e brancas dessa planta só abrem no período da noite.”

Sendo assim, o indivíduo que cresceu absorto sobre a crença desta lenda, poderá ter sintomas de ansiedade se algo concorrer para o medo referente à estória. Acreditar que apenas o surgimento dos sintomas esclarece uma hipótese diagnóstica, agrega o reducionismo diante de tamanha responsabilidade sobre o tratamento médico de outrem.

A significação e o significantes dos símbolos atribuem um valor único a cada mente, assim afirma Thompson:

Estamos interessados no que podem ser chamados usos sociais das formas simbólicas...em que medida e como (se for o caso) as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar as relações de dominação nos contextos sociais em que [...] elas são produzidas, transmitidas e recebidas. (THOMPSON, 1995: p. 18).

Da mesma forma que o autor ratifica nossa perspectiva sobre o olhar único a cada paciente:

[...] formas simbólicas através dos quais nós nos expressamos e entendemos os outros não constituem um outro mundo, etéreo que se coloca em oposição ao real: ao contrário, elas são parcialmente constitutivas do que em nossas sociedades é real. (THOMPSON, 1995: p. 19)

96 Disponível em <<http://www.brasilecola.com/folclore/vitoria-regia.htm>> Acesso em: 15 Set. 2021.

Por fim, deixamos o texto do VIII Congresso Nacional de Psicologia (CNP) que aprovou em 2013 a moção 14:

Cientes da necessidade de uma visão em Saúde e Educação que contemple a integralidade do ser humano, conforme preconizam orientações internacionais apresentadas por órgãos como: OMS, OPAS e Unesco. Cientes também de que a redução das desigualdades passa por um acesso universal e humanizado à Saúde e Educação, conforme preconizam muitas das políticas públicas deste campo, tais como Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, Humaniza SuS, Política Nacional de Educação Popular em Saúde; e no entendimento de que o avanço científico da Psicologia se dá nas fronteiras do paradigma de seus conhecimentos, onde se situam o diálogo com as epistemologias não hegemônicas lastreadas na laicidade da ciência, bem como no diálogo com os conhecimentos tradicionais, tais como os das Medicinas tradicionais indígena, africana e chinesa, entre outras. (VIII CNP, 2013, p. 65).

Cada singular ciência que atua na saúde mental, não deve se opor a olhar a complexidade com que cada indivíduo interpreta, maneja e atravessa o mundo.

As regras sociais não definem em si o roteiro de totalidade de uma normativa de sua percepção. Sendo assim, como cada sociedade vive não define o que é loucura, contudo, o sofrimento psíquico percebido se torna o ponto de atenção. E olhando todos os parâmetros aqui listados, entre tantos outros, podemos atravessar o caos social e de proporções de efeito inevitáveis na saúde mental de seus cidadãos com um referencial mais respeitoso sobre o paciente e não como um CID em cada indivíduo para chamar de seu.

Por outro lado, a perspectiva de que estas crenças podem lhe dar força, ânimo, coragem e possivelmente esperança, temos um elemento novo que implicará e fator benéfico na saúde mental destas pessoas em específico.

6. Comorbidade

E se há casos que ocorrem no escopo da perspectiva de crença religiosa e/ou espiritual e outros que são de transtornos mentais conhecido e catalogados. Haverá os que são fruto de comorbidade? Tatossian e Giudicelli (1973) esclarece abaixo:

O tema da compreensão genérica aparece, na verdade, desde 1910, para distinguir os delírios de ciúme compreensíveis a partir da personalidade e da biografia, como desenvolvimento de personalidade, dos que não são, e introduzem uma solução de continuidade, os processos, dos quais nada podemos dizer, nem mesmo que se baseiam sobre uma lesão cerebral. A oposição, bastante comum no meio psiquiátrico em que trabalhava Jaspers, ainda que proveniente, na Psicopatologia geral, da abordagem biográfica mais do que da nosologia, acaba, na prática, por tornar a incompreensibilidade genética o critério dos delírios verdadeiros, processuais

e, essencialmente esquizofrênicos; ela tem seu eco na fenomenologia dos vividos com a distinção das “idéias delirantes verdadeiras” e das “idéias paradelirantes” (wahnhafte Ideen), deriváveis de outros vividos. Mas o incompreensível nas primeiras não é seu conteúdo, freqüentemente acessível à compreensão, mas o próprio fato de seu aparecimento (...). Assim como “aí, onde verdadeiramente há delírio, a compreensão a partir do caráter cessa e, aí onde se pode compreender, não há delírio”. (KURT SCHNEIDER, Op. cit., p. 130).

Outro ponto sim é importante e deve ser também confrontado, conforme registra Dalgalarrondo:

No século XIX, período de formação da psiquiatria e psicologia moderna, houve um importante debate sobre as possíveis relações entre a religiosidade e o adoecimento mental. Naquele século, uma das formulações mais recorrentes refere-se à ideia e que o excesso de religiosidade, o fanatismo religioso, as práticas religiosas intensas, assim como determinadas formas de religiosidade (como as espiritualistas e as religiosidades dos “povos primitivos”) seriam propiciadores do adoecimento mental. (DALGALARRONDO, 2008 p. 147).

As associações de comorbidade são entendidas pelo excesso de perspectiva da crença e não pelo fato de existir a crença.

7. Considerações finais

Os transtornos mentais são um fato, com milhares de investigações científicas apontando seus efeitos nos pacientes.

A crença em religiões que promovem a ideia de outros seres guiando nossas vidas por exemplo, podem em sua prática aparentarem transtornos mentais.

O médico ou psicólogo com um olhar mais amplo dos fatores sociais, culturais, de crença, poderá obter um resultado mais acertado em sua hipótese diagnóstica.

Existem indivíduos com transtornos mentais que frequentam práticas religiosas e religiosos que em dado momento da vida despontam com sintomas de possíveis transtornos mentais.

O sofrimento psíquico é o marco norteador dos transtornos psíquicos, pois muitos artistas refletem em suas artes aspectos de transtornos mentais conhecidos. Contudo, por não expressarem sofrimento psíquico, suas obras refletem a subjetividade e não o resultado de uma patologia.

Muitas crenças propiciam a esperança, a coragem, a resiliência, motivos para respeitarem seus limites em sua relação com seus possíveis transtornos mentais.

Nota-se neste ensaio teórico, limitado e que precisa de pesquisas muito mais profundas e comparadas a tantas outras pesquisas, que atribuir aspectos das crenças dos indivíduos como indícios de transtornos mentais é por si só ignóbil, ignorante e possivelmente leviano.

Cabe também uma pesquisa quantitativa, avaliando uma população grande para análise do ensaio teórico proposto neste artigo.

“... Se observarmos uma pessoa com suficiente atenção, acabaremos por saber mais a seu respeito do que a própria pessoa...” Frase atribuída à Hermann Hesse (1877 – 1962)

8. Referências

AMARAL, O. L. **Transtornos mentais**. Instituto de Estudos e Orientação da Família. Água Branca SP. 2011. Disponível em <<http://www.inef.com.br/Transtornos.html>>. Acesso em 20 de julho de 2021.

CASSIRER, E. **Antropologia Filosófica**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977

Czeresnia D, Freitas CM (org.). **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. p.39-53.

CONSELHO NACIONAL DE PSICOLOGIA. **VIII CNP Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos**. Brasília, 30 de maio a 2 de junho de 2013.

DALGALARRONDO, P. **Religião, psicopatologia e saúde mental**. São Paulo, Artmed, 2008, 288p.

GAARDER, J.. **O mundo de Sofia: Romance da história da filosofia**. [S.l.]: Companhia das Letras, 2012. 494 p.

Jung, C. G. (1990). **Psicologia e religião**. In *Obras completas de C. G. Jung, (Vol. 11i)*. Petrópolis: Vozes. Originalmente publicado em inglês em 1938

NETO, Á. R.. **Raciocínio clínico – o processo de decisão diagnóstica e terapêutica**. Revista da Associação Médica Brasileira 1998; 44(4): 308.

NIETZSCHE, F. **A filosofia na época trágica dos gregos, 3. In: OS PENSADORES. Os Pré-socráticos: Fragmentos, Doxografia e Comentários**. Seleção de textos e supervisão de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 43-46.

PALMEIRA, L. F.; GERALDES, M. T. de M.; BEZERRA, A. B. C. **Entendendo a esquizofrenia: Como a família pode ajudar no tratamento?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2013. 286 p.

RAMOS, F. A. C. **Jean-Pierre Falret e a definição do método clínico em psiquiatria**. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 13, n. 2, p. 296-306, junho 2010.

RUSSO, J., VENÂNCIO, A. T. A. (2006). **Classificando as pessoas e suas perturbações: a "revolução terminológica" do DSM III.** Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, 9(3),460-483.

SILVA, A. G. CINTRA; S. P. V.; MATOS, E. S. **Religiosidade, Espiritualidade, Psicopatologia, Esquizofrenia.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 06, Vol. 09, pp. 153-165. Junho de 2019.

TATOSSIAN, A. e GIUDICELLI S. **De la phénoménologie de Jaspers 'au retour à Husserl'. L'anthropologie compréhensive de Zurt et Kuhlenkampff.** in Confrontations psychiatriques, 11, 1973, pp. 127-161.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna-Teoria Social na era dos meios de comunicação de massa.** Rio de Janeiro: Vozes Editora, 1995.

TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E ASMA BRONQUICA: SINTOMAS FÍSICOS E MENTAIS EM CORRELAÇÃO

Fernando Ben Oliveira da Silva⁹⁷
Stela Regina Cabral Silva⁹⁸

Resumo: Transtornos de ansiedade estão cada vez mais presentes na sociedade moderna e seus sintomas são dos mais diversos predominando ansiedade e medo não adaptativos. Porém além destes transtornos também possuem sintomatologia física como dispneia e taquicardia, por exemplo, o que pode acarretar em diagnósticos falhos. A asma brônquica, por sua vez, é uma doença respiratória crônica que possui também como sintoma dispneia que pode causar sentimentos de ansiedades. Asma e Transtorno de ansiedade podem conter no mesmo paciente como comorbidades independentes ou pode haver apenas um deles causando sintomatologia semelhante ao outro. Por isto é essencial saber a diferenciação de cada patologia para o tratamento ser direcionado na doença base. O objetivo desse estudo é diferenciar as sintomatologias, esclarecer critérios diagnósticos, buscar possíveis causas de equívocos em diagnósticos e elucidar problemas acarretados a isso. Para realização desta foi divulgado um questionário com onze perguntas, no qual cem pessoas participaram, destas entrou-se em contato com vinte que preenchiam os critérios básicos para a pesquisa. Destes entrevistados sete eram pacientes que previamente foram diagnosticados com asma brônquica, porém na verdade, sofriam de algum transtorno de ansiedade e os sintomas ansiosos mimetizavam a asma. A pesquisa foi feita de modo qualitativa com entrevistas online com tempo de duração em média de uma hora e meia cada. Conclui-se que a anamnese falha e incompleta é a principal causa para o erro diagnóstico e que as sintomatologias da asma e do transtorno ansioso se diferem claramente se a consulta for completa e atenciosa.

Palavras-chave: Transtorno de Ansiedade, Asma, Dispneia, Ansiedade, Comorbidades.

1. Introdução

Transtornos de saúde mental não são incomuns de se encontrar atualmente, a prevalência destes estão cada vez mais comuns na população, há mais de 450 milhões de pessoas que sofrem de tal condição¹. Revisões feitas por Baxter *et al.* no ano de 2013 em 44 países estimou a prevalência atual dos transtornos de ansiedade(TA) em 7,3%². No ano de 2014 estudos epidemiológicos em populações na região sul brasileira indicaram que os transtornos de ansiedade têm prevalência estimada de 27,4%³ em jovens adultos e 4,6% em crianças⁴.

97 Psicólogo clínico e pós-graduando em Saúde Pública.

98 Médica clínica, Alergologista e Psiquiatra.

Contudo, ainda se percebe muito descaso desta condição de saúde no pensamento popular, no qual é justificado por desinformação sobre transtornos mentais em geral ou preconceito em procurar um médico psiquiatra. Tal qual a gravidade do problema pode se agravar levando a sintomas físicos ou agravos das sintomatologias já pré-existentes. Além de tais fatos, o diagnóstico falho por parte do médico atendente também é um complicador para o tratamento adequado de tais pacientes.

A asma, contudo, é uma doença heterogênea e complexa com prevalência 20% entre adolescentes no Brasil⁵ se configurando como uma das prevalências dos sintomas asmáticos mais elevados do mundo. Entre jovens essa porcentagem chega a 23%, no qual 11% destas não possuíam diagnóstico prévio de asma^{5,6}. Uma pesquisa realizada no Canadá com mais de 600 adultos com asma diagnosticada mostrou que cerca de um terço desta amostra, 33% não possuem de fato a doença⁷, o que mostra o diagnóstico errôneo de tal. 27% da amostra original não apresentou sintoma respiratório mesmo após a retirada de todos os medicamentos anteriormente utilizados. 49% dos voluntários ao total, sendo ele realmente asmático ou não, receberam seu diagnóstico original sem ser completamente examinado, sendo a decisão proveniente da observação dos sintomas relatados. Foi-se relatado que a anamnese se apresentou incompleta e que o histórico ansioso ou de doenças prévias não foram levados em consideração para o diagnóstico final de asma⁷.

2. Transtorno Ansioso

Os transtornos de ansiedade compartilham entre si critérios que incluem medo e ansiedades de modo excessivo. O medo é descrito como uma das emoções básicas do ser humano, fundamental e presente em todos independente de idade, raça, espécie ou cultura¹⁹. O medo pode ser descrito como um temor diante a algo específico, determinado causando estado de alerta em caso de aproximação de tal causador de medo²⁰. Enquanto a ansiedade pode ser caracterizada como misto de sentimentos predominando o medo, antecipando futuras ameaças. No momento em que estado de medo e ansiedade se sobrepõem há, também, diferenças, no qual o medo com pensamentos de perigo imediato é associado a períodos de alta excitabilidade autonômica que é comumente eficaz para momentos de fuga ou luta¹⁸. Enquanto isso, a ansiedade é comumente associada a tensão muscular, vigilância por situações de possível perigo^{18,19}. Tal sentimento pode ser reduzido pelo comportamento constante de esquiva, se tal não reduzido o ataque de pânico é comumente uma resposta ao medo extremo¹⁹. As diferenças entre cada TA se dá pela situação ou objeto que provocam o sentimento de medo e ansiedade ou o comportamento de esquiva¹⁸.

Cabe ao clínico quantificar se o medo é extremo e fora de contexto ou de modo adaptativo, diferenciando pelo tempo de persistência dos sintomas para além do período apropriado para o desenvolvimento normal do indivíduo, também se diferenciam de ansiedade e medo provisório causados por estresse já que os TA são persistentes. Muitos destes se desenvolvem na infância, podendo ter duração mais

curta nessa faixa etária, persistindo os sintomas ou até piorando caso não sejam devidamente tratados⁴. A maioria dos transtornos ocorrem no sexo feminino que no masculino em uma proporção aproximadamente de 2:12. Os transtornos de ansiedades são diagnosticados quando os sintomas não são consequências iatrogênicas, de outros transtornos mentais ou consequência de síndromes fisiológicas¹.

3. Bronquite Asmática

A bronquite asmática é uma doença respiratória crônica de aspecto inflamatória. Se caracteriza pela hiperresponsividade das vias aéreas inferiores e pela limitação variável do fluxo aéreo⁸. Resultado de uma grande e complexa cadeia de interações entre células inflamatórias, mediadores e células estruturais fisiológicas que junto a exposição ambiental a alérgenos e irritantes, e outros fatores específicos levam ao desenvolvimento e manutenção de alguns sintomas^{7,8}.

Clinicamente se manifesta com episódios recorrentes de sibilância, dispneia, aperto no peito ou desconforto torácico e tosse crônica⁸. Tais sintomas sendo apresentados particularmente à noite e pela manhã ao despertar. Para diagnóstico é fundamental observar os sintomas característicos, deve-se fazer uma anamnese completa levando em consideração informações como frequência de sibilância no último ano, variabilidade sazonal dos sintomas, melhora espontânea ou pelo uso de medicações específicas para asma, histórico familiar positiva para asma ou doenças alérgicas, caso recorrente de dispneia e, principalmente, diagnósticos alternativos excluídos^{8,9}. Com tais sintomatologias confirmadas o diagnóstico, sempre que possível, deverá ser confirmado por métodos de prova pulmonar como a espirometria.⁷ Este é um método para determinar a limitação ao fluxo de ar, no qual possui como indicativo de asma uma redução do volume expiratório forçado no primeiro segundo (VEF1) para abaixo de 80% do previsto e da relação com a capacidade vital forçada abaixo de 75% em adultos e 86% em crianças^{10,11}. Se houver aumento do VEF1 de 7% ao valor anterior após o uso de broncodilatador há indicativo de asma^{8,12}. Além da espirometria há o pico de fluxo expiratório (PFE) que pode ser utilizada para se documentar a obstrução do fluxo aéreo se sua variação diurna aumentar pelo menos 15% após a inalação de um broncodilatador ou do uso de corticosteroide via oral, considerando medidas ao longo de 14 a 21 dias⁸. Em pacientes sintomáticos com testes normais o diagnóstico ainda pode ser confirmado pela demonstração de hiperresponsividade das vias aéreas que mostram a sensibilidade ao qual as vias aéreas reagem a estímulos externos causando a sintomatologia da asma. Tal teste usualmente expressa uma dose provocadora do agonista para causar queda no VEF1 abaixo ou igual a 20%, quando essa dose é menor que 1mg/ml o diagnóstico de asma é confirmado.¹³

O tratamento atual da bronquite asmática é voltado para controle de sintomas e prevenção riscos futuros. A base de tratamento medicamentosa é constituída pelo uso de corticoide inalatório podendo ser associado a um β 2-agonista de longa

duração⁵, avia oral também é uma opção de tratamento por corticoide. Porém tal medicamento em uso contínuo, via oral principalmente, possuem efeitos colaterais preocupantes como obesidade, retardo do crescimento em crianças, risco de aparecimento de doenças metabólicas, problemas oculares, mascaramento de doenças cardiovasculares e até doenças psiquiátricas como Transtorno Ansioso e Depressão^{14,15,16}.

4. Metodologia

4.1 Método e natureza da pesquisa

A metodologia de investigação deste estudo se baseia em estudo de caso qualitativo. A pesquisa qualitativa consiste naquela que prioriza análise de microprocessos necessitando o exercício de análise e interpretação sendo essencial para a liberdade intelectual²¹. A problemática a ser estudada, evidenciada na justificativa da pesquisa, condiz esta metodologia, já que se pretendeu aprofundar em uma comparativa não comumente analisada.

4.2 Técnica de coleta de dados

Foi-se utilizado para este estudo revisão de literatura e publicações existentes sobre o tema a ser abordado e entrevistas semi-estruturadas (APÊNDICE – 1) com indivíduos portadores de transtorno ansioso que foram anteriormente diagnosticados erroneamente com asma.

As pesquisas bibliográficas sobre o tema foram baseadas na literatura de livros de referência, artigos, diretrizes de sociedades médicas em psiquiatria e pneumologia. Além de guias práticos de diagnóstico. Tais pesquisas feitas em português e inglês. A base de pesquisa foi feita nos bancos de dados PUBMED, PICO, SciELO, Google Acadêmico, *The Cochrane Library*, no ano de 2020. Foram usados os descritores *anxiety disorders*, *asthma*, *chronic respiratory diseases*, *generalized anxiety disorder*, associados ou não. Os artigos selecionados foram filtrados com data dos últimos 10 anos.

Já a entrevista qualitativa semi-estruturada envolveu ao total 20 potenciais entrevistados, no qual 8 não aceitaram fazer a entrevista por vergonha de falar de seus transtornos ou de expor suas histórias em modo geral; 2 foram excluídos da amostra por não terem diagnóstico de transtorno de ansiedade comprovado, nem iniciado tratamentos com terapia; 3 indivíduos da amostra total foram excluídos da análise por não possuírem diagnóstico prévio de asma, mas sim de outra doença respiratória que não será o foco deste estudo.

4.3 Método para coleta de dados

Primeiramente foi divulgado um questionário de 11 perguntas, com tempo médio de resposta de 7 minutos, (APÊNDICE 1) por grupos de redes sociais como WhatsApp, Telegram, Instagram e Facebook na tentativa de abranger maior diversidade territorial possível. Em outro momento 20 dos colaboradores que

responderam o questionário foram contatados por e-mail para uma possível entrevista online via Skype, Google Meet ou em dinâmica de áudios, a preferência do entrevistado, já que pessoalmente não poderia ocorrer em decorrência da pandemia atual por COVID-19, no qual foi seguido o protocolo de distanciamento social para este estudo.

O questionário foi divulgado no dia 21 de outubro de 2020 e encerrado no dia 4 de novembro de 2020. As entrevistas foram marcadas em horários distintos para os dias 17, 18, 19 e 20 de novembro de 2020.

4.4 Considerações Éticas

É deveras importante a preocupação com a conduta ética do pesquisador para que este atinja níveis de credibilidade. Neste contexto foram realizados tais procedimentos, baseado nas Reflexões sobre ética na pesquisa, de Paiva (2005):

- a) Apresentação dos objetivos da pesquisa aos participantes da mesma e elucidação sobre condutas éticas praticadas durante o processo;
- b) Autorização dos participantes para a realização do estudo de caso (APÊNDICE 3);
- c) Reafirmação do consentimento, no qual o participante não se sentisse coagido a participar do estudo;
- d) Criação, se necessário, de códigos para não expor nome de nenhum participante;
- e) Omissão de termos que podem correlacionar profissionais ou pacientes para evitar a exposição dos mesmos.

5. Resultados

Foram, então realizadas entrevistas com 7 pacientes que primeiramente tiveram o diagnóstico de bronquite asmática de forma errônea. Observa-se que aproximadamente 44% dos entrevistados não relataram nenhum sintoma mental pois sentiram-se com vergonha de algum julgamento social sobre a condição, no qual os indivíduos do sexo masculino foram maioria. 28% da amostra desconheciam os sintomas de TA, achando então que o medo e a ansiedade que sofriam eram normais dada a circunstância no qual viveram. Aproximadamente 14% da amostra sofreu de negligência parental, no qual os responsáveis legais desconfiaram do transtorno sofrido pelo paciente em sua infância, porém escolheram esconder a informação do profissional de medicina. O restante da amostra, explicado pela idade do início dos sintomas, escondeu os sintomas mentais, apenas evidenciando o físico, por falta de entendimento da situação ali presente.

Sendo assim, 100% da amostra diante do clínico responsável no momento não teve sua anamnese coletada por completo, deixando lacunas sobre sofrimento, situações de piora ou melhora dos sintomas, histórico familiar, alergias e início de cada sintoma. Os pacientes que foram consultados ainda quando crianças não tiveram a oportunidade de conversar com o médico, no qual, nenhuma pergunta se foi direcionada a ela, mas sim totalmente aos responsáveis presentes.

Mais da metade da amostra não foi submetido ao exame físico como ausculta pulmonar; apenas um foi submetido à uma prova de função pulmonar, a espirometria;

nenhum ao PFE, nem a teste de hiperresponsividade das vias aéreas. O exame laboratorial mais feito foi o hemograma completo sem retorno explicativo ao paciente.

Neste caso os pacientes da amostra descobriram o erro em seu diagnóstico inicial de diversas formas diferentes, trazendo em comum apenas a elucidação dos sintomas de Asma brônquica ou do transtorno de ansiedade fazendo assim se questionarem sobre seus diagnósticos iniciais.

5.1 Sensações

Em entrevista os participantes acima de 40 anos, principalmente, pareciam estar muito desconfortáveis ao se discutir sobre o transtorno ansioso que possuíam as falas eram mais sucintas e de forma mais envergonhada, um deles ainda citou que torcia para tal diagnóstico também estar errado. Evidenciando assim ainda uma grande problemática envolto do preconceito sob o tema. Em jovens adultos, porém, essa fala foi mais natural. Diziam sobre ansiedade como algo óbvio vivenciado por eles ou qualquer um, sem receio para falarem sobre seu diagnóstico atual querendo ainda contextualizar o porquê de possuírem este transtorno.

Porém, em geral, foi observado lamentações quando mencionado o diagnóstico prévio de asma. Alguns mencionaram o dinheiro gasto sem necessidade, outros falavam sob atividades na infância que não participaram com medo de terem uma crise asmática. Todos, de alguma forma, dizem que a qualidade de vida com o erro diagnóstico foi sim perdida já que os sintomas de medo e ansiedade em alguns aspectos apenas pioraram e a falta de ar como sintoma do transtorno ansioso não foi tratada, apenas mascarada pelo uso do broncodilatador.

Após o encerramento de cada entrevista todos se sentiram gratos e de certa forma ajudando a não haver mais erros como o que aconteceu com eles, e mesmo os mais envergonhados com resquício de preconceito em relação a transtornos mentais reconheceram a importância de se falar mais sobre e normalizar o assunto em clínicas gerais e pediátricas

5.2 Melhora Clínica

Todos os entrevistados se submeteram a tratamento de terapia após o diagnóstico de transtorno ansioso. Alguns relataram completo cessamento dos sintomas físicos em menos de um ano de tratamento, o restante apenas relatou melhora neste mesmo período de tempo de um ano de tratamento. Os levando a crer, por ventura, que o sintoma físico era realmente de causa ansiosa. Dois dos entrevistados, inclusive disseram que não acreditavam até então que era possível possuir dispneia ou aumento da frequência cardíaca proveniente de um estado ansioso não tratado.

5.3 Experiência com Médico

Quatro dos entrevistados fizeram questão de ressaltar a ignorância do clínico geral ou pediátrico que os atendeu em relação a transtornos mentais. Ao questionados o motivo de ressaltarem isto, indignados disseram que todas as

perguntas e exames pedidos foram direcionados apenas para doenças físicas, sem questionamento de como a situação era sentida no momento.

6. Desenvolvimento

Como já evidenciado, a semelhança de sintomas entre asma e transtorno ansioso, é a dispneia ou sensação de falta de ar. Porém ambas doenças possuem, além disso, uma gama de critérios diagnósticos que precisam ser rigorosamente observados e considerados para fechar o diagnóstico e iniciar o tratamento mais adequado.

Além da sintomatologia observada e critérios diagnósticos, a adequada anamnese se torna imprescindível. Considerando contato visual, atenção aos detalhes de importância relatados, história familiar e história pregressa. Assim, o paciente se sentirá mais confortável de conversar com o clínico em questão e confessar a ele sintomas importantes para o diagnóstico de transtornos de ansiedade. Qualificar e quantificar os sentimentos de ansiedade e medo se tornam obrigatórios para o diagnóstico de qual transtorno de ansiedade se trata.

O diagnóstico equivocado trouxe para os pacientes em análise diversas complicações em suas vidas, incluindo quebra de confiança em médicos clínicos. No qual, por anos de suas vidas foram medicados por uma doença que não possuíam.

E o que leva o erro diagnóstico de uma condição física, quando na verdade essa condição é mental? Comumente este fato é associado ao fato de analisar o paciente como um doente, ignorando suas vivências e experiências. Para melhor atender um paciente com transtorno de ansiedade deve-se olhá-lo com um todo. As especializações no campo da medicina são para melhor atender segundo sua formação específica e especialista, porém não se deve esquecer que pacientes possuem comorbidades e sintomatologias comuns para uma ou mais especializações obrigando, então o clínico a identificar tais situações e encaminhar para um melhor profissional a atendê-lo.

Segundo Cavalieri Filho (2008) o erro diagnóstico pode confundir-se com a culpa profissional. E ainda caracteriza como imperícia quando a conduta médica está errada, porém a técnica está correta. Ou seja, em caso de erro de diagnóstico, não há culpa ou erro profissional, mas imperícia. Nestes casos, porém, também há possibilidade de processo civil. Apesar de ser um tema variante na jurisprudência brasileira, o médico ainda está passível a tal possibilidade de ressarcir o paciente com uma indenização. Tal processo se baseia no artigo 951 da lei nº 10.406 do código civil, no qual “aplica-se ainda no caso de indenização devida por aquele que, no exercício de atividade profissional, por negligência, imprudência ou imperícia, causar a morte do paciente, agravar-lhe o mal, causar-lhe lesão, ou inutilizá-lo para o trabalho”²².

7. Considerações Finais

Apesar do transtorno de ansiedade não ser uma doença datada recentemente o preconceito envolto a suas sintomatologias e ao especialista em questão ainda são muito altas. O termo ansiedade comumente é relacionado tanto ao estado de

alerta evolutivo como ao não adaptativo o que pode prejudicar na elucidação dos sintomas. Segundo a pesquisa qualitativa aponta, a falta de informações sobre sintomatologia dos transtornos de ansiedade corrobora com os pacientes a procurarem ajuda médica de um clínico geral, optando por não marcarem consultas com psiquiatras, irem apenas se encaminhados pelo clínico. O psiquiatra é o médico qualificado para melhor diagnosticar e diferenciar o transtorno ansioso presente no paciente e elaborar, assim, a melhor estratégia de tratamento.

Além das barreiras preconceituosas próprias, a ignorância familiar ajuda na falta de identificação precoce de sintomas ansiosos, já que crianças também estão sujeitas a tais e muitos sintomas se iniciam nessa fase.

A asma brônquica é por diversas vezes diagnosticada por clínicos sem informações adicionais, levando em consideração apenas o histórico familiar ou história pregressa de alergia. Levando a hipótese diagnóstica falha, podendo acarretar em piora de sintomas adjacentes, mascaramento de comorbidades e prejuízo no estilo de vida do paciente. Além disso, o médico em questão também pode ser prejudicado caso inicia-se um processo contra imperícia.

Para evitar tais fatos o médico deve ouvir seu paciente com atenção considerando sua história e sentimentos com os acontecimentos, elucidar dúvidas recorrentes sobre todos os sintomas que o paciente possui. Analisar ações feitas, objetos observados, situações-chaves para início dos sintomas. Podendo assim, qualificar o medo ou ansiedade presente como adaptativa ou não e seguir com diagnóstico mais apropriado. Além de, observar atentamente critérios diagnósticos, fazer o exame físico completo em primeira consulta ou queixa, fazer teste de esforço pulmonar em caso de hipótese de asma brônquica e excluir todos diagnósticos diferenciais. Somente assim, com integralidade de conhecimento e causa, o paciente poderá ter o melhor tratamento para ele no momento.

8. Referências Bibliográficas

1. Oreskovic S. Breaking down the Silo Mentality in Global Mental Health: The New Role for the Schools of Public Health. *Psychiatr Danub.* 2016;
2. Baxter AJ, Scott KM, Vos T, Whiteford HA. Global prevalence of anxiety disorders: a systematic review and meta-regression. *Psychol Med.* 2013;
3. Fleitlich-Bil, Y.K.B & Goodman, R. (2004) Prevalence of child and adolescent psychiatric disorders in southeast Brazil. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry.*
4. PIZZICHINI, Marcia Margaret Menezes et al. Recomendações para o manejo da asma da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia - 2020. **J. bras. Pneumol.**, São Paulo.
5. To T, Stanojevic S, Moores G, Gershon AS, Bateman ED, Cruz AA, et al. Global asthma prevalence in adults: findings from the cross-sectional world health survey. *BMC Public Health.* 2012.
6. Aaron SD, Vandemheen KL, FitzGerald JM, et al. Reevaluation of Diagnosis in Adults With Physician-Diagnosed Asthma. *JAMA.* 2017
7. IV Diretrizes Brasileiras para o Manejo da Asma. **J. bras. pneumol.**, São Paulo, v. 32, supl. 7, p. S447-S474, Nov. 2006 .
8. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas.

Estatísticas de saúde e mortalidade. Brasília: Ministério da Saúde; 2017

9. National Asthma Education and Prevention Program. NAEPP Expert Panel Report. Guidelines for the Diagnosis and Management of Asthma—Update on Selected Topics 2002.

10. Global initiative for Asthma (GINA) Bethesda: NHLBI/WHO; 2006. Disponível em: <www.ginasthma.com>

11. Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Hiperresponsividade brônquica. *J Pneumol.* 2002; Supl3:S101-S121.

12. ASBAI- Associação brasileira de Alergia e Imunologia. Tratamento da asma. Disponível em: <<http://www.asbai.org.br/secao.asp?s=81&id=311>>.

13. Waljee AK, Rogers MA, Lin P, et al. Short term use of oral corticosteroids and related harms among adults in the United States: population based cohort study. *BMJ.* 2017

14. *Journal of Managed Care & Specialty Pharmacy.* Dose-Response Relationship Between Long-Term Systemic Corticosteroid Use and Related Complications in Patients with Severe Asthma. Disponível em: <https://www.jmcp.org/doi/10.18553/jmcp.2016.22.7.833>

15. Kendall, P. C., Safford, S., Flannery-Schroeder, E., & Webb, A. (2004). Child Anxiety Treatment: Outcomes in Adolescence and Impact on Substance Use and Depression at 7.4-Year Follow-Up. *Journal of Consulting and Clinical Psychology.*

16. CORDIOLI, A. V., KIELING, C., SILVA, C. T. B., Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5ª edição brasileira 2014

17. BAPTISTA, Américo; CARVALHO, Marina; LORY, Fátima. O medo, a ansiedade e as suas perturbações. **Psicologia**, Lisboa, 2005. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492005000100013&lng=pt&nrm=iso>.

18. MEINICKE, Dinorá. O medo na gerência. 2003. 105 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

19. MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, Aug. 2004

20. MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, Aug. 2004

21. VIANNA, Renata Barbosa; CAMPOS, Angela Alfano; LANDEIRA-FERNANDEZ, Jesus. Histórico, diagnóstico e epidemiologia da ansiedade infanto-juvenil. **Rev. bras. ter. cogn.**, Rio de Janeiro, dez. 2010

22. Oreskovic S. Breaking down the Silo Mentality in Global Mental Health: The New Role for the Schools of Public Health. *Psychiatr Danub.* 2016;

23. Baxter AJ, Scott KM, Vos T, Whiteford HA. Global prevalence of anxiety disorders: a systematic review and meta-regression. *Psychol Med.* 2013;

24. Fleitlich-Bil, Y.K.B & Goodman, R. (2004) Prevalence of child and adolescent psychiatric disorders in southeast Brazil. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry.*

25. PIZZICHINI, Marcia Margaret Menezes et al. Recomendações para o manejo da asma da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia - 2020. **J. bras. Pneumol.**, São Paulo.

26. To T, Stanojevic S, Moores G, Gershon AS, Bateman ED, Cruz AA, et al. Global asthma prevalence in adults: findings from the cross-sectional world health survey. *BMC Public Health*. 2012.
27. Aaron SD, Vandemheen KL, FitzGerald JM, et al. Reevaluation of Diagnosis in Adults With Physician-Diagnosed Asthma. *JAMA*. 2017
28. IV Diretrizes Brasileiras para o Manejo da Asma. *J. bras. pneumol.*, São Paulo , v. 32, supl. 7, p. S447-S474, Nov. 2006 .
29. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas. Estatísticas de saúde e mortalidade. Brasília: Ministério da Saúde; 2017
30. National Asthma Education and Prevention Program. NAEPP Expert Panel Report. Guidelines for the Diagnosis and Management of Asthma—Update on Selected Topics 2002.
31. Global initiative for Asthma (GINA) Bethesda: NHLBI/WHO; 2006. Disponível em: <www.ginasthma.com>
32. Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Hiperresponsividade brônquica. *J Pneumol*. 2002; Supl3:S101-S121.
33. ASBAI- Associação brasileira de Alergia e Imunologia. Tratamento da asma. Disponível em: <<http://www.asbai.org.br/secao.asp?s=81&id=311>>.
- Waljee AK, Rogers MA, Lin P, et al. Short term use of oral corticosteroids and related harms among adults in the United States: population based cohort study. *BMJ*. 2017. *Journal of Managed Care & Specialty Pharmacy*. Dose-Response Relationship Between Long-Term Systemic Corticosteroid Use and
34. Related Complications in Patients with Severe Asthma. Disponível em: <https://www.jmcp.org/doi/10.18553/jmcp.2016.22.7.833>
35. Kendall, P. C., Safford, S., Flannery-Schroeder, E., & Webb, A. (2004). Child Anxiety Treatment: Outcomes in Adolescence and Impact on Substance Use and Depression at 7.4-Year Follow-Up. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*.
36. CORDIOLI, A. V., KIELING, C., SILVA, C. T. B., Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5ª edição brasileira 2014
37. BAPTISTA, Américo; CARVALHO, Marina; LORY, Fátima. O medo, a ansiedade e as suas perturbações. *Psicologia*, Lisboa, 2005 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492005000100013&lng=pt&nrm=iso>.
38. MEINICKE, Dinorá. O medo na gerência. 2003. 105 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis
39. MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educ. Pesqui.*, São Paulo , v. 30, n. 2, p. 289-300, Aug. 2004
40. MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educ. Pesqui.*, São Paulo , v. 30, n. 2, p. 289-300, Aug. 2004
41. VIANNA, Renata Barbosa; CAMPOS, Angela Alfano; LANDEIRA-FERNANDEZ, Jesus. Histórico, diagnóstico e epidemiologia da ansiedade infanto-juvenil. *Rev. bras. ter. cogn.*, Rio de Janeiro, dez. 2010.

9. Apêndice 1

QUESTIONÁRIO ABRANGENTE INICIAL

Caro colaborador, este questionário tem como objetivo obter informações sobre pacientes com diagnósticos equivocados na perspectiva da psiquiatria. Responda com sinceridade. Ressaltamos que toda e qualquer resposta aqui fornecida terá como único objetivo o desenvolvimento de um trabalho científico e a identidade dos respondentes será mantida em total anonimato. Muito obrigado pela sua colaboração!

1. Sexo:

- Masculino
- Feminino
- prefiro não responder

2. Faixa etária:

- até 18 anos
- Entre 18 e 23 anos
- entre 24 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- entre 41 e 54 anos
- Acima de 55 anos

3. Com que frequência se consulta com um médico?

- Pelo menos de 6 em 6 meses
- Uma vez ao ano
- Com 2 anos ou mais de intervalo
- Quase nunca

4. Por qual motivo normalmente procura marcar uma consulta com médico?

- Consultas de rotina
- Acompanhar doença crônica existente
- Investigar doenças hereditárias
- Quando possuo algum sintoma persistente de difícil melhora

5. Já se consultou com algum psiquiatra?

- Sim
- Não

6. Se sim, o procurou por vontade própria?

- Sim, senti necessidade
- Não, foi encaminhamento
- Nunca fui em um

7. Houve diagnóstico de algum transtorno ansioso?

- Sim
- Não

Se sim, pode continuar o questionário. Caso não, obrigada pela participação

8. O transtorno ansioso em questão possuiu algum sintoma físico?

- Sim
- Não

Se sim, qual (ais)? _____

9. Tal sintoma já foi explicado por outro médico como alguma outra doença?

- Sim
- Não
- Não tive sintoma físico

Se sim, qual doença? _____

10. Após o diagnóstico de transtorno de ansiedade já foi iniciado o tratamento para tal?

- Sim
- Não

11. Após o tratamento, os sintomas físicos, se houver, regrediram?

- Sim
- Não
- Não tive sintomas físico

10. Apêndice 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1) Qual sua idade atual?
- 2) Se se sentir à vontade em dizer, qual seu sexo biológico?
- 3) Com que idade foi diagnosticado com Asma brônquica?
- 4) Quais foram os primeiros sintomas que sentiu?
- 5) Quais suas queixas principais ao chegar no especialista e como foi colhida sua história?
- 6) Quais exames físicos foram feitos?
- 7) Se foi pedido algum exame laboratorial, qual?
- 8) Se o diagnóstico inicial de Asma estava falho, como descobriu?

“É UMA QUESTÃO DE OPORTUNIZAÇÃO”: UMA ANÁLISE SOBRE TRAJETÓRIAS DE VIDAS DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA NA UFPEL

Flávia Lucimeri Rodrigues de Freitas⁹⁹

Resumo: O presente estudo faz parte da pesquisa que está sendo desenvolvida no curso de mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e tem por objetivo investigar a história de inclusão de servidores com deficiência na UFPEL no período de 1999 a 2020. Assim, por meio da construção de narrativas, estamos tentando compreender um pouquinho a experiência desses servidores - a partir da infância até a vida adulta e o impacto que o ingresso no serviço público acarretou em suas vidas. A metodologia empregada foi a história oral e a análise documental.

Palavras-chave: História Oral – Trajetória de Vida - Pessoa com deficiência – concurso público – Inclusão

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em pessoas com deficiência, estamos tratando com uma população numerosa¹⁰⁰. Segundo dados do último censo realizado de 2010, 23,9% da população brasileira (45,6 milhões de pessoas) declarou ter alguma deficiência. E, a partir da Nota Técnica do IBGE nº 01/2018, em que o governo brasileiro estabeleceu novos critérios para considerar uma pessoa com ou sem deficiência, o número passou a ser de 12,7 milhões de pessoas (6,7% do total de brasileiros).

Tal mudança de critérios foi chamada pelo governo de "releitura analítica dos dados de pessoas com deficiência à luz das recomendações do Grupo de Washington", que considerou pessoa com deficiência apenas as que possuem grande ou total dificuldade para enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, além das pessoas que declararam ter deficiência mental ou intelectual. Essa nova forma de tratamento dos dados relacionados à pessoa com deficiência terá um impacto direto nas políticas públicas, como concessão de benefícios previdenciários e cotas em concursos públicos.

De todo modo, quaisquer dos números considerados não são modestos. São, no mínimo, intrigantes. Então, onde estão essas pessoas? Não obstante, serem uma das maiores "minorias" existentes historicamente no Brasil e no mundo, as pessoas com deficiência sofreram e ainda sofrem com processos de exclusão social e, embora

⁹⁹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPEL), e-mail: flaviaufpelrs@gmail.com

¹⁰⁰ Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2011, uma em cada sete pessoas no mundo vive com alguma deficiência. No Brasil, dados do Censo de 2010, apontaram que o nosso país tem 45,6 milhões de pessoas com alguma deficiência, o que corresponde a 23,9% da população brasileira

tenham ocorrido avanços significativos nas últimas décadas, ainda tem representatividade mitigada na sociedade, na escola, no trabalho e na política.

A definição do que é deficiência faz-se necessária neste trabalho. Mas, qual o conceito de pessoa com deficiência e como se caracteriza? Diversas foram as concepções e os modelos de deficiência utilizados ao longo da história, conforme Izabel Maior:

Da invisibilidade à convivência na sociedade, houve uma longa trajetória representada pelas medidas caritativas e o assistencialismo, correspondentes a ações imediatistas e desarticuladas, que mantiveram as pessoas com deficiência isoladas nos espaços da família ou em instituições de confinamento. Na primeira metade do século XX, surgiu o elo biomédico da deficiência, que interpreta a deficiência como incapacidade a ser superada. Esse modelo está vinculado à integração social. A seguir, instalou-se a transição para o modelo social da deficiência, relacionado à inclusão. Na atualidade aplica-se o paradigma dos direitos humanos para garantir a dignidade da pessoa com deficiência, o combate à violação de seus direitos, sua autonomia e acesso a todas as prerrogativas sociais. (MAIOR, 2015, pg. 01)

No ano de 2015, o Brasil, por meio do Estatuto da Pessoa Com deficiência, seguindo o conceito constante na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência adotou em seu artigo 2º a seguinte concepção a respeito da pessoa com deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A concepção de deficiência avançou do modelo médico que se tinha antes, onde ela era tratada como uma limitação individual, para um modelo social mais amplo que a compreende em sua interação com o meio ambiente, assim, não é somente a pessoa individualmente que tem uma deficiência, mas seus impedimentos de longo prazo em interação com o meio é que estabelecem a medida da deficiência. Desta forma, o meio poderá ser mais ou menos deficiente, dependendo de como aborda, por exemplo, a questão da eliminação ou diminuição de barreiras físicas e atitudinais (Gugel, 2016).

Com os significativos avanços operados nos últimos anos no plano internacional e nacional sobre a temática, no Brasil, a área da Educação tem realizado muitos debates e estudos sobre a matéria o que tem fortalecido bastante a visão da educação acerca do tema, contudo, o assunto ainda é pouco trabalhado por outras ciências sociais e humanidades como a Ciência Política, Antropologia, Sociologia e História. Na área do Direito encontramos avanços nos estudos sobre os direitos das pessoas com deficiência, mas ainda carece de um debate mais amplo e efetivo.

Assim, o presente estudo é fruto de uma Pesquisa que está sendo desenvolvida no curso de mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e tem por objetivo analisar a história de inclusão e acessibilidade de servidores ingressantes na cota legal para pessoas com deficiência na UFPel no período de 1999 – ano que foi publicado o Decreto-Lei n. 3.298/99, o qual estabeleceu um percentual mínimo de 5% de reserva de vagas em concurso público para pessoas

com deficiência e vai até o ano de 2020 - ano de vigência do Plano Institucional de Acessibilidade e Inclusão 2016-2020 da Instituição.

2. METODOLOGIA

Utilizamos a metodologia da História Oral e da Análise Documental. No tocante à História Oral foram realizadas entrevistas com servidores ingressantes nas mencionadas cotas, conforme o Professor Meihy em entrevista concedida no ano de 2015, História Oral,

(...) É um recurso moderno, inaugurado principalmente depois da 2ª Guerra Mundial com o avanço da tecnologia, das máquinas em geral (...) passou a ser um mecanismo para validar algumas experiências que não estão quase sempre registradas em documentos escritos; tem uma outra mensagem, dimensão, quase sempre de valor subjetivo. A História Oral passa a ser um tipo de narrativa onde a entrevista, particularmente a entrevista gravada, filmada; tem um fundamento de registro em cima de uma matéria, de um suporte material, que permite uma reflexão que quase sempre varia das possibilidades da documentação escrita. (MEIHY, 2015)

Segundo Alberti, a história oral pode ser definida como método de investigação científica, fonte, ou técnica de produção e tratamento dos depoimentos gravados, o que denomina de “*método-fonte-técnica*”, pois, ao se prestar a múltiplas abordagens, ela transita por um terreno multidisciplinar podendo ser empregada por diversas disciplinas além da história, na antropologia e nas ciências sociais. Ademais, ela não fica restrita às ciências humanas, podendo gerar fontes de consulta (as próprias entrevistas) para os mais diversos estudos. A autora faz a seguinte definição de história oral,

(...) a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto do estudo (2013, p.24).

Desta forma, Alberti discorre que a História Oral serve para estudarmos determinados grupos sociais, categorias profissionais, instituições, movimentos, conjunturas, acontecimentos históricos etc. por meio dos depoimentos de pessoas que os testemunharam ou deles participaram.

A fim de atender melhor aos propósitos da pesquisa, fez-se a escolha por entrevistas de história de vida. Em seu manual de História Oral, Alberti traz um verdadeiro “passo a passo” sobre a preparação e a realização das entrevistas de história oral e sobre a escolha do tipo de entrevista,

(...) as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou (2013, p. 48).

Em suma, conforme Meihy (2015), podemos conceber que “a História Oral de vida é aquela que rearranja a narrativa a partir da trajetória existencial de uma pessoa”.

Até a presente escrita deste trabalho, foram entrevistados três servidores ingressantes nas mencionadas cotas tendo por interesse a trajetória dessas pessoas desde a infância até a vida adulta. Assim, identificamos diversos pontos em comum em suas narrativas, tais como a: 1) importância do trabalho por meio do concurso público para uma vida independente; 2) importância das redes de sociabilidade na formação de suas identidades; 3) discriminação, resistências, falta de preparo e conhecimento da sociedade em relação a pessoa com deficiência (na família, no trabalho, na escola...).

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O TEMA

Durante séculos, a sociedade excluiu as pessoas com deficiência. Ainda hoje, mesmo depois de muitas lutas históricas por direitos, ainda há necessidade de discutirmos a sua participação em diferentes espaços sociais, especialmente em lugares que possam trazer dignidade, sentimento de pertencimento (Thompson, 2002) e de se tornarem protagonistas de suas próprias histórias (MAGALHÃES, 2016).

A história da pessoa com deficiência é uma história traumática, na história antiga por exemplo, a pessoa com deficiência era submetida ao abandono e até ao sacrifício; a Lei das XII Tábuas, importante fonte de Direito Romano, autorizava o pai matar os filhos considerados “disformes”.

Por meio da expansão de determinados pensamentos religiosos durante a Idade Média, difundiu-se a ideia de caridade, que levou à criação dos primeiros asilos para as pessoas com deficiência. À vista disso, as crenças sobre o castigo, milagre, a purificação e a redenção rodeavam essas pessoas, sujeitando-as à exclusão e à morte para a limpeza dos pecados (GUGEL, 2007).

No cenário brasileiro, durante o século XIX, criaram-se os primeiros Institutos voltados à educação desse grupo excluído da sociedade, primeiro em 1854 com a criação do Instituto Benjamin Constant para a educação de cegos no Brasil Imperial, momento em que se trouxe o braile para o Brasil.

Em 1856 foi criado o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), sendo pioneiro nesse tipo de ensino no Brasil. A sociedade da época via a pessoa surda como incapaz de aprender e se desenvolver – era tida como doente.

No século XX, surgiram as instituições educacionais para pessoas com deficiência intelectual: Pestalozzi em 1932 e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) em 1954. Na década de 1950, devido ao surto de poliomielite no Brasil, surgem os centros de reabilitação que tiveram um papel importante para a reabilitação desse período, contudo, a visão sobre a pessoa com deficiência era somente médica.

No final da década de 1970, teve início, de forma organizada, a história do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Momento histórico em que, cansadas de serem subjugadas, as pessoas com deficiência tomaram para si o protagonismo na luta por direitos.

Nesse período, o Brasil passava por um processo de redemocratização pós-ditadura, e a abertura política favoreceu a organização de outros movimentos sociais como o das mulheres e da população negra, por exemplo, possibilitando uma

interação entre o movimento das pessoas com deficiência a esses outros movimentos, o que fortaleceu a luta dessa categoria por cidadania.

Os anos que se seguiram trouxeram visibilidade às lutas das pessoas com deficiência. Em 1980 ocorreu o I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes em Brasília e em 1981 foi instituído por determinação da Organização das Nações Unidas (ONU) o Ano Nacional das pessoas com deficiência. Foi a partir daí que a ONU introduziu a palavra “pessoa” no conceito de pessoa com deficiência porque até então eram chamados de “deficientes”, “inválidos”, “incapacitados”, etc.

Todo esse movimento e a criação de instituições possibilitaram discussões e avanços entre as áreas de pessoas com deficiência alinhando pensamentos políticos não partidários e filosóficos entre as áreas para que nenhuma deficiência fosse considerada mais importante do que a outra.

Nos anos de 1987 e 1988 aconteceu a Assembleia Nacional Constituinte e os movimentos sociais, incluindo o das pessoas com deficiência, participaram por meio de audiências públicas na elaboração do projeto da nova Constituição Federal.

Assim, a Constituição de 1988 considerou em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, proclamando a igualdade de todos, tendo sido uma vitória da categoria a inclusão também no texto constitucional de direitos específicos às pessoas com deficiência como as cotas em concursos públicos.

Contudo, a Magna Carta não havia estabelecido percentuais mínimos nem máximos para estas cotas, somente em 1999, por meio de decreto, é que foi resguardado o mínimo de 5% de reserva de vagas em concursos públicos às pessoas com deficiência.

Após, houve a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) em 1989. Já no ano de 1999 houve a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), o qual discute toda política nacional da pessoa com deficiência. Nos anos de 2006 e 2008 acontecem as Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Todos esses movimentos provocaram mudanças significativas nas normas brasileiras no sentido de garantir a igualdade e a não discriminação das pessoas com deficiência.

Importantes legislações que tiveram um papel significativo a salvaguardar os direitos das pessoas com deficiência: a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com deficiência já incorporada no ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988, o Decreto-Lei n. 3.298/99, que regulamentou a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, estabelecendo inclusive percentual mínimo de acesso em concursos públicos e o Estatuto da Pessoa com Deficiência no ano de 2015.

A Constituição Federal brasileira passou a prever, por meio da Emenda Constitucional nº 19 de 1998, a reserva de vagas para as pessoas com deficiência em concursos públicos. Na esfera pública, a Lei nº 8.112/1990, que regulamentou a reserva de vagas no serviço público federal, estabeleceu um limite máximo de 20% para as cotas para pessoas com deficiência.

A partir do ano de 1999, com o já mencionado decreto nº 3.298/1999, foi estabelecido um percentual mínimo de 5% de vagas em concursos públicos para

peças com deficiência, percentual este que foi mantido pelo Decreto nº 9.508 de 2018.

Embora tenham ocorrido diversas conquistas a direitos, muitos foram e ainda são os desafios presentes no século XXI, tais como o mercado de trabalho, a inclusão, a acessibilidade, a educação, a LIBRAS, os livros em braile, uma vida independente e a não discriminação, ainda vivemos em uma sociedade muito excludente e sem acessibilidade. Por esse motivo, é pouco comum vermos pessoas com deficiência nas ruas ou ocupando lugares na sociedade, tampouco no meio de trabalho, em especial no serviço público. Para Gugel,

O fato é que para qualquer estatística que se olhe, percebe-se a ausência da pessoa com deficiência, resultado significativo a revelar que esta pessoa 'não está contada' porque ela não é incluída nesse universo social-produtivo... Segundo os dados do IBGE há atualmente na sociedade 45,6 milhões (25% do total da população) de brasileiros com algum tipo de deficiência e que, devido às condições de exclusão em que ainda vivem, continuam a merecer a medida de ação afirmativa por meio da reserva de cargos para o ingresso no mundo do trabalho. Isso porque, persistem os dados demonstrando as poucas (na casa dos milhares) pessoas com deficiência incluídas e exercendo um trabalho digno que gere autonomia financeira. Um número mais reduzido ainda é o das pessoas com deficiência na condição de servidores e empregados públicos que acederam a órgãos da Administração Pública Direta e Indireta por meio do concurso público nas esferas federal, estadual e municipal (GUGEL, 2016, p. 18-19).

De todos os desafios, a inclusão no mercado de trabalho é sem dúvida uma das barreiras mais complicadas para as pessoas com deficiência. Embora tenham ocorrido mudanças nas legislações concedendo incentivos para as empresas que contratem pessoas com deficiência, muitas ainda são as resistências dos empregadores em contratá-las.

No trabalho intitulado "O sentido do trabalho para as pessoas com deficiência" observamos o seguinte:

A dimensão do trabalho como realidade social, como bem afirma Dejours (2004), é essencial à atividade humana, contribuindo para a satisfação de necessidades não apenas econômicas, mas também psicológicas e sociais. Para as PcD, o estudo dessa atribuição de sentidos se torna instigante, visto que o trabalho tem sido considerado uma importante via de inclusão social dessas pessoas na sociedade (LIMA et al., 2013, p. 43).

A análise de questões subjetivas envolvendo a participação social desses servidores como protagonistas para uma vida independente e para o trabalho poderá contribuir para a promoção de uma efetiva igualdade e de uma sociedade mais inclusiva.

Assim, o presente estudo é importante especialmente para compreendermos como se deu a inclusão de servidores com deficiência na UFPel e o protagonismo dessas pessoas nos grupos sociais ao qual se vinculam; a subjetividade que marca a sua participação como sujeitos sociais no contexto do trabalho e revelar como a instituição vem conduzindo o processo de inclusão ao longo dos últimos 31 anos (1999 – 2020).

5. CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS

Pretendemos, ao construirmos as narrativas, compreender um pouco da experiência desses servidores - desde a infância, até a vida adulta e o impacto que o ingresso no serviço público trouxe para suas vidas, por outro lado, com a análise documental em conjunto às histórias desses servidores é possível compreender como a UFPel está construindo o processo de inclusão na instituição.

As trajetórias de vida dos servidores já entrevistados pela pesquisa são histórias muito ricas, elas não são exatamente iguais, mas as situações vivenciadas por essas pessoas em interação com o meio social dizem muito sobre a nossa sociedade, como questões relacionadas ao preconceito, desconfiança social e da importância do estudo e do trabalho para uma vida independente, mas sobretudo da família e dos relacionamentos afetivos como principais redes de apoio.

Conforme observado por Portelli, em hipótese nenhuma as recordações de uma pessoa serão exatamente iguais às de outra. O autor cita como um dos exemplos a impressão digital, contudo explica que *“a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”* (1997, p. 16). Assim, Portelli traz à baila o termo “memória social” contrapondo-o ao termo “memória coletiva” por esta se situar fora do indivíduo. E, ao reunirmos e confrontarmos as narrativas desses servidores podemos verificar a partir das experiências individuais uma representação da sociedade muito mais realista, de acordo com Portelli:

A História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos (PORTELLI, 1997, p. 16)

De acordo com Cruz e Peixoto (2007), para a melhor compreensão de uma cena histórica é importante que as fontes dialoguem entre si, por esta razão não nos furtamos a realizar tal diálogo na pesquisa. Também realizamos pesquisas em: legislações e banco de dados governamentais sobre o tema; documentos e registros da própria Universidade sobre quando e como se deu o ingresso e a permanência de servidores oriundos de cotas para pessoas com deficiência no âmbito da Instituição.

O título deste trabalho pertence a uma das entrevistas já realizadas na pesquisa; o entrevistado ao falar sobre a importância das cotas no concurso público utiliza uma expressão bastante simbólica: *“é uma questão de oportunização”*,

(...) Uma pessoa não nasce com deficiência sendo pobre ou rico, entendesse? Ela tem determinada condição. O que dificulta no caso é a alocação dela no mercado. Não é uma questão: eu não tenho um braço, eu preciso de uma reparação, não é uma reparação histórica, é uma questão de oportunização. (SILVA, 2021)

Podemos observar que a narrativa de Silva vem ao encontro do que acontece na sociedade em relação à falta de oportunidades para as pessoas com deficiência, basta olharmos ao nosso entorno, não é tão comum vermos pessoas com deficiência

nas ruas, ou a ocuparem lugares na sociedade, tampouco no meio laboral, em especial no serviço público porque, 'elas não estão contadas'.

A sua história nos inspira e traz um sentido de reconstrução. Vejamos. É trajetória a de quem já tinha carreira e vida financeira estabilizadas. Conta com detalhes e entusiasmo de como aos 17 anos conseguiu ingressar em uma carreira disputada em uma grande instituição bancária assumindo em seguida o posto de gerente e porque largou uma carreira de sucesso para ingressar no serviço público. Cabe contextualizarmos que a deficiência de Silva foi adquirida em um acidente, já na fase adulta, sendo que, durante o tratamento na tentativa de restabelecer a sua mobilidade sofreu preconceito e assédio por parte de sua chefia no Banco; relata que, ao retornar de uma cirurgia, fora colocado em uma mesa virado para a parede, posteriormente demitido, tendo sido somente readmitido por meio de ordem judicial.

Desta forma, analisamos que o concurso público, de fato, além de ser um direito constitucionalmente assegurado, passou a ser uma possibilidade em sua vida e o ingresso por meio das cotas uma oportunidade de reconstrução de sua história de vida.

4. CONCLUSÃO

Em conclusão, a mencionada pesquisa tem possibilitado o estudo de trajetórias de vidas que foram profundamente impactadas, transformadas e reconstruídas pelo ingresso no serviço público por meio de cotas para pessoas com deficiência na Universidade Federal de Pelotas, evidenciando assim, a importância que a política de cotas tem para a promoção da inclusão social e destaca a História Oral como um instrumento, ou como nas palavras de Alberti (2016) "*método-fonte-técnica*" que possibilita entendermos melhor a História de nossa sociedade que somente por meio de fontes tidas como 'oficiais' não seria possível a sua compreensão em profundidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 05/10/1988.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.298/99**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 20 de dezembro de 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 22 de set. 2020.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 9508/2018**. Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. Brasília, 24 de setembro de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCiViL_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9508.htm. Acesso em: 06 de jan. 2020.
- BRASIL, UNICEF. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 5 de jan. 2020.

CIVIL, C. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência)**. Brasília. 2015.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 35, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>>. Acesso em 10 de nov. 2020.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta**. Goiânia: Ed. da UCG, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington**. Rio de Janeiro, RJ, 2018b. (Nota Técnica nº 001/2018). Disponível em: <https://bit.ly/3sRVZQO>. Acesso em: jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: questionário da amostra**. Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2UeXqcG>. Acesso em: janeiro de 2021.

LIMA, Michelle Pinto de et al. **O sentido do trabalho para pessoas com deficiência**. RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 14, p. 42-68, 2013.

MAIOR, Izabel et al. **[Entrevista concedida a]** História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. 2013. (13m36s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eDi63uTyhKY>>. Acesso em: 17 de jan. 2020.

MAIOR, Izabel. **Deficiência e diferenças**. 2017. (48m08s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jQKD5mlMJsM>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MAIOR, Izabel. **História, conceito e tipos de deficiência**. São Paulo, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe. **[Entrevista concedida a Editora Contexto] O que é História Oral? Professor Sebe explica**. 2015. (5m.33s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rl8CDDXFmTE>

POLLAK, Michael (1989). **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

POLLAK, Michael (1992). **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.5, n.10, 1992, p.200-215.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **"Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral"**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História 15 (1997).

SILVA, Rodrigo. **Entrevista II. [JAN. 2021]. Entrevistadora: Flávia Lucimeri Rodrigues de Freitas**. Pelotas, 2021. 1 arquivo .mp3 (128 min.).

THOMPSON, P. **História oral e contemporaneidade**. História Oral, [S. l.], v. 5, 2009. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>>. Acesso em: 22 de set. 2020.

UFPEL. **Plano Institucional de Acessibilidade 2016-2020**. Pelotas. 30/12/2015. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/nai>>. Acesso em: 22 de set. 2020.

A HISTÓRIA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ: AS PINTURAS RUPESTRES DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA TOCA DA ROÇA DO ZECA I

Gabriel Frechiani de Oliveira¹⁰¹

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade abordar as representações rupestres contidas no sítio Toca da Roça do Zeca I, localizado no Parque Nacional Serra da Capivara, na região sudeste do Piauí, Brasil. O principal objetivo do trabalho é realizar uma classificação dos grafismos rupestres do sítio em questão, no sentido de construir uma análise classificatório das pinturas rupestres. A metodologia do trabalho consiste em: 1) Pesquisa bibliográfica e documental, através das publicações acerca da temática; 2) Pesquisa de campo, onde foram feitos registros fotográficos do sítio e descrição dos aspectos físicos da arte rupestre; 3) análise do material coletado.

Palavras-chave: Histórias dos primeiros habitantes do Brasil; Arte rupestre; Parque Nacional Serra da Capivara

I- INTRODUÇÃO

O Parque Nacional Serra da Capivara está delimitado entre os municípios de São João do Piauí, Coronel José Dias, São Raimundo Nonato e Canto do Buriti, na região Sudeste do Piauí, compreendendo uma área de quase 130.000 hectares e um perímetro de 214 km, sendo criado durante o governo do presidente João Baptista Figueiredo, em 1979 (ver figura 1).

O PNSC¹⁰² foi criado com a finalidade de proteger o patrimônio arqueológico, paleontológico e ambiental da região, no intuito de contribuir com o gerenciamento de UCPI¹⁰³, foi instituída a FUMDHAM, sob a direção da professora Niède Guidon e pesquisadores brasileiros e franceses, em 1986.

A FUMDHAM¹⁰⁴ tinha por intuito apoiar as pesquisas científicas na região, contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente, apoiar ações de desenvolvimento sustentável e educativas. O PNSC foi considerado como um

101 Licenciado em História, mestre em Antropologia e Arqueologia e Doutor em Arqueologia. Atualmente, ocupa o cargo de professor na secretaria de Estado de Educação do Piauí. E-mail: gfrechiani@hotmail.com.

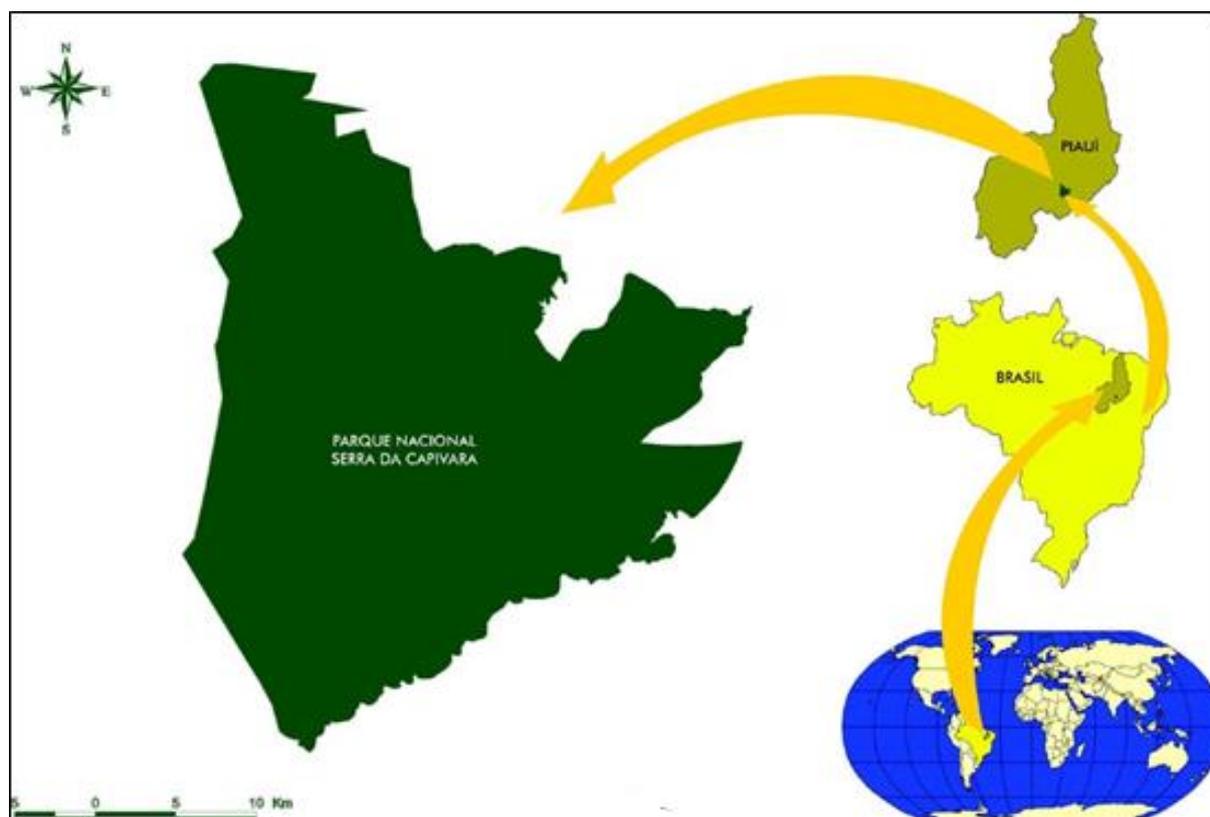
102 Abreviatura de Parque Nacional Serra da Capivara

103 Abreviatura de unidade de conservação de proteção integral.

104 Abreviatura de Fundação Museu do Homem Americano.

Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO¹⁰⁵, em 1991, e Patrimônio Nacional pelo IPHAN¹⁰⁶, em 1993 (GUIDON, 2014 A).

As pesquisas científicas realizadas na região apresentaram resultados importantes na construção do conhecimento da arqueologia pré-histórica brasileira, atualmente estão catalogados 1.335 sítios arqueológicos no local, onde há 184 sítios com vestígios cerâmicos, 946 sítios de pinturas rupestres¹⁰⁷, 206 sítios de pinturas e gravuras, e 80 sítios de gravuras¹⁰⁸ (GUIDON, 2014 A, 2014 B; MARANCA, MARTIN, 2014). Os vestígios paleontológicos são também um segmento relevante das investigações científicas no local, já foram encontrados mais 7.000 fósseis e identificadas mais 60 espécies de animais, na qual 30 espécimes já são considerados extintos (GUERIN, FAURE, 2014).



105 Abreviatura de Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

106 Abreviatura de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

107 **PINTURAS RUPESTRES:** "(...) una forma tecnológica de pictograma que consiste en aplicar pintura húmeda com los dedos, o com una herramienta análoga a un pincel" (BEDNARIK *ET AL.*, 2003, p.128).

108 **GRAVURA RUPESTRE:** "Any arrangement of surface properties on rock discernible by the human visual system; it may be a natural marking, a utilitarian anthropic marking or non-utilitarian anthropic marking (rock art)" (BEDNARIK *ET AL.*, 2003, p.16).

Figura 1. A localização do Parque Nacional Serra da Capivara. Fonte: FUMDHAM. Disponível em: <<www.fumdam.org.br>>. Acesso: out, 2013.

Os resultados das pesquisas arqueológicas na região apontam para uma presença recuada dos grupos humanos pré-coloniais com uma antiguidade superior de mais 100 mil anos atrás. A região também é considerada como maior enclave de sítios¹⁰⁹ arqueológicos do mundo e com as datações absolutas mais recuadas para a arqueologia americana (MARTIN, 2008).

O foco inicial da missão franco-brasileira era o estudo da arte rupestre na região na década 1970. O trabalho classificatório da arte rupestre da região foi elaborado pela equipe da professora Niède Guidon, sendo identificadas três tradições e duas tradições de gravuras na sua tese de doutoramento¹¹⁰, no intuito de “(...) classées em différents types et sous-types selon leur traits morphologiques et leurs techniques de facture. Nous envisagions alors de nous livrer à une étude interprétative et préciser et com compléter la de détermination des styles” (GUIDON, 1983 A, p.1, 1983 B).

As tradições¹¹¹ de pinturas rupestres identificadas na região foram: 1ª) tradição Nordeste, com duas subtradições¹¹²: a) Várzea Grande, com estilos¹¹³ Serra da Capivara, Serra Talhada e Serra Branca; b) Salitre; 2ª) Agreste, com três estilos: Serra do Tapuio, Extrema e Gerais; 3ª) Geométrica, com os estilos: Olho d’Água, Bom Jesus e Gameleirinha. Enquanto as tradições de gravuras foram duas: 1ª) Itacoatiara do Oeste, 2ª) Itacoatiara do Leste (GUIDON, 1983 B).

A tradição Nordeste é a mais estudada de todas, devido à grande quantidade de cenas¹¹⁴, movimento e de mais fácil reconhecimento visual dos grafismos¹¹⁵. O

109 **ENCLAVE ARQUEOLÓGICO**: Local com uma grande quantidade de sítios arqueológicos (MARTIN, 2008).

110 A Tradição Congo de gravuras rupestres encontrada no sítio Caldeirão do Deolindo é citada na tese, mas posteriormente foi excluída por se tratar de apenas um sítio arqueológico.

111 **TRADIÇÃO**: “(...) ces traditions sont définies par le type de figures représentées (humaines, animales, végétales, d’objets et figures géométriques ou signes) et par leurs proportions relatives. les traditions s’étendent sur de longues périodes et occupent de vastes territoires.” (GUIDON, 1991, p.48).

112 **SUBTRADIÇÃO**: “(...) correspondant à la seconde division du classement préliminaire et qui sont établies d’après la présence de certaines particularités des graphismes et des agencements, particularités qui caractérisent les manifestations rupestres des sites archéologiques concentres dans la région en question. Le fondement de la division retient dans ce cas deux éléments: l’élément géographique et les spécificités graphiques, toujours à l’intérieur d’une même tradition.” (PESSIS, 1987, p.130).

113 **ESTILO**: “(...) le style est défini par les techniques de réalisation (de dessin, de peinture ou de gravure).” (GUIDON, 1991, p.48). De acordo com Layton (2001 A, p.185) “O estilo refere-se à qualidades formais da obra de arte. Caracteriza-se pela classe de assuntos que retrata, pelas formas regulares a que são reduzidos os elementos desses assuntos e pela maneira como os componentes da obra de arte se organizam numa composição. Estritamente falando, o estilo não está relacionado com o significado dos elementos ou da gramática visual”.

114 **CENA**: “un diseño que presumiblemente representa um episodio real o imaginário, formado por mas de un motivo de arte rupestre.” (BEDNARIK ET AL, 2003, p.120).

115 **GRAFISMO**: “O termo grafismo, que prefiro para designar qualquer desenho unitário indefinido no conjunto pictural rupestre, não é utilizado com unanimidade pelos arqueólogos do Brasil, apesar de sua inegável utilização como agente definidor não comprometido e ser

trabalho inicial da professora Guidon foi elaborar uma classificação inicial para o desenvolvimento das pesquisas, seu escopo inicial era 70 sítios arqueológicos e 6.000 fotografias feitas pela equipe da pesquisadora (GUIDON, 1991).

A quantidade de sítios aumentou consideravelmente desde década de 1970, surgindo novos problemas e descobertas para a construção da narrativa desse passado, demonstrando uma antiguidade muito maior do que se suponha para os grupos humanos no continente americano (GUIDON, 2003).

O estudo das pinturas e gravuras rupestres no Brasil fornece muitas informações acerca do passado dos grupos pré-coloniais, a partir do estudo das cenas e temáticas é possível extrair informações sobre o Brasil pré-colonial.

II- DESENVOLVIMENTO

A arte rupestre ou artes rupestres¹¹⁶ são manifestações humanas presentes em várias partes do mundo e com milhares de anos de idade, podendo ser segmentada em três principais categorias (CURA; ROSINA; GRIMALDI; OOSTERBEEK, 2013): 1ª) pictogramas, caracterizada pela presença de pinturas e desenhos¹¹⁷; 2ª) petroglífos, composta por esculturas e gravuras; 3ª) figuras terrestres que são os intaglios¹¹⁸ e geoglífos (WHITLEY, 2005).

Os registros pictográficos são divididos em dois segmentos, pinturas, carimbo e desenhos. As pinturas rupestres podem ser confeccionadas a partir de formas diferentes:

1ª) uso do pincel para pintar o paredão rochoso, imprimindo desenhos e formas a partir do uso de uma tinta feita de uma determinada matéria-prima (goetita, hematita, carvão vegetal, caolinita, ossos queimados e entre outros) associada a um fixante (LAGE, 2007);

uma definição utilizada por André Leroi-Gourhan. Foi introduzido na nomenclatura brasileira por Anne-Marie Pessis, que a ampliou criando 'categorias' de grafismos, que dividiu em três grupos, atendendo às possibilidades identificatórias dos mesmos" (MARTIN, 2008, p.237). Citação da menção grafismo como um símbolo gráfico, representação de um pensamento abstracto (LEROI-GOURHAN, 1964).

¹¹⁶ Bednarik (2007, p.1-5) afirma que "(...) a scientific definition of rock art¹¹⁶, then, is that it consists of makings occurring on rock surfaces that were 'intentionally' produced by members of genus *Homo* (i.e. anthropic makings) (...) Globally, rock art motifs can be divided into two principal classes on the basis of their method of manufacture: those made by a reductive process (petroglyphs), and those made by an additive process (pictograms, which include paintings, drawings, stencils, beeswax figures, etc). This distinction is mirrored in two main classes of geoglyphs (positive and negative geoglyphs), and is not only practical and sensitive, but widespread in rock art. It affects site preservation and management practices; and, perhaps most importantly, it is reflected in the way we conducted *rock art science*".

¹¹⁷ **Desenho ou crayon**: "(...) a utilização de veículos sólidos, ou ainda, o uso direto da matéria-prima corante, como o carvão e minerais de ferro" (SOLÁ, 2000, p.115).

¹¹⁸ **INTAGLIO**: "(...) a petroglyph motif whose internal surface area is ground or pounded, either to remove a dark varnish (sgraffito) or to create an area of relief; also called a infilled figure" (BEDNARIK ET AL, 2003, p.11).

2ª) **carimbo**, a reprodução de formas semelhantes no paredão rochoso a partir do uso de uma tinta líquida;

3ª) **dedos**, uso de impressões de mãos e dedos de forma positiva e/ou negativa, a partir do uso de uma tinta líquida no paredão rochoso, usualmente designado de impressões naturalistas (SANCHIDRIÁN, 2005). O desenho é quando é utilizado mineral em estado bruto para imprimir formas e figuras no paredão rochoso, tendo o efeito de uma espécie de lápis de cor (ver figura 2).

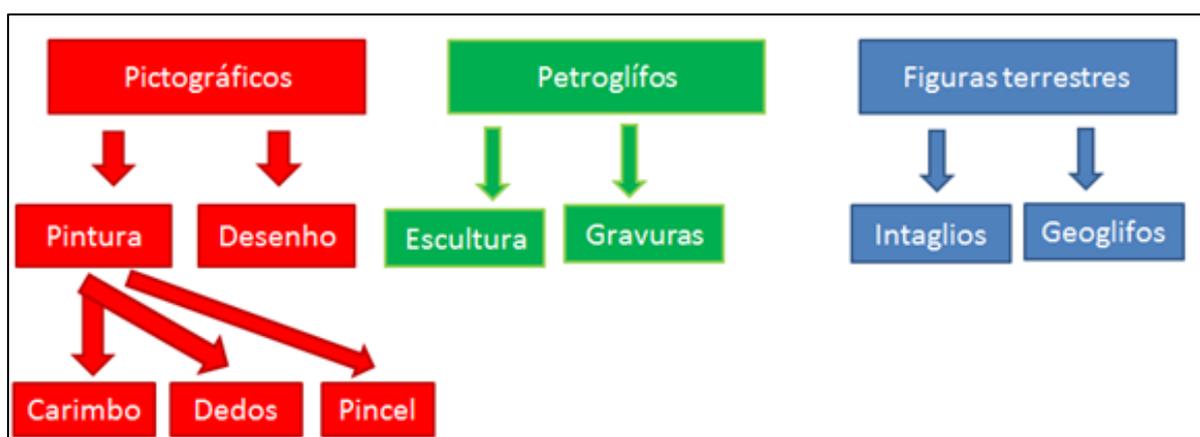


Figura 2 Modelo utilizado para identificação da arte rupestre modificado por Gabriel Oliveira. Fonte: PESSIS, 1984, 1992; SANCHIDRIÁN, 2005; WHITLEY, 2005; BEDNARIK, 2007.

No que tange os critérios de reconhecimento dos grafismos, optou-se por trabalhar com apenas duas categorias: figurativa, no qual o grafismo rupestre pode ser identificado e classificado como antropomorfo (com ou sem equipamentos, adereços ou adornos), zoomorfo e/ou fitomorfo; não figurativo classificado como ideomorfo, quando não é possível estabelecer uma identificação visual correlacionada com o universo cognitivo do observador (PESSIS, 1984, 1992; SANCHIDRIÁN, 2005; WHITLEY, 2005; BEDNARIK, 2007).

O reconhecimento das morfologias e formas dos grafismos atende ao primeiro requisito, a **homogeneidade temática**, necessário para estabelecer as unidades classificatórias como tradição, subtradição e, em certa parte, o estilo, apesar dele estar ligado essencialmente aos aspectos técnicos (GUIDON, 1983 B) (ver figura 3).

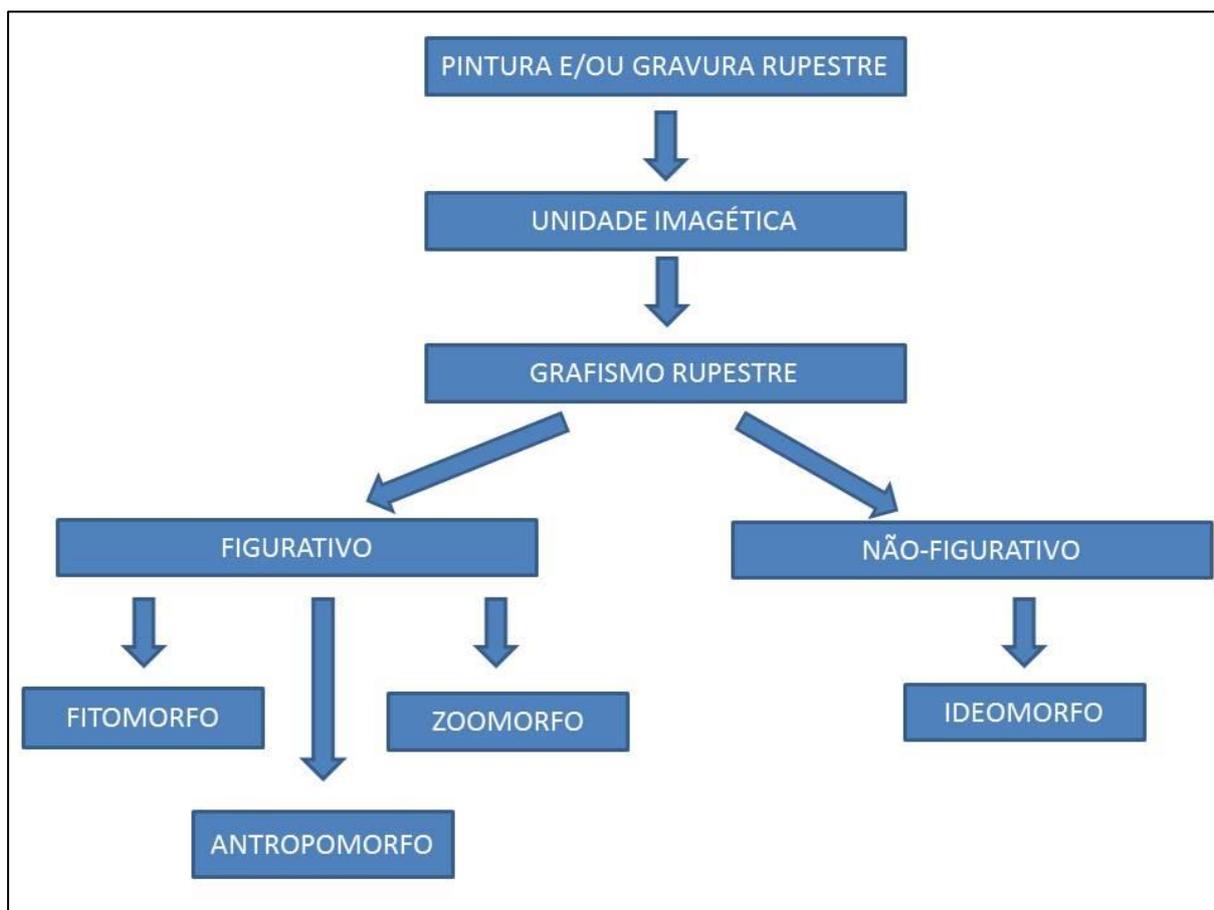


Figura 3. Modelo utilizado para identificação da arte rupestre modificado por Gabriel Oliveira. Fonte: PESSIS, 1984, 1992; SANCHIDRIÁN, 2005; WHITLEY, 2005; BEDNARIK, 2007.

Dentro desse contexto, optou-se por selecionar as seguintes categorias para análise dos grafismos rupestres no decorrer da pesquisa, que são: a) **tipo de suporte rochoso**, b) **localização dos grafismos no sítio**; c) **impacto de fatores do intemperismo**, como sol, chuva, vento e ação de microrganismos¹¹⁹; d) **tipo de contorno**¹²⁰, e) **tipo de linha** (simples, tracejada, dupla), f) **espessura da linha do traço**: muito fina (inferior a 1 mm), fina (1 a 2 mm) média (2 a 5 mm), larga (5 a 10 mm), muita larga(mais de 10 mm)¹²¹ (OGEL-ROS, 1985); espessura da linha (fina,

¹¹⁹ Ação do intemperismo físico, químico e/ou biológico pode interferir no estado de uma obra rupestre, alterando aspectos de sua integralidade, como cor e perda de segmentos rochosos contendo figuras rupestres.

¹²⁰ A questão do contorno também é algo complexo, tendo em vista que a ação do intemperismo pode ter influência no estado final das pinturas rupestres, como diminuição do tamanho do traço ou perda de parte da obra rupestre no painel rupestre (GUIDON, 1983 A).

¹²¹ ESPESSURA DA LINHA: dimensão métrica do traço no desenho da pintura rupestre.

média, grossa)¹²²; g) **tipo de preenchimento**; h) **estudo das sobreposições**¹²³, qual grafismo aparenta ser o mais recente, qual grafismo aparenta ser antigo, no intuito de estabelecer uma cronologia relativa; i) **técnica de realização**¹²⁴, ferramentas usadas na realização dos grafismos como pincel, desenho ou mãos; j) **cor dos grafismos**¹²⁵, as tintas utilizadas na composição da figura e seus constituintes, quando possível se identificar em um processo de análise físico-químico; l) **dimensão vertical e horizontal das figuras**¹²⁶ (ver figura 4).

122 ESPESSURA DA LINHA: dimensão métrica do traço no desenho da pintura rupestre.

123 O estudo da granulometria pode proporcionar um quadro da estratigrafia do painel rupestre no sítio, sendo usualmente utilizado pelos arqueólogos no mundo e sendo uma das formas mais confiáveis para a elaboração de cronologia relativa (GUIDON, 1983 A).

124 Guidon (1983 a) afirma que a identificação de ferramentas na elaboração da arte rupestre é algo complexo, podendo realizar algumas inferências acerca do tipo de ferramenta e seu calibre, caso se comparem a espessura do traço, desenho ou impressão naturalista.

125 A questão da cor é algo complexo, Guidon (1983 a) utilizou um código Munsell para estabelecer as cores da pintura, mas questões como a iluminação solar e o reflexo da luz influem no momento do registro fotográfico, logo, optou-se pelo uso da escala padrão do IFRAO. Mesmo utilizando o código Munsell de cores, Guidon (1983 a) afirma que duas pessoas raramente dão um mesmo código para a mesma figura, isso, mais uma vez, como a questão da observação, é algo extremamente relativo e complexo.

126 Categorias: **a) minúscula**, com a dimensão menores de 5 cm; **b) muito pequenas**, com dimensões entre 5,1 a 10 cm; **c) pequena**, com dimensão entre 10,1 a 15 cm; **d) média**, com dimensão entre 15,1 a 30 cm; **e) grande**, com dimensão de 30,1 a 50 cm; **f) muito grande**, com dimensão de 50,1 a 100 cm; **g) hipergrande**, com dimensão superior a 100 cm.

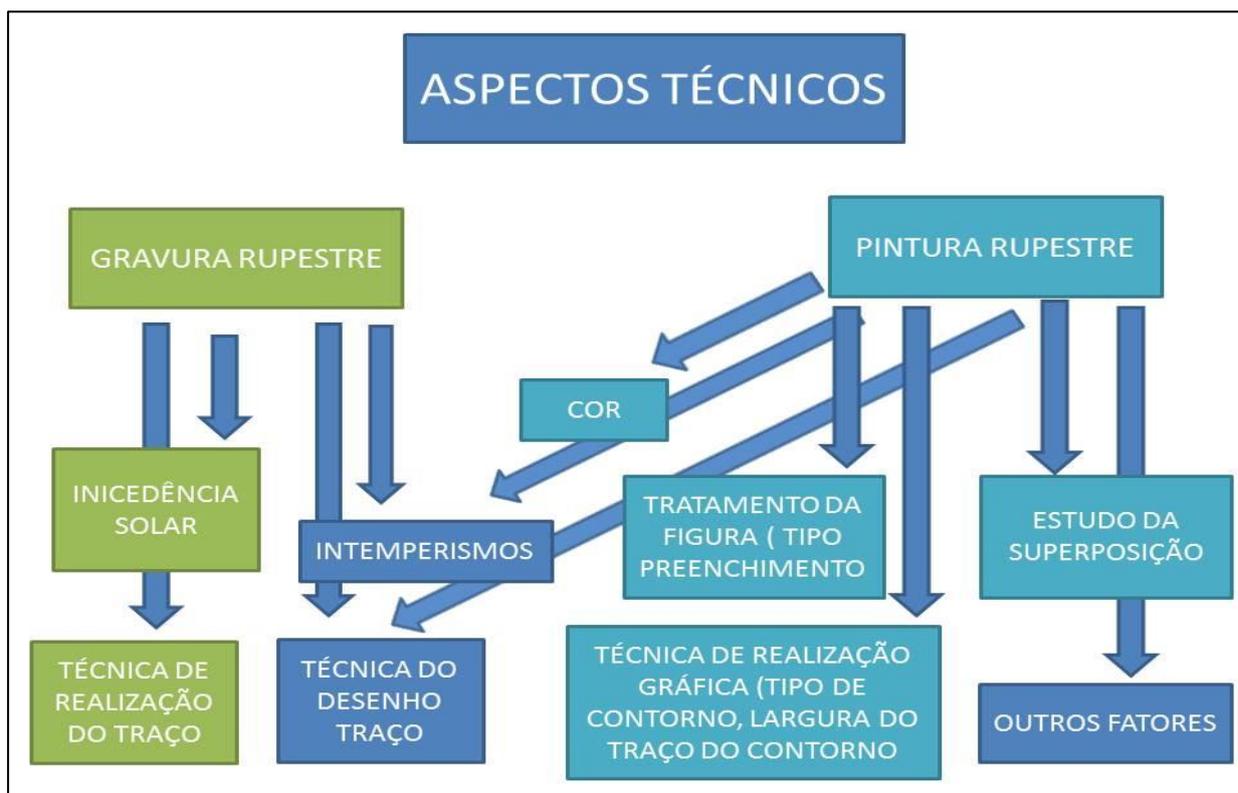


Figura 4. As principais propriedades no estudo da arte rupestre. Fonte: Guidon, 1983 a, p.59-60.

II.I ESTUDO DE CASO

A toca da Roça do Zeca I é um sítio arqueológico com formatação de um abrigo sob-rocha arenítica, com as dimensões 14,8 metros de comprimento por 8 metros de largura, localizado no topo da serra, seu registro data de 1984 (F.S. TOCA DA ROÇA DO ZECA I) (ver figuras 5 e 6). O sítio possui pinturas rupestres da tradição Nordeste de pinturas, subtradição Várzea Grande, com a presença do estilo Serra Branca, tendo grafismos com morfologia de antropomorfos e zoomorfos.

No ano de 2008 foi realizada uma sondagem e uma escavação em dois setores do local sob a direção da professora Gisele Daltrini Felice, onde foram encontrados fragmentos de carvão vegetal e vestígios líticos, obtendo-se uma datação absoluta para fragmentos de carvão vegetal a 32 cm de profundidade do solo atual de 9.880+-70 anos B.P. (FELICE ET AL, 2014; BUCO, 2011).

Os principais problemas de conservação do sítio são: (a) intemperismo físico, oriundo de ação eólica e pluvial, ocasionando um deslocamento do paredão rochoso; (b) dejetos de animais, fezes de mocó; (c) a presença de salitre cobrindo algumas pinturas rupestres no local.



Figura 5. Toca da Roça do Zeca I. Fonte: Gabriel Oliveira (2018).



Figura 6. Toca da Roça do Zeca I. Fonte: Gabriel Oliveira (2018).

O registro gráfico rupestre do sítio apresentou 16 grafismos rupestres na sua totalidade, sendo 9 antropomorfos, 1 fitomorfo, 4 zoomorfos e 2 ideomorfos, com uma espessura do traço de que varia de 0,4 até 0,7 cm, com uma média de 0,58 cm.

Dos 16 grafismos do sítio, apenas em 5 não houve medição da altura e dimensões devido à localização dos mesmos no paredão rochoso, os 11 grafismos possuem uma altura que varia entre 1,66 até 2,83 metros, com uma média de 2,19 metros e com uma média de 28,18 cm de dimensão vertical e 15,13 cm de dimensão horizontal. No que tange o preenchimento dos grafismos, 7 possuem com preenchimento total, 4 com preenchimento parcial e 5 sem preenchimento.

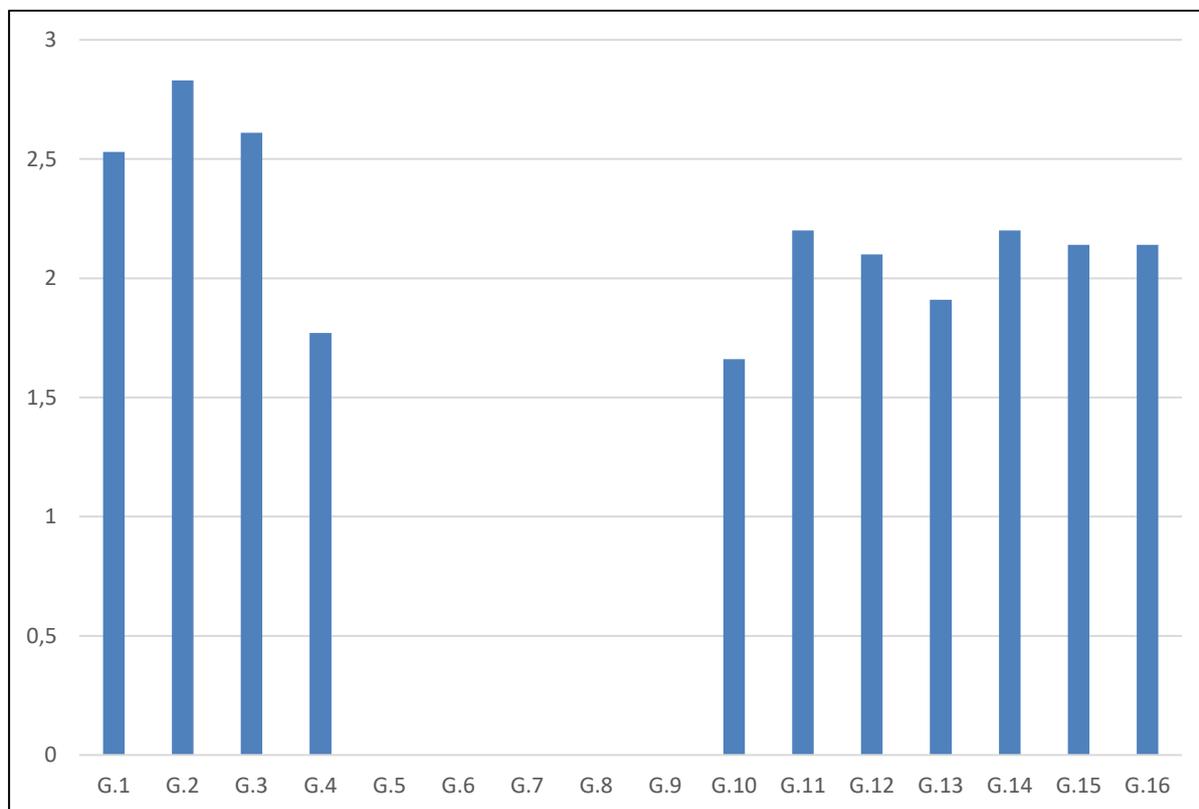


Figura 7. Altura em metros dos grafismos rupestres do sítio arqueológico Toca Roça do Zeca I.

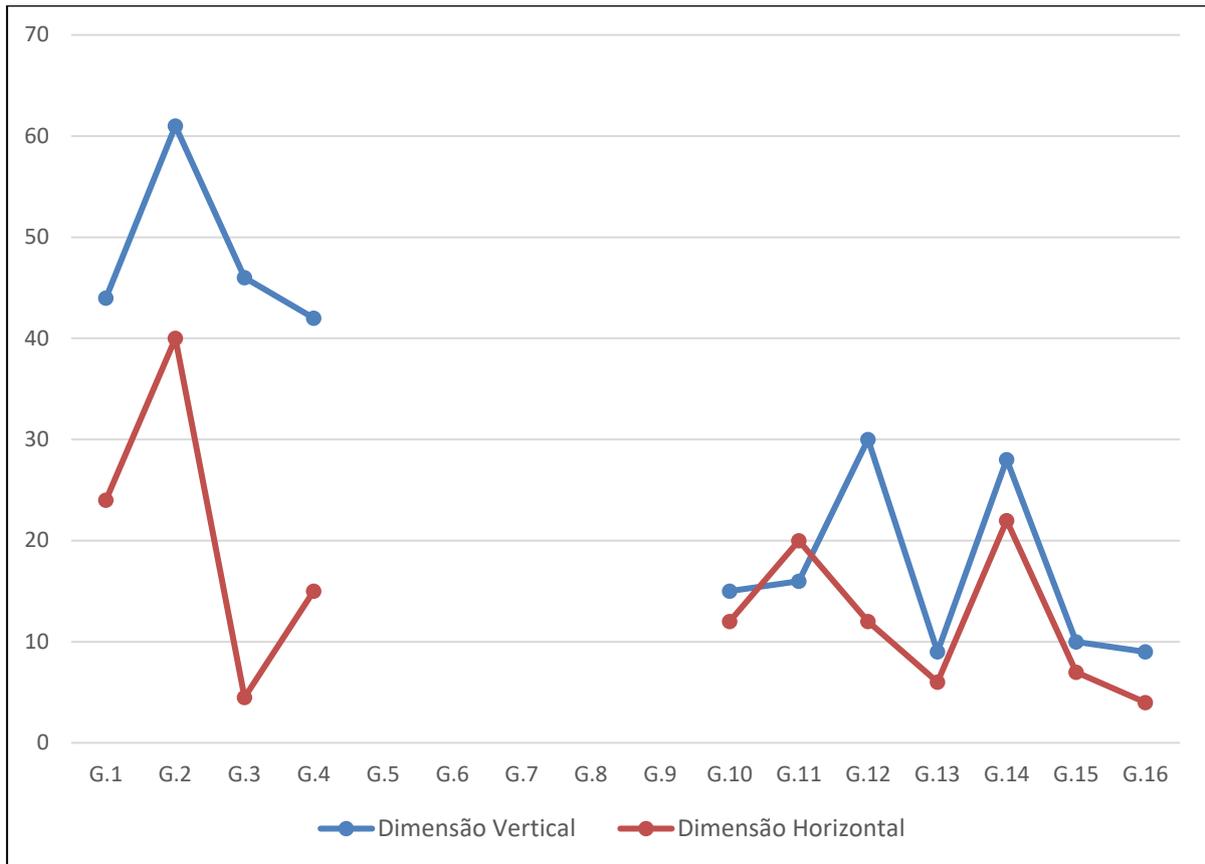


Figura 8. Aferição das dimensões vertical e horizontal dos grafismos rupestres sítio Toca Roça do Zeca I.



Figura 9. Grafismo 5 e 6. Dois zoomorfos sem preenchimento interno e dimensões reduzidas. Fonte: Gabriel Oliveira (2018).

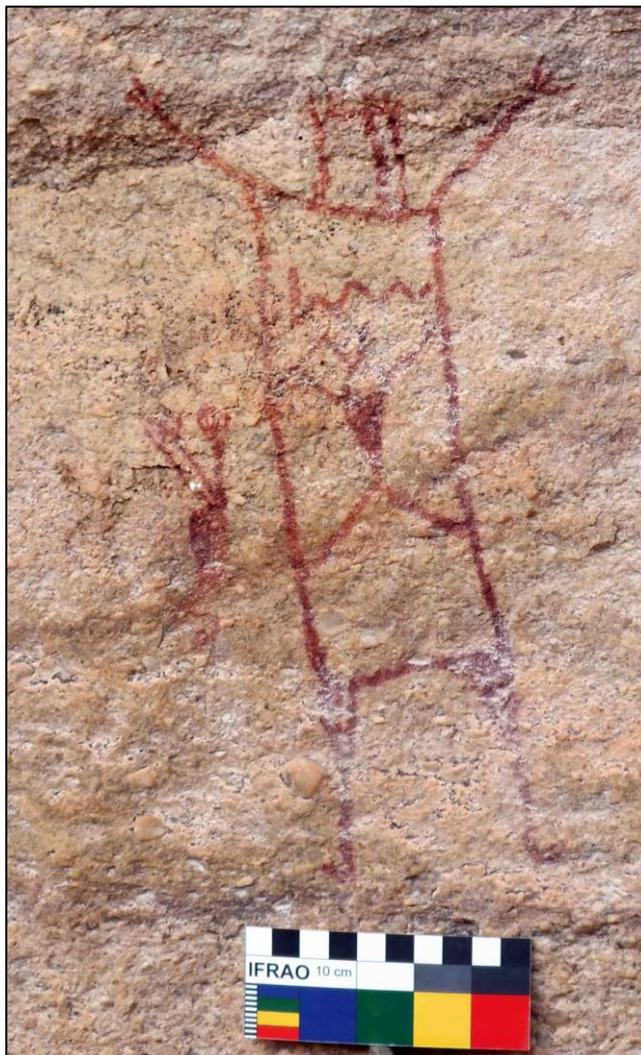


Figura 10. Grafismos 7, 8 e 9. Três antropomorfos em cena. Fonte: Gabriel Oliveira (2018).

O registro gráfico apresenta uma peculiaridade na região da Serra da Capivara e Serra Talhada, a presença de pinturas rupestres geometrizadas e traços de intrusão do estilo Serra Branca no local, como na figura 10

A presença de zoomorfos com dimensões reduzidas e sem preenchimento também é observada, como nos grafismos 5 e 6 (ver figura 9). O interessante é a ausência grafismos de contorno de aberto e sem preenchimento, ou mesmo grafismos de antropomorfos com membros superiores alongados ou mesmo grafismos em sequências, em espécie de ritual religioso ou êxtase coletivo.

III- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da pintura rupestres do sítio da Toca do Zeca I pode ser classificado dentro da tradição Nordeste de pinturas rupestres, tendo em vista os elementos estilísticos presentes, especialmente dentro da subtradição Várzea Grande, com uma presença de pinturas rupestres geometrizadas e traços de intrusão do estilo Serra Branca no local.

Concluindo, as pinturas rupestres do sítio Toca dos Coqueiros demonstram a representação do universo simbólico dos primeiros habitantes do Brasil, que viveram no Parque Nacional Serra da Capivara.

IV- REFERÊNCIAS

IV.1 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEDNARIK, R.; ACHRATI, A.; CONSENS, M.; COIMBRA, F.; DIMITRIADIS, G.; HUISENG, T.; MUZZOLINI, A.; SEGLIE, D.; SHER, Y.A. (Eds). *Rock Art Glossary. A multilingual dictionary*. Turnhout: Brepols Publishers, 2003

BEDNARIK, R. G. *Rock Art Science: The Scientific Study of Palaeoart*. New Delhi: Aryan Books International, 2007.

BUCO, E. *Turismo Arqueológico: região do Parque Nacional Serra da Capivara*. São Raimundo Nonato: FUMDHAM, 2011.

CURA, S.; ROSINA, P.; GRIMALDI, S.; OOSTERBEEK, L. Os sítios da Ribeira da Ponte da Pedra e da Fonte da Moitra no contexto das mais antigas ocupações do Vale do Tejo. In: *Identidades e diversidade cultural: Patrimônio arqueológico e antropológico do Piauí – Brasil e do Alto Ribatejo – Portugal – Coletânea*. Albuquerque, Marleide Lins; Borges, Síria Emerenciana Nepomuceno (orgs.). Teresina: FUNDAC – CEIPHAR/ ITM, 2013, p.34-48.

FELICE, G.D; GUIDON, N.; MENDES, V.R. A evolução da paisagem no Pleistoceno Superior/ Holoceno na região do Parque Nacional Serra da Capivara. *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014, vol.A, p. 68- 87.

GUÉRIN, C.; FAURE, M. Paleontologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara. In: *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014, vol.II-A p.140-168.

GUIDON, N. *Caderno de Campo do Sítio Toca do Pitombi I*. Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato, 1973 a.

GUIDON, N. *Caderno de Campo do Sítio Toca do Pitombi I*. Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato, 1980.

GUIDON, N. *L'art rupestre du Piauí dans le contexte sudaméricain: une première proposition concernant méthodes et terminologie*. 1983. 684 f. Tese (Doutorado de estado). Universidade de Paris I, Paris, 1983 A, V.1.

GUIDON, N. *L'art rupestre du Piauí dans le contexte sudaméricain: une première proposition concernant méthodes et terminologie*. 1983. 684 f. Tese (Doutorado de estado). Universidade de Paris I, Paris, 1983 B, V.2.

GUIDON, N. *Peintures préhistoriques du Brésil: l'art rupestre du Piauí*. Paris: Editions Recherches sur les civilisations, 1991.

GUIDON, Niède. A Fundação Museu Homem Americano e o Parque Nacional Serra da Capivara: um relato sucinto de quatro décadas de pesquisas. In: *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014 A, vol. A, p.26- 44.

GUIDON, Niède. O Pleistoceno Superior e Holoceno Antigo no Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno: as ocupações humanas. In: *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014 B, vol. II-B, p.444-452.

LAGE, M.C.S.M. A Conservação de sítios de arte rupestre. *Revista do IPHAN*. Brasília, IPHAN, nº 33, p.99-108, 2007.

LAYTON, R. *Antropologia da Arte*. Tradução Abílio Queirós. Lisboa: Edições 70, 2001 A.

LEROI-GOUHRAN, A. *O gesto e a palavra: técnica e linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1964.

MARTIN, G. *A Pré-História do Nordeste*. Pernambuco: Editora UFPE, 2008.

MARANCA, Silvia; MARTIN, Gabriela. Populações pré-históricas ceramistas na região da Serra da Capivara. *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014, vol. B, p.480 – 511.

OGEL-ROSS, L. A noção de Subtradição aplicada a um sítio de arte rupestre pré-histórica. *Caderno de Pesquisa 4: série antropológica III*. Teresina, Universidade Federal do Piauí, p.147-186, 1985.

OLIVEIRA, Gabriel Frechiani de. *Similaridades e diferenças no complexo estilístico Serra talhada da tradição nordeste de pinturas rupestres no Parque nacional Serra da Capivara-PI: um estudo de caso*. Tese de Doutorado em Arqueologia. Laranjeiras: Universidade Federal de Sergipe, 2018.

PESSIS, A.M. Métodos de interpretação da arte: análises preliminares por níveis. In: *Revista Clio História*. Recife: EDUFPE, 1984, v.10, p.99-107

PESSIS, A.M.. Art rupestre prehistorique: Premiers registres de la mise en scene. 1987, 502 f. *Tese (Doutorado de Estado)*. Université de Paris X ,Nanteire, 1987.

PESSIS, A.M. Identidade e Classificação dos Registros Gráficos Pré-Históricos do Nordeste do Brasil. *Revista Clio Arqueológica*. Recife, EDUFPE, Vol.1, Nº 8, 1992, p.35-68.

SANCHIDRIÁN, J.L. *Manual de Arte Pré-histórico*. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2005.

SOLÁ, M.C. Arte rupestre: Imagens da Pré-história. In: *História Pré-Colonial do Brasil*. Ivan Alves Filho (coord.). Rio de Janeiro: Europa Empresa Gráfica e Editora, 2000.

WHITLEY, D. *Introduction to Rock Art Research*. Walnut Creek: Left Coast Press Inc, 2005.

IV.II – REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Ficha do sítio Toca do Zeca I. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN. Biblioteca da Fundação Museu do Homem Americano: São Raimundo Nonato, 2016.

IV.III – REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

FUMDHAM. Disponível em: <<www.fumdam.org.br>>. Acesso: out, 2013.

GUIDON, Niède. Arqueologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara. *Com ciência*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq10.shtml>>. Acesso em: 14, set. 2003.

A HISTÓRIA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ: AS PINTURAS RUPESTRES DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA TOCA DOS COQUEIROS

Gabriel Frechiani de Oliveira¹²⁷

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade abordar as representações rupestres contidas no sítio Toca dos Coqueiros, localizado no Parque Nacional Serra da Capivara, na região sudeste do Piauí, Brasil. O principal objetivo do trabalho é realizar uma classificação dos grafismos rupestres do sítio em questão, no sentido de construir uma análise classificatório das pinturas rupestres. A metodologia do trabalho consiste em: 1) Pesquisa bibliográfica e documental, através das publicações acerca da temática; 2) Pesquisa de campo, onde foram feitos registros fotográficos do sítio e descrição dos aspectos físicos da arte rupestre; 3) análise do material coletado.

Palavras-chave: Histórias dos primeiros habitantes do Brasil; Arte rupestre; Parque Nacional Serra da Capivara

I- INTRODUÇÃO

O Parque Nacional Serra da Capivara está delimitado entre os municípios de São João do Piauí, Coronel José Dias, São Raimundo Nonato e Canto do Buriti, na região Sudeste do Piauí, compreendendo uma área de quase 130.000 hectares e um perímetro de 214 km, sendo criado durante o governo do presidente João Baptista Figueiredo, em 1979 (ver figura 1).

O PNSC¹²⁸ foi criado com a finalidade de proteger o patrimônio arqueológico, paleontológico e ambiental da região, no intuito de contribuir com o gerenciamento de UCPI¹²⁹, foi instituída a FUMDHAM, sob a direção da professora Niède Guidon e pesquisadores brasileiros e franceses, em 1986.

A FUMDHAM¹³⁰ tinha por intuito apoiar as pesquisas científicas na região, contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente, apoiar ações de desenvolvimento sustentável e educativas. O PNSC foi considerado como um

127 Licenciado em História, mestre em Antropologia e Arqueologia e Doutor em Arqueologia. Atualmente, ocupa o cargo de professor na secretaria de Estado de Educação do Piauí. E-mail: gfrechiani@hotmail.com.

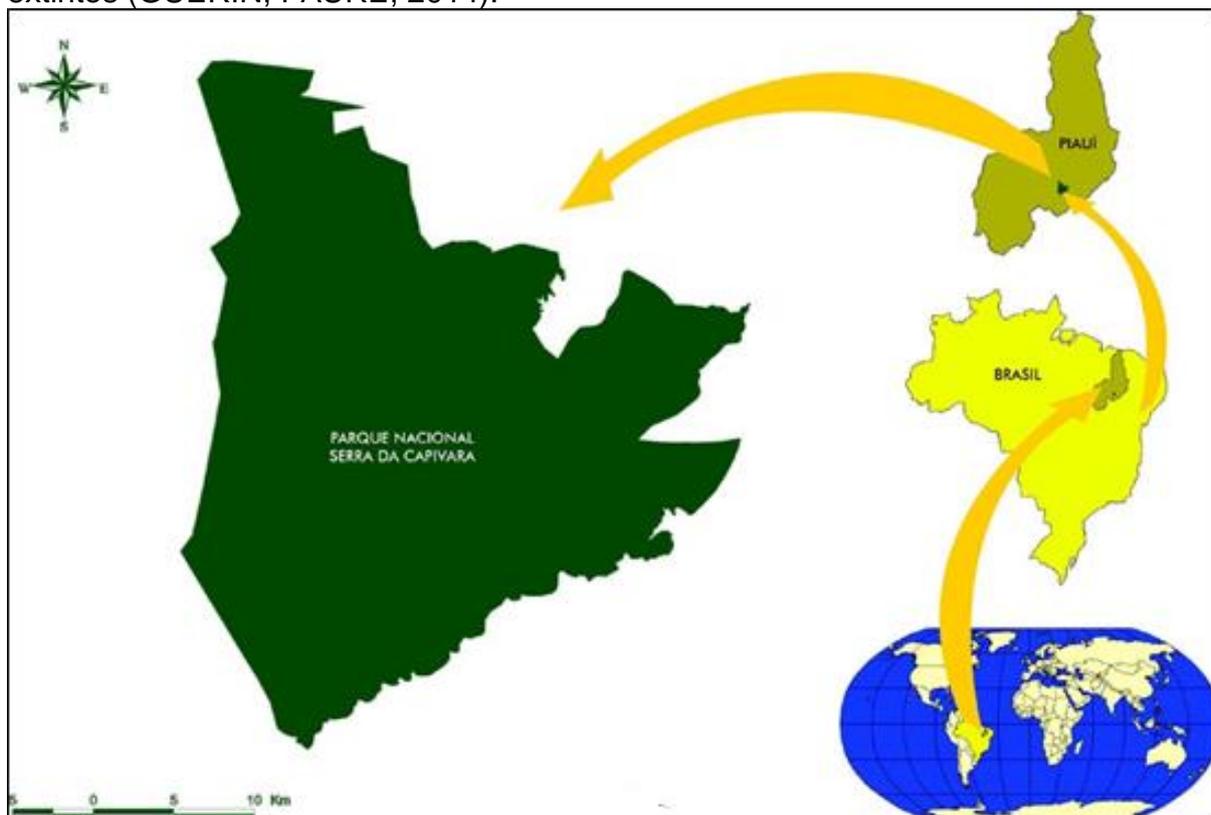
128 Abreviatura de Parque Nacional Serra da Capivara

129 Abreviatura de unidade de conservação de proteção integral.

130 Abreviatura de Fundação Museu do Homem Americano.

Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO¹³¹, em 1991, e Patrimônio Nacional pelo IPHAN¹³², em 1993 (GUIDON, 2014 A).

As pesquisas científicas realizadas na região apresentaram resultados importantes na construção do conhecimento da arqueologia pré-histórica brasileira, atualmente estão catalogados 1.335 sítios arqueológicos no local, onde há 184 sítios com vestígios cerâmicos, 946 sítios de pinturas rupestres¹³³, 206 sítios de pinturas e gravuras, e 80 sítios de gravuras¹³⁴ (GUIDON, 2014 A, 2014 B; MARANCA, MARTIN, 2014). Os vestígios paleontológicos são também um segmento relevante das investigações científicas no local, já foram encontrados mais 7.000 fósseis e identificadas mais 60 espécies de animais, na qual 30 espécimes já são considerados extintos (GUERIN, FAURE, 2014).



131 Abreviatura de Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

132 Abreviatura de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

133 **PINTURAS RUPESTRES:** "(...) una forma tecnológica de pictograma que consiste en aplicar pintura húmeda com los dedos, o com una herramienta análoga a un pincel" (BEDNARIK *ET AL.*, 2003, p.128).

134 **GRAVURA RUPESTRE:** "Any arrangement of surface properties on rock discernible by the human visual system; it may be a natural marking, a utilitarian anthropic marking or non-utilitarian anthropic marking (rock art)" (BEDNARIK *ET AL.*, 2003, p.16).

Figura 1. A localização do Parque Nacional Serra da Capivara. Fonte: FUMDHAM. Disponível em: <<www.fumdam.org.br>>. Acesso: out, 2013.

Os resultados das pesquisas arqueológicas na região apontam para uma presença recuada dos grupos humanos pré-coloniais com uma antiguidade superior de mais 100 mil anos atrás. A região também é considerada como maior enclave de sítios¹³⁵ arqueológicos do mundo e com as datações absolutas mais recuadas para a arqueologia americana (MARTIN, 2008).

O foco inicial da missão franco-brasileira era o estudo da arte rupestre na região na década 1970. O trabalho classificatório da arte rupestre da região foi elaborado pela equipe da professora Niède Guidon, sendo identificadas três tradições e duas tradições de gravuras na sua tese de doutoramento¹³⁶, no intuito de “(...) classées em différents types et sous-types selon leur traits morphologiques et leurs techniques de facture. Nous envisagions alors de nous livrer à une étude interprétative et préciser et com compléter la de détermination des styles” (GUIDON, 1983 A, p.1, 1983 B).

As tradições¹³⁷ de pinturas rupestres identificadas na região foram: 1ª) tradição Nordeste, com duas subtradições¹³⁸: a) Várzea Grande, com estilos¹³⁹ Serra da Capivara, Serra Talhada e Serra Branca; b) Salitre; 2ª) Agreste, com três estilos: Serra do Tapuio, Extrema e Gerais; 3ª) Geométrica, com os estilos: Olho d’Água, Bom Jesus e Gameleirinha. Enquanto as tradições de gravuras foram duas: 1ª) Itacoatiara do Oeste, 2ª) Itacoatiara do Leste (GUIDON, 1983 B).

A tradição Nordeste é a mais estudada de todas, devido à grande quantidade de cenas¹⁴⁰, movimento e de mais fácil reconhecimento visual dos grafismos¹⁴¹. O

135 **ENCLAVE ARQUEOLÓGICO:** Local com uma grande quantidade de sítios arqueológicos (MARTIN, 2008).

136 A Tradição Congo de gravuras rupestres encontrada no sítio Caldeirão do Deolindo é citada na tese, mas posteriormente foi excluída por se tratar de apenas um sítio arqueológico.

137 **TRADIÇÃO:** “(...) ces traditions sont définies par le type de figures représentées (humaines, animales, végétales, d’objets et figures géométriques ou signes) et par leurs proportions relatives. les traditions s’étendent sur de longues périodes et occupent de vastes territoires.” (GUIDON, 1991, p.48).

138 **SUBTRADIÇÃO:** “(...) correspondant à la seconde division du classement préliminaire et qui sont établies d’après la présence de certaines particularités des graphismes et des agencements, particularités qui caractérisent les manifestations rupestres des sites archéologiques concentres dans la région en question. Le fondement de la division retient dans ce cas deux éléments: l’élément géographique et les spécificités graphiques, toujours à l’intérieur d’une même tradition.” (PESSIS, 1987, p.130).

139 **ESTILO:** “(...) le style est défini par les techniques de réalisation (de dessin, de peinture ou de gravure).” (GUIDON, 1991, p.48). De acordo com Layton (2001 A, p.185) “O estilo refere-se à qualidades formais da obra de arte. Caracteriza-se pela classe de assuntos que retrata, pelas formas regulares a que são reduzidos os elementos desses assuntos e pela maneira como os componentes da obra de arte se organizam numa composição. Estritamente falando, o estilo não está relacionado com o significado dos elementos ou da gramática visual”.

140 **CENA:** “un diseño que presumiblemente representa um episodio real o imaginário, formado por mas de un motivo de arte rupestre.” (BEDNARIK ET AL, 2003, p.120).

141 **GRAFISMO:** “O termo grafismo, que prefiro para designar qualquer desenho unitário indefinido no conjunto pictural rupestre, não é utilizado com unanimidade pelos arqueólogos do Brasil, apesar de sua inegável utilização como agente definidor não comprometido e ser

trabalho inicial da professora Guidon foi elaborar uma classificação inicial para o desenvolvimento das pesquisas, seu escopo inicial era 70 sítios arqueológicos e 6.000 fotografias feitas pela equipe da pesquisadora (GUIDON, 1991).

A quantidade de sítios aumentou consideravelmente desde década de 1970, surgindo novos problemas e descobertas para a construção da narrativa desse passado, demonstrando uma antiguidade muito maior do que se suponha para os grupos humanos no continente americano (GUIDON, 2003).

O estudo das pinturas e gravuras rupestres no Brasil fornece muitas informações acerca do passado dos grupos pré-coloniais, a partir do estudo das cenas e temáticas é possível extrair informações sobre o Brasil pré-colonial.

II- DESENVOLVIMENTO

A arte rupestre ou artes rupestres¹⁴² são manifestações humanas presentes em várias partes do mundo e com milhares de anos de idade, podendo ser segmentada em três principais categorias (CURA; ROSINA; GRIMALDI; OOSTERBEEK, 2013): 1ª) pictogramas, caracterizada pela presença de pinturas e desenhos¹⁴³; 2ª) petroglífos, composta por esculturas e gravuras; 3ª) figuras terrestres que são os intaglios¹⁴⁴ e geoglífos (WHITLEY, 2005).

Os registros pictográficos são divididos em dois segmentos, pinturas, carimbo e desenhos. As pinturas rupestres podem ser confeccionadas a partir de formas diferentes:

1ª) uso do pincel para pintar o paredão rochoso, imprimindo desenhos e formas a partir do uso de uma tinta feita de uma determinada matéria-prima (goetita, hematita, carvão vegetal, caolinita, ossos queimados e entre outros) associada a um fixante (LAGE, 2007);

uma definição utilizada por André Leroi-Gourhan. Foi introduzido na nomenclatura brasileira por Anne-Marie Pessis, que a ampliou criando 'categorias' de grafismos, que dividiu em três grupos, atendendo às possibilidades identificatórias dos mesmos" (MARTIN, 2008, p.237). Citação da menção grafismo como um símbolo gráfico, representação de um pensamento abstracto (LEROI-GOURHAN, 1964).

¹⁴² Bednarik (2007, p.1-5) afirma que "(...) a scientific definition of rock art¹⁴², then, is that it consists of makings occurring on rock surfaces that were 'intentionally' produced by members of genus *Homo* (i.e. anthropic makings) (...) Globally, rock art motifs can be divided into two principal classes on the basis of their method of manufacture: those made by a reductive process (petroglyphs), and those made by an additive process (pictograms, which include paintings, drawings, stencils, beeswax figures, etc). This distinction is mirrored in two main classes of geoglyphs (positive and negative geoglyphs), and is not only practical and sensitive, but widespread in rock art. It affects site preservation and management practices; and, perhaps most importantly, it is reflected in the way we conducted *rock art science*".

¹⁴³ **Desenho ou crayon**: "(...) a utilização de veículos sólidos, ou ainda, o uso direto da matéria-prima corante, como o carvão e minerais de ferro" (SOLÁ, 2000, p.115).

¹⁴⁴ **INTAGLIO**: "(...) a petroglyph motif whose internal surface area is ground or pounded, either to remove a dark varnish (sgraffito) or to create an area of relief; also called a infilled figure" (BEDNARIK ET AL, 2003, p.11).

2ª) **carimbo**, a reprodução de formas semelhantes no paredão rochoso a partir do uso de uma tinta líquida;

3ª) **dedos**, uso de impressões de mãos e dedos de forma positiva e/ou negativa, a partir do uso de uma tinta líquida no paredão rochoso, usualmente designado de impressões naturalistas (SANCHIDRIÁN, 2005). O desenho é quando é utilizado mineral em estado bruto para imprimir formas e figuras no paredão rochoso, tendo o efeito de uma espécie de lápis de cor (ver figura 2).

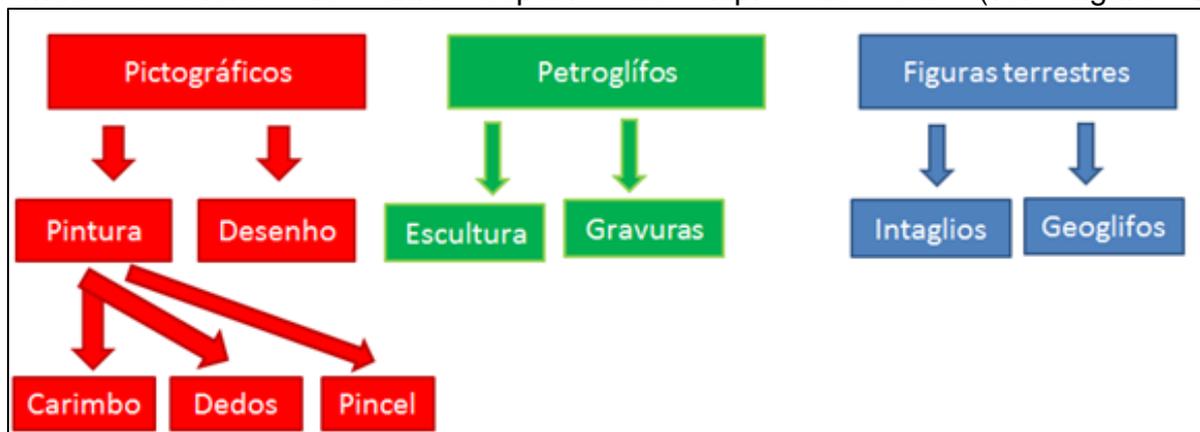


Figura 2 Modelo utilizado para identificação da arte rupestre modificado por Gabriel Oliveira. Fonte: PESSIS, 1984, 1992; SANCHIDRIÁN, 2005; WHITLEY, 2005; BEDNARIK, 2007.

No que tange os critérios de reconhecimento dos grafismos, optou-se por trabalhar com apenas duas categorias: figurativa, no qual o grafismo rupestre pode ser identificado e classificado como antropomorfo (com ou sem equipamentos, adereços ou adornos), zoomorfo e/ou fitomorfo; não figurativo classificado como ideomorfo, quando não é possível estabelecer uma identificação visual correlacionada com o universo cognitivo do observador (PESSIS, 1984, 1992; SANCHIDRIÁN, 2005; WHITLEY, 2005; BEDNARIK, 2007).

O reconhecimento das morfologias e formas dos grafismos atende ao primeiro requisito, a **homogeneidade temática**, necessário para estabelecer as unidades classificatórias como tradição, subtradição e, em certa parte, o estilo, apesar dele estar ligado essencialmente aos aspectos técnicos (GUIDON, 1983 B) (ver figura 3).

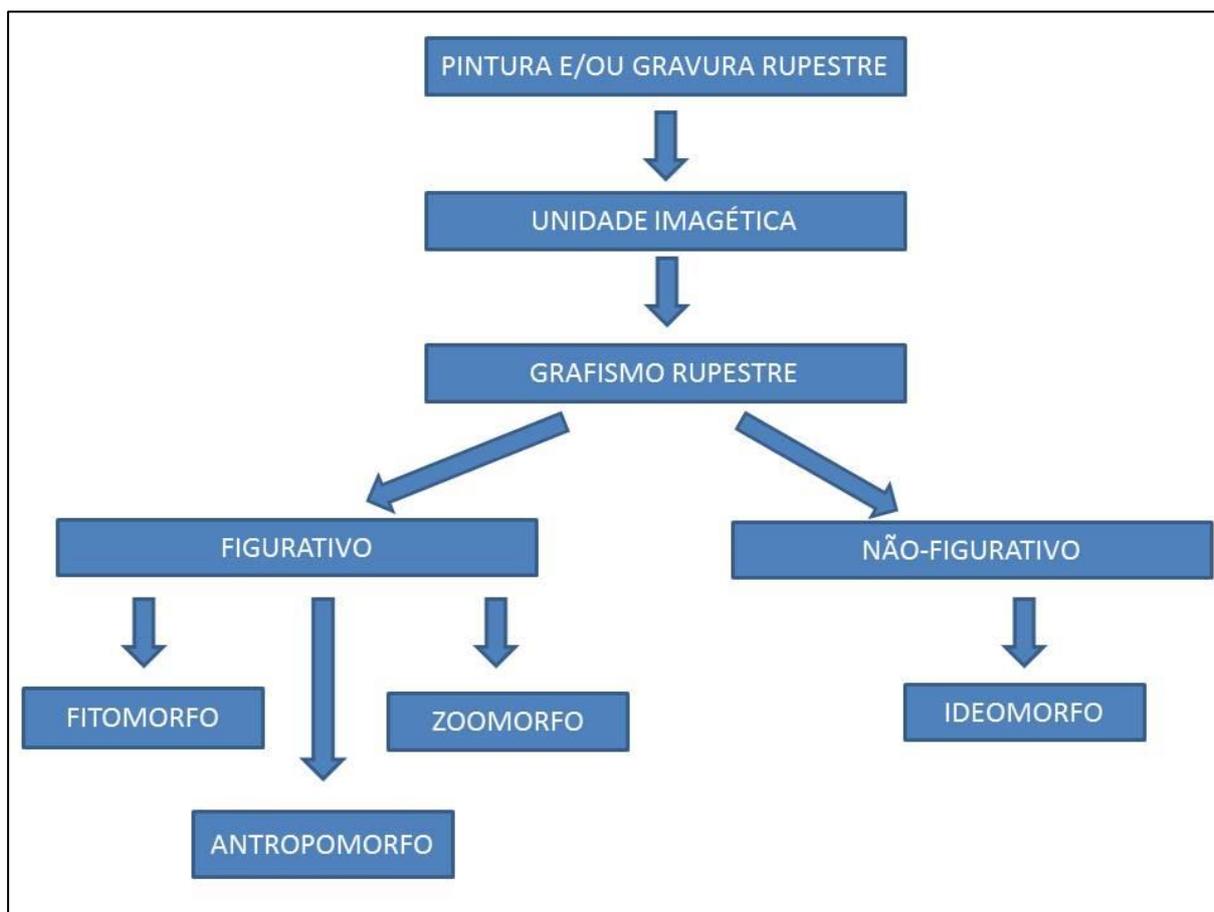


Figura 3. Modelo utilizado para identificação da arte rupestre modificado por Gabriel Oliveira. Fonte: PESSIS, 1984, 1992; SANCHIDRIÁN, 2005; WHITLEY, 2005; BEDNARIK, 2007.

Dentro desse contexto, optou-se por selecionar as seguintes categorias para análise dos grafismos rupestres no decorrer da pesquisa, que são: a) **tipo de suporte rochoso**, b) **localização dos grafismos no sítio**; c) **impacto de fatores do intemperismo**, como sol, chuva, vento e ação de microrganismos¹⁴⁵; d) **tipo de contorno**¹⁴⁶, e) **tipo de linha** (simples, tracejada, dupla), f) **espessura da linha do traço**: muito fina (inferior a 1 mm), fina (1 a 2 mm) média (2 a 5 mm), larga (5 a 10 mm), muita larga(mais de 10 mm)¹⁴⁷ (OGEL-ROS, 1985); espessura da linha (fina,

¹⁴⁵ Ação do intemperismo físico, químico e/ou biológico pode interferir no estado de uma obra rupestre, alterando aspectos de sua integralidade, como cor e perda de segmentos rochosos contendo figuras rupestres.

¹⁴⁶ A questão do contorno também é algo complexo, tendo em vista que a ação do intemperismo pode ter influência no estado final das pinturas rupestres, como diminuição do tamanho do traço ou perda de parte da obra rupestre no painel rupestre (GUIDON, 1983 A).

¹⁴⁷ ESPESSURA DA LINHA: dimensão métrica do traço no desenho da pintura rupestre.

média, grossa)¹⁴⁸; g) **tipo de preenchimento**; h) **estudo das sobreposições**¹⁴⁹, qual grafismo aparenta ser o mais recente, qual grafismo aparenta ser antigo, no intuito de estabelecer uma cronologia relativa; i) **técnica de realização**¹⁵⁰, ferramentas usadas na realização dos grafismos como pincel, desenho ou mãos; j) **cor dos grafismos**¹⁵¹, as tintas utilizadas na composição da figura e seus constituintes, quando possível se identificar em um processo de análise físico-químico; l) **dimensão vertical e horizontal das figuras**¹⁵² (**ver figura 4**).

148 ESPESSURA DA LINHA: dimensão métrica do traço no desenho da pintura rupestre.

149 O estudo da granulometria pode proporcionar um quadro da estratigrafia do painel rupestre no sítio, sendo usualmente utilizado pelos arqueólogos no mundo e sendo uma das formas mais confiáveis para a elaboração de cronologia relativa (GUIDON, 1983 A).

150 Guidon (1983 a) afirma que a identificação de ferramentas na elaboração da arte rupestre é algo complexo, podendo realizar algumas inferências acerca do tipo de ferramenta e seu calibre, caso se comparem a espessura do traço, desenho ou impressão naturalista.

151 A questão da cor é algo complexo, Guidon (1983 a) utilizou um código Munsell para estabelecer as cores da pintura, mas questões como a iluminação solar e o reflexo da luz influem no momento do registro fotográfico, logo, optou-se pelo uso da escala padrão do IFRAO. Mesmo utilizando o código Munsell de cores, Guidon (1983 a) afirma que duas pessoas raramente dão um mesmo código para a mesma figura, isso, mais uma vez, como a questão da observação, é algo extremamente relativo e complexo.

152 Categorias: **a) minúscula**, com a dimensão menores de 5 cm; **b) muito pequenas**, com dimensões entre 5,1 a 10 cm; **c) pequena**, com dimensão entre 10,1 a 15 cm; **d) média**, com dimensão entre 15,1 a 30 cm; **e) grande**, com dimensão de 30,1 a 50 cm; **f) muito grande**, com dimensão de 50,1 a 100 cm; **g) hipergrande**, com dimensão superior a 100 cm.

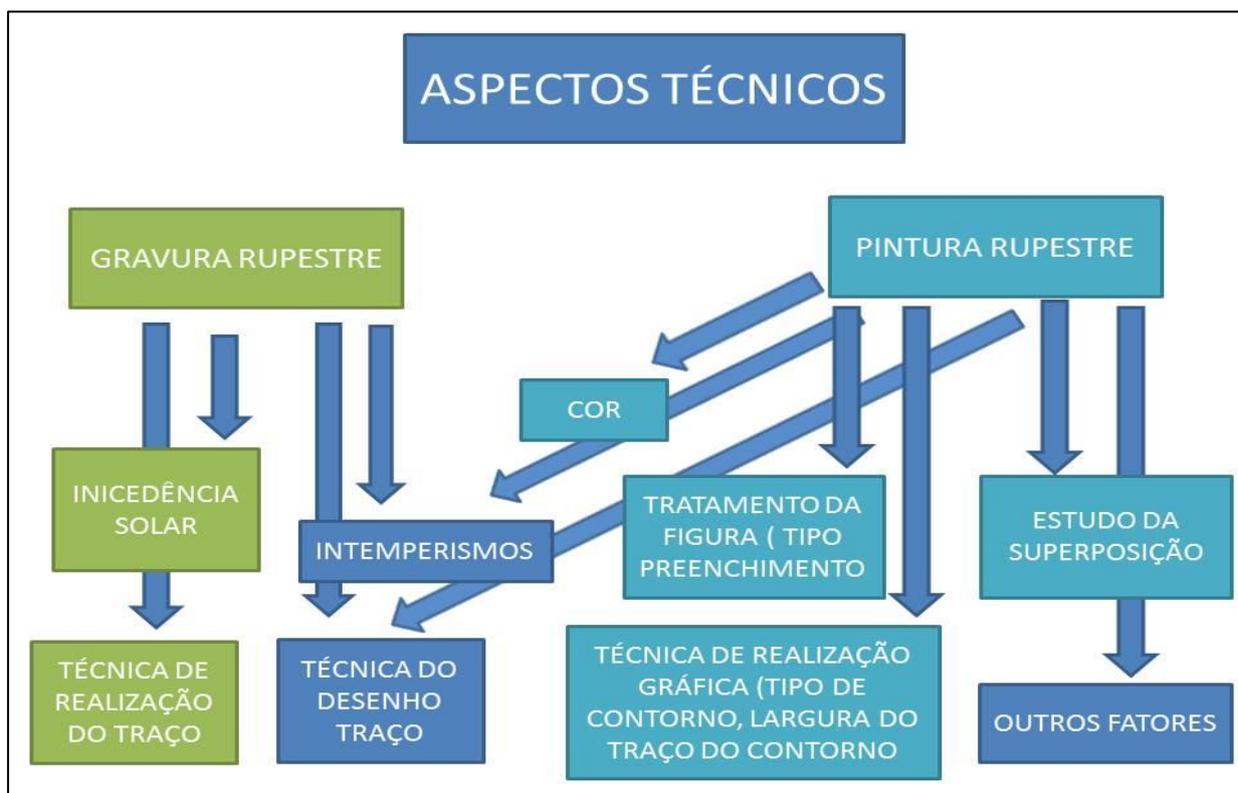


Figura 4. As principais propriedades no estudo da arte rupestre. Fonte: Guidon, 1983 a, p.59-60.

II.I ESTUDO DE CASO

A Toca dos Coqueiros é um importante sítio arqueológico pré-colonial em formato de abrigo sob-rocha arenítica, com as dimensões de 30 metros de comprimento por 4 metros de largura, localizado no baixão da serra (ver figuras 5 e 6). O local possui a presença de pinturas e gravuras rupestres, vestígios ósseos com a presença de um sepultamento, vestígios biológicos com a presença de coprólitos humanos e vestígios líticos manufaturados (quatro lesmas, quinze lascas e duas pontas de flecha) (F.S. TOCA DOS COQUEIROS, 2016).

O interessante é que no sítio foi encontrada uma sepultura inteira, com achado de um esqueleto humano com uma datação relativa associada um fragmento de carvão localizado no calcâneo direito de 9.870±50 anos B.P.153, tornando um dos esqueletos de morfologia africana mais antiga do continente americano e recebendo o nome de Zuzu (ver figura 7) (GUIDON *ET AL*, 1998; CISNEIROS, 2006; HUBBE *ET AL*, 2007).

153 Guidon *et al* (1998) citam o resultado de outras datações absolutas oriundas do sítio, como: (a) coprólito humano com 235±50 anos BP; (b) bloco com pinturas com 5.300±50 anos BP; (c) área de combustão com 7.490±50 anos B.P.; (c) cabelo com piolho com 10.640± 80 anos B.P.

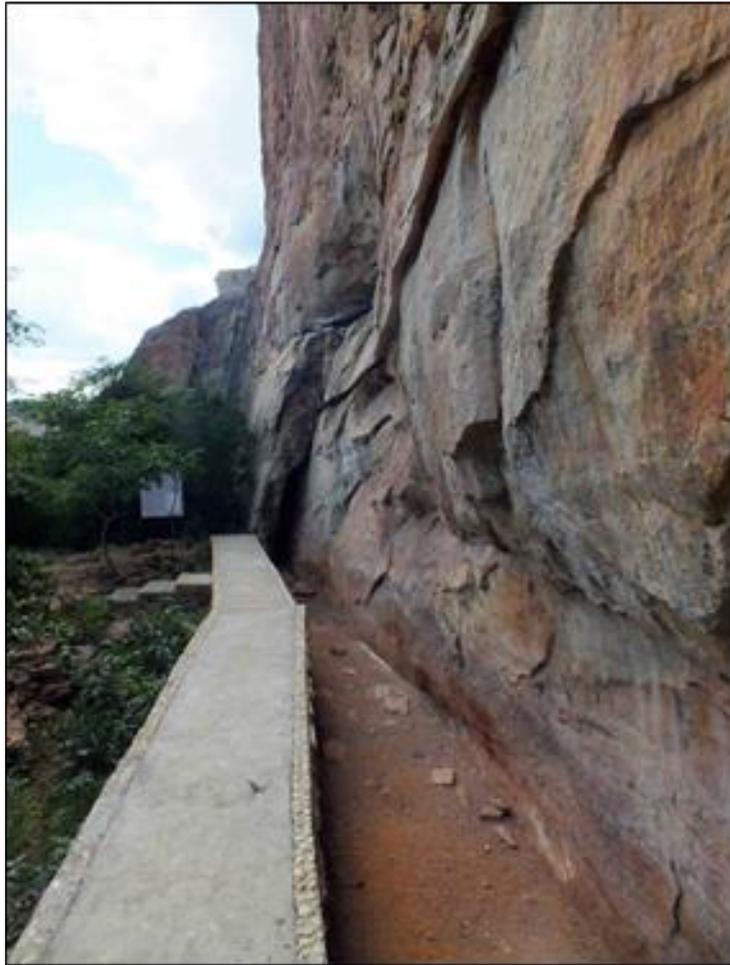


Figura 5. Toca dos Coqueiros. Fonte: Gabriel Oliveira (2018).



Figura 6. Toca dos Coqueiros. Fonte: Gabriel Oliveira (2018).



Figura 7. Sepultamento humano associado a um fragmento de carvão vegetal datado de 9.250+/-50 anos B.P. encontrado na Toca dos Coqueiros. Fonte: Cunha, 2014, p.334.

As pinturas rupestres da Toca dos Coqueiros podem ser classificadas dentro da tradição Nordeste de pinturas rupestres, subtradição Várzea Grande, tendo vista a presença de formas morfológicas de antropomorfos, zoomorfos e ideomorfos. Enquanto as gravuras refletem a técnica de picoteamento na superfície do paredão rochoso, estando presentes várias partes do local. Os principais problemas de conservação da arte rupestre no local são: (a) intemperismo físico, ação eólica e pluvial; (b) a presença de salitre cobrindo algumas pinturas rupestres; (c) a presença de líquens; (d) dejetos de animais.

O registro gráfico rupestre do sítio apresentou 128 grafismos rupestres, 33 gravuras e 95 pinturas, sendo 40 antropomorfos, 20 zoomorfos e 35 ideomorfos, com uma espessura média do traço dos grafismos aferidos em 0,44 cm. A altura média dos grafismos é 2,18 metros, com o ponto mínimo de 40 cm e ponto máximo de 3,02 metros, sendo que a dimensão vertical e horizontal média é de 11,07 cm e 7,35 cm, respectivamente (ver figuras 8 e 9). No que tange ao preenchimento dos grafismos, 67 possuem preenchimento total, 12 com preenchimento parcial e 16 sem preenchimento, apenas com o contorno no desenho.

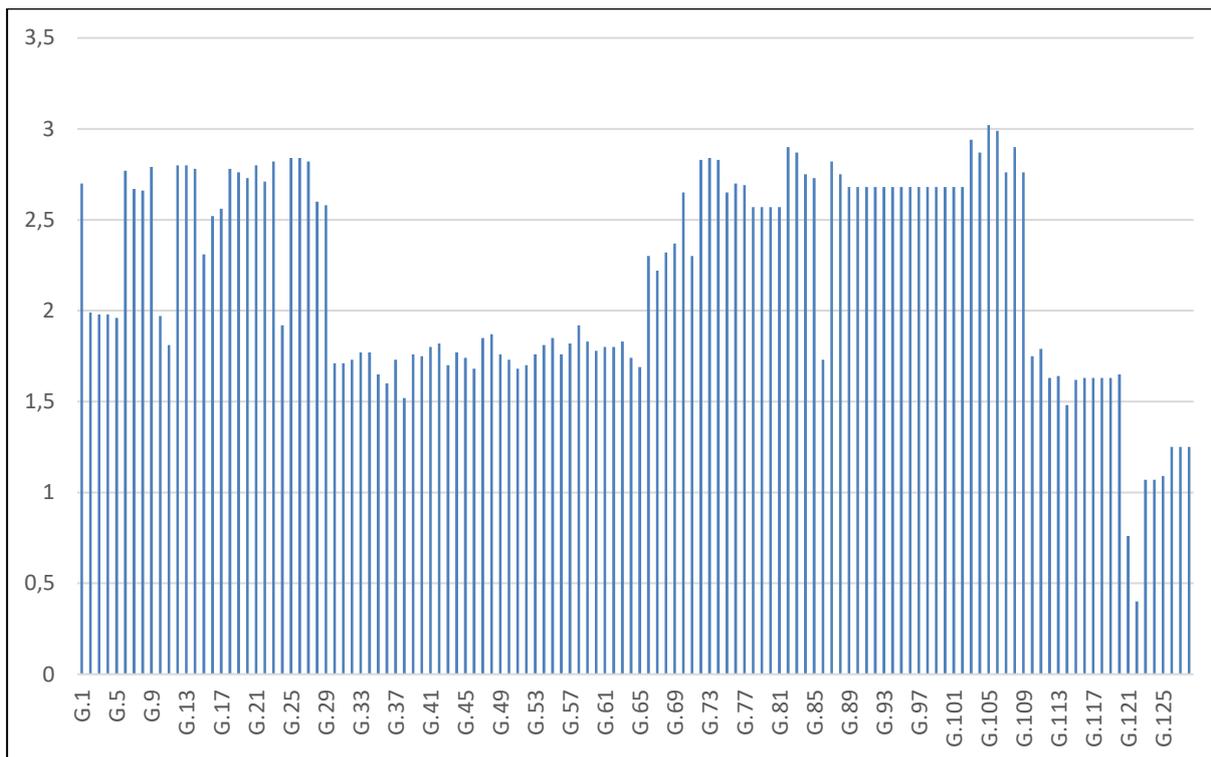


Figura 8. Altura em metros dos grafismos rupestres do sítio arqueológico Toca dos Coqueiros. Fonte: Gabriel Oliveira, 2018.

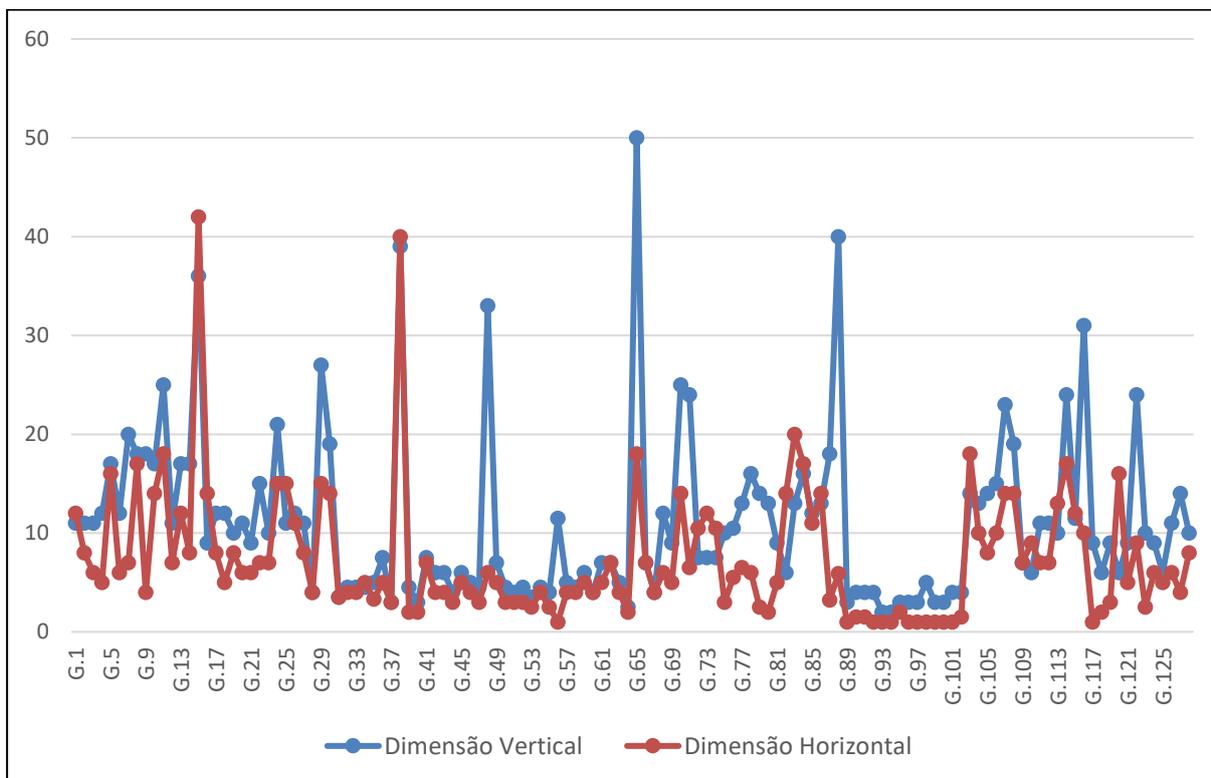


Figura 9. Aferição da dimensão vertical e horizontal dos grafismos rupestres do sítio Toca dos Coqueiros. Fonte: Gabriel Oliveira, 2018.

O registro gráfico rupestre do sítio é composto, em sua maioria, por grafismos de antropomorfos e ideomorfos distribuídos ao longo do paredão rochoso, destarte, os grafismos 75, 76 e 77 são antropomorfos em uma cena de interação social, totalmente preenchidos, de coloração vermelha e estando a uma altura de 2,65 a 2,70 metros de altura (ver figura 10). Os grafismos 123, 124 e 125 são antropomorfos em uma cena de interação social, totalmente preenchidos, de coloração vermelha e estando a uma altura 1,07 metro do solo (ver figura 11).

Nota-se a ausência de grafismos de contorno aberto com e/ou sem preenchimento, ausência de segmentos de miniaturas em sequências e a presença de grafismos de antropomorfos com os membros superiores e inferiores alongados.

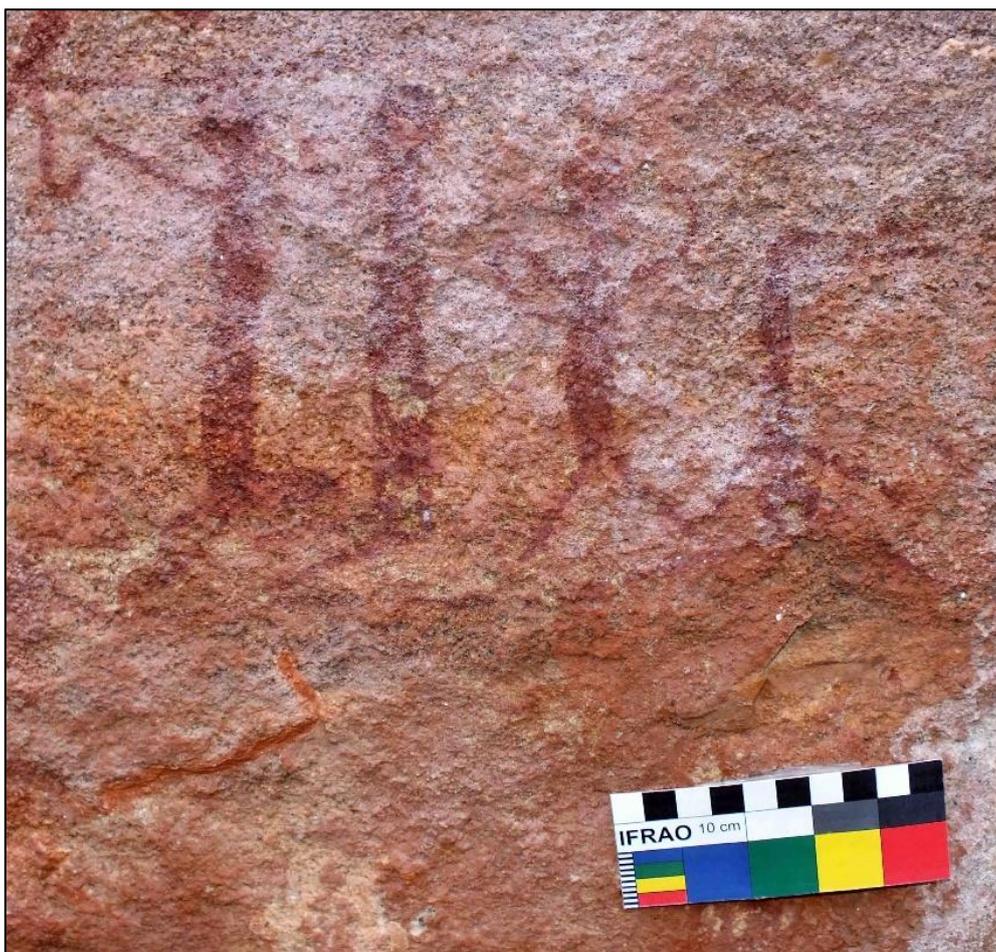


Figura 10. Grafismos 78 a 81. Antropomorfos em uma cena de interação social. Fonte: Gabriel Oliveira, 2018.

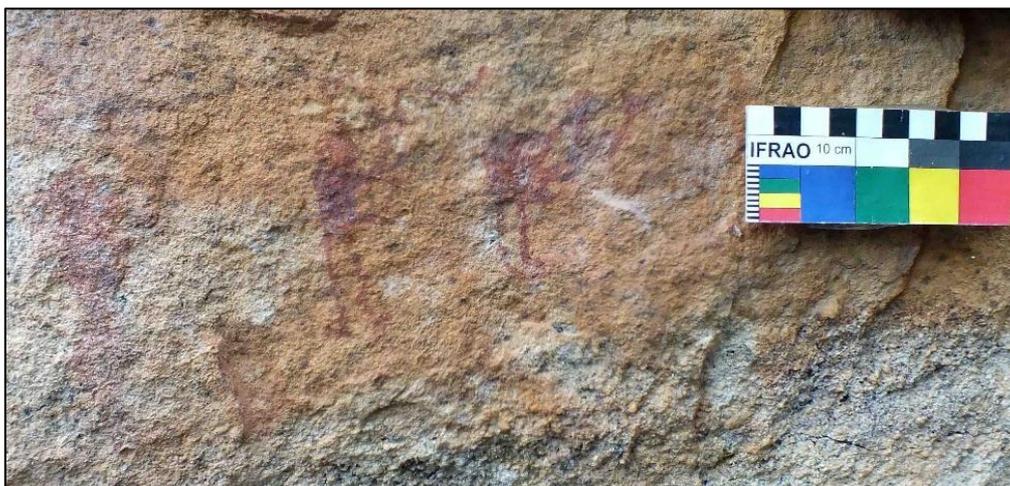


Figura 11. Grafismos 123, 124 e 125. Antropomorfos em uma cena de interação social. Fonte: Gabriel Oliveira, 2018.

III- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da pintura rupestres do sítio Toca do Coqueiros pode ser classificado dentro da tradição Nordeste de pinturas rupestres, tendo em vista os elementos estilísticos presentes, especialmente dentro da subtradição Várzea Grande, contendo figuras com as morfologias de antropomorfos, zoomorfos e ideomorfos. No que tange as gravuras rupestres, elas demonstram a presença da técnica de picoteamento, sendo identificado em vários locais do sítio arqueológico.

Concluindo, as pinturas rupestres do sítio Toca dos Coqueiros demonstram a representação do universo simbólico dos primeiros habitantes do Brasil, que viveram no Parque Nacional Serra da Capivara.

IV- REFERÊNCIAS

IV.1 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEDNARIK, R.; ACHRATI, A.; CONSENS, M.; COIMBRA, F.; DIMITRIADIS, G.; HUISENG, T.; MUZZOLINI, A.; SEGLIE, D.; SHER, Y.A. (Eds). *Rock Art Glossary. A multilingual dictionary*. Turnhout: Brepols Publishers, 2003

BEDNARIK, R. G. *Rock Art Science: The Scientific Study of Palaeoart*. New Delhi: Aryan Books International, 2007.

CISNEIROS, D. Práticas Funerárias na pré-história do Nordeste do Brasil: Uma apresentação metodológica. *Revista Clio Arqueológica*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, v. 1, nº 20, p.171-207, 2006.

CUNHA, E. Análise antropológica de 15 esqueletos da região do Parque Nacional Serra da Capivara. In: *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014, vol.A, p. 318-361.

CURA, S.; ROSINA, P.; GRIMALDI, S.; OOSTERBEEK, L. Os sítios da Ribeira da Ponte da Pedra e da Fonte da Moitra no contexto das mais antigas ocupações do Vale do Tejo. In: *Identidades e diversidade cultural: Patrimônio arqueológico e antropológico do Piauí – Brasil e do Alto Ribatejo – Portugal – Coletânea*. Albuquerque, Marleide Lins; Borges, Síria Emerenciana Nepomuceno (orgs.). Teresina: FUNDAC – CEIPHAR/ ITM, 2013, p.34-48.

GUÉRIN, C.; FAURE, M. Paleontologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara. In: *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014, vol.II-A p.140-168.

GUIDON, N. *L'art rupestre du Piauí dans le contexte sudaméricain: une première proposition concernant méthodes et terminologie*. 1983. 684 f. Tese (Doutorado de estado). Universidade de Paris I, Paris, 1983 A, V.1.

GUIDON, N. *L'art rupestre du Piauí dans le contexte sudaméricain: une première proposition concernant méthodes et terminologie*. 1983. 684 f. Tese (Doutorado de estado). Universidade de Paris I, Paris, 1983 B, V.2.

GUIDON, N. *Peintures préhistoriques du Brésil: l'art rupestre du Piauí*. Paris: Editions Recherches sur les civilisations, 1991.

GUIDON, N.; PARENTI, F.; OLIVEIRA, C.; VERGNE, C. Notas sobre a sepultura da Toca dos Coqueiros, Parque Nacional Serra da Capivara, Brasil. *Revista Clio Arqueológica*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, v. 1, nº 13, p.187-192, 1998.

GUIDON, Niède. A Fundação Museu Homem Americano e o Parque Nacional Serra da Capivara: um relato sucinto de quatro décadas de pesquisas. In: *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014 A, vol. A, p.26- 44.

GUIDON, Niède. O Pleistoceno Superior e Holoceno Antigo no Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno: as ocupações humanas. In: *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014 B, vol. II-B, p.444-452.

LAGE, M.C.S.M. A Conservação de sítios de arte rupestre. *Revista do IPHAN*. Brasília, IPHAN, nº 33, p.99-108, 2007.

LAYTON, R. *Antropologia da Arte*. Tradução Abílio Queirós. Lisboa: Edições 70, 2001 A.

LEROI-GOUHRAN, A. *O gesto e a palavra: técnica e linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1964.

MARTIN, G. *A Pré-História do Nordeste*. Pernambuco: Editora UFPE, 2008.

MARANCA, Silvia; MARTIN, Gabriela. Populações pré-históricas ceramistas na região da Serra da Capivara. *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014, vol. B, p.480 – 511.

OGEL-ROSS, L. A noção de Subtradição aplicada a um sítio de arte rupestre pré-histórica. *Caderno de Pesquisa 4: série antropológica III*. Teresina, Universidade Federal do Piauí, p.147-186, 1985.

OLIVEIRA, Gabriel Frechiani de. Similaridades e diferenças no complexo estilístico Serra talhada da tradição nordeste de pinturas rupestres no Parque nacional Serra da Capivara-PI: um estudo de caso. *Tese de Doutorado em Arqueologia*. Laranjeiras: Universidade Federal de Sergipe, 2018.

PESSIS, A.M. Métodos de interpretação da arte: análises preliminares por níveis. In: *Revista Clio História*. Recife: EDUFPE, 1984, v.10, p.99-107

PESSIS, A.M.. *Art rupestre prehistorique: Premiers registres de la mise en scene*. 1987, 502 f. Tese (Doutorado de Estado).Université de Paris X ,Nanteire, 1987.

PESSIS, A.M. Identidade e Classificação dos Registros Gráficos Pré-Históricos do Nordeste do Brasil. *Revista Clio Arqueológica*. Recife, EDUFPE, Vol.1, Nº 8, 1992, p.35-68.

SANCHIDRIÁN, J.L. *Manual de Arte Pré-histórico*. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2005.
SOLÁ, M.C. Arte rupestre: Imagens da Pré-história. In: *História Pré-Colonial do Brasil*. Ivan Alves Filho (coord.). Rio de Janeiro: Europa Empresa Gráfica e Editora, 2000.

WHITLEY, D. *Introduction to Rock Art Research*. Walnut Creek: Left Coast Press Inc, 2005.

IV.II – REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Ficha do sítio Toca dos Coqueiros. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN. Biblioteca da Fundação Museu do Homem Americano: São Raimundo Nonato, 2016.

IV.III – REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

FUMDHAM. Disponível em: <<www.fumdam.org.br>>. Acesso: out, 2013.

GUIDON, Niède. Arqueologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara. *Com ciência*, São Paulo. Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq10.shtml>>. Acesso em: 14, set. 2003.

HUBBE *et al.* Brief Communication: "Zuzu" Strikes Again – Morphological Affinities of the Early Holocene Human Skeleton From Toca dos Coqueiros, Piauí, Brazil. *American Journal of Physical Anthropology*. Disponível em: <<www.interscience.wiley.com>>. Acesso em: 23, set, 2007.

A HISTÓRIA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ: AS PINTURAS RUPESTRES DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA TOCA DO PITOMBI I.

Gabriel Frechiani de Oliveira¹⁵⁴

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade abordar as representações rupestres contidas no sítio Toca do Pitombi I, localizado no Parque Nacional Serra da Capivara, na região sudeste do Piauí, Brasil. O principal objetivo do trabalho é realizar uma classificação dos grafismos rupestres do sítio em questão, no sentido de construir uma análise classificatório das pinturas rupestres. A metodologia do trabalho consiste em: 1) Pesquisa bibliográfica e documental, através das publicações acerca da temática; 2) Pesquisa de campo, onde foram feitos registros fotográficos do sítio e descrição dos aspectos físicos da arte rupestre; 3) análise do material coletado.

Palavras-chave: Histórias dos primeiros habitantes do Brasil; Arte rupestre; Parque Nacional Serra da Capivara

I- INTRODUÇÃO

O Parque Nacional Serra da Capivara está delimitado entre os municípios de São João do Piauí, Coronel José Dias, São Raimundo Nonato e Canto do Buriti, na região Sudeste do Piauí, compreendendo uma área de quase 130.000 hectares e um perímetro de 214 km, sendo criado durante o governo do presidente João Baptista Figueiredo, em 1979 (ver figura 1).

O PNSC¹⁵⁵ foi criado com a finalidade de proteger o patrimônio arqueológico, paleontológico e ambiental da região, no intuito de contribuir com o gerenciamento de UCPI¹⁵⁶, foi instituída a FUMDHAM, sob a direção da professora Niède Guidon e pesquisadores brasileiros e franceses, em 1986.

A FUMDHAM¹⁵⁷ tinha por intuito apoiar as pesquisas científicas na região, contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente, apoiar ações de desenvolvimento sustentável e educativas. O PNSC foi considerado como um

154 Licenciado em História, mestre em Antropologia e Arqueologia e Doutor em Arqueologia. Atualmente, ocupa o cargo de professor na secretaria de Estado de Educação do Piauí. E-mail: gfrechiani@hotmail.com.

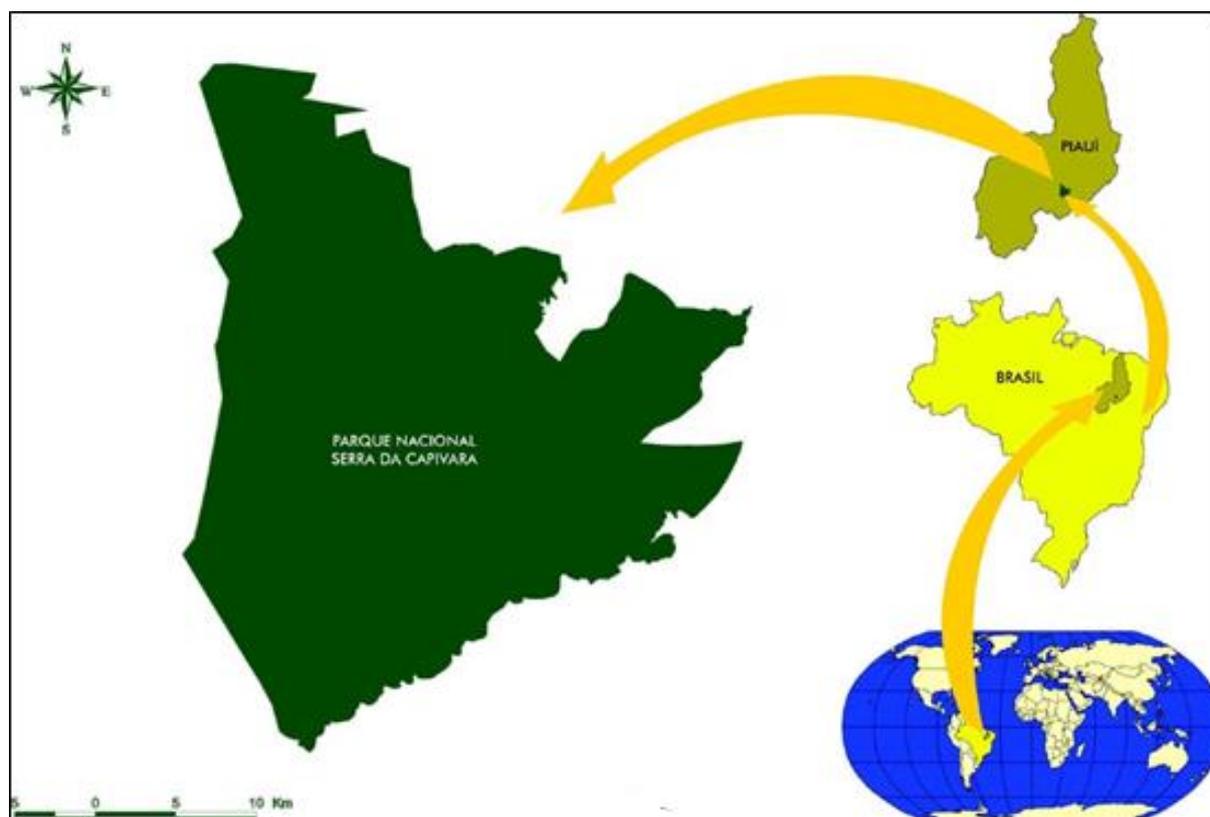
155 Abreviatura de Parque Nacional Serra da Capivara

156 Abreviatura de unidade de conservação de proteção integral.

157 Abreviatura de Fundação Museu do Homem Americano.

Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO¹⁵⁸, em 1991, e Patrimônio Nacional pelo IPHAN¹⁵⁹, em 1993 (GUIDON, 2014 A).

As pesquisas científicas realizadas na região apresentaram resultados importantes na construção do conhecimento da arqueologia pré-histórica brasileira, atualmente estão catalogados 1.335 sítios arqueológicos no local, onde há 184 sítios com vestígios cerâmicos, 946 sítios de pinturas rupestres¹⁶⁰, 206 sítios de pinturas e gravuras, e 80 sítios de gravuras¹⁶¹ (GUIDON, 2014 A, 2014 B; MARANCA, MARTIN, 2014). Os vestígios paleontológicos são também um segmento relevante das investigações científicas no local, já foram encontrados mais 7.000 fósseis e identificadas mais 60 espécies de animais, na qual 30 espécimes já são considerados extintos (GUERIN, FAURE, 2014).



158 Abreviatura de Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

159 Abreviatura de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

160 **PINTURAS RUPESTRES:** "(...) una forma tecnológica de pictograma que consiste en aplicar pintura húmeda com los dedos, o com una herramienta análoga a un pincel" (BEDNARIK *ET AL.*, 2003, p.128).

161 **GRAVURA RUPESTRE:** "Any arrangement of surface properties on rock discernible by the human visual system; it may be a natural marking, a utilitarian anthropic marking or non-utilitarian anthropic marking (rock art)" (BEDNARIK *ET AL.*, 2003, p.16).

Figura 1. A localização do Parque Nacional Serra da Capivara. Fonte: FUMDHAM. Disponível em: <<www.fumdam.org.br>>. Acesso: out, 2013.

Os resultados das pesquisas arqueológicas na região apontam para uma presença recuada dos grupos humanos pré-coloniais com uma antiguidade superior de mais 100 mil anos atrás. A região também é considerada como maior enclave de sítios¹⁶² arqueológicos do mundo e com as datações absolutas mais recuadas para a arqueologia americana (MARTIN, 2008).

O foco inicial da missão franco-brasileira era o estudo da arte rupestre na região na década 1970. O trabalho classificatório da arte rupestre da região foi elaborado pela equipe da professora Niède Guidon, sendo identificadas três tradições e duas tradições de gravuras na sua tese de doutoramento¹⁶³, no intuito de “(...) classées em différents types et sous-types selon leur traits morphologiques et leurs techniques de facture. Nous envisagions alors de nous livrer à une étude interprétative et préciser et com compléter la de détermination des styles” (GUIDON, 1983 A, p.1, 1983 B).

As tradições¹⁶⁴ de pinturas rupestres identificadas na região foram: 1ª) tradição Nordeste, com duas subtradições¹⁶⁵: a) Várzea Grande, com estilos¹⁶⁶ Serra da Capivara, Serra Talhada e Serra Branca; b) Salitre; 2ª) Agreste, com três estilos: Serra do Tapuio, Extrema e Gerais; 3ª) Geométrica, com os estilos: Olho d’Água, Bom Jesus e Gameleirinha. Enquanto as tradições de gravuras foram duas: 1ª) Itacoatiara do Oeste, 2ª) Itacoatiara do Leste (GUIDON, 1983 B).

A tradição Nordeste é a mais estudada de todas, devido à grande quantidade de cenas¹⁶⁷, movimento e de mais fácil reconhecimento visual dos grafismos¹⁶⁸. O

162 ENCLAVE ARQUEOLÓGICO: Local com uma grande quantidade de sítios arqueológicos (MARTIN, 2008).

163 A Tradição Congo de gravuras rupestres encontrada no sítio Caldeirão do Deolindo é citada na tese, mas posteriormente foi excluída por se tratar de apenas um sítio arqueológico.

164 TRADIÇÃO: “(...) ces traditions sont définies par le type de figures représentées (humaines, animales, végétales, d’objets et figures géométriques ou signes) et par leurs proportions relatives. les traditions s’étendent sur de longues périodes et occupent de vastes territoires.” (GUIDON, 1991, p.48).

165 SUBTRADIÇÃO: “(...) correspondant à la seconde division du classement préliminaire et qui sont établies d’après la présence de certaines particularités des graphismes et des agencements, particularités qui caractérisent les manifestations rupestres des sites archéologiques concentres dans la région en question. Le fondement de la division retient dans ce cas deux éléments: l’élément géographique et les spécificités graphiques, toujours à l’intérieur d’une même tradition.” (PESSIS, 1987, p.130).

166 ESTILO: “(...) le style est défini par les techniques de réalisation (de dessin, de peinture ou de gravure).” (GUIDON, 1991, p.48). De acordo com Layton (2001 A, p.185) “O estilo refere-se à qualidades formais da obra de arte. Caracteriza-se pela classe de assuntos que retrata, pelas formas regulares a que são reduzidos os elementos desses assuntos e pela maneira como os componentes da obra de arte se organizam numa composição. Estritamente falando, o estilo não está relacionado com o significado dos elementos ou da gramática visual”.

167 CENA: “un diseño que presumiblemente representa um episodio real o imaginário, formado por mas de un motivo de arte rupestre.” (BEDNARIK ET AL, 2003, p.120).

168 GRAFISMO: “O termo grafismo, que prefiro para designar qualquer desenho unitário indefinido no conjunto pictural rupestre, não é utilizado com unanimidade pelos arqueólogos do Brasil, apesar de sua inegável utilização como agente definidor não comprometido e ser

trabalho inicial da professora Guidon foi elaborar uma classificação inicial para o desenvolvimento das pesquisas, seu escopo inicial era 70 sítios arqueológicos e 6.000 fotografias feitas pela equipe da pesquisadora (GUIDON, 1991).

A quantidade de sítios aumentou consideravelmente desde década de 1970, surgindo novos problemas e descobertas para a construção da narrativa desse passado, demonstrando uma antiguidade muito maior do que se suponha para os grupos humanos no continente americano (GUIDON, 2003).

O estudo das pinturas e gravuras rupestres no Brasil fornece muitas informações acerca do passado dos grupos pré-coloniais, a partir do estudo das cenas e temáticas é possível extrair informações sobre o Brasil pré-colonial.

II- DESENVOLVIMENTO

A arte rupestre ou artes rupestres¹⁶⁹ são manifestações humanas presentes em várias partes do mundo e com milhares de anos de idade, podendo ser segmentada em três principais categorias (CURA; ROSINA; GRIMALDI; OOSTERBEEK, 2013): 1ª) pictogramas, caracterizada pela presença de pinturas e desenhos¹⁷⁰; 2ª) petroglífos, composta por esculturas e gravuras; 3ª) figuras terrestres que são os intaglios¹⁷¹ e geoglífos (WHITLEY, 2005).

Os registros pictográficos são divididos em dois segmentos, pinturas, carimbo e desenhos. As pinturas rupestres podem ser confeccionadas a partir de formas diferentes:

1ª) uso do pincel para pintar o paredão rochoso, imprimindo desenhos e formas a partir do uso de uma tinta feita de uma determinada matéria-prima (goetita, hematita, carvão vegetal, caolinita, ossos queimados e entre outros) associada a um fixante (LAGE, 2007);

uma definição utilizada por André Leroi-Gourhan. Foi introduzido na nomenclatura brasileira por Anne-Marie Pessis, que a ampliou criando 'categorias' de grafismos, que dividiu em três grupos, atendendo às possibilidades identificatórias dos mesmos" (MARTIN, 2008, p.237). Citação da menção grafismo como um símbolo gráfico, representação de um pensamento abstracto (LEROI-GOURHAN, 1964).

¹⁶⁹ Bednarik (2007, p.1-5) afirma que "(...) a scientific definition of rock art¹⁶⁹, then, is that it consists of makings occurring on rock surfaces that were 'intentionally' produced by members of genus *Homo* (i.e. anthropic makings) (...) Globally, rock art motifs can be divided into two principal classes on the basis of their method of manufacture: those made by a reductive process (petroglyphs), and those made by an additive process (pictograms, which include paintings, drawings, stencils, beeswax figures, etc). This distinction is mirrored in two main classes of geoglyphs (positive and negative geoglyphs), and is not only practical and sensitive, but widespread in rock art. It affects site preservation and management practices; and, perhaps most importantly, it is reflected in the way we conducted *rock art science*".

¹⁷⁰ **Desenho ou crayon**: "(...) a utilização de veículos sólidos, ou ainda, o uso direto da matéria-prima corante, como o carvão e minerais de ferro" (SOLÁ, 2000, p.115).

¹⁷¹ **INTAGLIO**: "(...) a petroglyph motif whose internal surface area is ground or pounded, either to remove a dark varnish (sgraffito) or to create an area of relief; also called a infilled figure" (BEDNARIK ET AL, 2003, p.11).

2ª) **carimbo**, a reprodução de formas semelhantes no paredão rochoso a partir do uso de uma tinta líquida;

3ª) **dedos**, uso de impressões de mãos e dedos de forma positiva e/ou negativa, a partir do uso de uma tinta líquida no paredão rochoso, usualmente designado de impressões naturalistas (SANCHIDRIÁN, 2005). O desenho é quando é utilizado mineral em estado bruto para imprimir formas e figuras no paredão rochoso, tendo o efeito de uma espécie de lápis de cor (ver figura 2).

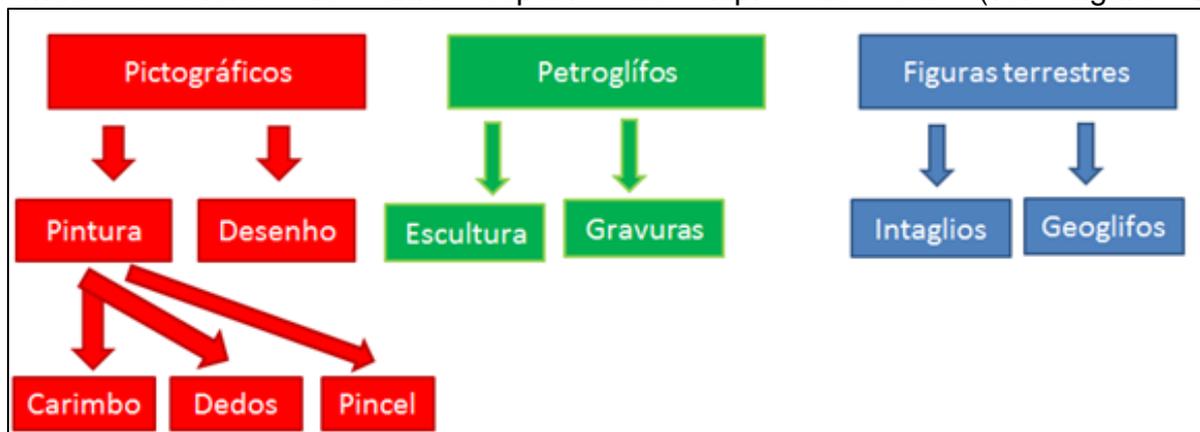


Figura 2 Modelo utilizado para identificação da arte rupestre modificado por Gabriel Oliveira. Fonte: PESSIS, 1984, 1992; SANCHIDRIÁN, 2005; WHITLEY, 2005; BEDNARIK, 2007.

No que tange os critérios de reconhecimento dos grafismos, optou-se por trabalhar com apenas duas categorias: figurativa, no qual o grafismo rupestre pode ser identificado e classificado como antropomorfo (com ou sem equipamentos, adereços ou adornos), zoomorfo e/ou fitomorfo; não figurativo classificado como ideomorfo, quando não é possível estabelecer uma identificação visual correlacionada com o universo cognitivo do observador (PESSIS, 1984, 1992; SANCHIDRIÁN, 2005; WHITLEY, 2005; BEDNARIK, 2007).

O reconhecimento das morfologias e formas dos grafismos atende ao primeiro requisito, a **homogeneidade temática**, necessário para estabelecer as unidades classificatórias como tradição, subtradição e, em certa parte, o estilo, apesar dele estar ligado essencialmente aos aspectos técnicos (GUIDON, 1983 B) (ver figura 3).

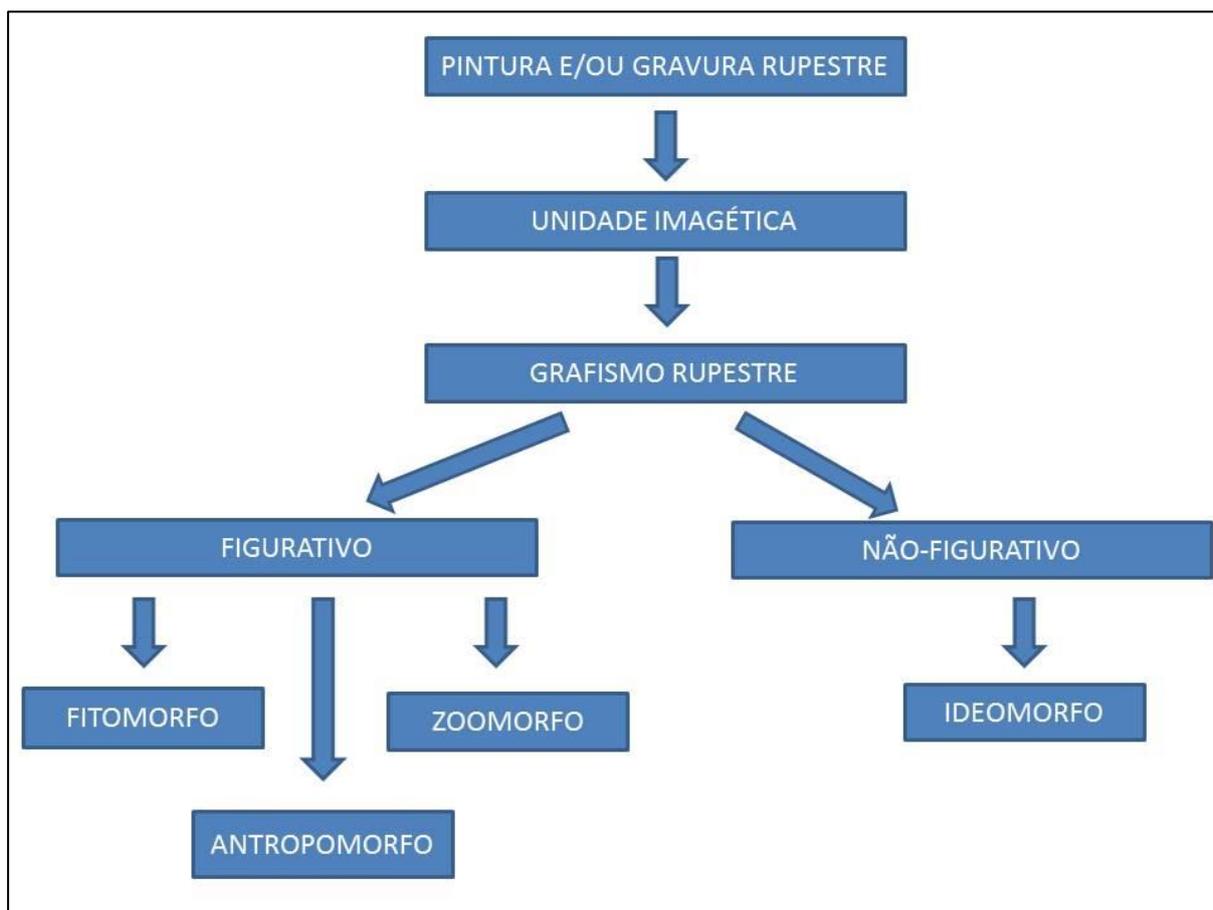


Figura 3. Modelo utilizado para identificação da arte rupestre modificado por Gabriel Oliveira. Fonte: PESSIS, 1984, 1992; SANCHIDRIÁN, 2005; WHITLEY, 2005; BEDNARIK, 2007.

Dentro desse contexto, optou-se por selecionar as seguintes categorias para análise dos grafismos rupestres no decorrer da pesquisa, que são: a) **tipo de suporte rochoso**, b) **localização dos grafismos no sítio**; c) **impacto de fatores do intemperismo**, como sol, chuva, vento e ação de microrganismos¹⁷²; d) **tipo de contorno**¹⁷³, e) **tipo de linha** (simples, tracejada, dupla), f) **espessura da linha do traço**: muito fina (inferior a 1 mm), fina (1 a 2 mm) média (2 a 5 mm), larga (5 a 10 mm), muita larga(mais de 10 mm)¹⁷⁴ (OGEL-ROS, 1985); espessura da linha (fina,

172 Ação do intemperismo físico, químico e/ou biológico pode interferir no estado de uma obra rupestre, alterando aspectos de sua integralidade, como cor e perda de segmentos rochosos contendo figuras rupestres.

173 A questão do contorno também é algo complexo, tendo em vista que a ação do intemperismo pode ter influência no estado final das pinturas rupestres, como diminuição do tamanho do traço ou perda de parte da obra rupestre no painel rupestre (GUIDON, 1983 A).

174 ESPESSURA DA LINHA: dimensão métrica do traço no desenho da pintura rupestre.

média, grossa)¹⁷⁵; g) **tipo de preenchimento**; h) **estudo das sobreposições**¹⁷⁶, qual grafismo aparenta ser o mais recente, qual grafismo aparenta ser antigo, no intuito de estabelecer uma cronologia relativa; i) **técnica de realização**¹⁷⁷, ferramentas usadas na realização dos grafismos como pincel, desenho ou mãos; j) **cor dos grafismos**¹⁷⁸, as tintas utilizadas na composição da figura e seus constituintes, quando possível se identificar em um processo de análise físico-químico; l) **dimensão vertical e horizontal das figuras**¹⁷⁹ (**ver figura 4**).

175 ESPESSURA DA LINHA: dimensão métrica do traço no desenho da pintura rupestre.

176 O estudo da granulometria pode proporcionar um quadro da estratigrafia do painel rupestre no sítio, sendo usualmente utilizado pelos arqueólogos no mundo e sendo uma das formas mais confiáveis para a elaboração de cronologia relativa (GUIDON, 1983 A).

177 Guidon (1983 a) afirma que a identificação de ferramentas na elaboração da arte rupestre é algo complexo, podendo realizar algumas inferências acerca do tipo de ferramenta e seu calibre, caso se comparem a espessura do traço, desenho ou impressão naturalista.

178 A questão da cor é algo complexo, Guidon (1983 a) utilizou um código Munsell para estabelecer as cores da pintura, mas questões como a iluminação solar e o reflexo da luz influem no momento do registro fotográfico, logo, optou-se pelo uso da escala padrão do IFRAO. Mesmo utilizando o código Munsell de cores, Guidon (1983 a) afirma que duas pessoas raramente dão um mesmo código para a mesma figura, isso, mais uma vez, como a questão da observação, é algo extremamente relativo e complexo.

179 Categorias: **a) minúscula**, com a dimensão menores de 5 cm; **b) muito pequenas**, com dimensões entre 5,1 a 10 cm; **c) pequena**, com dimensão entre 10,1 a 15 cm; **d) média**, com dimensão entre 15,1 a 30 cm; **e) grande**, com dimensão de 30,1 a 50 cm; **f) muito grande**, com dimensão de 50,1 a 100 cm; **g) hipergrande**, com dimensão superior a 100 cm.

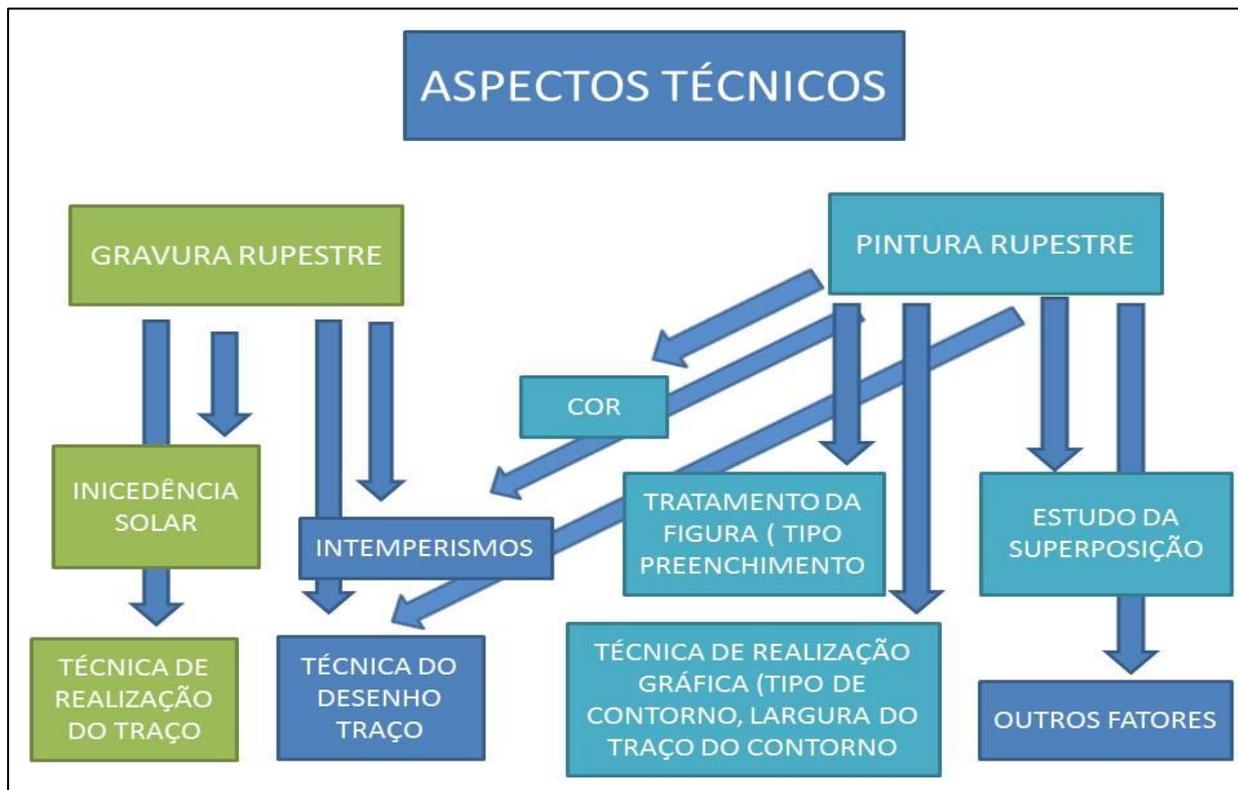


Figura 4. As principais propriedades no estudo da arte rupestre. Fonte: Guidon, 1983 a, p.59-60.

II.I ESTUDO DE CASO

A Toca do Pitombi I é um sítio arqueológico pré-colonial em formato de abrigo sob-rocha arenítica e de conglomerado, localizado na meia encosta da serra, e seu registro data de 1978 (F.S. TOCA DO PITOMBI I, 2016). As pinturas rupestres do sítio podem ser afiliadas a tradição Nordeste, subtradição Várzea Grande com grafismos de antropomorfos e zoomorfos, tendo a presença do estilo Serra Branca e Serra da Capivara.

O caderno de campo do Pitombi I relata um trabalho de limpeza feito no local pela equipe da professora Niède Guidon em uma área de 17 metros, onde foram encontrados vestígios líticos, fragmentos cerâmicos e restos de fogueira, porém, sem fornecer muitos detalhes acerca desses objetos encontrados (GUIDON, 1973 A). Na década de 1980 foi realizada uma sondagem alcançando 12 cm de profundidade, não encontrando vestígios relevantes (GUIDON, 1980). Os principais problemas de conservação do sítio são: (a) dejetos de animais; (b) ninhos de vespas; (c) intemperismo físico, ação eólica e pluvial; (d) a presença de salitre cobrindo a superfície de algumas pinturas rupestres.



Figura 5. Sítio Toca do Pitombi I Fonte: Gabriel Oliveira (2018).



Figura 6. Sítio Toca do Pitombi | Fonte: Gabriel Oliveira (2018).

No local foram registrados 212 grafismos rupestres, todos pinturas, sendo que 105 apresentam forma de antropomorfos, 45 com forma de zoomorfos e 62 com o *design* de ideomorfos, estando a uma altura média de 1 metro. Quanto ao preenchimento das imagens, 159 possuem o preenchimento completo, 35 com preenchimento parcial e 18 com ausência de preenchimento, tendo apenas o contorno.

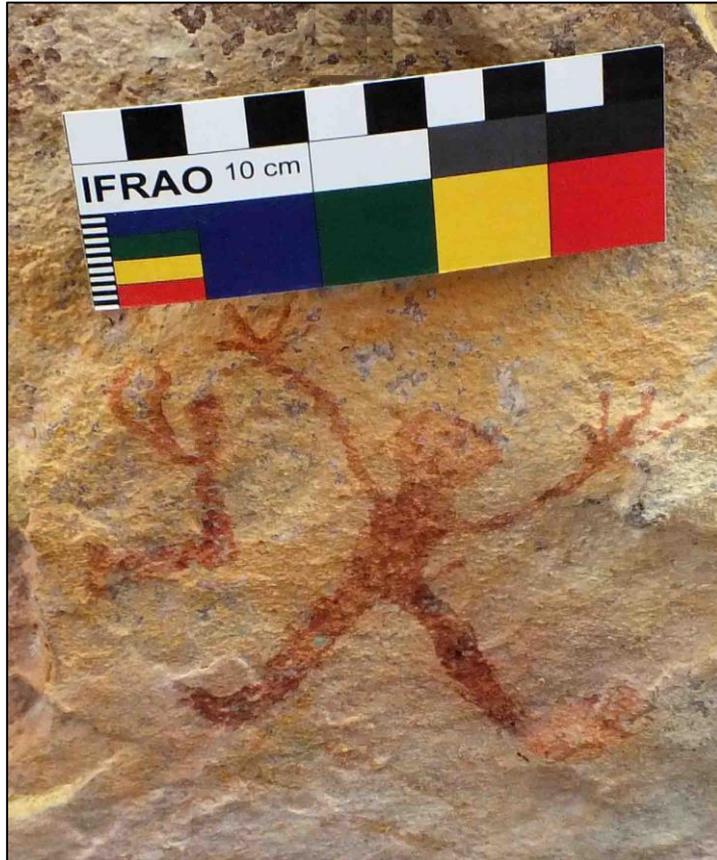


Figura 7. Grafismos 21 e 22. Antropomorfos de perfil lateral e frontal no painel rochoso do sítio. Fonte: Gabriel Oliveira (2018).

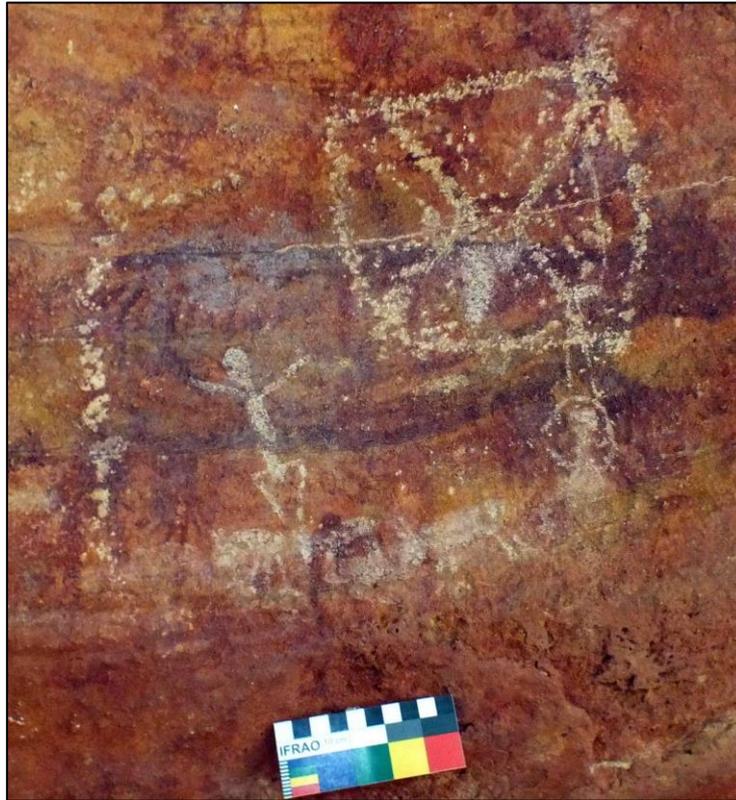


Figura 8. Grafismos 158 a 166. Antropomorfos e ideomorfos de coloração branca no painel rochoso do sítio. Fonte: Gabriel Oliveira (2018).

O conjunto gráfico rupestre do sítio apresenta uma predominância de antropomorfos, totalmente preenchidos, os grafismos 21 e 22 são dois antropomorfos totalmente preenchidos, de perfil lateral e frontal, com os membros superiores e inferiores alongados (ver figura 7). Os grafismos 158 a 166 são um conjunto de antropomorfos e zoomorfos de coloração branca, que se sobrepõem aos grafismos de coloração vermelha (ver figura 8).

Por fim, as pinturas rupestres do sítio estão bastante intemperizadas por conta de agentes naturais, observa-se a ausência significativa de grafismos de contorno aberto com ou sem preenchimento, mas a existência de grafismos de antropomorfos com os membros superiores e inferiores alongados, a pequena miniatura de antropomorfos e grafismos, classificados por Guidon (1991) dentro do conjunto do Complexo Estilístico Serra Talhada em conjunto com o estilo Serra da Capivara, ambos pertencentes à tradição Nordeste de pinturas rupestres. Outro ponto é a existência de grafismos geometrizes de coloração branca que se sobrepõem aos grafismos de coloração vermelha, demonstrando uma cronologia relativa no local.

III- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da pintura rupestre do sítio da Pitombi I pode ser classificado dentro da tradição Nordeste de pinturas rupestres, tendo em vista os elementos estilísticos presentes, especialmente dentro da subtradição Várzea Grande, com a presença de pinturas rupestres do estilo Serra da Capivara e Complexo Estilístico Serra Talhada.

Concluindo, as pinturas rupestres do sítio Toca do Pitombi I demonstram a representação do universo simbólico dos primeiros habitantes do Brasil, que viveram no Parque Nacional Serra da Capivara.

IV- REFERÊNCIAS

IV.1 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEDNARIK, R.; ACHRATI, A.; CONSENS, M.; COIMBRA, F.; DIMITRIADIS, G.; HUI SHENG, T.; MUZZOLINI, A.; SEGLIE, D.; SHER, Y.A. (Eds). *Rock Art Glossary. A multilingual dictionary*. Turnhout: Brepols Publishers, 2003

BEDNARIK, R. G. *Rock Art Science: The Scientific Study of Palaeoart*. New Delhi: Aryan Books International, 2007.

BUCO, E. **Turismo Arqueológico: região do Parque Nacional Serra da Capivara**. São Raimundo Nonato: FUMDHAM, 2011.

CURA, S.; ROSINA, P.; GRIMALDI, S.; OOSTERBEEK, L. Os sítios da Ribeira da Ponte da Pedra e da Fonte da Moitra no contexto das mais antigas ocupações do Vale do Tejo. In: *Identities e diversidade cultural: Patrimônio arqueológico e antropológico do Piauí – Brasil e do Alto Ribatejo – Portugal – Coletânea*. Albuquerque, Marleide Lins; Borges, Síría Emerenciana Nepomuceno (orgs.). Teresina: FUNDAC – CEIPHAR/ ITM, 2013, p.34-48.

FELICE, G.D; GUIDON, N.; MENDES, V.R. A evolução da paisagem no Pleistoceno Superior/ Holoceno na região do Parque Nacional Serra da Capivara. **Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara**. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014, vol.A, p. 68- 87.

GUÉRIN, C.; FAURE, M. Paleontologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara. In: *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014, vol.II-A p.140-168.

GUIDON, N. L'art rupestre du Piauí dans le contexte sudaméricain: une première proposition concernant méthodes et terminologie. 1983. 684 f. *Tese (Doutorado de estado)*. Universidade de Paris I, Paris, 1983 A, V.1.

GUIDON, N. L'art rupestre du Piauí dans le contexte sudaméricain: une première proposition concernant méthodes et terminologie. 1983. 684 f. *Tese (Doutorado de estado)*. Universidade de Paris I, Paris, 1983 B, V.2.

GUIDON, N. *Peintures préhistoriques du Brésil: l'art rupestre du Piauí*. Paris: Editions Recherches sur les civilisations, 1991.

GUIDON, Niède. A Fundação Museu Homem Americano e o Parque Nacional Serra da Capivara: um relato sucinto de quatro décadas de pesquisas. In: *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014 A, vol. A, p.26- 44.

GUIDON, Niède. O Pleistoceno Superior e Holoceno Antigo no Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno: as ocupações humanas. In: *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014 B, vol. II-B, p.444-452.

LAGE, M.C.S.M. A Conservação de sítios de arte rupestre. *Revista do IPHAN*. Brasília, IPHAN, nº 33, p.99-108, 2007.

LAYTON, R. *Antropologia da Arte*. Tradução Abílio Queirós. Lisboa: Edições 70, 2001 A.

LEROI-GOUHRAN, A. *O gesto e a palavra: técnica e linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1964.

MARTIN, G. *A Pré-História do Nordeste*. Pernambuco: Editora UFPE, 2008.

MARANCA, Silvia; MARTIN, Gabriela. Populações pré-históricas ceramistas na região da Serra da Capivara. *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014, vol. B, p.480 – 511.

OGEL-ROSS, L. A noção de Subtradição aplicada a um sítio de arte rupestre pré-histórica. *Caderno de Pesquisa 4: série antropológica III*. Teresina, Universidade Federal do Piauí, p.147-186, 1985.

OLIVEIRA, Gabriel Frechiani de. Similaridades e diferenças no complexo estilístico Serra talhada da tradição nordeste de pinturas rupestres no Parque nacional Serra da Capivara-PI: um estudo de caso. *Tese de Doutorado em Arqueologia*. Laranjeiras: Universidade Federal de Sergipe, 2018.

PESSIS, A.M. Métodos de interpretação da arte: análises preliminares por níveis. In: *Revista Clio História*. Recife: EDUFPE, 1984, v.10, p.99-107

PESSIS, A.M.. Art rupestre prehistorique: Premiers registres de la mise en scene. 1987, 502 f. *Tese (Doutorado de Estado)*. Université de Paris X ,Nanteire, 1987.

PESSIS, A.M. Identidade e Classificação dos Registros Gráficos Pré-Históricos do Nordeste do Brasil. *Revista Clio Arqueológica*. Recife, EDUFPE, Vol.1, Nº 8, 1992, p.35-68.

SANCHIDRIÁN, J.L. *Manual de Arte Pré-histórico*. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2005.

SOLÁ, M.C. Arte rupestre: Imagens da Pré-história. In: *História Pré-Colonial do Brasil*. Ivan Alves Filho (coord.). Rio de Janeiro: Europa Empresa Gráfica e Editora, 2000.

WHITLEY, D. *Introduction to Rock Art Research*. Walnut Creek: Left Coast Press Inc, 2005.

IV.II – REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Ficha do sítio Toca do Pitombi I. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN. Biblioteca da Fundação Museu do Homem Americano: São Raimundo Nonato, 2016.

IV.III – REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

FUMDHAM. Disponível em: <<www.fumdam.org.br>>. Acesso: out, 2013.

GUIDON, Niède. Arqueologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara. *Com ciência*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq10.shtml>>. Acesso em: 14, set. 2003.

O “MACHISMO” NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA OPINIÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA FEMININAS EM PARALELO COM O ESTUDO DA OBRA “A DOMINAÇÃO MASCULINA” DO SOCIÓLOGO PIERRE BOURDIEU.

Gerson de Jesus Monteiro Junior¹⁸⁰

RESUMO: O presente trabalho traz uma análise da obra “a dominação masculina” do sociólogo Pierre Bourdieu, e faz um comparativo entre a Cabília (região onde ocorre o estudo), com as instituições de segurança pública, em relação a diferenciação dos agentes masculinos e femininos, em paralelo foi realizada uma pesquisa de opinião que foi respondida apenas por mulheres que trabalham nas instituições brasileiras de segurança pública, quanto sua perspectiva de desigualdade para com os agentes masculinos, e os resultados demonstram que ainda há muito preconceito e em alguns aspectos fazem analogia à obra em questão.

PALAVRAS-CHAVE: machismo, Bourdieu, Dominação masculina, Segurança Pública

INTRODUÇÃO

As instituições de segurança pública, sejam elas federais, estaduais ou municipais, cada vez mais estão tendo seus cargos ocupados por mulheres, mesmo que a cultura do nosso país associe a profissão principalmente policial à figura masculina.

Mas as mulheres profissionais de segurança pública sofrem preconceito em relação ao gênero? Ou são tratadas de forma diferente?

Em paralelo a esta pesquisa foi realizada análise de literatura em especial à obra do sociólogo Pierre Bourdieu, em seu livro “A dominação masculina” (*La domination masculine*, em francês) que traz um referencial teórico onde o autor realizou uma série de análises visando comprovar qual a causa da dominação masculina, na região da Cabília na Argélia, mas sua aplicabilidade é possível em quase todas as regiões.

Segundo Bourdieu, a sobreposição do sexo masculino sobre o feminino, é algo natural, ocorre de forma inconsciente, porém arbitrária, onde a parte dominadora impõe uma série de fatores estruturais construtivistas que vão lapidando a sociedade e a parte dominada vai mesmo que sem querer, aceitando essas estruturas e a dominação assim é inevitável.

O objetivo deste trabalho é analisar a perspectiva das mulheres agentes de segurança pública, e verificar qual o seu entendimento quanto ao tratamento que elas sentem de alguma forma de desigualdade ou de preconceito devido ao sexo para contextualizar e confrontar os dados coletados e analisados na pesquisa, juntamente com o estudo da obra de Bourdieu, e apontar as principais possíveis causas e semelhanças da pesquisa ora realizada na Cabília pelo sociólogo, e a pesquisa de opinião das agentes de segurança pública da atualidade.

¹⁸⁰ Policial Militar do estado do Paraná, Especialista em polícia legislativa (FACULESTE), Tecnólogo superior em Segurança Privada (Cruzeiro do Sul), Acadêmico de História (UCA). <https://flow.page/gersonmiliko>

A CABÍLIA.

A Cabília é uma província Berbere da Argélia, banhada pelo mar Mediterrâneo, foi dominada pela França até 05 de julho de 1962, foi a região escolhida por Pierre Bourdieu em sua pesquisa para escrever o livro “A dominação Masculina”, porém qual motivo se deu para Bourdieu utilizar esse recorte de tempo e espaço?

Temos duas justificativas: primeiramente devido a Argélia ter sido dominada pela França antes de sua independência, o que faz com que uma grande parte da população fale o francês.

O segundo fator é o fator estratégico devido a Cabília, em especial ser uma região que fica as margens do mar mediterrâneo e ser um local comercial, ou seja, devido se tratar de região portuária, onde muitas mercadorias chegavam e saíam em navios, também muitas pessoas de diferentes partes do mundo passavam pela região, tornando a Cabília uma grande mistura de culturas. Conforme Figura 01.

FIGURA 01- MAPA DA CABÍLIA.



FONTE:(AMMOUR, 2012)

O País é predominantemente islâmico, e sua cultura é extremamente “machista”, a mulher é vista de forma inferior ao homem, onde o simples fato de um homem estar utilizando uma vassoura, é visto como um desrespeito.

Ocorre segundo a obra de Bourdieu, uma relação binária, ou seja, o homem de um lado e a mulher de outro, como sendo opostos, e culturalmente no local escolhido para a pesquisa, é muito bem especificado pela sociedade berbere atividades exclusivamente masculinas.

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. (BOURDEU, 2002 p.41).

Por outro lado, a obra do sociólogo francês também traz alguns exemplos do outro lado da relação binária onde demonstra algumas atividades exclusivamente femininas, de forma que seria inadmissível um homem realizar uma tarefa de mulher, é extremamente vergonhoso para o povo argelino.

As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, veem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, [...] (como arrancar as ervas daninhas ou fazer a jardinagem), com o leite, com a madeira e, sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes. (BOURDEU, 2002 p.41).

Lembrando que esse conceito é baseado na cultura da Cabília, onde existe uma relação binária onde de um lado os homens são reacionados à tudo que é positivo enquanto que as mulheres são culturalmente relacionadas com tudo que é negativo, conforme podemos ver na imagem abaixo retirada da obra de Bourdieu.



(FONTE: Sinóptico de Bourdieu.2002 .p.14)

Machismo estrutural ou violência simbólica.

Bourdieu através de sua obra, percebeu que as relações de dominação do gênero masculino para o feminino ocorrem de forma simbólica, ou seja, quando o machismo é tratado como uma estrutura da sociedade, como se a própria sociedade alimentasse essa cultura, seja ela proposital ou não intencional.

Temos que registrar e levar em conta a construção social das estruturas cognitivas que organizam os atos de construção do mundo e de seus poderes. Assim se percebe que essa construção prática, longe de ser um ato intelectual consciente, livre, deliberado de um "sujeito" isolado, é, ela própria, resultante de um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar etc.) que o tornam sensível a certas manifestações simbólicas do poder. (BOURDIEU, 2002, p.53).

O machismo estruturalista construtivista de Bourdieu, sugere que a dominação que ocorre por parte do sexo masculino, é percebido nos dias atuais, mesmo quando se usa qualquer generalização de uma classe, por exemplo "os policiais" ou "os médicos" sempre se é falado no gênero masculino, e isso não é visto como machismo

nem sexismo, ocorre de forma natural e inconsciente, é aceito em tese pela classe dominante e a classe dominada, devido esse formato é chamado de construtivista, por ser construído ao longo dos anos, pelos diversos fatores da sociedade.

Nicole-Claude Mathieu foi, sem dúvida, quem levou mais longe, em um texto intitulado "Da consciência dominada", a crítica da noção de consentimento que "anula quase toda responsabilidade da parte do opressor" e "na realidade joga uma vez mais a culpa sobre o oprimido(a)"; mas, por não abandonar a linguagem da "consciência", ela não levou a cabo a análise das limitações das possibilidades de pensamento e de ação que a dominação impõe aos oprimidos e da "invasão de sua consciência pelo poder onipresente dos homens". (BOURDIEU, 2002, p.54).

Ainda traz um conceito de Violência simbólica, devido as diferenciações relativas ao sexo sejam aceitas de forma pacífica pelas mulheres, devido ser algo já enraizado ao longo das gerações, mesmo quando é percebido que há uma diferenciação preconceituosa e mesmo discordando desse formato, é uma questão como o próprio Bourdieu diz, inevitável, irresistível, e tem por característica a incapacidade de mudar a cultura.

METODOLOGIA CIENTÍFICA.

Foi realizada uma pesquisa de opinião através do *Google Forms*, respondido por mulheres que trabalham na Polícia Militar, Guarda Municipal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Departamento Penitenciário.

O questionário de foi realizado de forma anônima, porém foi coletado endereços de e-mail afim de garantir que cada participante respondesse apenas uma vez a pesquisa, foram 05 (cinco) questões que permitiu assinalar apenas uma alternativa em cada pergunta, todas relativas a percepção do machismo nas instituições de segurança pública.

Em paralelo com a pesquisa de opinião foi contextualizada com a obra "A dominação Masculina" do sociólogo Pierre Bourdieu, afim de testar algumas de suas hipóteses referentes a sociedade Argelina da Cabília, e verificar se os resultados ou os conceitos ainda podem ser aplicados nos dias atuais em paralelo com a análise da predominância masculina na segurança pública do Brasil.

A profissão de Segurança Pública é naturalmente "machista"?

Primeiramente foi perguntado se as entrevistadas acreditam estar ou não em uma profissão "machista" ou dominada por homens, onde 87% acreditam que suas instituições são machistas, enquanto que 13% das entrevistadas acreditam que não.

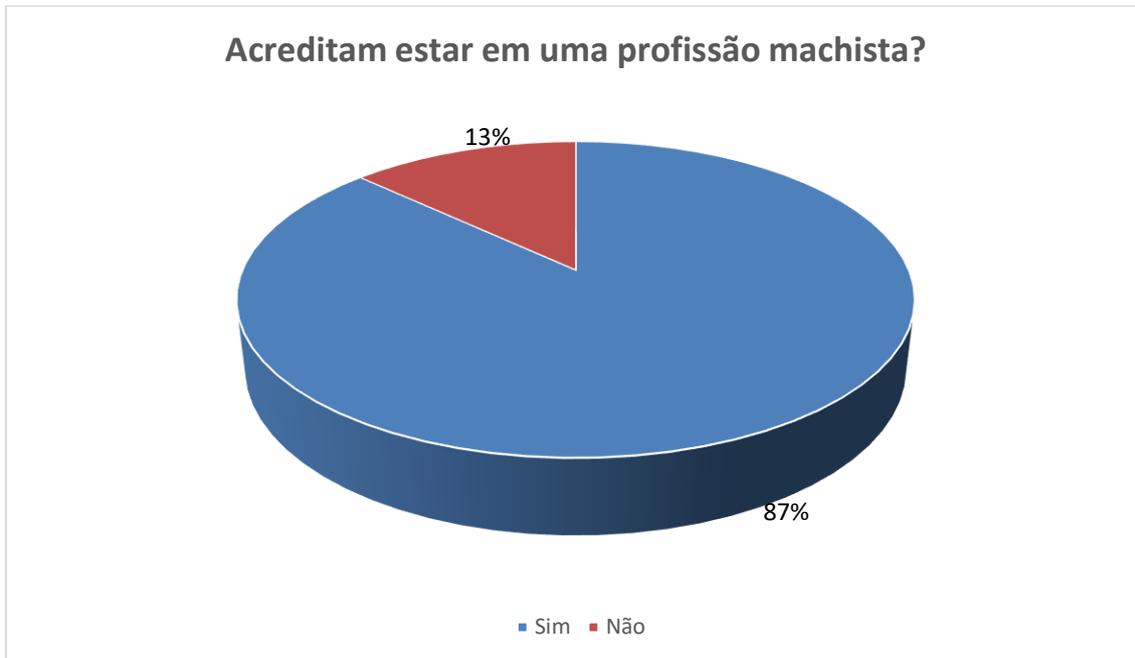


Gráfico 01: Elaborado pelo autor.

Em analogia podemos comparar a Cabília com os órgãos de segurança pública do Brasil, predominantes constituídos por homens e mesmo nos dias atuais, com a grande massa de mulheres ocupando cargos que historicamente fora ocupado por homens, estruturalmente a dominação masculina sobre o sexo feminino ainda é muito forte.

É mais difícil para uma mulher ser profissional de segurança pública?

Questionamos as entrevistadas se é mais difícil para a mulher ser profissional de segurança pública do que para os homens, onde 82% responderam que sim e 18% acreditam não ser mais difícil para a mulher.

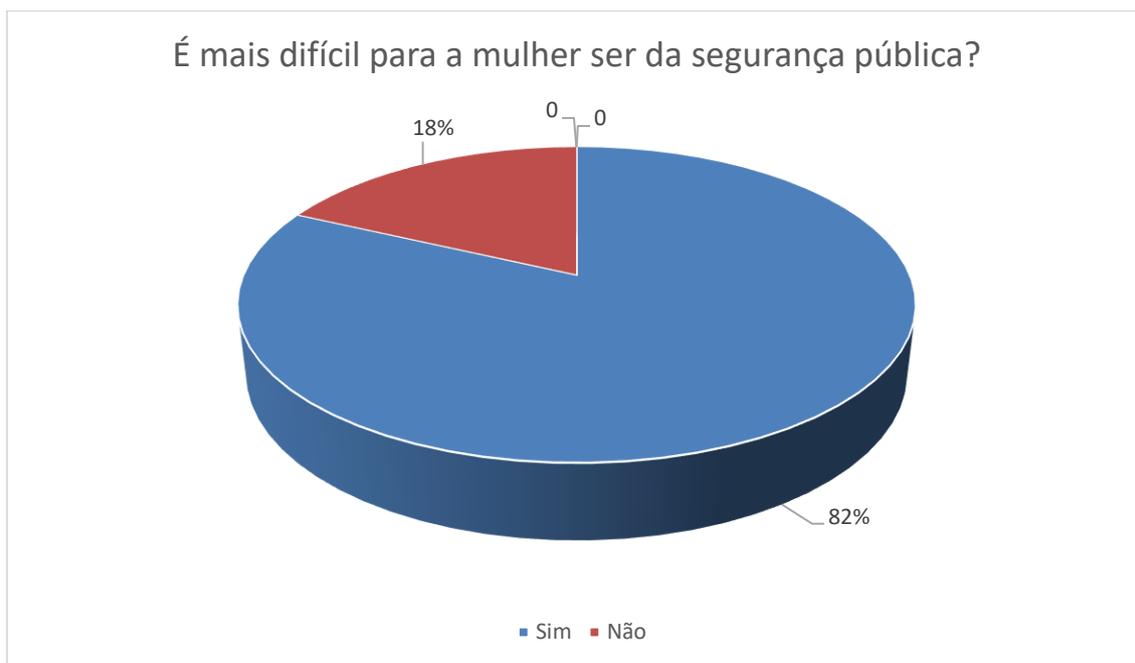


Gráfico 02: Elaborado pelo autor.

Quantitativamente nas forças de Segurança Pública, as mulheres são minorias, e uma das possíveis razões do preconceito para com as profissionais femininas também é devido essa desigualdade numérica, a exemplo de outra profissão onde a maioria sejam mulheres, os homens também sofrem preconceito por ser popularmente na nossa cultura, “coisa de mulher”, como por exemplo a profissão de manicure, um homem nessa profissão também sentiria um tratamento preconceituoso.

Não há como comparar as duas profissões uma vez que a segurança pública teve uma grande evolução no quesito igualdade de gênero.

As mulheres são minoria em todas as forças de segurança no Brasil. Na Polícia Militar, que hoje tem um efetivo de 417 mil policiais espalhados por todo o país, as mulheres compõem apenas 11% das tropas. Na Polícia Civil, a participação feminina é consideravelmente maior: elas somam 28% do efetivo de 117 mil policiais civis. (AMOROZO; et al, 2020).

Na presente questão foi perguntado as entrevistadas se por algum motivo sente que é tratada de forma preconceituosamente inferior em relação à um profissional masculino da instituição em que as respondentes fazem parte onde 65% respondeu se sentir tratada de forma inferior enquanto que 35% acreditam que são tratadas com igualdade.

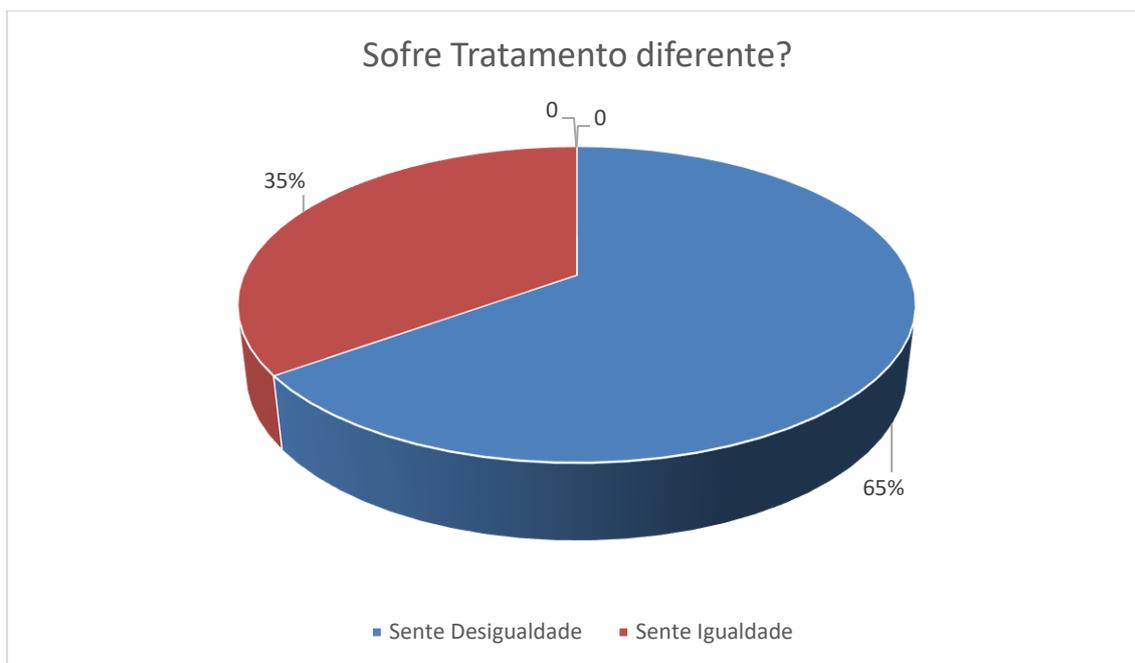


Gráfico 03: Elaborado pelo Autor.

Claramente a maioria das profissionais femininas de segurança pública sente que são tratadas de forma diferenciada, inferior aos profissionais masculinos.

Para Bourdieu: “A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado[...]” (2002. p.17) ou seja essa diferença de tratamento mesmo que não ocorra intencionalmente, já era percebido pelo sociólogo em seu estudo da Cabília, e é tão atual que é percebido por 65% das mulheres entrevistadas.

Esse preconceito ocorre de forma proposital ou inconsciente?

Na quarta questão foi perguntado quanto à forma que esse preconceito ocorre, dentro da instituição, 28% acreditam que o tratamento desigual ocorre de forma proposital, 67% acredita que o tratamento desigual ocorre de forma natural e inconsciente, e apenas 6% acreditam que isso não ocorre.

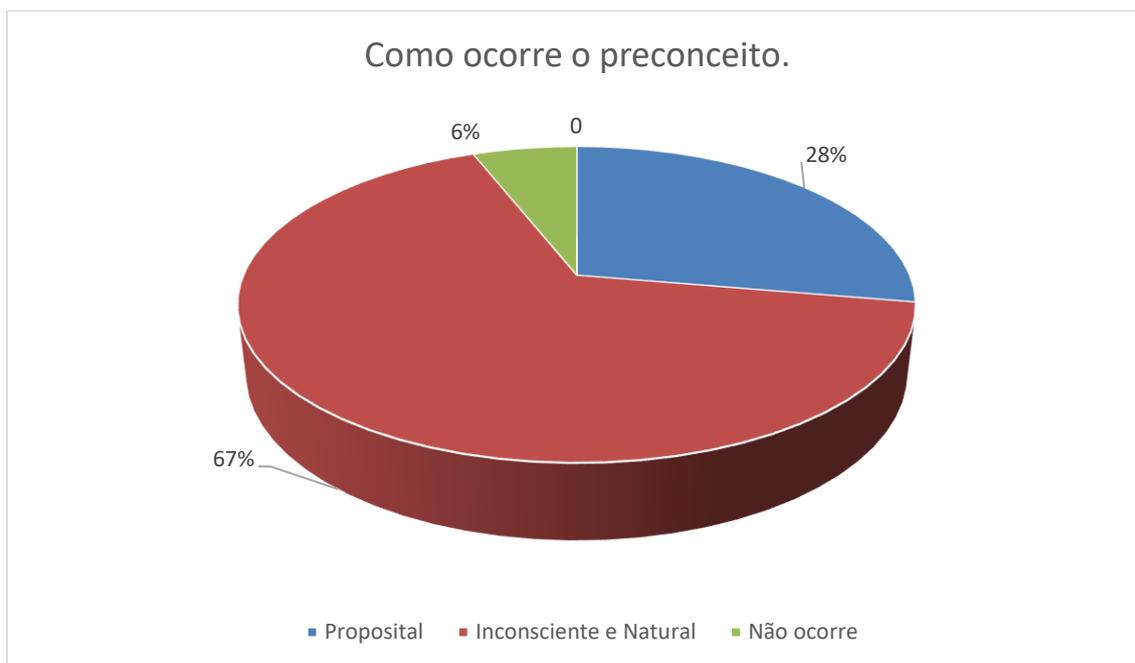


Gráfico 04: Elaborado pelo autor.

A maioria das entrevistadas acreditam que o machismo é estrutural confirmando a hipótese de Bourdieu, ou seja, que a cultura de supremacia masculina sobre o sexo feminino dentro das instituições de segurança pública ocorre, segundo a perspectiva delas, de forma inconsciente onde, tanto os homens quanto as mulheres, mesmo que percebam que isso ocorre, não tem o poder de mudar essa cultura, é como um círculo vicioso onde todas as decisões e comportamentos dos agentes envolvidos, contribuem de forma natural para a construção dessa realidade e a manutenção da mesma.

Quais as possíveis causas desse tratamento desigual?

Nesta questão foi indagado quanto à possível causa de ocorrer esse tratamento desigual em relação ao sexo feminino, 56% acreditam ser reflexo da cultura do país, 31% acreditam ser ocasionado devido cultura exclusiva da instituição, e apenas 13% acreditam ser devido comportamento individual.

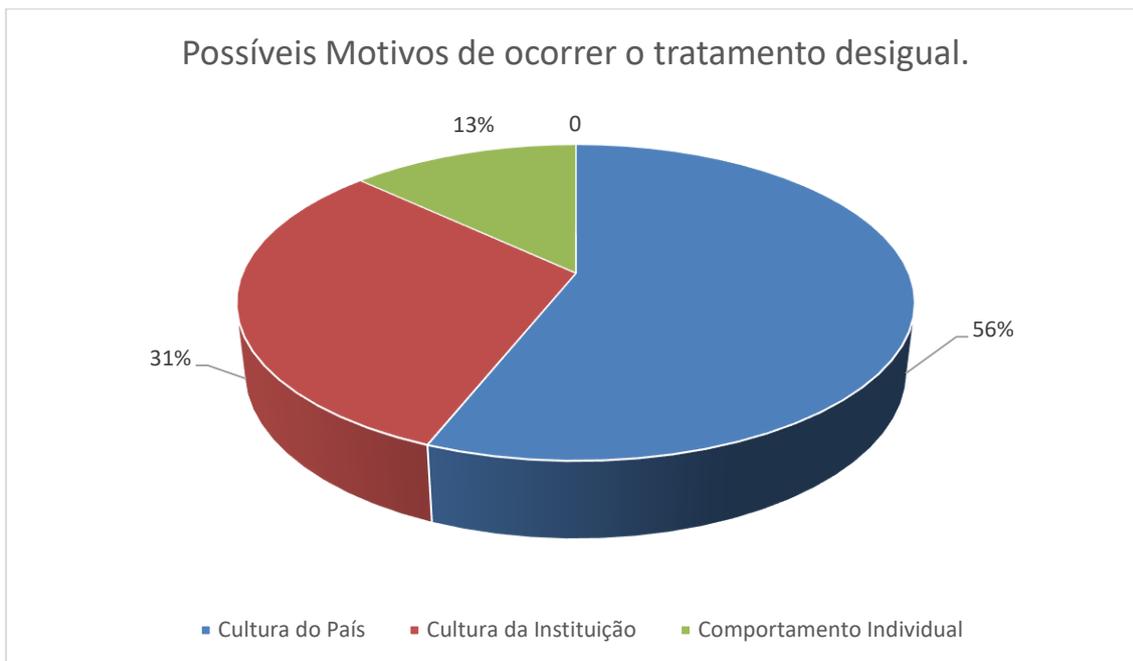


Gráfico 05: Elaborado pelo Autor.

A maior parte das entrevistadas acreditam que o machismo nas forças de segurança pública é um reflexo da cultura estruturada na sociedade brasileira, uma vez que os agentes em questão também são cidadãos oriundos dessa sociedade, uma outra parte das entrevistadas acreditam ser uma cultura exclusiva da instituição a qual pertencem, e apenas 6% dos entrevistados acreditam não ocorrer esse machismo em sua instituição.

COMENTÁRIOS

Foi disponibilizado um campo para as entrevistadas, onde de maneira não obrigatória permitiu a postagem de um comentário sobre o tema, a grande maioria das entrevistadas trouxe uma discussão onde segundo elas, geralmente a profissional feminina, sofre o preconceito em relação ao cunho sexual, onde geralmente é lhes imputado conseguir algum cargo ou função apenas por ser mulher.

No comentário abaixo de uma policial feminina obtido de forma anônima através do Google Forms, pode se notar que o sentimento de desigualdade entre agentes femininos e masculinos ainda é bem grande, mas se fizermos uma análise retroativa podemos verificar uma evolução em direção a igualdade e equiparação de gênero.

“Entendo que há um preconceito institucionalizado, assim como há um racismo institucionalizado, não se vê um cenário diferente para esta tratativa envolvendo a questão de gênero. Iremos evoluir como nação e conseqüentemente na área de segurança pública quando cada vez mais mulheres conquistarem seu espaço, e creio ser uma questão a médio ou longo prazo”. (COMENTÁRIO ANÔNIMO DE ENTREVISTADA)

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens)[...]

reproduzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, [...] e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais), poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina (BOURDIEU, 2002 p.139).

O comentário a seguir é anônimo e de outra entrevistada e também representa um desabafo mas com esperança de que a cultura está sendo mudada.

“A Polícia Militar desde os primórdios, foi criada com bases machistas, pois antigamente era dominada por homens, demorando muitos anos até que mulheres pudessem ter o direito de ingressar na corporação. Acredito que até hoje tenha ainda alguns resquícios dessa cultura machista, pois a pouco tempo, não era permitido que mulheres exercessem alguns cargos ou participassem de grupos táticos na Polícia Militar.[...] Nós mulheres estamos mostrando que podemos sim chegar onde quisermos e fazermos tão bem ou até melhor tudo o que os policiais masculinos fazem!” (COMENTÁRIO ANÔNIMO DE ENTREVISTADA)

“Qualquer cargo que a policial feminina ocupação podese por mérito, sempre é julgado como mérito sexual chega adar nojo”. (COMENTÁRIO ANÔNIMO DE ENTREVISTADA).

Este último comentário contextualiza exatamente com a doutrina de Bourdieu, onde ele demonstra em sua pesquisa a forma preconceituosa que a mulher na província da Cabília é discriminada até pelas relações sexuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, mesmo que o machismo nas instituições de segurança pública seja institucionalizado e estruturado de forma de sua maioria inconsciente e despropositadamente, cabe ressaltar que o sexo do agente em nada influencia em sua performance muito menos na sua competência como atividade de segurança pública, que o presente trabalho teve apenas a proposta de comparar a pesquisa atual realizada com a obra de Bourdieu e concluímos que sua doutrina e o conceito de “habitus” se aplica mesmo nos dias atuais e em outro campo de aplicação.

Após a coleta dos dados de pesquisa, e a análise metodológica referente as respostas das mulheres entrevistadas, podemos verificar que as forças de segurança pública, são em sua maioria constituídas por homens, e devido principalmente à quantidade de profissionais masculinos em relação à quantidade de profissionais femininos, potencializa-se a prática machista ou discriminatória mesmo que inconsciente e já estruturada nas instituições.

A obra de Pierre Bourdieu, “A dominação Masculina” subsidiou a discussão e nos permitiu comparar as instituições de segurança pública com a província berbere chamada Cabília, na Argélia, mesmo com um lapso temporal gigantesco, a pesquisa do sociólogo francês não poderia ser mais relevante e atual, uma vez que se pode verificar grande semelhança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AMOROZO, MARCOS; MAZZA, LUIGI; BUONO, RENATA. POLÍCIA CIVIL TEM MAIS QUE O DOBRO DE MULHERES QUE A PM, PROPORCIONALMENTE: Fonte: IBGE. **Folha de S.Paulo**, Piauí, ano 2020, n. 01, 31 dez. 2020. igualdades=, p. 1. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/policia-civil-tem-mais-que-o-dobro-de-mulheres-que-pm-proporcionalmente/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

AMMOUR, LAURENCE AÏDA. **Cooperação em Questões de Segurança Regional no Magreb e no Sahel**: a Ambivalência Fundamental da Argélia. 01. ed. Washington, DC: NDU PRESS, 2012.

MAPA DA CABÍLIA. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/139742/ASB18Final_POR.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**: traduzido por Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 78 p. ISBN 85-286-0705-4.

REGIÃO PLATINA: A ORGANIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DE UM ESPAÇO CULTURAL SUPRANACIONAL ARGENTINO-BRASILEIRO-URUGUAIO

Henrique Pereira Lima¹⁸¹

Resumo: O Prata, expressiva parcela do continente sul-americano, pode ser alcançado a partir de diferentes critérios, os quais comumente oscilam entre unificação e fragmentação do espaço, da história e da cultura. Nesse sentido, a região platina é apreendida como um espaço supranacional onde, apesar do estabelecimento de diferentes sistemas de desenvolvimento sociocultural por Espanha e Portugal ou pelos atuais Estados argentino, brasileiro e uruguaio, ainda evidencia características que o marcam como um espaço de trabalho e elaboração cultural que ultrapassa os limites das historiografias nacionalistas.

Palavras-chave: Cultura. Fragmentação. Historiografia Nacionalista. Região Platina. Supranacional.

Considerações iniciais

Sobre o espaço platino, localizado no Cone Sul Americano, há uma vasta bibliografia. Diferentes áreas do conhecimento, tal como a História, a Geográfica, a Literatura, o Folclore, entre outras, intentaram definir esta região, de modo a tornar sua delimitação dependente do tipo de recorte que a pesquisa em curso aplica. Por isso, este território é considerado, ao mesmo tempo um:

[...] Espaço uno e múltiplo (SUERTEGARAY, 2001), conceito maior que abarca distintas categorias operacionais como paisagem, ambiente, território, lugar. Conceituá-lo de espaço platino permite admitir que existem diversas dimensões geográficas em um mesmo recorte, ainda que a sobreposição não seja perfeita (PANITZ, 2010 pg. 20).

Este território cultural multifacetado, onde historicamente diferentes interesses e grupos desenvolveram relações ora amistosas ora bélicas lhe confere um aspecto de “multiplicidade”, ao mesmo em que também apresenta elementos que lhe atribuem significativa unidade, através de critérios que contam com relativa estabilidade no tempo, no espaço e nos modelos produtivos que aí tiveram assento. Alguns são de ordem natural, oferecidos pela geografia física e humana; outros oferecidos pela história, sociedade e cultura que neste espaço se desenvolveu ao longo período colonial latino-americano e mesmo após o processo de independência dos atuais Estados que detêm os fragmentos desta região, como é o caso da Argentina, do Brasil e do Uruguai.

¹⁸¹ Graduado em História pela Universidade de Cruz Alta – RS. Mestre em História pelo PPGH da Universidade de Passo Fundo - RS. Professor de História da Rede Pública Municipal de Palmeira das Missões. Pesquisador sobre identidades culturais locais e regionais. E-mail: henriqueplima@yahoo.com.br.

O rio da Prata e o pampa marcam a região Platina. O grande Rio da Prata formado por expressivos caudatários que fazem parte da formação histórica da Argentina, do Brasil e do Uruguai dá nome ao território, em vista de sua importância geopolítica. O bioma predominante é o pampa¹⁸² (que se espraia para além dos limites teóricos da Região Platina) é igualmente relevante neste contexto, ao favorecer desde a época colonial, o desenvolvimento de atividades econômicas primárias, pautadas na criação de gado e produção saladerial (produção de charque em unidades denominadas saladeiros ou charqueadas), tanto na Argentina, quanto no Brasil e no Uruguai. Nesse sentido, esta espacialidade é lugar de desenvolvimento de práticas, trabalhos e formas de apropriação do território específicas, de modo que constituem um perfil cultural, comum às três nações já mencionadas. Assim, o Prata, através do seu aspecto natural, “o pampa, pela sua construção histórica nas representações sociais, é uma paisagem cultural – esteve há muito no temário da cultura regional” (PANITZ, 2010 pg. 24, 25).

Neste espaço dominado pelo pampa, as fronteiras entre os impérios coloniais ibéricos em um primeiro momento, e os conflitos entre as nações independentes em um momento posterior, igualmente contribuíram ao lado dos rios navegáveis, do pampa que não conhece limites políticos e das atividades econômicas similares a diferentes dimensões da Região para tornar as fronteiras porosas e os limites políticos abstratos. E, desta condição, se originou uma cultura, marcada por pontos de similitudes econômicas e sociais, entre as populações argentinas, brasileiras (através do Rio Grande do Sul) e do Uruguai.

Deste modo, o dimensionamento da Região Platina através de suas características naturais (mas não em caráter determinista) e de sua estrutura histórica e cultural, revela a existência de um diálogo entre espaço e sociedade ao longo do tempo.

A Região Platina como totalidade

A região Platina corresponde a uma relevante parcela da América do Sul. Diz respeito a diferentes Estados que contemporaneamente exercem sua soberania sobre as parcelas deste território, que lhes couberam no processo de independência das antigas colônias hispânicas e lusas no continente ao longo do século XIX. É esse passado *supranacional* da região que lhe outorga “[...] uma literatura vasta, das mais

¹⁸² Sobre o pampa, que domina a Região Platina, temos que consiste em uma “[...] unidade de paisagem [que] foi, e é, o horizonte de vida das populações que ali reproduziram sua história, desde os ameríndios até as sociedades da contemporaneidade. Neste sentido, foi sobre essa paisagem que se desenvolveu uma cultura particular, com ênfase na miscigenação das colonizações lusas e castelhanas, da presença africana, dos ameríndios (dizimados quase na totalidade) e mais tarde de outras sociedades como a italiana. Essa paisagem é identificada por inúmeros pesquisadores como uma região” (PANITZ, 2010 pg. 23).

diversas áreas, científicas ou não, que se referem a uma unidade geográfica onde as fronteiras políticas, outrora móveis, deixaram marcas culturais que perduram até hoje em ambos os lados das nações [...]” (PANITZ, 2010 pg. 20).

O espaço platino reúne critérios naturais e humanos, os quais em sua relação sustentam a definição “região”. É um espaço cujo “[...] quadro natural é representado pelo Pampa [...]” (PANITZ, 2010, p. 21) no qual se desenvolveu uma pujante economia pastoril, pautada na criação de gado e na produção de charque. Também o rio da Prata marca profundamente este contexto: com importância geopolítica, era a porta de entrada para o interior da América do Sul, caminho mais viável para integrar diferentes pontos do continente a diferentes pontos do mundo, através da navegação. A dimensão humana, conjugada com os critérios naturais e seus desdobramentos econômicos, também desempenha importante papel na definição desta região, pois “[...] sua formação social com raiz colonial, onde o caráter móvel da fronteira e, mais adiante, a própria cultura fronteiriça, se fizeram características bem marcantes” (PANITZ, 2010 pg. 20).

A partir deste cenário, oferecido por critérios geográficos, históricos e culturais, pode-se considerar a Região Platina como uma unidade, embora sobre ela pese a força dos limites políticos emanados pelas diferentes Soberanias Estatais que detêm suas parcelas. A unidade possível, portanto, não parte de fundamentos políticos, mas sim, parte *a priori*, do pressuposto sociológico, histórico e cultural, onde o aspecto humano e social desempenham importante papel, e que assim, possibilita que a Região do Prata possa ser apreendida:

Como uma totalidade [...] [entendendo] que as relações sociais estão fundamentadas em experiências concretas, vividas pelos homens, as quais fazem deles produtores de cultura. [...] Ela, pois, é entendida como resultante das relações de domínio, de submissão ou de resistência que expressam os permanentes conflitos que caracterizam as relações sociais (REICHEL, GUTFREIND, 1996, p. 13).

A totalidade do Prata enseja a existência de aspectos comuns em diferentes pontos desta totalidade; o trabalho, neste processo construtivo, desempenha importante tarefa, ao semear e consolidar métodos, sistemas e tendências em diversos recantos do espaço, unificando, ou pelo menos estabelecendo similitudes sociais e culturais. E, nesse sentido, “o espaço geográfico tornou-se histórico, obra do trabalho e morada do homem. [...]. A sociedade que é quem organiza tais espaços, e estes expressam uma combinação de capital, trabalho, de tecnologia e de realizações humanas” (REICHEL, GUTFREIND, 1996, p. 13). A experiência social humana em um espaço, portanto, constrói e é construída pelas relações estabelecidas no âmago da sociedade que se forma, tanto entre os indivíduos, quanto nas formas como estes se apropriavam do território.

A Região Platina como um recorte

Geograficamente, a Região Platina pode ser apreendida através de diferentes conceitos, tanto geográficos quanto históricos ou sociológicos, os quais nem sempre

farão coincidir os limites de seus recortes. Assim sendo, torna-se imperativo a explicitação da dimensão do território que se busca pôr em tela. Este compreende o rio da Prata e seus rios afluentes mais imediatos (pois a rede hidrográfica da Bacia Platina constitui-se em um amplo sistema, com grande capacidade de interiorização pelo continente); compreende igualmente a parcialidade do pampa que circunda este sistema hidrográfico. Referimo-nos, assim, ao espaço platino como aquela região submetida à influência cultural e socioeconômica do rio da Prata e seus tributários mais imediatos.

Esta delimitação, deste modo:

[...] Se estende desde o rio Salado, ao sul de Buenos Aires, delimitando-se a noroeste pelas regiões que ficam ao norte do Rio Negro (Uruguai), até o rio Jacuí (RS) ou até defrontarem-se com outras formas de organização social que se desenvolviam junto aos territórios jesuíticos e às áreas centrais de dominação portuguesa. Dois fatores naturais caracterizam fortemente a Região. O primeiro deles é a terra fértil, plana, com abundante pasto, além de açudes que favorecem a multiplicação de rebanhos vacuns e cavalares. O outro é o rio da Prata que, ao ligar o Atlântico à zona de mineração de prata (Potosi), exerceu um papel centralizador para a Região em si, bem como foi capaz de integrá-la às outras áreas circunvizinhas (REICHEL, GUTFREIND, 1996, p. 13).

Esta definição se constituiu em relevante referencial a respeito das delimitações da Região, ao indicar referenciais observáveis no espaço contemporâneo, através dos rios Salado (Argentina), Negro (Uruguai) Jacuí (Brasil). Estes pontos de referência da geografia física são complementados pelos aspectos humanos: as outras formas de apropriação social do espaço empreendidas por portugueses e espanhóis no contexto do Cone Sul Americano (espaço missionário e os espaços onde a ocupação lusitana era absoluta).

Os rios e o pampa são elementos constitutivos da unidade deste cenário, que serviu de palco tanto à Espanha quanto a Portugal, tanto às colônias quanto aos atuais Estados que aí tem lugar. Os momentos de divergência e de convergência, entre outras vias, tiveram nestes dois elementos a sua via de expressão, fomentando o desenvolvimento de formas culturais, perspectivas sociológicas que resistiram a todos os momentos de convulsão militar e política que embalaram os Estados (tanto os imperialistas ibéricos, quanto os atuais Estados). É importante considerar que mesmo com as independências:

[...] Permaneceram os elementos da instância cultural que, por ser a mais íntima dos ser humano, é também a que mais dificilmente é destruída. Não podemos esquecer, contudo, que ela se estruturou a partir de uma realidade concreta e da dinâmica de uma formação social gerada na sua relação com o espaço geográfico (REICHEL, GUTFREIND, 1996, P. 14).

A foz do rio da Prata de certa forma deu uma voz uníssona à esta região por longo tempo, sendo ponto crucial aos interesses dos Estados Imperialistas e aos Nacionais, por sua importância como via de acesso do mundo interno ao externo da América do

Sul, e vice-versa. O sistema fluvial (Bacia Platina) que abrange esta região extrapola os limites dos Estados por ela banhados, para constituir um sistema supranacional, de longo alcance físico, bem como de importância socioeconômica e histórica.

O pampa, ao lado do sistema hidrográfico do Prata desempenha importante papel econômico, cultural e exerce expressiva influência no imaginário social e na construção da identidade regional. Neste sentido, o pampa se apresenta com “[...] sua frente lisa e aveludada, infinita, sem limite conhecido, sem acidente notável: é a imagem do mar na terra” (SARMIENTO, 1996, p. 23). Este elemento inspirou a produção histórica e cultural dos três países:

Seja na literatura (José Hernandez, Jorge Luís Borges, Simões Lopes Neto, Cyro Martins, entre tantos outros) na pintura (Pedro Weingärtner, Iberê Camargo, Plínio Bernhardt), na música [...]; e ainda nos hábitos, nas expressões cotidianas, na culinária, sendo o chimarrão e o churrasco duas manifestações que são comumente associadas a essa paisagem. Inclusive, até na constituição do olhar baseado na experiência de abertura ao horizonte, que frequentemente é evocado nas representações literárias e até jurídicas / normativas. (PANITZ, 2010 pg. 25).

O pampa, através de sua extensão e da ausência de acidentes geográficos intransponíveis, colaborou para a formação de uma sociedade convergente, na qual os limites dos Estados sempre foram abstrações, quando não ignotos, o que favoreceu o nascimento de uma cultura que não conhecia (ou não respeitava) os limites impostos pelos ditames da política – como os gaúchos.

Por isso, pode-se dizer que o sujeito histórico que aí surge - “o gaúcho e sua cultura nasceu e se desenvolveram nas campanhas do Rio Grande do Sul, do Uruguai e da Argentina. Para ele, o pampa não tinha fronteiras” (REICHEL, GUTFREIND, 1995, p. 57). De forma mais precisa, pode-se indicar que a própria Região Platina é uma FRONTEIRA. Fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai, território poroso, onde os limites impostos pelos decretos e acordos diplomáticos entre os Estados se diluem. Esta postura colaborou para a manutenção de um mesmo sistema cultural, oriundo de um modelo produtivo baseado na produção pecuária.

A cultura e a sociedade deste território são construções que resistiram aos processos de independência e fragmentação, mesmo que tenham assumidos feições “nacionalizadas”, quando cada Estado que deteve para si uma parcela do território, se esforçou para integrar sua parcela ao seu processo histórico central.

Por isso, na interpretação deste cenário, destaca-se o fato de que o mesmo se espalha por diferentes Estados Nacionais (Brasil, Argentina e Uruguai). É, portanto, uma região supranacional, na qual, há aspectos culturais e históricos que não podem ser analisados de forma isolada, sob a perspectiva do Estado Nacional e sua historiografia nacionalista, sob pena de impedir que a luz necessária pare sobre o objeto em questão, iluminando-o apenas alguns tons de seu espectro.

O gaúcho, classe social do período colonial e pós-colonial, é um exemplo deste imperativo. Presente na Argentina, Brasil e Uruguai, tanto em termos históricos quanto culturais e indenitários:

Chama a atenção, desde logo, o fato de que a bibliografia disponível, seja ela argentina, uruguaia ou brasileira, termina por ser essencialmente a mesma [...] referente a um tipo humano que, surgido a partir do século XVII, desenvolve-se e se afirma no século seguinte e constitui-se como centro das atividades produtivas ao longo do século XIX (HOHLFELDT, 2006, P. 21).

As histórias nacionalistas produzidas em largo espaço de tempo sobre o Prata, sobretudo no período seguinte às independências da Argentina, do Brasil e do Uruguai desenvolveram um olhar limitado ao seu próprio território, buscando evidenciar aspectos pretensamente indicados como exclusivos. Contudo, apesar deste esforço, uma força convergente na historicidade e formação social deste espaço resistiu.

A produção historiográfica, seja ela feita no Brasil, Argentina ou Uruguai, acerca da formação social e sistema produtivo da região, apesar de construída de forma mais expressiva em parciais nacionais, denota uma aproximação cultural e histórica entre estas parciais. A bibliografia, bem como a produção historiográfica desenvolvida, ainda que em perspectivas nacionalizadas, apontam às relações existentes entre os países, através do processo histórico que tiveram espaço junto à Região Platina. E, neste sentido “a imagem do gaúcho tem sido apresentada como símbolo das nacionalidades argentina e uruguaia, bem como do regionalismo rio-grandense. Esse aparente paradoxo talvez seja prova irrefutável e concreta da integração que existe entre os países do Prata” (REICHEL, GUTFREIND, 1995, p. 57), mensuram que o período colonial desta Região inaugurou uma dinâmica social comum, que exerceu uma mesma força sobre a população presente neste espaço, sobremaneira quando se toma em perspectiva a fluidez das linhas de divisa entre as colônias ou os Estados.

É claro que, dada a dimensão desta região, há elementos que particularizam as práticas econômicas (a pecuária) e comportamentos entre as populações de diferentes pontos da região. Mas, estas são “[...] pequenas modificações entre os muitos representantes do tipo social [...] não são tão essenciais que signifiquem outro tipo, e sim, no máximo, variação sobre aquela mesma humanidade” (HOHLFELDT, 2006, p. 21) de maneira a evidenciar o aspecto de unidade do território através de elementos geográficos e humanos.

Caracterização do espaço platino

A Região Platina ao ser mensurada, apresenta aspectos peculiares em seu aspecto físico e configuração social. Por isso, pode ser definida, assim como ocorre com o pampa, “[...] tanto por uma paisagem natural como cultural” (PANITZ, 2010 pg. 25). Essa condição evidencia a ligação umbilical que a Ciência geográfica possui com os elementos humanos, ou seja: “[...] o objeto da geografia crítica tornou-se a produção humana nos espaços e o uso da mesma pela sociedade. Com este sentido, privilegiou a organização do espaço terrestre no modo de produção capitalista” (REICHEL, GUTFREIND, 1996, p. 12). A análise desta espacialidade passa, portanto, também pelo desenvolvimento do capitalismo em expansão. Este modo de produção foi um dos fatores que conectaram a América Colonial ao mundo metropolitano por

um lado e, por outro, ao se abater sobre o Prata, impôs modelos produtivos, formas de apropriação da terra e formas de desenvolvimento social e econômico similares, independente se os detentores do poder político fossem lusitanos, espanhóis, ibero-americanos.

A compreensão do fenômeno social no espaço deve ser, portanto, ligado às relações humanas com o ambiente e às forças visíveis e invisíveis que sobre eles agem. Isso, porque, o trabalho do homem altera o meio, ao mesmo tempo em que o meio oferece potencialidades que podem ou não serem aproveitados pela sociedade local. A Região do Prata, portanto, corresponde a uma

[...] Natureza humanizada [...] [que possui] diferenciações espaciais cuja efetiva explicação só é possível quando recorremos às características específicas com que se deu a reprodução do modo capitalista [...], e não apenas às peculiaridades naturais (encaradas comumente como fator 'geográfico' por excelência) ou à abstração formal de seu 'quadro social' (COSTA e MOREIRA, 1995, p. 58).

A dimensão capitalista evidenciada pelas relações de trabalho que surgem no Prata dão forma a uma cultura *sui generis*, tanto de ordem prática (trabalho o campo; relação patrão – peão – gaúcho, etc.) quanto cultural, que aí surge “[...] e que permanece até hoje expressando através de um conjunto de hábitos e de valores que se perpetua entre aqueles que se organizam socioculturalmente em torno da atividade pecuária”(PANITZ, 2010 pg. 29). Este trabalho, orientado pela reprodução capitalista é ponto fundamental, portanto, à compreensão do processo histórico/cultural do espaço.

O espaço físico da Região Platina é dominado por grandes rios, onde o rio da Prata permite o acesso fluvial a distantes recônditos da América do Sul. Daí ter este rio ter chamado ao campo de batalha Espanha e Portugal, os quais ao pisarem neste território, permitiram, mesmo nos momento de belicismo, semearem suas culturas que sem demora se mesclava entre si e com outras, como a ameríndia e a africana e afro-americana, por exemplo.

O pampa também é um elemento natural relevante nesta caracterização do território, o qual traz como vegetação típica as gramíneas, que se convertem em pastagens naturais por excelência e, que sendo um componente natural, não possui limitações impostas pela política estatal. De fato:

O pampa é um dos seis biomas terrestres do Brasil sendo o único que se estende por um só estado, ocupando 63% do território do Rio Grande do Sul embora faça parte de uma extensa região natural que abrange todo o Uruguai, o centro-leste da Argentina e o extremo sudeste do Paraguai. A vegetação composta por gramíneas e outras plantas rasteiras adaptadas ao solo e as condições climáticas formam planícies imensas e desertas com pequenas matas, principalmente em volta dos cursos de água, formando os campos naturais enquanto nas áreas mais acidentadas tem o predomínio de florestas. (RIETH, LIMA, 2017, p. 197).

Assim, tem-se o Prata assentado sobre o pampa, e deste tomando as características geológicas e florestais e, ainda, se espraiando sobre o território de diferentes nações sul-americanas. É importante considerar, neste quadro, o passado colonial dos estados atuais, pois outrora, o mundo hispânico compôs um único bloco na região, o Vice-Reinado do Prata, estando sujeito, portanto, a uma única administração e forma de apropriação do Espaço. Mesmo o Rio Grande do Sul atual, possui diferentes formatações territoriais e diferentes limites, estando sempre em disputa com a Espanha, até o ano de 1801, quando então, pelo Tratado de Badajós, Portugal anexou o estado rio-grandense ao patrimônio territorial da América Portuguesa. Estava resolvida a questão política por este tratado, o qual pôs um limite entre as duas soberanias. Entretanto, a questão cultural e a dinâmica social que aí se desenrolava, continuou em marcha, com relativa autonomia em relação aos centros de poder americanos e europeus, onde o intercâmbio entre as populações desta região de “transição” entre o mundo hispânico e o luso, tornava os limites abstrações, e as fronteiras porosas.

Sociedade Platina: Um Hibridismo Cultural

A íntima relação da sociedade platina com o meio natural se evidencia através das atividades econômicas e das relações sociais aí desenvolvidas. São práticas unificadoras do espaço, o qual se torna paulatinamente um “espaço cultural”, apropriado e transformado para atender as necessidades locais, regionais e mundiais. O aproveitamento dos rios navegáveis, bem como o estabelecimento da atividade pecuarista, são elementos pertinentes deste processo. Nesse sentido, é importante considerar que:

Desde o período colonial, estabelecera-se uma interdependência histórica no Prata. Fossem os povos nativos, fossem os colonizadores europeus – portugueses e espanhóis -, a sociedade platina que foi se constituindo ali integrou-se à natureza, dela explorando os recursos. Seus rios navegáveis foram fundamentais para a circulação de mercadorias, pessoas e culturas. Igualmente, foi importante o papel desempenhado pelo Pampa, com seus campos povoados de gado, para o desenvolvimento da riqueza pecuária da região (REICHEL, GUTFREIND, 1995, p. 51).

Evidentemente, a ação humano sobre o espaço físico constitui-se em um hegemônico ponto de apoio à formação sociocultural do Prata. Por isso, se faz pertinente ressaltar que a ocupação humana deste espaço, e a construção da cultura local, sofreu marcadamente a influências de vários atores históricos, cada qual, concorrendo de forma diferente para a edificação deste patrimônio específico. Desde as comunidades nativas, até o encontro das culturas ibéricas entre si e com aquelas, fomentaram o processo de encontros culturais, que chegou por fim, na transformação das culturas, de forma a sintetizar um perfil que ainda hoje é perceptível.

Encontro de culturas no Prata

A Região Platina, quando da chegada dos europeus e de seus modelos socioculturais, já contava com a ocupação humana. A presença de comunidade

ameríndia se faz de forma variada, através de diferentes grupos indígenas, que ocupavam o espaço americano. Desse modo:

É a partir da segunda metade do século XVI que os primeiros europeus invadem as imensas regiões planas, até então povoadas por diferentes grupos de índios, muitas vezes genericamente denominados charruas ou tapes, que se estendiam a partir do que hoje conhecemos como a metade sul do Rio Grande do Sul. No Brasil, até o extremo sul da Argentina. (HOHLFELDT, 2006, p. 23).

A Região do Prata, da mesma forma que em outros pontos da América, onde aportaram os europeus, foi um espaço de encontro e de confronto entre culturas. E, assim como ocorreu em outros pontos do continente, mesmo ao longo de violentos processos de colonização, a resistência nativa ofereceu à sociedade que se formava diversos elementos culturais. De fato, “o processo de aculturação dos nativos foi peculiar na região [...]. Nações indígenas como a charrua, a minuano, a pampa, a araucana lutaram contra a dominação dos invasores e resistiram a assimilar a cultura europeia” (REICHEL, GUTFREIND, 1995, p. 7), de modo que, enquanto resistiam suas culturas, ou parcelas de suas culturas eram conhecidas e absorvidas pelos europeus.

Mas não foi apenas o confronto que marcou estes contatos entre culturas. Também é possível apreender a aproximação entre a cultura nativa e a europeia. O contato entre os diferentes segmentos dessa sociedade se dava de formas diversas:

Espanhóis, *criollos*, portugueses, *gaúchos*, libertos, charruas, minuanos, guaranis, etc. dedicavam-se, de forma isolada ou em pequenos grupos, como produtores independentes, proprietários dos seus meios de produção, à caça de gado para a obtenção direta e indireta de parte dos seus meios de subsistência (MATESRI, 2009, p. 63).

O contato entre os ibéricos e os ameríndios não anulou nenhuma das partes envolvidas, apesar de a europeia ter se sobressaído. Desse modo, pode-se dizer que o que ocorreu foi o encontro de dois mundos diferentes, com construção material e imaterial distintas, que em determinado aspectos, foram assimiladas pela cultura nascente, mesmo que a matriz europeia seja privilegiada nesta construção.

As trocas e assimilações resultantes desse processo ao se tornarem mais intensas acabam por fazer prevalecer na sociedade da região platina os traços europeus. Entretanto, tal sociedade não pode ser designada como portuguesa ou espanhola. Nem mesmo como europeia ou indígena, pois o intercâmbio cultural levou à formação de um aparato cultural que engloba estas etnias. É importante frisar que:

Os contatos estabelecidos deram origem também a uma série de influências das culturas indígenas sobre as novas sociedades emergentes que aqui se organizaram no período colonial. Uma significativa herança cultural e social aborígene tornou este novo mundo ibero-indígena distinto das metrópoles ibéricas. [...] Muitos padrões culturais regionais ainda persistem, tais como o mate e as boleadeiras, além, do extraordinário vocabulário tupiguarani, que

distingue com diferentes matizes os nossos linguajares brasileiro e espanhol platinos dos idiomas falados na Espanha e em Portugal (KERN, 1998, p.18).

A ação do europeu no espaço do Prata, estabeleceu uma dinâmica sociocultural singular a este meio ao confrontar-se com as culturas autóctones. Esta dinâmica nova, que põe em confronto valores e interesses, bem como formas de estar no mundo, tem na pecuária uma mola propulsora. A atividade pecuarista desta forma vem a se constituir um dos cenários de aproximação destas culturas, e onde iriam ser misturadas as variadas tendências e heranças culturais que seus participantes carregavam consigo.

Neste cenário:

A vida no pampa era de continuo sobressalto, pois os índios e os colonizadores europeus alternavam períodos de paz e de guerra. [...] A pecuária possibilitava o encontro de culturas. As suas atividades exigiam mão-de-obra que apresentasse habilidades no uso dos instrumentos de trabalho que o indígena possuía como o manejo do laço e da boleadeira, a destreza no uso do *cuchillo* e a rapidez do cavalgar (REICHEL, GUTFREIND, 1996, p. 180).

Se por um lado havia elementos que separavam os ibéricos e os índios, que acabam em enfrentamentos armados, como os embates por questões territoriais, é verdade da mesma forma que também havia elementos de aproximação destas culturas. A pecuária representa um destes elementos, ou seja, um fator de integração neste contexto, à medida que punha frente a frente nativos e europeus. Em situações de paz, este encontro pautava-se no conhecimento e a habilidade dos ameríndios tornando-os um atrativo aos colonizadores.

A Atividade Pecuarista da Região Platina

A pecuária no espaço Platino nasce juntamente com a presença o europeu na região. A ação de portugueses e espanhóis colaborou para a formação do rebanho *vacum* que veio a constituir a riqueza do Prata, o que veio a motivar um duradouro interesse das Coroas Ibéricas por este espaço.

A formação dos grandes rebanhos de gado no Cone Sul americano não conta com uma versão definitiva quanto aos autores da introdução dos primeiros rebanhos. Mas, é possível inferir que a origem destes rebanhos, é a atuação das forças ibéricas na região. Assim:

Uma corrente defende que o gado era originário dos pequenos rebanhos deixados por Hernandárias, em 1611 e 1617 na foz do rio Negro, afluente do rio Uruguai. [...]. Outra corrente afirma que Francisco Naper de Alencastro introduziu o gado em 1691, mas antes dessa data já há informações sobre o gado no Rio Grande do Sul. A terceira corrente é a missioneira. Em 1628 há dados sobre gado *vacum* nas reduções. [...]. Só em 1634 o padre Cristóbal de Mendoza introduziu o gado *vacum* em grande escala (FLORES, 1996, p. 32).

Nesta perspectiva, a origem do gado na Região Platina não conta com a participação exclusiva de nenhuma corrente. Isto leva-nos a considerar que a presença do gado no espaço platino é fruto de inúmeras mãos, que em tempos diferentes agiram. O resultado final do qual o saldo são os grandes rebanhos que ocupavam a região, é a soma de diferentes ações que se conjugaram, e que viria a se tornar o foco de atenção ibérico.

Este gado reproduziu-se e espalhou-se, então pelo espaço do Prata, originando os grandes rebanhos que foram “denominado [s] de Vacaria do Mar (Uruguai) e Vacaria dos Pinhais (norte do Rio Grande do Sul), chegando a possuir cinco e um milhão de cabeças, respectivamente” (REICHEL, GUTFREIND, 1996, p. 113). O gado vacum abundante no espaço platino converteu-se em principal riqueza regional. Sua importância dava-se de diferentes formas, tanto pelo consumo da carne, quanto pelo emprego de seus subprodutos como:

Os couros, sebo e graxa [que] destinavam-se essencialmente à produção local. [...]. Eles tinham inúmeros fundamentos e usos. [...]. Matéria – prima fundamental do artesanato, das manufaturas e, mais tarde, das indústrias européias, o couro tornou-se, desde fins do século 18, um dos poucos produtos exportados abundantemente desde o Prata (MAESTRI, 2009, p. 54).

O couro, em nome de sua versatilidade e ampla aplicabilidade na sociedade local (que logo ganhou o mundo), é componente desta cultura, e assumia uma importância capital às incipientes povoações do Prata, fossem elas de origem lusitana, espanhola, ibero-americana ou ameríndia.

A Formação das Estâncias

A estâncias de criação de gado no Prata, constituíram uma nova fase da atividade pecuária neste espaço, com desdobramentos junto às populações locais. Isto, pois, “a escassez de gados alçados, no contexto da expansão do mercado europeu, ensejou as primeiras estâncias de criação de gado no Prata” (MAESTRI, 2009, p. 80). Nesse sentido, o aumento da procura pelo couro levou a uma maior extração juntos aos rebanhos selvagens.

O grande número de vacuns e a exploração descontrolada motivada pelo comércio lícito ou ilícito não preocupava (inicialmente) muitos daqueles que a esta atividade se dedicavam. Contudo, a valorização da pecuária criou uma nova situação, pois “quanto mais crescia a importância econômica da pecuária, mais aumentava a preocupação [...] com a propriedade do gado” (REICHEL, GUTFREIND, 1996, p. 120). Evidentemente que quanto mais valorizada fosse a atividade pecuarista maior seria a exploração.

Em decorrência da grande demanda por couros, os rebanhos selvagens de gado entram em colapso. A saída encontrada foi “a transição da atividade extrativista para a produtiva [...]” (MAESTRI, 2009, p.80). Porém, a necessidade de estabelecer

espaços destinados a criação de gado cria a necessidade de estabelecer e guarnecer a posse da terra e dos animais, ou seja: surgia agora a questão da propriedade dos rebanhos, o que leva ao surgimento das estâncias.

Em uma relação causal “a preocupação com a criação e com a reprodução dos rebanhos provocou o aumento do número de estâncias” (REICHEL, GUTFREIND, 1996, p. 120). E, nesse processo, as características econômicas e sociais que já estavam presente na Região do Prata foram acentuadas: a pecuária como atividade econômica, o trabalho campeiro que é um dos elementos formadores da cultura regional, hábitos, indumentárias, etc. E, ao lado destes elementos, outros surgem ou são igualmente acentuados, como, por exemplo o maior distanciamento entre proprietários e *não-proprietários*. Principalmente os estancieiros ocupam a primeira situação, enquanto os mestiços, ameríndios, homens brancos pobres, bem como escravos e ex-escravos, compreendem a mão-de-obra destes locais.

A mão-de-obra na pecuária platina (na caça ao gado selvagem ou na estância) era constituída por indivíduos que exerciam atividades ocasionais (nas épocas de maior trabalho nas estâncias) ou permanentes. Mas independentemente, do tipo de relação de trabalho, os campeiros detinham grande conhecimento das atividades correlatas.

Neste novo contexto a estruturação social e econômica gira em torno da exploração primária, envolvendo os proprietários e os *não-proprietários*, que se submetiam ao trabalho nas estâncias. Com uma economia cada vez integrada no âmbito local, quanto internacional, o espaço platino organiza-se nestas unidades produtivas, que:

Passam a exigir uma parcela de mão de obra sedentária [...], [além] de escravos. [...] também eram contratados trabalhadores temporários. [...]. A grande maioria dos trabalhadores sazonais eram homens que viviam nos campos e que se utilizavam o gado selvagem ou do extraviado, [...] [tais como] charruas, pampas e minuanos (REICHEL, GUTFREIND, 1996, p. 128 - 132).

A estância foi um sinal de transformação da sociedade platina. Esta representou em linhas gerais a privatização do gado e valorização da terra na região. Desse modo, “quando os rodeios foram substituindo as vacarias, houve maior preocupação com a propriedade do gado e depois com a terra” (REICHEL, GUTFREIND, 1995, p. 59). Enquanto por um viés, a sociedade pecuarista do Prata alterava paulatinamente sua conformação, por outro via-se mantendo a relação entre dominadores e subjugados: os atores continuaram os mesmos, e nos mesmos papéis, sejam eles proprietários ou *não-proprietários*¹⁸³. Mas é importante ressaltar que, apesar da força governamental em disciplinar a região e salvaguardar a máquina produtiva, tanto nos domínios luso-brasileiros, quanto hispano-americanos, havia uma

¹⁸³ A maior parte da população “[...] constituía-se de despossuídos [...]. Muitos deles viviam a margem desse sistema social, preferindo retirar o seu sustento da caça individual ao gado, de onde comiam a carne e vendiam o couro ilegalmente. Na sua maioria, eram mestiços e índios [...]” (REICHEL, GUTFREIND, 1996, p. 177, 178).

grande dificuldade nesta tarefa. Tal dificuldade é oriunda da identidade que se formava na região. Isso, porque, “para os habitantes da campanha, de modo geral, não importava se realizavam a caça ao gado para espanhóis ou portugueses. [...] Não possuíam identidade pátria que ultrapassasse a pampa” (REICHEL, GUTFREIND, 1996, p. 133).

A classe de despossuídos formava uma classe heterogênea quanto à origem de seus membros e possuía uma homogenia quanto ao espaço que estes deveriam ocupar na sociedade colonial. Aos *não-proprietários* restava se enquadrar como mão-de-obra na atividade pecuária. Apesar de serem parte integrante desta sociedade, os mesmo ocupavam um lugar periférico. Porém a marginalidade excludente destinava-se aqueles *não-proprietários* que não se enquadravam no regime de trabalho instituído pela sociedade colonial. Estes sujeitos viviam de forma errante, abatendo o gado e vendendo o couro.

Considerações Finais

O espaço compreendido como Região Platina caracteriza-se por apresentar em seus fundamentos social e cultural, especificidades que lhe conferem um caráter peculiar, quando comparado com outros espaços sociais da América Colonial Ibérica. A ocupação deste espaço, bem como o aproveitamento de suas potencialidades naturais, foram elementos que modelaram o processo de humanização do espaço, proporcionando uma dinâmica social cultural de forma abrangente, o que permitiu a manutenção do vínculo de aproximação entre seus diversos pontos. As divergências que ocorrem nesta espacialidade, quando de sua leitura a partir de uma ótica nacionalista é o instrumento de cisão do espaço utilizado por diferentes soberanias para a justificação da posse territorial das parcelas da Região Platina. Portanto, é imprescindível que o Prata seja percebido como um espaço histórico, e que estabelece laços de aproximação cultural e histórico entre as populações dos Estados Nacionais que detém parcialidades desta região.

Referências Bibliográficas

COSTA, Rogério Haesbaert da; MOREIRA, Igor A. G. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1996.

HOHLFELDT, Antônio. O gaúcho: tipo social de tríplice representação. In: MARTINS, Maria Helena, CHIAPPINI, Ligia (org). *Cone Sul: fluxos, representações e percepções*. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 19-71.

KERN, Álvaro. *Antecedentes Indígenas: problemáticas teórico-metodológicas das sínteses sobre a pré-história regional*. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 1998. p. 15-24.

MAESTRI, Mário. Práticas corambreras na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul. In: MAESTRI, Mário BRAZIL, Maria do Carmo Brazil (Org.). *Peões, Vaqueiros e*

Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 51-96.

PANITZ, Lucas Manassi. *Por uma geografia da música*: o espaço geográfico da música popular platina. Dissertação. Programa de pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geociências da UFRGS. 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27035/000762181.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 de ago. de 2021.

REICHEL, Heloisa Jochins; GUTFREIND, Ieda. *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina Colonial*. São Leopoldo, Ed. UNISINOS, 1996.

REICHEL, Heloisa Jochins; GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e Guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

RIETH, Flávia. LIMA, Daniel Vaz. Etnografia da pecuária: o modo de vida campeiro no pampa brasileiro. In: WIZNIEWSKY Carmen Rejane Flores, FOLETO, Eliane Maria (ORG.). *Olhares sobre o pampa* [recurso eletrônico]: um território em disputa /. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 196 – 207. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/538/2019/01/Livro-Pronto-Olhares-sobre-o-pampa-2.pdf>. Acesso em 27 de ago. de 2021.

SARMIENTO, Domingos Faustino. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*; Trad. Aldyr Garcia Schlee. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EDIPUCRS, 1996.

A NECESSIDADE DO RESGATE DE UM MUNDO COMUM OU DE UMA ATMOSFERA ENRAIZADA EM HANNAH ARENDT E SIMONE WEIL

Kleys Jesuvina dos Santos¹⁸⁴

Resumo: Este trabalho possui, em um primeiro momento, o objetivo de versar acerca dos diagnósticos pontuados pelas filósofas Hannah Arendt e Simone Weil a respeito das consequências práticas e devastadoras que teriam sido empreendidas por uma sociedade que se mostrou orientada pelo critério da utilidade e pela aplicação de meios de violência contra a vida da humanidade e do planeta como um todo. A segunda etapa desta proposta estará pautada na consideração das contribuições das filósofas supracitadas no que diz respeito ao resgate de um mundo comum ou de uma atmosfera que seja capaz de congregiar e preservar a vida na Terra.

Palavras-chave: Sociedade devastada. Resgate. Mundo Comum. Atmosfera Enraizada.

O problema da devastação de uma morada comum

Com o propósito de alcançarmos o cumprimento dos objetivos traçados nesta pesquisa, torna-se relevante considerarmos, de modo inicial, que, na obra *A condição humana*, Arendt (2020) apresenta alguns dos eventos que determinaram o caráter do que ela vai denominar de Era Moderna. Era que, segundo a autora, teria sido responsável por ocasionar um processo de afastamento do ser humano em relação à Terra, ou seja, um processo de “alienação do mundo, em sua dupla fuga: da Terra para o universo e do mundo para o si-mesmo [self]” (pp. 63-64).

A fim de descrever a maneira como a Era Moderna foi capaz de ocasionar a alienação do mundo, Arendt (2020) passa a elencar alguns eventos históricos específicos, como, em primeiro lugar, o estímulo que a invenção do Telescópio provocou quanto ao desenvolvimento de uma nova forma de ciência e, em segundo lugar, a chegada de estrangeiros na América, principalmente quanto a um de seus desdobramentos: a exploração territorial que teria se instaurado por toda a parte. Ao argumentar acerca desses eventos, Arendt (2020), pretende deixar claro que a nova ciência, que teria sido inaugurada com a criação do Telescópio, não mediu esforços para conquistar seu desvencilhamento em relação ao aprisionamento da Terra. Para exemplificar isso, a autora faz menção, por exemplo, ao seguinte fato: “Em 1957, um objeto terrestre, feito pelo homem, foi lançado ao universo, onde durante algumas semanas girou em torno da Terra segundo as mesmas leis de gravitação que fazem girar e mantêm em movimento os corpos celestes – o Sol, a Lua e as estrelas” (ARENDR, 2020, p. 59).

Ainda sobre as consequências dos triunfos alcançados pela ciência, Arendt (2020) apresenta o problema que envolve “o fato de que as ‘verdades’ da moderna visão científica do mundo”, mesmo que sejam demonstradas a partir de fórmulas e comprovadas por meio da tecnologia, “não se prestam à expressão normal no

¹⁸⁴ Mestre e graduada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Doutoranda em Filosofia pela mesma universidade. Email: kleys.santos@gmail.com

discurso e no pensamento” (p. 61). A esse respeito, a autora defende que todas as vezes que estamos diante de uma situação em que “a relevância do discurso está em jogo, as questões tornam-se políticas por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político” (Arendt, 2020, p. 61). Nesse sentido, a filósofa esclarece que a razão pela qual podemos desconfiar dos julgamentos políticos proferidos pelos cientistas se deve ao fato da existência do seguinte problema: eles, os cientistas, se movem em meio a um mundo onde o discurso não possui poder algum (ARENDR, 2020 pp. 61-62).

Além do que foi discutido até aqui, importa que nos debrucemos a respeito da segunda forma de fuga, de afastamento que, segundo Arendt, a Era Moderna acabou ocasionando entre o ser humano e a Terra. Para tanto, torna-se relevante pontuarmos que, de acordo com Arendt (2020, p. 62), a Época Moderna se caracteriza fundamentalmente como uma sociedade de trabalhadores. Uma sociedade que passou a se concentrar, de modo veemente, na atividade que se mostra relevante para o saciamento das “necessidades da vida, da sobrevivência individual e da continuidade da espécie” (ARENDR, 2020, p. 98). No âmago dessa sociedade, apenas aquilo que diz respeito ao “domínio privado do lar”, ou seja, a essa mera sobrevivência, a essa manutenção da vida, e mais nada, pode aparecer em público. Estamos nos referindo a uma sociedade que já não se demonstra apta para conhecer outras atividades, mais significativas inclusive, em relação às quais a liberdade poderia ser realmente e merecidamente alcançada.

Conforme podemos perceber, o trabalho é a atividade que possui a função de assegurar a existência do indivíduo e da espécie. Estamos fazendo referência, assim, à atividade que “corresponde ao processo biológico do corpo humano”. Sendo assim, “a condição humana do trabalho é a própria vida” (ARENDR, p. 66). Além do trabalho, a filósofa aponta a obra como um outro exemplo de atividade humana fundamental. Nessa perspectiva, esclarece que a obra seria aquela atividade que não corresponde à naturalidade, pois ela é capaz de fabricar coisas duráveis, de propiciar, portanto, um mundo artificial que seria mais durável. Desse modo, destaca que “a condição humana da obra é a mundanidade” (ARENDR, p. 66).

Por fim, a autora apresenta a ação como a atividade humana mais elementar, mais elevada, porque ela diz respeito a “única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria” (ARENDR, pp. 66-67). Essa atividade “corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” e essa pluralidade é especialmente a condição para a efetivação de toda vida política (ARENDR, pp. 66-67). Neste momento, cabe salientar que Arendt elabora definições, tais como, *animal laborans* e *homo faber* para fazer referência àqueles que praticariam as seguintes atividades fundamentais, respectivamente: trabalho e obra.

Diante dessas considerações, torna-se conveniente lembrarmos que, ao se caracterizar como algo que é completamente “socializado” e veementemente vinculado com a atividade concernente ao sustento da vida, à garantia do processo vital, a Era Moderna passa a carregar consigo a produção do desaparecimento da atividade correspondente à obra. Isso porque, no seio da sociedade moderna, “toda obra se tornaria trabalho, uma vez que todas as coisas seriam concebidas não em sua qualidade objetiva, mundana, mas como resultados da força viva do trabalho e como funções de processo vital” (ARENDR, pp. 134-135).

Dito de outro modo, o *homo faber*, responsável pelo invento de utensílios, de ferramentas, que teriam o objetivo de construir as coisas que existem no mundo, passa a ser dominado pela lógica da necessidade insaciável, pela lógica instaurada pelo labor. A respeito dos desdobramentos disso, Arendt (2020, pp. 200-2021), argumentará que:

a tecnologia realmente já não parece ser produto de um esforço humano consciente no sentido de ampliar a força material, mas sim um desdobramento biológico da humanidade no qual as estruturas inatas do organismo humano são transplantadas, em uma medida sempre crescente, para o ambiente do homem. [...] Os processos naturais de que se alimenta o relacionam cada vez mais com o próprio processo biológico, de sorte que os aparelhos, que outrora manejavamos livremente, começam a mostrar-se como se fossem “carapaças integrantes do corpo humano.

Mais uma vez, podemos observar o destaque que Arendt atribui à constatação de que a Era Moderna, ou seja, a sociedade dos trabalhadores, promoveu o rebaixamento da atividade correspondente à obra ao nível das necessidades sentidas pelo corpo humano. Nessa perspectiva, torna-se bastante provável, de acordo com Arendt (2020, p. 199), que a dominação exercida pela necessidade vital em relação ao *homo faber* produziu, como consequência, uma grande confiabilidade na noção de que os objetos produzidos pelas mãos humanas seriam capazes de garantir, do mesmo modo que a natureza, o atendimento às necessidades vitais. Confiabilidade essa que se instaurou na sociedade moderna a partir do momento em que os seres humanos construíram na Terra “o seu lar artificial” e, por consequência, ergueram “uma barreira entre a natureza e eles mesmos” (ARENDR, p. 199). Desse modo, podemos observar que, segundo Arendt (2020), os artifícios criados pelos seres humanos podem ser caracterizados como propulsores da separação entre a existência humana e todas as outras formas de vida da Terra.

À esta altura, faz-se relevante enfatizarmos que Simone Weil, especialmente em seu texto *Réflexions sur les causes de la liberté et de l’oppression sociale* (1955)¹⁸⁵, também se referindo à relação entre os avanços técnicos e a natureza, enfatizará que a transformação e o progresso podem ser vistos como os grandes responsáveis pela libertação do homem da necessidade natural, pois é certo que “na caça, na pesca e na coleta, o esforço humano aparece como uma simples reação à pressão inexorável exercida continuamente pela natureza”¹⁸⁶ (WEIL, 1955, p. 34). No entanto, ainda segundo a filósofa, o advento dos avanços técnicos, ao mesmo tempo em que fez o ser humano se distanciar de uma forma de vida mais primitiva, acabou fazendo com que esse mesmo humano se tornasse capaz de dominar a natureza.

Assim, podemos ressaltar que, segundo Weil (1955), o ser humano deixou de ser um escravo, para se tornar aquele que domina a natureza. Por essa razão, “ao mesmo tempo, a natureza gradualmente perde seu caráter divino, e a divindade assume mais e mais a forma humana”, porém, “essa emancipação é apenas uma aparência enganadora”¹⁸⁷ (WEIL, 1955, pp. 34-35). Na esteira do exposto, cabe

¹⁸⁵ “Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão social” (Tradução nossa).

¹⁸⁶ “chasse, pêche, cueillette, l’effort humain apparaît comme une simple réaction à la pression inexorable continuellement exercée par la nature” (Tradução nossa).

¹⁸⁷ “En même temps la nature perd graduellement son caractère divin, et la divinité revêt de plus en plus la forme humaine”; “cette émancipation n’est qu’une flatteuse apparence” (Tradução nossa).

acrescentarmos que, de acordo com Weil (1955), se, por um lado o progresso técnico conseguiu libertar o ser humano da necessidade natural, por outro lado, passou a submetê-lo ao problema da opressão.

À vista do que foi explorado, vale enfatizarmos que Weil (1955) levanta como argumento que o progresso demonstrou ter fracassado quando todos, tanto opressores quanto oprimidos, teriam se tornado escravos dos instrumentos de opressão, de dominação que eles mesmos foram capazes de criar. Nesse sentido, a filósofa defende que, desde o momento em que foi entregue, “fraco e nu”¹⁸⁸, às forças que fazem parte da natureza, o ser humano, apesar do progresso, não abandonou a condição servil (WEIL, 1955, p. 52). A esse respeito, a autora declarará que, no fundo, “a ação humana continua, no todo, a ser pura obediência ao aguilhão brutal de uma necessidade imediata”¹⁸⁹ (WEIL, 1955, pp. 34-35).

Agora, torna-se oportuno retomarmos as considerações arendtianas para enfatizar que, à medida que o domínio exercido pelo processo vital consegue se apoderar dos artifícios criados pelos seres humanos e, mais do que isso, consegue utilizar esses mesmos artifícios para o alcance de seus próprios fins, podemos constatar o surgimento de uma forma de fabricação, que, apesar de ser uma “instrumentalidade limitada e produtiva”, “se transforma na instrumentalização ilimitada de tudo o que existe” (ARENDRT, 2020, pp. 204-205).

Além disso, a filósofa declara que a fabricação das coisas que existem no mundo, ao carregar consigo o critério da utilidade, consegue se mostrar apta para provocar a consolidação de um mundo utilitário, onde “todos os fins são estrangidos a serem de curta duração e a transformarem-se em meios para alcançar outros fins” (ARENDRT, 2020, p. 201). Nesse contexto, a autora defende que o “a fim de” passa a se tornar o conteúdo do “em razão de”, o que estimula, como consequência, o surgimento da ausência de significado. Isso porque estamos diante de uma “relação entre meios e fim” que se mostra “muito semelhante a uma cadeia na qual todo fim pode novamente servir como meio em algum outro contexto”, o que, em outras palavras, indica que vivemos em meio a um mundo “estritamente utilitário”, onde “todos os fins são estrangidos a serem de curta duração”, mas, ao mesmo tempo, passíveis de serem transformados em meios para possibilitar o alcance de outros fins (ARENDRT, 2020, p. 201).

A fim de tornar mais clara sua explanação acerca da relação entre meios e fim, Arendt nos apresenta os seguintes esclarecimentos:

Dentro da categoria de meios e fim, e entre as experiências da instrumentalidade que governam todo o mundo dos objetos de uso e utilidade, não há como pôr termo à cadeia de meios e fins e evitar que todos os fins voltem afinal a ser usados como meios, a não ser declarar que determinada coisa é “um fim em si mesma” No mundo do homo faber, onde tudo deve ter seu uso, isto é, servir como instrumento para a obtenção de outra coisa, o próprio significado pode mostrar-se apenas como um fim, como “um fim em si mesmo” que é realmente ou uma tautologia aplicável a todos os fins ou uma contradição nos termos. Pois um fim, assim que é atingido, deixa de ser um fim e perde sua capacidade de orientar e justificar a escolha de meios, de organizá-los e produzi-los. Passa a ser então um objeto entre objetos, ou seja, foi acrescentado ao enorme arsenal de coisas dadas do qual

¹⁸⁸ “faible et nu” (Tradução nossa).

¹⁸⁹ “l'action humaine conti-nue, dans l'ensemble, à n'être que pure obéissance à l'aiguillon brutal d'une néces-sité immedieate” (Tradução nossa).

o homo faber seleciona livremente os meios de atingir seus fins (ARENDR, 2020, p. 202).

De modo a complementar as declarações pontuadas por Arendt, vale ressaltarmos que Simone Weil também teceu considerações acerca do modo como a relação entre meios e fins se consolidou no interior da sociedade de seu tempo, uma sociedade nitidamente dominada, escrava dos desdobramentos, dos avanços do progresso da técnica. À vista do exposto, cabe rememorarmos, em um primeiro momento, que Weil, em seu texto *Réflexions sur les causes de la liberté et de l'oppression sociale* (1955), defende o posicionamento de que o progresso técnico gerou seu próprio fracasso a partir do momento em que transformou todos os seres humanos, tanto opressores quanto oprimidos, em escravos das ferramentas, dos instrumentos que eles mesmos acabaram construindo ao longo do tempo. Diante de tais explanações, podemos reconhecer que as declarações de Weil nos levam a refletir que o progresso técnico foi capaz de gerar situações de opressão.

Nesse contexto, Weil (1955) constata que os instrumentos técnicos começaram a ser utilizados para a conquista do poder sobre o outro. A partir disso, a autora defende que tais instrumentos se caracterizariam como algo que é apenas um meio; ou, antes, possuir poder, significa simplesmente ter a posse de “meios de ação” que excedem a força limitada que um indivíduo dispõe por si mesmo (WEIL, 1955, p. 41). Entretanto, a procura pelo poder ilimitado, pelo próprio fato de que é essencialmente incapaz de apreender seu objeto, passa a excluir toda consideração do fim e chega, por um resultado inevitável, a tomar o lugar de todos os fins (WEIL, 1955, p. 41).

Nessa perspectiva, importa esclarecer que, no texto *L'Iliade ou le poème de la force* (1953)¹⁹⁰, Weil argumentará que a força, sendo algo adquirido a partir dos instrumentos de opressão que foram criados pelos seres humanos, possui condições de esmagar implacavelmente os oprimidos, mas, por outro lado, também consegue embriagar aqueles que a possuem ou que pensam que a possuem. Desse modo, “o poder que ela [a força] possui de transformar os homens em coisas é duplo, e se exerce no sentido de ambos os lados; petrifica diferentemente, mas igualmente, as almas dos que a sofrem e dos que a manejam”¹⁹¹ (WEIL, 1953, pp. 26.27).

Neste momento, cabe retomarmos que, em *A condição humana* (2020), Arendt ressalta que o processo de alienação do mundo, ao receber a permissão de seguir a lei que lhe é inerente, pode se apresentar como algo que possui a capacidade de alcançar desdobramentos radicais. Na esteira disso, a filósofa defende que os mais variados modelos de bomba atômica, ou seja, as primícias dos instrumentos tecnológicos nucleares, quando utilizados em uma quantidade determinada como suficiente, não precisariam nem ser muito grandes para provocarem a destruição de tudo aquilo que existe na Terra, incluindo, claro, todas as vidas orgânicas.

A esse respeito, Arendt, na obra *Origens do totalitarismo* (1989), declara que a Primeira Guerra Mundial se refere a uma explosão que foi capaz de dilacerar, de um modo nunca visto antes, muitos países europeus. Ademais, constata que as guerras civis que se sucederam e se propagaram durante as duas décadas de “paz agitada”

¹⁹⁰ O texto *L'Iliade ou le poème de la force* (Ilíada ou o poema da força) está contido na coletânea *La source grecque* (A fonte grega), publicada pela Gallimard em 1953.

¹⁹¹ “Le pouvoir qu'elle [la force] possède de transformer les hommes en choses est double et s'exerce de deux côtés; elle pétrifie différemment, mais également, les âmes de ceux qui la subissent et de ceux qui la manient” (Tradução nossa).

não se deflagraram apenas de formas mais brutais e sangrentas do que antes: foram acompanhadas pela migração de compactos grupos de pessoas, que, ao contrário de seus antecessores mais felizes, não eram bem acolhidos e não podiam ser incluídos em lugar algum. Depois de deixarem seus países de origem, tais grupos, conforme Arendt (1989) destaca, permaneciam sem um lugar para morar; ao saírem de seu país de origem, de seu Estado, todos eles passaram a se tornar apátridas, perderam seus direitos: são o refugio desta Terra. Desse modo, “cada evento era definitivo como um julgamento final, um julgamento que não era passado nem por Deus nem pelo Diabo, mas que parecia a expressão de alguma fatalidade irremediavelmente absurda” (ARENDR, 1989, p. 287).

Em face de tais constatações, importa realçarmos que Weil, em seu texto *Écrits historiques et politiques* (1960)¹⁹² exemplifica que: “o massacre é a forma mais radical de opressão; e os soldados não se expõem à morte, são enviados à carnificina”¹⁹³ (WEIL, 1960, p. 17). Nesse contexto, a pensadora defende que “a guerra só prolonga uma outra guerra chamada concorrência, que faz da própria produção uma mera forma de luta pelo domínio”¹⁹⁴ (WEIL, 1960, p. 16). Sendo assim, para Simone Weil (1955), a engrenagem opressora da qual a guerra é constituída, com o objetivo de assegurar a obediência e os sacrifícios requeridos para a conquista de uma luta vitoriosa acerca do domínio que tanto se deseja manter, faz uso de uma autoridade sempre cada vez maior. Por essa razão, a utilização de um aparato militar burocrático, disposto a massacrar quantas vidas verificar como conveniente, segue seu percurso com atitudes sempre mais opressoras e assim por diante, sucessivamente (WEIL, 1955, pp. 37-38).

Nessa perspectiva, é importante frisar que, na visão de Arendt e de Simone Weil, a sociedade passou a se tornar muito difícil de ser suportada, de ser sustentada, uma vez que o mundo começou a perder, por completo, a capacidade de reunir, conectar e congregar todos os seres humanos e as demais formas de vida que existem na Terra. Dito de outro modo, o mundo passou a ocasionar a destruição de uma morada comum.

Por uma morada capaz de congrega e preservar a vida na Terra

Na esteira do exposto, torna-se claro que “este pseudomundo”, resultado do manuseio de artificios orientados pelo critério da utilidade, não pode ser visto como capaz de possibilitar o oferecimento de algo tangível, de uma morada que possa se mostrar mais estável e segura para todos os seus moradores. Nesse sentido, importa evidenciar que é diante da constatação dessa impossibilidade que Hannah Arendt e Simone Weil, cada uma a seu modo, escancaram a necessidade de um “mundo comum” ou de “uma atmosfera enraizada”.

Tendo em vista o que foi explorado até aqui, é pertinente reconhecer, segundo Arendt (2020), que a realidade do mundo e até de nós mesmos só pode ser garantida quando podemos contar com a presença de outras pessoas, que são capazes de ver

¹⁹² “Escritos históricos e políticos” (Tradução nossa).

¹⁹³ “le massacre est la forme la plus radicale de l'oppression; et les soldats ne s'exposent pas à la mort, ils sont envoyés au massacre” (Tradução nossa).

¹⁹⁴ “part la guerre ne fait que prolonger cette autre guerre qui a nom concurrence, et qui fait de la production elle-même une simple forme de la lutte pour la domination” (Tradução nossa).

o que vemos e de ouvir o que ouvimos. Nesse sentido, vale destacar que “a importância de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É esse o significado da vida pública” (ARENDR, 2020, p. 107). É é nesse contexto que a filósofa vai evidenciar que o mundo, apenas quando possui coisas que são vistas por diversas pessoas, ou seja, a partir da consideração de uma variedade de aspectos, pode aparecer, diante de nós, em sua forma mais real e fidedigna.

A partir de tais explanações, Arendt (2020) esclarece que a pluralidade, além de ser caracterizada como a condição básica do discurso e da ação, possui um duplo aspecto: o da igualdade, mas também o da distinção. Isso porque, caso não fôssemos iguais, não seria possível com que compreendêssemos uns aos outros e os que vieram antes de nós, nem poderíamos fazer planos para o futuro, muito menos ainda poderíamos prever as necessidades que seriam próprias daqueles que estão por vir. Além disso, “se não fossem distintos, sendo cada ser humano distinto de qualquer outro que é, foi ou será, não precisariam do discurso nem da ação para se fazerem compreender” (ARENDR, p. 226).

Desse modo, convém pontuar que se consideramos que o mundo precisa conter um espaço que seja público, não podemos deixar de levar em conta que ele deve ser construído não apenas para uma única geração e “planejado somente para os que estão vivos, mas tem de transcender a duração da vida de homens mortais” (ARENDR, 2020, p. 105). Nesse sentido, Arendt (2020) deixa claro que o mundo comum deve ser interpretado como aquilo I) que fazemos parte desde o momento em que nascemos e II) que deixamos para trás no momento em que morremos. E “é precisamente isso o que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que aqui estiveram antes e com aqueles que virão depois de nós” (ARENDR, 2020, p. 105).

Na esteira do que foi discutido, a filósofa apresenta duas considerações importantes. A primeira é que o mundo só terá condições de sobreviver ao “ir e vir” das mais variadas gerações, à proporção que assumir a tarefa de aparecer em público. A segunda, por seu turno, é que “o novo começo inerente ao nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir” (ARENDR, 2020, p. 67). Sendo assim, a ação se caracterizaria como a atividade humana que mais possui relação com a condição humana correspondente à natalidade. Em suma, a autora destaca que a ação deve ser compreendida como a atividade política por excelência e a natalidade, por sua vez, pode ser interpretada como a categoria que mais seria essencial ao pensamento político.

A esse respeito, importa destacar que a atividade da ação, de acordo com o ponto de vista de Hannah Arendt, não pode ser associada à ideia de comportamento (*behavior*), à mera reação. Não pode ser interpretada como algo que obedece ao critério da utilidade instrumental. A ação, quando autêntica, carrega em seu bojo a possibilidade sempre aberta do estabelecimento de um novo começo, que ganha espaço a partir do nascimento de cada ser humano, a partir da “experiência originária e fundacional da política, como um dar início a um mundo comum”, com o qual “Arendt enuncia uma renovada confiança na capacidade de ação humana, alicerçada numa filosofia amadurecida para as novas tarefas da responsabilidade” (GIACÓIA JUNIOR, 2021, p. 69).

Desse modo, a política, de acordo com o que é defendido por Arendt, deve ser compreendida como algo que é capaz de, pela ação conjunta, fornecer o impulso de fundação, ou seja, “o ímpeto para um novo começo, em que se atualiza a essência do poder” (GIACOIA JUNIOR, 2021, p. 61). Sendo algo essencial à política, cabe esclarecermos que, segundo Arendt, o poder é o responsável por manter “a existência do domínio público, o espaço [...] entre homens que agem e falam” (ARENDR, 2020, p. 247).

Sendo assim, a convivência entre as pessoas, de acordo com a filósofa, é o fator que mais é fundamental para a geração do poder, é a responsável por evitar “que caiamos uns sobre os outros, por assim dizer” (ARENDR, 2020, p. 248). Aqui, cabe o esclarecimento de que, em Hannah Arendt, poder não se relaciona, de forma alguma, com “domínio (*Herrschaft*), com violência, força, soberania, e muito menos com o monopólio do exercício da força, como definição jurídico-política de Estado” (GIACOIA JUNIOR, 2021, pp. 61-62).

Após considerarmos as explanações de Arendt acerca da preservação da realidade do mundo e até de nós mesmos, incluindo gerações futuras, torna-se pertinente considerarmos que Simone Weil, em sua obra *L' enracinement: Prélude à une déclaration des devoirs envers l'être humain* (1949)¹⁹⁵, disserta a respeito da necessidade da construção de uma atmosfera fundamentalmente enraizada como algo capaz de oferecer às bases a partir das quais a vida humana precisaria ser considerada. Vale esclarecer que estamos fazendo referência a uma atmosfera que não leva em conta apenas a necessidade de alimento para o corpo, pois também se caracteriza como algo que leva em conta a garantia do alimento para a alma.

À vista do exposto, o percurso que será adotado neste trabalho, a partir de agora, estará comprometido com a análise dos seguintes elementos que compõem a definição do enraizamento weiliano: o respeito aos ensinamentos dos antepassados e a necessidade de um ambiente que, ao mesmo tempo em que defende a singularidade de cada cultura, de modo a priorizar a importância das trocas de influências entre as mais variadas expressões culturais, estabelece o caráter necessário de pensarmos o respeito à totalidade da vida humana. Para que isso seja executável, faz-se oportuno começarmos nossa análise a partir do seguinte trecho da definição que Simone Weil desenvolve a respeito do enraizamento:

Um ser humano tem raiz através de sua participação real, ativa e natural na existência de uma comunidade que mantém vivos alguns dos tesouros do passado e alguns pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, ocasionada automaticamente pelo lugar, o nascimento, profissão, ambiente (WEIL, 1949, p. 36)¹⁹⁶.

Desse modo, um ser humano enraizado é caracterizado, em um primeiro momento, como aquele que faz parte de determinados grupos que buscam conservar as heranças de seu passado. Assim, podemos enfatizar que a noção de

¹⁹⁵ “O enraizamento: prelúdio para uma declaração de deveres para com os seres humanos” (Tradução nossa).

¹⁹⁶ “L' enracinement est peut-être le besoin le plus important et le plus méconnu de l'âme humaine. C'est un des plus difficiles à définir. Un être humain a une racine par sa participation réelle, active et naturelle à l'existence d'une collectivité qui conserve vivants certains trésors du passé et certains pressentiments d'avenir. Participation naturelle, c'est-à-dire amenée automatiquement par le lieu, la naissance, la profession, l'entourage” (Tradução nossa).

enraizamento, ao se referir a uma atmosfera, a um meio natural que valoriza os ensinamentos de nossos antepassados, defende a necessidade da particularidade de cada cultura e, como consequência, da importância de buscarmos, a partir dos ensinamentos daqueles nos antecederam, orientações importantes sobre nossas ações futuras.

Vale ressaltar, no entanto, que a importância da particularidade que Simone Weil defende acerca de cada cultura não deve negar, de maneira alguma, duas questões fundamentais: o compartilhamento de influências entre diferentes culturas e o respeito em relação à totalidade da vida do ser humano. Isso porque, de acordo com este segundo trecho da definição do enraizamento:

Todo ser humano precisa ter múltiplas raízes. Ele precisa receber quase toda a sua vida moral, intelectual e espiritual através dos meios dos quais ele faz parte naturalmente. As trocas de influências entre ambientes muito diferentes, não é menos indispensável do que o enraizamento no ambiente natural. Mas um meio determinado deve receber uma influência externa não como contribuição, mas como um estimulante que torna sua própria vida mais intensa. Ele deve se alimentar de contribuições externas somente depois de tê-las digerido, e os indivíduos que o compõem devem recebê-las somente através dele. Quando um pintor de valor real vai para um museu, sua originalidade é confirmada por isso. Deve ser o mesmo para as várias populações do globo terrestre e os diferentes ambientes sociais (WEIL, 1949, p. 36)¹⁹⁷.

Nesse segundo trecho, é perceptível, em um primeiro momento, que o enraizamento weiliano não carrega em sua definição o isolamento de um ambiente social ou da manifestação cultural de espaços geográficos distintos. Pelo contrário, Simone Weil, assim como podemos notar nas considerações de Hannah Arendt, propõe que a presença de múltiplos contatos e o compartilhamento de influências podem, isso sim, servir de alimento para o crescimento de compartilhamento de revelações entre pessoas de culturas diferentes, por exemplo, o que instiga a originalidade daqueles que integram tal relação. Nesse sentido, constata-se que “é por meio da aparição diante do outro que os homens desenham sua identidade pessoal. Tal pluralidade é condição para a ação e para o discurso: funda e alimenta o corpo político” (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 369).

Além disso, fica claro, ainda com base nessa segunda etapa da definição do enraizamento, que o ser humano enraizado participa socialmente de um espaço social do qual “recebe os princípios da vida moral, intelectual e espiritual que irão informar sua existência, participação essa que pode vir do nascimento, da casa, da vizinhança, do trabalho, da cidade” (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 368).

¹⁹⁷ “Chaque être humain a besoin d'avoir de multiples racines. Il a besoin de recevoir la presque totalité de sa vie morale, intellectuelle, spirituelle, par l'intermédiaire des milieux dont il fait naturellement partie. Les échanges d'influences entre milieux très différents ne sont pas moins indispensables que l'enracinement dans l'entourage naturel. Mais un milieu déterminé doit recevoir une influence extérieure non pas comme un apport, mais comme un stimulant qui rend sa vie propre plus intense. Il ne doit se nourrir des apports extérieurs qu'après les avoir digérés, et les individus qui le composent ne doivent les recevoir qu'à travers lui. Quand un peintre de réelle valeur va dans un musée, son originalité en est confirmée. Il doit en être de même pour les diverses populations du globe terrestre et les différents milieux sociaux” (Tradução nossa).

Uma vez interpretado como uma atmosfera fundamental, que possui a responsabilidade de assegurar a existência de meios que tenham o objetivo de desenvolver a vida dos indivíduos, o enraizamento pode ser entendido como algo que busca levar em conta a garantia de condições concretas que possibilitem a continuidade da vida humana, tomada em sua totalidade.

Nessa perspectiva, vale destacarmos que, pouco antes de morrer, Simone Weil redigiu um de seus escritos mais importantes: *L'enracinement: Prélude à une déclaration des devoirs envers l'être humain* (1949). Uma obra que incita a urgência de termos o mínimo de reconhecimento, de obrigação acerca das necessidades mais elementares da vida, como a necessidade de alimento para o corpo e para a alma. Isso significa que é nessa mesma obra que Weil vai argumentar a respeito da importância da consideração de uma atmosfera que leve em conta o que ela denomina de necessidades da alma e necessidades terrestres, sendo exemplos delas, respectivamente: I) as necessidades físicas, como acesso à comida, roupas, moradia e II) as necessidades que dizem respeito ao âmbito da moral, como a liberdade e a responsabilidade.

Considerações Finais

Diante do que foi explorado ao longo da presente pesquisa, torna-se relevante esclarecer que Arendt e Weil constatam, cada uma a seu modo, que este mundo – a partir do momento em que passou a se caracterizar como algo que seria resultado do manuseio de artifícios orientados pelo critério da utilidade e pela violência – perdeu a capacidade de oferecer algo tangível, ou seja, uma morada que se mostrasse estável e segura para todos os seus moradores. A partir disso, as autoras começam a defender a necessidade do resgate de um “mundo comum” ou de “uma atmosfera enraizada”.

Na esteira do exposto, cabe destacar que Hannah Arendt e Simone Weil, cada uma a sua maneira, passam a escancarar a necessidade de que os seres humanos comecem a se preocupar com a construção de um espaço, de uma morada mais estável, onde seja possível a concretização da preservação de todos os corpos políticos, de todas as vidas que existem na Terra.

Cabe frisar que estamos fazendo referência a uma morada, uma atmosfera que não leva em conta apenas a necessidade de alimento para o corpo, pois também se caracteriza como algo que leva em conta a garantia do alimento para a alma. Por essa razão, fez parte dos objetivos desta pesquisa a consideração das contribuições das filósofas supracitadas no que diz respeito ao resgate de um mundo ou de uma atmosfera que seja capaz de congrega, reunir e fornecer tudo aquilo que possa se apresentar como fundamental para a preservação e garantia de uma vida autêntica na Terra.

Referências¹⁹⁸

- ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n. 55, pp. 367-376, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300027>. Acesso em: 19 out. 2018.
- GIACCOIA JUNIOR, Oswaldo. Pensamento, poder e natalidade: Hannah Arendt e a filosofia. In: BRÍGIDO, Edimar; PONCIANO, João Victor. (Orgs.). *A revolução do pensamento feminino: epopeia de novos tempos*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021, cap. 2, p. 51-74.
- WEIL, Simone. *Écrits historiques et politiques*. Paris: Gallimard, Collection Espoir, 1960.
- _____. *La source grecque*. Paris: Gallimard, Collection Espoir, 1953.
- _____. *L'enracinement: Prélude à une déclaration des devoirs envers l'être humain*. Paris: Les Éditions Gallimard, Collection idées, 1949.
- _____. *Reflexions sur les causes de la liberté et de l'opression sociale*. Paris: Gallimard, Collection Espoir, 1955.

¹⁹⁸ Faz-se oportuno esclarecer que, ao longo deste trabalho, as citações que foram realizadas a respeito das obras de Simone Weil e Hannah Arendt correspondem a um tipo de material de consulta digital. Nesse sentido, a localização das citações elencadas aqui podem não coincidir com o que está disposto nos livros físicos.

A BIOGRAFIA EM DEBATE: APONTAMENTOS A PARTIR DO CASO DE CIPRIANO BARATA (1763-1838)

Luiz Carlos Ferraz Manini¹⁹⁹

RESUMO: O presente trabalho visa trazer algumas contribuições para a discussão a respeito do gênero biográfico. Esta forma de se escrever a história, bastante comum até o século XIX, foi deixada de lado pelas análises de forças e estruturas sociais, muito comuns a partir da década de 1930, secundarizando a atuação dos indivíduos na História. A partir da trajetória do médico e jornalista Cipriano Barata, pretende-se discutir como está sendo feita tal retomada nas últimas décadas.

Introdução

Em uma das edições de seu jornal *Sentinelá da Liberdade*, datado de 12 de Janeiro de 1831, Cipriano Barata fez destacar a seguinte passagem: “Não receberei anúncios sobre vendas e fugas de escravos. Minha gazeta não é leilão, nem capitão-do-mato” (2008, p. 654)²⁰⁰. Agindo desta maneira, o jornalista baiano assumia uma postura de combate à escravidão, que se consolidava por meio da recusa a um tipo de anúncio muito popular no início do século XIX. Muitos periódicos do momento se sustentavam por meio de anúncios de produtos e serviços, para além das assinaturas e vendas avulsas, e sendo a escravidão um grande negócio do Brasil de então, esse tipo de publicação gerava considerável ganho.

Tal posicionamento, considerado pelas passagens que se observam a partir de 1831 e que seguiram no mesmo tom até o encerramento do jornal em 1835, nos transmitem uma interpretação sobre Cipriano Barata enquanto um adversário da escravidão, combatendo-a por meio da negação de dar-lhe publicidade. Tal aspecto, somado a outros elementos como sua profunda defesa do federalismo e da limitação de poder do imperador, através de mecanismos constitucionais, construíram uma imagem de combatente pela liberdade, que se consolidou ao longo dos anos.

Entretanto, em outros documentos que chegaram até a atualidade e que nos permitem reconstruir aspectos de sua vivência, pode-se visualizar uma postura bastante diversa. Como exemplo, tome-se o “Aviso”, de 10 de Setembro de 1823, no qual se lê: “Vende-se um escravo Crioulo Alfaiate, bom Copeiro, ainda muito moço”(2008, p. 437), o que demonstra que oito anos antes da primeira citação apresentada, Barata não possuía reservas quanto à inserção deste tipo de anúncio em sua gazeta, o que serviria para apontar uma certa “incoerência” no tratamento que os pesquisadores de sua vida e obra apresentaram posteriormente. Mesmo que moralmente a condenasse, tal como Marco Morel nos informa (2008, p. 654), a prática demonstra que o jornalista ainda dela se valia no intuito de arrecadar fundos para a sustentação de seu jornal.

Tal “incômodo” causado pela postura ora contrária, ora conivente com a escravidão poderia se tornar ainda mais problemática se se lembra que, em carta a

¹⁹⁹ Professor de História da rede privada de Londrina há 15 anos. Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina. Publicou artigos e capítulos de livros no Brasil e no exterior, sobre imprensa e história, além da área de ensino.

²⁰⁰ Todas as referências aos jornais de Cipriano Barata foram feitas a partir do conjunto reunido e publicado pelo professor Marco Morel, no ano de 2008. Esta obra consta das referências bibliográficas.

seu amigo Luís Gercent, anexada aos autos do processo da Conjuração Baiana, em 1798, Cipriano Barata afirmava que “temos escapado do grandíssimo desastre da rebelião dos escravos, mulatos e negros; ainda o sangue de todo não se aqueceu, visto o perigo que temos andado expostos. Meu amigo, cautela com essa canalha africana” (apud MOREL, 2001, p. 66). Ou seja, em 1798, quando preso e interrogado no processo referente à tentativa de insurreição na Bahia, Barata demonstra que, embora tenha participado de discussões políticas em Salvador, suas ideias porventura tivessem sido mal interpretadas pela população negra, a quem interessaria não apenas a luta pela libertação do domínio português, mas também um embate pela própria liberdade. Talvez amedrontado pelas notícias que chegavam do Haiti, onde uma revolta de escravos estava acabando com o domínio francês, além de garantir o fim da instituição escravista, Barata demonstrava apreensão que o mesmo pudesse acontecer no Brasil caso a “canalha africana” não fosse contida.

O que tais falas e escritos nos demonstram é que, no trabalho com a reconstituição de uma vida, muitos são os desafios colocados a aqueles que se debruçam sobre tal tarefa, principalmente se se parte do intuito de buscar, na vida do biografado, uma coerência ideológica estática, resistente ao tempo e que não se alteraria em virtude das diversas circunstâncias. O intuito do presente texto não é fazer uma exaustiva discussão sobre as possibilidades e limitações que são apresentadas pelo gênero biográfico, retomado por historiadores e muito bem recebido pelo público em geral nas últimas décadas. O escopo fundamental é demonstrar, a partir de aspectos da vida do médico e jornalista Cipriano Barata, como a escrita da biografia vem se desenvolvendo, a partir do aprofundamento de determinadas discussões, já colocadas em um texto clássico de Pierre Bourdieu, chamado “A Ilusão Biográfica”.

Biografia e história

Escrever uma biografia, mesmo que de forma breve, é uma questão historiográfica bastante complexa, pois envolve diversos riscos dos quais o historiador deve buscar se distanciar. Giovanni Levi, em seu texto “Usos da biografia”, aponta que nos últimos tempos a biografia acabou ganhando força renovada, voltando a valorizar o sujeito enquanto agente histórico, mas não como o fora do ponto de vista metódico-positivista, quando apresentava uma função pedagógica de retratar vidas exemplares enquanto modelos de comportamento, descoladas de um contexto particular. Desta forma, escrevia-se sobre toda uma vida sem atentar, ou nem mesmo se importar, com o contexto, buscando valorizar as ações exemplares do indivíduo apesar dos condicionamentos de sua época. A biografia ganhou, neste contexto de retomada, uma importância que a interpretação marxista em particular havia retirado, ao privilegiar grandes processos e estruturas, que apareciam por sua vez como descolados das vontades particulares e individuais.

Em meio aos diversos problemas que, para o autor, atingem a escrita biográfica, o primeiro é a pretensão do historiador em enxergar uma determinada coerência nas ações dos indivíduos que, muitas vezes, são ambíguas e problemáticas. A biografia, ao ser utilizada enquanto narrativa linear, acaba por ordenar de forma precisa elementos que não necessariamente se comportaram assim na existência do biografado, “relegando a um segundo plano aspectos ambíguos e irresolutos” (2006, p. 173). Isto, no dizer de Pierre Bourdieu, seria a utilização do “designador rígido” (2006, p. 186), ou seja, a concatenação, em um momento futuro,

de uma sequência de eventos que necessariamente não seguiam uma lógica, a qual, por seu lado, o historiador quer encontrar. Sob o designador do nome, colocam-se questões que, vistas ao longe, já parecem suficientemente bem resolvidas, mas que podiam e deviam de fato ter múltiplos significados para o biografado. Desta maneira, acaba o biógrafo muitas vezes por colocar na mente de seu sujeito estudado uma racionalidade que não existia naquele instante de decisão, ou ainda pior, uma racionalidade anacrônica, que responde ao intento do biógrafo, mas não do seu personagem de pesquisa. Tal como ensina Levi, ao se fazer a biografia, corre-se então o risco de se construírem “modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas” (2006, p. 169). Isso também foi apontado por Lilia Moritz Schwarcz, ao postular que “não é raro cobrarmos que eles digam o que insistem em não dizer nos documentos; que nos decepcionemos com eles e que muitas vezes eles sejam objeto de orgulho pessoal e privativo” (2013, p. 53)

Isto não coloca, porém, a escrita da biografia como uma impossibilidade, mas como um gênero histórico que deve atentar a determinados cuidados. Para tanto, Levi faz um levantamento dos problemas presentes em diversos gêneros biográficos (modal, biografia e contexto, biografia de casos extremos, biografia hermenêutica, psicobiografia), buscando demonstrar os limites presentes em cada caso. De uma forma bastante ampla, pode-se compreender que, ao se retomar a biografia, dentro das novas perspectivas e estudos que tem surgido nos últimos anos, pretende se desfazer

“a falsa oposição entre indivíduo e sociedade. O indivíduo não existe só. Ele existe ‘numa rede de relações sociais diversificadas’. Na vida de um indivíduo, convergem fatos e forças sociais, assim como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginário convergem para o contexto social ao qual ele pertence” (DEL PRYORE, 2009, p. 10)

Desta maneira, pode-se pensar a biografia de Cipriano José Barata de Almeida (1763 – 1838), médico e jornalista, nascido na Bahia, mas com grande atuação no cenário jornalístico a partir de Pernambuco. Este é o local onde se instalou o baiano após seu retorno de Portugal e de sua conturbada participação nas Cortes, convocadas após o movimento liberal do Porto, em 1820. Conhecido por sua publicação mais importante, o jornal *Sentinela da Liberdade*, editado entre 1823 e 1835, a vida de Cipriano inseriu-se em um contexto de grandes transformações no Brasil, entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Época de intensas discussões a respeito do que deveria ser o Brasil, em especial em termos políticos e sociais, este período foi marcado por projetos e ideias conflitantes, produtos das relações dos homens que nasceram e viveram naquele momento, em virtude das condições que lhes eram oferecidas e sobre as quais pretenderam atuar. Muitas vezes, encontrar-se-ão disposições e pensamentos que, vistos com dois séculos de distância, dão a impressão de profundas contradições no pensamento dos personagens da época, mas que devem ser problematizados e, mais do que isso, contextualizados. Era a época da crise do sistema colonial, e todas as suas disposições, sejam no campo político, econômico ou social estavam em processo de revisão, em muito influenciado pelas ideias que eram formuladas na Europa e apropriadas e repensadas pelos indivíduos nas áreas coloniais.

Talvez se busque, aqui como em outros trabalhos, aquilo que Jenkins, em seu *A história repensada* (2001, p. 68), colocou como uma impossibilidade da disciplina: a empatia, a compreensão do ponto de vista do próprio Cipriano a respeito do mundo em que vivia e das conquistas e vicissitudes que vivenciou. Não se busca recriar o mundo em que o mesmo viveu e experimentar suas próprias sensações, o que poderíamos chamar de “empatia radical”, cujo alcance talvez fosse um objetivo metódico por demais, mas sim tecer uma certa trama que, a partir dos indícios que possuímos, nos forneça indicações de como as estruturas político-sociais agiram sobre a obra de Cipriano Barata, mas como também suas decisões e ações puderam influenciar na própria alteração de tais estruturas. Tal como coloca Darnton (2014), trabalha-se como os detetives, os quais “interpretam pistas, seguem fios condutores e montam um caso até chegar a uma convicção, - a sua própria e frequentemente a de um júri” (p. 146), sem a pretensão de objetividade, mas de verossimilhança.

A trajetória de Cipriano Barata

Luiz Henrique Dias Tavares (2003), em obra que reúne diversos ensaios sobre o período vivido por Barata, apresenta um debate a respeito da biografia e atuação de Cipriano. Este embate de ideias se situa na formulação de uma imagem, por um lado, que apresenta o Cipriano Barata “histórico”, com sua biografia a ser mais e mais esmiuçada e problematizada pelos historiadores, conquanto pesem as dificuldades relativas à carência de dados biográficos sobre vários períodos de sua vida. Por outro lado, existe uma representação do Cipriano “estereotipado”, taxado de “agitador”, “revolucionário”, “sans-culotte” ou diversos outros títulos de que se valeram seus antagonistas políticos, em especial o governo absolutista de Dom Pedro I e seus ministros, além de vários outros jornalistas contemporâneos seus, ou mesmo historiadores mais interessados na legitimação de lutas políticas do que em problematizar os aspectos eventualmente contraditórios de seus pensamentos e obras.

Marco Morel destaca a figura de Cipriano enquanto um herói, que por suas qualidades carismáticas despertou a admiração e o respeito do povo (2001, p. 15). No entanto, pela defesa radical de suas posições, em muitas ocasiões contrárias ao poder estabelecido, Barata acabou relegado a um segundo plano, seja na memória, seja na historiografia, embora muitos breves ensaios, de pesquisadores renomados, tenham tentado reabilitá-lo enquanto figura de destaque nas disputas políticas e sociais estabelecidas no princípio do século XIX.

Sobre sua infância e juventude, não há registros que nos informem acerca de suas atividades. Não conhecemos, por um lado, o modo pelo qual aprendeu as primeiras letras nem outras experiências que possam ser dignas de nota. Sabemos, por outro lado, que o período de seus anos iniciais foi marcado por acontecimentos de relevância para a própria história do país. Neste sentido, veja-se o seu próprio ano de nascimento: há dois registros para esse momento, podendo o mesmo ter acontecido em 1762 ou 1763. Este é o momento no qual o governo português, com vistas a melhor controlar o fluxo de ouro e diamantes da colônia, transfere a capital de Salvador para o Rio de Janeiro. Entenda-se nesse fato dois elementos fundamentais: em primeiro lugar, a perda da importância política da região Nordeste, em virtude da própria decadência econômica da mineração, que levou o governo metropolitano a apertar a fiscalização, redundando na mudança do centro administrativo. Em segundo

lugar, pode-se visualizar uma alteração importante no tocante a questão dos empregos públicos, bastante diminuídos com a transferência da sede administrativa. Em ambas as situações, deve-se perceber que um clima de insatisfação e mal estar percorreu a capital baiana, atingindo em maior ou menor escala os diversos grupos populacionais.

Não se deve imaginar, entretanto, que Salvador empobrecera de uma hora para outra: continuava a ser grande exportador de açúcar, com uma produção próxima a de Pernambuco, além de produzir tabaco e iniciar, naquele momento, uma lavoura de algodão, que seria movimentado pela demanda inglesa de tal matéria prima. Assim, o capital ainda estava presente e circulante no cenário soteropolitano em particular e na Bahia em geral, lado a lado com “verdadeiros restos da sociedade escravista: marinheiros velhos ou aleijados, prostitutas, mulatos e negros ex-escravos abandonados pelos senhores na velhice, índios desgarrados das aldeias, negros fugidos do eito, brancos e mestiços pobres com trabalho irregular, ciganos, degredados europeus” (MOREL, 2001, p. 30), constituindo um ambiente de tensão social constante, no qual as desigualdades acumulavam-se, fossem estas de renda ou étnicas.

Sabe-se que, depois de haver crescido e formado suas primeiras noções de realidade a partir de um ambiente colonial pleno de contrastes, Cipriano Barata matricula-se em 1786 na Universidade de Coimbra, na qual estudou Filosofia, Matemática e também Medicina, embora se saiba que o mesmo não completou sua formação nesta área, mesmo tendo atuado, durante boa parte de sua vida, enquanto “cirurgião aprovado”. Filho de Raimundo Nunes Barata, tenente português que comandava tropas sediadas na Bahia, e da brasileira Luísa Josefa, fica também em questão a forma pela qual teria adquirido recursos que possibilitassem sua ida e permanência na universidade portuguesa. Pode-se imaginar que tenha sido agraciado por algum “mecenas”, mas tal informação permanece enquanto especulação. A possibilidade que tenha ido e permanecido na Europa com recursos próprios também pode ser encarada enquanto suposição.

Para além disto, é importante notar que Cipriano defronta-se, em Portugal, com uma universidade já toda reformada, em virtude dos processos iniciados pelo Marquês de Pombal no ano de 1772. Mesmo que após a morte do rei José I, em 1777, sua sucessora, a rainha dona Maria, tenha revertido muitas das transformações levadas adiante por Pombal, o ensino na Universidade não foi trazido de volta aos antigos parâmetros puramente especulativos de anteriormente. Foi neste ambiente que Barata estudou, apropriando-se, talvez, de muitos dos fundamentos que embasariam suas discussões em seu jornal. Este é outro ponto no qual os debates sobre a biografia também se detêm, ou seja, sobre a influência que determinado contexto exerce sobre as consciências individuais.

Não se pode ignorar que, se em vários momentos de seus escritos e de suas falas como deputado Cipriano Barata apresentou argumentos e defendeu teses de teor iluminista, apreendidos em sua estada em Coimbra, pode-se também supor que isso parte de uma escolha e interpretação pessoais, se se compreende que o baiano não foi o único a lá estudar e que, entre seus colegas de geração, tal como José Bonifácio, as discussões sobre a organização do poder e dos direitos dos brasileiros seguem vias diferentes.

Sabemos que Cipriano retornou ao Brasil em 1790, e em 1798 foi preso e acusado de envolvimento na Conjuração Baiana. Esta foi sua primeira visualização

pelo governo, na condição de um possível sedicioso, o que não foi comprovado e levou a sua soltura, em 1800. Deste momento em diante, até 1821, o que se sabe da vida de Barata é apenas e tão somente conjecturas. Nenhum documento, de qualquer natureza, nos informa sobre suas atividades neste período. Existem informações esparsas, como uma suposta conversa entre o médico e o governador da Bahia, o oitavo Conde dos Arcos, que teria ameaçado de cortar fora a cabeça de Cipriano, em virtude de sua atuação política junto às massas. Porém, seja neste episódio ou em sua participação na Revolução Pernambucana de 1817, o que existem são suposições.

Sobre seu envolvimento no episódio insurrecional de 1817, Morel é bastante sucinto ao afirmar que, uma vez transferidos os participantes presos para a Bahia, Cipriano lhes teria dado suporte material, além de liderar uma campanha por sua anistia. Pode-se entreve-lo enquanto parêntese às ideias defendidas naquele levante, mas não se pode afirmar, como fizeram Juarez Bahia, Caio Prado Junior ou Fernando Segismundo, que o mesmo tenha participado de forma inconteste da revolta. O que tal afirmação categórica pressupõe é, pegando o exemplo de Caio Prado Júnior, muito mais voltado aos interesses do próprio autor e de sua concepção ideológica do que necessariamente corroborado por evidências. Este é outro ponto crucial do debate historiográfico a respeito da biografia: o quanto a ausência de elementos factuais comprováveis permite o preenchimento dos interstícios da história com afirmações e argumentos que são úteis ao elaborador da biografia, e que não pertençam, necessariamente, ao biografado.

Após esse período de sombra, Cipriano voltou à cena pública em 1821, quando foi eleito deputado para as Cortes de Lisboa. Ao final daquele ano, chegou em Portugal, acompanhado de Francisco Agostinho Gomes e Luis Paulino Pinto de França, todos eleitos enquanto deputados representantes da Bahia. Logo ao chegar, Barata gerou uma grande discussão dentro das Cortes, já que sugeriu a interrupção dos trabalhos até a vinda de todos os deputados representantes do Brasil, pois, em dezembro de 1821, o baiano encontrou os trabalhos em estágio avançado, uma vez que os portugueses haviam iniciado suas atividades em Janeiro daquele mesmo ano. Tal progresso incluía pontos referentes ao Brasil, o que Barata considerou injusto de ser decidido sem a participação de todas as partes interessadas. Sugeriu inclusive que tais artigos deveriam ser rediscutidos e alterados, caso a deputação brasileira, quando completa, pensasse neste mesmo sentido.

Vários foram os assuntos discutidos por Barata em sua atuação enquanto deputado, propondo desde a reforma do sistema prisional, de forma a se oferecer condições menos insalubres aos condenados (2008, p. 73), passando pela questão da educação, a qual, em âmbito privado, não deveria ser regulada pelo Estado (p. 79), até chegar a questões mais delicadas e especificamente políticas, como a permanência de Dom Pedro I no Rio de Janeiro. Narram seus biógrafos, assim como pode ser notado também no registro de suas falas nas Cortes, que suas intervenções causavam furor e intensos debates entre os deputados, tendo o presidente do Congresso que chamar à ordem diversas vezes enquanto Barata se pronunciava.

Nesse clima de tensão e grandes debates, Cipriano chegou mesmo a se desentender com Luís Paulino, em uma contenda que terminou com este deputado rolando escada abaixo no prédio onde os parlamentares estavam reunidos. Sua última atuação nas Cortes deu-se em 20 de Setembro de 1822, quando alertava ao Congresso que as decisões que ali se tomavam provocariam “um choque de duas

metades” (2008, p. 117), levando à definitiva ruptura dos brasileiros com a nação portuguesa, sem saber ainda que no sudeste brasileiro Dom Pedro já havia iniciado o processo de separação definitiva com Portugal. Pressionado pelos deputados, ameaçado pelos populares, Cipriano, junto a um grupo de outros deputados brasileiros, acaba por fim saindo clandestinamente de Portugal, por se recusarem a fazer o juramento prévio da Constituição (2008, p. 137), encerrando-se desta forma sua atuação enquanto deputado.

Quando retorna da experiência tumultuada de deputado nas Cortes de Lisboa, Cipriano não pode desembarcar na Bahia em virtude da guerra de independência da capitania que então se desenvolve. A mesma se insere no contexto dos conflitos pela independência, que demonstram, tal como vem retomando a historiografia, que o processo de libertação do Brasil não foi pacífico ou consensual, abrigando em seu desenrolar várias disputas em relação ao pertencimento de cada província, antes de formar o conjunto chamado Brasil.

Desembarcou em Recife e nesta cidade viveu por algum tempo, até a série de prisões que marcou sua vida tenha início e faça com que Barata seja constantemente transferido entre prisões. Com a liberdade de imprensa já estabelecida por decreto real, houve uma grande multiplicação de impressos, os quais primaram, em sua maioria, pela grande discussão política que promoveram no Brasil, o qual se tornava independente. “Do absolutismo tradicional à república moderna, passando por fórmulas ‘mistas’, pela monarquia constitucional e pela proposta imperial – as proposições colocadas e debatidas na cena pública eram diversas, apesar da repressão governamental” (2008, p. 117). Neste momento, não há uma estrutura próxima ao que se conhece na atualidade enquanto jornal, o qual seria um “mosaico da realidade”, com peças mais ou menos soltas que buscam montar um cenário geral de uma localidade, país ou mesmo do mundo. A ideia de jornal que se dissemina neste início de século XIX prima pela discussão política doutrinária, panfletária, no que hoje se poderia reconhecer enquanto editorial. Na maior parte das vezes, o jornal era fruto do trabalho de uma única pessoa, o redator ou gazeteiro, que a partir de determinados fatos selecionados da realidade, passava a teorizar a respeito dos mesmos. Eram estes os escritores que tornavam públicas suas ideias por meio de livros e jornais, orientando-se no sentido de instruir o Povo e a Nação, “ou, mais precisamente, para formar a estes” (Morel, 2001, p. 165). O *Sentinela da Liberdade* existiu entre 1823 e 1835, tendo sua circulação marcada por diversas interrupções, em virtude das muitas prisões a que foi submetido o jornalista.

Tal como outros de sua época, era marcado este periódico pela linguagem virulenta, carregada de ataques pessoais e de uma linguagem próxima a oralidade, o que indica a necessidade do impresso de se encaixar dentro de determinadas redes de comunicação já formadas, e pelas quais o mesmo se realimentaria. Podemos perceber essa intensa ligação entre o mundo oral e o mundo escrito quando, por exemplo, relata Cipriano que “Amigos dos meus Leitores têm reparado que eu repito às vezes as mesmas matérias de que já tenho falado, podendo dizer coisas novas” (2008, p. 247), trazendo para as páginas do jornal informações que circulavam nas ruas, em meio a um enorme contingente de analfabetos que constituíam a maior parte da população brasileira naquele momento.

Foi através deste veículo de comunicação que Cipriano tornou-se enfim conhecido nacionalmente, uma vez que, mesmo circulando originariamente em Pernambuco, sua *Sentinela da Liberdade* era citada em outros jornais ao longo do

país, bem como recebia cartas de outras províncias, chegando mesmo a dar nome a outros jornais que se desenvolveram em sua homenagem. Em seus textos, Cipriano sempre usou uma linguagem próxima ao informal, com grandes marcas que remetem a uma possibilidade de leitura pública de seus impressos, além de constantemente usar diversas fontes de informação como base para suas discussões. Para além do factual, era a discussão doutrinária o que efetivamente importava, já que tais jornalistas tomavam para si uma missão, a de educar um povo inculto, que precisaria sair das trevas da ignorância.

Por meio deste periódico, publicado duas vezes na semana, Cipriano Barata colecionou inimigos, surgidos de suas críticas ácidas. O imperador Dom Pedro I e seu principal ministro, José Bonifácio, eram os alvos preferenciais da pena do jornalista, que rompia com os limites do debate político e trazia para as páginas de seu jornal insultos contra as próprias pessoas de seus adversários.

Vê-se tal intenção quando, ao se dirigir ao ministro José Bonifácio, Cipriano Barata afirmou que o mesmo havia sido criado “em uma pequena Chácara ou Sítio de terras plantando café e abóboras” e, em pouco tempo, havia dado “o salto mortal para Primeiro-ministro da Nação Brasileira” (2008, p. 295). Assim, procura desqualificar as atitudes e ideias do ministro, pois o mesmo possuía uma origem de “Naturalista roceiro”. Em outra ocasião, seria ainda mais incisivo ao afirmar que os irmãos Andrada “têm as mãos banhadas em sangue humano” (2008, p. 368), ao se referir ao ataque desferido contra o redator do jornal *Malagueta*, Luís Augusto May.

Em outro episódio, ao se referir ao Padre José Joaquim Xavier Sobreira, Barata o enxovalha e insulta, ao descrevê-lo como “homem de meia idade, cabeça pequena, magro e de feia catadura” (2008, p. 290-291). Suas intenções, ao assim caracterizá-lo, caminham no sentido da desqualificação, uma vez que o mesmo possuía opiniões políticas divergentes. E ainda completa que tais ideias seriam decorrência de sua própria anatomia, pois “cabeça pequena tem pequeno miolo e mau juízo” (p. 291).

Outra marca do jornal de Cipriano Barata está na grande presença de um vocabulário que se alterna entre o erudito e o popular. Pode-se encontrar a presença deste vocabulário popular na utilização que faz o jornalista de expressões de linguagem informal, tal como “quando todos os Frades andam gordos e corados, benza-os Deus” (2008, p. 226). Também, ao discutir sobre a instalação de lâmpões nas ruas de Pernambuco, reflete a respeito de seu funcionamento ao dizer que “é preciso acautelar que os atizadores não tenham Moura encantada que lhes apague os lâmpões” (2008, p. 228). Utilizando uma antiga figura das tradições portuguesas, apela o escritor ao imaginário popular para discutir uma questão de utilidade pública, qual seja, a iluminação das ruas. Também traz metáforas do conhecimento popular ao dizer que “quem não quer ser lobo não lhe veste a pele” (2008, p. 229), discorrendo a respeito de disputas judiciais que tomavam lugar em Pernambuco. Por fim, utiliza-se de provérbios portugueses, ao dizer que se o trabalho de feitura da Constituição não obtivesse efeitos práticos, “lá vai tudo quanto Marta fiou” (2008, p. 285), o que remete diretamente a um vocabulário de domínio popular, o que auxiliaria na compreensão dos debates fomentados pelo periódico.

Dessa forma, utilizando uma linguagem sarcástica e de críticas ferinas, com vocabulário de fácil acesso, assim como vendendo seu periódico por um preço razoavelmente baixo, Barata conseguiu grande alcance para suas palavras, mas ao mesmo tempo, despertou a ira de seus inimigos, sendo preso no final de 1823. Desta vez, permaneceu na cadeia por sete anos, sendo libertado no final de 1830. Logo no

princípio de 1831, retomou seu jornal, que não mais conseguiu publicar com a mesma periodicidade, uma vez que no governo regencial voltou a enfrentar o fantasma das prisões. Com intermitências longas, levou seu periódico adiante até 1835, tendo publicado o último número conhecido de seu jornal no dia de seu aniversário, em 26 de Setembro.

Após tumultuada carreira política e jornalística, Cipriano mudou-se para Natal, onde sobreviveu graças a aulas particulares, vindo a falecer em 1838, já bastante debilitado pelo diabetes, aos 74 ou 75 anos. Encerravam-se ali a sua vida e suas ideias?

Considerações finais

Cipriano Barata nasceu em 26 de Setembro de 1763 (1762, como querem alguns), viveu na Bahia, Portugal, Recife, Natal, e morreu em 07 de Junho de 1838. Quantas vidas cabem nesse intervalo e nesses espaços? Para além de uma formulação retórica, tais questões devem suscitar as discussões fundamentais das teorizações sobre a biografia.

Em primeiro lugar, retornando ao conceito de designador rígido de Pierre Bourdieu, pode-se falar que o “Cipriano Barata” da carta endereçada ao amigo é o mesmo “Cipriano Barata” do jornal de 1831? Fica evidente, ao nível das ideias, que tal permanência não se sustenta. O autor da carta, aos 35 anos de idade, não era definitivamente o gazeteiro de 68 anos que se colocava contra a escravidão.

Foi o meio que o condicionou, em cada momento, já que em 1798 a escravidão ainda era bastante aceita, sendo que em 1831 diversas discussões já esperavam por seu encerramento? Suas vivências e leituras o levaram a revisar suas opiniões? Ou, para além de uma revisão, pode-se considerar que o Cipriano do nível íntimo da carta é o mesmo que se faz ver nas páginas do jornal? Giovanni Levi nos informa que “imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado” (p. 169), desconsiderando que em vários momentos o personagem teve dúvidas, angústias, avanços e retrocessos. Como eles aconteceram? Essa informação pertence aos mortos, e com eles há de ficar.

Cipriano Barata foi construtor de seu tempo ou produto de seu tempo? É absolutamente falsa essa dicotomia, tal como já apresentado pelas discussões de pesquisadores como Norbert Elias, Anthony Giddens, Giovanni Levi e Pierre Bourdieu (aqui citados), tal como por inúmeros historiadores que se dedicaram a essa discussão. A relação entre estes polos não é de determinação unilateral, mas se encaixa em um jogo dialético de construções e reconstruções.

Também deveríamos questionar: a quem Cipriano se dirigiu, quando teve dúvidas em suas leituras? Com quem discutiu as ideias que estavam presentes em cada número do jornal? Teria ele ouvido as discussões que os leitores fizeram de seus artigos, em praça pública, após a leitura de um periódico? Está nítido que tais registros não foram feitos, mas se cristalizaram em todos os escritos que chegaram até nós, uma vez que cada sujeito biografado não vive em um vazio, mas em meio a uma teia de relações que influenciam todos os lados envolvidos.

Certamente, essas são dúvidas que, uma vez levantadas, deixam uma interrogação no ar. O leitor poderia então perguntar: sendo assim, é possível escrever uma biografia? A resposta é simples, e afirmativa. No entanto, cabe entender que uma biografia, assim como qualquer esforço historiográfico, não é o que realmente

aconteceu (para o desgosto de Ranke), mas uma versão de uma trajetória, incerta, cheia de idas e vindas, não definida de princípio e cujas lacunas sempre serão maiores do que a documentação poderá apresentar.

Referências bibliográficas

- BAHIA, Benedito J. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 2 v.
- BARATA, Cipriano. *Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821 – 1835)*. Organização e Edição de Marco Morel. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800 – 1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (coords.). *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *Poesia e Polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*. Rio de Janeiro, v.10, n.19, p. 7 -16, jul – dez 2009.
- GARCIA, Paulo. *Cipriano Barata, ou a Liberdade acima de tudo*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- JANCSÓ, Istvan. *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, Salvador: EDUFBA, 1996.
- JENKINS, Keith. *A História repensada*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. *A História Refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*. São Paulo: Contexto, 2014.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (coords.). *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821 – 1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MATTOSO, Katia M. Q. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Salvador: Editora Itapuã, 1969.
- MELO, José M. de. *História Social da Imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500 – 1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.
- _____. *Cipriano Barata: o panfletário da independência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana M. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, Carlos G. *Ideia de Revolução no Brasil (1789 – 1801)*. São Paulo: Ática, 1996.

NEVES, Maria L. B. P. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820 – 1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

NUNES, Cristiane T. F. M. *A Universidade de Coimbra reformada*. Disponível em <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07> Acesso em 09 de Janeiro de 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RUY, Affonso. *A primeira revolução social brasileira (1798)*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

SCHWARCZ, Lilia M. Biografia como gênero e problema. *História Social*. Campinas, n. 20, p. 51 – 73, jan – jun 2013.

SEGISMUNDO, Fernando. *Imprensa Brasileira: vultos e problemas*. São Paulo: Editora Alba, 1962.

SODRÉ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Mauad, 1999.

SOUSA, Octávio T. de. *Fatos e Personagens em torno de um Regime: História dos Fundadores do Império do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. V. 9.

TAVARES, Luis H. D. *Da sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia: estudos sobre a Sedição de 12 de agosto de 1798, o soldado Luis Gonzaga das Virgens, os escravos no 1798, Francisco Agostinho Gome, Cipriano Barata e o Levante dos Periquitos*. Salvador: EDUFBA; Campinas: Unesp, 2003.

ÁRVORE: UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

Marcel Franco Lopes²⁰¹

Resumo: A compreensão da historiografia contemporânea tem, como característica principal, sua relação metodológica com a Escola dos Annales. Por essa razão, ela também é conhecida como a Revolução da Historiografia Francesa. Assim os Annales constituem a expansão teórica da História como uma ciência em movimento. Trata-se de uma perspectiva humana, enquanto tal, não se centraliza em uma base temporal, mesmo que, em hipótese alguma, constitua teorias totalizantes.

Palavras-chave: Annales; historiografia; interdisciplinaridade.

O ensino de História tem, como prática pedagógica aplicada à Educação Básica, a esquematização de uma linha do tempo. Embora apresente através da linearidade a disposição correta dos acontecimentos, segundo a perspectiva historiográfica dos Annales, deixa omissa a compreensão do contexto histórico. Por essa razão, a interdisciplinaridade característica da terceira geração do movimento dos Annales²⁰² apresenta as várias relações interdisciplinares que expandem o campo de atuação do historiador e a importância da historiografia como método de compreensão histórica. A árvore melhor representa essa interdisciplinaridade, uma vez que:

“(…) sua ampla relação com a terra, apresenta, mediante suas raízes, as múltiplas facetas relacionadas ao contexto histórico. De maneira semelhante, embora em consonância com a linha do tempo, seu tronco apresenta a linearidade cronológica, no que tange à disposição constante dos fatos como produtos e fatores determinantes para novos fatos. Suas ramificações superiores, os galhos, dizem respeito às consequências dos eventos, também sob a ótica interdisciplinar produto do movimento dos Annales, precisamente sua terceira geração.” (LOPES, Marcel Franco, 2020, p. 6)

O exercício profissional do historiador também pode ser explicado pela mesma analogia. Trata-se de uma “dupla perspectiva” que contempla a visão de quem conta e quem tem sua história contada, também conhecida como alteridade, para se evitar o anacronismo.

“Embora apresente uma perspectiva mais adequada à metodologia historiográfica, a árvore deve estar limitada à compreensão do historiador ou do acadêmico de história. Se aplicada à escola, esta analogia complicará a compreensão dos alunos, além de obstruir o fluxo multidisciplinar necessário para o processo de educação escolar.” (Idem)

Embora seja uma metodologia recente, a interdisciplinaridade contribuiu, consideravelmente, para a inovação científica. Em relação à História, por exemplo, já não se produz historiografia olhando-se apenas com “olhar histórico”. Tal análise tem uma “multifacetada” conjuntura de análises teóricas que, embora se divirjam da História enquanto área do conhecimento, estão intimamente relacionadas, uma vez

²⁰¹ Nascido em 18 de novembro de 1987, em Curitiba/PR. É casado, historiador/MEI fundador da Flashes& Memórias, em 2019. Autor de vários e-books historiográficos, inclusive o que empresta título a esse artigo, disponíveis à venda no Clube de Autores ([Meu Espaço - Clube de Autores](#)).

²⁰² Ver: BURKE, Peter, 1991.

que seu agente transformador é o mesmo, ou seja, o homem. Deste modo, é cada vez mais corriqueira a produção de análises historiográficas feitas por profissionais que não estudaram História na universidade, mas não deixam de ser profundamente apaixonados por ela. Não cabe enumerar, mesmo que em poucos exemplos, os autores ou as obras que ilustram este exemplo. Mesmo assim, é importante que estas visões de outras perspectivas dialoguem com a História para que a enriqueça enquanto ciência produtora da compreensão das transformações que causamos ao longo do tempo. A historiografia passa por importantes transformações à medida em que vem sendo reescrita. De qualquer forma, eis um processo que demanda cuidadosa análise. Para melhor compreender a relação entre a estrutura do sistema nervoso e as diversas “ramificações” que constroem o fato histórico, é necessário se aprofundar na análise dos contextos, não descartar teorias que se confrontem, ter uma atividade de “detetive”, pois, como bem definiu o historiador Marc Bloch “o historiador é como o ogro da lenda, onde fareja carne humana sabe que ali está sua caça.”. Por isso, a função do historiador é reescrever a história, trabalhando com as pistas encontradas pelos arqueólogos, sempre preparado para mudar a forma como compreendemos nossa história.

Quando se fala em “origem” dos acontecimentos, faz-se referência aos elementos que, interligados ou transformados em algo novo, impeliram as condições necessárias para que o fato acontecesse. Embora essa linha de raciocínio possa transcorrer uma volta ao positivismo histórico, em que se tem o tempo como agente histórico, trata-se de explicar sobre as consequências das ações humanas, normalmente de cunho social, mas pode se relacionar ao pessoal também, que transformaram a sociedade contemporânea. Esta posição dialoga diretamente com as áreas médicas, principalmente no que diz respeito à psicologia. Sabe-se, por experiência ao longo da história, que determinadas medidas extremas podem transformar o comportamento do indivíduo. Nesse sentido, o extremismo apresenta-se como uma posição ideológica “dura”.

A História precisa ser compreendida como um todo, mas, não necessariamente, com o intuito de esgotá-la. Pelo contrário, a compreensão de todo processo histórico ao invés da análise exclusivamente factual, possibilita a compreensão do porquê o homem é o agente histórico, e não o tempo. A linearidade proposta pela linha do tempo precisa ser aperfeiçoada metodologicamente, de modo a conseguir representar as múltiplas conexões científicas presentes no campo histórico. Todas as áreas que são objeto de atividade humana são instrumentos de análise histórica, uma vez que, constam como produto de nossa intervenção. Dessa forma, estende-se, para muito além do passado ou do presente, ou até do futuro, especificamente, o recorte temporal de nossa análise. É preciso construir uma ligação, uma relação direta entre aquilo que aconteceu no passado, incluindo-se, obviamente, seu pretexto, com os efeitos no presente e, somente com base nestes, projetar possíveis efeitos no futuro.

O estudo historiográfico hoje vai além da aplicação de uma linha do tempo para compreender os fatos históricos e seus contextos. Embora, já há algum tempo, a História deixou de ser positivista, ou seja, de estar simplesmente vinculada à datação cronológica, passando a estudar o antecedente dos fatos, hoje em dia, tal estudo pode ser ainda mais aprofundado na medida em que, se levarmos em conta a área neurológica da medicina, e nela, estudarmos a estrutura do sistema nervoso, é possível fazermos uma analogia teórica com a própria estrutura dos fatos históricos,

além de podermos nos fundamentar na memória, já estudada por nós, historiadores.

Por muitos anos a linha do tempo tem representado a cronologia dos eventos históricos que se deve compreender, a fim de que se possa compreender a história do mundo. No entanto, embora a linearidade faça referência à continuidade dos eventos e do próprio mecanismo da vida não se pode considerar como metodologia sólida no que tange à compreensão historiográfica. Alguns aspectos que, hoje, nos parecem essenciais para compreendermos nossa própria história, ficavam à mercê do esquecimento científico. Vale lembrar, nesse sentido, que a história passou a ser considerada como ciência nesse período. Anteriormente, não se atribuía a credibilidade necessária para estudá-la a fundo.

Mesmo assim, a linha do tempo foi empregada como portadora da explicação mais científica a respeito de como se deve compreender a História. Por outro lado, não entra no mérito da origem dos eventos, utilizando-se de uma espécie de “factualidade”. Não se tinha como objetivo compreender as razões que formaram os eventos históricos, relacionando-os ao tempo histórico como eventos isolados.

Nessa perspectiva, a linha do tempo traz a vaga noção para compreender o fato histórico em razão de suas múltiplas características “pré” e “pós”- factuais.

Por essa razão, não se fala em “linearidade” histórica quanto à origem ou finalidade dos eventos. Por outro lado, para se compreender a importância de cada evento, é preciso estar ciente da presença da continuidade. Cada momento, enquanto produto do passado, constituem fortes indicadores da intensidade das transformações que vivemos na Contemporaneidade.

No período pelo qual passamos desencadeiam-se inúmeras transformações tecnológicas, de modo a, pelo menos teoricamente, depender e/ou escravizar a mão de obra humana. Questões temporais, tais como a “noção de tempo”, estão cada vez mais sujeitas à rapidez com que o tempo passa, tendo a nítida sensação de que os dias estão cada vez mais curtos. Embora isso não ocorra na prática, o volume de atividades exercidas pela sociedade está cada vez mais acentuado, uma vez isto acontecendo, a tendência é que nos tornemos escravos de nossa própria rotina, motivados pela “positividade” dos resultados, mais em quantidade do que em qualidade. Mas por quê? É possível enumerar duas grandes razões: A primeira diz respeito ao barateamento da mão de obra, necessária para que não se deixe de investir nas novas tecnologias e no melhoramento da produção. Segundo é o barateamento do material utilizado, isso já vem ocorrendo desde, pelo menos, os anos 80. Por exemplo, a fabricação de veículos automotores anteriormente, utilizava materiais mais resistentes, tais como ferro, na confecção de sua lataria, motores menos potentes, mas de maior durabilidade, ou seja, a manutenção era menos necessária. Outro exemplo está nos eletrodomésticos, também anteriormente fabricados com a utilização de ferro e/ou derivados, para maior durabilidade, seja em relação ao uso, seja em relação ao tempo. Mas a lei de produção e consumo em vigor, exige que se aumente o volume produzido para saciar um mercado cada vez mais em ascensão, para, entre outras coisas, reduzir a desigualdade entre as classes. Por isso, investiu-se mais em menor custo/benefício e mais produtos em menor tempo, para conseguir sempre atingir e superar a meta, atingindo com frequência, o excedente de produção. Isto ocorre porque, ao invés de reaproximar as classes, economicamente falando, a pós-modernidade salientou ainda mais as diferenças, uma vez que estamos diante de um mercado de trabalho cada vez mais afunilado, ou seja, menos vagas e mais qualificação profissional. Desse processo, surge outro grande embaraço, e

quanto aos jovens que buscam o primeiro emprego? Em relação a esse mercado, abriram-se cursos técnicos e profissionalizantes e reduziu-se o investimento pessoal e profissional nas universidades, novamente em razão do tempo. Àqueles, preparam de maneira suficiente em bem menor tempo e, o que é mais interessante para os jovens, custam bem menos, dependendo do curso escolhido em comparação ao curso universitário. Acompanhando a essas transformações, as novas tecnologias NTIC'S, proporcionam conforto e facilidade quando se busca empregos nas diversas áreas, e a nível estudantil, com a diversidade de sites utilizados para pesquisa.

Além da internet, outros meios tecnológicos utilizados na comunicação, como celulares, telefones fixos, entre outros, também se modernizaram. Está no fluxo constante e inovador, o fato de se inovar sem repetir investimentos passados, que a Modernidade se torna sempre uma novidade e, por isso, adorada e admirada, principalmente entre os mais jovens. No entanto, ao mesmo tempo em que ela é encantadora, é também destruidora. Pois, à medida em que a tecnologia aproxima as pessoas, inovando a lista de contatos e, em alguns casos, construindo famílias inspiradas à distância, antigas tradições familiares, como “apresentar o (a) cônjuge aos pais dele (a) antes do namoro e, estruturar-se devidamente antes do casamento” estão cada vez mais rareando em nossa sociedade. Mais uma vez, não se tem mais tempo para honrar tradições culturais, é preciso remodelar os modos de se construir relações duradouras e “sadias”. Por isso, tradições como “batismo” e “casamento” têm a tendência de serem influenciados em curto prazo por esse “lapso” de transformação globalizado e avassalador.

À medida em que se compreende o homem como agente histórico, passa-se a perceber que, com o passar do tempo, a influência das decisões políticas tomadas em nome da sociedade aumenta exponencialmente para transformar nossa própria realidade. Portanto, a linearidade presente na linha do tempo deve ser compreendida como continuidade, sobretudo levando-se em consideração a influência das escolhas abrangentes feitas ao longo do tempo.

Muito se deve à importância do movimento Escola dos Annales que, do ponto de vista historiográfico, constituiu importante mudança na compreensão e abordagem teóricas da História. Abriu-se, a partir daí, inúmeras possibilidades de estudo e, conseqüentemente, a importância do historiador em conjunto com outros profissionais sociais, entre antropólogos, sociólogos, etnólogos, na tarefa de compreender as transformações sociais que ocorreram, ocorrem e ocorrerão na humanidade com o passar do tempo. A ascensão dos Annales, ocorrida em meio à crise do Positivismo Histórico, conforme atesta a concepção do historiador alemão Leopold von Ranke²⁰³, que já percebia a influência do homem no curso da História, em contrapartida ao protagonismo temporal vigente.

Escola dos Annales

Em sua primeira fase (1929-1945) a Escola dos Annales apresentou-se como um movimento radical, pequeno e subversivo, consistindo em uma guerra contra a historiografia tradicional, a história política e a história dos eventos. Após a Segunda

²⁰³ Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. São Paulo: Revista de História, vol. L, Ano XXV no100, 1974. Disponível em: file:///C:/Users/Notebook/Downloads/132639Texto%20do%20artigo-253582-1-10-20170518.pdf acesso: 25/11/2020. Apud. LOPES, 2021, p. 68.

Grande Guerra, inicia-se a segunda fase do movimento em que os rebeldes transformaram-no em uma “escola” aplicando novos conceitos, principalmente na estrutura e conjuntura e novos métodos tendo o historiador Fernand Braudel como principal articulador teórico.

Na terceira fase, os Annales recebem características de uma identificação mais plural, a interdisciplinaridade, na qual destacam-se vários pesquisadores, entre os quais: Jacques Le Goff e Pierre Nora. Na quarta fase, desenvolve-se uma História Cultural, representada por nomes como Georges Duby e Jacques Revel. Mas o legado deixado pelos Annales é enorme. Entre as principais modificações estão: a apresentação de ritmos diferentes para os acontecimentos, os estruturais e os conjunturais; a promoção da interdisciplinaridade, uma vez que não se considera a História apenas como uma sequência de fatos, outras fontes foram adotadas, como as arqueológicas. Em semelhante caminho, no aspecto acadêmico, incorporaram-se aspectos econômicos, sociais e psicológicos de mentalidades, aproximando-a às Ciências Sociais, sobretudo à Sociologia.

A própria “noção” de tempo passou pela transformação dos Annales. É de praxe no ensino escolar, o uso da linha do tempo como metodologia para aferir a História enquanto processo linear e contínuo da história humana. Mesmo assim, desconsidera as múltiplas facetas que podem ser encontradas à medida em que nos aprofundamos na compreensão das características específicas de cada sociedade. É comum associar o estudo da História às sociedades, isto é, o processo histórico restrito às características de determinada sociedade, levando-se em conta suas divisões hierárquicas, organização política, econômica e cultural. Restrito, em grande parte, à Antropologia, a compreensão do indivíduo é tão essencial para se compreender a História humana como se compreender as diversas sociedades. Estas são produto da interação daquele com outros, seja por afinidade cultural, parentesco, seja por subjugação. O fato é que acrescenta ainda mais conteúdo e aumento da necessidade de se compreender o indivíduo, para se compreender a sociedade. Novamente, a heterogeneidade, assim como a presente nas áreas do conhecimento, se apresenta “volátil” em cada indivíduo. Por isso, não se tem objetivo o esgotamento, mediante o encontro com a “real” história da humanidade. Nota-se, portanto, que é um conceito subjetivo, assim como a própria designação “história”, uma vez que desconsidera as variações específicas de cada indivíduo, grupo familiar ou sociedade, para se tentar “amarrar” a uma versão definitiva. A Escola dos Annales inovou o olhar histórico e a metodologia de se fazer historiografia. A descentralização do tempo enquanto fator responsável pela ocorrência dos fatos foi fundamental para que se pudesse compreender a História. A exploração factual para além do fato em si, compreendendo seu ambiente, as características, as necessidades e demais fatores que catalisaram sua ocorrência trouxe uma significativa análise de que há dinamismo na história e que os reais objetos de estudo são o próprio homem, suas atitudes ao longo do tempo. Nota-se, portanto, que o tempo é apenas um demarcador cronológico que embasa temporalmente a ocorrência das transformações sociais, econômicas, culturais, tornando possível a análise de suas influências.

Portanto, a Escola dos Annales assemelha-se a um manual contemporâneo de como compreender, estudar, construir e analisar a História enquanto conjunto de processos de vários aspectos pertinentes ao nosso tempo. Permite também analisar os fatos passados sem que se transforme suas condições temporais, sem suposições, a História não trabalha com suposição, como todas as outras ciências, ela é construída

com fatos e argumentos pertinentes a teorias e análises fundamentadas em estudos contemporâneos ao evento estudado.

Primeira Geração dos Annales: Marc Bloch e Lucien Febvre

Os historiadores fundadores do movimento, em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre, fundaram uma revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* na França, cuja proposta inicial era superar a visão positivista da escrita da História, que vinha dominando desde o final do século XIX ao início do XX. Conforme a visão positivista, a História era relatada como uma crônica ou até mesmo um diário pessoal, análises de curta duração. Por positivismo histórico, compreende-se:

“(...)um tipo de visão do trabalho do historiador típico de uma corrente histórica também francesa, dominante no século XIX. Essa corrente entendia que ao historiador bastava expor as fontes escritas, sem necessidade de interrogar os documentos, de interpretá-los nas entrelinhas e de confrontá-los com outras fontes, como vestígios materiais arqueológicos etc. O modo de abordagem dos “Annales”, ao contrário, passou a valorizar essas outras fontes, além dos documentos escritos.”(Ibid., p. 48.)

O novo modelo, portanto, vinha substituir por uma análise de longa-duração (incluindo o contexto histórico) de modo que fosse possível compreender melhor as civilizações e suas maneiras de pensar. Com uma metodologia muito mais rica, embasada, derruba a antiga prática, apresentando novos e essenciais elementos para a compreensão das sociedades. Entre as modificações estão: “o tempo histórico apresenta ritmos diferentes para os acontecimentos, os quais podem ser de simples acontecimento, conjuntural ou estrutural. A obra de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo*, foi o grande símbolo da nova concepção apresentada. Ao considerar a História não mais apenas como uma sequência de acontecimentos, outros tipos de fontes, como arqueológicas, foram adotadas para as pesquisas. Da mesma forma, foram incorporados os domínios dos fatores econômicos, da organização social e da psicologia das mentalidades. Com todo esse enriquecimento, a outra grande novidade da Escola dos Annales foi a promoção da interdisciplinaridade que aproximou a História das demais Ciências Sociais, sobretudo, da Sociologia.

*Marc Bloch*²⁰⁴

Foi um dos fundadores, ao lado de Lucien Febvre, da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em 1929, como referência para o desenvolvimento de novas Histórias e novas mentalidades. Apesar de dividir, durante parte de sua vida, sua carreira como historiador com a de militar, tendo participado das duas Grandes

²⁰⁴ Nascido no dia 6 de julho de 1886, na cidade de Lyon, França, o judeu Marc Léopold Benjamim Bloch era filho do Professor de História Antiga Gustave Bloch.(...) Foi depois da Primeira Guerra Mundial que Marc Bloch começou a desenvolver efetivamente sua carreira. Quando ingressou na Universidade de Estrasburgo, conheceu Lucien Febvre, um colega com o qual conviveria e juntos marcariam profundamente a historiografia. Os dois fundaram, em 1929, a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, que é um referencial de influência para muitos Historiadores até hoje e foi fundamental para o desenvolvimento das chamadas Nova História e História das Mentalidades. Na década de 1930, Marc Bloch ocupou a cadeira de História Econômica na Sorbonne e a revista alcançou sucesso mundial, refletindo na formação da chamada Escola dos Annales.” Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/marc-bloch/> acesso em 03/07/2019. Apud. Ibid., p. 50.

Guerras do século, Bloch conseguiu desenvolver uma importante produção historiográfica para transformar o modo de fazer História.

Considerado por muitos, como o maior medievalista e historiador de maior referência do século, sua revolucionária metodologia historiográfica ampliou sua importância para a historiografia contemporânea. Entre as muitas obras que escreveu, analisarei uma que foi publicada postumamente, *Apologia da História* (1949), de grande contribuição e referência para historiadores e acadêmicos da área.

Apologia da História ou o Ofício do Historiador (1949)

Apologia da História ou o Ofício do Historiador é uma das obras mais completas a respeito da metodologia historiográfica, de “como se faz historiografia”. Uma das maiores referências da academia, esta obra ensina, basicamente, o “passo a passo” da pesquisa, desde a classificação das fontes¹² até a importância do estudo histórico para as sociedades, algo muito além de se “limitar ao passado”. Inclusive, um dos conceitos mais presentes na obra é resultado da proposta de Bloch e Febvre na fundação da Escola dos Annales. Trata-se do real objetivo de se estudar História:

“(…) a história é uma arte, a história é literatura. Frisa: a história é uma ciência, mas uma ciência que tem como uma de suas características, o que pode significar sua fraqueza mas também sua virtude, ser poética, pois não pode ser reduzida a abstrações, a leis, a estruturas.” (LOPES, 2020, p. 51)

A história é uma ciência que estuda as relações do homem no tempo. Por isso, assimila profundamente a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, especialmente com as “coirmãs”, Antropologia, Filosofia e Sociologia. Nesse sentido, a transição do objeto de estudo da História que, durante o século XIX, até o início do XX, foi o tempo, numa tentativa de “cravar” as ações do homem a uma data específica, caíram em desuso.

A partir dos Annales, passou-se ao questionamento, ao diálogo com as fontes, à resposta de problemáticas, cumprimento de objetivos e, principalmente, a profusão da interdisciplinaridade para além das ciências humanas. A ciência, enquanto produto da evolução do conhecimento científico ao longo do tempo, é produto do pensamento humano. Uma vez que é o homem, o objeto de estudo da História, amplia-se a noção semântica da mesma sobre as sociedades. Não se trata de fixar a uma tarefa específica o estudo historiográfico, uma vez que, é inviável toda e qualquer tentativa de esgotá-lo.

Compara-se o estudo da História à construção de uma casa em solo arenoso, cuja ação do tempo torna necessária as ações de manutenção dela, de modo a preservá-la. Nesse sentido, o historiador não cria, não parte dele a existência de determinado fato, mas, nem por isso, reduz-se à mero reprodutor de observações previamente estabelecidas. Trata-se de um exercício de constante interpretação, instável, cujas ações do espaço/tempo credenciam-no a interpretar e renovar a história conhecida com base nos dados, agora, confirmados. “O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça.”.

Bloch delimita, especificamente, o que se considera como História, e, conseqüentemente, seu objeto de estudo, o homem e suas relações no tempo. Embora não tenha exercido seu ofício como gostaria, uma vez que serviu ao exército

francês nas duas Grandes Guerras, Bloch concentrou seu legado historiográfico no período entre guerras, principalmente a partir da criação da Escola dos Annales.

Lucien Febvre

Destacou-se, assim como Marc Bloch, na revolução historiográfica a partir da criação do movimento Escola dos Annales, embora a pareceria tenha durado pouco tempo. No período entre 1944-46, dirigiu a revista sozinho, transmitindo o cargo para seu discípulo, Fernand Braudel. No ano seguinte, Febvre fundou a VI Seção da École Pratique des Hautes Études de onde se originou a EHESS. Escreveu as obras: *Martinho Lutero, um destino* (1928); *O Problema da Incredulidade no século XVI*; *A Religião de Rabelais* (1942); *Combates pela História* (1953); *A Europa: Gênese de Uma Civilização*; *O Reno: Histórias, Mitos e Realidades*; *Honra e Pátria e O Aparecimento do Livro*.²⁰⁵

O problema da Incredulidade no século XVI (1942)

Segundo as historiadoras Lucineide Demori Santos²⁰⁶ e Solange Ramos de Andrade²⁰⁷, esta obra:

““O Problema da Incredulidade no Século XVI em 1942, e partiu da crítica feita a Abel Lefranc que ao introduzir seus estudos sobre o literato François Rabelais o aponta como um ateu já no século XVI, conforme a apresentação de Hilário Franco Jr. à edição brasileira””²⁰⁸

Assim, segundo elas, Febvre:

““(...) critica o conceito de incredulidade aplicado para o século XVI, critica o anacronismo na História e expõe o método com o qual trabalha, evidenciando a concepção de mentalidades expressa pelas categorias religiosas e culturais produzidas pela sociedade””.(DOSSE, 1992, p. 84-87 Apud. LOPES, 2020, p. 56)

Para o historiador Hilário Franco Jr, citado no mesmo artigo:

““(...) a história das ideias deve estar articulada a história social, e é preciso levar em conta as condições da produção das ideias e as modalidades de sua difusão e recepção.””²⁰⁹ Trata-se de uma discussão a respeito das ideias do Na obra, Febvre se apoia na teoria de Lefranc para questionar a fé na perspectiva de um homem, Rabelais²¹⁰, que após abandonar o sacerdócio em 1530, dedicou-se à medicina. Possuía uma mente aberta à novos conhecimentos, característica, aliás, bastante incomum àquela época, causando alvoroço entre os intelectuais:

²⁰⁵ Ibid., p. 56.

²⁰⁶ DHI/LERR/PIBIC-FA-UEM. Disponível em: <http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/44.pdf> acesso em: 04/07/2019. Apud. Idem.

²⁰⁷ DHI/PPH/ LERR –UEM. Idem.

²⁰⁸ (FRANCO JR, 2009, p. 10) Apud. Idem.

²⁰⁹ (FRANCO JR, 2009, p. 10) Apud. Idem.

²¹⁰ “Nasceu provavelmente em 1483 em Chinon (França); morreu em 1553, em Paris. É conhecido também por “Alcofribas Nasier”, anagrama de seu nome. Os detalhes da vida de Rabelais não são muitos. Sabemos que foi sacerdote, primeiro franciscano e depois beneditino, embora de pouco convicta vocação. Como padre, viaja pelo interior da França e entra em contato com as lendas e os costumes que influenciariam sua obra. Deixa a vida religiosa em 1530 para estudar medicina em Montpellier.” (FEBVRE, Lucien. 2009, p. 2. Apud p. 57)

“Como escritor, provoca escândalo entre os intelectuais e teólogos da época. Os heróis Pantagruel e seu pai Gargantua são gigantes de apetite imenso. Rabelais descreve com detalhes o exercício das funções fisiológicas naturais de seus personagens, pelo que é considerado obsceno.” (LOPES, 2020, p. 58)

Ao analisarmos esta citação, o uso dos conhecimentos medicinais para colocações detalhistas para os intelectuais de seu tempo, coloca Rabelais em situação delicada.

Em resumo, ele foi um crítico da realidade social de seu tempo. Sem se opor ao Evangelho, estimulou o livre pensamento social, separando as pessoas da superstição. Para os católicos, representou uma atitude herética, para os evangélicos, radical em excesso. A obra de Febvre, essencialmente, trabalha com um princípio de interdisciplinaridade, característica que será proposta na fase seguinte dos *Annales*, uma vez que, através da religiosidade, busca compreender a realidade do homem do século XVI.

Aumento da produção historiográfica

No período que sucedeu a Segunda Grande Guerra houve significativo aumento da produção historiográfica. Particularmente, não houve, como na Primeira fase, o surgimento de uma nova metodologia que caracterizou esse período. Mas, trata-se de uma extensão significativa dos conceitos empregados por aquela. Nesse período, a Europa ainda estava sob uma perspectiva de incertezas políticas, uma vez que, recém-saída do maior conflito político-militar da História, demoraria alguns anos para se recompor. Nesse sentido, a nova historiografia aumentou, de maneira significativa, sua produção, embasada nas teorias de Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores do movimento.

Terceira Geração dos Annales (1968)

Esta geração foi passível de grande transformação no seu modo de viver, não somente por influência da transformação do meio na qual vivia, mas na maneira como ela passou a compreender o tempo. Uma das poucas gerações que, assim como a que a sucedeu, liderada por Braudel, que podem ser dignas de vangloriar-se por tamanha influência que exerceu. Liderada por historiadores como Jacques Le Goff, Jean Delumeau e François Furet, essa geração manteve o alto volume de vendas que os *Annales* vinham alcançando com as duas primeiras gerações. Suas características constituem uma “ruptura” no processo historiográfico dos *Annales*. Constitui a renovação da historiografia no âmbito temático, isto é, trata-se de uma inovação no campo de estudo histórico, uma vez que, se privilegia a vida privada e a cultura. Em relação à vida privada, passa-se à abordagem dos costumes, das vestimentas, da rotina individual.

Há, por outro lado, uma transformação na concepção do tempo. Mas, não no mesmo sentido empregado até então. Trata-se, mais uma vez, de uma abordagem na perspectiva individual do tempo, de como o homem aproveita seu tempo.

Tem-se, inclusive, o avanço na temporalidade, no sentido de que há uma sistematização da “noção do tempo”, o conceito de Modernidade Líquida, empregado pelo teórico Zygmunt Bauman.

Nota-se, nesse sentido, a aliança entre ciência e técnica. No sentido de investimento na ampliação do conhecimento técnico-científico, o que leva à expansão

da racionalidade. A inovação da rotina contemporânea leva ao aumento da produção científica. A concepção de tempo passa a um segundo plano. Passa-se, desde o princípio, isto é, da Primeira Geração, à centralização do homem enquanto objeto histórico. A individualização do estudo historiográfico constitui um aumento nesse foco. Portanto, para quem não é familiarizado com a teoria historiográfica, a partir do final dos anos sessenta, a associação com os dias atuais passa a fazer mais sentido. Algumas características parecem que se repetem. Basicamente, constitui a prática de um “tempo cíclico”, conceito bastante trabalhado pelo filósofo romeno Mircea Eliade.²¹¹ Segundo Eliade:

“(...) todo novo aparecimento – um animal, uma planta, uma instituição -, implica a existência de um mundo. (...) todo mito de Ambos, principalmente àquele, trabalham com esse conceito de tempo cíclico(...) origem conta e justifica uma “situação nova” – nova no sentido de que não existia desde o início do Mundo.” (LOPES, 2020, p. 76.)

Basicamente, institui-se um ciclo temporal linear, cuja constância de sua duração garante duração à longo prazo, tal como acontece com o que se concebe como medições temporais de curta, média e longa durações. Trata-se da relação interdisciplinar entre Filosofia e História, no que tange à concepção de tempo conforme podemos apreciar desde a instituição do calendário romano, no que se baseia nossa cronologia corrente. Mesmo assim, embora linear, a concepção de tempo relacionada à como concebemos em função de padronizar nossa rotina, foi, ao longo do tempo, bastante modificada. “Abreviou-se” a noção de horas, dias, semanas, meses, entre outras denominações, no sentido de trazer a ideia de que o tempo está passando mais depressa e os dias têm sido mais curtos.

Alterações no modo de vida da sociedade global, com a instituição da economia capitalista, essencialmente, transformou o modo como o ser humano moderno organizou a sua vida. Essencialmente, desde a instituição do capitalismo, as múltiplas funções produtivas e gerenciais, a adoção de padrões mecanizados de produção e a extinção de funções repetitivas elementares, tornou “padrão” a máxima econômica de garantir “lucro” em razão de garantir a saúde financeira da empresa e do indivíduo.

A adoção de práticas de investimentos em determinadas organizações econômicas como, por exemplo, a Bolsa de Valores, tem se mostrado como uma opção viável, embora instável em virtude de estar submetido às nuances do mercado financeiro. Apesar disso, a maioria da população brasileira não arrisca, seja por desconhecimento de como funciona, seja por não se sentir convencida o suficiente de que se trata de uma opção segura, financeiramente.

Embora seja uma metodologia recente, a interdisciplinaridade contribuiu, consideravelmente, para a inovação científica. Em relação à História, por exemplo, já não se produz historiografia olhando-se apenas com “olhar histórico”. Tal análise tem uma “multifacetada” conjuntura de análises teóricas que, embora se divirjam da História enquanto área do conhecimento, estão intimamente relacionadas, uma vez que seu agente transformador é o mesmo, ou seja, o homem. Deste modo, é cada vez mais corriqueira a produção de análises historiográficas feitas por profissionais que não estudaram História na universidade, mas não deixam de ser profundamente

²¹¹ Professor, historiador das religiões, mitólogo, filósofo e romancista romeno. Autor de, entre outros livros, “Mito e realidade” e o “Sagrado e o Profano”. Apud. LOPES, Marcel. O Peru e a Conquista Espanhola. In: A Colonização Espanhola do Império Inca, 2014, p. 13.

apaixonados por ela. Não cabe enumerar, mesmo que em poucos exemplos, os autores ou as obras que ilustram este exemplo. Mesmo assim, é importante que estas visões de outras perspectivas dialoguem com a História para que a enriqueça enquanto ciência produtora da compreensão das transformações que causamos ao longo do tempo. Embora cada vez mais comum, eis uma prática estritamente “popular” no ambiente acadêmico, mas disponibilizada para além deste meio na internet no Google, no subitem de pesquisa *Google scholar*, devido à globalização cibernética. Assim, a interdisciplinaridade é a perspectiva transformadora tanto do conhecimento científico quanto de sua difusão ao redor do mundo. Portanto, não é a melhor maneira nos referirmos à esta área do conhecimento no singular, mas no plural, “Histórias”, pois, abrange em sua totalidade os objetivos de seus estudos, seus olhares, suas metodologias e seu público-alvo.

A História, embora seja escrita a cada dia, não deixa de ser, de certa maneira, uma reprodução de fatos passados, mesmo que adaptados às características da sociedade atual. Um dos exemplos clássicos desse processo é a guerra. Uma maneira de expor sua forma de resolver conflitos sociais com interesse de, a qualquer custo, subjugar a cultura “oponente”, destruindo seu padrão comportamental e a inserindo como reprodutora de sua própria. Por isso, em boa parte das vezes, não há novidade, mas reciclagem, readequação, e, na menos rígida das condutas, reaproveitamento cultural. Por isso, é possível dizer que, na verdade, a história se repete, mas, levando sempre em consideração as características de cada tempo. Nesse sentido, a especificidade do termo cotidiano “momento” torna-se bastante enriquecedor, uma vez que, está nele a fundamentação para compreender o ciclo linear da História. No entanto, embora a linearidade histórica seja verdade, ela não é absoluta, uma vez que, as transformações mudam a característica das sociedades ao longo do tempo, trazendo à tona novas necessidades, novas dificuldades, novos modos de agir. Mas, a importância do passado, onde fica? Segundo a crença popular das culturas nativas, o que é feito no passado fica lapidado no tempo como forma de servir de lição para as gerações futuras.

Conclusão

No decorrer do artigo foi analisada a importância do movimento Escola dos Annales (1929-1989) para a historiografia do século XX. Com objetivo de romper com a perspectiva positivista, os Annales introduziram importantes aspectos como a problematização; a noção do tempo histórico; a influência do espaço geográfico na vida cotidiana da civilização ao longo do tempo e a importância da cultura enquanto identidade individual e coletiva.

A analogia com a árvore ressalta as várias relações interdisciplinares que constroem a historiografia corrente, prezando sobretudo o protagonismo humano como agente transformador da História. A questão individual, por si, também pode ser explicada por essa mesma analogia. A importância do imaginário, do ambiente no qual se insere o indivíduo e das suas relações sociais são as relações interdisciplinares que enfatizam o significado do intercâmbio intelectual entre diferentes campos do conhecimento.

A compreensão da historiografia contemporânea tem, como característica principal, sua relação metodológica com a Escola dos Annales. Por essa razão, ela também é conhecida como a Revolução da Historiografia Francesa. Desde sua

introdução, a História passou a ser analisada sob perspectivas de movimento, desvinculadas da temporalidade cronológica. Assim como o desenvolvimento das plantas na natureza, os Annales constituem semente e adubo para a expansão teórica da História como uma ciência em movimento. Trata-se de uma perspectiva humana, enquanto tal, não se centraliza em uma base temporal, mesmo que, em hipótese alguma, constitua teorias totalizantes.

Referências

- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução da historiografia francesa*. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- LOPES, Marcel. O Peru e a Conquista Espanhola. In: *A Colonização Espanhola do Império Inca*, Curitiba: 2014, p. 13 (Monografia da Graduação de bacharelado em História)- Universidade Tuiuti do Paraná.
- LOPES, Marcel Franco. *Árvore: uma perspectiva historiográfica*. Curitiba: Flashes& Memórias, 2020, pp. 6; 48; 50; 51; 56; 57; 58; 68; 76.
- LOPES, Marcel Franco. *Semeador de Memórias*. Curitiba: Flashes& Memórias, 2020, pp. 35-36.

A FORMAÇÃO DO GAÚCHO

Ricardo da Rosa Soares Filho²¹²

Resumo: A chegada do europeu, português e espanhol ao novo mundo, a necessidade de povoar as novas terras, a busca por riquezas, a necessidade de cristianizar o povo que aqui já morava, a busca de mão de obra escrava entre os índios, a disseminação de gado xucro deixado pelos jesuítas, a necessidade de sobrevivência dos que por aqui vieram buscar, deram origem a este tipo humano do sul do Brasil e países vizinhos que chamamos de gaúchos.

Palavras chave: Gaúcho, jesuítas, gado.

O EUROPEU PISANDO EM TERRAS ESTRANHAS.

Foi no ano de 1494, mais exatamente no dia 7 de junho, que na cidade de Tordesilhas, no Reino de Castela que os mandatários deste reino e do de Portugal chegaram a um consenso (após outras tentativas anteriores) e assinaram o Tratado que levou o nome da localidade. Surgiu então o tão discutido e desrespeitado Tratado de Tordesilhas.

Discutido por que houve diversos traçados que mostravam onde a demarcação da linha imaginária passava. Estas discussões se deram principalmente pela limitada tecnologia da época e pelo pouco conhecimento dos cientistas da época em se tratando de tamanho real da circunferência da Terra. O tratado de Tordesilhas delimitava uma linha imaginária que passava a distancia de 370 léguas da ilha Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde. Os territórios a leste deste meridiano pertenceriam a Portugal e os territórios a oeste, a Castela.

E por que desrespeitado? Veremos mais adiante que os Portugueses não consideraram muito o traçado que dividia as terras entre portugueses e espanhóis, aproveitando toda possibilidade que surgia para passarem para o outro lado.

Atentemos para o fato de que Cristóvão Colombo chegou às ilhas da América Central em 1492, sendo este o ano de “descobrimento” da América e o Tratado de Tordesilhas foi assinado em 1494. Isto é, antes do tratado, todos já sabiam da existência de terra para estes lados do Atlântico, derrubando a tese dos descobrimentos.

Atentemos para o fato de que Cristóvão Colombo chegou às ilhas da América Central em 1492, sendo este o ano de “descobrimento” da América e o Tratado de Tordesilhas foi assinado em 1494. Isto é, antes do tratado, todos já sabiam da existência de terra para estes lados do Atlântico, derrubando a tese dos descobrimentos.

Dois fatos curiosos sobre a chegada dos europeus às novas terras devem ser colocados. Cristóvão Colombo morreu em 1506 sem saber que tinha chegado em novas terras, sempre pensou ter chegado na Índia. Américo Vespúcio ao chegar nas

²¹² Psicólogo; Historiador; Policial Militar aposentado (RS)

ilhas da América Central entendeu então que eram novas terras, por isto a homenagem a seu nome Na denominação do novo continente.

Não foi Pedro Álvares Cabral o primeiro europeu a chegar em terras hoje brasileiras. Em 1498, outro português, Duarte Pacheco Pereira, teria chegado a costa do Brasil, em uma viagem secreta, planejada para anteceder a verdadeira viagem de “descoberta” de novas terra por Portugal. Duarte Pacheco, na "*qualidade de contínuo da casa do senhor rei de Portugal*", assinou também o [Tratado de Tordesilhas](#), fazendo dele um dos primeiros portugueses, a saber, dos limites que o tratado trazia.

Duarte Pacheco teria chegado a costa brasileira entre os meses de novembro e dezembro de 1498, próximo ao Pernambuco ou Pará. Após isto teria navegado até a foz do Rio Amazonas e a ilha hoje conhecida como ilha de Marajó.

Em janeiro de 1500, meses antes de Cabral, o navegador espanhol Vicente Yíñez Pinzón chegou a costa de Pernambuco. Não reclamou as terras para a Espanha em razão de respeito ao Tratado de Tordesilhas.

A corrida para conhecer as terras agora já demarcadas se inicia e, para se antecipar ao Rei da Espanha, o Rei Manoel I mandou o navegado André Gonçalves em 1502 para fazer um reconhecimento ao sul de onde desembarcara Cabral. Este navegador foi até o Cabo de Santa Maria

A corrida para conhecer as terras agora já demarcadas se inicia e, para se antecipar ao Rei da Espanha, o Rei Manoel I mandou o navegado André Gonçalves em 1502 para fazer um reconhecimento ao sul de onde desembarcara Cabral. Este navegador foi até o Cabo de Santa Maria

O início da aventura dos espanhóis em solo sul-americano se deu quando Juan Dias de Sóliz penetrou no estuário do rio da Prata em 1516. Este navegador aventurou-se ao interior do continente chegando até o que chamamos hoje de rio Uruguai. A partir dali, o rio em que Sóliz adentrou passou a se chamar Rio de Sóliz, hoje conhecido como Rio da Prata.

Em fevereiro de 1536, Pedro de Mendonza Y Luján funda na margem sul do estuário do rio da Prata um porto defendido por dois fortes primitivos que chamou se Santa Maria del Buen Ayre. Em dezembro do mesmo ano os índios Quirandies atacaram o porto e destruíram o povoado.

Em 15 de agosto de 1537 é fundada a cidade de “Nossa Senhora da Assunção” por Juan de Salazar Y Espinosa de Los Monteros. A cidade de Assunção é o estabelecimento permanente mais antigo na bacia do rio da Prata. Conhecida como a “Mãe das cidades” porque, durante a conquista espanhola, dela partiram diversas expedições que tinham por objetivo a fundação de outras cidades.

Em 11 de junho de 1580, Juan de Garay funda “Ciudad de la Santísima Trinidad”, onde antes havia sido o porto de Buenos Aires. Com o passar do tempo ficou conhecida também por Buenos Aires. Tem ai então a segunda fundação da cidade de Buenos Aires.

O SURGIMENTO DOS JESUITAS

A reforma protestante serviu para que a igreja católica se movimentasse a fim de mudar suas atitudes e de seus mandatários. Sob o comando do Papa Paulo III, em 1545 deu-se inicio ao Concílio de Trento que tinha por objetivo reformar a igreja católica, este movimento foi chamado também de contrarreforma. O Concílio de

Trento só foi finalizado em 1563. Esta reforma da Igreja católica provocou algumas mudanças, entre elas a criação da Companhia de Jesus em 1540. O terreno mais fecundo desta reforma foi a Espanha, onde originou-se os Jesuítas, como eram chamados participantes da Companhia de Jesus.

INÁCIO DE LOYOLA

Nascido Iñigo Lopez em 31 de maio de 1491 em Loyola, atual Azpeitia, município Espanhol, foi o fundador da Companhia de Jesus. Ficou conhecido depois como Inácio de Loyola, ou Loiola.

Gravemente ferido na Batalha de Pamplona em 1521, passou meses invalido se recuperando do ferimento. Durante este longo tempo se voltou à leitura de livros religiosos. A partir destas leituras descobriu sua aspiração religiosa e empoçou-se com a ideia de uma vida dedicada a Deus. Decidiu dedicar a sua vida à conversão dos infiéis na Terra Santa. Faleceu em Roma em 31 de julho de 1556.

A COMPANHIA DE JESUS

Em 15 de agosto de 1534, junto com outros companheiros, na capela de Saint-Denis, na igreja Santa Maria em Monmartre, funda a Companhia de Jesus. Todos foram ordenados padres por concessão do Papa Paulo III. Iniciaram fazendo caridade e a pregar pelas ruas na Itália. Visitavam prisões e hospitais, catequisavam crianças.

Com o mundo em expansão após as descobertas portuguesas e espanholas e o espraiamento do protestantismo pelo mundo, o Papa Paulo III necessitava de missionários para irem a locais longínquos, como a América e o oriente. Para isto o Papa contava com Inácio de Loyola e seus adeptos.

Como havia novos companheiros querendo aderir a esta nova ordem e com a necessidade de organiza-la, foi apresentada ao Papa e o mesmo concedeu aprovação verbal para o funcionamento da ordem, mas somente em 27 de setembro de 1540 o Papa Paulo III confirmou a ordem através da bula “Regimini Militantis Ecclesiae, que integra a “Fórmula do Instituto” onde está contida a legislação substancial da nova ordem”. O número de membros ficou limitado em 60. Esta limitação foi abolida em 1543 pela bula *Injunctum nobis*.

DESCOBRINDO O RIO GRANDE DO SUL

Preocupado com os constantes assaltos dos franceses e outros povos europeus em busca do valioso pau-brasil nas terras americanas que faziam parte do Reino de Portugal, o Rei D. João III determina a vinda da primeira expedição às terras a pouco descobertas. A expedição deverá costear o litoral brasileiro desde o Maranhão até o estuário do Rio da Prata. Outra missão desta expedição será fundar alguns vilarejos para que a coroa portuguesa aos poucos comesse a tomar conta das novas terras de sua propriedade.

Para isto D. João III incube Martim Afonso de Souza, de família nobre, era um militar no qual o rei colocava sua confiança para assumir e iniciar a colonização das novas terras. No cargo de Capitão-Mor, Martim Afonso de Souza, além de proteger o litoral, tinha também como missão aplicar a justiça, estabelecer núcleos de

povoamento, nomear funcionários e ir a busca de novas riquezas, além de administrar o território.

A três de dezembro de 1530, Martim Afonso de Souza parte de Portugal com cinco navios e 400 tripulantes. Junto com eles vieram sementes de cana-de-açúcar, ferramentas agrícolas, mudas de plantas e animais domésticos. Entre os 400 tripulantes, além de colonos, vieram alguns casais e outras pessoas que ficariam aqui para iniciar a administração dos povoados que Martim Afonso de Souza ficou incumbido de fundar no Brasil.

Como uma das missões era defender o litoral do Brasil e fazer um reconhecimento deste. Martim Afonso de Souza inicia sua viagem pelo litoral do Brasil partindo do nordeste e costeou todo o litoral até que naufragou próximo ao Chuí. Seu irmão, Pero Lopes seguiu viagem adentrando o rio da Prata e depois retornando, quando então encontrou seu irmão e sua tripulação, que ficaram em terra após o naufrágio. Durante esta viagem, a expedição encontrou a foz da Lagoa dos Patos, que naquela época ainda não tinha esta nomenclatura. Entrando na lagoa, pensaram se tratar de um grande rio. Foi então dado a este rio o nome de Rio de São Pedro. O diário de bordo de Martim Afonso de Souza não era muito detalhado, por isto algumas informações podem ser desconhecidas, dependendo do historiador. Por exemplo, encontra-se em algumas obras que dizem que o nome do Rio de São Pedro foi assim batizado pela devoção do descobridor. Outro diz que seria uma homenagem a seu irmão Pero Lopes, que lhe acompanhava na expedição. No mapa de Gaspar Viegas em 1534 já trazia detalhes da costa do Rio Grande do Sul. Informações tiradas dos escritos dos irmãos Souza durante sua viagem, inclusive a localização do Rio de São Pedro, ou também chamado na época Rio de Martim Afonso de Souza. Logo depois foi chamado de Rio Grande de São Pedro. Surge daí a origem do nome do nosso estado, Rio Grande do Sul.

POTOSÍ E A CORRIDA DA PRATA NA AMÉRICA DO SUL.

Em um primeiro momento, quando alcançaram o Rio da Prata, algumas expedições espanholas iniciaram a entrada no Continente através do rio recém encontrado, que ficou conhecido depois como Rio da Prata.

Chegando à América do Sul, os espanhóis se embretaram continente adentro em busca de novas terras e de riquezas. Foram criando povoados no seu caminho enquanto faziam contato com os índios locais. Durante esta aventura ficavam sabendo de muitas histórias e lendas a respeito de cidades de ouro e montanhas de prata. Isto fez com que a coroa espanhola investisse mais na interiorização de tropas a fim de desvendar estes mistérios chegando então ao Potosí.

Potosí é um monte existente na região conhecida na época por Alto-Peru e hoje se encontra na Bolívia, que tem o seu nome também advindo de uma lenda.

Ainda em 1545 os espanhóis chegaram ao Potosí. Um grupo comandado pelo capitão Juan de Villarreal tomou posse de Cerro Rico. Imediatamente no local se formou um povoado. E a fundação da cidade em 1546. Em 1611, já era a maior produtora de prata do mundo e tinha à volta de 150 000 habitantes.

Com a dominação dos povos incas por parte dos espanhóis, estes passaram a trabalhar no regime de escravidão para os europeus. Frei Domingo de Santo Tomás, um padre da época, escreveu: “Não é prata que se envia à Espanha, é o suor e sangue dos índios”.

Foi tentado também o uso das lhamas para o transporte da prata, porém estes animais não se adaptaram ao trabalho, pois não são animais para transportar grandes quantidades de peso. Foi assim que os espanhóis resolveram utilizar as mulas para o transporte da prata da região do Potosí até o porto de Buenos Aires, para daí enviar o rico metal para a Espanha.

JESUITAS NO BRASIL

O primeiro jesuíta a chegar ao Brasil foi o Padre Manoel de Nóbrega (1517-1570). Este veio ao território brasileiro junto com o primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza em março de 1549. Entre tantos, o mais conhecido foi o Padre José de Anchieta. Este esteve a frente de diversas instituições de ensino dirigidas pelos jesuítas no Brasil. Os jesuítas sempre tiveram na defesa dos índios e na tentativa de convertê-los a fé católica, porém perceberam que não chegariam a seu intento sem ensiná-los a ler e escrever. Sendo assim fundaram diversas escolas e colégios de Salvador ao Rio de Janeiro. Com a chegada do europeu, os indígenas passaram a ser de interesse de todos. Nas cidades eram obrigados a se integrarem às vontades do colonizador, os colonos os queriam como escravos para aumentar seus rendimentos e os jesuítas queriam convertê-los ao cristianismo.

Os jesuítas então resolveram afastar os indígenas da colonização e passaram a reuni-los no interior do território em missões, onde os orientavam no trabalho agrícola e os catequizavam. Estes trabalhos produzidos pelos índios geravam lucro aos jesuítas. Estas atividades tiraram os índios de seu habitat natural e modificaram sua maneira de vida, de nômades, viraram sedentários. Isto contribuiu para que colonos capturassem tribos inteiras, mesmo sob cuidados dos jesuítas, para transformá-los em escravos.

OS JESUITAS NO SUL DO BRASIL.

Antes da criação das missões jesuítas na costa oeste do Rio Uruguai por parte dos padres espanhóis em 1626, já era sabida a existência de padres jesuítas portugueses por estas paragens. Estes religiosos não tinham o apoio da coroa portuguesa, ao contrário do que aconteceu com os padres espanhóis.

Agindo por conta própria, a mando do Colégio do Rio de Janeiro, os padres João lobato e Jeronimo Rodrigues, chegaram até o Tramandai por volta do ano de 1605, porém, por forte assédio dos predadores, foram obrigados a voltar. Após isto, em 1635, os padres Inácio de Serqueira e Francisco de Moraes descem a região dos Carijós tentando evitar a preia. Tudo em vão. A grande quantidade de vicentistas com seus barcos tocando o tráfico de índios para o norte do país fez que a autoridade dos jesuítas no Brasil impedisse que continuassem com o intento de evangelizar os índios do sul da província, impedindo outros de virem para abaixo do Rio de Janeiro. A partir daí, abaixo de Laguna até o Rio da Prata, não houve mais tentativas, por parte dos portugueses de se assentar no sul da colônia.

JESUITAS NA AMÉRICA ESPANHOLA

Após a primeira tentativa de fundação da cidade de Buenos Ayres, Juan de Salazar de Espinosa, junto com Gonzalo de Mendonza, fundaram uma fortificação, em 15 de agosto de 1537, que se tornaria mais tarde a cidade de Assunção, atual capital do Paraguai.

Em 1603, Hernando Arias de Saavedra, então administrador da cidade de Assunção, modifica a legislação que orientava o trabalho dos aborígenes. Na época, havia as chamadas mitras e encomiendas, que eram meios que os espanhóis usavam para se utilizar da mão de obra dos nativos. Por sugestão de Saavedra, o Rei Filipe III, aprovou a reforma e concordou com a criação de missões Jesuíticas e franciscanas em solo espanhol, para facilitar o contato e a evangelização dos nativos. Foi feito um acordo com os religiosos, no qual os espanhóis apoiavam a sua entrada, permanência e atividade de evangelizar os nativos, em troca os jesuítas expandiriam o território espanhol em direção ao oceano atlântico. Isto se dava em razão da mineração de prata no Potosi e necessidade da condução desta prata para a Europa. Ao criar uma rota por terra em direção ao Atlântico, diminuiria o tempo e os custos para o transporte desta prata. Este atalho passaria por onde hoje se encontra o Rio Grande do Sul, conhecido na época como Tape (caminho em Tupi-Guarani). A intenção seria criar reduções jesuíticas até as margens da Lagoa Dos Patos. Além de facilitar o transporte desta prata, com a construção das reduções jesuíticas, freariam as incursões portuguesas em solo espanhol e a conseqüente expansão lusitana ao sul do continente. Mesmo assim, como veremos adiante, os lusitanos avançam além do Tratado de Tordesilhas e se estabelecem abaixo dos limites do acordo.

A CHEGADA DO GADO EM SOLO GAUCHO.

O jesuíta Cristóbal de Mendoza Orellana, juntamente com o também jesuíta Pedro Romero, trouxeram as primeiras 1500 cabeças de gado para este lado do Rio Uruguai, gado este que serviria para suprir as missões de carne, couro, além do trabalho que estes animais poderiam fazer para as comunidades missioneiras.

UNIFICAÇÃO DOS REINOS DE CASTELA

A União Ibérica foi a unidade política que governou a Península Ibérica de 1580 a 1640. Foi o resultado da união das monarquias portuguesa e espanhola após a Guerra de Sucessão ao Trono Português. Após a crise de sucessão portuguesa em 1580, durante a chamada dinastia filipina, uma aliança de dinastia foi estabelecida sob o controle da monarquia espanhola, combinando os dois tronos e suas respectivas propriedades coloniais.

Dom Sebastião, Rei de Portugal, morre em 1578, durante a batalha de Alcácer-Quibir, deixando o trono ao comando do seu tio-avô, o Cardeal Dom Henrique, que não tinha filhos e que morreu dois anos depois, ficando então o trono de Portugal sem comando. Por uma questão de descendência, o Rei Filipe II, da Espanha, assume o trono de Portugal.

Com a ascensão de Filipe II ao trono de Portugal, surge então a União Ibérica. Isto é, Portugal e Espanha se encontravam ambas a comando do mesmo soberano.

Com a união dos reinos sob a mesma coroa, os territórios de ambos passaram também ao mesmo comando, do Rei Filipe II. O Brasil, que era de domínio português, passou, também, a ser de domínio espanhol. Isto é, O Tratado de Tordesilhas deixa de ter importância, pois agora não há necessidade de dividir as terras de Espanha e Portugal, pois tudo é uma coisa só. Os portugueses usaram a aliança da dinastia para combater o Tratado de Tordesilhas e ocupar o território sul-americano atribuído à família real castelhana. Eles expandiram o território do Brasil para o oeste, e realizaram expedições para o interior.

Quando da unificação dos reinos de Castela, a Espanha estava em guerra com a Holanda, pois esta havia se livrado do jugo espanhol. Sendo assim, Portugal passa também estar em guerra com a Holanda. A fim de enfraquecer a economia portuguesa que era baseada principalmente no açúcar produzido no nordeste do Brasil, a Holanda fecha alguns portos da África de onde os portugueses embarcavam seus escravos para servirem de mão de obra nos canaviais e nos engenhos de açúcar no Brasil. Com isto, falta mão de obra para a produção de açúcar. Com necessidade de conseguir mão de obra para os canaviais e engenhos, os portugueses partem em busca de outros povos para escravizar, os indígenas.

Nesta mesma época, as reduções jesuítas estão se firmando ao sul do continente. Foram criadas então as famigeradas “bandeiras”, saíam de São Vicente, hoje São Paulo, em direção ao sul em busca do índio reduzido, morador das missões jesuíticas. E Por que ir a busca deste índio tão longe, sendo que havia outras tribos mais próximas? Os índios reduzidos tinham largos conhecimentos de diversas artes, principalmente a agricultura e pecuária, além de estar civilizado e falar a língua dos brancos e comungar da mesma religião, a cristã.

Com milhares de homens, a maioria também índios, os bandeirantes atacaram as missões do Guairá e do Itatim, Paraguai e Mato Grosso de hoje, respectivamente e depois desceram até o Tape, onde hoje é o Rio Grande do Sul. No caminho, queimaram e destruíram as missões no seu caminho, capturaram os índios que lhes serviam e mataram os que não lhes era úteis, como velhos e crianças.

Em 1641, em uma das investidas dos bandeirantes, os índios os rechaçaram durante a batalha do M'bororé. Os índios missionários saíram vencedores, dizimando a bandeira. Desde este fato os bandeirantes não mais vieram para aprisionar índios. Não só pela refrega que levaram, mas também em razão de ter se encerrado a união ibérica. Ficando Portugal e Espanha com seus devidos governos e respondendo por seus territórios. Mas os portugueses já tinham cruzado a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, sendo que não retornaram a respeitá-lo.

Receosos de novos ataques dos bandeirantes, os jesuítas se retiraram do Tape, cruzando o rio Uruguai para terras mais seguras, levando boa parte dos índios missionários juntos, alguns índios permaneceram por aqui, vagando e buscando, muitas vezes no crime, seu meio de sobrevivência. Porém, antes de irem, os jesuítas reservaram uma grande quantidade de gado, pois planejavam retornar para estes pagos. Este gado foi levado em manadas para o alto da serra, que ficou conhecida como Vacaria dos Pinhais e outra parte do gado para as Vacarias do Mar, onde é o Uruguai. Os jesuítas realmente retornaram em 1682, fundando então os sete povos das missões.

Durante este período, após a saída dos jesuítas, o gado deixado por eles rapidamente se reproduziu, aumentando para a casa dos milhões e começou a

chamar a atenção de aventureiros que buscavam algo para se sustentar. Inicia-se então a idade do couro e a criação do gaúcho.

A PALAVRA GAÚCHO

Muitas são as teorias sobre a origem da palavra gaúcho. Estas passam pelo espanhol, Tupi-guarani, quíchua e até pelo árabe.

A primeira vez que a palavra gaúcho foi usada oficialmente foi em um documento oficial da administração espanhola em 1771, numa comunicação do comandante de Maldonado, Dom Pablo Carbonell ao virrey Juan José Vértiz: *"Muy señor mío; habiendo noticia quie algunos gahuchos se havian dejado ver a la Sierra mande a los tenientes de Milicias Dn Jph Picolomini y Dn Clemente Puebla, pasasen a dicha Sierra con una Partida de 34 hombres..."*

Em 1780, em um documento de Montevideú *"que el expresado Díaz no consentirá en dicha estancia que se abriguen ningunos contrabandistas, bagamundos u ociosos que aqui se conocen por Gauchos."* (8 de agosto de 1780).

A cidade de Montevideú, no Uruguai, teve origem como um pequeno povoado de índios Tapes e imigrantes espanhóis das Canárias que se constituiu em torno de um pequeno forte erguido em 1724 por determinação de Bruno Mauricio de Zabala, governador espanhol de Buenos Aires, para manter as tropas portuguesas de Manuel de Freitas da Fonseca distantes da foz do rio da Prata.

Estes imigrantes fundadores da cidade de Montevideú eram originários das ilhas canárias e levavam o nome de Guanches. Como era natural na época, estes imigrantes foram deixados a própria sorte no local. Partiram então para buscar seu sustento e para isto entravam continente adentro em busca de algo que pudesse consumir, vender ou contrabandear.

Como vimos acima, os jesuítas depois de acossados pelos bandeirantes, fugiram para a margem direita do rio Uruguai, deixando para trás milhares de cabeças de gado que se multiplicavam dia a dia. Os ganches viram neste gado uma forma de sobrevivência. O couro na época era de grande valia, servia para tudo, tinha muito valor para venda.

Além da preação de gado, os guanches pilhavam qualquer propriedade que viam pela frente, face a isto foram expedidos as ordens oficiais descritas acima.

De guanches para gaúchos, foi um pulo para a palavra se modificar. Inicialmente, como se pode notar, a palavra gaúcho era altamente pejorativa, pois significava vagabundo, ladrão e outros adjetivos que mostravam que este personagem vivia a margem da sociedade.

Desta forma, apesar de tantas outras teorias, esta descrita acima é atualmente a mais aceita.

A IDADE DO COURO

A primeira mercadoria comercializada pelos pagos do sul do Brasil foi o couro bovino e equino. Enquanto no nordeste a cana de açúcar era a primeira commodity brasileira, no centro do país o ouro e os diamantes faziam a alegria de quem os procurava, aqui embaixo, no sul, o couro do gado alçado, ou chimarrão, deixado pelos

jesuítas, era caçado para servir de meio de sobrevivência a quem se aventurava por estas terras de ninguém, só habitada por índios e feras.

Mas porque esta busca tão grande pelo couro? O que tinha de especial neste material que chegou a marcar uma época na história desta região? O couro na época era matéria prima para diversos objetos, casa, canos, calçados, cadeiras, pratos, canecas, vestimentas, telhados, cama, enfim, o couro na época seria como o plástico hoje.

E quem eram os atrevidos que disputavam diariamente com os perigos, com o clima gélido, com o cansaço e a solidão para chegar ao fim do dia com alguns couros arrancados dos animais selvagens?

Como dissemos antes, após os jesuítas saírem desta margem do rio Uruguai indo para o outro lado, muitos indígenas missioneiros, não foram juntos, ficaram por aqui jogados a própria sorte, vivendo da caça e da coleta. Estes índios, ou bugres como eram também chamados, foram uns dos primeiros a caçar o gado deixado para trás. Muitos ficaram com suas famílias, fizeram suas casas de barro e sapé e também de couro e perambulavam diariamente buscando o gado para esfolar e tirar o couro. Tiravam também os chifres e o sebo, coisas que tinham valor de comércio e para uso deles mesmos.

Com a vinda das bandeiras para buscar o índio missioneiro, muitos dos participantes destas bandeiras, sejam brancos, índios ou negros, conseguiram fugir, desertavam e acabavam ficando por aqui, também a sua própria sorte. Estes homens também viram no gado selvagem um meio de sobrevivência e passaram a caça-lo.

Acima do Mampituba, só havia o povoado de Laguna, que era o ultimo povoado luso-brasileiro antes da linha de Tordesilhas. Vindos de Laguna e também de São Vicente (hoje São Paulo) e Sorocaba, centenas de aventureiros e homens fora da lei ou fugidos desta, desceram para o sul, não só na eminência de se esconderem, como também ficaram sabendo da grande quantidade de gado selvagem aqui existente. Sabiam que aqui não seriam encontrados pelas autoridades, pois era conhecida como a terra sem lei e sem rei e ainda conseguiriam um meio de sustento.

De Montevideu, viriam também os nossos já conhecidos Ganches que, como já foi dito, perambulavam em busca de sustento. Com a fatura de gado por estes lados, se bandearam para também participarem da caça deste gado e ao seu couro.

A rotina destes homens era esta, passavam o dia de laço e boleadeiras na mão, a pé ou montados a cavalo, correndo atrás de touros selvagens, quando os alcançava, o animal era sangrado e morto em minutos. Ali mesmo era esfolado, tirado os chifres, o sebo, um pedaço de carne para comer no dia, que era deixado espetado em varas de madeira junto a um braseiro, enquanto tentava a sorte na caça de mais animais. Fora aquele pedaço de carne consumido no dia, o restante da carne era deixado no campo, fazendo a alegria dos animais carnívoros da região.

Índios, negros, brancos espanhóis ou portugueses, sorocabanos, lagunenses, vicentinos, homens de todo o tipo e etnia, aventureiros, fora da lei ou somente homens em busca da sobrevivência. Vagaram por aproximadamente cem anos nas terras sulistas em busca do gado selvagem. Com isto construíram uma raça, pode-se dizer quase outra etnia, a do gaúcho, ou gaudério, pois são sinônimos. Da rudez, da valentia, da audácia, da brutalidade, da coragem, da aspereza, do destemor, da necessidade de liberdade, pelo amor a vida e a natureza nasceu este tipo humano. Não melhor, mas diferente dos seus patrícios.

Assim nasceu o gaúcho e, como diz o poeta Marco Aurélio Campos em seu poema Eis o homem:

“... Eu sou o gaúcho e me chega, para ser feliz no universo”.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Fidélis Dalcin. HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL, EDIÇÕES EST, 1995, Porto Alegre, 202 pg.

BRASIL, Delio de Assis. O Gaúcho pampeano. A política oriental e brasileira. 114p.

CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul: período colonial. 3ª ed. Martins Livreiro Editora, 2002. 327p.

FAGUNDES, Antônio Augusto. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Martins Livreiro, 6 Ed. 2010. 142 p.

FILHO, Arthur Ferreira. História Geral do Rio Grande do Sul. Editora Globo, 5º ed. 1978. 289p.

FONSECA, Ricardo; COSTA, Elmar Bones da; SCHIMITT, Caco. HISTÓRIA ILUSTRADA DO Rio Grande do Sul, JÁ editores, 1998, Porto Alegre, 320 pg.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. Fronteira Iluminada. História do povoamento conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do tratado de Tordesilhas (1420-1920) 2ª reimpressão. Porto Alegre: Edigal, 2018. 349p.

LIMA, Mariana Araguaí de Castro Sá. Burros e mulas.

SAVARIS, Manoelito Carlos. Rio Grande do Sul – História e Identidade. Porto Alegre. Fundação Cultural Gaúcha- MTG. 2008. 224 pg.

[www. Infoescola.com/argentina/historia da argentina](http://www.infoescola.com/argentina/historia-da-argentina) – Thais Pacievitch – 11/10/18

https://www.historiadobrasil.net/brasil_colonial/expedicao_martim_afonso.htm

<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/expedicoes-colonizadoras>

https://www.passeiweb.com/estudos/sala_de_aula/historia/chegada_dos_jesuitas.

O CENÁRIO DAS MICROEMPRESAS DE ARTESANATO NO BRASIL NA PANDEMIA COVID-19: UM NOVO DESAFIO PARA A MULHER COMO GESTORA

Robertha Figueiredo²¹³
Carla Fabiana Cazella²¹⁴
Thiago Cedrez da Silva²¹⁵

Resumo: A presente pesquisa acadêmica tem como objetivo investigar o cenário das microempresas de artesanatos no Brasil no contexto de pandemia covid-19 a partir da ótica de atuação das mulheres empreendedoras e gestoras. A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho foi uma revisão bibliográfica e a análise de conteúdo qualitativa e quantitativa.

Palavras-Chaves: Microempresa; Artesã; Gestão;

Introdução

É no século XVIII, durante a Revolução Industrial, que a mulher tem a oportunidade de escolher deixar o campo e as atividades domésticas para entrar no mercado de trabalho como mão-de-obra, em busca de salários melhores. Porém, com o desenvolvimento do mercado durante os séculos seguintes, as teorias econômicas foram evoluindo mais rapidamente que as narrativas sobre valores e costumes, logo, mesmo tendo a escolha de atuar no mercado de trabalho, o seu papel como responsável pelas atividades relacionadas à casa e à família não evoluíram no mesmo compasso e a dupla jornada é uma realidade para as mulheres que desejam empreender no século XXI (McELROY, 2018). Possivelmente em virtude do início da industrialização, é no século XVIII que surgem as primeiras definições entre o indivíduo capitalista e o indivíduo empreendedor, diferenciando-os totalmente (OLIVEIRA, 2012).

Em um resgate histórico sobre empreendedorismo e suas características, Dornelas (2001) constata que estudos fazem referências à Marco Polo como o primeiro empreendedor da história da humanidade tendo em vista suas atribuições em assumir riscos físicos e emocionais, de maneira ativa. Logo, nota-se que algumas teorias baseiam o ato de empreender com o fato de assumir riscos.

Para Peter Drucker (1974, p.25 *apud* OLIVEIRA, 2012), empreendedorismo é: prática, visão de mercado, evolução e diz ainda que o trabalho específico do empreendedorismo numa empresa de negócios é fazer os negócios de hoje serem capazes de fazer o futuro, transformando-se em um negócio diferente"[...] Empreendedorismo não é nem ciência, nem arte. É uma prática.

²¹³ E-mail: thfigueiredo@hotmail.com – UDE – Universidad de La Empresa – Montevideu/Uruguai

²¹⁴ E-mail: carla.cazella@unoesc.edu.br – UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Chapecó/SC

²¹⁵ E-mail: thicedrez@hotmail.com – Doutorando em História (UFPel). Mestre e Graduado em História (UFPel). Especialização em Psicologia e Coaching (Faculdade Metropolitana). Pós-Graduando em Gestão e Liderança (Intervale); Pós-Graduando em Comunicação e Oratória (Intervale). Professor Colaborador na FATEC-SENAC- Pelotas – RS. Professor Substituto no Instituto Federal Rio-grandense (IFSul-RS)

Considerando a avaliação de Drucker, pai da administração moderna, de que o empreendedorismo é uma prática seria justo avaliar a população brasileira como empreendedora.

Dados do *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)* (2010) revelam que, no Brasil, as mulheres já superam os homens quanto à criação de empresas, sendo o percentual apresentado como 53% e 47%, respectivamente. Gouvêa, Silveira e Machado (2013), fazem menção à importância de aprofundar estudos sobre as particularidades do gerenciamento de empresas feito por mulheres, considerando que, micro e pequenas empresas contribuem significativamente na geração de empregos e renda, em países em desenvolvimento.

Mas é importante ressaltar que, segundo Zilli e Biff (2017), se os empreendedores latino-americanos não buscarem formas de se fortalecer e se diferenciar como micro e pequenas empresas, não poderão competir e, possivelmente, seus negócios não durarão muito tempo no mercado.

Em acordo com os estudos e informações citadas até o momento, este conteúdo objetiva apresentar dados a fim de conhecer o cenário e o papel do artesanato no Brasil, como segmento de negócio, dentro do mercado de microempresas formalizadas por mulheres como Microempreendedoras Individuais (MEI). E quiçá, trazer algumas provocações.

Tais provocações se fazem necessárias tendo em vista os movimentos sem explicações dentro do setor de artesanato por parte de agentes do Governo Federal no que diz respeito à formalização da atividade como produção econômica no Brasil. Ou não.

Em um estudo sobre o cenário das microempresas de artesanato no país, Cazella e Figueiredo (2019), apresentam um universo de 27.750 cadastros de microempreendedores individuais, que eram denominados como: Artesã(o) em 15 atividades econômicas. Para o referido estudo, as autoras incluíram as atividades de crocheteira e bordadeira por considerarem tais como artesanato. Os dados foram coletados no site do Portal do Empreendedor, em maio de 2018, onde foram considerados apenas as Classificações Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE); que eram até então, designadas para a formalização dos artesãos.

Entretanto, em 2019, a denominação Artesã(o) foi retirada da lista de CNAE do Portal do Empreendedor e substituída pela denominação Fabricante sem absolutamente nenhuma explicação por parte das instituições ligadas ao setor de artesanato e empreendedorismo, como o Departamento de Empreendedorismo e Artesanato (DEART) - que durante a pandemia mudou sua denominação para Coordenação Geral de Empreendedorismo e Artesanato (CGEART) -, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) ou o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituição pública que coordena a Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), no caso, responsável pelas definições das CNAE no país.

É válido apontar que o Portal do Empreendedor é o ambiente virtual onde todos os interessados fazem seus cadastros para formalizar seus negócios em Microempreendedores Individuais (MEI).

O artesanato, como profissão e produção econômica por natureza, historicamente vem sofrendo imposições constantes em sua definição conceitual a medida que o cenário político-econômico evolui. Entretanto, após o surgimento da economia criativa e políticas públicas específicas para este setor, é impossível não

acompanhar o duelo que existe para aniquilar da memória pública – ou pelo menos acadêmica - o artesanato como produção econômica que é, para defini-lo, única e exclusivamente, como patrimônio cultural.

Infelizmente, o artesanato é disputado e/ou sufocado por motivos, interesses ou intenções nebulosas, a priori. No artigo, A decepção de Tinker Bell e a luta das classificações: o artesanato, o Governo Federal e o Sebrae, NERY (2014) apresenta sólidos questionamentos e informações sobre disputadas classificatórias a partir da criação da Secretaria da Economia Criativa, em 2012.

Logo, ao acompanhar estudos sobre artesanato, história, artes e economia é possível ter uma visão muito mais ampla sobre as definições impostas pelas instituições contemporâneas sobre o que seria: arte; artesanato; criatividade; design; moda; produção econômica; produção em série e patrimônio cultural. E a partir daqui, surge o receio se haveria a importância de citar estudos sobre políticas públicas na busca de entender ou criar novos porquês.

Entrando na seara histórica da nossa sociedade, cito a baixa Idade Média que se deu entre os séculos V e XV, período onde existiam os reinados, a Igreja, os camponeses e os artesãos. Estes últimos, faziam as economias locais girarem e à medida que esses locais iam prosperando, atraíam mais pessoas e assim nasciam os burgos, pequenos vilarejos onde viviam os então, burgueses; motivo pelo qual muitas cidades europeias carregam até hoje o sufixo “burgo” em seus nomes. Tais como Johannesburgo, Luxemburgo, São Petersburgo, Hamburgo e Edimburgo.

Com o passar dos séculos, as relações humanas e comerciais evoluem exatamente como acontece nos dias atuais e, naturalmente, é preciso rever conceitos e valores morais em nome de uma sociedade mais harmônica, mais próspera e feliz. Entretanto, diversos acontecimentos históricos criaram rupturas entre artesãos e artistas; com o objetivo de valorizar um em detrimento do outro.

Segundo Martins (2016), esse duelo de definições teve início quando a rígida hierarquização egípcia da sociedade, que era pautada no poder teocrático e nas castas sacerdotais, os faraós começaram a segregar o que seria uma arte do poder político-religioso de um artesanato popular, vinculado às utilidades. Ou seja, pratos, vestimentas, vasos, espadas e afins.

Essa chancela entre a diferença de que às artes são para a elite e o artesanato são coisas do povo, marcaria para sempre o artesanato principalmente em países subdesenvolvidos.

“A civilização grega acabou com esta contradição e mudou notoriamente o significado do artista. Diante do carácter artesanal e prático das outras atividades, a música e a poesia eram as únicas artes nobres, ao entender-se que eram alheias ao trabalho físico. A própria mitologia diferenciou cuidadosamente umas das outras ao fazer contrastar a formosura de Apolo – príncipe das Musas – e a virtude de Orfeu – símbolo da música – com a brutalidade de Hefaios, ferreiro e representativo, portanto, dos artesãos. Admitida a atribuição artesanal para escultores e pintores – durante a arte pré-clássica -, e sua inferioridade social com respeito a músicos e poetas, é necessário ver as mudanças sociais ocorridas na Grécia para a mudança do papel do artista. Em primeiro lugar, o desenvolvimento da estrutura sócio-econômica, com o assentamento das polis, exerceu um considerável aumento da demanda de obras. Em segundo lugar, as tendências antropomórficas e naturalísticas facilitaram o desenvolvimento das expressividade individual e,

portanto, da liberdade criativa. Ao contrário dos egípcios, os pintores e escultores gregos não tiveram que ater-se à aprendizagem e repetição permanente de formas imutáveis, mas sim, ao tomar como referência o modelo natural, estiveram abertos a um progresso expressivo ilimitado.” (MARTINS, 2016)

Outro ponto importante de lembrar, mesmo que vagamente, é a confusão sobre a definição entre quem foram os burgueses do período medieval, no caso os artesãos, e os burgueses dos tempos pós-revolução industrial; pessoas que acumularam riquezas a partir das regras comerciais que existiam na época. Logo, é possível constatar que a disputa sobre a definição não se restringe apenas aos fatos mas sim a quem tem o poder de decidir o que será e, possivelmente, não o que de fato é.

Segundo Nery, (2014) as classificações atuais possuem caráter relativamente arbitrário e que a compreensão do artesanato e suas nomenclaturas socialmente construídas, no que se refere a tal tipo de produção, se dá apenas à luz dos jogos de força que ocorrem durante tais processos e questiona a aproximação e o distanciamento entre artesanato, arte e moda a partir dos elementos da inovação/repetição e relação com o mercado.

No decorrer do conteúdo, se apresentará considerações de cunho teórico sobre o artesanato como microempresa, a criação de empresas por mulheres e a informalidade, bem como a metodologia utilizada para a apresentação dos dados coletados em 2018, antes da pandemia e da alteração das CNAE e como ficou a classificação após a alteração. Por fim, as conclusões baseadas na totalidade do conteúdo exposto e referências utilizadas para tal fim.

O empreendedorismo, o artesanato e a mulher empreendedora

Para entender melhor o empreendedorismo, é sensato discorrer rapidamente sobre as teorias Schumpeteriana e Comportamentalista.

Para Baggio e Baggio, (2014), são os economistas os primeiros a entenderem, e estudarem, a importância do papel do empreendedor no cenário econômico mundial e o impacto das suas atividades na economia. Os nomes que se destacam são dos economistas Richard Cantillon e Jean Baptiste Say, que durante o século XVII relacionam o ato de empreender com o ato de assumir riscos somados aos conhecimentos em produção e gestão. Mas é o economista Joseph Schumpeter, no início do século XX que, por sua contribuição teórico-acadêmica, dá nome à teoria que conhecemos na modernidade como Schumpeteriana. Ao estudar a essência do empreendedorismo, constatou que o indivíduo empreendedor se diferenciava do capitalista por ter uma percepção nata diante das oportunidades para a criação de novos negócios e visões inovadoras para o emprego de recursos, onde sua atividade-fim poderia ser modificada e reutilizada para outra atividade de maneira efetiva. Logo, foi com a Teoria do Desenvolvimento Econômico, ou Teoria Schumpeteriana como é

mais conhecida, que o empreendedorismo ficou evidenciado à criação e à inovação mercadológica e seus impactos positivos nas economias nas quais se faz presente.

Schumpeter define o empreendedor como “aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, e pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais” (SCHUMPETER, 1949, *apud*, DORNELAS, 2001, p.37). O economista e estudioso mostrou o empreendedor em seu âmbito econômico, como indivíduo gerador de riqueza e não, necessariamente, um capitalista. Apesar de definir algumas características particulares atribuídas aos empreendedores, trouxe à luz questionamentos que poderiam ser aprofundados por especialistas da área do comportamento humano pois tais características iam além dos aspectos econômicos.

Max Weber foi um dos pioneiros nas pesquisas sobre o comportamento do empreendedor mas quem realmente contribuiu com estudos profundos sobre as ciências do comportamento foi David McClelland (BAGGIO & BAGGIO, 2014).

Surge então a Teoria Comportamentalista que estuda basicamente o comportamento humano e os aspectos motivacionais do empreendedor, onde o desejo é visto como força para empreender, controlada pela razão. E não apenas o dinheiro.

Sobre artesanato e empreendedorismo, apesar do escasso conteúdo acadêmico, compartilho dos mesmos anseios que o autor Ramos (2009) que apresenta relevante conteúdo acadêmico sobre a necessidade de aprofundar estudos nesta direção tendo em vista o grande potencial de fortalecimento econômico deste segmento e, predominantemente, gerido por mulheres.

Para confirmar a necessidade apresentada, cito seu importante estudo bibliométrico sobre produções acadêmicas que relacionam o empreendedorismo e o artesanato, onde Ramos (2009), aponta que apenas 0,33% dos artigos analisados em seu levantamento foram sobre o artesanato com produção econômica. Na ocasião do estudo, a pesquisa indexou 6.683 artigos publicados na EnANPAD, entre os anos de 1999 e 2008, na busca do termo artesanato e o radical “empreend”. As publicações nos anos 2000, 2007 e 2008 foram as que apresentaram maior ocorrência dos termos, sendo, sua maioria nos anos 2007 e 2008. É pertinente considerar que a Lei Complementar n.128 (2008), que criou a figura do MEI, entrou em vigor na data de 01 de julho de 2008.

É primordial considerar que, em geral, as mulheres recebem maior formação nas áreas de artes e educação do que nas áreas técnicas e gerenciais segundo TAN (2008 *apud* MACHADO, GAZOLA, & ANEZ, 2013). Todavia, estudos apontam que microempresas possuem significativo potencial de longevidade em sua atuação comercial e que o estilo de gestão adotado pelas mulheres empreendedoras pode ser o fator central para o sucesso do negócio, como apresenta Oliveira, Souza e Calegário (2010). Apesar do estudo citado não ter seu foco na esfera do artesanato mas sim em empreendedorismo e gestão feminina e a atuação de mulheres empreendedoras em microempresas; dentro do universo pesquisado pelos autores 42% das mulheres atuavam no segmento do artesanato e artes manuais, 25% com revenda de cosméticos e 33% em outras atividades. Deste modo, a percepção da relação do artesanato, das microempresas e da mulher empreendedora torna-se mais evidente, e relevante, no cenário econômico do Brasil.

Cabe contextualizar que em estudos sobre a mulher empreendedora, Machado, Leal, Guedes e Fabrício (2010), apresentam resultados onde há o

entendimento de que a cada época e a cada país, mulheres enfrentam problemas diversos e que as pesquisas sobre este tema, mesmo que ainda não tenham uma aplicação longitudinal, não perdem sua relevância e sinalizam avanços no campo do empreendedorismo, sobretudo, no que tange ao levantamento de novas hipóteses que implicam em novos estudos e descobertas.

O setor de artesanato no Brasil

As realidades socioeconômicas presentes em um país em desenvolvimento, como o Brasil, trazem à tona dados polarizados, sem dúvida, aceitáveis e apenas corroboram a relevância destes, deste e de estudos futuros.

No Brasil, quando falamos em PMEs, estamos falando sobre o motor da economia nacional. De acordo com o site do SEBRAE (2019), existem 4 milhões de empresas no Brasil, das quais 99% são PMEs. Da mesma forma, com todo o poder das multinacionais, as microempresas não desaparecem e têm, cada vez mais, um papel importante na economia brasileira, pois atuam naqueles nichos que as gigantes não atendem.

Sobre o tema artesanato e empreendedorismo, Ramos (2009) faz menção à necessidade de aprofundar os estudos sobre a temática para compreender o grande potencial de fortalecimento econômico das microempresas que são predominantemente geridas por mulheres.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica pode ser utilizada como referência e / ou base teórica; Os resultados apresentados em uma pesquisa com mulheres empresárias catarinenses, um estado do sul do Brasil, sugerem que as razões para se iniciar um negócio vão desde questões financeiras até independência e flexibilidade no trabalho, cuidado dos filhos e escolha de estilo de trabalho e de vida (Gouvea, Silveira e Machado, 2013). Ao contrário dos estudos citados, o principal motivo da criação de empresas por mulheres do Rio Grande do Norte, estado do Nordeste do país, segundo as opções de resposta da pesquisa aplicada é: “Eu quero ganhar muito dinheiro”, seguido de “Quero ganhar dinheiro” e “Gosto muito do que quero fazer” (Machado, Gazola & Anez, 2013).

Aspectos culturais, sociais e econômicos instáveis se refletem diretamente no cenário empresarial, bem como em seus resultados, por exemplo, com o crescimento dos negócios criados por mulheres e a decisão de não se formalizarem.

O SEBRAE publicou um relatório sobre Empreendedorismo e Mercado de Trabalho no Brasil (2017) que cita dados relevantes sobre a “qualidade do empreendedorismo” no país. Neste estudo, o Brasil ocupa o 98º lugar, de um total de 137 países. Isso significa que, apesar de ter um perfil “muito empreendedor”, o Índice Global de Empreendedorismo (GEI) classifica os empresários brasileiros como não competitivos, uma vez que a maioria das PMEs criadas oferece produtos muito simples que atendem às necessidades básicas do negócio. Portanto, eles não são inovadores.

O relatório também apresenta a importância das microempresas no país, dado seu relevante papel como “colchão social” (sic) em tempos de crise econômica. É possível compreender a relação direta do aumento do desemprego com o aumento das microempresas, mesmo levando em consideração a informalidade.

A criação dos programas de governo MEI e PAB são fruto dessas necessidades, portanto, a partir deste estudo, é possível observar que, no segmento

de artesanato, a inscrição em projetos públicos como o Programa Brasileiro de Artesanato, conhecido como PAB, também. à medida que as matrículas do MEI aumentam nesses períodos de recessão econômica.

Programa Brasileiro de Artesanato (PAB)

O Programa de Artesanato Brasileiro (PAB) foi criado em 1991, por decreto federal que, originalmente, era vinculado ao Ministério da Ação Social com o objetivo de coordenar e desenvolver atividades de valorização do artesão brasileiro, elevando seu nível cultural e profissional, sociais e econômicos. Além disso, visa também a promoção do artesanato e do comércio artesanal, como explica o site do governo federal.

A partir daí, é possível perceber que seu destino já estava atrelado a uma posição econômica e profissional que não ocorria até agora.

Ao final do segundo semestre de 2020, apenas 163.618 artesãos estavam cadastrados no PAB, conforme informações do próprio programa em seu Relatório Total de Artesãos Cadastrados por Estado, datado de 10 de setembro de 2020, conforme tabela 1.

Tabela 1. Relatório do Total de Artesãos Registrados por Estado

Estado	Inscritos
Ceará – CE	15.744
Alagoas – AL	15.204
Bahía – BA	14.841
Río de Janeiro - RJ	14.647
Distrito Federal - DF	10.637
Pernambuco – PE	10.074
Río Grande do Norte - RN	9.304
Goiás – GO	8.654
Espírito Santo - ES	8.417
Río Grande do Sul - RS	8.175
Minas Gerais - MG	7.098
Sao Paulo – SP	6.061
Mato Grosso – MT	5.522
Sergipe – SE	4.337
Mato Grosso do Sul - MS	4.196
Pará – PA	4.020
Amazonas – AM	3.845
Santa Catarina - SC	2.683
Paraíba – PB	2.090
Piauí – PI	1.618
Maranhao – MA	1.537
Acre – AC	1.329
Rondonia – RO	1.037
Tocantins – TO	1.005
Amapá – AP	711

Paraná - PR	594
Roraima - RR	238
TOTAL	163.618

O lamentável é que o programa, através das instituições representativas dos estados, não possui dados unificados, nem é atualizado em tempo real, nem está separado por técnica, gênero e / ou cidade.

Na realidade, o país é grande e populoso. Embora o programa atue nos 27 estados, é possível conjecturar que é impossível vincular a maioria dos produtores de artesanato com o programa, pois muitos moram longe das capitais e/ou dos grandes centros onde estão as instituições que os representam ou que o PAB estão presentes. Prova dessa constatação é que o Brasil possui 5.570 cidades, até o momento; uma população total de 210.147.125 habitantes, segundo o relatório do Diário Oficial da União, de 26 de agosto de 2019; e um total de 8,5 milhões de artesãos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007) apud Barbosa e D'Ávila (2014) dados que contrastam com os 163.618 inscritos no Programa Artesão Brasileiro.

Então o que parecia uma solução para somar, impulsionar e profissionalizar os artesãos, infelizmente parece mais uma colcha de retalhos.

A lei do artesão

Foi em 22 de outubro de 2015 que a Lei nº 13.180, mais conhecida como Lei do Artesão, surgiu com o objetivo central de reconhecer os artesãos brasileiros como profissionais e, dessa forma, oferecer a eles direitos de aposentadoria, entre outros.

A lei define a profissão de artesão como:

Parágrafo único. A profissão de artesão pressupõe um exercício de atividade predominantemente manual, o que pode ser contado como coadjuvante de ferramentas e outros equipamentos, visto que garante qualidade, segurança e, quando aplicável, cumprimento das normas oficiais aplicadas ao produto.

Sem dúvida, a criação dessa lei teve um efeito muito mais motivador para a classe de artesãos no Brasil do que os resultados esperados na época, como a criação de uma Escola Técnica Federal de Artesanato que nunca saiu do papel. Carregar um Cartão Nacional do Artesão na carteira, para pessoas com pouca ou nenhuma educação e que dependem de seu trabalho para sobreviver, pode soar como algo precioso.

O que ocorre é que, o que parece, com o passar dos anos, é que poucos resultados são percebidos e que uma lei como essa atua mais como paliativo da assistência social do que como avanços reais nas políticas públicas o que apenas corrobora toda a narrativa apresentada de que artesanato é algo “de pobre”, “assistencialista” e “inferior”. Todavia é fundamental receber essas notas como alertas e não como críticas ideológicas.

A criação de empresas por mulheres e a informalidade

A criação de empresas por mulheres, especificamente sobre razões e dificuldades que elas têm para criar seus próprios negócios, ainda é pouco explicada na literatura. Mas estudos mostraram (SHRAGG, YACUK, & GLASS, 1992 *apud* TAN, 2008) sobre a pouca formação gerencial ou em áreas afins das mulheres empreendedoras. Além de outras dificuldades de cunho emocional, conforme relatos de Machado, Gazola e Anez (2013). A emocionalidade, é um traço predominante e comum, no processo de gerenciamento dos empreendimentos feitos por mulheres, como identidade no estilo de gestão (MACHADO, 2006). Nos dias atuais, as mulheres estão criando novos negócios, na maioria das vezes, micro e pequenas empresas, que respondem por uma parcela significativa de emprego e renda, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil.

Aparentemente, mulheres e homens possuem os mesmo motivos para iniciarem seus próprios negócios, tais como: desejo de autonomia e realização. No caso das mulheres, estudos apontam (GIMENEZ *et al*, 1998; HISRISCH, 1989; STILL & TIMMS, 1998; VOKINS in ALLEN & TRUMAN, 1993), que existem motivos de outra natureza tais como: o desejo de conciliar trabalho e família, e a insatisfação com a carreira anterior, conforme citado por Machado, St-Cyr, Moine e Alves (2003).

Para Silva (2011), o trabalho informal se tornou um segmento importante por não exigir capacitação profissional, bem como, apresenta dados conclusivos sobre a despreocupação do indivíduo empreendedor ao que tange a formalização do negócio e aos direitos sociais e previdenciários ofertados por políticas públicas, como o cadastramento e facilidades tributárias para o MEI. Em concordância ao referido estudo sobre a informalidade no cenário nacional, Machado, Gazola e Anez (2013), constata em estudos sobre a mulher empreendedora que, 38,54% das pesquisadas começaram suas empresas na informalidade, das quais 25% formalizaram a empresa nos primeiros seis meses e 13,54%, entre seis e um ano.

Segundo o GEM (2017), o número de mulheres empreendedoras iniciais é 0,8% maior que homens empreendedores. Mas quando analisado o percentual de mulheres empreendedoras com negócios estabelecidos a diferença é de 4,2% menor do que negócios de homens. Leia-se empreendedoras iniciais como empreendedoras com novos negócios ou àquelas que não foram remuneradas como proprietárias por mais de três meses; ou que receberam algum tipo de remuneração superior a três meses e inferior a três anos e meio. Já a definição de empreendedoras com negócios estabelecidos refere-se àqueles onde as proprietárias foram remuneradas por um período superior a três anos e meio.

O GEM (2017) levanta algumas reflexões acerca dos dados apresentados em sua edição: seriam as mulheres menos persistentes na condução de seus empreendimentos? Ou o ambiente para mulheres empreenderem ainda lhes é desfavorável e isso afeta a longevidade nos seus negócios? Essas reflexões apresentam um cenário passível de estudos futuros sobre capacitação gerencial, informalidade, a mulher empreendedora, microempresas e demais assuntos relacionados com as variações que poderiam responder aos questionamentos.

Procedimentos Metodológicos

Considerando que o objetivo deste estudo é estudar a mulher empreendedora que atua no Brasil como microempreendedora individual, no ramo do artesanato; bem

como relatar o cenário mercadológico em que ela atua e sua relevância para o mercado, serão apresentados dados sobre as atividades classificadas anteriormente como Artesã(o) e, legalmente enquadradas Microempreendedor Individual; bem como suas mudanças.

É importante esclarecer que a tabela dessas atividades, apresentada no site do Portal do Empreendedor, utilizava a palavra Artesã(o) como prefixo e na sequência especificava o ramo da atividade; por exemplo, Artesã(o) em madeira, Artesã(o) em vidro e assim por diante. Entretanto, por motivo desconhecido, as atividades de Crocheteira e Bordadeira não possuíam a palavra Artesã(o) como prefixo na tabela de classificação de atividades enquadradas como MEI; mas foram consideradas para fins de enriquecimento das informações do estudo.

Deste modo, através de pesquisa bibliográfica, para o embasamento teórico, e quantitativa, para quantificar o universo do objeto de estudo serão apresentadas as 17 atividades que estavam relacionadas com o segmento do artesanato, sendo que, as denominadas Artesã(o) possuíam 15 subatividades.

Os dados estão estruturados em tabelas: a) CNAE de atividades correspondente à atividade de artesanato; b) divisão por gênero; c) atividade versus gênero; e, d) gênero versus unidade federativa.

Este tipo de pesquisa busca radiografar uma amostra representativa para os fins deste estudo, já que os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real da população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade, esclarece Fonseca (2002, p.20).

Para finalizar, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo para relatar de maneira mais objetiva a análise dos dados obtidos, além de facilitar a leitura, compreensão e relevância acadêmica do objeto e do objetivo deste estudo.

Resultados e Discussões

O presente estudo traz a análise dos resultados em cinco tabelas cujo objetivo é, além de trazer dados concretos, ilustrar visualmente o potencial latente no setor mostrando um apanhado geral das atividades, perfil por atividades econômica versus gênero e atividade econômica versus região versus gênero.

Segundo Souza (2001, *apud* Ramos, 2014), as possibilidades para o setor artesanal brasileiro são muitas. Só o fato de colocar o artesão dentro da arena cognitiva e tratá-lo como um empresário em potencial já constitui uma grande inovação e até uma destruição criativa.

A tabela 2, elaborada pelos autores, é um recorte da listagem de atividades econômicas autorizadas para atuarem como MEI; antes da pandemia, em 2019. Apresenta, em números absolutos, as subcategorias da atividade definida como Artesã(o), além das atividades de crocheteira e bordadeira, aqui incluídas para compor o universo deste estudo acadêmico.

Tabela 2.

Número correspondente à CNAE, descrição da atividade e total decrescente de inscritos

CNAE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	TOTAL
------	------------------------	-------

3212400	Artesã(o) de bijuterias	8132
1629301	Artesã(o) em madeira	3868
1340599	Crocheteira	3185
1749400	Artesã(o) em papel	3160
2330399	Artesã(o) em cimento, gesso e semelhantes	1092
2349499	Artesã(o) em cerâmica	1012
2599399	Artesã(o) em metais	944
1422300	Bordadeira	915
1529700	Artesã(o) em couro	910
2391503	Artesã(o) em mármore, granito, ardósia e outras pedras	802
2229399	Artesã(o) em plástico	734
3211602	Artesã(o) em metais preciosos	691
2219600	Artesã(o) em borracha	675
1629302	Artesã(o) em cortiça, bambu e afins	643
2399101	Artesã(o) em louças, vidro e cristal	642
2319200	Artesã(o) em vidro	345
2399099	Artesã(o) em outros materiais	0
TOTAL GERAL		27750

Segundo Barbosa e D'Ávila (2014), é de conhecimento empírico que o artesanato seria uma atividade “para mulheres”. No artigo científico intitulado Mulheres e Artesanato: um “ofício feminino” no povoado do Bichinho/Prado-MG, as autoras comprovam o predomínio do gênero utilizando dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2007) que revelam um universo de 8,5 milhões de artesãos, sendo que 87% são mulheres.

Mas na verdade, sabe-se que artesanato está presente na vida do homem, e da mulher, desde os primeiros tempos na produção de objetos de uso para a sobrevivência e ornamento. No Brasil colonial, as atividades manuais estiveram relacionadas ao fazer feminino e era onde “obtinham exclusividade quando eram costureiras, doceiras, fiandeiras, criadas, cozinheiras ou lavadeiras, acabando por reproduzir os papéis que lhes eram dados tradicionalmente. (LAGES, 2007: 17 *apud* BARBOSA, & D'ÁVILA, 2014).

Tabela 3.

Tabela com CNAE, descrição da atividade e total decrescente de inscritos por gênero

CNAE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	MULHER	HOMEM
3212400	Artesã(o) de bijuterias	6913	1219
1340599	Crocheteira	2606	579
1749400	Artesã(o) em papel	2446	714
1629301	Artesã(o) em madeira	2059	1809
1422300	Bordadeira	869	46
2349499	Artesã(o) em cerâmica	628	384
2219600	Artesã(o) em borracha	482	193
2399101	Artesã(o) em louças, vidro e cristal	449	193
2330399	Artesã(o) em cimento, gesso e semelhantes	385	707

1529700	Artesã(o) em couro	371	539
2229399	Artesã(o) em plástico	350	384
3211602	Artesã(o) em metais preciosos	324	367
1629302	Artesã(o) em cortiça, bambu e afins	312	331
2599399	Artesã(o) em metais	239	705
2319200	Artesã(o) em vidro	165	180
2391503	Artesã(o) em mármore, granito, ardósia e outras pedras	128	674
2399099	Artesã(o) em outros materiais	0	0
TOTAL GERAL		18726	9024

Os dados apresentados na tabela 3, entretanto, confirmam que as mulheres mantêm predominância na maioria das atividades relacionadas. Esta particularidade se dá, em linhas gerais, tendo em vista a “delicadeza” do fazer minucioso atrelado à características “femininas”, segundo Barbosa e D’Ávila (2014).

Tabela 4.

Tabela com CNAE, descrição da atividade onde mulheres são a maioria

CNAE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	MULHER	HOMEM
3212400	Artesã(o) de bijuterias	6913	1219
1340599	Crocheteira	2606	579
1749400	Artesã(o) em papel	2446	714
1629301	Artesã(o) em madeira	2059	1809
1422300	Bordadeira	869	46
2349499	Artesã(o) em cerâmica	628	384
2219600	Artesã(o) em borracha	482	193
2399101	Artesã(o) em louças, vidro e cristal	449	193
2399099	Artesã(o) em outros materiais	0	0
TOTAL GERAL		16452	5137

Empreender no setor do artesanato é um processo constante de evolução e cheio de surpresas; logo, é pertinente apontar que, em algumas atividades, os homens são maioria, conforme os números da tabela 5.

Tabela 5.

Tabela com CNAE, descrição da atividade onde homens são a maioria

CNAE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	MULHER	HOMEM
2330399	Artesã(o) em cimento, gesso e semelhantes	385	707
1529700	Artesã(o) em couro	371	539
2229399	Artesã(o) em plástico	350	384
3211602	Artesã(o) em metais preciosos	324	367
1629302	Artesã(o) em cortiça, bambu e afins	312	331
2599399	Artesã(o) em metais	239	705
2319200	Artesã(o) em vidro	165	180

2391503	Artesã(o) em mármore, granito, ardósia e outras pedras	128	674
2399099	Artesã(o) em outros materiais	0	0
TOTAL GERAL		2274	3887

Para Dornelas (2001), empreendedores são merecedores de valorização e respeito, pois são responsáveis pela geração de riquezas e conseqüentemente, são contribuintes diretos para o processo de desenvolvimento do país. Pelo prisma econômico, é atividade geradora de trabalho e renda e ganha função social, considera Morales (1996), citado por Ramos (2014).

A tabela 6 apresenta o universo do artesanato como atividade econômica formal, na figura do MEI, nas cinco regiões do Brasil, aqui separadas por gênero; antes da mudança das nomenclaturas do CNAE, em 2018.

Tabela 6.

Tabela com o total de inscritos por gênero nas 17 atividades econômicas, aqui denominadas artesanato, separadas por região

REGIÕES DO BRASIL	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Região Sudeste	10888	4585	15473
Região Nordeste	3565	2037	5602
Região Centro-Oeste	1986	1137	3123
Região Sul	1570	754	2324
Região Norte	717	511	1228
TOTAL	18726	9024	27750

Com os dados relatados, é possível confirmar que as mulheres representam 67% das atividades econômicas relacionadas ao artesanato e formalmente inscritas no MEI; e os homens, representam 33% deste universo.

O mesmo cenário se replica por região. Na região sudeste as mulheres representam 70% e os homens 30%; já as regiões nordeste e centro-oeste possuem o mesmo perfil onde mulheres representam 64% e os homens 36%; na região sul as mulheres representam 68% e os homens 32% e na região norte, é onde existe um maior equilíbrio por gênero com 58% mulheres e 42% de homens.

Até 2018, estavam presentes as 17 classificações aqui apresentadas e que levavam a definição/nomenclatura de Artesã (o) e que, sem explicação, não aparecem mais desta forma na tabela oficial de CNAE no Portal do Empreendedor e sim como Fabricantes, embora a descrição da atividade permaneça similar conforme mostra a tabela 7.

Tabela 7.

Lista de cadastro CNAE 2018 e 2020 para atividades relacionadas anteriormente para Artesã(o)s

CNAE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 2018	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 2020
3212400	Artesão de bijuterias	Fabricação de bijuterias e artigos semelhantes
1629301	Artesão em madeira	Fabricação de diversos objetos de madeira, exceto móveis
1340599	Crocheteira	Outros serviços de acabamento para fios, tecidos, têxteis e vestuário têxtil
1749400	Artesão (o) no papel	Fabricação de produtos de celulose, papel, papelão e papelão ondulado, sem outras especificações.
2330399	Artesão em cimento, gesso e afins	Fabricação de outras obras e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.
2349499	Artesão de cerâmica	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários e não especificados em outra parte.
2599399	Artesã em metais	Fabricação de outros produtos metálicos não especificados em outra parte.
1422300	Bordadeira	Fabricação de malhas e tecidos de malha, exceto meias.
1529700	Artesã de couro	Fabricação de artigos de couro, não especificado de outra forma.
2391503	Artesão em mármore, granito, ardósia e outras pedras	Montagem de placas e execução de obras em mármore, granito, ardósia e outras pedras.
2229399	Artesã em plástico	Fabricação de artigos de plástico para outros usos não especificados em outra categoria.
3211602	Artesã em metais preciosos	Fabricação de joalheria e artigos de joalheria.
2219600	Artesã em borracha	Fabricação de produtos de borracha, não especificado de outra forma.
1629302	Artesão (o) em cortiça, bambu e afins	Fabricação de diversos artefatos em cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais tecidos, exceto móveis.
2399101	Artesão em faiança, vidro e cristal	Decoração, polimento, gravura, envidraçamento e outros trabalhos em cerâmica, talheres, vidros e cristais.
2319200	Artesão de vidro	Fabricação de artigos de vidro.
3299099	Artesã (o) em outros materiais	Fabricação de vários produtos não especificados em outra parte.

Este estudo busca revestir-se de importância na medida em que pretende contribuir para a produção científica no âmbito do empreendedorismo tendo a mulher como gestora e o artesanato como atividade econômica formal.

Considerações Finais

Dentro das definições sobre empreendedorismo é possível compreender o motivo pelo qual teorias associam o ato de empreender não apenas com inovação e liderança mas sim com o ato de assumir riscos. E estes risco não se resumem a perder dinheiro.

Para a mulher, empreender, não está relacionado a apenas perder dinheiro mas sim, talvez, com o fato de não ganhá-lo a ponto de manter sua família ou complementar a renda doméstica. Pode-se também se relacionar com a dificuldade da dupla ou tripla jornada, com a falta de conhecimento e capacitação gerencial, com a falta de acesso à linhas de crédito, com estrutura emocional entre outras possibilidades; todas elas passíveis de estudos futuros.

Conclui-se que o cenário das microempresas de artesanato no Brasil, que antes da pandemia eram formalmente enquadradas como atividade econômica e inscritas no MEI, são predominantemente gerido por mulheres em todas as regiões do país. Entretanto, a partir de agora, fica impossível quantificar ou trazer à luz dados concretos sobre a real quantidade de artesãos que possuem seus negócios formalizados; tendo em vista que, neste momento pós-pandemia, serão obrigados a se cadastrarem em programas como o PAB que não possuem registros fidedignos. Será possível confiar em dados futuros sobre a formalização de empreendedoras no segmento do artesanato ou elas serão jogadas ao eterno rótulo dos programas assistenciais? Perderão elas os direitos de participarem dos programas ao se formalizarem e serem obrigadas a, formalmente, se autodenominarem “fabricantes”? Quais serão os novos desafios que serão adicionados às mulheres que desejam empreender no segmento do artesanato como produção econômica no Brasil?

Como sugestão para o futuro, lança-se o desafio de realizar estudos mais críticos, longitudinais e aprofundados para trazer à luz uma realidade que, por motivos desconhecidos, ainda se mantém distante dos anais acadêmicos. Na linguagem capitalista, a mulher empreendedora que produz e vende artesanato poderia ser designada como capital humano, ou seja, indivíduo gerador de riqueza e detentor do conhecimento do “jeito de fazer” e do “porquê de fazer”.

Felizmente, é fato que a mulher empreendedora, que possui um negócio no segmento do artesanato, contribui para o desenvolvimento do país, gera emprego e renda apesar das adversidades econômicas, sociais e arbitrariedades políticas de viver “à mercê” de militantes e agentes políticos.

Referências

- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. (2014) **Empreendedorismo: Conceitos e Definições**. *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*. 1(1): 25-38. ISSN: 2359-3539.
- BARBOSA, V. L; D’ÁVILA, M. I. (2014) Mulheres e artesanato: um “ofício feminino” no povoado do Bichinho/Prados-MG. *Revista Ártemis*, Vol. XVII, n. 1, jan-jun, pp. 141-152. ISSN: 1807-8214.
- BIFF, M.; ZILLI, J. C. (2017) **A América Latina no contexto do empreendedorismo e inovação**. In.: ZILLI, Júlio Cesar et al. (Org.). *Perspectivas contemporâneas em administração e comércio exterior*. Criciúma, SC: UNESC. p. 10-37. DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pers01>. Recuperado de <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5429>.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-3-de-26-de-agosto-de-2019-212912380>>

DORNELAS, J. C. A. (2001) **Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier.

FONSECA, J. J. S. (2002) **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC.

GEM Brasil. Disponível em: <<https://ibqp.org.br/gem/>>

GLOBAL ENTREPREUNERSHIP MONITOR (2010). Empreendedorismo no Brasil. – sumário executivo. Curitiba: IBQP.

GLOBAL ENTREPREUNERSHIP MONITOR (2017). Empreendedorismo no Brasil. – relatório executivo. Curitiba: IBQP.

GOUVÊA, A. B. C. T.; SILVEIRA, A.; MACHADO, H. P. V. (2013) Mulheres empreendedoras: compreensões do empreendedorismo e do exercício do papel desempenhado por homens e mulheres em organizações. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 2, n.2, p. 32-54.

MACHADO, H. V. (2006) Expressão Emocional no Exercício da Atividade Empreendedora por Mulheres. **Organização & Sociedade**. v. 13, n. 38, p. 59-72.

MACHADO, H. V., GAZOLA, S., ANEZ, M. E. M. (2013). **A criação de empresas por mulheres: um estudo com empreendedoras em Natal, Rio Grande do Norte**. *Revista de Administração Mackenzie*, 14(5), 177-200.

MACHADO, H. V.; LEAL, L. E.; GUEDES, A. M.; FABRÍCIO, J. S. (2010) Mulheres Empreendedoras: Retrospectivas e Perspectivas de Estudos. In: EnAnpad – Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 34, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro: ANPAD. 1 CD-ROM.

MARTINS, S. (2016) **A Transformação do Papel do Artista**. Portal História das Artes. Recuperado de < <http://www.historiadadasartes.com/sala-dos-professores/a-transformacao-do-papel-do-artista/>> Acesso em 10 Set. 2021.

McELROY, W. (2018) **A Revolução Industrial, as mulheres e as minorias: como a ideologia suprimiu a realidade**. Portal Mises Brasil. Recuperado de <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2937>

MACHADO, H. V.; ST-CYR, L.; MIONE, A.; ALVES, M. C. M. (2003) **O Processo de Criação de Empresas por Mulheres**. *RAE - eletrônica*, v. 2, n. 2, junho-dezembro.

NERY, M. S. S. (2014) **A decepção de Thinker Bell e a luta das classificações: o artesanato, o Governo Federal e o Sebrae**. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 50, n. 3, setembro-dezembro, pp. 293-302.

OLIVEIRA, F. M. (2012) **Empreendedorismo: Teoria e Prática**. Revista Especialize. Revista Online IPOG. p. 1-13.

OLIVEIRA, P. G.; SOUZA NETO, B.; CALEGÁRIO, C. L. L. (2010) **Empreendedorismo e gestão feminina: a atuação de mulheres empreendedoras em microempresas**. Revista FAE, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 1-14, jan./jun.

RAMOS, G. M. P. D. (2009) **O Artesão e o Empreendedorismo: Um Estudo Bibliométrico da Produção Acadêmica em Eventos EnANPAD de 1999 a 2008**. Belo Horizonte.

SEBRAE. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br> >

SECRETARIA DE GOVERNO DO BRASIL. **Programa do Artesanato Brasileiro**. Disponível em: < <http://www.secretariadegoverno.gov.br/micro-e-pequena-empresa/assuntos/programa-do-artesanato-brasileiro> >

SILVA, B. S. S. (2011) **O Trabalho Informal no Brasil**. Monografia. Curso de Administração. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - IMESA. Assis.

EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA: ESTUDO DE CASO DE UMA DISCENTE COM TRANSTORNO DE ANSIEDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Rodrigo da Silva Lucena²¹⁶
Patrícia Dias de Souza²¹⁷

RESUMO: O presente artigo é um estudo de caso sobre uma paciente de nove anos, realizado durante um Estágio Clínico Supervisionado em Psicopedagogia. O objetivo é tentar identificar a possível dificuldade de aprendizagem da estudante, cruzando os dados e informações obtidas, discutir os resultados e realizar os encaminhamentos necessários. Foram utilizados diversos instrumentos, analisados com os métodos qualitativo e quantitativo. Assim, a realização dessa fase prática na clínica, utilizando os conhecimentos teóricos, serve para refletir sobre os métodos de trabalho e as ferramentas psicopedagógicas, a função social, sua ação e a importância na vida das crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Palavras - chave: Estágio. Estudo de caso. Psicopedagogia Clínica.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um estudo de caso resultado da realização do estágio supervisionado clínico, realizado nos meses de agosto e setembro de 2018 em Cabaceiras do Paraguaçu-BA. Apresenta-se como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Os nomes dos indivíduos, instituições e cidades citados aparecerão abreviados para a preservação dos envolvidos na pesquisa.

A vivência do estágio configura-se como uma experiência essencial para uma melhor qualificação e formação do profissional em Psicopedagogia. As sessões Psicopedagógicas clínicas foram realizadas no período de 04 a 25 de agosto (com as sessões) e 22 de setembro com a devolutiva para os responsáveis e escola.

A aprendente (I.F.C) é filha única, vive em uma família que expressa afeto, dedicação e muito cuidado. Moram próximos à escola e sua educação é realizada nessa instituição durante toda sua formação. A mãe tem um papel mais atuante na educação da filha. Os pais de I.F.C são naturais do município de Cabaceiras do Paraguaçu, onde atualmente vivem, na parte central da cidade. O casal tem apenas uma filha e logo cedo iniciaram os estudos de I.F.C no Colégio T.L, que fica há algumas ruas da sua casa. Seu pai é motorista e sua mãe é dona de casa.

Toda a sua formação foi realizada na referida escola. Atualmente está cursando o 4º ano (no turno matutino), com mais 25 colegas na sala, aos cuidados e

²¹⁶ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (EBA/UFBA). Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica - Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias\FAC- BA. Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).Contato: rodrigo.silva.paulista@gmail.com

²¹⁷ Professora do Ensino Fundamental II e Médio da Privada. Graduada em Letras, Língua Espanhola e Literaturas - Licenciatura pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (2013). Pós-graduanda em Psicopedagogia Institucional e Clínica - Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias\FAC- BA. Contato:patriciasdias674@gmail.com

ensinamentos da professora J.S.C.S. Costuma brincar com todos e socializar os brinquedos. Não tem preferência por brincar sozinha ou acompanhada. Tem muitas amigas na escola que estão sempre juntas em sala e no intervalo.

O desafio de decretar a dificuldade da criança reserva vários caminhos e possibilidades, estando na nossa formação a base e a responsabilidade para uma melhor compreensão do caso, com dedicação e atenção minuciosa na busca de resultados e soluções. Para o estágio foi preciso poder conhecer uma realidade que não era tão próxima a nossa. De acordo com Bossa,

[...] o escopo do ensaio é contribuir para uma melhor compreensão da Psicopedagogia (...), numa abordagem (...) baseada na prática clínica. É claro que a prática, normalmente, implica o manejo de teoria, seja como respaldo para iluminar caminhos que vão se abrindo ou alargando à medida que andamos, seja como registros de nossa prática. (BOSSA, 2000, p. 119)

O estágio clínico fez com que pudéssemos perceber a responsabilidade da nossa prática, os diversos atores que estaremos trabalhando (como a família, professores e gestores). “Portanto a psicopedagogia é uma área inovadora que veio com o objetivo de contribuir na dinâmica do processo ensino-aprendizagem, caracterizando todos os aspectos: família, escola e sociedade onde todos fazem parte do desenvolvimento da aprendizagem.” (SILVA; p.3)

A finalidade do atual trabalho é realizar um estudo de caso sobre I.F.C., uma garota de 09 anos, estudante do 4º ano do Colégio T.L. Durante as sessões, analisamos e interpretamos os testes, entrevistas e instrumentos utilizados com a paciente, a fim de identificar qual a possível dificuldade de aprendizagem apresentada pela educanda, e em seguida descrever uma breve discussão teórica sobre a indicação diagnóstica e seus encaminhamentos.

Esse estudo de caso apresenta elementos que foram analisados de forma quantitativa. Porém, foram manipulados uma variedade de instrumentos, como entrevistas, testes e anamnese, que sofreram interação direta do pesquisador e nos seus dados, que são classificados de forma qualitativa. A utilização dos instrumentos, as sessões e discussões do caso estão sendo apresentadas de forma descritiva e explicativa ao decorrer desse trabalho.

Consequente a introdução será realizada o processo diagnóstico apresentando a metodologia, descrevendo os diversos instrumentos e seus objetivos utilizados durante o estudo de caso. Em seguida, no processo de intervenção é uma breve apresentação do caso, a paciente e todas as suas singularidades. Seu histórico de saúde, experiências e vivências escolares e familiares. Serão exploradas as discussões, a utilização e a análise dos dados coletados, para assim demonstrar os resultados alcançados, o diagnóstico e um parecer clínico. Nas considerações finais serão expressas a relevância do processo do estágio clínico supervisionado para a formação do Psicopedagogo.

TRAJETO METODOLÓGICO E O PROCESSO DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO

Para a realização do estágio, desenvolvemos um estudo de caso de uma estudante do 4º ano do Ensino Fundamental II. Gil (2010, p. 37) afirma que o estudo

de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Para a efetivação de tal estudo, é necessário que o pesquisador tenha equilíbrio intelectual, efetivando-se em um excelente “olhar clínico” com a sua capacidade de observação. Conforme Robert K. Yin apresenta que

[...] enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, [...] baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, [...] beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. (YIN, 2001, pp. 32-33)

A coleta e análise de dados são peças para uma verdadeira investigação empírica com originalidade. É necessário muito cuidado com o risco da generalização dos resultados adquiridos. Alguns requisitos básicos como severidade, objetividade e coerência devem ser presentes na pesquisa. Analisamos dados que foram avaliados de forma quantitativa, especialmente nas provas operatórias de Piaget de conservação de matéria e conservação de comprimentos. Porém a presente pesquisa apresenta mais informações no âmbito qualitativo, que assim,

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (PRODANOV, 2013, p.70)

Durante os primeiros contatos com a aprendente no estágio clínico, acreditávamos que era um caso que parecia ser simples e pouco significativo, inicialmente muito fácil de resolver, sem contradições e questões muito profundas. Para avaliar o caso, foram utilizados testes, entrevistas e observações no ambiente natural e familiar da educanda e no decorrer do estudo, apresentações mais descritivas e explicativas. A pesquisa descritiva consiste

a pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação. (PRODANOV, 2013, p.52)

Para conseguir chegar a uma possível resolução do caso, foram utilizados os seguintes instrumentos: A anamnese, a E.O.C.A, as Provas Operatórias e o TDE (Teste de Desempenho Escolar). A anamnese é uma das peças fundamentais do quebra-cabeça que é o diagnóstico. Através dela serão reveladas informações do passado e do presente do sujeito, juntamente com as variáveis existentes em seu meio. A finalidade da E.O.C.A é investigar os vínculos que a aprendente tem com os

objetos e os conteúdos da aprendizagem escolar, a fim de observar as suas defesas, condutas evitativas e como enfrenta novos desafios, visando perceber o que a criança sabe fazer e o que aprendeu a fazer.

Porém, ao fazer o cruzamento de dados da anamnese, da E.O.C.A., do TDE (Teste de Desempenho Escolar) e das provas operatórias (conservação de matéria com massa e prova de conservação de comprimento), pudemos perceber que seria um excelente enigma a ser analisado. Também foram realizadas visitas à escola para observar a interação da educanda no intervalo, assim como a análise do material escolar pois

[...] estes dados, junto com a análise dos cadernos da criança e, se possível, somados à informação da escola, irão permitir-nos elucidar em alguns casos, se trata de um problema de aprendizagem ou de um problema escolar, bem como verificar a mútua correlação entre eles. (PAÍN, 1985, p. 49).

O objetivo das provas pedagógicas e dos outros testes aplicados é de realizar uma avaliação mais ampla sobre a criança, no intuito de conhecê-la melhor e coletar mais dados para posterior intervenção. A função do TDE (Teste de Desempenho Escolar) é avaliar de maneira ampla, a aprendizagem por meio de três subtextos: leitura, escrita e aritmética. Junto aos diversos testes sinalizados acima, também foi utilizado o cruzado com as informações fornecidas pela família, pelos diálogos nas sessões com I.F.C. e pela professora da educanda.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Para realizar o levantamento dos dados, seguimos as orientações de Rubinstein (1996), que destaca que o psicopedagogo clínico pode usar como recursos para levantamento de dados a entrevista (anamnese) com a família; investigar o motivo da consulta (queixa); conhecer a história de vida da criança, realizando testes psicopedagógicos e pedagógicos; entrevistar o aluno e fazer contato com a escola e outros profissionais que estejam em contato com a criança. Além disso, com os resultados desses instrumentos, o profissional poderá realizar os encaminhamentos para outros profissionais, bem como a realização das intervenções e criação do Plano de Desenvolvimento Individualizado, quando necessário.

O primeiro contato com a aprendente e primeiro instrumento de investigação utilizado foi a anamnese. Na anamnese, a mãe da menina nos relatou as seguintes informações: No período da concepção de I.F.C, ela tinha 15 anos. A gravidez não foi planejada, mas aceita da melhor forma. A mãe fez tratamento pré-natal, suas condições psicológicas durante a gravidez eram boas, não fez uso de nenhuma medicação em especial e durante a gravidez não sofreu nenhum tipo de acidente, cirurgia ou doença. A mãe sentiu as primeiras dores do parto pela manhã e a partição aconteceu apenas à noite, de forma natural. Na maternidade foi realizada sua primeira alimentação com leite materno, alimentação ininterrupta até os seis meses.

A paciente começou a formar as primeiras palavras aos 08 meses, com um ano já formava e falava algumas frases e nunca mostrou dificuldades ao articular as palavras. Sempre apresentou um sono dentro dos padrões da normalidade e algumas vezes movimentava-se durante o sono. Não utiliza aparelhos auditivos e nunca foi ao

ortodontista. Com dois anos já detinha total controle esfinteriano e higiene. Não brincava com as fezes e a partir dos três anos começou a tomar banho sozinha.

A família tem moradia própria, com quatro cômodos. I.F.C dorme no mesmo que os pais, sendo apenas camas separadas. A menina costuma beijar e abraçar os pais com frequência, que não tem discussões na frente da criança e tem uma relação estável há dez anos. A casa possui iluminação e ventilação adequada e a criança tem também um espaço para estudo frequente e acompanhamento da mãe. A menina aparenta ser saudável e não toma nenhum tipo de medicamento, nem tem visitas frequentes ao médico, porém, atualmente tem apresentado algumas dores de cabeça, de barriga, mal-estar e enjoos, quando estuda ou quando se sente pressionada.

No primeiro contato direto e isolado com I.F.C, resolvemos dialogar com a mesma a fim de obter algumas informações em relação ao seu relacionamento escolar. Em suas falas, a escola é um local de acolhimento, diversão e ponto de encontro entre as amigas. A professora informou que a menina possui bom relacionamento com todos, mas a sua afetividade na sala é com um grupo específico em que é bastante "apegada", nem mesmo com ela, a estudante demonstra a mesma afetividade. Se em alguma atividade ela for desvinculada desse grupo, fica irritada e aborrecida, sendo necessário uma intervenção com "mimos" ou "reforços positivos", para que ela aceite fazer parte de outros grupos.

A aprendente não chama a professora para auxiliar nas dúvidas durante as atividades e avaliações e até mesmo quando a ajuda é oferecida, ela tenta concluir fazendo sozinha, e quando não consegue mais, abaixa a cabeça sobre a prova. Ao observar as suas respostas nas avaliações, percebia-se que a maioria se encontrava com respostas incorretas e completamente fora do contexto, aparentando não ter sido devidamente interpretada.

Em momentos de conflitos, a aprendente não consegue assumir seus erros e práticas negativas, a exemplo de conversas paralelas. Frequentemente tem o emocional abalado em momentos de pressão ou conflito entre os colegas, revelando certa busca pela atenção dos demais e muita insegurança nos momentos de avaliações. É perceptível que a professora possui uma análise muito coerente e pertinente às dificuldades da educanda.

Os materiais escolares da aprendente são organizados, sem muitos rabiscos, datas adequadamente dispostas e atividades devidamente corrigidas. Em seu diário observamos muitos recadinhos da professora solicitando-a atenção durante a aula e atividades, assim como recadinhos carinhosos da aprendente para as professoras e auxiliares. Percebemos que aprendente na sala tem dificuldade em demonstrar sua afetividade com a professora, mas demonstra seu carinho escrevendo, talvez por conta da sua timidez e insegurança, o medo/receio de ser rejeitada.

Em várias atividades notamos que ela sempre escrevia "FIM" e "FUI A PRIMEIRA A TERMINAR", como se concluir uma atividade (com êxito ou não), fosse um dos principais motivos da sua inquietação. Durante as sessões, observamos que a aprendente demonstrava certa insegurança em algumas respostas dos testes aplicados. Foi notório perceber que por muitas vezes titubeava e se permitia influenciar pelo que estava "óbvio". Nas primeiras sessões estava extremamente retraída, mas no decorrer das sessões foi adquirindo mais confiança em nós e apresentando um grau maior de convicção no que estava sendo proposto.

Para chegar aos resultados obtidos, foram utilizados alguns instrumentos (já citados anteriormente) de extrema importância no processo de avaliação

psicopedagógica, a fim de investigar os motivos pelo qual a aprendente apresentava um desconforto e insegurança frequente, em que mesmo possuindo notas na média, foi solicitada pela professora uma análise cuidadosa da situação. Essa aflição e nervosismo se acentuavam durante a realização das avaliações e em alguns momentos gerava dificuldade de interpretação. Algumas vezes possuía dependência da professora ou monitora de sala nos momentos das avaliações, mas que não era requisitada pela aprendente.

O primeiro instrumento utilizado foi a E.O.C.A e sua primeira prova foi a operatória de conservação de matéria, que observa se a criança consegue perceber a constância de massa – adição e remoção. Nessa prova em questão, I.F.C apresentou um argumento de reversibilidade, em que consistia na oscilação das respostas todas as vezes que apresentávamos contra argumentações com terceiros. Ela não conseguiu perceber que, mesmo fazendo outros formatos de bolas com a mesma quantidade de massa, a quantidade seria a mesma. O que ela relatava é que, à medida que o formato da massa de modelar aumentava, a quantidade de massa aparentava ser maior.

Com isso, concluímos que nessa prova, ela se apresenta no nível 2 (transição), estabelecendo a igualdade inicial, respondendo corretamente à pergunta do retorno empírico – ora conserva, ora não conserva, e que está em fase de transição do nível pré-operatório para o nível operatório concreto. Um exemplo disso é quando ocorre a transformação de um objeto de massa modelar para um formato de uma cobrinha, em que ela só aparenta raciocinar sobre estados ou configurações, observando os resultados e desprezando as transformações.

Na prova de conservação de comprimento, a aprendente também apresentou oscilações em suas respostas. No momento em que os barbantes estavam esticados, ela respondeu corretamente qual apresentava ser o maior e qual apresentava ser o menor, porém, no momento em que o barbante maior foi feito um "zigue-zague", e perguntamos qual era o maior, ela respondeu que os dois eram do mesmo tamanho; ao realizarmos a contra-argumentação com terceiros, ela dizia que o barbante enrolado era maior. Em mais uma prova, a paciente despreza os processos, se atentando somente aos resultados.

A aprendente se encontra no nível 2, que é o intermediário. Em um primeiro nível de condutas intermediárias há julgamento conservador para a primeira situação, mas não para a segunda. E, em um segundo nível de julgamentos de conservação da segunda situação, eles são instáveis, como as explicações e justificativas que são pouco explícitas e incompletas. A última prova a ser aplicada foi o TDE (Teste de Desempenho Escolar) que avalia de maneira ampla, a aprendizagem por meio de três subtestes: leitura, escrita e aritmética.

Ao aplicarmos o teste pudemos perceber que a aprendente possui competência em leitura e escrita. Em relação à linguagem escrita, ela obedecia à ortografia correta da maioria das palavras, errando apenas as palavras irregulares/sílabas complexas. Na linguagem oral utilizava a rota lexical para realização da leitura, mostrando fluência, bem como compreensão e léxico das palavras. Em relação à aritmética, a aprendente realizou corretamente as atividades propostas iniciais, porém, à medida que o grau de complexidade ia aumentando, ela passou a sentir mais dificuldades, principalmente nos exercícios de divisão e multiplicação.

DISCUSSÕES E EMCAMINHAMENTOS NOS SEGMENTOS PEDAGÓGICOS, COGNITIVOS E AFETIVO-SOCIAL

A Matemática mostrou ser um dos componentes curriculares preferidos de I.F.C, citando a prática frequente, mas que em alguns momentos sentia dificuldades com essa disciplina. Essa afirmação foi pertinente, pois apesar da dedicação e amor pelo componente, a educanda mostrava em sala de aula e nas avaliações, uma dificuldade muito presente de raciocínio lógico e em realizar as operações. A aprendizagem da linguagem oral e escrita é um dos elementos importantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais.

Para avaliar a leitura, escrita e as quatro operações matemáticas, foi aplicado o TDE (Teste de Desempenho Escolar), no qual I.F.C mostrou um domínio muito significativo. Na escrita observou-se que ela se equivocou apenas na ortografia de poucas palavras, justamente as que possuíam um grau maior de dificuldade. Segundo a mãe, o ato de ler é frequente em casa. I.C tem a prática ativa da leitura e costuma ter livros e espaço para leitura em sua residência, estimulando assim seu gosto pelo ato de ler.

No TDE ela demonstrou plena habilidade na leitura e compreensão significativa durante as sessões. No ato de ler e escrever, além de mobilizar o conjunto dessas funções intelectuais, a criança também precisa ter vontade de expressar ou comunicar alguma experiência vivida, por tudo isso, a aprendizagem da escrita é importante para o desenvolvimento humano, e por ser importante a aprendizagem da escrita, devemos fazer com que ela aconteça de maneira adequada. (MELLO E MILLER, 2008)

Perante a queixa da escola, há uma insegurança pessoal frequente em I.F.C, presente nos desafios mais complicados de serem realizados e principalmente durante a semana de avaliações, sinalizado pela escola e comprovada pela mãe. Diante dessa questão e uma análise pedagógica mais profunda, podemos concluir que se faz necessário uma mediação mais concreta e comprometida para que a mesmo alcance sucesso no seu aprendizado com menos ansiedade e insegurança.

Utilizamos em uma das sessões um dos experimentos clássicos de Piaget sobre *conservação da matéria*. A utilização desse método foi a evidência mais forte para percebermos que a aprendente está em fase de transição do nível pré-operatório para o nível operatório concreto. No estágio pré-operatório (entre 06 ou 07 anos), a criança começa a desenvolver ativamente as representações mentais internas, que se iniciaram no fim do estágio sensório-motor.

Segundo Piaget, o aparecimento do pensamento representativo durante o estágio pré-operatório abre o caminho para o desenvolvimento subsequente do pensamento lógico, durante o estágio de operações concretas. Com o pensamento representativo, chega à comunicação verbal. Entretanto, a comunicação é amplamente egocêntrica.

Piaget (2007) afirma que no estágio de operações concretas, que é aproximadamente entre os 07 ou 08 anos até os 11 ou 12 anos de idade, as crianças tornam-se capazes de manipular mentalmente as representações internas que formaram durante o período pré-operatório. Em outras palavras, eles agora não só têm ideias e memórias dos objetos, mas também podem realizar operações mentais com essas ideias e memórias. Entretanto, podem agir assim apenas quanto a objetos concretos (por exemplo, ideias e memórias de carros, alimentos, brinquedos, e outras coisas tangíveis) – por isso a denominação de “operações concretas”.

A aprendente é filha única, vive em uma família que expressa afeto, dedicação e muito cuidado. Eles moram próximos à escola e sua educação é realizada nessa instituição durante toda sua formação. Segundo seus relatos, a casa dos avós aparece como um espaço de socialização e carinho entre os tios e primos, sendo local de encontro entre eles nos fins de semana. Assim passa as tardes com a mãe (que é dona de casa) e acompanha seus estudos de perto. Segundo Wallon (1995), o afeto é essencial para todo o funcionamento do nosso corpo nos dando coragem, motivação, interesse, e contribuindo para nosso desenvolvimento, e a aprendente possui bom vínculo com a escola, colegas e professoras, assim como percebe a escola como ambiente de compromisso, organização e responsabilidade com o aprendizado.

A escola é sempre citada em suas falas como um local de acolhimento, diversão e ponto de encontro entre as amigas. A atenção e ajuda de I.F.C para que as colegas tenham um bom desenvolvimento nas atividades em sala é um discurso muito presente nas sessões. No intervalo, suas relações estão sempre ligadas às amigas mais próximas, aproveitando os diversos espaços da escola para brincar e conversar com elas. Sendo possível afirmar que

a aprendizagem no ambiente escolar é propiciada por diversos fatores, dentre esses o cognitivo, o social e o emocional. O aprender vai além da capacidade intelectual da pessoa, pois depende também da forma como ela se relaciona com os seus pares, com o professor e como sente e percebe esse ambiente escolar. Essa afirmação pode ser sustentada por meio de diversos estudos sobre os fatores associados ao desempenho acadêmico. (MUNIZ; FERNANDES, 2016, p.428)

Assim, uma análise mais minuciosa desenvolvida nas sessões, percebemos que as inquietações e observações da professora tem uma veracidade que necessita de cuidados, bem com um olhar mais atento pela escola e principalmente pela ação da família. A aprendente é filha única, mora com a mãe e com o pai em uma casa simples no centro da cidade de Cabaceiras do Paraguaçu. Por ser a única filha, a menina possui todas as atenções voltadas para ela. Talvez por esse motivo, não aceite algumas imposições em sala de aula.

Ao analisar os resultados obtidos, observamos que o que dificultava o desenvolvimento de I.F.C na aprendizagem era o alto nível de ansiedade e insegurança. De acordo com Monalisa Muniz e Débora C. Fernandes,

a ansiedade pode ser compreendida como um incômodo desagradável interno, que interfere no humor, deixando a pessoa com uma sensação desconfortável, uma inquietação interna junto às percepções negativas sobre o futuro e manifestando sintomas somáticos e fisiológicos, como sudorese, tensão muscular, tonturas, entre outros, e sintomas psíquicos, por exemplo, apreensão e desconforto mental. Além disso, a ansiedade é considerada um estado psicológico e fisiológico, caracterizada por aspectos cognitivo, somático, emocional e comportamental. (MUNIZ; FERNANDES, 2016, p. 428)

Em virtude dessa acentuada ansiedade, nossa principal recomendação foi que a aprendente participasse de sessões com Psicólogo/Psicoterapeuta para ajudar de

forma mais eficiente com relação à sua ansiedade, nervosismo e insegurança, que foram observadas durante as sessões e relatos da escola.

PARECER CLÍNICO PARA A PACIENTE COM TRANSTORNO DE ANSIEDADE

Tendo em vista que esses sintomas são mais frequentes durante as provas e atividades com um grau de dificuldades mais acentuadas, é necessário haver essa intervenção para que o seu emocional não possa trazer uma dificuldade maior, acarretando um baixo rendimento escolar e intelectual nas séries posteriores. Conforme Barlow (2000) cita, essa é uma condição orientada para o futuro, para que posteriormente não se torne uma apreensão e aversão a situações que exijam um grau maior de dificuldade/competitividade.

O principal objetivo das sessões terapêuticas será que a educanda possa adquirir autonomia, autoconfiança e compromisso com a aprendizagem. Essas peculiaridades emocionais podem ser tratadas para evitar transtornos posteriores mais graves no contexto de avaliações de um grau de responsabilidade mais significativos, como vestibulares e concursos. De acordo com Asbahr (2004), "a escola é um contexto que pode gerar situações que causam ansiedade no aluno, como as regras a serem cumpridas e as avaliações", mas a presença e a parceria da família com a escola são de extrema importância durante o tratamento.

Deve ter um diálogo frequente entre profissionais e famílias para assim juntos conseguir que a educanda tenha mais confiança em suas ações e o seu nervosismo possa ter trabalhado adequadamente, preparando-a para desafios e dificuldades na vida escolar e também na vida pessoal. É necessário que os pais iniciem o processo de empoderamento da criança, conscientizando-a que ela precisa crescer e se tornar mais independente e autônoma. É recomendável que a família possa acompanhar mais efetivamente o processo de aprendizagem da criança, participando, orientando e estimulando para que as lacunas em relação às dificuldades de aprendizagem da mesma possam ser sanadas de forma mais eficaz.

Que a família possa definir em comum acordo, um tempo para os estudos voltados para as avaliações, e que sejam iniciadas antes da semana de provas, mantendo uma relação de leveza. Para, além disso, a sugestão é que se pratique em casa alguns treinos com questões similares às utilizadas pela escola nas avaliações, para que assim I.F.C possa estar mais adaptada à realização das provas, trabalhando sempre sua ansiedade e psicológico para desafios e avaliações.

Segundo Azevedo (2014, p.11), é importante ressaltar a necessidade de constantemente passarmos da prática educativa à prática reflexiva, considerando as relações educacionais como fator social e interpessoal de aprendizagem, como espaços para intervalo que atendam às necessidades da educanda, criando na escola um local acolhedor e receptivo para o processo de aprendizado. Segundo o relato da mãe, a escola atende às suas necessidades e possui uma postura coesa e responsável perante a formação da sua filha.

A professora teve uma excelente percepção da sua educanda fazendo a devida indicação de um acompanhamento Psicopedagógico no tempo adequado. A ação profissional e responsável da professora foi fundamental, evitando essa percepção e indicação somente no final do ano, apenas após um possível fracasso escolar.

Segundo Porto (2011, p.16) “esses problemas tornam-se parte da identidade da criança. Perde-se o sujeito e ele passa a ser uma dificuldade”.

É frequente esse equívoco em algumas escolas: sinalizar um assessoramento Psicopedagógico às famílias apenas após a reprovação do educando, ou mesmo havendo aprovação (como é o caso de Iasmim que está na média), mas passando por todo um processo de sofrimento emocional, algo que já está indo além e apresentando sintomas físicos associados. Dentro dos encaminhamentos necessários para a aprendente, a escola deve estar em um constante diálogo com a família para buscar atender às demandas e necessidades que serão sinalizadas pela Psicóloga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática na realização do estágio clínico mostrou-se um bom desafio a ser vencido com novas descobertas e aprendizado atuando de forma mais ativa e direta, podendo acompanhar a paciente durante as quatro sessões no mês de agosto de 2018. No decorrer do processo, percebemos a importância da Psicopedagogia Clínica no diagnóstico e na intervenção das dificuldades de aprendizagens.

É preciso ressaltar que a aprendizagem é uma capacidade inerente e reflexiva de todo sujeito e que, como psicopedagogos, devemos fazer com que a escola, família e a comunidade em que a criança está inserida, compreendam que toda tentativa de aprendizagem (mesmo que pareça um fracasso), sempre resultará em uma aprendizagem. Por isso que se faz necessário entender como o sujeito constrói o seu próprio aprendizado.

Aos poucos, de forma gradativa e lenta, as pistas do nosso caso foram aparecendo de forma mais claras e eficientes, utilizando-se do cruzamento de fontes e testes para uma melhor solução do caso clínico. Assim, o estágio é uma experiência de grande importância para a nossa formação, mostrando-se como uma busca constante para entender as dificuldades de aprendizagem, que requer muita leitura de diversos temas, preparo teórico e metodológico apropriado para a prática psicopedagógica.

A necessidade do hábito de leitura de assuntos diversos pertinentes às dificuldades de aprendizagem, a saúde e a educação também foram necessárias. O psicopedagogo deve sempre dominar diversas técnicas práticas e metodológicas, estando sempre preparado para lidar com as diversas dificuldades de aprendizado, tendo inúmeras possibilidades de atuação durante as sessões, utilizando variados testes e praticando aqueles que são mais apropriados para seu paciente.

Verificamos que o espaço clínico tem uma forma de atuação muito específica. Trabalhando com as complicações de aprendizado e a realidade do paciente que sempre é muito diversa e cheias de informações, que devem ser levadas em consideração e cruzadas durante o processo, para assim conseguir chegar a uma melhor compreensão do caso clínico, levando a um sucesso na atuação profissional que causará um melhor desenvolvimento do paciente durante as sessões e seus encaminhamentos necessários.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, Fernando R. Transtornos ansiosos na infância e adolescência: aspectos clínicos e neurobiológicos. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 2, p. 28-34, 2004.

AZEVEDO, M. C. P. S. Ensino por investigação: problematizando as atividades em sala de aula. In: CARVALHO, A. M. P. (Org.). **Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. p. 19-33.

BOSSA, Nadia. A psicopedagogia no Brasil. **Contribuição a partir da prática**, 1996. Ed. Artmed, p. 119.

CRUVINEL, F. R., LIMA, B., ALVES, G. Como desenvolver a linguagem oral e escrita na educação infantil. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, v. 21, p. 1-7, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO, Marina Marcondes. **A criança é performer**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 115-138, maio/ago. 2010.

MUNIZ, Monalisa; FERNANDES, Débora Cecílio. Autoconceito e ansiedade escolar: um estudo com alunos do ensino fundamental. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 3, p. 427-436, 2016.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Tradução: Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel. **A psicologia da criança: do nascimento à adolescência**. 2007.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia Institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RUBINSTEIN, Edith. A psicopedagogia e a Associação Estadual de Psicopedagogia de São Paulo. In SCOZ, Beatriz Judith Lima (et al). **Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

SAMPAIO, Simaia. **Manual prático do diagnóstico psicopedagógico clínico**. 7. Ed. – Rio de Janeiro: Wak Ed. 2018.

SILVA, Elisângela dos Santos et al. A Importância do Psicopedagogo no Contexto Escolar. **Saber: revista eletrônica**. Faculdade Integrado INESUL. Londrina, PR, v. 12, n. 1, p. 1-11, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arg-idvol_13_130_5232357.pdf>. Acesso em: setembro de 2018.

SOARES, Matheus; SENA, Clério Cezar Batista. A contribuição do psicopedagogo no contexto escolar. **Associação Brasileira de Psicopedagogia**, p. 1-9, 2012. Disponível em: http://maratavarepsictics.pbworks.com/w/file/attach/74460590/126-130624014932_phpapp01.pdf. Acesso em: setembro de 2018.

WALLON, Henri; DE SOUSA, Mário Franco. **As origens do carácter da criança: os prelúdios do sentimento da personalidade**. 1995.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS

Yasmim Santos Tavares²¹⁸

RESUMO: Projeto Social é uma proposta humanitária que tem como propósito aperfeiçoar um ou diversos elementos de uma coletividade e/ou corpo social. Estas determinações otimizam os direitos e deveres do cidadão possibilitando a idealização de um futuro melhor. Os projetos sociais é instrumento de trabalho do Assistente Social, fundamental para a criação, elaboração e execução de uma Política Pública voltada para a garantia de direitos do cidadão, sempre objetivando a melhoria da qualidade de vida do público-alvo do projeto social.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social. SUAS. Projeto Social.

INTRODUÇÃO

É notório que com o modo de produção capitalista, surge a chamada Questão Social, atrelado ao capital versus trabalho. O empresariado lucrava em cima da classe trabalhadora de maneira exagerada, gerando assim a desigualdade social. A partir da tomada de consciência e diversas lutas da classe trabalhadora, observa-se a primordialidade de gerar mecanismos e aprimorar as políticas públicas tendo como intuito a melhoria das condições de vida e garantia de direitos do cidadão e/ou dos menos favorecidos.

A atual análise intitulada “A Atuação do Assistente Social na Elaboração de Projetos Sociais” é fruto da reflexão, análise e contato com projetos sociais no cotidiano profissional que auxiliavam os profissionais na política pública de assistência social, na garantia de direitos dos usuários e melhoria da qualidade de vida. Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é Entender o papel do Assistente Social em frente a Elaboração de Projetos Sociais.

Portanto, tem como objetivos específicos Apreender a Trajetória da Política de Assistência Social; Conhecer o Papel do SUAS; e Compreender a relação entre o Assistente Social e os Projetos Sociais.

Na presença desta realidade é que se manifesta o entusiasmo em discutir a temática da atuação do assistente social na elaboração de projetos sociais.

A partir do exposto espera-se que este trabalho assuma caráter de grande relevância, uma vez que, apresenta de forma reflexiva a importância de elaboração e execução de projetos sociais direcionado a todos os aspectos e demandas sociais.

Pretende-se disponibilizar para a academia, como para os estudantes, um material com informações aguçadoras sobre projeto social, principalmente sobre o papel do assistente social frente a este instrumento de trabalho, tendo como intuito estimular a busca e construção de conhecimento acerca da temática.

²¹⁸ Especialista em Gestão de Serviço Social e Projetos Sociais (FAVENI). Graduada em Serviço Social (FJAV). Atualmente exerce a função como Coordenadora de Projeto Social no município de Lagarto/Se.

E para a sociedade civil, este trabalho é grandioso, pois através das informações contidas neste, facilitará na elaboração e execução de novos projetos sociais para atender e garantir os direitos dos indivíduos.

Ainda é válido destacar que este trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, possui o tópico 2. DESENVOLVIMENTO e 2.1 intitulado como: A TRAGETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Seguindo do tópico 2.2 O SUAS: UMA NOVA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. O tópico 2.3 O QUE É PROJETO SOCIAL? O tópico 3. APRESENTAR A LISTA DE SIGLAS. O tópico 4. A CONCLUSÃO, e por fim, o tópico 5. REFERÊNCIAS. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica.

Um Projeto está ligado ao alcance de metas curtas ou objetivos maiores, que se conectam com a organização programada da instituição/órgão. Podendo também ser elaborado de maneira não planejada, em casos de urgência para a garantia de direito.

A TRAGETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Anteriormente a Constituição Federal de 1988, segundo Estevão (2005) os Assistentes Sociais “profissional com graduação em Serviço Social (em curso reconhecido pelo MEC) e registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do estado em que trabalha”, eram considerados como “moças boazinhas” que o Governo pagava para ter dó das pessoas menos favorecidas “pobres”, ou seja, eram considerados pessoas que faziam caridade.

A Assistência Social “política pública prevista na Constituição Federal e direito de cidadãos e cidadãs, assim como a saúde, a educação, a previdência social etc. É regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), constituindo-se como uma das áreas de trabalho de assistentes sociais”, era oferecida a sociedade de forma desorganizada, sem nenhum tipo de explicação específica, eram realizadas pela igreja, dando ajuda material, trabalho educativo (aconselhamento), para que a sociedade vivesse em paz, ou melhor, era realizado o chamado Assistencialismo “oferta de um serviço por meio de uma doação, favor, boa vontade ou interesse de alguém e não como um direito”, também era realizado pelo Estado, com o propósito de garantir a sobrevivência da população, onde cuidava da ordem e da paz política.

A partir do século XIX, a forma de Assistência Social foi transformada, segundo Mary Richmond (uma assistente social norte-americana, começou a pensar e escrever a respeito do que é o Serviço Social “é a profissão de nível superior regulamentada pela Lei 8.662/1993”. Ela pensou e escreveu como deveria ser exercido, para ela, dar ajuda material não era Serviço Social, deveria trabalhar a personalidade das pessoas e o seu meio social (família, escola, amigos, emprego etc.). Dessa maneira, pensou: Se fosse para trabalhar primeiro a personalidade das pessoas, sem ao menos dar uma pequena ajuda material, diversas pessoas iam sofrer, com fome, miséria, desemprego etc. Não é aspecto errado informa-se sobre o meio social em que o indivíduo vive, mas, eles necessitam de um sucinto suporte no início.

O Serviço Social começa sua existência tratando os problemas sociais de forma individual, através do atendimento de casos, incorporando depois os métodos de grupo e de comunidade. Os Assistentes Sociais para trabalhar em meio a esta perspectiva tinha que ser: “puro, inodoro, incolor e insípido” caracterização feita por Ander Egg. Mas discordando desse ponto de vista, é impossível ser profissional

neutro, aplicar métodos e técnicas de forma fria e descomprometida em uma realidade com problemas sociais tão graves e tão desumanos.

As condições de trabalho no Brasil eram as piores possíveis, a jornada diária de trabalho era sempre calculada de acordo com as necessidades das empresas, por exemplo: se a fábrica precisasse que seus operários trabalhassem 16 (dezesesseis) horas por dia assim era realizado. Era uma forma de trabalho escravizado, por não obter nada a favor dos operários, não existia direitos trabalhistas, não tinham nenhum dia de folga. Foi na metade do século XIX que surge a chamada Questão Social, momento em que a classe trabalhadora toma consciência da exploração que está submetido e começaram a surgir movimentos sociais. A Questão Social era tratada como caso de polícia através da repressão, os policiais batiam, prendiam etc, realizavam uma forma de repressão errada, pois a classe trabalhadora estava lutando pelos seus direitos. Os Assistentes Sociais estavam descobrindo que a identificação e o comprometimento com a população à qual presta serviços, passa necessariamente pela sua identificação enquanto trabalhador assalariado na sociedade capitalista moderna, e que nela ou em qualquer outra sociedade “gente é para brilhar e não para morrer de fome”.

Dessa forma, é válido destacar que o cenário histórico em que surge o Serviço Social foi a partir dos fatos históricos que englobam critérios por uma ampla heterogeneidade de posicionamentos mediado através da revolução industrial, que ocasionou a divisão de classe, como burgueses e proletariado. A própria burguesia contribuiu com o surgimento do Serviço Social, contrataram Assistentes Sociais para atuar, possibilitando as melhorias e expectativas de trabalho, para que através das melhorias, o proletariado começasse a ter novas estimas e não abandonasse o trabalho, para que assim, os burgueses não perdessem a mão de obra, podendo manter o controle social. O objeto de trabalho do Assistente Social é a questão social, pois suas múltiplas expressões produzem e reproduzem processos sociais. A questão social é caracterizada como “o conjunto das expressões das desigualdades sociais que surge no processo de industrialização, pois é através desse processo que surge as máquinas, com elas, a mão de obra se tornou menos procurada, fazendo com que houvesse menos emprego, deixando as pessoas desempregadas, em consequência disso, vem a fome, a falta de moradia, a falta de educação etc., problemas estes que são fatores da questão social.

A partir da Constituição Federal de 1988, foram criadas várias Leis e Políticas Públicas voltadas para a garantia de direitos e proteção dos cidadãos entre estas, está a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, sob nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, segundo Ottoni (2012) “é um instrumento legal, contendo concepções e direitos que substituem a forma com que a Assistência Social tratou a questão social da pobreza, ou seja, na base da caridade e favor”.

Percebe-se que através da LOAS, a Assistência Social recebeu um novo significado, ela passa a ser considerada como Política Nacional e como direito do cidadão e dever do Estado, inserida no tripé da seguridade social, composto por: saúde, assistência social e previdência social, tida como direito universal, ou seja, para todos sem discriminação, tendo como objetivo a garantia de condições dignas para os cidadãos.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS realiza-se de forma integrada às políticas setoriais considerando as desigualdades socio territoriais, visando seu enfrentamento, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para

atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva: promover serviços, programas, projetos sociais de Proteção Básica e/ou Especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitam, e contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural (Brasil, 2004, s/p, apud, <https://www.mds.gov.br>).

Portanto a Política Pública de Assistência Social, é uma política que trabalha com o instrumento da intervenção frente aos problemas da questão social, visando à garantia dos direitos do cidadão estabelecido na Constituição Federal de 1988, este trabalho é realizado através de uma equipe de profissionais capacitados, que criam, organizam e oferecem programas e serviços visando à melhoria da qualidade de vida de cada usuário.

Segundo Cruz e Guareschi (2009), a Assistência Social é uma política pública de caráter universal e não contributiva, e/ou não é necessário contribuir para ter acesso aos benefícios, no entanto, existe uma contradição, pois Segundo Paiva (2006) é seletiva, uma vez que, é destinada a quem dela necessitar.

Por essa razão, entender a composição correta da assistência social como política social, em suas características gerais, é condição essencial para a compreensão dos seus elementos singulares, dentre os quais se destaca a natureza de suas medidas-organizadas prioritariamente enquanto benefícios, serviços e programas socioassistenciais e projetos de enfrentamento à pobreza – voltadas para o atendimento de necessidades humanas básicas e especiais, neste arranjo virtuoso de composição da proteção social universal (PAIVA, 2006, p. 10).

Sendo assim, a Política de Assistência Social consiste em viabilizar os direitos das pessoas por meio de programas, projetos sociais e dentre outros mecanismos, visando retirar indivíduos da situação de vulnerabilidade social, e/ou do estado de pobreza, casos que são considerados especiais, sendo válido destacar que é o principal foco, mas seu objetivo não se resume somente a este fator, mas também a necessidades básicas, onde inclui todos os indivíduos que necessita de algum tipo de intervenção. Segundo Paiva (2006) o ranço do assistencialismo mistifica as desigualdades oferecendo respostas pontuais e como forma compensatória e parcial de alívio a pobreza.

Sabe-se que a profissão de Serviço Social possui referências e normas asseguradas na Lei de Regulamentação, na Resolução do CFESS e nas Diretrizes Curriculares do serviço Social elaboradas pela ABEPSS.

Assim é importante destacar que as competências profissionalizantes da política da assistência social são orientadas e norteadas pelos direitos e deveres do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão, e por isso devem ser respeitadas pelos profissionais e pelas instituições empregadoras. Dessa forma, é de essencial importância, que o Assistente Social na área da assistência não se limite apenas às abordagens pragmáticas e tradicionalistas que impulsionam as práticas conservadoras. A intervenção e o perfil profissional deve aglutinar leitura crítica da realidade no sentido da totalidade, assim cabe ao mesmo, fundamentais competências para a compreensão da percepção sócio histórica da coletividade no qual o mesmo deva intervir (CRESS).

Neste contexto é importante destacar, também, que em 2004 o CNAS aprovou o Plano Nacional de Assistência Social elaborado na IV Conferência de Assistência Social, onde culminou na implantação em 2005 do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, é um sistema público que organiza, de forma descentralizada os serviços socioassistencial no Brasil, com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

O SUAS organiza as ações da Assistência Social em dois tipos de proteção social: a primeira é a proteção social básica, destinada á prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é proteção social especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos (Rede SUAS).

O Serviço Social é uma profissão de cunho social, que trabalha com a intervenção, visando á diminuição dos problemas da questão social, seja eles básicos ou especiais.

É importante destacar que existe competências direcionadas aos profissionais de serviço social, segundo ABEPSS (1996), permitem aos mesmos realizarem a análise crítica da realidade, para, a partir daí estruturar seu trabalho e estabelecer as competências e atribuições específicas, necessárias ao enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano. As competências específicas dos assistentes sociais, no âmbito da Política de Assistência Social, abrange diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis. É válido salientar que para a realização dessas competências e atribuições requer-se do profissional em questão, a utilização de instrumentais adequados a cada situação social a ser enfrentada profissionalmente.

Orientar o trabalho profissional conforme estabelecidos no Código de Ética e na Lei que regulamenta a profissão, requer um profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Esses particulares com que se defrontam o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Por outro lado, requisita também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria e planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos níveis de exerce-los.

Na verdade, é de grande valia está atento às observações feitas por lamamoto (2005, p.20):

“(…) um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo”.

O SUAS: uma nova gestão da assistência social

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS é uma política pública que complementa a assistência social. Sendo assim, é válido ressaltar que antes do pontapé inicial, dado pela Constituição Federal de 88 a assistência social não era tida como política pública, nem tão pouco ter uma nova gestão. A assistência social só foi inserida no tripé da seguridade social a partir de 88, onde está composto por: Previdência Social, Saúde e Assistência Social.

A saúde antes não era considerada como direito do cidadão, nem tão pouco dever do Estado, para que o cidadão tivesse acesso a saúde tinha que pedir ajuda a um amigo ou conhecido. Depois da Constituição Federal de 1988 a assistência social deixou de ser assistencialista, filantrópica, e/ou deixou de ser o único responsável pela inserção de crianças em creches e passou a trabalhar com equipes multiprofissionais, como: psicólogos, psicopedagogos e dentre outros.

A Constituição Federal, assinada em 05 de outubro de 1988, introduziu, com denominação de seguridade social, um conceito alargado de proteção social, compreendendo “um conjunto integrado de iniciativas dos poderes público e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos á saúde, á previdência e á assistência social” (art. 194) (ESCOBAR, 2009, p.6).

Sendo assim, em meio ao sistema capitalista em que vivemos é válido relatar um exemplo de que “Crianças não devem trabalhar para se manter”, essa é uma visão da política pública de assistência social, o sistema capitalista em que nos encontramos impõe que crianças trabalhem para consumir, gerando assim o lucro.

O Sistema Único de Assistência Social visa o fortalecimento do bem-estar dos indivíduos e não a sua fragilização, o SUAS visa a inclusão de indivíduos em programas e projetos visando a melhoria da qualidade de vida, e evitando a sua inserção em situação de vulnerabilidade social. O SUAS utiliza a Proteção Social básica para prevenir os indivíduos da vulnerabilidade social e/ou risco social.

(...) o artigo 2013 prevê a política pública de assistência social a quem dela necessitar, sem a obrigação da contribuição, objetivando proteção á família, á maternidade, á infância, á adolescência e á velhice. O inciso V garante um salário mínimo mensal ao portador de necessidades especiais e ao idoso que não consegue prover sua subsistência ou que a família não consegue provê-la (OTTONI, 2012, p. 48).

É perceptível observar que a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, traz por escrito que “O dever é do Estado e Direito do Cidadão”.

A LOAS é um documento assegurado por lei que contém direitos que substitui a forma de como era ofertada a assistência social para a população, na base da caridade e favor, agora ela é um direito para todos, de maneira universal, onde os indivíduos podem desfrutar de programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais.

O QUE É PROJETO SOCIAL?

Um projeto (social) nasce de uma ideia de um desejo ou interesse de realizar algo, ideia que toma forma, se estrutura e se expressa através de um esquema (lógico), o qual, no entanto, é apenas esboço(sempr) provisório, já

que sua implementação exige constante aprendizado e reformulação. (ARMANI, 2004, p. 18, apud, MACIEL, 2015, p. 10).

Um projeto social realmente é um esboço que surge por meio de uma ideia, realidade ou necessidade, para atender um grupo de pessoas ou uma sociedade. Este precisa ter cautela ao ser elaborado, pois requer bastante atenção, precisa-se estudar vários requisitos, como: objetivo alcançável, público alvo, recurso a ser usado, valor do projeto, se tem recurso disponível etc. para elaboração de um projeto social é necessário a realização de um planejamento para que seja alcançado os objetivos traçados, e para esse projeto sair do papel.

“Encontra-se diferentes caminhos para elaboração de projetos, nota-se que sugerimos um caminho que se aplica àquelas instituições (públicas ou privadas) cujos valores estejam relacionados aos princípios democráticos populares” (BRASIL, p.9).

Pode-se afirmar que os grupos em interação para a elaboração de um projeto apresentam diversidade de opiniões, sendo assim indica-se um mediador para encaminhar as atividades. É importante que o mediador leve em conta que trabalhar três etapas:

1. Análise com o grupo do problema que se deseja enfrentar, ou da situação para que se deseja implementar alguma melhoria. (Imagem real)
2. Análise com o grupo da situação futura ou dos objetivos que se deseja alcançar.
3. Análise das estratégias que se utilizará para lograr os objetivos (BRASIL, p. 10).

O projeto profissional crítico do serviço social, aborda que para ser um bom profissional deve ser competente na execução do seu trabalho. No sociedade capitalista em que vivemos, o profissional deve dar o melhor de si, pois o capitalismo é a acumulação de capital, com isso, se o profissional não obter competência, com certeza não irá desenvolver um trabalho de qualidade, e isso faz com que, o capitalista não consiga atingir a sua meta. Mas esta questão não prejudica o empresário/capitalista, e sim ao trabalhador/profissional sem competência, pois isso vai gerar várias consequências para ele, como: abatimento no salário, substituição da sua função e/ou até mesmo o desemprego, a falta de profissionalismo e/ou competência faz com que a roda do capitalismo não gire.

Na elaboração de projetos sociais tem que existir assistentes sociais competentes que visem a realidade como um todo e faça seu planejamento em cima da realidade do local onde irá executar o projeto social, pois existe profissionais que elaboram projetos extraordinários mas que só servem para ficar na teoria e/ou no papel ou até mesmo engavetado, por mal planejamento, seja por parte dele ou da instituição que trabalha, pois sabe-se que a elaboração de um projeto não compete a somente uma pessoa. As vezes na instituição que ele trabalha não tem como por em pratica o projeto as vezes por falta de recurso, por não ter público alvo etc. são por esses motivos que o assistente social sempre deve estar atento aos detalhes ao elaborar um projeto, pois na maioria das vezes é melhor fazer algo simples e executável, do que algo que vai ficar engavetado.

Outro ponto importante a ser observado em um projeto é o conteúdo desenvolvido, muitos profissionais apontam caminhos a serem seguidos, mas não aponta soluções, o que acontece é que muitos profissionais elaboram projetos por meio de hipóteses, e isso não pode acontecer.

Portanto, a partir do exposto nota-se a importância da elaboração de projetos sociais, de um projeto profissional crítico. O assistente social deve ser competente, responsável e ser munido de atenção nos detalhes para elaborar um projeto bem feito e executável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esse estudo pontuo algumas considerações acerca da temática trabalhada. Inicialmente reforçando que esse estudo é uma análise da construção, andamento e coordenação de projetos sociais através do Assistente Social. A referida etapa possibilitou alcançar os objetivos traçados e analisar de modo minucioso o papel do Assistente Social na elaboração de projetos sociais e a sua importância, como também conhecer todas as complexidades para elaboração de projetos sociais e analisar como se dá o processo de conhecimento, mobilização de profissionais que tendo um amplo conhecimento referente a temática desenvolva um bom trabalho, elabore e realize projetos sociais extraordinários e executáveis.

Espera-se que você tenha compreendido que este trabalho se trata de um assunto bastante significativo para a práxis profissional do assistente social. É uma temática que necessita de cautela e atenção, mas principalmente, focar em estudos, pesquisas para fazer dos projetos sociais uma ferramenta que possa contribuir para as intervenções frente aos problemas da questão social, objeto de trabalho do Assistente Social.

Enfatiza-se que os projetos sociais oportunizam ao Assistente Social trabalhar de maneira multidisciplinar e/ou partilhar e coletar ideias de outros profissionais, para assim, construir caminhos para resolver os problemas da questão social. Esse trabalho em grupo com profissionais de diversas áreas, possibilitará o crescimento profissional dos envolvidos e a garantia de direitos dos indivíduos beneficiados pelo projeto social.

Portanto, ao desenvolver esse conteúdo, nasci a veracidade de que tudo que foi exposto não zerou a temática, pelo contrário, passa a ser um material aguçador que faz com que os profissionais busquem mais aprofundar os seus estudos relacionados a temática. Assim, espera-se que seja umas das metas estabelecidas pelos Assistentes Sociais, buscar o novo ou aperfeiçoar a cada dia o que aprendeu. Sabe-se que as coisas se modificam a cada dia, estudos precisam serem revisados no decorrer do cotidiano profissional, e os projetos sociais não são diferentes, estes para serem elaborados e executados precisa de uma análise social e/ou a realidade específica de cada local. “Que os resultados alcançados em seus estudos possam impulsioná-lo a novos desafios e novos aprendizados” (Maciel, 2015, p. 85).

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **ABEPSS Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, Novembro de 1996. Disponível em: https://www.cress.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf. Acessado em: 18 Dez. 2020.
- BRASIL, **Caderno de Formação 2. Elaboração de Projetos Sociais**. Projeto de Formação de Gestores Públicos. Flacso Brasil. p. 1-30.
- BRASIL, **CRESS**. Disponível em: <https://www.cress-se.org.br/category/artigos/>. Acessado em: 04 jan. 2021
- BRASIL, **Rede SUAS**. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>. Acessado em: 23 Dez. 2020.
- BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social – MDS**. Disponível em: <https://www.mds.gov.br>. Acessado em: 05 jan. 2021.
- CRUZ, Lilian Rodrigues da. GUARECHI, Neuza. **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ESCOBAR, Karin Alves do Amaral. **Novos Paradigmas na Assistência ao Idoso: O Enfoque da Prevenção e Promoção de um Envelhecimento Saudável**. Assistente Social do Centro de Prevenção à Saúde do Idoso da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda, mestranda em Política Social pela UFF, 2009.
- ESTEVÃO, Ana Maria. **O que é Serviço Social**. São Paulo: Brasiliense, 2005. Coleção primeiros passos. P. 7 – 69. 2005.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. – São Paulo, Cortez, 2005.
- MACIEL, Walery Luci da Silva. **Projetos sociais: livro didático**. Walery Luci da Silva Maciel ; designer instrucional Marina Melhado Gomes da Silva. – Palhoça: Unisul Virtual, 2015.
- OTTONI, Máximo Alessandro Mendes. **A Trajetória das Políticas Públicas de Amparo ao Idoso no Brasil**. Montes Claros – Unimontes. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social – PPGS. Maio de 2012.
- PAIVA, Beatriz Augusto de. **O Suas e os Direitos Socioassistenciais. A universalização da seguridade social em debate**. Revista Quadrimestral de Serviço Social em debate. Ano XXVII- n. 87 – setembro 2006.

ORGANIZADORES
THIAGO CEDREZ DA SILVA
FERNANDO BEN OLIVEIRA DA SILVA

MOSAICOS ACADÊMICOS

**CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS
PARA A SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**



casalettras.com/academico



9 786589 147517 0

ISBN: 978-65-89475-17-0